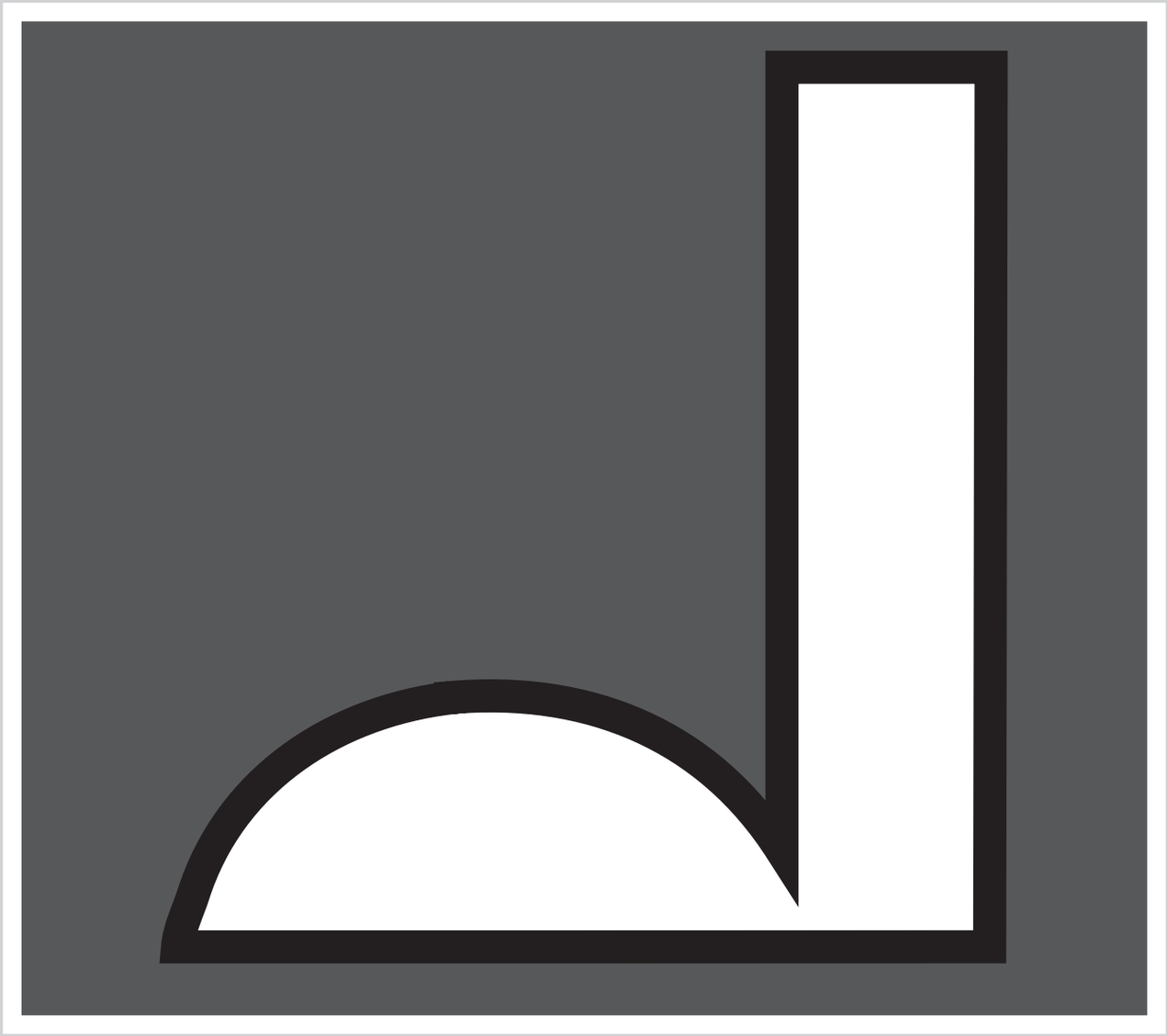
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 083 – QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 87ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE JUNHO DE 2013

1.1 – ABERTURA 32955

1.2 – EXPEDIENTE 32955

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 562, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 389, de 2012, e 174, de 2013. 32957

Nº 563, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 150 e 152, de 2013.... 32957

Nº 564, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2011. **Deferido**..... 32958

Nº 565, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008. 32958

Nº 566, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 32959

Nº 567, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Srª Hebe de Miranda Pereira..... 32959

Nº 568, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gerard Lothaire Jules Olivies. 32960

Nº 569, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos aos Correios no Brasil. 32960

Nº 570, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao 53º Congresso da UNE e à Srª Virginia Barros. 32961

Nº 571, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Walter Bautista Vidal. 32962

Nº 572, de 2013, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011. 32963

1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 29, de 2013, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para limitar a edição de Medidas Provisórias.* 32964

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor.....* 32971

Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que *cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. 32973

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito.....* 32976

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.....* 32978

1.2.4 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 17/2013, na origem, do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, encaminhando nota técnica em resposta ao Requerimento nº 191, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias..... 32982

Nº 37/2013, na origem, do Ministro de Estado do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 193, de 2013, de iniciativa da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 32982

Nº 146/2013, na origem, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.183, de 2012, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 32982

Nº 16.336/2013, na origem, do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 32982

Nº 39/2013, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 24, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu. 32982

Nº 16.578/2013, na origem, do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 38, de 2013, de autoria do Senador João Vicente Claudino. 32982

1.2.5 – Ofício do Presidente da Autoridade Pública Olímpica

Nº 69/2013, na origem, encaminhando o Relatório de Atividades desenvolvidas pela referida entidade no 2° semestre de 2012 **(autuado como Ofício nº 23/2013-CN e Ofício "S" nº 26/2013)**. *Estabelecimento de calendário para tramitação do Ofício nº 23/2013-CN*..... 32982

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 598, de 2012..... 33110

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 599, de 2012..... 33110

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 601, de 2012..... 33110

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 604, de 2013..... 33110

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 605, de 2013..... 33111

Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 587, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.* 33111

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011-Complementar. 33111

Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao primeiro quadrimestre de 2013, dos seguintes órgãos: Tribunal Regional Federal da 2ª Região **(Ofício nº 10.444/2013, na origem)**, Tribunal Regional Federal da 1ª Região **(Ofício nº 144/2013, na origem)**, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região **(Ofício nº 262/2013, na origem)**; e Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região **(Ofício nº 5/2013, na origem)**. 33120

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010 **(Ofício nº 55/2013-CE)**. 33122

1.2.7 – Comunicações

Do Senador Roberto Requião, de participação em reuniões Plenária e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana, realizadas no período de 22 a 27 de janeiro último **(Ofício nº 86/2013). .....** 33122

Do Senador Flexa Ribeiro, de participação na diligência para acompanhar a execução das obras de Belo Monte, em 4 e 5 de abril último **(Memorando nº 89/2013)**. 33122

Do Senador Rodrigo Rollemberg, de cancelamento de diligência com a Comissão Especial Interna para Modernização do Código de Defesa do Consumidor, que seria realizada no período de 9 a 11 do corrente **(Ofício nº 96/2013)**. 33123

Do Senador Ricardo Ferraço, de participação em reuniões de trabalho entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil e a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, no período de 3 a 7 de maio último **(Ofício nº 147/2013)**. 33123

Do Senador Rodrigo Rollemberg, encaminhando relatório de viagem realizada para se reunir com lideranças políticas e comunitárias locais e com representantes do setor produtivo, em 11 e 12 de abril último **(Expediente s/n/2013). .....** 33123

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Relato sobre a participação de S. Exª, ontem, na audiência pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em Curitiba; e outro assunto. 33124

SENADOR *PAULO PAIM* – Apelo à aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em defesa da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho responsável por aprimorar o Estatuto..... 33126

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Críticas à política econômica implementada pelo Governo Federal..... 33126

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Questionamentos acerca do papel da Funai no controle dos conflitos indígenas no País. 33130

SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas à resposta do Governo Federal ao pedido de informações, de autoria de S. Exª, sobre os custos de viagem realizada pela Presidente da República à Itália; e outro assunto. 33131

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Walter Bautista Vidal..... 33139

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Tristeza pelo falecimento do Sr. Gerard Olivier, Prefeito do Município de Japaratuba-SE. 33140

SENADOR *PAULO DAVIM,* como Líder – Defesa do exame de revalidação para os profissionais de saúde estrangeiros que venham atuar no Brasil. 33141

SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Satisfação com a assinatura, ontem, por mais de sessenta países, do Tratado do Comércio de Armas..... 33142

SENADORA *LÍDICE DA MATA*, como Líder – Voto de pesar pela morte do Sr. Augusto Omolú; e outros assuntos. 33143

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Pedido de apoio ao Governo Federal na implantação de creches no Estado de Rondônia..... 33146

SENADOR *FERNANDO COLLOR*, como Líder – Apelo à implantação efetiva das políticas ambientais acordadas na ECO-92 e na Rio+20, em referência ao transcurso, amanhã, do Dia Mundial do Meio Ambiente. 33147

SENADOR *ATAÍDES OLIVEIRA* – Denúncias de irregularidades que teriam ocorrido na gestão das entidades do Sistema S. 33149

SENADOR *JAYME CAMPOS*, como Líder – Apelo em favor da sinalização trilíngue em vias e cidades brasileiras para favorecer a recepção de turistas. 33151

SENADOR *PEDRO TAQUES* – Registro do transcurso dos 265 anos de criação do Estado do Mato Grosso; e outro assunto..... 33152

SENADOR *BENEDITO DE LIRA* – Pedido de repactuação das dívidas dos Estados, especialmente de Alagoas, com a União..... 33155

1.3 – ORDEM DO DIA 33158

1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA..... 33160

1.4.1 – Discursos

SENADOR *MÁRIO COUTO,* como Líder – Críticas ao tratamento dado pelo Governo Federal à inflação e a outros assuntos. 33161

1.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 261, de 2013, de autoria dos Senadores Renan Calheiros, Inácio Arruda e outros Senadores. **Aprovado. 33162**

Requerimento nº 559, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado..... 33163**

1.4.3 – Comunicação

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania **(Ofício nº 88/2013)**. *Designação do Senador Wellington Dias, como suplente, para compor a referida Comissão*. 33163

1.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 558, de 2013, de autoria do Senador Renan Calheiros. **Aprovado. 33163**

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Defesa do projeto, apresentado por S. Exª, que visa a estabelecer condições para nomeação em cargo do Poder Executivo Federal. 33163

1.4.6 – Comunicações

De diversas Lideranças, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 615, de 2013 **(Ofícios nºs 126 e 138/2013)**. *Designação dos Senadores Gim, como titular, e Aloysio Nunes Ferreira,como suplente, para comporem a referida comissão. 33167*

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Satisfação com a aprovação, hoje, na CAE, do projeto de lei do Senado que autoriza o perdão de dívidas de crédito rural contratadas por agricultores familiares na área de atuação da Sudene. 33168

1.4.8 – Comunicação

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas comissões **(Ofícios nºs 497 a 499/2013)**. *Designação dos Deputados Odair Cunha e Vanderlei Siraque, como titulares, e dos Deputados Fernando Marroni e Francisco Chagas, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 613, de 2013*. *Designação dos Deputados Dalva Figueiredo e Luciana Santos, como titulares, e dos Deputados Artur Bruno e Margarida Salomão, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013.....* 33171

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Defesa do Programa Bolsa Família. 33172

SENADOR *ARMANDO MONTEIRO*, como Líder – Expectativas com a assinatura, hoje, da ordem de serviço para a construção da Adutora do Agreste; e outros assuntos. 33175

1.4.10 – Comunicações

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 **(Ofício nº 644/2013)**. 33178

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 **(Ofício nº 139/2013).** *Designação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplente, para compor a referida Comissão*. **..... 33178**

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas **(Ofício nº 278/2013)**. 33179

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 **(Ofício nº 189/2013).** Designação do Senador Francisco Dornelles, como suplente, para compor a referida Comissão..... 33179

1.4.11 – Discursos (continuação)

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Registro da realização, na próxima quinta-feira, da reunião do Parlamento Latinoamericano, em Cuba, para discutir o combate e a prevenção ao narcotráfico e ao crime organizado. 33179

1.4.12 – Comunicações da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 31 de maio de 2013, e publicação no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, da Medida Provisória nº 616, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (Dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais) para o fim que especifica*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 33181

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 31 de maio de 2013, e publicação no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, da Medida Provisória nº 617, de 2013, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Ofícios nºs 30/2013-DEM/SF, 124/2013-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 137/2013-PSDB/SF, 90/2013-PSB/CD, 138/2013-PPS/CD e 149/2013-DEM/CD)**. 33181

1.4.13 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO SUPLICY,* como Líder – Satisfação com a aprovação do projeto de lei que proíbe a instalação de pedreira para extração de granito no Município de Piedade, em São Paulo; e outro assunto. 33184

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Registro da participação de S. Exª, hoje, no lançamento do Plano Safra 2013/2014, pelo Governo Federal..... 33185

SENADOR *IVO CASSOL,* como Líder – Esclarecimentos a respeito da remuneração recebida por servidores públicos no Estado de Rondônia; e outro assunto. 33188

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Críticas à Operação G7, da Polícia Federal, que investiga denúncias de irregularidades na execução de obras públicas no Estado do Acre; e outro assunto. 33182

1.4.14 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013 (nº 7.663/2010, na Casa de origem), de autoria do Deputado Osmar Terra, que *altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.* 33197

1.4.15 – Discursos (continuação)

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Satisfação com o anúncio da provável votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda em 2013; e outros assuntos. 33262

1.4.16 – Comunicação da Presidência

Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 612, de 2013 (Ofício nº 260/2013). *Designação do Deputado Sílvio Costa, como suplente, para compor a referida Comissão.* 33265

1.4.17 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 167/2013, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 130, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu. 33265

Nº 168/2013, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 37, de 2013, de autoria do Senador João Vicente Claudino. 33265

Nº 177/2013, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 39, de 2013, de autoria do Senador João Vicente Claudino. 33266

Nº 83/2013, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 185, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 33266

Nº 84/2013, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.184, de 2012, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 33266

1.4.18 – Pareceres

Nº 461, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2011. 33266

Nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013. 33270

1.4.19 – Comunicação

Do Senador Roberto Requião, justificando o não registro da presença na sessão do dia 28 de maio do corrente **(Ofício nº 82/2013)**..... 33279

1.4.20 – Leitura de requerimentos

Nº 573, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 33279

Nº 574, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. 33281

Nº 575, de 2013, de autoria do Senador Jarder Barbalho, solicitando informações ao Ministro de Estado de Justiça. 33283

Nº 576, de 2013, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti. 33289

Nº 577, de 2013, de autoria do Senador Clésio Andrade, solicitando desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, 285 e 687, de 2007; e 215, de 2008. 33290

Nº 578, de 2013, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011. 33291

Nº 579, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 264 e 308, de 2012. .. 33291

1.4.21 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, que *incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências.* 33292

1.4.22 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 67 e 604, de 2011. 33293

1.4.23 – Ofício do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Nº S/25/2013 (nº 380/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO,* para compor o Conselho Nacional de Justiça. 33294

1.4.24 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Reflexão sobre a importância das relações comerciais com a China, destacando a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de transportes de cargas do Brasil; e outro assunto. 33313

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Considerações sobre o Plano Safra 2013/2014; e outros assuntos. 33315

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da apresentação de proposta de emenda à Constituição que prevê o pagamento de indenização à família de policiais e bombeiros mortos em decorrência de sua atividade profissional; e outro assunto..... 33315

1.4.25 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 33318

1.5 – ENCERRAMENTO..... 33320

2 – ATAS

2.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012

Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2013..... 33321

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 4.6.2013 33350

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

4.1 – TERMOS DE REUNIÃO 33351

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012..... 33351

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 612, de 2013..... 33352

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 33353

Bancadas dos Partidos 33354

Por ordem alfabética 33355

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 33356

7 – LIDERANÇAS 33357

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 33361

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 33362

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 33375

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 33375

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 33383

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 33387

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 33393

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 33398

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 33408

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 33416
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 33425
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 33432
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 33438
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 33442
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 33446
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 33447
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 33448
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)..... 33449
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 33449
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)..... 33450
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 33452
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 33454
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 33456
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 33458

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 33460
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 33464
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 33468
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 33469
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 33470
Comissões Mistas Especiais 33473
13 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 33477
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 33478
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 33479

Ata da 87ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 4 de junho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jayme Campos, Mário Couto, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Wellington Dias e Anibal Diniz

É o seguinte o registro de comparecimento:

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e 10 minutos e encerra-se às 21 horas e 30 Minutos).

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

87ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 04/06/13 07:00 até 04/06/13 22:10

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 04/06/13 22:10

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 74 Senadores

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 04/06/13 22:10

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 133, de 2011; do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 389 de 2012; e do PLS nº 174, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de maio de 2013.

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 150, de 2013 e do PLS nº 152, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de maio de 2013.

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 262/2011, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de receptores de cartões telefônicos usados.

Sala das Sessões, em 22 de Maio de 2013.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/AM

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência defere o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258, combinado com o art. 260 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2011, de minha autoria, que *altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para agravar o regime de cumprimento de pena do condenado pela prática de crime hediondo*, com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões,

Senador **CIRO NOGUEIRA**

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 566, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor **Ministro de Estado da Fazenda**, relativamente ao patrocínio de times de futebol pela Caixa Econômica Federal, por intermédio dos seguintes questionamentos:

1. Atualmente, quantos e quais times de futebol são patrocinados pela Caixa Econômica Federal?

2. Qual o valor total e individualizado dos recursos destinados a essa modalidade de patrocínio?

3. Qual é a duração de cada um dos contratos de patrocínio hoje ainda vigentes?

4. Quais são os critérios adotados pela Caixa Econômica Federal para a formalização dos contratos de patrocínio?

5. Existe amparo legal para a realização desses contratos? Declinar as normas jurídicas legais e infralegais respectivas, bem como os atos administrativos correspondentes.

Justificação

No último dia 21 de maio, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região cassou medida liminar concedida pela 6ª Vara Federal do Rio Grande do Sul, que suspendia contrato publicitário de patrocínio firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Corinthians, no valor de R$ 30 milhões ao ano, em decorrência de uma ação popular.

A revogação da liminar deu-se em virtude de garantia processual oferecida pelo banco estatal – um imóvel de mais de R$ 98 milhões – para o caso de procedência da ação.

No entanto, os desembargadores federais não avaliaram o mérito da ação, mas, tão somente, o pedido de antecipação de tutela que fora concedida. Permanecem, portanto, os questionamentos sobre o (in)devido uso de recursos públicos para patrocínio de entidades privadas.

Nesse sentido, com vistas a obter-se um retrato fidedigno da situação fática e jurídica desses negócios firmados pela Caixa – empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda –, é que se propõem os presentes questionamentos ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a fim de que sejam fornecidas as informações pertinentes.

Sala das Sessões, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSDB

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 567, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, *a Sra. Hebe de Miranda Pereira,* que completou dez anos à frente da Diretoria Social e de Eventos do Atlético Rio Negro Clube, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Rua Luzia Contente, n. 35 Cj Kyssia 2, Manaus/AM. CEP: 69040-300.

Justificação

À frente da Diretoria Social e de Eventos do Atlético Rio Negro Clube, a Sra. Hebe de Miranda Pereira que cumpriu sua missão com muito zelo, honestidade, dedicação, amor e muito trabalho e sempre com sua família por perto e também muito próxima a Deus.

Seu amor pelo ATLÉTICO RIO NEGRO CLUBE é um amor puro, profundo e singelo, amor advindo da mais tenra infância e dela trazido para a idade adulta com vistas a realizar projetos visionários e inovadores.

Sua missão foi cumprida com muito êxito e de maneira efetiva e profícua, muito nos orgulha acompanhar o seu desempenho à frente da diretoria social de eventos do ATLÉTICO, pois sabemos que o melhor foi feito. Manaus reconhece o seu trabalho e reconhece também Atlético Rio Negro Clube como um clube querido da cidade de Manaus.

Parabéns por ter no seu currículo essa missão aceita e realizada de maneira tão honrosa, e que agora fique as boas lembranças e os novos desafios!!.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/AM.

REQUERIMENTO Nº 568, DE 2013

Requerimento de voto de pesar.

Requeiro, de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar, pelo falecimento do Padre Geraldo, Gerard Lothaire Jules Olivier, prefeito da cidade de Japaratuba no Estado de Sergipe.

Inserção em ata de voto de profundo pesar.

Apresentação de condolências ao povo de Japaratuba através do representante deste Município.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2013. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** PSB/SE.

REQUERIMENTO Nº 569, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, *aos Correios no Brasil*, que está comemorando 350 anos de existência, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente dos Correios Senhor Wagner Pinheiro de Oliveira, no seguinte endereço: SBN QD 01, Bloco A. Edifício Sede ECT. Brasília/DF. CEP: 70.002-900.

Justificação

Os Correios tiveram sua origem no Brasil em 25 de janeiro de 1663 e, desde então, vêm se modernizando, criando e disponibilizando serviços de qualidade que correspondam às expectativas dos seus clientes.

A empresa realiza importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. Na composição do seu faturamento, aufere 54,3% da receita com os serviços exclusivos (carta, telegrama e correspondência agrupada), de modo que a reserva de mercado desses três serviços é fator essencial para a sobrevivência e para a garantia da universalização dos serviços postais.

O Sedex, criado em 1982, que se tornou um dos principais produtos da empresa e lidera o setor de encomendas expressas no Brasil. Nos últimos anos, o serviço passou a contar com outras modalidades, como o e-Sedex, Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje e Sedex Mundi, agilizando ainda mais a entrega de encomendas.

Devido à forte capilaridade da empresa, a prestação de serviços financeiros nas agências dos Correios constitui-se, cada vez mais, numa importante contribuição para a inclusão bancária de milhões de brasileiros. Desde a criação do Banco Postal, milhares de pessoas, que antes tinham que se deslocar para uma cidade vizinha para realizar uma simples operação bancária, agora contam com a comodidade de tudo poder ser feito na própria cidade onde moram.

Impulsionados pelas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, os Correios iniciaram em 2011 um profundo processo de modernização. Com a sanção da Lei 12.490/11, a empresa teve seu campo de atuação ampliado e foi dotada de ferramentas modernas de gestão corporativa para enfrentar a concorrência com a prestação de serviços mais ágeis e eficientes para toda a sociedade.

Com a nova lei, os Correios podem atuar no exterior e nos segmentos postais de serviços eletrônicos, financeiros e de logística integrada; constituir subsidiárias, adquirir controle ou participação acionária em empresas já estabelecidas e firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e a sua rede de atendimento.

Essa nova postura contribuirá para que a ECT se torne uma empresa de "classe mundial", destacada por suas práticas e resultados, à altura da confiança que o cidadão brasileiro sempre depositou nos Correios.

Com o objetivo de aprimorar o atendimento à sociedade, nos últimos dois anos, foram contratados 15 mil trabalhadores por concurso público (e outros 6,6 mil estão sendo admitidos em 2013) e investidos cerca R$ 550 milhões na compra de veículos; construção, reforma, e ampliação de unidades; e aquisição de computadores e equipamentos para a área operacional. Também foi criada uma área estratégica voltada ao relacionamento com clientes e a Ouvidoria foi reativada.

Os Correios sempre estiveram sincronizados com a história e com a evolução do Brasil, por isso esses 350 anos é tão importante. a empresa vive momento especial em sua trajetória, já que, acompanhando o Brasil, passa por uma transformação e evolução radical

Hoje os Correios brasileiros estão entre os 10 melhores operadores postais do mundo, de acordo com estudo divulgado pela consultoria internacional Accenture, em abril. Com três séculos e meio de história, os Correios figuram entre as instituições mais confiáveis da Nação. Acompanhando o crescimento nacional, a empresa escreve novos capítulos em sua história, agrega avanços tecnológicos e digitais aos seus serviços, e busca atender cada vez melhor os cidadãos de todos os 5.565 municípios brasileiros.

Parabéns aos carteiros, atendentes e todos os outros funcionários que fazem parte dessa história.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/AM.

REQUERIMENTO Nº 570, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao 53º Congresso da UNE e a Virginia Barros que foi eleita a Presidenta da UNE, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Rua Vergueiro, 2485, Vila Madalena – São Paulo/SP. CEP: 04101-200.

JUSTIFICAÇÃO

O CONUNE, ou Congresso da UNE, é o maior e mais representativo fórum da entidade. Esse ano, a 53º edição do encontro ocorreu em Goiânia, no centro oeste do país, de 29 de maio à 2 de julho, e reuniu mais de 10 mil jovens de todos os estados. A programação envolveu debates, grupos de discussão, plenárias e atividades culturais.

Entre os destaques estiveram a cerimônia de apresentação do primeiro relatório de trabalho da Comissão da Verdade da UNE, que investiga casos como o do grande e sempre líder estudantil Honestino Guimarães, o 3º Encontro Nacional de Cotistas e Prounistas, uma passeata para investimentos na educação, como a destinação de 10% do PIB, 50% do Fundo Social do Pré-sal e 100% dos royalties do petróleo para a educação, além de dezenas de painéis com representantes do meio acadêmico, movimentos sociais e de juventude sobre os temas mais próximos à realidade dos estudantes brasileiros.

O 53º Congresso da UNE terminou com a eleição da nova diretoria e presidência da entidade. A maior organização de juventude do país elegeu a

pernambucana Vic Barros, 27 anos, aluna de Letras na Universidade de São Paulo (USP) sua nova presidenta. Em um processo eleitoral que teve participação recorde de delegados e delegadas representando 98% das instituições de ensino superior no Brasil, Vic foi eleita pela chapa "Bloco da unidade para o Brasil avançar, com 2607 votos (69%), dentro de um total 3.764 delegados credenciados.

O Congresso da UNE também definiu, no dia 01 os rumos e posicionamentos da entidade para os próximos dois anos, no que diz respeito à conjuntura nacional, educação e organização do movimento estudantil. Foi convocada, na plenária final, uma Jornada de Lutas para os meses de junho, julho e agosto, com a pauta central da Educação brasileira.

A eleição da nova diretoria e presidência da entidade elegeu a pernambucana Victoria Barros, 27 anos, aluna de Letras na Universidade de São Paulo (USP) sua nova presidenta. Em um processo eleitoral que teve participação recorde e delegados representando 98% das instituições de ensino superior no Brasil, Vic foi eleita pela chapa "Bloco da unidade para o Brasil avançar, com 2607 votos (69%), dentro de um total 3.764 delegados credenciados.

Parabéns UNE por ser uma entidade forte, representativa e pronta pra lutar pelos estudantes brasileiros e parabéns Vic por essa grande vitória!!

Sala das Sessões, 3 de Junho de 2013.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/AM

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2013

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do, Dr. José Walter Bautista Vidal, bem como seja encaminhada o referido Voto aos seus familiares e amigos, em nome de seus filhos Pablo, Milena, Lara e Aline, no seguinte endereço: SQS 106 Bloco C Apto. 303. Asa Sul. Brasília/DF. CEP: 70.345.030.

JUSTIFICAÇÃO

Morreu no dia 01 de Junho de 2013, aos 78 anos, em Brasília, o ex-professor da UNB, físico baiano José Walter Bautista Vidal.

Ele foi um dos idealizadores do Proálcool, o programa criado pelo governo na década de 1970 para diminuir a dependência do petróleo.

Ele tinha Alzheimer e estava internado havia quase um mês no Hospital Santa Luzia, em Brasília. Ele teve falência múltipla dos órgãos. Ele deixa quatro filhos e seis netos e dezenas de publicações que compõem um painel dos problemas brasileiros e suas soluções.

José Walter Bautista Vidal, engenheiro com pós-graduação em física; professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e Estadual de Campinas; ocupou várias funções de comando em governos estadual e federal; foi primeiro Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia do Brasil (governos Ernesto Geisel e José Sarney), na Bahia, aos 34 anos; chefiou por três vezes a Secretaria de Tecnologia Industrial, a partir de Severo Gomes como ministro e participou de conselhos nacionais das áreas industriais, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Educação, tendo fundado mais de 30 instituições nesses setores; foi o principal responsável pela implantação do Programa Nacional do Álcool; jornalista, escritor de mais de 12 livros, autor premiado, seu livro *De Estado Servil a Nação Soberana* recebeu o prêmio Casa Grande e Senzala de Interpretação da Cultura Brasileira 1987/88; foi consultor de vários organismos internacionais e coordenou o Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 4 de Junho de 2013.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

PCdoB/AM

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 572, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011 que, "Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências", seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2013.

Senador **LOBÃO FILHO**

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2013

Altera o art. 62 da Constituição Federal para limitar a edição de Medidas Provisórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 62**. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, em número máximo de seis por semestre, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, ressalvadas desse limite as medidas a serem editadas nas situações de calamidade pública, ameaça à ordem pública e à soberania nacional.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Reconhecemos a importância e o sentido democrático de que se reveste o instituto da medida provisória (MPV), inserido na nossa Constituição Federal em louvor à moderna concepção de separação e harmonia entre os poderes, aprimorada com o passar do tempo, desde a sua concepção original.

Os elementos que a caracterizam, porém, de relevância e urgência, vêm sendo banalizados desde longa data, como se a função legiferante fosse precipuamente confiada ao Poder Executivo, e não ao Congresso Nacional.

O Poder Legislativo, devido ao excesso de edições de medidas, vê-se muitas vezes constrangido no exercício de sua função primordial, devido à necessidade de apreciar as MPVs no tempo estipulado pela Lei Maior.

Dessa forma, julgamos necessária e urgente a inserção de alterações nas regras deste instituto jurídico, que tem sido utilizado de forma abusiva e com verdadeira afronta ao princípio magno da separação dos poderes, que repele a concentração de poder e requer adequada interpretação ao sistema de **freios e contrapesos**, norteador do conceito moderno de separação e harmonia.

Se um dos poderes, no caso o Poder Executivo, detém com prioridade, além das prerrogativas que lhe são inerentes em primeiro plano, as funções que constituem tarefas precípuas de outro Poder, o que se vê é uma invasão do campo de competência, e conseqüente prejuízo ao aprimoramento das instituições democráticas, com porta aberta à ditadura, como não o recomenda a prudência política. Não se pode perder de vista o espírito que dita a teoria da tripartição, de cuja harmonia se compõe o nosso sistema presidencialista. Legislar é tarefa precípua do Legislativo, tendo o Poder Executivo tal função apenas em caráter **extraordinário**.

A proposta, se aprovada, contribuirá para ajustar as normas referentes ao processo legislativo a um princípio de maior espectro que compõe o nosso ordenamento constitucional, e que lhe serve de arcabouço, que é o princípio da separação dos poderes, gravado como cláusula de perenidade.

Não é segredo o quanto tem se mostrado prejudicial a banalização da apresentação de MPVs, o que contraria todo o espírito no qual se baseou o legislador constituinte para elaborar as regras constitucionais referentes ao processo legislativo.

A limitação numérica de medidas constitui, assim, meio poderoso para inibir a sua banalização, pois o instituto não pode servir, como vem ocorrendo, de instrumento por meio do qual o Poder Executivo se mostre um superpoder, em detrimento do equilíbrio e harmonia entre os poderes, princípio que constitui, no dizer de MONTESQUIEU, *a obra prima da legislação*.

Pensamos que a nossa iniciativa não se traduz em demasiada limitação ao poder legiferante do Chefe da Nação. A permissão de edição de seis medidas por semestre parece-nos plenamente suficiente para facultar ao Presidente da República o envio de iniciativas em caráter extraordinário, como deve ocorrer, tendo em vista os pressupostos justificadores da edição dessa espécie normativa – relevância e urgência, – considerando-se, ainda, as exceções contida na nossa proposição, relativas a situações especiais de calamidade pública, ameaça à ordem pública e à soberania nacional, que ficarão a salvo da limitação inserida.

No intuito, assim, de aprimorar o preceito constitucional para torná-lo mais afinado com a intenção que inspirou o legislador constituinte a inseri-lo no nosso ordenamento jurídico, tendo em vista os princípios que orientam nosso sistema político, esperamos de nossos ilustres Pares o acolhimento de nossa proposta.

Sala das Sessões, 28 de Maio de 2013.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

SENADOR(AS) _____

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2013

Altera o art. 62 da Constituição Federal para limitar a edição de Medidas Provisórias.

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

SENADOR(AS)_____

Constituição da República Federativa do Brasil.

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

.....

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts.153, I, II, IV, V e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

.....

.....

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 05/06/2013.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2013

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 42-B:

"**Art. 42-B.** A instituição financeira não poderá proceder o débito em conta de depósito sem prévia autorização do consumidor.

§ 1º A autorização deve ser prestada por escrito ou por meio eletrônico, com estipulação de prazo de validade, que poderá ser por tempo indeterminado, admitida a sua previsão no próprio instrumento contratual de abertura de conta de depósito.

§ 2º O cancelamento da autorização surtirá efeito a partir da data definida pelo consumidor ou, na sua falta, a partir da data do seu recebimento pela instituição financeira.

§ 3º A instituição financeira é obrigada a acatar a solicitação de cancelamento da autorização de débito automático em conta de depósito à vista, apresentada pelo consumidor, desde que não decorra de obrigação referente a operação de crédito contratada com a própria instituição financeira."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo proteger o consumidor de autorizações de débito realizadas por meio de *telemarketing*. Os bancos possuem convênios com grandes empresas que visam à desburocratização das autorizações de débito. Na prática, as empresas enviam para os bancos mensagens eletrônicas determinando o débito automático na conta do consumidor, sem qualquer verificação junto ao correntista.

A justificativa é que o débito automático foi autorizado pelo consumidor em conversa com os atendentes de *telemarketing* da grande empresa, mas na realidade ele envolve a ação de criminosos que se passam pelo consumidor. Os serviços são contratados e debitados em favor de pessoas estranhas à relação comercial do consumidor, que somente fica sabendo quando ele tira o extrato e percebe a fraude, momento no qual algum débito já ocorreu em sua conta.

Vale destacar que o projeto de lei foi elaborado com base na Resolução nº 3.695, de 2009, do Banco Central do Brasil, que trata do assunto.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **ALFREDO NASCIMENTO**
(PR/AM)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

SEÇÃO V

Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Incluído pela Lei nº 12.039, de 2009)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Desfesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2013

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo II do Título III da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"**Art. 9º-A**. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, constituídos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), bem como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), reservarão, no mínimo, cinco por cento das vagas de seus cursos técnicos de formação inicial e continuada para, matrícula de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, inseridas no cadastro de que trata o §1º do art. 9º.

§ 1º A matrícula nos cursos de que trata o *caput* deste artigo serão gratuitos.

§ 2º As mulheres em situação de violência doméstica ou familiar que optarem por participar dos cursos de que trata o *caput* serão encaminhadas aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e ao SEBRAE pelo Ministério Público."

"**Art. 9º-B**. As entidades especificadas no *caput* do artigo anterior deverão comunicar, semestralmente, ao Tribunal de Contas da União e aos Ministérios do Trabalho e Emprego, e da Educação, o total de pedidos de matrículas e de matrículas efetivamente realizadas em seus cursos técnicos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma realidade mundial, que vem sendo enfrentada de maneira mais efetiva nos últimos anos. Há uma busca crescente de novas estratégias para a erradicação de padrões de submissão e violência a que são, cotidianamente, submetidas as mulheres, em todo o mundo.

No Brasil, um marco fundamental dessa luta foi a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, a partir de quando a violência contra as mulheres passou a ter, na nossa sociedade, maior divulgação e atenção por parte das autoridades.

Deve-se levar em conta que, diante da multiplicidade de problemas que envolvem a mulher que sofre com a violência doméstica e familiar, as ações que se destinam a sua proteção precisam ser multidisciplinadas. Nessa ótica, um dos maiores desafios é o de proporcionar, à agredida, independência financeira, garantir que ela tenha meios para prover a si, e a seus filhos, sem a necessidade de continuar convivendo com o agressor.

Essa é a razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei, inserindo na Lei Maria da Penha dispositivo que garanta a essas brasileiras acesso gratuito aos cursos de qualificação oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Dessa forma, essas mulheres terão a oportunidade de serem inseridas no mercado de trabalho, passando a gerar sua própria renda, dando um passo decisivo no rompimento do ciclo de violência do qual são vítimas.

Essas são as razões pelas quais esperamos contar com o apoio de nossos pares para aprovação de tão relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9o A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1o O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2o O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3o A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2013

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 42-B:

"Art. 42-B. O fornecedor é obrigado a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito.

§ 1º A notificação deverá informar o nome, o endereço e o número de inscrição no CPF ou no CNPJ do cessionário.

§ 2º Caso não tenha sido feita a notificação prévia, será vedada a cobrança de multas, juros e outros encargos decorrentes da mora.

§ 3º No caso de renegociação da dívida ou novação da obrigação, o prazo prescricional permanecerá inalterado, de acordo com o prazo previsto para a obrigação original."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo reduzir os problemas verificados pela alteração de dívidas dos consumidores. Os fornecedores de produtos e serviços cedem suas carteiras de dívidas para empresas cobradoras especializadas nem sempre cumprindo os procedimentos previstos na legislação civil.

O consumidor – muitas vezes – termina sem informação a respeito de elementos básicos da dívida, como para quem ele está devendo, com quem ele deve negociar e de que forma ele pode quitar a dívida. A nosso ver, a notificação ao consumidor sobre a cessão do crédito deverá ser feita previamente à sua celebração, respeitando o seu direito de obter orientação sobre o que fazer e a quem pagar.

Além disso, no caso de renegociação da dívida, entre os principais problemas enfrentados pelo consumidor está a dúvida sobre a manutenção do contrato firmado com o credor primário, a data da prescrição da dívida e a dificuldade na renegociação. É uma situação de difícil entendimento pelo consumidor, que opta – em

muitos casos – por renegociar dívidas prescritas ou que estão prestes a prescrever. Sendo assim, estabelecemos no projeto que o prazo prescricional permanecerá inalterado, ainda que a dívida seja renegociada ou que se dê a novação.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **VITAL DO RÊGO**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Texto compilado
Mensagem de veto
Regulamento
Regulamento
Regulamento
Vigência
Vide Decreto nº 2.181, de 1997

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO V
Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Incluído pela Lei nº 12.039, de 2009)

SEÇÃO VI

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2013

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

.....

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja igual ou inferior a meio salário mínimo.

..... " (NR)

Art. 2º Com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será incluída estimativa do montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Carta Magna de 1988, por meio do seu art. 203, incluiu no contrato social brasileiro o compromisso de que idosos e pessoas com deficiência, que não possam prover seu sustento nem tê-lo provido por sua família, contarão com a proteção do Estado e da sociedade, de modo a desfrutar de uma vida digna. Para tanto, instituiu o Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O critério para o recebimento do benefício constitucional foi fixado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com o § 3º do art. 20 dessa lei, fazem jus ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) os idosos ou pessoas com deficiência cujas famílias possuam renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Dois anos depois da edição da Loas, o BPC veio a ser efetivamente implantado com a regulamentação contida no Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995, posteriormente revogado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que hoje regula o benefício.

Em 1995, antes da efetiva implantação do BPC, passou-se a questionar o limite máximo de renda familiar mensal *per capita* que credenciava a pessoa com deficiência ou idosa para recebimento do benefício, sob o argumento de insuficiência face às garantias de dignidade, justiça, solidariedade e erradicação da pobreza, inscritas nos arts. 1º e 3º da Carta Magna. Uma série de mudanças sociais e históricas (estabilização fiscal e monetária, melhor desempenho da economia, entre outros), bem como jurídicas (sucessivas mudanças nas linhas de corte econômicas para o recebimento de outros benefícios no plano federal, estadual ou municipal), terminou por erodir a constitucionalidade do § 3º do *caput* do art. 20 da Loas.

Em virtude dessas mudanças, alguns diplomas legais já estabeleceram como critério de elegibilidade para o recebimento de benefício, ou para a caracterização de baixa renda, o limite máximo de renda mensal de até meio salário mínimo *per capita*. O Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado em 2003 (Lei nº 10.689, de 13 de junho) e posteriormente incorporado ao Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, adota esse critério. Diga-se, a propósito, que o BPF – disciplinado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – representa a junção de mais três programas de transferência de renda do Governo Federal, além do Cadastro Único para Programas Sociais: o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação (Bolsa Escola) e o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação), ambos de 2001; e o Programa Auxílio-Gás, de 2002.

Todos os programas assistenciais aludidos já utilizam o critério de meio salário mínimo para intitular o cidadão, ou a cidadã, a receber os benefícios assistenciais por eles criados.

Afinal, é forçoso ver que as garantias constitucionais dos idosos e das pessoas com deficiência não são atendidas pelo atual critério da Loas, que atinge apenas aqueles extremamente pobres, quando o País já tem condições para estender a proteção assistencial às pessoas pobres, em geral, conforme determina a Constituição.

De acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2008, publicadas em artigo da revista *Sociedade e Estado*, da Universidade de Brasília (UnB), em 2010, 37% dos BPC distribuídos à época serviam às famílias de renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo; 25% atingiam a população com renda familiar *per capita* entre um quarto do salário mínimo e meio salário mínimo; e os demais 38% alcançavam as famílias com renda mensal *per capita* igual ou superior a meio salário mínimo.

Isso significa que parte da população-alvo da presente proposição já recebe o benefício na atualidade, em razão da dificuldade de determinar com

precisão as faixas de renda junto a grupos sociais marginalizados. De fato, a dificuldade de contabilizar a renda monetária irregular e informal faz com que os assistentes sociais evitem rigorismos e reconheçam as carências mesmo daqueles que, segundo o critério atual da Loas, não poderiam receber o benefício. Assim, se é possível esperar que, com o aumento do limite de renda ora proposto, a população elegível suba de 9% para 29% da população, também é fato que parte desses novos beneficiários já se encontra coberta pela prática atual.

Segundo o Ipea, a utilização do critério de meio salário mínimo para o recebimento do BPC geraria aumento real da ordem de 48% no número de beneficiários, ou até menos, na medida em que o aumento do critério de renda levaria ao alcance de populações de vida econômica menos informal, o que ensejaria menos "erros de inclusão" no BPC. Os dados disponíveis, que são de 2008, mas que refletem bem as condições atuais, mostram que esse aumento de 48% no número de beneficiados (algo em torno de quatro milhões de pessoas) ocasionaria um impacto de cerca de R$ 9 bilhões no orçamento do BPC, o que equivaleria a apenas 2,5% do orçamento autorizado da previdência social (sempre em 2008). Se observarmos a história recente do benefício, veremos que uma expansão de 48% em seu número de beneficiários não lhe é absurda: entre 2003 e 2008, por exemplo, esse número cresceu 58%.

O fato – já reconhecido pelos tribunais e pelo legislador federal estadual, distrital e municipal – é que o formato atual do BPC leva a proteção social apenas às pessoas extremamente pobres, em condição de miséria, embora a Constituição, inequivocamente, assegure tal proteção não somente em caso de pobreza extrema, mas de pobreza.

A proposição que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares busca, simultaneamente, atualizar e uniformizar os critérios dos textos legais de natureza assistencial, e levar a justiça constitucional a todos os que a ela fazem jus. Por isso, propomos não apenas a majoração dos valores de elegibilidade, mas ainda a inclusão da expressão "igual ou inferior", em lugar da redação anterior, que fazia elegíveis apenas as pessoas com renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo. A inclusão da expressão "igual" no texto da lei significa também a inclusão, na realidade, de um contingente de cidadãos e cidadãs que, materialmente, são elegíveis para o recebimento do BPC. Na prática, a ausência da expressão "igual" significa a exclusão de pessoas que muito necessitam da assistência do Estado. Ademais, faz com que os agentes estatais, considerando a realidade social e familiar com que se deparam, alarguem os critérios fixados, dando menos atenção à letra da lei, para poder ser fiéis ao espírito dela.

Nossa proposição busca fazer com que o texto da lei traduza com clareza o seu espírito. Em razão disso, pedimos o apoio dos nobres Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Mensagem de veto
Regulamento
Texto compilado
Vide Decreto nº 7.788, de 2012 (Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social)

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

~~*§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)*~~

~~*I – pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)*~~

~~*II – impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)*~~

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem

impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

~~*§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)*~~

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2º, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.(Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 9º A remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz não será considerada para fins do cálculo a que se refere o § 3º deste artigo. (Inclído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Inclído pela Lei nº 12.470, de 2011)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Seção III
Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio

administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública

Seção I
Da Geração da Despesa

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO II
Da Seguridade Social

Seção IV
Da Assistência Social

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

DECRETO Nº 6.214,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo deste Decreto, o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada instituído pelo art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 2º O art. 162 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

> "Parágrafo único. O período a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado por iguais períodos, desde que comprovado o andamento regular do processo legal de tutela ou curatela." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs 1.744, de 8 de dezembro de 1995, e 4.712, de 29 de maio de 2003.

Brasília, 26 de setembro de 2007; 186º da Independência e 189º da República.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O Senado Federal recebeu o **Ofício n° 17, de 29 de maio de 2013**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, referente ao **Requerimento n° 191, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Álvaro Dias, que encaminha nota técnica no sentido de não ser da competência da Secretaria-Geral da Presidência da República prestar as informações solicitadas.

O Ofício foi encaminhado, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

– **Nº 37, de 29 de maio de 2013**, do Ministro de Estado do Esporte, em resposta ao Requerimento nº 193, de 2013, de informações, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

– **Nº 146, de 31 de maio de 2013**, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 1.183, de 2012, de informações, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

– **Nº 16.336, de 31 de maio de 2013**, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 89, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 39, de 29 de maio de 2013**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao **Requerimento nº 24, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 16.578, de 3 de junho de 2013**, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 38, de 2013, de informações, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 69/PRESI-APO, de 2013**, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica (APO), no 2° semestre de 2012.

É o seguinte o Ofício:

OFICIO "S"
Nº 26, DE 2013

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2013

A P O
Autoridade Pública Olímpica

Ofício nº 069/2013/PRESI - APO
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Atividades: 2º semestre/2012

Senhor Presidente,

1. A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, ratificou os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro para criação do Consórcio Público, sob forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO. Essa Lei, nos termos do seu artigo 8º, foi regulamentada através do Decreto nº 7.560, de 08 de setembro de 2011, posteriormente alterado pelo Decreto nº 7.615, de 18 de novembro de 2011.

2. Leis estadual e municipal , respectivamente de nºs 5.949, de 13 de abril de 2011, e 5.260, de 13 de abril de 2011, também ratificaram o Protocolo de Intenções.

3. Por seu turno, o artigo 6º da Lei 12.396/2011 dispõe:

"A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional".

4. Nessas condições, em observância ao estabelecido no texto legal, encaminho a Vossa Excelência o anexo Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no segundo semestre de 2012.

5. Vale mencionar que outra Lei aprovada pelo Congresso Nacional, a de nº 12.035, de 01 de outubro de 2009, o chamado Ato Olímpico, merece especial atenção por parte da APO, dado consubstanciar os compromissos assumidos durante o processo de candidatura da Cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos de 2016 e que estão a requerer adequada implementação.

6. A APO, por meu intermédio e de seus dirigentes e corpo técnico, coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,

MARCIO FORTES DE ALMEIDA
Presidente

Autoridade Pública Olímpica

Relatório de Atividades
2º semestre de 2012

"Art. 6º A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional." (Lei nº 12.396/2011)

Autoridade Pública Olímpica - APO

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO, OBJETIVO, MISSÃO E VISÃO .....
1 – Competências, Jurisdição e Estrutura .....
1.1 – Competências .....
1.2 – Jurisdição .....
1.3 – Estrutura .....
1.3.1 – Principais Órgãos da Estrutura.....
1.3.2 - Órgãos Executivos de Primeiro Nível.....
2 – Atividades .....
2.1 – Ações Cumpridas no Segundo Semestre de 2012 .....
2.2 - VICR - Venues and Infrastructure Construction Review (Revisão dos Locais de Evento e da Infraestrutura da Construção) .....
2.3 - PR-COI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Olímpico Internacional) .....
2.4 – PR-CPI Project Review (Revisão de Projetos-Comitê Paraolímpico Internacional).....
2.5 - TICR –COI (Revisão Complementar dos Projetos de transportes-COI).....
2.6 - Transport Review-COI (Revisão complementar sobre o plano de funcionamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro- Galeão).....
2.7 - Accommodation Review-COI (Revisão complementar sobre Acomodações).....
2.8 - OGKM Energy-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento-Energia).....
2.9 - OGKM Knowlegement Legacy-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento-Legado do Conhecimento).....
2.10 – OGKM Arrivals&Departures-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento – Chegadas e Partidas).....
2.11 – Debriefing Londres-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012 – Tecnologia) .....
2.12 – Debriefing Londres-COI (seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012-Geral) .....
2.13 – Debriefing Londres-CPI (Seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012-Jogos Paraolímpicos .....
2.14 – Grupos de Trabalho .....
3 - Atividades Institucionais .....
3.1 – Conselho Público Olímpico .....
3.2 – Conselho de Governança .....
3.3 – Conselho Fiscal .....
3.4 – Presidência .....
3.5 - Órgãos específicos singulares .....
3.5.1. Diretoria Executiva .....
3.5.2. Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Apoio ao Evento e Meio Ambiente
3.5.3. Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção .....
3.5.4. Diretoria de Operações e Serviços .....
3.5.5. Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego .....
4 - Divulgação Institucional .....
5 - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira .....
6 - Previsão para o Próximo Semestre .....
7 - Considerações Finais .....
Tabelas.....

Autoridade Pública Olímpica - APO

LISTA DE SIGLAS

DENOMINAÇÃO	SIGLA
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	ABIH
Agência Brasileira de Inteligência	ABIN
Agência Nacional de Aviação Civil	ANAC
Agência Nacional de Telecomunicações	ANATEL
Advocacia Geral da União	AGU
Autoridade Pública Olímpica	APO
Assessoria Especial para Grandes Eventos	AEGE/MD
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Casa Civil da Presidência da República	CC/PR
Centro de Imprensa Escrita	MPC
Centro de Imprensa de Imagem	IBC
Comissão de Assuntos Econômicos	CAE
Comitê Organizador dos Jogos	COJO
Comitê Olímpico Brasileiro	COB
Comitê Olímpico Internacional	COI
Comitê Paralímpico Internacional	IPC
Comitê Técnico de Eventos Especiais	CONAERO
Companhia Docas do Rio de Janeiro	CDRJ
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	CEDAE
Comissão de Coordenação do COI (CoordinationCommission)	COCOM
Conselho de Governança	CGO
Conselho Público Olímpico	CPO
Consultoria Jurídica	CONJUR
Controladoria-Geral da União	CGU
Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção	DISEG
Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Apoio ao Evento e Meio Ambiente	DIEMA
Diretoria de Operações e Serviços	DIOPS
Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego	DIMOB
Divisão Olímpica de Sustentabilidade	DOS
Empresa Olímpica Municipal	EOM
Escritório de Gerenciamento de Projetos do Rio de Janeiro	EGP-Rio
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	INFRAERO
Foreign Commonwealth Office	FCO
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Gabinete de Segurança Institucional	GSI
Gerência Regional do Patrimônio da União/SPU	GRPU
Host City Contract	HCCXC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Instituto Brasileiro de Turismo	EMBRATUR
Instituto Nacional de Meteorologia	INMET
Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	LADETEC
Laboratório de Controle de Dopagem	LAB DOP
Ministério da Educação	MEC
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA
Ministério da Justiça	MJ
Ministério de Minas e Energia	MME
Ministério do Esporte	ME
Ministério do Meio Ambiente	MMA
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	MPOG

Autoridade Pública Olímpica - APO

Plano de Gestão de Sustentabilidade	PGS
Programa de Aceleração do Crescimento	PAC
Programa Governamental de Observadores	PGO
Olympic Broadcasting Service	OBS
Olympic Games Impact	OGI
Olympic Games Knowledge Management (Gestão do Conhecimento-Jogos Olímpicos)	OGKM
Revisão de projetos (Project Review) - Comitê Olímpico Internacional	PR-COI
Revisão de projetos (Project Review)- Comitê Paralímpico Internacional	PR-IPC
Revisão da construção da infraestrutura e dos locais de evento (Venues and Infrastructure Construction Review)	VICR
Secretaria de Aviação Civil	SAC
Secretaria de Comunicação da Presidência da República	SECOM/PR
Secretaria Geral da Presidência da República	SG/PR
Secretaria de Gestão Pública	SEGEP
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República	SECOM
Secretaria de Orçamento e Finanças	SOF
Secretaria da Receita Federal do Brasil	SRFB
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	SRI
Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento	SRH
Secretaria do Tesouro Nacional	STN
Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos	SESGE
Secretaria Federal de Controle Interno	SFC
Secretaria Nacional de Direitos Humanos	SDH
Sistema Brasileiro de Classificação	SBClass
Sistema Gestor de Escritório e Projetos	GEPNET
Subchefia de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil/PR	SAM/CC
Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil/PR	SAJ/CC
Secretaria do Patrimônio da União	SPU
Parceria Público-Privada	PPP
Tribunal de Contas da União	TCU
Unidades de Tratamento de Rio	UTR
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ

Autoridade Pública Olímpica - APO

▪ IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			**Código SIORG:** 116793
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Autoridade Pública Olímpica			
Denominação Abreviada: APO			
Código SIORG: 116793	**Código LOA:** 91005		**Código SIAFI:** 91214
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Especial			**CNPJ:** 140395410001-38
Principal Atividade: Coordenação das atividades relacionadas à preparação e entrega de infraestrutura e serviços para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016			**Código CNAE:** 8212-4
Telefones/Fax de contato:	(21) 3808 6498	(61) 3313-7231	
Endereço Eletrônico: apo@apo.gov.br			
Página na Internet: http://www.apo.gov.br			
Endereço Postal: Rua Lélio Gama, 105, sala 3702 – Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP - 20.031.080 Escritório de Representação/Brasília: SCES Trecho 02, lote 22, 2º andar Brasília/DF – CEP70.200-002			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
• Lei Federal nº 12.035, de 01 de outubro de 2005 - Ato Olímpico • Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011 • Lei Estadual/RJ nº 5.949, de 13 de abril de 2011 • Lei Municipal/RJ nº 5.260, de 13 de abril de 2011 • Decreto Federal nº 7.560, de 09 de setembro de 2011 – Vinculação MPOG • Decreto Federal nº 7.615, de 17 de novembro de 2011 – Vinculação ME • Decreto Federal nº 7.823, de 09 de outubro de 2012			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

Autoridade Pública Olímpica - APO

- Resolução CPO 01, de 16/12/2011 – Nomeação do Conselho de Governança
- Resolução CPO 02, de 16/12/2011 – Nomeação do Conselho Fiscal
- Resolução DEx 01, de 20/12/2011 - Favorável às propostas de Estatuto e Orçamento para 2011
- Resolução CGO 01, de 23/12/2011 – Favorável à proposta de Estatuto
- Resolução CGO 02, de 23/12/2011 – Favorável à proposta de Orçamento 2011
- Resolução CPO 03, de 27/12/2011 – Aprova Estatuto
- Resolução CPO 04, de 27/12/2011 -Aprova o Orçamento 2011
- Resolução DEx 02, de 30/12/2011 – Cargos, funções e contratações: percentual e requisitos
- Resolução DEx 01, de 28/06/2012 – Aprova o Regimento Interno da APO
- Resolução DEx 03, de 04/07/2012 – Aprova o Quadro Demonstrativo de Cargos e Funções da APO
- Resolução CPO nº 04, de 10/12/2012 – Altera o Estatuto da APO
- Resolução CPO nº 05, de 10/12/2012 – Aprova o Orçamento 2012
- Resolução CPO nº 06, de 10/12/2012 – Indica o Presidente do Conselho FISCAL e nomeia membros.

OBJETIVO

Apoiar os entes federativos - União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

MISSÃO

Coordenar a participação das entidades da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas por tais entes federativos perante o Comitê Olímpico Internacional (COI) para tal finalidade.

VISÃO

Busca permanente da excelência pela efetividade de suas ações, visando à melhoria da gestão pública na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Autoridade Pública Olímpica - APO

1 - Competências, Jurisdição e Estrutura

1.1 - Competências

A APO tem por finalidade coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Brasileiro – COI para esses fins e, notadamente:

I - a coordenação de ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos, incluindo a representação dos entes consorciados perante órgãos ou entidades da administração, direta ou indireta, e outros entes da Federação nos assuntos pertinentes ao seu objeto;

II - o monitoramento da execução das obras e serviços referentes aos Projetos Olímpicos;

III - a consolidação do planejamento integrado das obras e serviços necessários aos Jogos, incluindo os cronogramas físico e financeiro e as fontes de financiamento;

IV - o relacionamento, em conjunto com os próprios entes consorciados, com o Comitê Rio 2016 e demais entidades esportivas, nacionais e internacionais, responsáveis por modalidades olímpicas e paralímpicas nos assuntos relacionados à organização e realização dos Jogos;

V - o planejamento referente ao uso do legado dos Jogos, com proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental;

VI - a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades junto aos consorciados e ao Comitê Rio 2016, visando definir obrigações das partes para a realização dos eventos, face as obrigações assumidas perante o COI;

VII - a homologação prévia dos termos de referência, projetos básicos e executivos relativos à preparação e realização dos Jogos com a estrita finalidade de verificar se atendem aos compromissos assumidos junto ao COI, a serem contratados pelos entes consorciados, inclusive por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos casos de utilização do regime diferenciado de licitações e contratos para as obras e serviços, estabelecidos em lei federal;

VIII - a interlocução, nos casos de impasses relacionados à execução de obras, com órgãos de controle, de licenciamento ambiental e demais órgãos envolvidos.

1.2 – Jurisdição

A Autoridade Pública Olímpica mantém sua sede e foro no Município do Rio de Janeiro, localizado no Estado do Rio de Janeiro, e escritório de representação na cidade de Brasília, Distrito Federal, conforme previsto na Lei 12.035/2009 e, poderá, excepcionalmente, atuar em outros Estados, no Distrito Federal e Municípios da Federação, com vistas à preparação e realização dos Jogos.

Autoridade Pública Olímpica - APO

1.3 – Estrutura

A Autoridade Pública Olímpica está estruturada na forma a seguir:



Autoridade Pública Olímpica - APO

1.3.1 - Principais Órgãos da Estrutura

Conselho Público Olímpico – CPO

Instância máxima da APO, formado paritariamente por representantes dos Governos federal, estadual e municipal, tendo por finalidades: a aprovação ou modificação do estatuto e do orçamento da APO; a aprovação da Carteira de Projetos Olímpicos; a nomeação dos membros do Conselho de Governança e do Conselho Fiscal, bem como a aprovação da Matriz de Responsabilidades.

Conselho de Governança

Órgão permanente de assessoramento do CPO, é formado pelo Presidente da APO, que o preside; pelo Diretor Executivo; por três representantes do Governo Federal, indicados pelo Presidente da APO; por um representante da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, indicado por seu Prefeito; por um representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, indicado por seu Governador; por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho Público Olímpico, e por um representante do COMITÊ RIO 2016, por ele indicado. Tem por finalidades: opinar, antes de seu encaminhamento ao Conselho Público Olímpico, sobre as diretrizes fundamentais de organização administrativa da APO; opinar sobre o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário da APO e apreciar a prestação de contas da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal

Órgão de fiscalização econômico-financeira, integrado por três membros titulares e respectivos suplentes, preferencialmente pertencentes às áreas fazendárias dos entes do Consórcio. Tem como competências: fiscalizar os atos dos dirigentes da APO e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela APO; pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Governança ou pela Diretoria Colegiada; acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária; opinar sobre as propostas a serem submetidas ao Conselho Público Olímpico e à Diretoria Executiva, relativas a matérias orçamentárias, financeiras e patrimoniais, bem como sobre o relatório de gestão e a prestação de contas da Diretoria Executiva.

Presidência da APO

O presidente é escolhido pela Presidenta da República e por ela nomeado, após argüição e aprovação em voto secreto pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal. Cumpre mandato de quatro anos, permitida a recondução. Incumbe ao Presidente a representação legal da APO, bem como a coordenação e supervisão de suas atividades, na forma disposta no Estatuto.

Diretoria Colegiada

Órgão de coordenação e supervisão das atividades da APO. É integrada pelo Presidente da APO, que a preside, e pelos membros da Diretoria Executiva.

Entre outras atribuições, compete à Diretoria Colegiada a coordenação das ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos e seu respectivo monitoramento; elaboração e atualização da Carteira de Projetos Olímpicos e da Matriz de Responsabilidades; homologação prévia de termos de referência, projetos básicos e executivos relativos à preparação e realização dos Jogos, com a finalidade de verificar se atendem aos compromissos assumidos junto ao COI, a serem contratados pelos entes consorciados, nos casos de utilização de regime diferenciado de licitações e contratos, estabelecido em lei federal; celebração de convênios, contratos e acordos; contratação, manutenção ou execução, em caráter excepcional, nos casos previstos em lei, de obras e serviços referentes à Carteira de Projetos Olímpicos, mediante convênio com os entes consorciados; transferência de responsabilidade sobre projetos integrantes da Carteira de Projetos Olímpicos que forem justificadamente comprovados como de elevado risco de não entrega no prazo necessário à realização dos Jogos; e proteção da propriedade intelectual e das marcas relacionadas aos Jogos.

Diretoria Executiva

Composta pelo Diretor Executivo e quatro diretores de unidades finalística: Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Apoio ao Evento e Meio Ambiente, Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego, Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção e Diretoria de Operações e Serviços.

Compete à Diretoria Executiva, entre outras atribuições: submeter ao Conselho Público Olímpico as diretrizes fundamentais de organização administrativa, o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário, as propostas de plano plurianual e de orçamento anual, a proposta de Carteira de Projetos Olímpicos, bem como relatórios sobre casos em que estejam ocorrendo situações excepcionais que possam comprometer o cumprimento dos cronogramas, orçamentos, qualidade das entregas, entre outros; tomar as providências adequadas à fiel execução das diretrizes e deliberações do Conselho Público Olímpico; praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, administrar os bens da APO e decidir sobre temas de gestão e administração destinados a preservar e cumprir a missão institucional da entidade; e cooperar e interagir com o COMITÊ RIO 2016.

1.3.2 - Órgãos Executivos de Primeiro Nível

Para o cumprimento de sua missão institucional, a APO dispõe de quatro Diretorias Técnicas de primeiro nível. Esses órgãos são os responsáveis pela condução dos assuntos técnicos, e suas atribuições são, resumidamente, discriminadas a seguir:

Autoridade Pública Olímpica - APO

• À Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Apoio ao Evento e Meio Ambiente compete supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes a: instalações esportivas; meio ambiente, compreendidas as ações de saneamento, qualidade do ar e água, habitação e infraestrutura urbana; provimento de acomodações da família olímpica; centro principal de mídia; centro internacional de transmissões

• À Diretoria de Operações e Serviços compete: promover o tratamento e procedimentos de operações de eventos esportivos de grande porte; supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes aos serviços aduaneiros, de imigração, turismo, saúde, vigilância sanitária, telecomunicações, energia e utilidades, mídia internacional, núcleo de informações, propriedade intelectual, cultura, relações públicas, eventos e cerimonial; atuar como interface com os órgãos reguladores nas três esferas da Administração Pública e concessionárias de serviços públicos.

• À Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção compete: supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes à segurança pública interna em todas as suas dimensões, inteligência, infraestrutura de segurança, serviços de segurança, projetos especiais, segurança olímpica, controle do espaço aéreo, mobilização e intervenções, promover a integração dos órgãos de segurança dos três níveis de governo com vistas à operação durante os Jogos Olímpicos, inclusive definindo procedimentos para tomada de decisão em situações críticas; orientar o tratamento de procedimentos e providências no relacionamento com entidades e organizações internacionais e supranacionais na área de segurança; coordenar as atividades necessárias à criação e operação de um comando único e integrado de segurança em todos os níveis, nos termos acordados com o Comitê Olímpico Internacional.

• À Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego compete: supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes à infraestrutura de transportes, compreendidas as contidas nos sistemas viário, metroferroviário, aeroviário e portuário; atuar como interface com os órgãos reguladores nas três esferas da Administração Pública e concessionárias de serviços públicos.

2 - Atividades

2.1 - Ações Cumpridas no Segundo Semestre de 2012

A Autoridade Pública Olímpica-APO continuou o processo de estruturação de suas diretorias finalísticas e da Superintendência de Gestão Corporativa, área responsável pelo suporte administrativo e operacional.

No sentido da transparência das iniciativas, divulgando o conteúdo das decisões, incrementou-se a atividade relacionada à página da APO da Internet no que se refere ao acesso às informações conforme determinado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de acesso a informação.

Os Grupos de Trabalho já constituídos avançaram com suas demandas e reuniões com vistas ao estabelecimento de parâmetros e resultados de questões e situações que poderiam vir a impactar o sucesso do evento em 2016. Os assuntos pertinentes a cada grupo serão tratados em tópico específico deste relatório.

As participações da APO nos eventos oficiais do COI e IPC no Rio de Janeiro, a partir da previsão dos calendários que foram apresentados por aqueles entes internacionais, estão discriminadas a seguir:

Calendário dos Eventos Oficiais do COI e IPC com participação da APO

Evento			Data	
Classificação	Edição	Tipo	Início	Término
VICR-COI	12	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas em preparação para a edição de revisão de projetos (Projete Review) edição 6	17/11/12	21/11/12
TICR- COI	01	Sessões de acompanhamento dos projetos de transportes em complemento à edição 12 do VICR, com a finalidade de preparar a edição de revisão de projetos (Projete Review) edição 6	28/11/12	30/11/12
PR-COI	6	Revisão do Projeto –COI	17/11/12	17/11/12
Transport Review - Aeroporto	2	Transport Review – COI - Discutir o Plano de Funcionamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão (GIG)	13/07/12	13/07/12
ACC Review - COI	1	Revisão dos projetos de Acomodações	22/11/12	23/11/12
PR - IPC	2	Revisão do Projeto Executivo - IPC (Paraolímpicos)	23/11/12	23/11/12

Autoridade Pública Olímpica - APO

OGKM-COI Energia	2	Seminário de Transferência de conhecimento – energia	26/11/12	27/11/12
OGKM-COI Legado do Conhecimento	1	Seminário de Transferência de conhecimento - Legado do Conhecimento	07/11/12	07/11/12
OGKM-COI Chegadas e Partidas		Seminários de Transferência de conhecimento – Chegadas e Partidas	26/11/12	27/11/12
DEBRIEFING LONDRES - COI	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do COI (Tecnologia)	14/11/12	18/11/12
DEBRIEFING LONDRES - COI	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do COI (Jogos Olímpicos)	18/11/12	21/11/12
DEBRIEFING LONDRES - IPC	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do IPC(Jogos Paraolímpicos)	21/11/12	22/11/12

Em conjunto com as equipes dos Governos federal, estadual e municipal e a partir de entendimentos com os dirigentes e técnicos do COI que visitaram o Brasil no segundo semestre, o acompanhamento dos projetos olímpicos sob responsabilidade desses três níveis foram objeto de apresentações e discussões nas reuniões com os especialistas do COI em governança, infraestrutura esportiva e de não competição, acomodações, chegadas e partidas, energia, tecnologia, transportes, além de reuniões com o Comitê Paraolímpico internacional sobre os temas afetos aos Jogos Paraolímpicos.

Em novembro foi promovido o evento oficial do COI e do CPI para transferência de conhecimento sobre o planejamento, preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres. Este evento, em formato de seminário e reuniões temáticas, foi coordenado pelo COI e pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres e os especialistas dessas entidades, e como participantes as equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

Autoridade Pública Olímpica - APO

2.2 - VICR - Venues and Infrastructure Construction Review (Revisão dos Projetos de Infraestrutura das Instalações Esportivas e não-esportivas da Construção e de Transportes)

NOVEMBRO

17-21

Presenças: Dirigentes e técnicos da APO, Consultores do COI, dirigentes do Comitê Rio 2016, dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Pauta: Acompanhamento da evolução do projetos executados pelos vários parceiros governamentais e comitê organizador dos jogos, com a finalidade de verificar o alinhamento e ajustes nos escopos, cronogramas e execução dos principais projetos que impactam na entrega das infraestruturas, sistemas e operação dos Jogos. Ênfase nos projetos do Parque Olímpico da Barra, acomodações na região da Barra, Vila do Porto e região de Deodoro.

Foco na revisão da Lista de Projetos, com detalhamento sobre as equipes de projetos para a reconciliação de escopo entre o comitê organizados e os governos. Monitoramento do progresso de instalações e transportes em execução, incluindo o metrô linha 4, o Maracanã e arredores, assim como os projetos de transporte para a região portuária (VLT, estação do BRT no Galeão, conexão Barra-Zona Sul e atualização do master plan da Linha Olímpica).

Ainda sobre transportes, monitoramento dos 28 projetos de transportes e suas interconexões com os diferentes modais e acessos às instalações esportivas e não-esportivas. Análise do potencial de legado e melhorias gerais para uma mobilidade sustentável.

Introduzido o tema sobre estudos de contingência para os projetos críticos que tem as entregas estimadas para meio de 2014, fim de 2015 e meio de 2016.

Revisar os primeiros resultados dos estudos de fluxo e demanda de transportes públicos e particulares em 2016 em relação aos componentes dos sistemas de dimensionamento da infraestrutura e interconexões modais.

Examinar o estudo de tráfego da primeira proposta da rede da Linha Olímpica e compatibilizar com os indicadores considerados razoáveis para os Jogos, de maneira que se elimine os fatores de congestionamento.

2.3 - PR-COI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Olímpico Internacional)

NOVEMBRO
17

Presenças: Secretário-Executivo, Secretário de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Dirigentes e técnicos da APO, dirigentes e Consultores do COI, dirigentes do Comitê Rio 2016, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

O processo de preparação das sessões de apresentação foi construído com a participação da APO na coordenação dos entes governamentais, juntamente com o corpo técnico do Rio 2016, componentes das estruturas de governança do projeto olímpico.

Pauta: monitoramento da governança do comitê organizador Rio 2016, Vila Olímpica, programas para os comitês olímpicos nacionais (NOCs), esportes, experiência do espectador, comunicação, marketing, tecnologia, energia, sustentabilidade e legado, vistos e impostos, acomodações, projetos de instalações esportivas e infraestrutura de transportes.

2.4 - PR-CPI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Paraolímpico Internacional)

NOVEMBRO
23

Presenças: Presidente Secretário-Geral e especialistas e membros do CPI para os Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, dirigentes do Ministério do Esporte, Dirigentes e técnicos da APO, dirigentes do Comitê Rio 2016, dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Pauta: monitoramento da evolução dos projetos para sediar os Jogos Paraolímpicos de 2016, com o foco nos seguintes temas: estrutura e organização do comitê organizador Rio 2016 para os Jogos Paraolímpicos, transportes, projetos de acessibilidade no aeroporto internacional do Rio de Janeiro e no aeroporto internacional de Guarulhos, infraestrutura das instalações de competição, vila paraolímpica, esportes paraolímpicos, acomodações, integração com o detentor da radiodifusão dos Jogos, departamento comercial, experiência do espectador, ingressos e comunicação.

Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA .

Pauta: atualização sobre o Aeroporto Internacional do Galeão no Rio de Janeiro, compreendendo as informações sobre o Plano de Funcionamento atual do Galeão – passageiros, comunidade aeroportuária e cargas, a estrutura do operador (Infraero), empresas terceirizadas de handling, tabela de conectividade da ANAC, atualização do mapa da instalação, incluindo a principal via de acesso ao sítio aeroportuário. Neste evento foi feita a apresentação da primeira proposta de desenvolvimento do Plano Operacional da Instalação (VOP) ou Manual Técnico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, coordenado pela SAC.

2.7 – Accommodation Review – COI (Revisão complementar sobre acomodações)

NOVEMBRO
22-23

Presenças: especialista do COI da área de acomodações, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, dirigentes do Estado e representantes da APO.

Pauta: monitoramento da evolução dos projetos de acomodações para sediar os diversos clientes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, com o foco nos seguintes temas: hotéis da família olímpica, hotéis da Barra da Tijuca, Vila Olímpica, Vila de Mídia e hotéis da mídia.

2.8 – OGKM Energy – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Energia)

NOVEMBRO
26-27

Presenças: Especialista do COI da área de energia, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo ANEEL, EPE, ONS,FURNAS, LIGHT, RIO LUZ, EMBRATEL.

Pauta: introdução ao Projeto de Energia dos Jogos ao comitê organizador e instituições (concessionárias e empresas públicas) responsáveis pelo setor de energia. Visita técnica para apresentar as principais instalações de infraestrutura e/ou sistema de energia existentes da cidade do Rio de Janeiro para suprir a demanda dos Jogos.

Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA .

Pauta: atualização sobre o Aeroporto Internacional do Galeão no Rio de Janeiro, compreendendo as informações sobre o Plano de Funcionamento atual do Galeão – passageiros, comunidade aeroportuária e cargas, a estrutura do operador (Infraero), empresas terceirizadas de handling, tabela de conectividade da ANAC, atualização do mapa da instalação, incluindo a principal via de acesso ao sítio aeroportuário. Neste evento foi feita a apresentação da primeira proposta de desenvolvimento do Plano Operacional da Instalação (VOP) ou Manual Técnico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, coordenado pela SAC.

2.7 – Accommodation Review – COI (Revisão complementar sobre acomodações)

NOVEMBRO
22-23

Presenças: especialista do COI da área de acomodações, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, dirigentes do Estado e representantes da APO.

Pauta: monitoramento da evolução dos projetos de acomodações para sediar os diversos clientes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, com o foco nos seguintes temas: hotéis da família olímpica, hotéis da Barra da Tijuca, Vila Olímpica, Vila de Mídia e hotéis da mídia.

2.8 – OGKM Energy – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Energia)

NOVEMBRO
26-27

Presenças: Especialista do COI da área de energia, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo ANEEL, EPE, ONS,FURNAS, LIGHT, RIO LUZ, EMBRATEL.

Pauta: introdução ao Projeto de Energia dos Jogos ao comitê organizador e instituições (concessionárias e empresas públicas) responsáveis pelo setor de energia. Visita técnica para apresentar as principais instalações de infraestrutura e/ou sistema de energia existentes da cidade do Rio de Janeiro para suprir a demanda dos Jogos.

2.9 – OGKM Knowlegement Legacy – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Legado do Conhecimento)

NOVEMBRO
07

Presenças: Especialista do COI da área de gestão do conhecimento, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo CGU, Arquivos Nacional, Estadual e Municipal.

Pauta: introdução ao Projeto de Gestão do Conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, apresentação da Lei de Acesso a Informação como Facilitador para a Construção do Legado de Conhecimento, a relação e estrutura de desenvolvimento do Legado do Conhecimento dos Jogos e os Arquivos Nacional, Estadual e Municipal.

2.10 – OGKM Arrivals & Departures – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Chegadas e Partidas)

NOVEMBRO
26-27

Presenças: Especialistas do COI em chegadas e partidas, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo SAC, Infraero e ANAC, Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO, Receita Federal,Polícia Federal, Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA .

Pauta: introdução ao conceito de Aeroporto Olímpico e uma visão geral sobre as atividades de chegadas e partidas, assim como destaque das operações e experiências de edições anteriores de Jogos.

2.11 – Debriefing Londres – COI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 - Tecnologia)

NOVEMBRO
14-18

Presenças: Especialistas do COI em tecnologia, principais representantes da organização dos Jogos de Londres 2016 nas áreas de tecnologia, instalações, telecomunicações, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo ANATEL, Ministério das Comunicações.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Pauta: transferência de conhecimento das lições aprendidas em Londres em Tecnologia da Informação (TI), incluindo infraestrutura técnica e arquitetônica, planejamento da capacidade, listas de sistemas e aplicativos das áreas funcionais relevantes que usam o Centro de Operações de Dados dos Jogos, segurança das informações, gestão dos serviços (incluindo eventos testes e paraolímpicos), sistema principal dos Jogos (CGS) e sistema de gerenciamento dos Jogos (GMS) /

Aplicativos das áreas funcionais. Visão geral dos sistemas de entregas dos parceiros oficiais e do comitê organizador e suas integrações, licenciamento e evolução. Visão Geral dos projetos de Telecomunicações dos Jogos pelo comitê organizador e parceiros de telecomunicações, incluindo serviços de telefonia móvel para os eventos testes e Paraolímpicos, planejamento e gerenciamento do spectrum, planejamento e gerenciamento da operação dos serviços de rádio nas instalações, e *rate card*. Planejamento, organização, recursos, integração e operação dos sistemas de resultados, tempos e aferição das competições, incluindo eventos testes e Paraolímpicos. Visão Geral para desenvolver o Programa de Tecnologia para Internet, incluindo escopo dos serviços, funções e responsabilidades, servidor e uso de CDN, principais aplicativos e plataformas, testes, gestão do conteúdo e operação.

2.12 – Debriefing Londres – COI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 - Principal)

NOVEMBRO

14-21

Presenças: evento coordenado pelo COI e pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres 2012 e os especialistas do COI e CPI, e como audiência os dirigentes e equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

Pauta: transferência de conhecimento do planejamento, organização, implantação, realização e desmobilização dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, estruturado em três partes, a saber:

1) Visão, desenvolvimento e implantação:
   Como uma visão forte, única e sustentável levou para o sucesso dos Jogos. Compromissos demonstrados desde o planejamento das atividades, projetos e programas e cumprimento das promessas da candidatura, para depois gerir os legados dos Jogos e benefícios a longo prazo.Visão e os objetivos da comitê organizados sob a ótica da sustentabilidade, legado, diversidade e inclusão. Estratégias desenvolvidas e aplicadas traduziam a proposta dos Jogos de Londres entre todos os envolvidos. Olimpíada cultural e programas educacionais desenvolvidos.

2) Produto e experiência:
   Como as diferentes facetas dos Jogos foram concebidas e integradas para oferecer uma experiência única e inspiradora para todos os interessados, iniciada pelo posicionamento da marca dos Jogos, expandida de forma consistente no percurso da tocha olímpica, e reforçada pelas cerimônias deslumbrantes. Experiência incrível para todos os espectadores e público em geral.

Autoridade Pública Olímpica - APO

3) Entrega dos Jogos:
Demonstração do que é preciso para entregar os jogos, a partir de gerenciamento de projetos identificados nas diferentes fases do projeto. Obtenção de máximo rendimento e engajamento dos parceiros, para determinar os níveis de serviço e entregá-los a todos os grupos de clientes, para a concepção das instalações, construção e gestão, bem como realização de testes e integração.

2.13 – Debriefing Londres – CPI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 –Jogos Paraolímpicos)

NOVEMBRO
21-22

Presenças: evento coordenado pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres 2012 e os especialistas do CPI, e como audiência os dirigentes e equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

Pauta: transferência de conhecimento do planejamento, organização, implantação, realização e desmobilização dos Jogos Paraolímpicos de Londres 2012. Temas abordados: experiência do espectador, chegadas e partidas, sistema de transporte, comunicação e promoção, experiência da família paraolímpica, integração dos Jogos Paraolímpicos, cerimônias, revezamento da tocha eLive *Sites*, atletas paraolímpicos, experiência das equipes da organização (incluindo voluntários), inclusão e acessibilidade, considerações gerais sobre os serviços dos Jogos Paraolímpicos, marketing e gestão da marca paraolímpica, experiência da imprensa e esporte paraolímpico.

A APO atendendo a convites encaminhados pelas representações diplomática e consular do Reino Unido, de acordo com o programa governamental de observadores, enviou a Londres representantes com vistas à transferência de experiência de autoridades governamentais e de responsáveis pela organização das Olimpíadas na estruturação e montagem dos Jogos de 2012. A pauta das reuniões envolveu questões administrativas, orçamentárias, jurídicas e operacionais, no que concerne à concepção e entrega de projetos de obras e serviços, tanto na área de infraestrutura como na construção e operação das instalações.

2.14 – Grupos de Trabalho

No decorrer do 2º semestre de 2012, novos grupos de trabalho foram criados e a equipe técnica da APO reuniu-se com seus pares dando continuidade aos encontros técnicos para promover a integração interinstitucional, com vistas a agilizar a concretização dos projetos, dando prioridade às questões que possam afetar as entregas no que diz respeito aos prazos, custos, requisitos, escopo e compromissos.

O quadro abaixo apresenta os GTs em atividade e os temas abordados pelos grupos durante o 2º semestre de 2012:

GT	Assunto
ZONA MARACANÃ	
Galeão	Operação durante os Jogos/legado. Estação BRT Transcarioca. Alfândega: imigração, admissão de equipamentos; vigilância sanitária: cavalos de competição. Acessibilidade. Circulação viária, faixas exclusivas: Olympic lanes
Santos Dumont	Operação durante os Jogos/legado. BRT Transbrasil e VLT. Olympic lanes (faixas exclusivas de circulação viária)
Complexo Maracanã	Acompanhamento do cronograma de obras. (1) revisão dos projetos (principalmente os do entorno) e (2) na integração destes projetos. integração das rampas das estações com o entorno, o que poderá gerar a necessidade de novos projetos urbanísticos. integração da operação dos Jogos com os projetos: cerimônias e dia comum.
Porto Maravilha	Integração da área externa (cidade) com a área do Pier (terminais) Transporte interno do Pier Plano Operacional Revisão das garantias do Porto Infraestrutura do Pier em Y e entorno
ZONA BARRA	
Ligação Barra-Zona Sul	Conexão viária entre Copacabana e Barra – Viaduto das Bandeiras Faixa Olímpica entre Copacabana e Barra (tempo de viagem e planejamento operacional) Integração do Metro Linha 4 e BRT Transoeste Sistema viário no entorno da estação Jardim Oceânico
ZONA DEODORO	
Complexo Deodoro	Instalações Esportivas; situação dos projetos. Cronogramas e integração de transportes.
Integrações de intermodais de Transporte	Estudos de demanda de transporte (contrato guarda-chuva) existentes e novos Desenvolvimento dos mapas de integração dos modais Responsabilidades operacionais Bilhete único
Comunicações	Definições das Bandas a serem operadas especialmente no evento. Plano de acessos e discriminação das freqüências a serem disponibilizadas. Permissão de uso. Legislação aplicável. Integração de sistemas. 4 reuniões com a participação do Ministério das Comunicações, ANATEL, TELEBRAS e Rio2016; Participação de 4 técnicos, em grupo de 2, da ANATEL em eventos de

Autoridade Pública Olímpica - APO

	transferência de conhecimento nos Jogos Olímpicos e Paraolímpico de Londres 2012 respectivamente. 1 evento PGO de transferência de conhecimento de experiência dos Jogos Londres 2012 especifica sobre as regulamentações de gestão de espectro - Telecomunicação, com a participação do diretor da OFCOM/Londres em Brasília em parceria com o Consulado Britânico e a Embaixada Britânica de Brasília. Início da construção de proposta do plano de trabalho para o setor de telecomunicações para os Jogos RIO 2016; Início da construção de minuta de portfólio de serviços de gestão de espectro. Participação em reuniões mensais, ao total de 5 reuniões, do Grupo de Trabalho de Grandes Eventos coordenado pela ANATEL onde ocorre o monitoramento das ações e projetos de Regulamentação do setor de Telecomunicação para os grandes eventos brasileiros (Copa das Confederações, Jornada da Juventude, Copa do Mundo) iniciando-se a inserção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 com a participação da APO e do Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016.	
Segurança	Início do desenvolvimento da Matriz de Responsabilidade / Lista de Projetos / Orçamento Memorando de Entendimentos Diretiva para elaboração do Plano Geral dos Jogos Segurança para canteiros de obras Orientação quanto a medidas antiterror para instalações olímpicas Definição do uso da segurança privada do controle de acesso às instalações Planejamento Estratégico Prospecção de cenários de risco Na área de Inteligência: Elaboração de cenários de risco nos seguintes temas: terrorismo, crime organizado, infraestruturas críticas, dinâmicas sociais e conjuntura internacional	
Garantias		
	MUNICIPAIS	Isenções tributárias; Ato Olímpico. Instalações; concessões.Contratos de concessão das seguintes instalações: Estádio João Havelange, Velódromo, Parque Aquático Maria Lenk, Marina da Glória e Sambódromo. Situação do Autódromo. Obtenção de garantia para o golf.
	ESTADUAIS	Isenções tributárias. Projetos transportes/andamento; Ato Olímpico. Contratos de concessão das seguintes instalações: Maracanã, Maracanãzinho, Arena e Lagoa.
	FEDERAIS:	Isenções tributárias; regulamentação do Ato Olímpico. Criação da agência de controle de doping. Espaços publicitários nos aeroportos. Construções, instalações/andamento; Reforma/modernização de aeroportos. Principais ações efetuadas: 1)Regulamentação da Isenção Fiscal dos tributos federais para os Jogos Olímpicos; 2)Publicação da MP 584 em 10/out/2012; 3) Preparação para a aprovação do Projeto de Lei (PL) das Isenções; 4) Publicação da Lei das Isenções prevista para jan/2013.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Isenção Fiscal	Regulamentação da Isenção Fiscal dos tributos federais para os Jogos Olímpicos: realizadas 10 reuniões, com o Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal e o Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 e um *Workshop* com o COI coordenado pelo Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 cujo resultado se materializou com a publicação da MP 584 em 10/out/2012.
Proteção de Marcas	Garantir o sincronismo de todos os entes governamentais na execução dos processo de proteção das marcas olímpicas conforme definido na legislação (Lei do Ato Olímpico e Lei de criação da APO) e nos compromissos de candidatura Relacionamento com a FIFA para verificar as ações executadas para Proteção de Marcas Estudo da legislação vigente que contemple Proteção de Marcas Relacionamento com a PGF/AGU para apresentação das necessidades dos Jogos RIO2016
Energia	Para garantir a disponibilização de infraestrutura de energia elétrica para os Jogos RIO 2016, foram viabilizadas as ações: Formação e coordenação do GT Operacional de Energia. Realizadas ao todo 22 reuniões semanais onde participam entes governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e representantes das entidades do setor de energia elétrica: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT e do Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 tendo como resultado as definições das arquiteturas de infraestrutura de energia elétrica para as regiões dos jogos (Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana) – locais de competições e não competições descritas de forma detalhada no Caderno Técnico de Suprimento de Energia Elétrica para os Jogos RiO 2016. Participação de representantes do GT Operacional de Energia no PGO-Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012. Participação no GT Portos para apresentação das necessidades de informações dos Portos (Porto e Porto Maravilha) do GT Operacional de Energia. Infraestrutura de fornecimento de energia dos locais de competição Levantamento de custo da demanda Procedimentos de emergência Ações efetuadas: 1)Definição geral das arquiteturas de infraestrutura de energia elétrica para as regiões de competições (Barra, Deodoro, Maracanã e Copacabana) e não competições 2) Elaboração do Caderno Técnico de Suprimento de Energia Elétrica para os Jogos, com a entrega da 1ª versão em dez/2012.
Dados Meteorológicos	Levantamento dos requerimentos necessários para os Jogos RIO2016, e: Articulação com o Centro Hidrográfico da Marinha – CHM e o Instituto de Meteorologia – INMET, órgãos governamentais responsáveis no Governo Brasileiro por fornecer informações meteorológicas e oceanometeorológicas respectivamente, a execução de Cooperação Técnica para repasse dos dados e operação durante os Jogos RIO 2016 em fase final em Dez/2012. Participação de meteorologistas do CHM e INMET no PGO-Transferência de conhecimento dos Jogos Londres 2012 Negociação para elaboração de Projeto de Estações Meteorológicas e Bóias para os Jogos RIO 2016 junto ao INMET e CHM, respectivamente. Verificação junto à Universidade Federal de Brasília para obtenção de dados sismológicos. Levantamento dos trabalhos possíveis de executar com a UFRJ relacionados a fornecimento de dados meteorológicos e áreas que devem ser envolvidas.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Acomodações	Mapeamento geral de quartos Demanda geral dos Jogos (inclusive turistas) Plano de Acomodação e Operação Negociações com os navios de cruzeiros A instalação e formação do Subgrupo Classificação no âmbito do GT ACOMODAÇÕES, possibilitou o início das conversas entre o Comitê Rio 2016, o Ministério do Turismo sobre o Sistema Brasileiro de Classificação – SBClass garantia extremamente importante no processo de acomodação dos clientes dos Jogos Rio 2016. Além de reuniões com os participantes do GT ACOMODAÇÕES, também foram realizados encontros com entidades nacionais do setor hoteleiro, instituições municipais e estaduais e bancos públicos de modo a tentar viabilizar a classificação dos hotéis da cidade, bem como inserir o quesito acessibilidade. No setor turismo, foi realizado "Workshop sobre Voluntariado e Turismo" com a participação de representantes de diversas instituições e esferas de governo com o Sr. David Huse, coordenador do programa de voluntariado e receptivo da Prefeitura de Londres durante os Jogos 2012. O projeto, realizado 100% com mão de obra voluntária, foi um grande sucesso e está sendo utilizado como referência por diversos países.
Acessibilidade	Discussão dos requisitos sobre acessibilidade Mapeamento de rotas acessíveis Aprovação do caderno de diretrizes técnicas
Sustentabilidade	Elaborar e promover o PGS- Plano de Gestão de Sustentabilidade Diretrizes de Sustentabilidade para construções das instalações dos Jogos Identificação de áreas para replantio Recuperação de biodiversidade
Aeroportos	Tabela de conectividade Plano Operacional do Galeão e Guarulhos Acessibilidade Cargas vivas "Last miles" (intervenções no entorno) Projeto Eficiência de Gestão
Portos	Quantidade de navios a serem utilizados para os Jogos; Público desses navios (qual público da família olímpica e/ou expectadores); operação do Píer nos Jogos Paraolímpicos; utilização do Pier em "Y" para os Jogos Olímpicos; diferença entre um Porto exclusivamente turístico e do Porto do Rio de Janeiro, que é ativo economicamente e turístico.
Legado Documental	Garantir a preservação do Legado de Documentos de todas as instituições envolvidas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016™ . Apoiar e monitorar a captura, a preservação, a guarda e a transferência do Legado Documental Rio 2016™ O GT Legado Documental é composto pelos Arquivos Nacional, do Estado e da Cidade, EOM, EGP e Rio2016 e realizou 12 reuniões com o objetivo de elaborar uma proposta para constituir a memória dos Jogos 2016. Em novembro coordenou o workshop "Construindo o Legado de Conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016"com 108 representantes de vários Órgãos do Governo Federal, Estadual, Municipal, Comitê RIO 2016 e o Consultor do COI; Reunião com o Diretor Geral do Arquivo Nacional para discutir as ações conjuntas no tocante ao Legado Documental no âmbito da União.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Cidades do Futebol	Acompanhamento das obras relativas aos estádios nas cidades do futebol Integração e coordenação das ações dos entes e das áreas envolvidas no processo de Planejamento dos Planos Operacionais Identificação de Frentes de Trabalho, serviços e operações Definição do estádio que será utilizado na cidade de São Paulo Ato Olímpico DF
Legado Educacional Esportivo	O escopo do Legado Social a ser deixado pelos Jogos teve seu planejamento e ações executadas a partir de dezembro de 2011, com realização de reunião junto ao MEC para discussão do cumprimento das garantias relacionadas à educação. Em continuidade, foi realizada outra reunião com o MEC em fevereiro de 2012 onde foi mencionada a necessidade da criação de um GT com a representação dos três níveis de governo e do Comitê Rio 2016. Foram realizadas quatro reuniões preparatórias antecedendo a criação efetiva do GT em outubro de 2012 intitulando-o como de Legado Educacional Esportivo. A segunda reunião ocorreu em novembro. O GT tem a coordenação da APO (DIOPS/SULAJ) e possui representantes e suplentes das secretarias estaduais de educação e de esporte, das secretarias municipais de educação e esporte, do MEC, do Ministério do Esporte, do EGP-Rio, EOM e do Comitê Rio 2016. Em outubro, houve a participação da DIOPS/SULAJ no evento promovido pelo CEFET-Maracanã para apresentação do PODIUM das ações realizadas que se vinculam aos Jogos Londres 2012. O PODIUM é uma organização vinculada ao governo britânico criado com o intuito de reunir universidades britânicas que estavam distantes de Londres para se envolverem e participarem dos Jogos. Em dezembro, a DIOPS participou, a convite do PODIUM, de uma série de encontros e reuniões com gestores do Governo Britânico e reitores de algumas universidades, ao leste e na região central de Londres, envolvidas com diferentes ações na organização dos Jogos 2012. Esta agenda foi realizada junto à direção do CEFET e doze alunos, que foram lá capacitados como "embaixadores do PODIUM". A DIOPS/SULAJ integrou uma mesa comemorativa dos resultados das ações do PODIUM oferecido pelo reitor da Westminster University com representantes de Sochi, Glasgow e de Londres. Na sequência a DIOPS organizou aqui no Brasil reuniões com a secretaria executiva do MEC no sentido de buscar estimular a criação de um consórcio de universidades e instituições de ensino na cidade do Rio de Janeiro, uma experiência de consorciamento que tem potencial para desenvolver ações semelhantes às desenvolvidas pelo PODIUM, que virá a ser constituído como um Subgrupo do GT Legado Educacional Esportivo.
Saúde	Foram realizadas pela DIOPS 03 (três) reuniões que antecederam a criação de um grupo de trabalho. Uma delas ocorreu, de forma ampliada, no mês de abril e reuniu um total de 32 pessoas, envolvidas com a gestão e/ou comando dos serviços de saúde na cidade e estado do Rio de Janeiro e os órgãos diretamente envolvidos com os Jogos 2016. As instituições foram: Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, Corpo de Bombeiros, ANVISA, FIOCRUZ, EGP-Rio, EOM, Comitê Rio 2016. Isto foi o embrião para a formação de um grupo de discussão e debate, que originou a criação de um grupo de trabalho formalizado no mês de setembro de 2012. Sob a coordenação da APO e a coordenação técnica feita pela EGP-Rio, o grupo foi

Autoridade Pública Olímpica - APO

	criado após a realização de reuniões preparatórias para dialogar com os parceiros. A partir disso, o GT realizou 02 (duas) reuniões e foi criado um Subgrupo para planejamento do tema: Ambulâncias.
Cultura	No 2º semestre de 2012, além da participação na Casa Brasil em Londres, com a curadoria da exposição "Brasil, a hora é essa!", para a execução do projeto foram realizados eventos com a participação da Secom, Minc, Ancine,Funarte, SEBRAE e Mtur. Responsável pela instalação do GT CULTURA, que conta atualmente com a participação do Comitê Rio 2016, EOM, EGP, Secretarias de Cultura do Estado e Município do Rio de Janeiro e das cidades do futebol e as Secretarias da Copa das Cidades do Futebol, No âmbito do GT CULTURA acompanha-se o desenvolvimento das ações coordenadas pelo Minc para a Copa 2014, bem como as ações pensadas pelas cidades-sede. Em novembro foi realizado o "Workshop Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012", que contou com a presença de representantes do Comitê Organizador de Londres, da Prefeitura de Londres e do Festival de Edimburgo, com o objetivo de transferir conhecimento com os resultados da experiência vivida durante os Jogos de Londres. Em novembro, participação em evento do COI, realizado em Amsterdam, sobre Cultura e Educação, e em organização de seminário sobre os Jogos de Londres, em parceria com o British Council e o People's Palace Project, a ser realizado em abril de 2013. Outras atividades: Planejamento das Ações de Cultura para 2013 Alinhamento com a Copa 2014 Flag tour Tocha Cerimônias Olimpíada Cultural
Cerimônias	Participação em sessões do Programa Governamental de Observadores (PGO) e do Programa de Observação do COI, incluindo a participação na cerimônia de hasteamento da bandeira brasileira na Vila Olímpica e no ensaio geral da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Londres 2012. Cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos e na cerimônia de encerramento dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012; Participação de sessão de observação do revezamento da tocha, tendo a possibilidade de conhecer a estratégia e o planejamento desenvolvido para a passagem da tocha em todo o país, bem como das cerimônias de premiação; Estruturação da proposta de turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica em parceria com a Diretoria de Cerimônias do Comitê Rio 2016 e a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República para auxiliar na articulação e mobilização dos governos locais, de modo a viabilizar a execução dos eventos pelo Rio 2016 nas cidades.

Autoridade Pública Olímpica - APO

3 - Atividades Institucionais

3.1 Conselho Público Olímpico

Foram realizadas duas reuniões no semestre tendo por pauta, especificamente:

a) reunião ordinária de 09 de novembro: nomeação de membros do Conselho de Governança, nos termos do inciso IV, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima primeira e do inciso III, do Parágrafo primeiro, da Cláusula Décima Terceira do Contrato de Consórcio Público, e

b) reunião extraordinária de 10 de dezembro: alteração do Estatuto da APO, nos termos do inciso I, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta; aprovação do Orçamento 2012, de acordo com o inciso II, do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Quinta; nomeação dos membros do Conselho Fiscal e indicação do seu Presidente, conforme disposto no inciso IV, Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira, na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Consórcio Público, e no inciso IV, do art. 14 do Estatuto da Autarquia.

3.2 Conselho de Governança

Realizou reunião em 22 de novembro, tendo como itens de pauta: posse de novos membros do Conselho; manifestação sobre proposta de alteração do Estatuto da APO e proposta de Orçamento 2012.

3.3 Conselho Fiscal

O Colegiado reuniu-se seis vezes, ressaltando os seguintes temas de suas pautas:

- análise de demonstrativos contábeis e financeiros;
- acompanhamento de processos licitatórios;
-prestação de contas do Programa Governamental de Observadores- atividades em Londres no período das Olimpíadas e Paraolimpíadas;
-acompanhamento do Contrato de Rateio, e
- apreciação da proposta de execução dos recursos financeiros 2012.

3.4. Presidência

O presidente exerceu suas atividades previstas no Estatuto da APO, dirigindo e representando a instituição e, em particular, conduzindo os trabalhos do Conselho de Governança e da Diretoria Colegiada.

No âmbito da governança externa participou das reuniões com o governo federal, conforme Tabela 1 ao final deste relatório. Igualmente, das reuniões periódicas mantidas com o Comitê de Coordenação, nos termos da Tabela 3. Há que se ressaltar que as reuniões periódicas com os dirigentes do Comitê Organizador Rio 2016, descritas na Tabela 2, foram interrompidas por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012.

Autoridade Pública Olímpica - APO

No âmbito externo o presidente participou de viagens oficiais a Londres, Inglaterra, no âmbito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012, conforme discriminado a seguir:

1. Período de 27 a 29 de julho - para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, e de eventos com a presença da Presidenta da República, quais sejam: lançamento da campanha de promoção turística do Brasil no exterior; inauguração da exposição sobre Ciência e Tecnologia na área de Esporte; cerimônia de assinatura de convênio com o Ministério da Educação e órgãos locais e visita às instalações da concentração do Brasil;
2. No período de 04 a 13, participou de inúmeros eventos em Londres, salientando-se: reuniões com o Diretor Executivo da Olympic Delivery Authority -ODA; seminário APEX sobre o setor aéreo, incluindo aeroportos; palestra no seminário Construction and Transport Infrastructure, no âmbito do London House Business Hospitality Programme; participação na mesa redonda sobre Economia Criativa; participação, como apresentador e moderador, em evento no âmbito do Brazil Business Day:Delivery the future – Brazil prepares for the World Cup 2014 and Rio 2016 e atividades do Programa Governamental de Observadores, como COI: MOC &C3 (Main Operations Centre- Command, Control and Communications); visitas a centros de comando e controle, inclusive navio de guerra britânico, na área de competição de vela em Dorset/Weymouth/Portland; além de participação na cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos;
3. No período de 27 a 31 de agosto, no âmbito da realização dos Jogos Paraolímpicos, participou de eventos como: Seminário Paralympic Business Opportunities; cerimônia de divulgação do comunicado conjunto Brasil/Reino Unido/Federação da Rússia e República da Coréia para a promoção dos Direitos Humanos por meio do ideal olímpico; visitas às instalações do Velódromo, do Copper Box(goalball) e do Parque Aquático, atividades do Programa Governamental de Observadores, além de participar da cerimônia de abertura dos Jogos Paraolímpicos de Londres 2012;
4. No período de 04 a 11 de setembro, participou do IPC Inclusion Summit, evento programado pela British Business Embassy, sobre inclusão e acessibilidade; acompanhamento de competições de atletismo; solenidade na Casa Brasil por ocasião do Dia da Pátria 7 de setembro) com a presença do Vice-Presidente da República; visita à instalações no Riverbank Arena, Centro Aquático e Estádio Olímpico; reunião com a entidade W&W-Women the Well, de apoio à mulher e com dirigentes da entidade AMBE-Apoio à Mulher Brasileira no exterior; reunião com autoridades britânicas do Government Olympic Executive-GOE, no âmbito do Programa Governamental de Observadores, e participação na cerimônia de encerramento dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012.

Ressalta-se, ainda, a participação, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro do Reino Unido ao Brasil, de cerimônia de assinatura de atos, incluindo o Memorando de Entendimento que prevê a cooperação entre os dois países em matéria de transferência de conhecimento sobre a realização de Jogos Olímpicos e seus legados, com a participação da APO. Cerimônia contou com a participação da Presidenta do Brasil.

No tocante do Programa Governamental de Observadores, em novembro foi realizada a reunião Debriefing do Programa, escopo Telecomunicações, com representantes do Governo britânico – OFCOM e da ANATEL, presente o Embaixador do Reino Unido.

3.5 - Órgãos específicos singulares

3.5.1. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deu continuidade aos trabalhos de estruturação organizacional da APO com vistas à regulamentação de procedimentos administrativos, promoveu adequações na estrutura regimental da Autarquia e manteve gestões junto à Caixa Econômica Federal no acompanhamento da preparação do 20° andar do edifício sede daquela instituição, localizado à Avenida Rio Branco, 174, centro da cidade do Rio de Janeiro, que abrigará parte das áreas da Autarquia.

Por meio da Superintendência de Gestão Corporativa a Diretoria Executiva desenvolveu atividades de suporte ao funcionamento do Conselho Fiscal, oferecendo respostas aos questionamentos e encaminhando as recomendações originadas no colegiado.

Na área finalística a Diretoria Executiva garantiu suporte às atividades do calendário dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais, representados no Brasil pela organização Rio 2016, orientando as Diretorias setoriais no desempenho de suas funções junto aos órgãos e entidades vinculados às três esferas federativas componentes do consórcio APO.

Esteve presente na organização e acompanhamento das visitas técnicas (VICR), das sessões de revisão de projeto (PR) e nas atividades de "*debriefing*" do programa oficial de observadores do COI e do Programa Governamental de Observadores,de acordo com os calendários citados neste relatório, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

No âmbito internacional, a Diretoria Executiva garantiu suporte administrativo e logístico à participação de dirigentes e técnicos da APO e dos governos no Programa Governamental de Observadores e nas atividades de observação promovidas pelo COI e pelo IPC,durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012, cujas atividades estão descritas nos relatórios das Diretorias.

O Diretor Executivo participou de missão de observação durante os Jogos de Londres 2012, com foco na transferência de conhecimento nas áreas de gestão e governança, no âmbito governamental e no organismo que operou os Jogos de 2012, além da vivência nos ambientes de competição e na cerimônia de abertura dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012.

No âmbito da governança do processo de preparação das entregas relativas à infraestrutura e serviços públicos para os Jogos de 2016, o Diretor Executivo deu continuidade às suas funções juntamente com o Presidente da APO nos trabalhos do Comitê de Coordenação (detalhamento na Tabela 3), bem como dirigiu os trabalhos do Comitê Executivo, sempre

acompanhado dos diretores e técnicos responsáveis pelos temas que constassem das respectivas pautas, da mesma estrutura de governança.

3.5.2. Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente-DIEMA

A construção da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicosconjugada com as ações de melhoria e preservação do meio ambiente está entre as obrigações que o Governo Brasileiro firmou perante o COI.

Há que se destacar a existência de cartas-compromisso firmadas por autoridades brasileiras, as quais garantiram, dentre outras, ações na área de infraestrutura e meio ambiente, cujo tema consta de diversos itens do Dossiê de Candidatura, em especial os relativos aos Temas 6, 9, 10, 11, 14 e 17.

A partir dos parâmetros normativos da APO e, ainda, do contexto em que estão se desenvolvendo as ações de organização para a entrega dos Jogos, é possível identificar como missão da Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Meio Ambiente e Apoio ao Evento – DIEMA, garantir a entrega das instalações esportivas e instalações de apoio ao evento pelos três entes, União, Estado e Município do Rio de Janeiro, necessários à organização dos Jogos, de forma que estes se realizem em cumprimento das obrigações assumidas perante o COI, de forma sustentável, garantindo o uso do legado do evento.

Frente à sua missão, as ações que vêm sendo realizadas pela DIEMA têm, no cerne, a coordenação e monitoramento dos agentes que, juntos, devem planejar e executar os projetos de infraestrutura de instalações esportivas, meio ambiente, acomodações da família olímpica, centro principal de mídia e centro internacional de transmissões.

A DIEMA atuou participando em eventos institucionais, interagindo com o Consulado Britânico no Brasil e com o Governo Inglês, com o intuito de estreitar o relacionamento para troca de experiências adquiridas na preparação dos Jogos de Londres 2012 e durante os mesmos.

O relacionamento com os entes envolvidos na preparação dos Jogos foi estabelecido tendo em vista monitorar e acompanhar os projetos de infraestrutura e meio ambiente, junto com a EOM e órgãos da Prefeitura, o EGP-Rio e órgãos do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Esporte e outros órgãos da União.

A Diretoria faz parte do Fórum de Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, o qual realiza o monitoramento da ação, com foco mais direcionado para as instalações esportivas que serão construídas com recursos federais e mais amplos na Infraestrutura dos Jogos. Esse fórum terá funcionamento e atuação, inclusive, durante a fase de planejamento dos Jogos.

Autoridade Pública Olímpica - APO

As superintendências da DIEMA interagiram na coordenação dos processos sob sua área de atuação, em conjunto com os Governos e o Comitê Rio 2016, objetivando assegurar que os equipamentos esportivos sejam entregues nos prazos previstos para realização dos Jogos.

Os projetos a cargo dos entes consorciados - governo do Estado do Rio de Janeiro e prefeitura do Rio de Janeiro- estão sendo desenvolvidos em quatro macrorregiões na cidade do Rio de Janeiro. Na região da Barra da Tijuca estão sendo projetados o Parque Olímpico e o Campo de Golfe. Na região de Copacabana encontra-se em desenvolvimento os projetos da Lagoa Rodrigo de Freitas, Estádio de Copacabana, Forte de Copacabana, Marina da Glória e Parque do Flamengo. Na região do Maracanã, as instalações esportivas compreendem o Sambódromo, Estádio João Havelange, Maracanã e Maracanãzinho, sendo que todas as instalações existentes serão reformadas ou adaptadas. Na região de Deodoro está sendo projetado o Parque Olímpico de Deodoro, que conta com instalações que serão reformadas ou construídas. Fora deste eixo, há, ainda, as quatro cidades que sediarão as competições dos jogos de futebol: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador.

Os entes municipal e estadual, respectivamente, já publicaram: a) os editais de licitação para a contratação dos projetos do Plano Geral e dos projetos básicos das instalações e do domínio comum do Parque Olímpico da Barra; b) os editais de contratação dos projetos do Plano Geral e os dos projetos básicos e executivos do complexo de Deodoro.

A DIEMA participou de foros temáticos sobre as instalações do Maracanã, Estádio João Havelange e Estádio da Lagoa juntamente com os entes consorciados.

Atuou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o nivelamento de informações relativas aos projetos urbanísticos do complexo do estádio João Havelange para os Jogos. Situado ao lado do estádio João Havelange, o Museu do Trem impacta sobremaneira o fluxo de público que acessa o estádio, havendo necessidade da realização de estudo de fluxo. Esse estudo encontra-se em fase de elaboração para análise do IPHAN, que irá deliberar sobre a utilização desse espaço, representando uma das metas a serem alcançadas no de 2013.

No projeto da Lagoa Rodrigo de Freitas a atuação se ateve ao detalhamento dos estudos da região e da utilização das instalações, ainda de modo primário, e à interação com o IPHAN em relação à definição do local para colocação da torre de arbitragem do Estádio de Remo da Lagoa. Ficou estabelecido que o novo local sugerido pelo Comitê Rio 2016 tem possibilidade de aprovação e que, para tanto, o projeto deve ser encaminhado ao IPHAN. As questões inerentes ao Museu do Trem e à localização da torre na Lagoa representam metas a serem alcançadas no ano de 2013.

Outra ação da DIEMA foi a participação, junto com a EOM e EGP-Rio, nas propostas de melhorias dos procedimentos de repasse e acompanhamento de obras por parte da União, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Olímpico).

Autoridade Pública Olímpica - APO

Em continuidade às ações em 2013, a atuação da Diretoria estará voltada para o monitoramento da evolução dos projetos do Parque Olímpico da Barra e do Parque Olímpico de Deodoro. No Estádio João Havelange a principal ação está voltada para atuação, junto ao IPHAN, para deliberação sobre a utilização do espaço onde hoje existe o Museu do Trem. Continuará sua participação nos foros temáticos da Lagoa, João Havelange e Maracanã e integrará a participação no Programa Governamental de Observadores junto à Copa das Confederações visando às definições inerentes aos estádios das cidades que sediarão as partidas de futebol nos Jogos.

A DIEMA é, igualmente, responsável pelos compromissos com as ações de saneamento, qualidade do ar e água, habitação e infraestrutura urbana, atuando, ainda, nas dimensões de sustentabilidade e acessibilidade, cumprindo o papel da Divisão Olímpica de Sustentabilidade (DOS) prevista nos compromissos assumidos pelo Dossiê de Candidatura e pelo *Host City Contract (HCC)*, cujas atividades são a seguir listadas:

- Acompanhamento das obras de saneamento, participando de reuniões colegiadas para a definição de projetos, intermediando o relacionamento institucional e acompanhando o processo de evolução das obras;
- Acompanhamento da qualidade ambiental, com o monitoramento dos dados fornecidos pelos entes, participando do planejamento de ações que garantam a qualidade do ar e da água de acordo com as definições contidas no Dossiê de Candidatura e no *HCC*.
- Planejamento e acompanhamento das ações de sustentabilidade dos Jogos, engajando os entes signatários para garantir a entrega dos compromissos.
- Planejamento e acompanhamento dos requerimentos de acessibilidade definidas pelo COI e pelo IPC e pela legislação brasileira, particularmente para garantir as definições técnicas contidas nos manuais em todos os projetos relacionados aos Jogos.
- Planejamento e acompanhamento das obras de infraestrutura urbana voltadas a atender às demandas dos Jogos, bem como suas implicações de legado para a cidade.

A DIEMA coordena os foros de Sustentabilidade, Florestas e *Olympic Games Impact (OGI)*.

São relevantes os seguintes tópicos de ação:

- Atualização dos compromissos de sustentabilidade: refere-se ao acompanhamento da evolução e dos desdobramentos das ações previstas para a entrega dos compromissos de sustentabilidade. O acompanhamento envolveu reuniões e discussões com vários órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além do Comitê Rio 2016 e o setor privado, no intuito de dar continuidade aos projetos e obras respeitando a legislação ambiental e requisitos técnicos.
- Plano de Gestão de Sustentabilidade (PGS): o Plano trata de compromissos de candidatura e da integração dos critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de gestão dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de implantação, revisão e pós-evento. O documento é uma estratégia global de planejamento de longo prazo, cujo objetivo é trazer vantagens sustentáveis para o Brasil e, em particular, para a cidade do Rio de Janeiro. A aprovação desse Plano é o objetivo para o ano de 2013.

Autoridade Pública Olímpica - APO

- Fórum sobre Floresta: a DIEMA coordena o fórum responsável pelo planejamento das atividades do PGS que se referem às atividades de conservação e recuperação ambiental. A responsabilidade do fórum é planejar e estruturar as atividades para minimizar os impactos sobre os ecossistemas existentes nas instalações olímpicas e paraolímpicas e seu entorno imediato e reforçar/acelerar programas de proteção, conservação, restauração e recuperação ambiental. As atividades desenvolvidas englobaram pesquisa, mapeamento de áreas, alinhamento institucional e consolidação de políticas, acordos e protocolos de cooperação, no intuito de garantir a entrega dos compromissos de pegada de carbono e biodiversidade.
- Fórum sobre OGI: cabe a APO discutir e organizar os entes governamentais na observância do Manual do COI, na construção viável de indicadores, na construção de acordos para transmissão de dados, bem como da análise dos temas, no sentido de promover uma imagem real dos esforços governamentais para viabilização dos Jogos.
- Caderno de acessibilidade: roteiro técnico elaborado pelo respectivo fórum, divulgando legislação e normativo do IPC.

Coordenou o fórum sobre Concessionárias que congrega representantes das instituições responsáveis pela infraestrutura de água, saneamento, energia e gás no Estado e no Município do Rio de Janeiro. O fórum integra os entes governamentais no intuito de estabelecer um canal direto e técnico voltado ao atendimento das demandas de infraestrutura dos Jogos. A DIEMA estabelece, ainda, um escalonamento de informações estratégicas para os Ministérios, buscando viabilizar os projetos necessários com consequentes resultados de ações de saneamento.

No intuito de assegurar o compromisso de candidatura de promover a recuperação ambiental dos corpos hídricos nas regiões dos Jogos, a DIEMA monitorou os projetos tradicionais viabilizados pelo Governo Federal por meio do PAC. Também acompanhou as políticas e programas diretamente relacionados aos Jogos: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, Recuperação Ambiental do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, Requalificação Ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas, além do planejamento de implantação de Unidades de Tratamento de Rio (UTR), cujo planejamento inicial foi coordenado pela DIEMA.

Em relação às UTR, a DIEMA promoveu reuniões, visitas técnicas, elaboração de notas técnicas e alinhamento institucional com o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o Ministério das Cidades, no intuito de desenvolver uma estratégia de saneamento e sustentabilidade para garantir a qualidade ambiental da baía da Guanabara, que é um dos compromissos dos Jogos.

No complexo de Deodoro, a DIEMA coordenou um fórum extraordinário para discutir e propor soluções de saneamento urbano no intuito de resolver os alagamentos na região olímpica, por meio de reuniões, visitas técnicas, elaboração de notas técnicas e alinhamento institucional. O intuito foi desenvolver uma estratégia de saneamento e sustentabilidade com o objetivo de garantir a execução das obras olímpicas e paraolímpicas.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Entre as instituições envolvidas nessa estratégia, estão à Casa Civil da Presidência da República, o Ministério das Cidades, o Ministério do Esporte e o Exército como representantes da União, o EGP-Rio e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) pelo Estado do Rio de Janeiro, a EOM, Rio Águas e a Secretaria de Obras pelo Município do Rio de Janeiro.

Acompanhou o desenvolvimento do *master plan* do Parque Olímpico da Barra, com a participação em reuniões promovidas pela EOM. As reuniões trataram de custos, definições de construção e infraestrutura. Os objetos tratados nestas reuniões foram: as instalações (equipamentos esportivos e não esportivos), o domínio comum e a última milha da área urbana do entorno implicada no planejamento das infraestruturas urbanas e paisagismo.

Atuou junto aos órgãos e entidades envolvidas na realização dos Jogos Rio 2016, a fim de monitorar e avaliar os impactos dos planos, projetos e programas, visando ao atendimento das garantias pactuadas para a realização dos Jogos. Esteve presente em reuniões e fóruns, tratando sobre os equipamentos não esportivos que incluem aeroporto, porto, centro de imprensa escrita (MPC), centro de imprensa de imagem (IBC), hotel de mídia, parque carioca e oferta de acomodações para atender a demanda dos Jogos Rio 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Intermediou reuniões do Comitê Rio 2016 com o Consórcio Ilha Pura visando à negociação do contrato de cessão. Para tanto, intermediou reuniões envolvendo a equipe técnica da Caixa Econômica Federal (CAIXA) na avaliação e validação do projeto de reforma (*retrofit*) da Vila dos Atletas e promoveu, ainda, reuniões entre as entidades interessadas para definições das plantas dos apartamentos no modo Jogos.

A DIEMA responde pelo monitoramento dos diversos projetos de instalações não esportivas, sendo eles Vila dos Atletas (construção de prédios residenciais de alta qualidade, que acomodará os atletas e oficiais técnicos das delegações e árbitros adicionais credenciados, em suas acomodações).

Atuou no projeto Porto Maravilha, que engloba a construção de infraestrutura hoteleira para atender a mídia não credenciada e árbitros, reforma do Porto para viabilizar a atracação de navios que servirão como hospedagem de patrocinadores, reestruturação urbana integral da zona portuária.

Desenvolveu atividades em diversos fóruns e grupos para acelerar processos, realizar pesquisas e consultas necessárias visando à realização dos Jogos. Promoveu reuniões com os diversos parceiros e entes municipais, estaduais e federais com a finalidade de acelerar e resolver os entraves dos diversos projetos sob sua responsabilidade, bem como alinhar informações.

Nas ações planejadas para o ano de 2013 a DIEMA continuará participando das reuniões no Projeto Vila dos Atletas, intermediando as negociações entre os entes governamentais e o Comitê Rio 2016.

No Projeto Porto Maravilha, a DIEMA manterá o relacionamento com entes governamentais para acompanhamento dos projetos avaliando seus impactos, que incluem remodelação da Praça Mauá e melhorias na infraestrutura.

No que se refere ao IBC e torre de TV pretende manter o acompanhamento junto às parceiras privadas para atendimento ao legado do IBC, em especial a demanda por energia e no MPC e Hotel de Mídia, acompanhando as parceiras privadas para o legado do hotel e instalações do MPC e realização dos projetos para atendimento as normas.

No projeto de infraestrutura de serviços públicos do Parque Olímpico Barra, manterá o acompanhamento do contrato da Parceria Público-Privada (PPP) e suas alterações, monitorando o financiamento da CAIXA ou com outra instituição financeira para as operações de infraestrutura, mantendo o acompanhamento das negociações com entes governamentais e privados para a implementação da infraestrutura viária, estacionamentos, rede de iluminação, abastecimento de água, coleta de esgotos, gás, telecomunicações, dados e drenagem urbana.

No Projeto Parque Carioca, manterá o acompanhamento da construção e necessidade de financiamento, cronograma de construção e realocação das famílias.

No Projeto Bairro Carioca Olímpico, manterá acompanhamento da construção e financiamento das obras.

Nos aeroportos, manterá a participação no fórum sobre aeroporto para acompanhamento das obras e seu cronograma, identificando as necessidades de utilização de espaço de logística necessária durante os jogos.

No que diz respeito à hospedagem, acompanhará a oferta de quartos na cidade do Rio de Janeiro para cumprimento da garantia assumida perante o COI.

Os eventos que contaram com a participação da Diretoria encontram-se elencados na Tabela 4.

3.5.3. Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção - DISEG

Frente à missão da área de segurança, que é a de garantia de entrega dos serviços de segurança dos Jogos em nível adequado, as ações que vêm sendo realizadas focam:

a) Gestão dos agentes que devem planejar e executar a segurança;

b) Medidas para firmar e consolidar as responsabilidades desses agentes no cenário; e

c) monitoramento das ações olímpicas.

Autoridade Pública Olímpica - APO

A Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção (DISEG) adotou, desde o início de seus trabalhos, a metodologia de interlocução com as instituições de Governo criadas ou designadas para coordenar os grandes eventos, principalmente da segurança pública e da defesa nacional. As articulações foram promovidas em reuniões de trabalho e eventos de transferência ou compartilhamento de conhecimentos.

Ademais, fortaleceu-se a interlocução com a Diretoria do Comitê Rio 2016, tendo em vista que é atribuição da APO o relacionamento com o Comitê Rio 2016, juntamente com os órgãos públicos envolvidos com o foco de ação.

Esses entendimentos construíram o cenário apropriado à instalação, em agosto de 2012, de um fórum de discussão, que está sob a coordenação da DISEG que, desde então, é composto, ainda, por representantes da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE), da Assessoria Especial para Grandes Eventos do Ministério da Defesa (AEGE/MD), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que se faz representar pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Escritório de Gestão de Projetos do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio), da Empresa Olímpica Municipal (EOM) e da Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

O fórum tem como atividade principal a implementação de ações para a coordenação da segurança dos Jogos, que compreende todos os serviços relativos à segurança pública, defesa nacional, defesa civil, inteligência e segurança privada, necessários para garantir Jogos pacíficos e seguros. Portanto, a macrointegração das forças de segurança vem ocorrendo neste fórum qualificado, além de outros que se têm instalado.

Outra ação foi a proposição de Memorando de Entendimento (MoU) entre as Forças de Segurança empenhadas nos Jogos, compromisso assumido na candidatura. A edição do documento passou a ser pauta do fórum de discussão, tendo a AEGE/MD se integrado à iniciativa. É essencial que as articulações promovidas sejam capazes de compatibilizar as instituições em conteúdo que expresse o compromisso delas com a realização dos Jogos, formalização de garantia a ser apresentada ao COI por meio do Comitê Rio 2016.

A lei que criou APO enumera dentre as suas finalidades a de elaboração de Matriz de Responsabilidades, definindo as obrigações dos entes públicos e do Comitê Rio 2016 na realização dos eventos ligados aos Jogos.

Ficou pactuado no fórum que sua elaboração inicial, no âmbito da segurança, deveria ocorrer de maneira participativa, promovendo a colaboração ativa das instituições empenhadas em ações de segurança. Após a definição da metodologia de trabalho e dos resultados esperados, foi promovido um *workshop* de exposição às instituições parceiras e de alinhamento para os representantes indicados. O evento marcou a criação de subgrupos temáticos incumbidos do trato de onze temas identificados pela Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

Autoridade Pública Olímpica - APO

A partir da definição da base do conteúdo da Matriz, os resultados foram apresentados em *workshop*. Após a sistematização, o objetivo é que o material possa ser remetido aos entes, além de servir como subsídio no desenvolvimento da Lista de Projetos de Segurança para os Jogos, a qual, por sua vez, deve ser monitorada pela DISEG com vistas ao cumprimento de sua missão de garantir a entrega das obras e serviços para os Jogos.

Prevendo a complexidade dos projetos de segurança e com o objetivo de incrementar a gestão das informações que virão, foram feitas articulações com a Polícia Federal visando à cessão do Sistema Gestor de Escritório de Projetos (GEPNET). Esta ferramenta foi desenvolvida no âmbito daquele órgão e, na atualidade, tem atendido à estrutura de inúmeros órgãos públicos para gestão de projetos. Em novembro de 2012, a Polícia Federal disponibilizou o *software* à APO.

O objetivo agora, em relação ao GEPNET, é qualificar a equipe para usar e alimentar o programa no momento adequado.

O acompanhamento das principais entregas para o planejamento da segurança dos Jogos está sendo efetivado no âmbito do mencionado fórum de discussão, havendo iniciativas para fomentar e colaborar na elaboração dos documentos que devem marcar essa etapa da organização.

Em agosto de 2012, a Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016 tomou a iniciativa de apresentar ao fórum o documento "Diretiva para Elaboração do Plano Geral de Segurança Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016", o qual, conforme entendimento havido nas reuniões do fórum pode ser utilizado como subsídio para a elaboração dos posteriores documentos de planejamento da segurança dos Jogos.

O conteúdo do documento foi objeto de diversas manifestações dos integrantes do fórum no ano de 2012 e continua em discussão. O fórum concordou que contribuições devem ser apresentadas e amplamente debatidas, com a intenção de que o material possa agregar o conhecimento e a experiência dos órgãos públicos que serão empenhados na segurança dos Jogos. Assim, firmado pelo entendimento e pelo consenso, ele poderá bem desempenhar a função de orientar os posteriores planejamentos que virão.

Na área de inteligência, há que se destacar a necessidade de elaboração dos cenários de risco para os Jogos Rio 2016, os quais conterão informações e análises aptas a nortear planejamentos subsequentes, inclusive com propostas de contramedidas de segurança destinadas à eliminação ou mitigação de riscos identificados. Essa é uma demanda que exige mobilização constante da comunidade de inteligência, diante da necessidade de atualização dos cenários que se desenvolverão até a realização do evento olímpico.

A partir de propostas que remanesceram das discussões para a elaboração da Matriz de Responsabilidades, criou-se um fórum de inteligência. Formado por membros de agências de

inteligência do Estado, do Município e da União, será coordenado pela ABIN, contando com apoio logístico e para articulações pela DISEG. Organizado em subcomissões temáticas, a previsão é a de que as atividades se estendam até a realização dos Jogos, com o escopo de buscar e trocar informações quanto a eventos que possam impactá-los, especialmente para verificar, tanto na comunidade nacional quanto na internacional de inteligência, eventuais vulnerabilidades. Pela própria natureza dos trabalhos, o funcionamento do fórum de inteligência deverá contribuir decisivamente na elaboração e na atualização dos cenários de risco para os Jogos.

Visando colaborar com as avaliações de plantas e obras de instalações olímpicas, a DISEG elaborou análises técnicas a respeito do fluxo de pedestres e veículos na estação marítima de passageiros no porto do Rio de Janeiro, sobre segurança contra explosões em subestações de energia elétrica e a sua aplicabilidade aos projetos em andamento, e também sobre a estrutura de segurança no entorno do Parque Olímpico.

Ainda no âmbito do fórum de segurança, iniciaram-se algumas mobilizações visando à composição de grupos técnicos, com representantes de instituições diversas, que possam acompanhar desde trabalhos de análises de plantas de instalações até obras de infraestrutura, tal como a seguir descrito.

Uma das frentes em avaliação prevê a criação de comissão para acompanhamento de revisões das plantas das instalações olímpicas. O objetivo é trabalhar em sintonia com as revisões que estão sendo realizadas pelo Comitê Rio 2016 e, em alguns casos, trabalhar diretamente com empresas que ganharam concurso para apresentar o projeto arquitetônico das instalações, como é o caso do Parque Olímpico.

Outra vertente avalia a formação de grupo técnico para acompanhamento das obras do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas. A proposta consiste na formação de um grupo de profissionais, oriundos do Estado e do Município do Rio de Janeiro e da União, que possa realizar visitas às obras citadas, para verificar o projeto de segurança que será desenhado pela construtora, a fim de evitar posteriores problemas com a estrutura física, em razão de requisitos do COI.

Iniciaram-se entendimentos e estudos visando à elaboração de documento que possa se constituir em colaboração do fórum de segurança à política de segurança no canteiro de obras de instalações.

A DISEG pretende contribuir para que as discussões acerca das iniciativas acima descritas avancem no ano de 2013, porque entende que se constituem em medidas essenciais ao acompanhamento e ao monitoramento das ações de prevenção de ocorrências na área de segurança. Para isso, mobilizaram-se para o urgente preenchimento de outros cargos destinados à DISEG, alguns dos quais se relacionam diretamente com as atribuições dessa seara.

Autoridade Pública Olímpica - A

A equipe da área de segurança tem realizado atividades de qualificação para nitoramento de grandes eventos, visando à aquisição de experiências e ao incremento nhecimentos, os quais permitam o cumprimento das atribuições da Diretoria com eficiên ém da execução de atividades internas, foram promovidas visitas a instituições de seguran rticipações em eventos do COI, em *debriefings* dos Jogos de Londres, em outros fóruns, minários, palestras, conferências e *workshops*, além de relatorias de grupos.

No *debriefing* dos Jogos de Londres 2012, a equipe da DISEG responsabilizou-se p ordenação, organização e condução dos trabalhos no ambiente usado para a temát gurança, tendo havido a participação de representantes enviados por inúmeras instituiç penhadas na segurança dos Jogos Rio 2016.

A partir da identificação de temas de interesse dos entes da Administração Pública, ais foram consultados a respeito, foi possível mobilizar e organizar a participação oridades do Governo Britânico que atuaram no planejamento e na execução das ações gurança dos últimos Jogos.

Para o ano de 2013, a DISEG entende a importância de que os servidores da Autarq ensifiquem sua capacitação. Nesse contexto, treinamentos para acompanhamento de projet a liderança de equipes e outros destinados ao aprimoramento da interlocução com os dem volvidos na preparação dos Jogos. Afinal, a perspectiva é de mais quatro anos de um proce convencimento de parceiros que, eventualmente, precisão corrigir rumos e alterar sua for atuação.

Ademais, para difusão e compartilhamento de conhecimentos e entregas da etapa nejamento, prevê-se a realização de *workshops* e seminários. Os primeiros, direcionado esentação de trabalhos afetos à DISEG, tais como o são a Matriz de Responsabilidades gurança e a Lista de Projetos de Segurança da Carteira Olímpica. Já os seminários temáti tinam-se ao público empenhado em ações de Segurança dos Jogos.

É natural que, na área de segurança, o maior legado esperado dos Jogos Rio 2016 sej gração interagências, a ser adquirida com a cultura dos trabalhos integrados e rdenação, os quais têm sido demandados para a satisfação de todas as necessidades

Autoridade Pública Olímpica - APO

Destacam-se as organizações que se articularam para a constituição do fórum de segurança, sendo seus integrantes: a FOM, a EGP-Rio, a SESGE, a AEGE/MD e oGSI que se faz representar pela ABIN, além da Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

Ao fórum, principalmente em função dos trabalhos colaborativos realizados para a elaboração da Matriz de Responsabilidades (1ª versão), somaram-se as seguintes instituições parceiras: Departamento de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Guarda Municipal do Rio de Janeiro, Defesa Civil Estadual e Municipal, Centro de Operações Rio e Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro.

O encerramento dos trabalhos do fórum de segurança no ano de 2012 foi marcado pela preocupação com a organização das principais entregas da etapa do planejamento de segurança no ano de 2013. Nesse contexto, por proposta da DISEG e após a colaboração dos demais integrantes do fórum, foi firmado um calendário para execução do Plano de Ação para atividades das Forças de Segurança, Inteligência e Defesa Nacional para 2013:

- Início das reuniões do fórum de inteligência
- 1ª versão da Carteira de Projetos Olímpicos (segurança)
- Planejamento estratégico preliminar
- Alocação de recursos do orçamento
- Cenários de risco (preliminar)
- Plano preliminar para capacitar e treinar
- Planejamento tático preliminar
- Plano preliminar para *Vips*
- Plano preliminar de controle do espaço aéreo
- Plano preliminar de enfrentamento ao terrorismo
- Avaliação de risco de instalações
- Planejamento operacional preliminar
- Definir equipe multiagências para chamaolímpica/paraolímpica
- Atualização da Matriz de Responsabilidades

A DISEG colaborará, na medida de suas responsabilidades, para o cumprimento do calendário de atividades acima referido. Em especial, atuará no monitoramento das ações previstas, bem como na atualização da Matriz de Responsabilidades e na formação da Lista de Projetos de Segurança da Carteira Olímpica.

A agenda discriminada das atividades da Diretoria encontra-se elencada na Tabela 5.

3.5.4. Diretoria de Operações e Serviços – DIOPS

O Programa Governamental de Observadores-PGO tem como objetivo capacitar representantes dos três entes de governo para preparar e entregar os Jogos nos padrões e compromissos assumidos junto ao COI e Comitê Paraolímpico Internacional por meio da transferência de conhecimento e experiência adquirida durante os eventos.

Com base no Memorando de Entendimento Brasil/Inglaterra, foi elaborada pelo Governo britânico uma oferta de oportunidades no PGO para as autoridades brasileiras no período que antecede, durante e após a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012.

Em 2012 participaram do PGO cerca de 130 integrantes, incluindo representantes da APO (com reflexo nas ações de responsabilidade da DIOPS), de órgãos dos Governos federal, estadual e municipal, incluindo Receita Federal do Brasil, Advocacia Geral da União (AGU), Ministério das Minas e Energia (MME), Secretaria de Aviação Civil (SAC), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Infraero, CET-Rio, Secretaria de Comunicações, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério da Saúde, Ministério, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representantes do Comitê Rio 2016 entre outros.

A agenda do PGO teve início em fevereiro de 2012 e foi intensificada na fase de eventos-testes dos Jogos e, especialmente, durante a realização dos dois megaeventos com visitas, reuniões e vivências de espectador.

Dentre os tópicos cobertos pelo PGO destacam-se: 1) a oportunidade de observação junto à polícia envolvida na preparação do revezamento da tocha, panorama da arquitetura de segurança olímpica, aprendizagem de procedimentos de comando e controle no contexto dos Jogos, *marketing* de emboscada, tributação de mercadorias e serviços, isenção fiscal de equipamentos esportivos e equipamento de televisão; 2) a atuação governamental para implementar as garantias ofertadas ao COI/IPC; 3) as comunicações governamentais olímpicas; 4) o combate a crimes cibernéticos; 5) a coordenação nacional de segurança; 6) a observação da atuação da equipe de administração de dignitários; 7) o acompanhamento das atividades do *Greater London Authority* nas operações da cidade; 8) o acompanhamento diário do comando e coordenação do *Departmentof Health* na fiscalização e sistemas de alerta, serviços médicos nos locais de evento e hospitais, controle de infecção, laboratório e testes para atletas, alerta e resposta a surtos, saúde ambiental e segurança alimentar, planejamento de emergência, gerenciamento de incidentes e de comunicação, retrospectiva sobre as lições aprendidas a partir dos Jogos Olímpicos para o sistema de saúde do Reino Unido; 9) a visita à estação de tratamento de águas no Parque Olímpico e reuniões sobre a forma como o Reino Unido tratou o uso sustentável da água; 10) o programa de acessibilidade adotado; 11) o acompanhamento junto ao

UK Border sobre processo de chegadas, partidas e credenciamento no aeroporto internacional de *Heathrow*.

A DIOPS apresentou um resultado qualitativo significativo, especialmente considerando quatro processos: (1) ação integrada intersetorial; (2) articulação de políticas públicas de educação, esporte, lazer, cultura, saúde, energia, telecomunicações, regulamentações e proteção de marca, documentação e acessibilidade de responsabilidade dos entes federados; (3) transferência de conhecimentos; (4) capacitação. Esses quatro processos encontram-se detalhados a seguir:

(1) Ação integrada intersetorial

O trabalho coletivo realizado pela Diretoria consolidou um espaço de diálogo e parcerias, estabelecendo uma gestão integrada entre os três entes consorciados - com envolvimento de seus órgãos, setores e lideranças responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação do projeto dos Jogos – e outros parceiros da educação, esporte, lazer, cultura, saúde, vigilância sanitária, serviços aduaneiros, regulamentações, garantias, proteção de marcas, telecomunicações, energia e imigração.

(2) Articulação de políticas públicas

Em continuidade à mediação que a DIOPS vem realizando desde 2011, com o objetivo de discutir com o Ministério da Educação (MEC) os legados e garantias dos Jogos Rio 2016, e atendendo solicitações de instituições locais do Rio de Janeiro, foi discutida e definida a organização do legado educacional esportivo, em cumprimento às responsabilidades assumidas pelo Dossiê dos Jogos.

Após a realização de uma série de três reuniões preparatórias com os entes envolvidos sob a coordenação da DIOPS, considerando as orientações da APO, definiram-se os fundamentos do fórum de Legados Educacional Esportivo, instituído a partir de três premissas: educação, esporte e desenvolvimento.

Sua composição inicial incluiu representantes do MEC, Ministério do Esporte, Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Esporte do Rio de Janeiro e EOM, EGP-Rio e Comitê Rio 2016. As reuniões são mensais com possibilidade da participação de convidados para discussão de assuntos específicos.

Nas reuniões foram socializados projetos, programas e ações desenvolvidos pelas instituições participantes e outras, como representantes do programa Educação do COB, de Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro e do Serviço Social do Comércio (SESC), dentre outras, tendo em vista discutir possibilidades para o legado educacional esportivo dos Jogos.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Destacou-se como um legado esportivo importante o acesso às práticas de esporte e lazer para todos os alunos no contra turno escolar e para a comunidade, considerando o esporte como estratégia pedagógica para a vivência de um estilo de vida saudável e ampliação do acesso de todos, especialmente os sujeitos e grupos que vivem em regiões de menor IDH e grande densidade populacional.

Nesse fórum do Legado Educação e Esporte, a DIOPS acolheu também diversas demandas relativas à capacitação de professores e qualificação do quadro de pessoal da área de serviços e especialmente dos voluntários que irão atuar nos Jogos.

Além disso, após as ações realizadas durante os Jogos de Londres 2012, a Diretoria estreitou relações com o PODIUM, organização vinculada ao Governo britânico, criada com o intuito de reunir universidades inglesas localizadas em áreas distantes de Londres para se envolverem e participarem dos Jogos.

A partir daí, por intermédio do fórum de Legado Educacional Esportivo, a DIOPS acompanhou, no 2º semestre de 2012, os entendimentos para um acordo entre as Instituições Públicas de Ensino Superior Federais na cidade do Rio de Janeiro e o MEC, para unificar o seu atendimento relativamente a demandas e qualificar o cumprimento de ações educacionais e esportivas. A APO espera contribuir com o desenvolvimento das ações acadêmicas de ensino, pesquisa e voluntariado, à luz da experiência londrina. Com essa iniciativa a APO objetiva qualificar as atividades de operações e serviços dos Jogos Rio 2016, que estão sob sua responsabilidade.

Em setembro de 2012, foi organizado um fórum sobre Saúde, após a realização de uma série de três reuniões preparatórias com os entes envolvidos. O fórum é composto por representantes da APO, Comitê Rio 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), representantes das áreas da saúde do Município e das áreas de saúde do Estado do Rio de Janeiro. Suas reuniões são mensais com possibilidade da participação de convidados para discussão de assuntos específicos.

Com a constituição desse fórum, deu-se o início do planejamento das ações conjuntas necessárias ao estabelecimento de uma rede de serviços médicos demandada pelos Jogos, considerando suas especificidades no atendimento aos atletas, à família olímpica e paraolímpica e à população envolvida.

Para isso foram debatidos os seguintes temas: 1) a avaliação sobre a visita aos Jogos Olímpicos de Londres (defesa civil, vigilância em saúde, vigilância sanitária, assistência em saúde) e sistematização das questões prioritárias identificadas; 2) as atribuições dos órgãos responsáveis pelos Jogos; 3) a divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos, sistematização das questões prioritárias identificadas; 4) o conceito dos serviços médicos do Comitê Rio 2016; 5) o Plano Médico dos Jogos (visão 2016); 6) uma matriz de serviços que a APO estará apresentando ao Comitê Olímpico; 7) os clientes dos Jogos (atletas,

família olímpica, patrocinadores, mídia, força de trabalho e espectadores); 7) a garantia de uma instalação de serviços médicos, em toda instalação oficial, para realizar o primeiro atendimento, independentemente do grupo; 8) os profissionais e serviços envolvidos; 10) ambulâncias necessárias; 11) planejamento e implementação de infraestrutura de energia elétrica; 12) planejamento e operação do processo de gestão de espectro, com participação específica dos técnicos da ANATEL no processo de fiscalização (*shadow*); 13) participação de procuradores da AGU em visitas e reuniões sobre alterações de legislação no processo de implementação de proteção de marcas.

Em relação à área da Saúde, a DIOPS acompanha as ações do MEC e do Ministério do Esporte para financiamento, orientação, ampliação e modernização do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC) e do Laboratório de Controle de Dopagem (LAB DOP) do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atenderão às demandas dos Jogos relacionadas ao controle de *doping* nos atletas.

A DIOPS compõe o fórum sobre acessibilidade participando da aprovação de um caderno de diretrizes técnicas de acessibilidade e da discussão ainda em vigor sobre a destinação de assentos para deficientes nos Jogos 2016. Além disso, sugeriu a criação de um fórum para fazer um mapeamento das rotas acessíveis na cidade do Rio de Janeiro, cuja constituição está em andamento.

Deve-se registrar que um dos objetivos da mesma é o de organizar a memória dos Jogos, garantindo-lhe segurança, dinâmica no armazenamento, precisão e racionalidade, seja na captação, no tratamento, na disseminação de conteúdos e informações, desde a fase da candidatura, até a entrega do legado olímpico.

O legado documental dos Jogos, definido como um conjunto de documentos e informações produzidas em torno deste megaevento esportivo, reunirá fatos e atos públicos cronologicamente organizados envolvendo documentos de valor arquivístico.

Trata-se de um projeto de estratégia complexa, de alta densidade organizacional, não apenas no âmbito da APO, mas, também, nas Administrações Públicas federal, estadual e municipal.

Foi estruturado um fórum para tratar deste tema composto pelos seguintes órgãos e entidades: APO, EGP-Rio, EOM, Arquivo Nacional, Arquivo do Estado (RJ), Arquivo da Cidade (RJ) e Comitê Rio2016.

Foram realizadas dez reuniões e um *workshop* com o tema Construindo o legado de conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com a participação dos três níveis de Governo, COB, Comitê Rio 2016 e COI.

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos, no âmbito da Administração Pública Federal, irá entregar a APO, como parte do apoio daquela

instituição, o planejamento para o programa de gestão e preservação de documentos arquivísticos para a APO, proposta de treinamento para os servidores da APO sobre gestão de documentos convencionais (não digitais) e digitais visando a dotar os servidores de conhecimento, mínimo e necessário, para tratar os documentos produzidos e acumulados no desenvolvimento de suas atividades.

As ações para 2013 do Fórum de Discussão Sobre Legado Documental são as seguintes: 1) aplicação do planejamento elaborado pelo Arquivo Nacional para a gestão e preservação de documentos da APO; 2) capacitação de servidores da APO para gestão de documentos arquivísticos; 3) contratação de um profissional arquivista ou requisição de um servidor do Arquivo Nacional; 4) elaboração de esquema/plano/código de classificação relativos às atividades-fim da APO; 5) elaboração tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim e plano de destinação relativos às atividades-fim da APO; 6) planejamento e estruturação do espaço físico para instalação da unidade de protocolo e arquivo para preservação e conservação de documentos.

A DIOPS teve um papel também muito importante na articulação da participação do Governo Federal na implementação do projeto Casa Brasil, centro de hospitalidade do país durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012. Coordenando o fórum Casa Brasil, o trabalho desempenhado pela Diretoria nesse projeto resultou também na curadoria da exposição "Brasil a hora é essa!".

A exposição foi a porta de entrada das três exposições presentes na Casa Brasil, com a apresentação de fotos, vídeo e peças de artesanato de todas as regiões do país numa articulação com vários órgãos e entidades. A curadoria de todo esse material foi realizada pela DIOPS, e o material coletado foi posteriormente doado à Embaixada do Brasil em Londres.

Além da exposição, a APO, em conjunto com a Embaixada do Brasil em Londres, foi responsável por 10 eventos de negócios realizados na Casa Brasil e por garantir a participação de representantes brasileiros nas discussões ocorridas nos cinco eventos comerciais da *London Business Network*.

Em Londres, desenvolveu parcerias com a Prefeitura de Londres e o *British Council* no âmbito do projeto *Big Dance* para assinatura de memorando de entendimento com o Ministério da Cultura para elaboração de ações durante a Copa e os Jogos, e com a *Peace One Day*, para expansão de suas campanhas no Brasil nos próximos anos.

A DIOPS foi responsável pela instalação do fórum sobre cultura para os Jogos, que conta atualmente com a participação do Comitê Rio 2016, Ministério da Cultura, Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, e representantes das cidades do futebol (São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Salvador), com participação das prefeituras e governos estaduais.

Autoridade Pública Olímpica - APO

Durante as quatro reuniões do fórum realizadas no segundo semestre, a DIOPS acompanhou o desenvolvimento das ações coordenadas pelo Ministério da Cultura para a Copa 2014, bem como as ações pensadas pelas cidades-sede. Ademais, realizou-se, no âmbito do fórum, em parceria com o Ministério da Cultura, o *workshop* Cultura e comunicação nos Jogos Londres 2012. O evento contou com a presença de representantes do Comitê Organizador de Londres (LOCOG), da Prefeitura de Londres e do Festival de Edimburgo, com o objetivo de transferir conhecimento a partir dos resultados da experiência vivida antes, durante e após os Jogos de Londres.

A pauta referente à cultura tratou das questões de programação, financiamento e relação governamental com o Comitê Organizador. O público foi composto pelas instituições integrantes do fórum sobre cultura e representantes de diversas instituições relacionadas.

A DIOPS participou, também, de evento do COI, realizado em Amsterdam, sobre cultura e educação, representando a APO e, ainda em 2012, iniciou a organização do seminário sobre os Jogos de Londres, em parceria com o *British Council* e o *People's Palace Project*, a ser realizado em abril de 2013.

Para 2013, está previsto que o fórum sobre cultura consolide o planejamento estratégico e as ações a serem desenvolvidas nos próximos anos (2013 e 2014), antes do lançamento das Olimpíadas Culturais (após a Copa 2014), bem como as diretrizes que orientarão as ações das Olimpíadas Culturais.

A experiência adquirida por meio do PGO na área de comunicação colaborou para a realização do *workshop* Cultura e comunicação nos Jogos Londres 2012 com a presença de representante da Prefeitura de Londres e do Governo Britânico, tendo como temas questões de governança, projeto de comunicação, programação da importância da imagem de país/cidade que se quer apresentar para o mundo durante os Jogos.

Houve participação da Diretoria no fórum sobre comunicação, coordenado pelo Comitê Rio 2016 e que se reúne semanalmente para discutir principalmente questões referentes à imprensa. Foi proposta a formação de um fórum sobre comunicação de Governos, exatamente para poder dar início às discussões sobre conceito, imagem e comunicação dos Governos para os Jogos.

A consolidação desse fórum e a unificação do discurso dos Governos perante o Comitê Rio 2016 e a imprensa são os grandes desafios para 2013, uma vez que, até o presente momento, os Governos estão se pronunciando sem que haja nenhum tipo de articulação. Outro fato importante a ser estabelecido em 2013 é a definição de imagem de país até e para 2016, que influenciará e norteará as definições nas áreas de turismo, cultura e educação, que consequentemente impactará no trabalho sobre o legado.

As discussões sobre o tema acomodações ocorrem no fórum de mesmo nome coordenado pela EOM, com o objetivo de acompanhar a construção/reforma de novos empreendimentos e assim garantir as demandas exigidas pelo COI e as garantias descritas no Dossiê de Candidatura.

De modo a garantir a qualidade do atendimento e serviço dos hotéis, o Governo Federal desenvolveu um novo sistema de classificação hoteleira. Por meio da formação do grupo de classificação no âmbito do fórum sobre acomodações, a DIOPS possibilitou o início das conversas entre o Comitê Rio 2016, a EOM, o Ministério do Turismo e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) sobre o Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass). Além de três reuniões com os participantes do fórum sobre acomodações, também foram realizadas conversas com as entidades nacionais e locais do setor hoteleiro, de modo a tentar viabilizar a implementação da classificação dos hotéis no Rio de Janeiro.

A reunião com setor hoteleiro contou com a participação de representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) e do Sindicato dos Meios de Hospedagem, além do Ministério do Turismo, INMETRO, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal.

Ainda no setor de turismo, a DIOPS realizou uma reunião com a participação de representantes de diversas instituições e esferas de Governo com o Sr. David Huse, coordenador do programa *Ambassador*, estratégia de receptivo da Prefeitura de Londres durante os Jogos 2012. O projeto, realizado 100% com mão-de-obra voluntária, foi um grande sucesso e está sendo utilizado como referência por diversos países. Participaram dessa reunião representantes do Governo do Estado, da Prefeitura do Rio de Janeiro, Comitê Rio 2016, Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Governo do Estado de Minas Gerais e entidades afins.

Meta importante para 2013 é a consolidação do Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass) na cidade do Rio de Janeiro, cuja adesão não é obrigatória.

A DIOPS, em parceria com o Comitê Rio 2016, tem preparado a turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica no Brasil. Para isso, buscou parceria com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para auxiliar na articulação e mobilização dos governos locais, de modo a viabilizar a execução dos eventos.

Foram planejadas para o início de 2013 reuniões com os prefeitos das 26 capitais e o governador do Distrito Federal para apresentar o projeto e obter contatos que viabilizem a realização do evento. O desafio principal é garantir que os interesses dos governos locais sejam respeitados e efetivados durante a passagem da bandeira pelas 27 capitais.

No setor de eventos, durante os Jogos de Londres, foram realizadas diversas reuniões com o *Foreign Commowealth Office* (FCO) para o planejamento e participação de representantes do governo brasileiro em diversos eventos, dentre os quais se destacam o dia do Brasil na

Lancaster House, a celebração do dia 7 de setembro na Casa Brasil e a recepção conjunta com o Governo Britânico no encerramento dos Jogos Paraolímpicos.

Na área de isenções fiscais, um dos principais produtos foi à lei de isenções de tributos federais nas operações para os Jogos. Os trabalhos foram iniciados em janeiro de 2012 com reuniões organizadas pela DIOPS com representantes da Receita Federal do Brasil, para conscientização e entendimento das garantias fornecidas no processo de candidatura.

A partir dos entendimentos com a Receita Federal do Brasil, iniciou-se uma série de reuniões com periodicidade mensal, conforme necessidade de atuação no processo para esclarecimento das solicitações apresentadas como necessárias pelo Comitê Rio 2016.

E, de forma a complementar os entendimentos, a DIOPS participou de reuniões de trabalho com representantes do COI e do *Olympic Broadcasting Service* (OBS).

Outro trabalho de êxito foi a estruturação do fórum de trabalho estratégico e operacional do setor de suprimento de energia elétrica para os Jogos. Como resultado houve a publicação da Portaria nº 379/2012, do Ministério de Minas e Energia, que define a criação de grupo coordenado pelo Secretário de Energia Elétrica e participação dos dirigentes das entidades do setor de energia elétrica e do Presidente da APO.

O objetivo principal do grupo é a tomada de decisões estratégicas sobre os processos críticos necessários à elaboração do plano de ação do setor de energia para os Jogos e teve como responsabilidade a formação da Força Tarefa (FT) Olimpíadas, onde participam gerentes e especialistas das entidades do setor de energia e pessoal da DIOPS, responsáveis pelo tema energia para os Jogos.

Nesse contexto, foi criado um fórum operacional de energia, coordenado pela APO, com a participação de entidades do setor de energia elétrica, além de representantes do Comitê Rio 2016.

Os principais produtos do fórum operacional de energia em 2012 foram: 1) definição da arquitetura de suprimento de energia elétrica para os principais locais de competição; 2) transferências de conhecimento (sessões de trabalho em Londres, *workshop* geral sobre as experiências vivenciadas em Londres e preparação de *workshop* de transferência de conhecimento específica do setor de energia de Londres).

Igualmente, diante das atribuições referentes à operação e serviços de telecomunicação para os Jogos, a DIOPS buscou integração junto ao Ministério das Comunicações, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e TELEBRÁS. Graças a esses encontros foi possível identificar os projetos previstos para a COPA de 2014 que representam a estruturação dos trabalhos básicos de gestão de espectro, favorecendo a preparação desse segmento para os Jogos.

Paralelamente, buscou-se o entendimento das garantias que representam compromissos assumidos no processo de candidatura para os Jogos e o modo de operação de gestão de espectro pela ANATEL no Brasil, que culminou na formação do fórum Telecomunicação para os Jogos, onde participam representantes do Ministério das Comunicações, ANATEL e Comitê Rio 2016, coordenado pela APO.

O Fórum Telecomunicações, que possui periodicidade trimestral, teve como produtos: 1) entendimento dos requerimentos do COI e compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro para gestão de espectro; 2) criação da 1ª versão, respeitando as entregas e prazos solicitados pelo COI, do Plano Operacional de gestão de espectro para os Jogos; 3) planejamento para definição do portfólio de serviços de gestão de espectro; 4) definição dos requisitos necessários para planejamento da infraestrutura de telecomunicações para os Jogos; 5) transferência de conhecimento; 6) reuniões de trabalho e verificação dos serviços de telecomunicação nos Jogos Olímpicos; 7) acompanhamento local do processo de fiscalização durante os Jogos Paraolímpicos; 8) organização em conjunto com a Embaixada Britânica de Brasília de *workshop* com Diretor especialista da agência reguladora de Londres; 9) preparação de sessão de trabalho com o COI.

Para iniciar os trabalhos de planejamento de atuação quanto à proteção de marcas, conforme as garantias ofertadas no processo de candidatura para os Jogos, a DIOPS busca entendimento interno junto à Procuradoria e à Controladoria.

Para expandir o conhecimento sobre a atuação no processo de marcas, previsto e garantido no Ato Olímpico, representantes da DIOPS, o procurador e o controlador da APO estiveram em Londres para participar de reunião específica com a equipe do Governo Britânico, responsável pelos trabalhos de proteção de marcas.

Após os Jogos de Londres iniciou-se a estruturação de fórum para planejamento dos trabalhos de proteção de marcas para os Jogos RIO 2016. Neste sentido, foi efetuada reunião com o objetivo de estabelecer compromisso e parceria para construção de estratégia para planejamento dos trabalhos de proteção de marcas.

Também fez parte dos trabalhos da Diretoria a estruturação do processo de disponibilização de informações oceanometeorológicas. Neste sentido, efetuou a integração com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Centro de Hidrografia da Marinha do Ministério da Defesa (CHM). Os produtos foram: 1) entendimento das atribuições das entidades brasileiras na entrega de informações sobre meteorologia e oceanometeorológicas; 2) construção de cooperação técnica com o INMET e CHM para transferência de dados a ser assinado no 1º Semestre de 2013; 3) geração de relatórios sobre o clima e tempo, específicos para entregas periódicas e atemporais para o Comitê Rio 2016; 4) transferência de conhecimento.

Importante ressaltar que além dos trabalhos específicos para disponibilização de dados meteorológicos para o Comitê Rio 2016, também fez parte dos trabalhos da DIOPS a

estruturação de processo para disponibilização de dados para geração de relatórios do *Olympic Games Impact* (OGI).

Neste segmento específico do OGI, os trabalhos foram de entendimento do escopo definido nos manuais técnicos do COI para verificação do impacto dos Jogos Olímpicos no país sede e verificação dos dados, informações e metodologias de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para contribuição na geração dos relatórios.

O principal resultado foi garantir que a contratação pelo Comitê Rio 2016 que contemplasse os estudos efetuados pelo IBGE, pois garante a consistência dos relatórios do OGI frente às estratégias governamentais de crescimento existentes no país independente dos Jogos.

(3) Transferência de conhecimentos

Servidores da DIOPS, juntamente com outros representantes das demais Diretorias da APO, participaram do Programa de Observadores dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional como previsto nos manuais técnicos do COI.

A APO realizou no Rio de Janeiro um seminário, em novembro, para que as autoridades britânicas pudessem transmitir as lições aprendidas com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012.

(4) Capacitação

Foi importante para a qualificação da equipe da APO no que tange à transferência de conhecimentos relativos ao planejamento e execução dos Jogos Mundiais Militares (2011) e observação, acompanhamento e transferência de conhecimento do planejamento e execução da Conferência Rio + 20 (2012).

Ainda como protagonistas do trabalho, responsável pela coordenação e disponibilização, a DIOPS efetuou a integração com a Universidade CAIXA, da Caixa Econômica Federal, na busca de apoio e conhecimento para estruturação de gestão de conhecimento para o PGO com Londres, que culminou na assinatura de acordo de cooperação técnica.

Com esta cooperação técnica, a Universidade CAIXA disponibiliza cinco cursos de formação básica para os servidores da APO, conhecimento e consultoria sobre metodologia de gestão de conhecimento e consultoria para estruturação do Programa Governamental de Observadores para garantir a efetividade do programa para perpetuidade dos conhecimentos adquiridos pelos participantes do programa das diversas entidades governamentais.

Já a APO disponibiliza para a Universidade CAIXA conhecimentos específicos sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no tratamento de multidões, estratégias operacionais e de gestão com foco em grandes volumes, visto a similaridade de tratamento necessário para atuação

da CAIXA junto à população brasileira, bem como as experiências inovadoras utilizadas nos Jogos para construção das instalações olímpicas.

3.5.5. Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego - DIMOB

A infraestrutura de mobilidade, trânsito e tráfego está entre as que o Brasil se comprometeu a prestar para a realização dos Jogos. Destaca-se a existência de cartas-compromisso firmadas por autoridades brasileiras, as quais garantiram, dentre outras, ações nessa área, cujo tema consta no Dossiê de Candidatura, em especial do Tema 15.

A partir do contexto em que estão se desenvolvendo as ações de organização para a mobilidade, trânsito e tráfego nos grandes eventos, é possível identificar como missão final da Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego (DIMOB) garantir a entrega, através da interação dos três entes, além de outros agentes públicos e privados empenhados nas ações de mobilidade, trânsito e tráfego, dos projetos referentes à área, necessários à organização dos Jogos, de forma que estes se realizem de forma segura e pacífica, garantindo o uso do legado do evento.

Frente à sua missão, que basicamente diz respeito à garantia de entrega dos serviços de mobilidade, transporte e tráfego dos Jogos em nível adequado, a DIMOB desenvolveu ações que podem ser resumidas na forma que segue.

A DIMOB coordena o fórum sobre aeroportos, grupo técnico setorial que reúne os responsáveis pela realização dos compromissos assumidos no Dossiê de Candidatura Rio 2016 com relação à infraestrutura aeroportuária. O objetivo do fórum é garantir um modelo de governança participativa que viabilize o planejamento das ações estratégicas, acelere as medidas a serem tomadas para a execução das tarefas planejadas e permita a discussão sobre os riscos e alternativas dos projetos que englobam a área. Participam desse grupo técnico membros formalmente indicados das instituições legais que representam os três níveis de governo, além da Secretaria de Aviação Civil (SAC), ANAC, Infraero e Comitê Rio 2016.

Por meio da coordenação desse fórum, a mesma executou diversas atividades como:

- Organização e sistematização dos projetos de melhoria e ampliação dos aeroportos em forma de Ficha de Projetos (FIP) junto aos entes executores das obras, orientando-os quanto à formatação, prazo, escopo, metas, etc.
- PGO Londres 2012: visita a Londres (Aeroporto de Heathrow/BAA) para compreender a operação aeroportuária durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, bem como o modelo de governança desenvolvido para gerenciar o tema.
- Programa de Observadores Rio +20: participação do fórum sobre aeroportos com o objetivo de acompanhar a operação de chegadas e partidas do público da conferência, com ênfase no tratamento aos dignitários.
- Criação de comissão para discutir a integração do BRT Transcarioca com os aeroportos Galeão e Santos Dumont. A obra, em curso, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras (RJ), cujo

projeto recebeu diversas sugestões de melhoria no que se refere ao entorno dos aeroportos – viário, pontos de ônibus, retornos, acessos a estacionamento, estações, etc.

- Atividades de orientação, nivelamento de informações e visitas técnicas com os representantes dos concessionários dos aeroportos Guarulhos, Brasília e Viracopos, com a participação da SAC e ANAC.
- Atualização do Caderno de Transportes com atuação em conjunto com os três níveis de Governo. Trata-se de documento entregue junto com o Dossiê de Candidatura, que detalha os compromissos assumidos e os projetos de transporte, incluindo as questões afetas à infraestrutura aeroportuária.
- Manual Comitê Técnico de Eventos Especiais CONAERO: documento que consolida as orientações e ações estratégicas dos órgãos prestadores de serviços públicos nos aeroportos durante os períodos de alta demanda, visando ao bom fluxo de passageiros e bens e otimizando a utilização da infraestrutura aeroportuária.
- Envolvimento das Autoridades Aeroportuárias Locais das Cidades do Futebol – Salvador, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.
- Participação em eventos técnicos do COI na área de infraestrutura de transporte.

Resultados e metas alcançados em relação ao tema aeroportos:

- Definição da estrutura de governança para desenvolver o planejamento dos aeroportos envolvidos na operação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.
- Atualização da Tabela de Conectividade (ANAC).
- Atualização do Livro de Transportes.
- Entrega da primeira versão do Plano Operacional do Aeroporto Galeão.
- Consolidação das informações coletadas nos programas de observação Londres 2012 e Rio +20 e aplicação das lições aprendidas na elaboração dos manuais de grandes eventos.
- Conclusão da proposta de melhoria da integração do projeto do BRT com os dois aeroportos. A proposta encontra-se em avaliação de custos pela SMO-RJ.

Algumas dificuldades encontradas pela DIMOB no tema aeroportos: contratação e atualização de estudos necessários ao planejamento da operação aeroportuária durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por exemplo, o estudo de demanda (ar e terra).

As principais ações, atividades e projetos previstos para 2013 no tema aeroporto são:

- Entrega da primeira versão do Plano Operacional do Aeroporto de Guarulhos e desenvolvimento do Plano Operacional dos aeroportos das cidades do futebol.
- Atualização da Tabela de Conectividade junto com a ANAC e área de esportes do Comitê Organizador Rio 2016.
- Organização do Programa de Observação nos aeroportos das cidades do futebol durante os eventos Copa das Confederações 2013 e Jornada Mundial da Juventude.
- Sistematização dos requisitos básicos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e outros manuais técnicos para envio à SAC/ANAC com o objetivo de contribuir para a elaboração do edital de licitação do Aeroporto Galeão.

No âmbito de portos, a Diretoria é a coordenadora do fórum de mesmo nome, cujo objetivo é gerenciar as ações necessárias para dotar o porto do Rio de Janeiro das condições e estrutura que permitam a utilização da área como instalação não-esportiva durante os Jogos, com base nos compromissos assumidos na candidatura. Ressalte-se que as melhorias planejadas para o porto estão orientadas para a revitalização da área e para a ampliação da capacidade turística.

No âmbito da dinâmica desse fórum foi desenvolvido um conjunto de ações com vistas a sistematizar e conciliar todos os projetos em curso na região do porto, a saber:

- Integração do projeto do pier com a cidade (modo legado e modo Jogos).
- Identificação dos serviços necessários à operação dos Jogos após a construção do pier em Y em conciliação com o modo legado – fornecimento de água, energia, esgotamento, retirada de lixo sólido e líquido, iluminação, etc.
- Participação dos integrantes do fórum em *workshops*, reuniões e visitas técnicas com consultores do COI
- Sistematização das informações dos projetos ((FIP)): construção do pier em Y e reforma dos armazéns.
- Participação no PGO de Londres 2012.
- Organização do PGO durante a temporada 2012/2013.

Nesse tema, os resultados e metas alcançados foram:

- Identificação das etapas a serem seguidas na construção do Pier em Y, tais como apresentação do projeto inicial à Capitania dos Portos (RJ), início das obras e da dragagem, contratação de obras para instalação de serviços no píer, instalação de sinalização a ser usada durante a construção, entre outros.
- Realização do PGO (navios de cruzeiro) durante a temporada 2012/2013.
- Primeira versão do mapa do porto projetado para 2016.

Algumas dificuldades em relação ao tema portos são:

- Atraso no início das obras de grande porte na área do porto que impactam diretamente a operação da instalação durante os Jogos Olímpicos.
- Contratação de estudos de demanda e fluxo e análises de risco.

Para 2013, a DIMOB planeja as seguintes ações, atividades e projetos:

- Finalização do cronograma da execução de todos os projetos em curso na região, estabelecendo interdependências entre eles e identificando riscos.
- Revisão a numeração dos cabeços em função da construção do pier em Y.
- Revisão da garantia emitida pela Companhia Docas do Rio de Janeiro em decorrência da mudança da numeração dos cabeços.
- Elaboração de uma matriz de atividades dos projetos com o apontamento dos responsáveis pelas ações.

Por fim, a DIMOB participou do PGO, com o objetivo de promover a transferência de conhecimento em áreas específicas de atuação do setor público, procurando, desta maneira, executar com eficiência a implementação das obras, operações e serviços para os Jogos. Mais especificamente, o PGO na área de mobilidade, trânsito e tráfego teve como objetivo conhecer a estratégia adotada para garantir esses itens diante das necessidades dos Jogos, em face das soluções estruturantes para o país-sede.

Não foi um evento deliberativo, mais, sim, uma troca de experiências tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

A Agenda do Programa Governamental de Observadores (PGO) foi desenvolvida durante os dias 3 a 7 de setembro de 2012, na cidade de Londres – Reino Unido.

4 - Divulgação Institucional

Visando demonstrar à sociedade os efeitos de sua atuação, a APO promove a divulgação de suas atividades por meio de variados instrumentos que apresentam sua missão institucional, seu campo de atuação, suas principais ações de fiscalização e os resultados alcançados.

O site da Autoridade Pública Olímpica foi reformulado, tornando possível a inserção de notícias e fotos, redes sociais (*facebook* e *twitter* - que foram criados), com layout a ser aproveitado na construção do portal definitivo que compreenderá idiomas e formas de acessibilidade compatíveis com as necessidades dos atletas paraolímpicos.

Foi construído mailing provisório de jornalistas a fim de dar transparência às atividades da Autoridade Pública Olímpica, por meio do envio de textos (releases), fotos, sugestões de pauta, especialmente a setoristas que acompanham noticiário esportivo e de grandes eventos (editoria de Cidades

Diariamente, a ASCOM produz clipagem de notícias com enfoque no noticiário que envolve as Olimpíadas, assim como de setores que impactam a realização dos jogos, quer seja da realização de obras de infraestrutura ou de serviços como aeroportuários, de energia, telefonia, segurança, entre outros.

As divulgações que ocorreram em entrevistas agendadas previamente estão descritas a seguir, observando, porém, que entrevistas ou esclarecimentos concedidas em eventos públicos em que são atendidos simultaneamente ou de modo alternado profissionais de imprensa de diversos veículos (entre jornais, agências, revistas, rádios, Tvs e sites de notícias) não estão aqui incluídas.

13/07/2012

Entrevista à Agência Estado sobre Negócios/Economia nas Olimpíadas

23/07/2012

Entrevista para o UOL, sobre execução orçamentária da APO e andamento das obras das Olimpíadas.

25/07/2012

Entrevista à Folha de S. Paulo, para oportunidades para pequenas e médias empresas na preparação das Olimpíadas

26/07/2012

Entrevista à Agência Câmara após audiência na Comissão de Turismo e Desporto e Viação e Transporte da Câmara dos Deputados

03/08/2012

Entrevista à Rádio Câmara sobre o Programa Governamental de Observadores – PGO de Londres

06/08/2012

Entrevista à Agência Brasil/NBR e Rádiobrás em Londres em evento na Embaixada do Brasil

08/08/2012

Entrevista à BBC sobre oportunidades de negócios no Brasil derivadas das Olimpíadas;

Entrevista no estúdio da Sport TV, em Londres, na New Zealand House.

17/08/2012
Entrevista à revista França-Brasil sobre oportunidades e desafios diante das Olimpíadas

20/08/2012
Entrevista (ping-pong) a Diretor do Brasil Econômico

21/08/2012
Entrevista em estúdio do canal Rede Vida em Brasília

22/08/2012
Em Brasília, entrevistas à revista IstoÉ; ao jornal O Globo e à equipe de TV da Comunicação Social do Exército

23/08/2012
Produção de artigo para o jornal O Povo do Ceará sobre preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas

31/08/2012
Entrevista à Unbrain TV, em Londres

07/09/2012
Entrevista à NBR sobre o Programa Governamental de Observadores (PGO) durante evento do dia 7 de Setembro na Embaixada do Brasil em Londres

11/09/2012
Café da manhã com jornalistas com o objetivo de fazer balanço do PGO em Londres, junto com a cônsul geral do Reino Unido, Paula Walsh. Compareceram os seguintes veículos: Globo News, TV Brasil, Agência Brasil, O Estado de S. Paulo, Terra e CBN.

12/09/2012
Entrevista em estúdio da Record em São Paulo ao jornalista Paulo Henrique Amorim para programa semanal da Record News e para o diário Jornal da Record

13/09/2012
Entrevista à IstoÉ Dinheiro, sobre ações ambientais voltadas para Olimpíadas

18/09/2012
Entrevista para o noticiário *on line* de O Globo. Assunto: instalações já existentes para as Olimpíadas de 2016.

20/09/2012
Entrevista à CBN sobre a participação da APO nas Olimpíadas de Londres.

27/09/2012
Entrevistas após palestra no Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex) para Valor Econômico, Agência Brasil, Folha de S. Paulo, CBN e GloboNews

28/09/2012
Entrevista coletiva no Palácio do Planalto após evento que teve a presença da presidenta Dilma Rousseff e do primeiro ministro britânico David Cameron, em que foi renovado Memorando de Entendimento entre os dois governos para execução do Programa Governamental de Observadores

8/10/2012
Entrevista para blog do UOL – papel da APO na preparação das Olimpíadas de 2016

11/10/2012
Entrevista à Agência Brasil sobre o Decreto de Acessibilidade voltado para as Olimpíadas

25/10/2012
Almoço-entrevista com diretor de redação e colunista do jornal Extra

31/10/2012
Entrevistas para o Correio Popular de Campinas e o jornal O Globo– sobre recepção de cavalos no aeroporto de Viracopos.

1/11/2012
Entrevista à Folha de S. Paulo sobre orçamento do debriefing do PGO de Londres realizado em parceria com o Governo da Inglaterra

5/11/2012
Almoço-entrevista com colunista do jornal O Globo

9/11/2012
Entrevista à Agência Estado

13/11/2012
Almoço-entrevista com editora da TV Reuters

21/11/2012
Reunião com diretor e com editor de esporte do Grupo Estado de São Paulo,no Rio de Janeiro.

22/11/2012
Entrevista coletiva concedida juntamente com ministro britânico do Esporte, com o presidente da Olympic DeliveryAuthority -ODA de Londres; com o coordenador nacional de Segurança Olímpica do Reino Unido e com a cônsul geral do Reino Unido sobre o evento debriefing PGO-Londres

23/11/2012
Produção em conjunto com o ministro britânico do Esporte do artigo *Uma cooperação de ouro*, publicado no jornal O Globo (28/11)
Entrevista às revistas Carioquice e Seguros Privados

29/11/2012
Entrevista coletiva concedida, após evento em Fortaleza: "Conferência sobre Relações Exteriores", que tratou de megaeventos, cultura e diplomacia

5/12/2012
Entrevista à CBN, Terra e Agência Brasil após palestra do presidente a alunos de Educação Física de Santa Maria (RS) sobre a preparação das Olimpíadas

13/12/2012
Entrevistas a jornalistas durante jantar anual da Associação dos Correspondentes Estrangeiros no Brasil

5. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

5.1 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Autoridade Publica Olímpica- APO/FEDERAL	91005	913001
Autoridade Publica Olímpica- APO/ESTADUAL	91006	913002
Autoridade Publica Olímpica- APO/MUNICIPAL	91007	913003

5.1.2 Programação de Despesas

5.1.2.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Divida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contrato de Rateio	UNIÃO	73.533.153	6.800.000	0	0	75.010.603	14.000.000
	ESTADO	0	0	0	0	100.000	100.000
	MUNICÍPIO	0	0	0	0	1.000	100.000
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		73.533.153	6.800.000	0	0	75.111.603	14.200.000

Fonte: SIAFI

5.1.2.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratode Rateio	União	5.000.000	0	0	0	0	0
	Estado	100.000	0	0	0	0	0
	Município	0	0	0	0	0	0
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		5.100.000	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

5.1.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$1,00

1Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contrato de Rateio	União	75.010.603	14.000.000	5.000.000	0	0	0
	Estado	100.000	100.000	100.000	0	0	0
	Município	1.000	100.000	0	0	0	0
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Créditos	0	0	0	0	0	0

	Cancelados					
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		75.111.603	14.200.000	5.100.000	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Autoridade Pública Olímpica é classificada como autarquia em regime especial, não integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade de qualquer dos Entes que a compõem (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro). Seu orçamento é não Legislativo e sim Contratual. No curso de 2012, o valor estabelecido não foi integralmente repassado à autarquia no que respeita aos recursos de custeio e investimentos.

Cabe ressaltar que os recursos oriundos do Contrato de Rateio 2012 foram repassados pelo Ministério do Esporte como a seguir discriminado:

- em 14 de dezembro: recursos de pessoal, e
- em 31 de dezembro; recursos de custeio, sendo que o valor de investimento não foi repassado até esta data.

Salienta-se, ainda, que os recursos efetivamente repassados pelo Ministério do esporte foram inferiores aos previstos no Contrato de Rateio e indicados nos quadros de programação acima apresentados.

Finalmente, destaca-se que os Contratos de Rateio foram firmados no último bimestre dos exercícios de 2011 e 2012, determinando a contabilização de superávit.

5.2. Execução Orçamentária

5.2.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

5.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**708.055,37**	**0**	**708.055,37**	
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	708.055,37		708.055,37	
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	

2. Contratações Diretas (g+h)	**141.634,81**		**141.634,81**	
g) Dispensa	36.124,19	0	36.124,19	0
h) Inexigibilidade	105.510,62	0	105.510,62	0
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**9.531.106,34**	**300.305,60**	**9.531.106,34**	**300.305,60**
j) Pagamento em Folha	8.871.802,09	300.305,60	8.871.802,09	300.305,60
k) Diárias	641.304,65		641.304,65	
5. Outros	**494.900,43**	**103.262,95**	**494.900,43**	**103.262,95**
6. Total (1+2+3+4+5)	**10.875.696,95**	**403.568,55**	**10.875.696,95**	**403.568,55**

Fonte: SIAFI

5.3 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	14.176.184,80	11.139.706,38	2.951.478,42	85.000,00
2010	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

6 – Previsão para o Próximo Semestre

Para o primeiro semestre de 2013, a Autoridade Pública Olímpica continuará o processo de estruturação das suas diferentes áreas, finalísticas e administrativa, com a elaboração dos respectivos atos normativos.

Alinhados às necessidades de adaptação à Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite aos cidadãos solicitar dados de caráter público a qualquer órgão da esfera federal, a APO encontra-se em processo final de reestruturação e atualização do site institucional, com o objetivo de permitir que a lei seja cumprida em sua plenitude.

No âmbito da governança e definições finalísticas, dará sequência a sua participação, em conjunto com representantes dos três níveis de governo e do Comitê Rio 2016, nas reuniões dos Comitês de Coordenação e Executivo.

Objetiva-se, igualmente, avançar nas reuniões dos grupos de trabalhos já existentes, e na estruturação de novos grupos como forma de identificar possíveis dificuldades e busca de soluções para a perfeita realização dos jogos.

A APO continuará o trabalho de coordenação dos Grupos Técnicos instituídos nos termos dos Acordos de Cooperação firmados em maio de 2012 entre o governo federal, a Autarquia e os governos estadual e municipal, com vistas a que os três entes federativos encaminhem no devido tempo previsto em cronogramas a entrega das instalações esportivas dos complexos de competições da Barra da Tijuca e Deodoro.

Com relação à realização dos Jogos, o Programa Governamental de Observadores - PGO incrementará as ações com novas parcerias objetivando o acompanhamento da realização de grandes eventos mundiais que guardem consonância com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e absorvendo informações sobre a expertise processual para realização de Jogos Olímpicos. Com vistas à transmissão e uniformização de conhecimentos serão realizados novos seminários com todos os observadores e representantes do governo londrino, além de eventos com as novas parcerias estabelecidas no âmbito do Programa.

No âmbito internacional, a participação da APO nos eventos oficiais do COI e IPC, a partir da previsão dos calendários que foram apresentados por aqueles entes internacionais, estão discriminadas a seguir:

Calendário dos Eventos Oficiais do COI e IPC com participação da APO – 1º Semestre de 2013 (previsão)

Evento			Data	
Classificação	**Edição**	**Tipo**	**Início**	**Término**
VICR-COI	13	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	21/01/13	24/01/13
VICR-COI	14	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	17/06/13	21/06/13
COCOM	4	Coordination Comission COI – acompanhamento dos projetos (todos os temas) pelo comitê de coordenação do COI	18/02/13	20/02/13
PR-COI	7	Project Review COI – revisão do projeto pelos especialistas do COI, Secretário Geral e Presidente da Comissão de Coordenação do COI	22/04/13	23/04/13
OGKM-COI	2	OGKM on Transport – transferência de conhecimento na área de transportes	23/04/13	23/04/13
TICR - COI	2	Transport Review – revisão dos projetos da área de transportes	25/02/13	01/03/13
TICR - COI	3	Transport Review revisão dos projetos da área de transportes	24/04/13	24/04/13
TICR - COI		Transport Review - revisão dos projetos da área de	26/04/13	26/04/13
		chegadas e partidas		
Working Session - Energia		Sessão de trabalho - energia	29/01/13	31/01/13
Legacy Review - COI	1	Legacy Review - revisão do planejamento de Legado dos Jogos	12/06/13	12/06/13

7 - Considerações Finais

O presente relatório evidencia, por si só, a amplitude e a complexidade das ações desenvolvidas no âmbito da APO, envolvendo um sem-número de entidades públicas e privadas no Brasil e no exterior. Nesse sentido, a Autarquia cumpre o seu objetivo legal visando assegurar a disponibilização da infraestrutura e serviços indispensáveis à realização dos Jogos de 2016 e a constituição de legado de expressivo conteúdo e valor para a sociedade brasileira.

Estamos certos de que a ação coordenada juntamente com os três níveis de governo e o Comitê Rio 2016 está encaminhando de forma positiva o adequado cumprimento de nossa missão.

TABELA 1 - REUNIÕES NA ESFERA FEDERAL

Conjunto de reuniões realizadas no âmbito do governo federal destinadas discutir temas relevantes para a organização dos Jogos de 2016, envolvendo as responsabilides pela construção de instalações esportivas, questões fundiárias, financiamento e isenções fiscais ao Comitê Olímpico Internacional e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Intituições envolvidas: Casa Civil e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, APO, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte, da Fazenda, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União, Forças do Ministério da Defesa e Ministério da Justiça (SESGE), Caixa Econômica Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, e empresas de Pesquisa Energética, FURNAS, LIGHT, AMPLA e INFRAERO. Em reunião com a Presidenta da República e Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República estiveram presentes o Governador do Estado, o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

06/07/2012	**11/07/2012**
Reunião na APO com representantes do município do Rio de Janeiro indicados para compor GT previsto na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica União, Município-RJ e APO Pauta: a) Instalação de Grupo Técnico: apresentação dos representantes; b) Situação dos procedimentos em relação a termos de referência e detalhamento das instalações, com vistas às licitações para elaboração dos projetos; c) Apresentação, pelo município, do cronograma previsto para conclusão das obras a serem executadas, detalhado por equipamento; e d) Apoio técnico da Caixa. APO/ Sedc/ RJ	Reunião no Ministério de Minas e Energia, com representantes dos Ministérios do Esporte, da Secretaria de Desenvolvimento e Energia do Estado do Rio de Janeiro, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, de Furnas, da Light e da AMPLA. Pauta: Instalação do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria MME nº 379/2012, responsável por elaborar o Plano de Ação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, visando garantir o suprimento de energia elétrica para esses eventos. Ministério de Minas e Energia, Brasília/DF

12/07/2012 Reunião com representantes das Secretarias-Executivas da Casa Civil /PR, do Ministério do Esporte e da Controladoria- Geral da União, da Subchefia de Articulação e Monitoramento e da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, e das Secretarias do Orçamento/MPOG, de Política Econômica/MF e do Tesouro Nacional/MF. Pauta: Procedimentos para implementação do art. 15 da Lei nº 12.035/2009 – Ato Olímpico. Secretaria de Orçamento Federal/MPOG, Brasília/DF	**18/07/2012** Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, representantes da Secretaria-Executiva da Casa Civil /PR, do Ministério do Esporte e da Controladoria-Geral da União, da Subchefia de Articulação e Monitoramento e da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, e das Secretarias do Orçamento/MPOG, de Política Econômica/MF e do Tesouro Nacional/MF. Pauta: regulamentação do art. 15 da Lei nº 12.035/2009 – Ato Olímpico. Secretaria de Orçamento Federal/MPOG, Brasília/DF
31/07/2012 Reunião com Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, e com Consultoria da AGU/PR. Pauta: Relatório do Jardim Botânico/RJ sobre a área prevista para o novo autódromo. Palácio do Planalto, Brasília/DF Advocacia-Geral da União, Brasília/DF	**22/08/2012** 1. Reunião Setorial – Ministérios do Esporte e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Participantes: Secretária-Executiva do MPOG, Secretário-Executivo e de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Diretor da SPU/MPOG e assessores da Secretária-Executiva, SPU, SEPAC, todas do MPOG. Pauta: Terrenos para as Olimpíadas no Rio de Janeiro Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília/DF 2. Reunião com Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil sobre aeroportos Secretaria de Aviação Civil, Brasília/DF

13/09/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com Ministros da Casa Civil/PR, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Esporte e Subchefia de Acompanhamento e Monitoramento/CC/PR. Pauta: Decreto CGOlimpíadas. Palácio do Planalto, Brasília/DF	**19/09/2012** Reunião na Presidência da República, com a presença da Presidenta da República. Presentes: Ministra-Chefe da Casa Civil/PR e Ministro do Esporte. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e Presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Pauta: Conselho dos Jogos Olímpicos 2016. Palácio do Planalto, 3º andar. Gabinete. Brasília/DF
19/09/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República, Ministra-Chefe da Casa Civil/PR, Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Esporte, Governador do Estado do Rio de Janeiro e Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Pauta: Assuntos decorrentes da reunião com a Presidenta da República. Palácio do Planalto. Brasília/DF.	**28/09/2012** Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com representantes da Subchefia de Articulação e Monitoramento-SAM/CC/PR, do Ministério do Esporte, da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Pauta: Acessibilidade (parâmetros de acessibilidade para as instalações Olímpicas e Paraolímpicas). Palácio do Planalto, Brasília/DF
02/10/2012 Reunião na APO com Presidente da INFRAERO, Secretário de Defesa Agropecuária e responsáveis pelo VIGIAGRO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Pauta: Recepção de eqüinos em aeroportos: procedimentos aduaneiros e sanitários, construção de baias, quarentena, com vistas às competições eqüestres dos Jogos Olímpicos de 2016.	**02/10/2012** Reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com Secretária-Executiva do MPOG e representantes da SAM/CC/PR, do Ministério da Defesa e dos Comandos do Exército e da Aeronáutica. Pauta: Utilização dos terrenos do Exército e da Aeronáutica durante

Escritório da APO em Brasília. CCBB. 2º andar, Brasília/DF	a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 6º andar. Brasília/DF
04/10/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com representantes da SAM/CC - Subchefe e Assessores; do MP/SEPAC - Diretor e Coordenador Geral da Diretoria de Infraestrutura; do Ministério do Esporte - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento e Coordenador de Engenharia; da STN/MF - Assessoria; pela CGU - Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia e Assessoria; da CAIXA - Gerente Executivo; e da APO - Diretor e Superintendente da Diretoria de Infraestrutura Esportiva e Meio Ambiente. Pauta: Olimpíadas- instalações: monitoramento do Grupo Técnico e de Apoio. Palácio do Planalto, Brasília/DF	**30/10/2012** Reunião na APO com a participação de representantes da SAM/CC/PR, Ministérios do Esporte, da Defesa (Comandos do Exército e da Aeronáutica), do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC e Superintendência da SPU/RJ) e das Cidades e Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Pauta: Complexo de Deodoro APO/ Sede/ RJ
31/10/2012 Reunião na Superintendência do Aeroporto de Viracopos em Campinas/SP, com a presença do Superintendente do Aeroporto, do Presidente e do Diretor de Engenharia da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e da Assessora da Presidência da INFRAERO. Pauta: Visita ao TECA: terminal de cargas geral, transelevador e terminal de cargas vivas. Aeroporto de Viracopos - Campinas/SP	**06/11/2012** Reunião na Casa Civil da Presidência da República com representantes da SAM/CC/PR, da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, da SEPAC/MP, do Ministério do Esporte, da STN/MF, da CGU e da Caixa. Pauta: a) Olimpíadas - instalações: monitoramento do Grupo Técnico e de Apoio; b) Solução financeira para as questões da Vila dos Atletas acordadas com o Comitê Organizador dos Jogos-COJO; c) Plano de destinação dos equipamentos olímpicos. Palácio do Planalto. Brasília/DF

06/11/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República com representantes da SAM/CC/PR e das áreas jurídica, de controladoria e de auditoria da APO. Pauta: Déficit COJO Palácio do Planalto. Brasília/DF	**06/11/2012** Reunião com a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Pauta: Divulgação da Matriz de Responsabilidade Palácio do Planalto. Brasília/DF
19/11/2012 Reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR com a presença de representantes: pela SAM/CC - Subchefe e Assessores; pelo Ministério do Esporte - Secretário Executivo; pelo Ministério da Cultura - Secretária Executiva; pela AGU – Coordenadora e Coordenadora Substituta do GECOPA; pela Secretaria Especial de Portos – Secretário Executivo; e pela Companhia Docas do Rio de Janeiro/CDRJ - Presidente Pauta: Olimpíadas : Píer em Y no Porto do Rio. Palácio do Planalto. Brasília/DF	**26/11/2012** Reunião na Secretaria Extraordinária de Segurança Para Grandes Eventos/MJ com o Secretário e Diretor de Inteligência Pauta: Apresentação de Programas de Segurança para a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, eventos no Rio de Janeiro. SESGE/MJ. Brasília/DF
27/11/2012 Reunião coordenada pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR com a presença de representantes: pela SAM/CC - Subchefe e Assessores; pelo Ministério do Esporte - Secretário Executivo e Nacional de Esporte de Alto Rendimento; pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Diretor da SEPAC; pela CGU – Diretora de auditoria e assessora; pelo Ministério da Fazenda, Coordenador da STN e pela Caixa, Superintendente Nacional e Gerente Executivo. Pauta: Olimpíadas : monitoramento do grupo técnico e de apoio.	**28/11/2012** Audiência Pública na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Requerimento nº 145/2012 do Deputado Rubens Bueno. Tema: planejamento geral dos Jogos Olímpicos, projetos, obras e reformas a serem realizadas. Demais convidados: representantes de entidades estaduais e municipais do Rio de Janeiro e do Comitê Rio 2016 Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados. Brasília/DF

APO/ Sede/ RJ	
06/12/2012 Reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR Presentes: o Subchefe da SAM/CC e representantes do Ministério da Defesa (Secretário de Coordenação e Organização Institucional e o Diretor de Patrimônio do Exército) e do Ministério do Esporte Pauta: Novo traçado da Avenida Transolímpica no Rio de Janeiro. Palácio do Planalto. Brasília/DF	**18/12/2012** Reunião coordenada pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR Presentes: o Subchefe da SAM/CC, Secretário Executivo do Ministério do Esporte, governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, e representantes do Comitê Rio 2016 Pauta: Art. 15 da Lei nº 12.395/2009 - déficit. APO/ Sede/ RJ

TABELA 2 - REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA E DIRETORIA EXECUTIVA DA APO COM A DIREÇÃO DO COMITÊ ORGANIZADOR RIO 2016

Este fórum foi estabelecido durante o primeiro semestre de 2012 com a finalidade de manter atualizada a discussão das matérias de interesse e eleger as prioridades para os trabalhos futuros, tendo em vista a agenda de monitoramento e a diversidade de temas a merecer gerenciamento. No segundo semestre de 2012 as reuniões foram suspensas quando da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres.

02/07/2012 Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; serviços médicos e energia); Matriz de Responsabilidade; Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.	**09/07/2012** Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação-reclassificação de hotéis; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; serviços médicos-plano para atender à demanda por ambulâncias e energia- grupo de trabalho especial); Matriz de Responsabilidade (segurança e sustentabilidade; aprovação pelo Conselho Público Olímpico e comunicação da Matriz ao público); Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.

27/08/2012 Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação-reclassificação de hotéis; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; Remessas de amostras – plano operacional; serviços médicos-plano para atender à demanda por ambulâncias e energia- grupo de trabalho especial); Matriz de Responsabilidade (segurança e sustentabilidade; aprovação pelo Conselho Público Olímpico e comunicação da Matriz ao público); Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.	

TABELA 3 - COMITÊ DE COORDENAÇÃO

O Comitê de Coordenação é uma instância de discussão e encaminhamento dos assuntos referentes à organização da infraestrutura e serviços para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. É composto pelos dirigentes da Autoridade Pública Olímpica, Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Olímpica Municipal e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Os membros utilizam este fórum para o acompanhamento dos preparativos no nível estratégico, estabelecendo os consensos necessários ao desempenho harmônico das atividades de cada um dos entes envolvidos.

13/07/2012 Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores; Governança (termos de referência, Segurança, Transporte, Sustentabilidade, Legado); ABCD e Laboratório. Relatório de Pendências(Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana, Zona Portuária); relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças; relatório de progresso sobre cessão do terreno da Aeronáutica adjacente ao futuro Centro Olímpico de Treinamento.	**24/08/2012** Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores; Governança (termos de referência, Segurança, Transporte); Acessibilidade; Debriefing interno sobre Londres 2012; Relatório de Pendências; Assuntos escalados do Comitê Executivo (Deodoro, Arroio Pavuna, BRT Transolímpico, área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista e o projeto do entorno do Maracanã); relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças; relatório de Progresso ABCD e Laboratório; relatório de progresso sobre cessão do terreno da Aeronáutica adjacente ao futuro Centro Olímpico de Treinamento; assuntos gerais (posicionamento para os principais temas dos Jogos Rio 2016, integrador de projetos, velódromo, Centro de treinamento de ginástica Olímpica e acomodações no porto).

21/09//2012 Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores Resultados da 1ª Reunião com a Presidenta da República (isenções tributárias; aportes dos governos no orçamento do Comitê Rio 2016; ABCD; Labdop; parâmetros de acessibilidade; Parque Olímpico; aeroportos; Transolímpica; Autódromo). Resultados do 12º VICR. Relatório de pendências de projetos (Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana, Zona Portuária e aeroportos)X; relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças. Assuntos gerais (incidente entre Rio 2016 e Locog, criação de grupo de trabalho de Concessionárias, área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista).	**05/10/2012** Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (Termos de referência dos Comitês de Coordenação e Executivo, assim como os dos grupos de trabalho – em andamento; Comandos de segurança e transporte: cronogramas de implantação, plano de ação e mecanismos de aprovação de projetos – em andamento; Plano de utilização do terreno na Lagoa – concluído; parâmetros de acessibilidade para os Jogos Rio 2016™ – concluído; operação com os cavalos em Deodoro – concluído; mapa padrão de transporte – concluído; área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista – concluído). Assuntos escalados do Comitê Executivo (Matriz de Responsabilidades *versus* Lista de Projetos -FIPs / relatório para o COI); definição de responsabilidades: arquibancadas temporárias do João Havelange, do parque aquático e dos ginásios (*halls*); apresentação dos requisitos para a reforma do Maria Lenk). Contratação de desenhadores de percursos para o velódromo, a canoagem slalom, o BMX, o mountain bike e o concurso completo de equitação. Preparação para o debriefing conjunto.

19/10/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões (ferramenta de integração de projetos – concluído; estratégia de comunicação para a Matriz de Responsabilidades – concluído; evento de transferência de conhecimento para o Rio 2016™ – concluído; tabelas de responsabilidades para a APO e para os governos – concluído.Apresentação das revisões dos compromissos de sustentabilidade, do grupo de trabalho de comunicação e da estratégia de comunicação para a matriz de responsabilidade. Assuntos gerais (acompanhamento do orçamento do Comitê Rio 2016 e tabela de acessibilidade).	**12/11/2012** Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.
30/11/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.	**14/12/2012** Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.

TABELA 4 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA, APOIO AO EVENTO E MEIO AMBIENTE

Superintendência de Infraestrutura Esportiva.

A Superintendência de Infraestrutura Esportiva atua interferindo nos processos de entrega dos equipamentos esportivos dentro da conformidade e dos prazos estabelecidos para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Para tanto, participa dos GT afins e reuniões com os diversos interlocutores importantes para celeridade dos processos.

06/07/2012 1ª Sessão de Esclarecimento do Programa de Observadores realizada nas dependências do COB.	**06/07/2012** Reunião convocada pela SAM/Casa Civil/PR para definição de metodologia de trabalho do grupo de acompanhamento das etapas de projetos e construção de instalações no Parque Olímpico da Barra da Tijuca e na Zona de competições de Deodoro. Presentes representantes do Ministério do Esporte e da CAIXA.
09/07/2012 Reunião no IPHAN sobre o projeto do museu do trem. Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.	**09/07/2012** Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.
12/07/2012 Apresentação da equipe de segurança para a DIEMA, com foco em aspectos de segurança que devem ser observados nas discussões dos projetos de infraestrutura.	**16/07/2012** Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.

17/07/2012 GT Maracanã- 4ª Reunião GT Maracanã: atualização dos Subgrupos, atualização dos Temas, estádio, entorno e estações.	**18/10/2012** Regularização Fundiária de Deodoro – Reunião realizada no IPP – Laranjeiras com a participação do Exército, SPU e APO.
20/07/2012 Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.	**23/07/2012** Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.
24/07/2012 PBQP-H – Palestra ministrada pela coordenadora geral do programa na Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.	**26/07/2012** Reunião com a Diretora de Habitação do MCidades.
10/08/2012 Reunião com a CAIXA – Definição da participação da CAIXA no processo de repasse de recursos federais destinados ao Parque de Deodoro, realizada na sede do EGP.	**16/08/2012** Reunião com Casa Civil e CAIXA sobre acompanhamento dos projetos.
20/08/2012 Museu do Trem: reunião para avaliação do projeto apresentado pelo RIO2016 para essa Instituição.	**31/08/2012 até 08/09/2012** PGO – Londres. Visitas às instalações e participação nas sessões/reuniões de esclarecimento. Royal Artillery Barracks, DEFRA; UKTI Seminar, ODA e UKTI.

17 a 20/09/2012 Participação no 12th VICR.	**25/09/2012** Reunião com representantes do IPHAN para viabilização do projeto sugerido pelo RIO2016 para o Museu do Trem.
01/10/2012 Debriefing Programa Governamental de Observadores.	**03/10/2012** Reunião com representantes da EOM sobre o Parque Olímpico da Barra.
04/10/12 8ª reunião do Grupo de Trabalho João Havelange, no EGP. Temas: - apresentação do resultado do Estudo de Fluxo (CET-RIO);- - favela Belém-Belém e alteração do PAA 12.152 (EOM e Secretarias Municipais) - cronograma e compatibilização das obras do entorno (EOM e Secretarias Municipais) - Status dos estudos de projeto para o Museu do Trem (APO + IPHAN) - Status da transferência da Subestação (Supervia); - Status das obras em andamento: viaduto de abolição e drenagem (apresentação do VICR) - Londres 2012: experiências (RIO2016)	**04/11/2012** Parque Olímpico - Custos de instalações. Participaram EOM, Secretaria Municipal de Obras RIO 2016, Ministério do Esporte, RIOURBE e APO.

09/10/2012 Reunião na GRPU-RJ sobre imissão de posse/Prefeitura - terreno do Exército junto à Quinta da Boa Vista/Maracanã. Participação: Comando do Exército, Prefeitura SPU, GRPU e APO.	**09/10/2012** Reunião na GRPU, reunião sobre transmissão, para o Ministério Esporte, da área do Exército na localidade Camboatá onde será construído o novo autódromo. Participação: Comando do Exército, Ministério do Esporte, GRPU e APO.
10/10/2012 Continuação da reunião sobre transmissão, para o Ministério Esporte, da área do Exército na localidade Camboatá onde será construído o novo autódromo. Participação: Comando do Exército, Ministério do Esporte, GRPU e APO.	**16/10/2012** Reunião sobre o masterplan do Complexo Esportivo de Deodoro - EGP-Rio
24/10/2012 Reunião sobre o masterplan do Complexo Esportivo de Deodoro - EGP-Rio	**24/10/2012** Reunião sobre Complexo Esportivo de Deodoro. Planejamento do EGP.
26/10/2012 Debriefing sobre os Jogos de Londres, em conjunto com o Rio2016, abordando os seguintes temas: chegadas e partidas, transporte, segurança (Centro de Controle), acessibilidade, energia, cultura, imprensa (mídia não credenciada), introdução sobre os clientes, imprensa (MPC/IBC), broadcasting, família olímpica e paraolímpica, força de trabalho, parceiros comerciais, federações internacionais, comitês Olímpicos e Paraolímpicos, atletas e espectadores.	**19/11/2012** Debrifieng COI - Participação no evento para transferência de conhecimento técnico em diversas áreas dos Jogos, realizado pelos representantes de Londres 2012 (LOCOG) para os organizadores dos Jogos Rio 2016 e cidades candidatas aos Jogos de 2020 e no IPC London Debriefing - Rio 2016

27/11/2012 Reunião realizada nas dependências da EOM com a participação do Ministério do Esporte para tratar dos procedimentos necessários para a operacionalização dos convênios de repasses de recursos para a construção das instalações do Parque Olímpico. Participaram da reunião, além da EOM, os demais órgãos da prefeitura envolvidos – SMO, PGM e SMF.	**28/11/2012** GT Repasses da União - Processos e rotinas para o cumprimento do calendário olímpico.
04/12/2012 Museu do Trem - Reunião para tratar dos projetos Olímpicos que dependem do IPHAN: Lagoa Rodrigo de Freitas – Torre de cronometragem; Museu do Trem- conhecimento do projeto de implantação de mais um galpão e o acolhimento de todo o acervo que está na Estação Leopoldina.	**06/12/2012** Reunião GT Repasses da União - Análise das propostas para melhoria da fluidez dos processos de repasse de recursos do Governo federal para o Estado e o Município do Rio de Janeiro. Participação: EOM, EGP.
06/12/2012 Reunião do GT Maracanã. Apresentação do resultado final do Estudo de Fluxo; Atualização dos projetos do entorno do Maracanã: passarela, geométrico das vias, desvio do Rio Joana; caminho da Estação de São Cristóvão e da Estação de São Francisco Xavier.	**06/12/2012** GT Lagoa - Reunião realizada no EGP objetivando estabelecer objetivos, procedimentos e periodicidade para atuação do GT.

10/12/2012 Reunião realizada nas dependências da EOM sobre os projetos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca sob a responsabilidade da Prefeitura, com financiamento federal: Centro Aquático, Centro de Tênis e Velódromo. Participação: EOM, SMO, RIO 2016, AECOM, RIOURBE, APO, CAIXA e Ministério do Esporte.	**13/12/2012** GT Repasses da União – Reunião realizada nas dependências da EOM seguindo o cronograma das últimas reuniões, no qual foram tratados os procedimentos para repasse de recursos da União.
19/12/2012 Reunião de alinhamento estratégico 2013 - Reunião da DIEMA para estabelecimento de parâmetros de atuação dentro do Planejamento estratégico de 2013.	**19/12/2012** Reunião com RIO2016 para apresentação da sistemática de gerenciamento de projetos sugerido pela empresa gerenciadora contratada pela RIO2016.

Reuniões da Superintendência de Infraestrutura e Apoio ao Evento

13/07/2012 Working Sessions Aeroporto - Discussão sobre BRT, e construção de terminais. Apresentado cronograma de obras dos terminais 1 e 2 do Galeão.	**17/07/2012** Parque Olímpico Barra da Tijuca – Apresentação pelo Ministério do Esporte dos custos das alternativas envolvendo o Velódromo Olímpico. Discussão de cronogramas relativos ao centro aquático, o centro de tênis e velódromo.

18/07/2012 Parque Olímpico Barra da Tijuca Definição de locais para acesso dos ônibus de mídia. Localização de passarela da saída leste. Discussão sobre o acesso do público ao parque. Cessão provisória de área da Aeronáutica para utilização na operação do Parque Olímpico. Subestação de energia elétrica.	**20/07/2012** Hotéis - Reunião com representantes da rede hoteleira e Ministério do Turismo para apresentação do novo sistema de classificação de hotéis.
24/07/2012 Reunião na agência Rio Negócios para interação com a APO.Negócios.	**24/07/2012** Parque Olímpico Barra - Apresentação do plano de paisagismo do Parque Olímpico. Locais de alimentação. Localização da subestação de energia elétrica. Rio2016 apresentou o projeto para o centro de preparação de atletas de alto rendimento. Discussões acerca da relocalização do Clube de Ultraleves.
07/08/2012 Vila dos Atletas - Apresentação do projeto de financiamento para a CAIXA.	**07/08/2012** Instalações Não Esportivas - Atualização de informações com o Rio 2016 sobre as instalações não esportivas, com foco em Porto e Aeroporto.
22/08/2012 Parque Olímpico Barra – cronogramas do Consórcio Rio Mais. Cronograma de construção do MPC. Localização do IBC.	**28/08/2012** Porto - Apresentação do projeto do Veículo Leve sobe Trilhos – VLT localização do centro de manutenção e demanda de passageiros por dia e por linha. Demanda de estudo de fluxo do pier.

12/09/2012 Parque Olímpico Barra - Apresentado projeto para mudança de posição do IBC. Discussões sobre cabeamentos e medição pelas concessionárias de serviços públicos. Disponibilização de área da Aeronáutica para apoio operacional dos jogos.	**19/09/2012** Parque Olímpico Barra – Discussão de alternativas para abastecimento e armazenamento de água no Parque Olímpico. Proposta/projeto para a CEDAE. Energia - medição de consumo em alta tensão durante os Jogos de 2016. No modo legado, a distribuidora instalará os medidores e, a partir do fim dos Jogos, realizará as respectivas medições de forma individualizada. Consórcio Rio Mais S/A solicitou ao projetista contratado pelo município os estudos do projeto referentes à acessibilidade das instalações do Parque.
02/10/2012 Vila dos Atletas - Reunião sobre o contrato a ser celebrado entre o Comitê Organizador Rio 2016 e o Consórcio Ilha Pura, que versa sobre a cessão da Vila dos Atletas para a hospedagem dos atletas durante os Jogos, bem como para o período dos eventos testes e aquele referente à desmobilização, que inclui o retrofit das unidades residenciais e áreas comuns.	**03/10/2012** Parque Olímpico Barra. Paisagismo: estudo para uso do material a ser usado na Via Olímpica.
03/10/2012 BRT Transcarioca – Traçado da via na transposição do Arroio Pavuna.	**10/10/2012** Parque Olímpico Barra - Reunião sobre paisagismo, IBC, MPC e Infraestrutura. Apresentado novo desenho para o IBC e MPC com mudanças na localização e formato. Parâmetros necessários para *back of house*, e de instalação dos satélites.

30/10/2012 Reunião para definição do apoio à chegada da delegação do COI no aeroporto - aproximadamente 240 pessoas, entre os dias 14 e 23/11, para o debriefing oficial do COI.	**30/10/2012** Reunião para conversão de motéis em hotéis - Apresentação de linhas de crédito do BNDES para o incentivo à mudança, com vistas à disponibilização de hospedagem durante os Jogos Olímpicos.
30/10/2012 GT Concessionárias - Solicitado ao Rio 2016 que seja feito um quadro das demandas de água, energia, esgoto, gás, telecom e resíduos sólidos para apresentar às concessionárias de serviços públicos.	**07/11/2012** Workshop Legado Documental - Apresentada a lei de acesso à informação, objetivando o seu efetivo cumprimento.
14/11/2012 Custos do Parque Olímpico - Centro Aquático: adequação do projeto pela Prefeitura ao decreto federal de acessibilidade.	**14/11/2012** Vila dos Atletas - Reunião entre CAIXA, APO, Comitê Rio 2016 para discutir condições de contratação de cessão para uso das unidades habitacionais e dos serviços de retrofit.
20/11/2012 Vila dos Atletas - Reunião com representantes do Comitê Rio 2016 e, Consórcio Ilha Pura para discussão da disponibilização	**21/11/2012** Debriefing de Londres - Chegadas e Partidas – Comitê Paraolímpico Internacional

da Vila ao Comitê, incluindo a desmobilização e reformas das unidades do modelo paraolímpico para o modelo comercial/legado. Descrição dos serviços de intervenção necessários, identificando-se em cada tipologia de apartamento do projeto homologado pelo COI as diferenciações entre o modo olímpico e paraolímpico e o comercial final.	**21/11/2012** Debriefing de Londres - Chegadas e Partidas – Comitê Paraolímpico Internacional
22/11/2012 Debriefing de Londres - Transição Jogos Olímpicos para Paraolímpicos: em media, 16 dias para adaptação.	**23/11/2012** Debriefing de Londres: construção e infraestrutura
30/11/2012 Reunião na sede da Ilha Pura: Vila dos Atletas – condições de utilização e devolução.	**12/12/2012** Seminário das instalações do Parque Olímpico - Reunião realizada pela EOM para nivelamento de informações sobre o Parque Olímpico da Barra. Velódromo, do centro de Tênis, Centro Aaquático. A arena multiuso será utilizada como padrão/modelo em nivel de serviços. Rio2016 iniciou pesquisa para o fornecimento de equipamentos temporários. Foco em sustentabilidade na construção das arenas para obter certificação LEED.
12/12/2012 Vila dos Atletas - Reunião na Superintendência da CAIXA. Presença dos representantes da Presidência, Diretoria, Superintendência e Procuradoria da APO, da Gerente Nacional	**14/12/2012** BRT Galeão – Atualização do projeto - Participantes: APO, Rio 2016 e EOM. Cronograma para o programa de aproximação e projeto consolidado de estações.

da Caixa, do Superintendente em exercício da Caixa, do Presidente do Conselho do Consórcio Ilha Pura e seus representantes das áreas de Engenharia e Financeira e dos representantes das Diretorias e Gerências do Comitê Rio 2016, com o objetivo de negociação do contrato de cessão temporária e das responsabilidades de retrofit e prazos envolvidos.	**18/12/2012** Conversão de motéis em hotéis – APO, Rio 2016 e EOM - Reunião realizada para tratar da conversão de motéis em hotéis para atendimento de hospedagem para os Jogos.

Reuniões da Superintendência de Meio Ambiente

09/07/2012 Parque Olímpico - Discussão sobre a viabilidade da ocupação da área contígua à Vila Militar da Aeronáutica - Discussão da opção adotada para o domínio urbano comum, localização de instalações esportivas. Apresentação da estratégia de adaptação da atual proposta para uma integração física entre as zonas e uma estratégia de utilização multifuncional.Discussão de definição das tecnologias e das estruturas. Demanda de definição do legado para o Ministério do Esporte. Participação APO, EOM, Ministério do Esporte, Rio 2016.	**18/07/2012** Parque Olímpico - Discusão sobre soluções de transporte MPC e Hotel – O consórcio Rio Mais apresentou estudo sobre alternativas para MPC e hotel. Apresentação de proposta de transporte que avançou entre a EOM e o Comitê Rio 2016. Apresentação da estratégia preliminar de fornecimento de energia definida com intermediação da APO. Participantes: Consórcio Rio Mais, AECOM, Comitê Rio 2016, órgãos municipais de transporte.

25/07/2012 Parque Olímpico. Paisagismo- AECOM fez uma apresentação geral atualizando os demais entes quanto o andamento do projeto de paisagismo. Definição, pelo Comitê Organizador Rio 2016 da área mínima necessária para a operação do Parque Maria Lenk. Discussão de área a ser liberada à SMU para a acomodação da decida da rampa do BRT. Definições sobre as estações de BRT. Localização da subestação de Energia Acomodação dos Atletas- requerimentos Comitê Organizador Rio2016 fez uma apresentação geral sobre a localização do Alojamento e do Welcome Centre. MPC e hotel- AECOM apresentou a proposta da Empresa RioMais para o Mídia Hotel reajustada, atendendo ao limite da legislação urbanística em vigor ilustrando a interface do lote em legado e em jogos.	**02/08/2012** Velódromo - debate sobre possível relocação do Velódromo. Preparação para apresentações durante o VICR. Cronograma de obras. LIVE SITE- Projeto de expansão na orla da lâmina d'água– comparação com a experiência de Londres. Domínio Urbano Comum - Compatibilização da infraestrutura. Utilização provisória de área da Aeronáutica. IBC/MPC – Nova versão dos briefing do MPC e do IBC. Consórcio RioMais apresentou proposta alternativa para o MPC que considera o aproveitamento de todo o potencial construtivo do edifício. Discussões sobre localização do IBC.
10/10/2012 IBC/MPC –Localização visando serviços de catering e instalações satélites, análise das demandas de infraestrutura das arenas para o Legado, paisagismo, cronograma dos jogos de 2016.	**07/11/2012** Mobilidade no Parque Olímpico da Barra - modelagem de Gestão de Multidão no domínio comum.Central de Água Gelada (CAG) do Centro Aquático Maria Lenk na operação dos jogos.

Reuniões do Grupo de Trabalho de Acessibilidade

06/07/2012 Acompanhamento das atividades de projeto de instalações, Fichas de Individuais de Projetos- FIP, Formulação e Diretrizes Técnicas de Acessibilidade. Checklist na Rio Arena. Maracanã. Avaliação de acessibilidade dos pontos turísticos: Corcovado e Pão de Açúcar.	**19/7/2012** Planilha de compromissos de acessibilidade. Acessibilidade no Plano de Sustentabilidade dos Jogos: atualizar os compromissos após revisão conjunta. Estabelecer objetivos e metas mensuráveis e possíveis; Propor Planos e Projetos. Verificação nos hotéis. Projeto de Urbanização complementar ao projeto das estações dos BRTs, para os entornos das estações e percursos (rotas) até shoppings, lista de pontos turísticos acessíveis. Programa de Reconhecimento em Acessibilidade Rio 2016. Diretrizes Técnicas de Acessibilidade Rio 2016 e NBR 9050.
06/07/2012 Apresentação da Revisão de Compromissos de Acessibilidade do dossiê de candidatura. Revisão de proposta de checklist. Estudo da SMU na legislação de acessibilidade. Fiscalização dos empreendimentos hoteleiros.	**15/8/2012** Revisão de Compromissos de Acessibilidade do dossiê de candidatura Apresentação de propostas de mudança no checklist para as FIPs. Discussão sobre o lançamento do Selo Acessibilidade

13/09/2012 Revisão Caderno Técnico. Apresentação da versão final do Selo de Acessibilidade. Discussão do Modelo de gestão/processos para envio ao IPC e COI. Apresentação de relatório e informes gerais sobre os Jogos Paraolímpicos de Londres.	**27/9/2012** Discussão da Revisão Caderno Técnico. Apresentação e workshopcom fotos comentadas de Londres. Discussão para a criação do Plano diretor de acessibilidade e Mapa de Acessibilidade da cidade do Rio de Janeiro. Apresentação do diagnóstico da RioTur - setor turístico - sobre acessibilidade.
11/10/2012 Continuação da Apresentação da RioTur sobre o diagnóstico de acessibilidade nos pontos turísticos e hotéis.Apresentação da Revisão do Caderno Técnico: início dos trabalhos do ilustrador. Apresentação do Mapa do Plano Diretor de Acessibilidade reformulado. Apresentação de fotos comentadas de uma visita ao Pão de Açúcar.	**08/11/2012** Apresentação do programa do integrador Rio2016. Discussão da necessidade de elaboração de uma nota técnica sobre inclinação de rampas nas obras referentes as obras das Olimpíadas e Paraolimpíadas. Discussão da necessidade de inclusão de um checklist junto às FIPs.
06/12/2012 Discussão da necessidade de inclusão de um checklist junto às FIPs. Apresentação da Nota Técnica sobre inclinação de rampas a serem utilizadas nos projetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.Guia de Acessibilidade do IPC.	

Reuniões Grupo e Trabalho de Sustentabilidade

12/07/2012 Avaliação dos Compromissos de Sustentabilidade. Metodologia dos estudos sobre a pegada de carbono.Estrutura Geral do Plano de Gestão de Sustentabilidade.	**19/07/2012** Edital INEA sobre o estudo da Pegada de Carbono – avaliação. Matriz/planilha com os compromissos de sustentabilidade - tradução para português. Educação ambiental – envolvimento instituições de ensino. Assuntos técnicos sobre o parque Olímpico.
16/08/2012 Revisão e discussão dos compromissos de sustentabilidade. Plantio de árvores, conforme consta originalmente no Compromissos de Sustentabilidade. Plantio de 3 milhões de árvores na Floresta da Tijuca. Neutralização de carbono e plantio de mudas –proposta de separação em dois compromissos: restauração da mata atlântica e neutralização de carbono dos Jogos. Substituição das Normas ISO 14000 e 26000 pela ISSO 20121, e solicitação de utilização de outros Sistemas de Certificação não só o LEED, ampliando de maneira objetiva. Sugestão de adoção do LEED, BREEAM, AQUA ou outra aplicável no Brasil, escolhidos conforme a avaliação dos entes envolvidos.	**23/08/2012** Informação sobre visita à UTR Arroio Fundo por dirigentes da APO, Governos federal,estadual e municipal. Discussão de propostas para atender a rios que deságuam na Baía da Guanabara e no sistema lagunar de Jacarepaguá. Plantio de árvores na Floresta da Tijuca e saneamento na Zona competições de Deodoro. Minuta de Nota Técnica elaborada pela APO, sobre as adequações e mudanças dos Compromissos de Sustentabilidade que serão levadas para apreciação dos parceiros. Discussão entre EOM e COMLURB sobre os compromissos da área de resíduos sólidos.

30/08/2012 Proposta de reorganização da nova planilha em três grandes temas: planeta, pessoa, prosperidade. Planeta: pegada ambiental reduzida, transporte e logística, desenho e construção sustentável, gestão de resíduo, infraestrutura e restauração ambiental. Pessoa: balanço social positivo, engajamento e conscientização, acessibilidade universal, diversidade e inclusão Prosperidade: responsabilidade e transparência, cadeia de suprimentos sustentáveis, gestão e reporte, emprego, renda e qualificação.	**20/09/2012** Programas e ações que visam a recomposição e/ou recuperação de áreas. Apreciação do cronograma de elaboração do PGS. Contratação do cálculo de carbono e patrocínio dos programas de plantio e pegada de carbono - base de cálculo é de 2.500 árvores por hectare. Estratégia de plantio. Interesses do COI sobre a questão: os Jogos como indutores do plantio de árvores.
04/10/2012 Apresentação das observações feitas na proposta de revisão dos Compromissos de Sustentabilidade. Frota olímpica (ônibus). Legislação e plano geral de sustentabilidade (PGS)	**11/10/2012** Revisão dos Compromissos de Sustentabilidade.
25/10/2012 Sugestão de ampliação do rol de participantes nas discussões sobre sustentabilidade: MMA, INEA ou SEA, SMAC. Estrutura do PGS desenvolvida pela APO e pelo Rio 2016. Apresentação, pela APO, da evolução dos projetos relativos aos rios que deságuam na Baía de Guanabara e no sistema lagunar de Jacarepaguá. Encaminhamentos e progressos do OGI. Visita técnica com o COI ao Sítio Burle Marx.	**01/11/2012** Apresentação das atividades realizadas em Olimpíadas anteriores na área de sustentabilidade: iluminação a LED, turbinas flex a diesel, álcool e gás, resíduos sólidos, reúso de água, planta de esgoto, mobilidade - sistemas de gestão e rotas.

08/11/2012 Apresentação da AECOM sobre o projeto de paisagismo. Espécies da Mata Atlêntica. Piso do Caminho Olímpico, arrimo, pneus como barreiras de contenção, material de pavimentação.	**22/11/2012** Visita técnica ao Sítio Burle Marx - especialistas do COI, participantes do Debriefing e do Project Review.
29/11/2012 Relato da visita ao Sítio Burle Marx. Área do Golfe Olímpico Rio 2016. Educação Ambiental. Programa de meio ambiente da ONU. OGI - informação sobre contratação de serviços pelo Comitê Rio 2016. PGS - Minuta do documento e a proposta de correlação com os indicadores GRI.	**06/12/2012** Resumo dos assuntos discutidos PGS - versão atual Informes gerais- projetos e programas de sustentabilidade do empreendimento denominado Ilha Pura - Vila dos Atletas.
13/12/2012 Indicadores necessários ao acompanhamento. Nota Técnica sobre o tema saneamento básico no Complexo Deodoro. Adequações do Compromisso de Sustentabilidade. Estratégia de integrar as empresas já contratadas, as recém contratadas e as novas empresas que serão envolvidas na entrega dos jogos Rio 2016, visando a incorporação de práticas condizentes com o PGS. Especificações da madeira utilizada no piso/pista do velódromo. Demanda de gás natural nas zonas de competição. Vigilância sanitária e normas de reúso de água.	**20/12/2012** Subgrupo de Trabalho do OGI. Drenagem na Região de Deodoro. Calendário de reuniões. Instalação do Subgrupo de Trabalho do OGI. Recursos para financiamento de UTRs. Revisão de FIP em função dos indicadores do PGS.

Reuniões do Subgrupo de Trabalho FLORESTAS

03/10/2012 Suporte ao GT para revisão do compromisso que trata dos projetos de arborização e a pegada de carbono. Projetos prioritários: corredor Tijuca e Pedra Branca, APA Mendanha, Zona de Deodoro, sistema lagunar de Jacarepaguá.	**16/10/2012** Atualização e nivelamento das atividades realizadas. Articulações necessárias com as ONGs. Apresentação do cenário de grande demanda de mudas e o papel dos viveiros no Estado. Programa Jogos limpos.
31/10/2012 Mapeamento das áreas aptas ao reflorestamento nas unidades de conservação, ICMBio. Apresentação dos projetos do Programa Jogos Limpos. Planejamento estratégico das ações do subgrupo.	**13/11/2012** Apresentação da Minuta da Nota Técnica do Programa Jogos Limpos. Restauração do manguezal de Gramacho. Programa Olho Verde - recuperação na área da Baía da Guanabara.
28/11/2012 Áreas prioritárias para replantio: Guadalupe, Bangu, Campo Grande, extensão da Zona Oeste e duas áreas com potencial para serem reflorestadas, Mata Camboatá e Gericinó (com 53 km²). Levantamento/mapeamento e apresentação das duas áreas do Exército no território do Estado do RJ, que sejam passíveis de recuperação ambiental na modalidade reflorestamento. Situação lixão de Gericinó (Plano final).	**12/12/2012** Legado educacional e programas de capacitação dos Jogos Rio 2016. Termo de reciprocidade para embasar convênios com instituições. Desenvolvimento das estratégias de infraestrutura de florestamento da FLONA Mário Xavier –RJ. Planejar visita do GT Sustentabilidade à Zona de competições de Deodoro.

Reunião Gupo de Trabalho Concessionárias

12/12/2012 Reunião na sede da APO. Demandas necessárias a serem tratadas com as concessionárias de serviços públicos durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016. Objetivo do GT: estruturar a governança e a coordenação dos programas e projetos das diferentes concessionárias para garantir o provimento dos serviços públicos ideal para os Jogos Rio 2016.	

Participação em reuniões, seminários e eventos diversos

05/07/2012 Participação em evento de transferência de conhecimentos com base na experiência dos Jogos Militares (RIO 2011) e RIO+20.	**06/07/2012** Participação na 1ª Sessão de Esclarecimento do Programa de Observador – auditório do Comitê Olímpico Brasileiro – COB.
10/07/2012 Reunião com a UFRJ, no IVIG – COPPE – Início das tratativas para assinatura de Termo de Cooperação com a APO.	**11/07/2012** Reunião na APO sobre despoluição da Baía de Guanabara. Tecnologias de Unidades de Tratamento de Rio.

16/07/2012 Participação em videoconferência com a ODA: acessibilidade no transporte e sustentabilidade, no Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro.	**19/07/2012** Reunião, na APO, com representante do setor privado sobre tecnologias e materiais e serviços utilizados nos Jogos Olímpicos.
23/07/2012 Reunião, na APO, com a Fundação Vale do Rio Doce: apresentação do Programa Brasil Vale Ouro.	**24/07/2012** Reunião, na APO, com a coordenadora do programa PBQP-H, do Ministério das Cidades.
26/07/2012 Reunião, na APO, com a Diretora da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sobre os programas habitacionais.	**02/08/2012** Reunião, na APO, com representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos: entrosamento com o GT Acessibilidade.
03/08/2012 Reunião com representante da Associação de Alimentação Orgânica: fornecimento de alimentos durante os Jogos Rio 2016.	**07/08/2012** Reunião com a UFRJ – COPPE e IVIG: Acordo de Cooperação com a APO.

09/08/2012 Reunião, na APO, com o Subsecretário de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro: temas ambientais, saneamento.	**10/08/2012** Reunião com a representante do IVIG/COPPE/UFRJ: cooperação técnica com a APO.
20/08/2012 Reunião na Secretaria de Estado do Ambiente/RJ-Superintendência de Saneamento: atualização das ações e programas na área de resíduos sólidos. Reunião com a Universidade de Brasília: estabelecimento de termo de cooperação técnica.	**21/08/2012** Visita às instalações da Unidade de Tratamento de Rio, localizada no Arroio Fundo, presente representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades,
22/08/2012 Visita ao Escritório Regional do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade: convite para participação da instituição no Subgrupo de Trabalho Florestas.	**22/08/2012** Reunião na UFRJ – IVIG: apresentação do sistema de informações preparado pelo Instituto.
29/08/2012 Participação no Seminário Etanol - Programa Rio Capital da Energia, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado.	**12 e 13/09/2012** Participação no Seminário Nacional "Copa 2014 – Oportunidades para a Sustentabilidade Urbana", em Brasília.

	14/09/2012 Reunião no Ministério das Cidades: apresentação da proposta de projetos da PPP para o Parque Olímpico.
14/09/2012 Participação em Reunião do Comitê de Resíduos Sólidos - SRHU/MMA, em Brasília.	**24/09/2012** Participação do GT Sustentabilidade na Reunião do GT Energia: interação de iniciativas dos grupos.
25/09/2012 Reunião com a Rio Águas - Prefeitura do Rio de Janeiro, e com a Secretaria de Estado do Ambiente – governo do Estado do Rio de Janeiro - Projeto das UTR's	**26/09/2012** Reunião no BNDES: carteira de projetos na área de saneamento.
27/09/2012 Visita do GT Sustentabilidade à Usina do Caju: triagem de resíduos	**28/09/2012** Reunião na APO com o Vice Presidente da Associação dos Fabricantes de Máquinas para Saneamento - ASFAMAS e Diretor da ABIMAQ.
01/10/2012 Debriefing PGO: apresentação das áreas sobre os temas observados durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.	**02/10/2012** Reunião, na APO, com professores coordenadores da UFRJ: monitoramento e pesquisas sobre a qualidade do ar.

10/10/2012 Reunião do Comitê Executivo: atualização dos Compromissos de Sustentabilidade para os Jogos Rio 2016.	**11/10/2012** Reunião, na APO, com representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.
18/10/2012 Participação no encontro Uma Experiência Exitosa: o PODIUM de Londres 2012 - realização CEFET/RJ	**06/11/2012** Reunião, na APO: levantamento das necessidades em saneamento na área de Deodoro.
07/11/2012 Participação no evento Construindo o Legado de Conhecimentos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	**08/11/2012** Reunião na APO com diretor do Rio 2016: apresentação sobre instalações esportivas.
17 a 21/11/2012 Participação no Debriefing COI, no Rio de Janeiro	**21 e 22/11/2012** Participação no Debriefing IPC , no Rio de Janeiro
23 e 14/11/2012 Participação no Debriefing PGO, no Rio de Janeiro.	**28/11/2012** Exposição sobre as ações de sustentabilidade, na Reunião do Conselho Diretor Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, em Vitória/ES.

28/11/2012 Reunião de trabalho, na APO, sobre saneamento em Deodoro.	**29/11/2012** Reunião, na APO, com a área de engenharia da CAIXA: missão e ações da DIEMA.

10/12/2012 Participação, no evento de lançamento do mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) da Bolsa de Valores Ambientais BVRio, no Palácio Guanabara.	

TABELA 5 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

Para o desenvolvimento de suas atividades a Diretoria adotou como metodologia de trabalho, a interlocução com as instituições criadas nos Governos Federal, Estadual e Municipal para coordenar os grandes eventos, especialmente na segurança pública e defesa nacional, por meio de reuniões de trabalho, organização e realização de workshops, participação em Programas Governamentais de Observação de Jogos Olímpicos/Paraolímpicos e outros eventos esportivos, além de programas de capacitação como conferências e seminários. Foi fortalecida a interlocução com a Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016, tendo em vista que é atribuição da Autoridade Pública Olímpica, intermediar o acesso do Comitê aos Órgãos Públicos.

Foi também instalado o Grupo de Trabalho Segurança, sob a coordenação da DISEG/APO, composto por representantes da SESGE/MJ, AEGE/MD, GSI/ABIN, EGP-RIO, EOM e Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016. O GT tem como atividade principal coordenar as ações de segurança, que compreende todos os serviços relativos à segurança pública, privada, segurança nacional, defesa civil e inteligência, para garantir jogos pacíficos e seguros.

02/07/2012 Reunião GT Segurança, onde, entre outros temas, foi discutida a versão final do Memorando de Entendimento – MoU. Participantes: representantes do Comitê Rio 2016, da SESGE/MJ, da EGP-Rio, da EOM, da Guarda Municipal e da APO.	**03/07/2012** Reunião organizada pelo Presidente da APO para tratar do funcionamento do Centro de Comando no FCO em Londres durante os Jogos de 2012. Foi explicado o funcionamento do centro de controle instalado no FCO em Londres, para acompanhar eventuais problemas com delegações estrangeiras e turistas, no decorrer dos Jogos. : Presidente da APO; Gerente do Centro de Crises do MRE de Londres; Representante do Consulado Britânico; o Diretor de Transportes da APO; o representante de Segurança da EGP; Diretora de Segurança da APO.

04/07/2012 Reunião na Subsecretaria para Grandes Eventos da SESEG/RJ visando apresentar a APO e as atividades da DISEG/APO e obter informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Subsecretaria para os Jogos Olímpicos.	**05/07/2012** Seminário visando a transferência de conhecimento a respeito da experiência obtida pelos militares com a realização dos 5º. JMM e da Rio+20. O encontro foi organizado pela DIOPS e realizado no Forte de São João na Urca.
09/07/2012 Reunião com Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro visando apresentar a APO e discutir temas de interesse da DISEG.	**09/07/2012** Reunião com a Diretoria de Inteligência, da SESGE/MJ: interação com a ABIN e Comitê Rio 2016.
09/07/2012 Reunião organizada pela DIMOB e Comitê Rio 2016 na APO: organização dos temas para a *Working Session* sobre operações em aeroportos.	**11/07/2012** Reunião da CEGE/MJ em Brasília/DF, para apresentação de sugestões para o desenvolvimento projeto RIC.
12/07/2012 Palestra da DISEG, referente à segurança em infraestrutura e desenho das instalações.	**13/07/2012** *Working Session* Aeroporto, realizada no Forte de Copacabana, visando a transferência de conhecimento a respeito das operações de aeroportos nas Olimpíadas. Participantes:representantes da APO, SAC, ANAC e RIO 2016.
16 a 18/07/2012 Simpósio de Segurança para Grandes Eventos – a experiência Alemã, realizado no Palácio do Itamaraty/RJ, onde foram	**16/07/2012** Visita ao COR – Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro.

abordados diversos temas relacionados a organização da Copa do Mundo na Alemanha.	
18/07/2012 Reunião com o Superintendente da ABIN no Rio de Janeiro para exposição das atividades da APO. O representante da ABIN esclareceu que aquela Agência criou um grupo para tratar de grandes eventos, localizado em Brasília/DF e conectado à Direção do órgão.	**19/07/2012** Reunião no escritório da APO em Brasília para tratar de operações em aeroportos durantes as Olimpíadas e das diretrizes do Plano nacional para a aviação civil. Participantes: Representantes SAC, ANAC, APO e RIO2016.
23/07/2012 Reunião com Diretoria de Segurança do Rio 2016 para tratar da proposta de trabalho para o GT Segurança. Participantes: Diretor de Segurança da Rio 2016, Gerente de Relações Institucionais da Rio 2016 e Diretora de Segurança da APO.	**01/08/2012** PGO Londres – Acompanhamento das operações da Earls Court.
02/08/2012 PGO Londres- briefings sobre o funcionamento da ILU, além de informações sobre estrutura de governança dos Jogos, contra terrorismo, segurança no transporte.	**03/08/2012** PGO Londres- visita ao Centro Nacional de Coordenação e Controle dos Jogos (NOCC), ao Centro de Briefings da Polícia em Battersea e à Sala Especial de Operações (SOR).
04/08/2012 PGO Londres- visita à instalação Horse Guards Parede. Visita ao navio HMS OCEAN: briefings sobre a participação dos militares nos Jogos. Observação do Live Site localizado no Hyde Park.	**05/08/2012** PGO Londres- visita ao Centro de Controle de Transportes de Londres. Briefings a respeito do papel dos patrocinadores nos Jogos, proteção dos VIPs e criminalidade cibernética.

06/08/2012 PGO Londres - visita ao Parque Olímpico: Estádio Olímpico, IBC, MPC e Vila dos Atletas.	**07/08/2012** PGO Londres- visita à arena de competição de vela em Weymouth/Portland, com o objetivo de observar o funcionamento de uma instalação olímpica aberta e todo o sistema de segurança.
08/08/2012 PGO Londres- Briefing e reunião com o Diretor do GOE a respeito das atividades do órgão. Visita à arena do Horse Guards Parade.	**09/08/2012** PGO Londres- Briefings com especialistas do GOE a respeito de legado, proteção de VIPs domésticos e internacionais, operações nos Jogos, atuação do Secretariado Olímpico e estrutura do Governo Nacional nas Olimpíadas.
10/08/2012 PGO Londres – Reuniões na Casa Brasil com empresários britânicos ligados às Olimpíadas. Acompanhamento do funcionamento do Estádio Olímpico em Stratford durantes as competições.	**11/08/2012** PGO Londres – Evento Brazil B*usiness Day. Presentes o* Presidente da APO, como moderador, a presidente da EOM e Membro do Comitê Organizador da Copa do Mundo. Acompanhamento das operações de segurança durante eventos desportivos no estádio de Wembley.
12/08/2012 PGO Londres – Acompanhamento das atividades de apoio à realização da cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2012.	**15/08/2012** Palestra da DISEG, realizada na APO, referente ao Porto e Energia. Avaliação de riscos em relação à subestações de energia que estão instaladas nas proximidades das arenas olímpicas.

16/08/2012 Reuniões com representantes privados envolvidos com a realização dos Jogos de Londres. Informações sobre a estrutura de governança dos jogos em 2016.	**21/08/2012** Instalação do GT Segurança, realizada na APO, com a presença do Diretor de Segurança do Comitê Rio 2016 e de representantes do Ministério da Defesa, SESGE, EGP-RIO e GM/EOM. Expostas competências e lista preliminar de projetos a serem definidos.
22/08/2012 Reunião com a SESGE/MJ, na APO, com o objetivo de discutir avaliação de cenário de riscos dos Jogos Rio 2016, visando à definição de atividades conjuntas	**23/08/2012** Reunião organizada pela DIOPS com o SENAC: iniciativas desta entidade para incentivar esporte e atividades esportivas em todo o país.
29/08/2012 Reunião com Diretor do DPF em Brasília/DF: interação com a APO.	**29/08/2012** Reunião CEGE/MJ, em Brasília/DF, para apresentação de sistema utilizando banda larga 4G para aperfeiçoamento das comunicações entre os agentes de segurança.
05/09/2012 PGO Londres–Paraolímpicos: Chegadas e partidas em Aeroportos. Visita à Upper Bank Street: briefings a respeito do tema.	**06/09/2012** PGO Londres – Paraolímpicos - Visita ao Aeroporto de Heathrow. Acompanhamento dos serviços relacionados aos Jogos de Londres.

11/09/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, na qual foi definida a criação dos subgrupos de acordo com proposta Diretoria de Segurança Rio 2016. A Diretoria de Segurança Rio 2016, apresentou onze grandes temas de interesse dos clientes dos Jogos. Foram discutidas as regras de funcionamento do GT, dentre outros temas.	**12/09/2012** Reunião da CEGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar de viagens de observação a Los Angeles e Nova York, para conhecer os Centros de Comando e Controle.
17 a 21/09/2012 Participação no 12º. VICR, conforme agenda definida pelo Comitê Organizador e COI.	**18/09/2012** Reunião com representantes da DISBIN/ABIN e SESGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar da análise de riscos para os Jogos de 2016, bem como de credenciamento e checagem de força de trabalho do Comitê Rio 2016.
20/09/2012 Reunião na SESEG/RJ para apresentar as atividades da APO ao Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, bem como conhecer o trabalho dos mesmos nos grandes eventos e a relação de trabalho com a SESGE/MJ. Participantes: Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o Subsecretário para Grandes Eventos da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e a Diretora de Segurança da APO.	**21/09/2012** Reunião com Presidente da Comissão Estadual da SESGE/MJ, realizada na APO, para apresentação dos trabalhos desse órgão.
24/09/2012 Reunião de trabalho realizada no CML (Comando Militar do Leste), visando discutir a organização do I *Workshop* do GT Segurança para o dia 25/09	**25/09/2012** I Workshop do GT Segurança, realizado no CML, para nivelar conhecimentos. Foi discutida a criação de 5 Subgrupos de Segurança para a organização dos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos.

	Participantes: representantes de Forças de Segurança Pública Federais, Estaduais e Municipais, Militares das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) e representantes da Rio2016.
27/09/2012 Seminário referente à organização dos Jogos de Londres.Participantes: representantes do governo britânico, do governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, além de outras autoridades civis e militares, bem como de empresas privadas.	**01/10/2012** Debriefing Interno da APO, com apresentações dos servidores que estiveram em Londres participando do PGO.
02/10/2012 Reunião de alinhamento dos Subgrupos de Segurança para Jogos, realizada na APO. Início dos trabalhos para preparação de listas de projetos e responsabilidades.	**02/10/2012** Reunião com Consulado Britânico realizada na APO com a Cônsul Britânica e Assessores para tratar da agenda e palestrantes para o *debriefing* de 22 a 24/11/2012, a serem convidados em conjunto pelas duas entidades.
03/10/2012 Reunião, na APO, de alinhamento dos Subgrupos de Segurança 4 e 5.	**04/10/2012** Reunião com Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro na sede a Polícia Federal no Rio de Janeiro, para tratar dos subgrupos, sendo solicitada a participação desse órgão nos trabalhos.
09/10/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO. Temas: finalização das indicações de titulares e suplentes, realização de análise de riscos para Jogos e contextualização do trabalho dos cinco subgrupos.	**10 e 11/10/2012** Seminário Geral de Segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014 - SOGIPA, organizado pela FIFA, na cidade de Porto Alegre/RS.

15/10/2012 Reunião com AEGE/MD, na APO, para discussão do trabalho dos subgrupos, especialmente a planilha requerida como produto final.	**17/10/2012** Reunião do Comitê Executivo realizada no Palácio do Governo do Estado para apresentação dos trabalhos dos Subgrupos de Segurança. Foi discutida a criação de uma equipe para analisar as plantas das instalações esportivas e não esportivas para as Olimpíadas.
23/10/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, onde foi discutida a "Diretiva para elaboração do Plano de Segurança dos Jogos" apresentada pela Diretoria de Segurança Rio 2016. Analisadas as planilhas elaboradas pelos subgrupos.	**24/10/2012** Reunião com Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva/MRE, em Brasília/DF, para apresentar a APO e o GT Segurança, sendo convidado o MRE para integrar o subgrupo que trata do tema Segurança VIP.
24/10/2012 Reunião com o Diretor da Polícia Federal, em Brasília/DF, sobre apoio de pessoal à APO, bem como disponibilização do sistema GEPNET, para uso da Diretoria de Segurança.	**24/10/2012** Reunião da CEGE/MJ, em Brasília/DF, sobre propostas para aquisição de equipamentos para as forças de segurança federais. Apresentação da CEGE/MJ referente à CICC.
25/10/2012 Reunião com Coordenador Geral de Administração da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília/DF, com o objetivo de apresentar a APO, bem como solicitar a participação nos subgrupos de trabalho.	**25/10/2012** Reunião com Secretário da SESGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar de temas como a indicação de participantes permanentes para o GT Segurança e a avaliação de cenário de risco para os Jogos Olímpicos pela ABIN, dentre outros.

26/10/2012 Debriefing dos Jogos de Londres - Rio2016 e APO. Realizado no auditório do BNDES, com apresentações das observações realizadas durante os Jogos de 2012. A DISEG realizou apresentação referente à CICC e Tocha Olímpica.	**29/10/2012** Reunião com Consulado Britânico, na APO, para apreciar os trabalhos antiterror realizados em Londres.
29/10/2012 Reunião extra do GT Segurança, realizada na APO. Tratada pela SESGE/MJE a questão da coordenação dos jogos sendo enfatizadas as atribuições do MJ e do MD.	**31/10/2012** Reunião de trabalho na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro – SESEG/RJ para tratar da Jornada Mundial da Juventude, na condição de observação para os Jogos Olímpicos e a convite da Subsecretaria para Grandes Eventos. Criado Grupo Integrado de Segurança, composto por representantes de vários órgãos das esferas federal e estadual.
01/11/2012 Reunião com Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, na representação/RJ, sobre o acompanhamento dos projetos e obras olímpicas.	**06/11/2012** Reunião do GT Segurança, realizada na APO. Discussões a respeito do documento apresentado pela Rio 2016, com aguardo das contribuições do MD e demais membros do GT.
07/11/2012 Seminário referente ao Legado Documental, realizado no Palácio do Governo do Estado.	**14/11/2012** Reunião com Direção da Polícia Federal, em Brasília/DF. Temas: liberação do GEPNET, e participação de servidores da PF nos subgrupos de .

17/11/2012 Reuniões do Project Review do COI (Comitê Olímpico Internacional), no Rio de Janeiro. Temas: Atualização dos projetos de infraestrutura.	**18 a 21/11/2012** Debriefing organizado pelo COI no Rio de Janeiro, para debater os resultados das atividades desenvolvidas durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012.
21 e 22/11/2012 Debriefing dos Jogos Paraolímpicos de Londres, organizado pelo IPC no Rio de Janeiro.	**23 e 24/11/2012** Transferência da experiência (Handover) dos Jogos de Londres, organizada pelo Consulado Britânico e APO. Temas: governança, infraestrutura, transporte e segurança. Conclusão dos trabalhos do PGO.
27/11/2012 Palestra à respeito da segurança dos Jogos no Rio de Janeiro e cidades do futebol, proferida pela diretora de Segurança no IUPERJ/Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. O Curso Superior de Polícia Integrado, é destinado a profissionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (34 Tenentes-Coronéis e Majores) e Polícia Civil do Rio de Janeiro (12 delegados).	**28 e 29/11/2012** Participação em Seminário a respeito dos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos, organizado pelo CML e Ministério da Defesa, no Forte Duque de Caxias, no Leme. Tema: participação das forças militares na realização dos Jogos de Londres 2012.
01/12/2012 Participação da Diretora de Segurança, na qualidade de observadora de segurança, na organização do Sorteio para a Copa das Confederações, organizado pela FIFA.	**04/12/2012** Reunião do GT Segurança, realizada na APO, para apresentação de proposta de trabalho para 2013, elaborada pela DISEG/APO e de relatório do GT até a data.

05/12/2012 II Workshop do GT Segurança para receber os trabalhos desenvolvidos pelos cinco subgrupos de segurança olímpicos, sob coordenação da APO. Na ocasião contamos com a presença das atletas Adriana Behar e Shelda Bedê, que proferiram palestra sob as experiências de sua vida de campeã de Vôlei de Praia. O evento contou com cerca de 70 representantes de diversas instituições de segurança pública. Participantes: representantes de Forças de Segurança Pública Federais, Estaduais e Municipais, Militares das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) e representantes da Rio2016.	**06/12/2012** Participação em evento promovido pelo Consulado Britânico para apresentação da proposta econômica nos Jogos de Londres 2012.
10/12/2012 Reunião organizada pela DIOPS, na APO, para criação do GT Proteção de Marcas.	**10/12/2012** Reunião organizada pela DIOPS, na APO, sobre o projeto de FLAG TOUR, previsto para se realizar em 2013 nas 27 capitais brasileiras. Tema: apoio da segurança nos locais de realização do evento com as bandeiras municipais e olímpicas.
11/12/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, para discussão da diretiva, e plano de ação para 2013.	**19/12/2012** Reunião com Comitê Organizador Rio 2016, na APO, para tratar das ações da integradora na construção das instalações olímpicas.

TABELA 6 - REUNIÕES DIRETORIA DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS

Superintendência de Telecomunicação, Energia e Garantias

09/07/12 Instalação do GT Operacional de Energia - Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	**10/07/12** INMET e CHM - Teleconferência para entendimento de necessidade de participação de meteorologistas brasileiros do INMET e CHM como observadores em Londres durante os Jogos Londres 2012. Participantes: INMET e CHM
12/07/12 UNB - Discussão sobre os parâmetros possíveis com vistas à assinatura de cooperação técnica para geração de trabalho de análise sismológica destinadaaos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Participantes: APO e UNB	**13/07/12** ANATEL Participação no GT ANATEL Grandes Eventos: situação atual dos projetos dos grandes eventos 1- Orçamento 2012; 2- Situação do Projeto – Cronograma de execução das atividades. 3- Estudo de caso Pequim 2008– delegação brasileira a Pequim (Projeto: Reguladores Internacionais. 4- Situação dos projetos: Fiscalização, Logística operacional, Administração de espectro, Capacitação e Recursos Humanos, Infraestrutura de TI, Divulgação, Reguladores Internacionais). Participantes: Gerentes e coordenadores da ANATEL, APO, MC, Rio2016.
16/07/12 GT Operacional de energia - Repasse das orientações do GT Olimpíadas/MME - Análise das possibilidades de alimentação de energia do Parque Olímpico.Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio e INEPAC.	**20/07/12** MF/SRF Lei das Isenções Fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Processo de isenção para os navios a serem contratados pelo comitê rio 2016 objetivando destinar cerca de 10 mil quartos para a Família Olímpica.

20/07/12 ANATEL/MC/TELEBRAS/RIO2016 - GT Telecomunicação - Estruturação do Grupo de trabalho específico de Telecomunicação para os Jogos. Requisitos de telecomunicações para os Jogos RIO2016 – responsável: Rio2016. Participação da ANATEL em missões internacionais para transferência de conhecimento – responsável: ANATEL. Programa Governamental de Observadores.	**23/07/12** GT Operacional de energia - Detalhamento das alternativas de alimentação do Parque Olímpico e estudo de soluções técnicas para implantação da SE Olímpica no Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
27/07/12 Visita ao Parque Olímpico de Londres - infraestrutura de energia e telecomunicações.	**28/07/12** Reuniões sobre Telecom - Visão de Telecomunicações com especialistas do LOCOG; Atuação de parceiro no âmbito das telecomunicações; Visão Geral do PMR; Airwave Spectrum eo papel da Ofcom; Visita às instalações do IBC / MPC – Foco nos Requisitos das Taxa de Transmissão; Visita ao Estádio Olímpico
29/07/12 Operações (integrações) / Funções TOC, ITL - O2, Cisco, Samsung; TOC, ITL, PDC turismo Prime; Modelo de Implementação Local RoS, Entrega Strand, Desafios;Visita às instalações Excel;Visita às instalações de competição de ciclismo (outdoor).	**30/07/12** Vivência de espectador– Observador de competições Londres 2012
01/08/12 Participação em sessão Energia Estratégica Programa do COI -Visita estratégica com o objetivo de mostrar uma visão geral de alto nível das operações e o pacto dos serviços públicos e energia nos Jogos Olímpicos.	**06/08/12** GT Operacional de energia - Apresentação de 3 cenários para a 2ª alimentação do Parque Olímpico pela LIGHT e definição do tipo de subestação. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.

07/08/12 IBGE - Análise em conjunto com pesquisador do IBGE dos indicadores existentes no manual do OGI.	**13/08/12** GT Operacional de energia - Definição de cenário técnico para a 2ª alimentação da SE Olímpica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
14/08/12 UFRJ - Visita ao Centro de Tecnologia Cidade Universitária - Ilha do Fundão com o fim de conhecer o trabalho efetuado pelo IVIG para o Rio2016 em 2011 para geração de análise e relatório do OGI.	**20/08/12** GT Operacional de energia –Londres - Reunião com especialistas em energia do LOCOG e das empresas distribuidoras de suprimento de energia de Londres e visita ao Centro de comando da UKPN (OMC at Fore Hamlet). Participantes: APO, Rio 2016, LOCOG, ODA, GOE, UKPN
21/08/12 GT Operacional de energia - Londres - Reunião com as entidades governamentais responsáveis pela entrega da infraestrutura de energia em Londres (GOE e ODA). Visita ao Centro de Energia e a subestação de Kings Yard. Visita ao Parque Olímpico. Participantes: APO, Rio 2016, LOCOG, ODA, GOE, UKPN.	**27/08/12** IBGE - Reunião para tratar de possível cooperação tecnica IBGE + APO para garantir os dados para do Governo Federal para o OGI.
27/08/12 GT Operacional de energia - Fechamento da análise técnica para a 2ª alimentação da SE Olímpica e avaliação da viagem Londres 2012 - PGO. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	**30/08/12** MME - Planejamento do evento Transferência de conhecimento Jogos Londres 2012 e participação no GT Operacional de energia - representante do MME e ANEEL.

30/08/12 MF/SRF –Discussão sobre minuta do decreto que trata de isenções tributárias.	**30/08/12** ANATEL - Reunião GT ANATEL Gdes Eventos: Evolução dos principais projetos para os grandes eventos – até 2014; Necessidades Jogos Olímpicos. Informado a vinda de especialistas de Londres para o *Debriefing* a ser realizado no Brasil no final do ano (2ª quinzena outubro ou novembro/2012), um coordenado pela APO e específico para órgãos governamentais e outro coordenado pelo COI, a ser realizado no período de 14 a 22 de novembro de 2012. Participantes: Gerentes e coordenadores da ANATEL, APO, MC, Rio2016.
03/09/12 GT Operacional de energia - Matriz de responsabilidade e orçamento para projetos de fornecimento de energia elétrica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	**10/09/12** Força Tarefa – FT Olimpíada Plano de Ação Geral - PGO em Londres, Programa de Expansão de Transmissão, Programa de Obras dos Clusters Olímpicos (Plano de Ampliações e Reforços – PAR 2013-2015), Histórico do desempenho do atendimento ao Rio de Janeiro, Minuta do Termo de Referência da Força Tarefa e cronograma de atividades.
10/09/12 FT Olimpíada Coordenado pela ONS, a Força Tarefa - FT Olimpíada tem por objetivo subsidiar as decisões do GT Olimpíada (Portaria MME 379/12). Principais pontos: 1) Plano de Ação Geral; 2) Destaques do APO/PGO; 3) Programa de Expansão de Transmissão: 4) Programa de Obras - Plano de Ampliações e Reforços - PAR 2013-2015; 5) Histórico de desempenho do atendimento ao RJ; 6) Minuta do Termo de Referência da FT.	**10/09/12** GT Operacional de energia - Rio2016 Apresentação dos requisitos do COI e discussão das reponsabilidades/regulamentações. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
14/09/12 Rio2016 - Discussão sobre o processo de licitação em andamento no Comitê Rio 2016 para geração de relatório Olympic Games Impact - OGI para garantir os interesses dos entes governamentais.	**17/09/12** APO/ME/EOM/EGP-Rio/ RIO2016 - Reunião para definição das responsabilidades sobre a infraestrutura de energia elétrica para o Parque Olímpico.

18/09/12 ANATEL - Reunião sobre Debriefing da experiência de Londres, Mapeamento de serviços de telecomunicação, necessário para construção de documento para o COI. Participantes: ANATEL	**18/09/12** INMET - Reunião sobre cooperação tecnica para atender a compromisso assumido de repasse de dados e monitoramento meteorológico. Criação de Plano de trabalho.
18/09/12 CAIXA Reunião sobre cooperação técnica – desenvolvimento de trabalho orientado a construção de documentação do conhecimento adquirido em Londres e homologação do sistema ambiente colaborativo UNIVERSIDADE CAIXA para uso pelos empregados APO.	**19/09/12** GT Operacional de energia - Rio2016 apresenta os requisitos do COI e discussão das responsabilidades/regulamentações. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, ECONSERVA, EGP-Rio
21/09/12 FIFA - Reunião com representante da FIFA e Procurador da APO para conhecer o trabalho efetuado para a COPA 2014 no que diz respeito a proteção de marcas.	**24/09/12** GT Operacional de energia - Minuta do plano de ação da FT Olimpíadas, interfaces entre as áreas de energia e sustentabilidade. Apresentação de integrante participante do PGO – Londres 2012. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
27/09/12 Apresentação para o Conselho Fiscal da APO sobre isenções fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.	**28/09/12** MF/SRF Isenção Fiscal – MP Olimpíadas - Apresentação pela MF/SRF da minuta da MP Olimpíadas.

01/10/12 APO - Transferência de conhecimento adquirido em Londres sobre o processo de proteção de marcas nos Jogos Londres 2012 em conjunto com o Procurador e Controlador da APO.	**02/10/12** GT Operacional de energia - Apresentação estatísticas ocorrências da região da Barra na rede de 138 kV. Surpimento de energia elétrica ao Rio Centro e à Vila dos Atletas. Definição Rio2016 das demandas prioritárias energia elétrica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
03/10/12 ANATEL - GT ANATEL_Gdes Eventos: situação dos projetos. Participantes: ANATEL e MC.	**08/10/12** GT Operacional de energia - Estatística das ocorrências últimoscinco anos nas linhas e subestações *clusters* olímpicos. Detalhamento da estrutura de custos para a construção do ramal subterrâneo SE Barra – Olímpica em 138 kV. Cronograma dos empreendimentos no Parque Olímpico no pós-jogos. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
10/10/12 CASA CIVIL/ MF_SRF - Discusão sobre publicação da MP 584 Isenções fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.	**15/10/12** GT Operacional de energia - Apresentação de demandas e prioridades de energia elétrica do COI. Cronograma dos empreendimentos do Parque Olímpico no pós-jogos. Utilização da SE Olímpica no Legado. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
19/10/12 FT Energia - Olimpíada Principais pontos discutidos: 1)Apresentação dos mapas dos caminhos críticos para atendimento às regiões Olímpicas do RJ. 2) Apresentação do plano de investimentos; 3) Apresentação dos requisitos técnicos das instalações Olímpicas. 4) Levantamento da estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição para os Jogos.	**19/10/12** FT Energia - Plano de investimentos e caminhos críticos para os clusters Olímpicos. Requisitos Técnicos das Instalações para os Jogos Olímpicos. Estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição com impacto nas instalações estratégicas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

22/10/12 GT Operacional de energia - RIO 2016 apresenta crescimento vegetativo região do entorno da SE Olímpica, calculo encargo, panorama atual e previsão para 2016. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	**29/10/12** GT Operacional de energia – Alternativas atendimento do *cluster* Deodoro. Apresentação (situação atual e prevista para 2016) sobre transformadores e linhas das subestações de Jacarepaguá, Grajaú e São José. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
05/11/12 GT Operacional de energia - Plano de Modernização da rede de distribuição até 2016 para o *cluster* Copacabana. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	**06/11/12** ANATEL - Participação no GT ANATEL - Gdes Eventos: situação dos projetos.
06/11/12 APO/MC/ANATEL - Coordenação do GT Telecomunicação: Pauta: Instauração do GT com planejamento de atuação e definição de responsabilidade de cada entidade.	**09/11/12** UFRJ – Avaliação das possibilidades de obter junto à UFRJ levantamento dos dados meteorológicos.
12/11/12 GT Operacional de energia - Cronogramas das obras dos sistemas de transmissão (Furnas) e distribuição LIGHT, novos diagramas e avaliação dos custos construção da 1ª alimentação da SE Olímpica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	**14/11/12** FT Energia - Principais pontos tratados: 1) Análise dos procedimentos especiais de operação para o período dos Jogos Rio2016. 2) Plano de modernização das transformações de Fronteira. 3) Caminhos críticos para atendimento as regiões olímpicas. 4) Fechamento do Plano de atividades da FT.

14/11/12 FT Análise dos procedimentos especiais de operação para evento (necessidade de térmicas). Plano de modernização das transformações de Fronteira até 2016.Caminhos críticos para atendimento aos *clusters* olímpicos (incluindo aeroportos) Fechamentos do Plano de Atividades da FT	**14 a 18/11/12** Rio2016 - Participação no Debriefing do COI onde ocorreram apresentações específicas dos especialistas do LOCOG de Londres sobre os principais aspectos e experiências vivenciadas nos Jogos de Londres 2012 na disciplina de TELECOM. Esclarecimentos especificos sobre o processo de gestão de espectro e TI, inclusive sobre os serviços e operação durante os Jogos.
19/11/12 Embaixada Britânica, (Anatel/MC) - Execução do Evento PGO – Transferência de Conhecimento – Telecomunicação Participantes: Ministério das Comunicações, ANATEL, TELEBRÁS e APO Assunto: Experiência vivenciada nos Jogos Londres 2012.	**20/11/12** CAIXA - Acordo de Cooperação Técnica PGO. Disseminação da Cooperação Técnica - Acréscimo de novos cursos. Operacionalização do suporte para geração de relatório final do PGO. Revisão do Plano de Trabalho. Termo aditivo
20/11/12 FT Energia - Custos com geração térmica por ocasião das Olimpíadas. Plano de reparos e revitalizações para as instalações de estratégicas. Estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição com impacto nas instalações. Proposição de reforços para mitigação dos impactos (complementação da análise realizada para a Copa 2014).	**23 a 24/11/12** ANATEL, LIGHT, FURNAS, EPE, ONS, INMET, CHM e CAIXA Debriefing organizado pela APO para transferência de conhecimento específico das áreas governamentais de Londres sobre os assuntos de Governança, Segurança, Transporte.
26/11/12 GT Operacional de energia - Elaboração de Caderno Técnico soluções de suprimento de energia elétrica aos *clusters* olímpicos. Participação do GT nos eventos de transferência de conhecimento de Londres. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	**29/11/12** Comitê Executivo - Apresentação das necessidades de definição de responsabilidades sobre a infraestrutura de suprimento de energia. Deliberação: O assunto será direcionado para decisão pelo Comitê de Coordenação.

03/12/12 GT Operacional de energia - Fechamento das definições de infraestrutura de energia para o Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	**06/12/12** GT Portos - Apresentação dos requisitos do COI para a região dos Portos. Solicitação de informações básicas de necessidade de suprimento de energia para que o GT Operacional Energia possa trabalhar no projeto.
07/12/12 ANATEL - Participação no GT ANATEL Grandes Eventos: situação atual dos projetos dos grandes eventos - evolução/fechamento anual.	**07/12/12** APO/MC/ANATEL - Coordenação do GT Telecomunicação - Pauta: Instauração do GT com planejamento de atuação e definição de responsabilidade de cada entidade.
10/12/12 GT Operacional de energia - Atualização dos diagramas de atendimento aos *clusters* olímpicos (Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã) e apresentação do cronograma das obras. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP.	**11/12/12** AGU/INPI/SECOM - Estruturação de Grupo de trabalho para geração de Plano de trabalho para proteção de marcas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Definição de estratégia de atuação dos entes governamentais conforme garantia de candidatura.
17/12/12 GT Operacional de energia - Alternativas de conexão ramal SE Barra – SE Olímpica (2ª alimentação do Parque Olímpico). Especificações LIGHT subestação 138/13,8 kV. Demanda de energia no período pré-jogos. Detalhamento da rede elétrica interna do Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	**20/12/12** FT Energia - Principais pontos discutidos: 1)Estimativa de custos com geração térmica a ser despachada nos Jogos Rio2016. 2) Estatísticas de contingência multiplas na rede de distribuição. 3) Proposição de reforços para mitigação de impactos.

27/12/12 GT Operacional de energia - Balanço de 2012: Estimativas de custos dos novos ramais de atendimento do Rio Centro, Vila dos Atletas e do Campo de Golfe. Estratégia de energia das instalações olímpicas e proposta de configuração para a subestação do Parque Olímpico. Fechamento da 1a. Versão do Caderno Técnico de Energia. Previsão de demanda de energia no período pré-jogos. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	

GRUPO DE TRABALHO LEGADO EDUCACIONAL ESPORTIVO

12/07/2012 APO/DIOP,RioS2016; EOM; EGP-Rio; Comitê Rio - Legados e garantias dos Jogos Rio 2016, atendendo solicitações das instituições governamentais locais do Rio de Janeiro. Levantamento de possibilidades de organização do Legado Educacional, em cumprimento às responsabilidades assumidas pelo Dossiê dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	**24/08/12** APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; EGP-Rio; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ); Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro (SMEL-RJ); Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC); Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Esporte (ME) - Informar aos representantes do MEC, SEEDUC e SMEL-RJ, as organizações e instituições parceiras na organização dos Jogos 2016, sobre a proposta de gestão do Comitê Rio 2016, da EOM e do EGP-Rio, assim como organizar os conteúdos e formatos a serem repassados para o site das Olimpíadas Escolares.
09/10/2012 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; EGP-Rio; SME-RJ; SMEL-RJ; SEEDUC; ME e MEC. Convidados: Representante do Programa Educação do COB e das Olimpiadas Escolares - Realizar palestra e debate sobre as Olimpíadas Escolares (OE) e o legado educacional com os representantes do Programa Educação do COB e das Olimpíadas Escolares.	**09/11/12** APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; SME-RJ; SMEL-RJ; SEEDUC; MEC e ME. Convidada: Skhole Consultorias em Políticas Educacionais e de Lazer Ltda - Discutir os fundamentos da criação do GT de Legados Educacional Esportivo.
14/12/12 APO/DIOPS; MEC. Convidados: IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), Colégio Pedro II, UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Consulado Britânico - Socializar projetos, programas e ações desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior, tendo em vista discutir com o MEC o Legado Educacional dos Jogos Olímpicos Rio 2016.	

GRUPO DE TRABALHO SAÚDE

25/07/12 APO/DIOPS; DEFESA CIVIL RIO; SMSDC/SUBHUE;GUE/DAE/SAS/MS; S/SMSDC/SVS/CIEVS; S/SMSDC/SVS; VS/SES; SMSDC/SUBVISA/GA; GSE/CBMERJ - Apresentar o papel e atribuições da APO e discutir as decisões sobre a criação do GT Saúde.	**26/09/12** APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; DGH – CGA; S/SUBVISA; /SMSDC/SVS/CIEV; SVS/SES; CRVS/SVS/SES-RJ; MSDC/SUBHUE; S/SUBVISA/SVFSS; S/SUBDEC – Definiçã da coordenação responsável pelo conteúdo técnico de saúde; discutir a divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos e a proposta de calendário para as próximas reuniões.
24/10 /12 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; S/SMSDC/SVS/CIEV; SVS/SES; RVS/SVS/SES-RJ; SMSDC; SMSDC/SUBVISAM; SMSDC/SUBHUE; SMSDC/SUBVISA, S/SUBDEC. Representantes do MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA: FORÇA NACIONAL – SUS; SVS - Apresentação do Conceito dos Serviços Médicos definido pelo Comitê Rio-2016; Discussão da divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos; e sistematizar as questões prioritárias identificadas.	

Superintendência de Cultura, Comunicação e Eventos:

27/06 a 22/09 Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012 - Comitê Rio 2016, EOM, EGP, MRE, Embaixada do Brasil em Londres, FCO, LOCOG - Participação no processo de observação dos Jogos Londres 2012.	**20/07/12 a 09/09/12** Casa Brasil em Londres - Somerset House –agenda decorrente da atividade de representação da APO e dos entes consorciados conforme listagem a seguir - Abertura das Exposições - Inauguração da Casa Brasil com a presença da Presidenta Dilma Rousseff - Reunião com a Revista Monocle para apresentação ao vivo e entrevista com o Presidente da APO - Reunião com Jacqueline Rose para discussão da apresentação do Big Dance na Casa Brasil - Countdown 4 anos Jogos Olímpicos - Visita de Embaixadores do GRULA à Casa Brasil - Acompanhar fotógrafos do governo britânico em visita às exposições da Casa Brasil - Evento comercial sobre o setor aeroespacial da APEX realizado dentro da Casa Brasil - Evento comercial sobre serviços médicos da APEX realizado dentro da Casa Brasil - Entrevistas para BBC Radio 4and BBC Wordk sobre a Exposição Brasil a hora é essa! - Evento comercial sobre economia criativa da Embaixada do Brasil em Londres realizado dentro da Casa Brasil - Lançamento da Moeda Olímpica - Festa de Encerramento dos Jogos Olímpicos - Reunião sobre a celebração do dia 7 de setembro - Reunião sobre evento comercial da EMBRATUR - Evento comercial sobre turismo da EMBRATUR realizado dentro da Casa Brasil - Evento comercial sobre energia da FIESP realizado dentro da Casa Brasil - Countdown 4 Anos Jogos Paraolímpicos - Celebração do 7 de Setembro - Festa de Encerramento dos Jogos Paraolímpicos.
01/08/12 a 29/08/12 Atividades em Londres /London Business Network - Participação do Diretor de Infraestrutura, Apoio ao Evento e Meio Ambiente da APO em painel sobre Sustentabilidade - Participação do Secretário Executivo do Ministério do Esporte em painel sobre Grandes Eventos Esportivos Globais - Participação do Presidente da APO em painel sobre Construção e Transporte - Participação da Diretora de Operações e Serviços da APO em painel sobre Oportunidades de Negócios Paraolímpicas.	**05/07/12 a 09/09/12** Foreign and Commonwealth Office (FCO) - Reunião para discussão da agenda - Recepção do PGO na sede do FCO - Participação do Presidente da APO na celebração do Programa Governamental de Observadores com Ministro do Esporte do Reino Unido e representantes da APO e Sochi - Participação do Presidente da APO no evento comercial na Prefeitura de Londres (Greater London Authority/London Partners) Brazil sobre negócios com o Brasil - Participação do Presidente da APO como moderador no evento comercial Brazilian Day do UKTI na Lancaster House - Presidente da APO e Ministro do Esporte do Reino Unido

	presentes em competição de Vôlei - Recepção do PGO na nova Embaixada em Trafalgar Square - Participação de representantes da APO e Governo Federal na recepção Conjunta de Encerramento dos Jogos Paraolímpicos na The Royal Court of Justice.
05/07/12 a 21/09/12 Atividades em Londres / Cultura - Participação no lançamento do projeto Big Dance 2012 na Estação de trem StPancras - Participação na ativação do Big Dance Bus na Covent Garden Piazza - Evento do Big Dance em Trafalgar Square, seguido de recepção no British Council, com passagem de bastão para o Brasil - Brazilian Day no Waysworth Park como evento de encerramento do projeto Big Dance 2012 - Participação nos eventos do BT River of Music do cantor Carlinhos Brown (Tower of London) e da cantora Mariza (SomersetHouse) - Evento da Olimpíada Cultural na SomersetHouse - Participação na Cúpula de Ministros de Cultura em Edimburgo, durante o Festival Internacional de Edimburgo, acompanhando a Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura - Evento de lançamento do London Jazz Festival - Evento de lançamento da UK Season no Brasil e do projeto Transform - Reunião com Jeremy Gilley da ONG Peace One Day para trazer a proposta para o Brasil - Celebração do Dia da Paz na Wembley Arena.	**08/10/12** Ministério da Cultura - Reunião preparatória do "Workshop: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012".
09/10/12 FUNARTE - Apresentação do projeto Big Dance para a FUNARTE visando futura cooperação técnica e implantação do projeto no Brasil.	**17/10/12** Ministério da Cultura, EOM, EGP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeitura de São Paulo, Governo do Distrito Federal. Comitê Rio 2016 - Reunião do GT Cultura: Participação de representantes das cidades do futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Salvador) e apresentação da proposta do MinC para a Copa 2014.

26/10/12 Comitê Rio 2016 - Participação no Debriefing APO/Comitê Rio 2016 sobre os Jogos Londres 2012.	**12/11/12** Ministério da Cultura, EOM, EGP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, Comitê Rio 2016 - Reunião do GT Cultura: Apresentação das garantias, debriefing sobre atividades culturais nos Jogos Londres 2012, apresentação da Fundação de Cultura de Belo Horizonte sobre proposta para a Copa 2014 e apresentação do *workshop* de comunicação e cultura (debriefing Londres 2012).
25, 26 e 27/11/12 Comitê Rio 2016, COB, COI - Participação da "8ª Conferência Mundial de Esporte, Cultura e Educação do Comitê Olímpico Internacional", parceria da Comissão de Cultura e Educação Olímpica do Comitê Olímpico Internacional (COI) com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e em colaboração com o Comitê Olímpico Nacional da Holanda.	**29 e 30/11/12** Ministério da Cultura, LOCOG, Consulado Britânico no Rio de Janeiro - Realização do "Workshop: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012" com a participação de representantes britânicos do Comitê Organizador e do governo nacional e local pelas ações de cultura e comunicação nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012. Ação integrante das atividades do GT Cultura.
03/12/12 British Council , People's Palace Project - Reunião com Paul Heritage para discussão de 2ª parte do debriefing sobre as atividades culturais dos Jogos Londres 2012.	**29 e 30/07/12** FCO, GLA, BT - PGO: Visita ao Centro de Mídia não Credenciada de Londres (LMC) e *tour* pelas instalações; visita ao *stand* do Programa Ambassadors e a uma posição "ao vivo" do LMC; *tour* guiado da BT London no Live Site Hyde Park; visita à London House
05/09/12 Comitê Rio 2016, COI - Programa de Observação do COI: visita ao MPC e IBC e demais instalações de apoio dentro do Parque Olímpico.	**28/09/12** Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre debriefing de Londres; posicionamento das instituições sobre temas sensíveis; e matriz de ações públicas referentes aos Jogos Rio 2016

19/10/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação:Discussões sobre o debriefing de Londres; nova sede Comitê Rio 2016/EOM; desenvolvimento da Matriz de Responsabilidades; e posicionamento de temas sensíveis.	**01/11/12** Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre o debriefing de Londres, nova sede Comitê Rio 2016/EOM; e portal de suprimentos.
05/11/12 SECOM/PR - Reunião com SECOM/PR para discussão do Subgrupo de Comunicação de Governos.	**09/11/12** Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre debriefing de Londres e matriz de responsabilidade.
29 e 30/11 Ministério da Cultura, LOCOG, Consulado Britânico no Rio de Janeiro - Realização do "*Workshop*: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012" com a participação de representantes britânicos do Comitê Organizador e do governo nacional e local pelas ações de cultura e comunicação nos Jogos Olímpicos e o Londres 2012. Ação integrante das atividades do GT Comunicação.	**07/12/12** Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussão sobre calendário de oportunidades de comunicação 2013; plano de Comunicação Integrado (Rio 2016 e governos); e matriz de responsabilidade.
19/12/12 EOM, EGP - Reunião para discussão da formação do Subgrupo de Comunicação de Governos.	**07/08/12** Comitê Rio 2016 - Realização de visita a navios utilizados como acomodação de força de trabalho durante os Jogos Londres 2012.

22/08/12 ABIH, FBHA, Sindicato dos Meios de Hospedagem, MTurismo, INMETRO, BNDES, Caixa Econômica Federal, EOM, Comitê Rio 2016 - Reunião com o setor hoteleiro do Rio de Janeiro para discutir o Plano Nacional de Classificação e o Sistema de Financiamento pelos bancos públicos.	**04/10/12** Comitê Rio 2016, EOM, RioTur, SMH, SMU - GT Acomodações: Comentários sobre o VICR; atualização de status e próximos passos do Bairro Carioca Olímpico 1 e 2; apresentação sobre acomodações para espectadores e hospedagem domiciliar; discussão sobre iniciativas de treinamento e capacitação de mão de obra; atualização sobre a classificação de Hotéis.
15/10/12 GT Porto: Reunião prévia de organização de Workshop.	**24, 25 e 26/10/12** MTurismo, EMBRATUR - Participação no evento da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV.
30/10/12 Comitê Rio 2016, Docas, RioTur - GT Portos: Análise de clientes para a área do Porto e operação dos navios nos Jogos Olímpicos (acessos, serviços, vistos).	**08/11/12** MTurismo, Comitê Rio 2016 - Reunião para discutir estratégia de implementação do SBClass junto com o Comitê Rio 2016, seguido de almoço com Diretoria de Acomodações do Comitê Rio 2016.
22 e 23/11/12 Comitê Rio 2016, EOM - GT Acomodações: participação no Rio 2016 Accomodation Review, atualização dos dados de acomodação para o COI e IPC.	**28/11/12** Governo do Estado, Prefeitura do Rio de Janeiro, Comitê Rio 2016, Ministério do Turismo, EMBRATUR e Governo do Estado de Minas Gerais - Reunião sobre o programa de receptivo Ambassadors desenvolvido durante os Jogos Londres 2012.
04/12/12 Comitê Rio 2016, EOM, RioTur, Rio Negócios - Participação em reunião de apresentação do plano de treinamento para hotéis, restaurantes e serviços em geral na cidade.	**06/12/12** Comitê Rio 2016, Docas, RioTur - GT Portos: Apresentação de trabalho de consultoria do Porto para o desenvolvimento de estudos e planejamento da operação de transporte na área.

23/07/12 Comitê Rio 2016, Embaixada do Brasil em Londres - Cerimônia de hasteamento da bandeira do Brasil na Vila Olímpica.	**26/07/12** FCO, LOCOG - PGO: ensaio técnico da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Londres 2012.
30/07/12 PGO: sessões sobre revezamento da tocha nos Jogos Londres 2012.	**04/09/12** IPC - Programa de Observação do IPC: sessão sobre dignatários.
05/09/12 IPC - Programa de Observação do IPC: sessão sobre protocolo.	**09/11/12** Comitê Rio 2016 - Reunião com o Diretor de Cerimônias para tratar do apoio da APO na estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.
19/11/12 Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República - Reunião sobre estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.	**14/12/12** Comitê Rio 2016 - Apresentação do projeto da turnê das bandeiras.
18/12/12 Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República - Reunião com os gerentes da SAF/PR para apresentação de cronograma de viagens para a estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.	

TABELA 7 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRÁFEGO

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE TRABALHO e outros:

03/07/12 Funcionamento do Centro de Comando no FCO em Londres durante os Jogos de 2012 - Funcionamento do Centro de Controle instalado no FCO em Londres, para acompanhar eventuais problemas com delegações estrangeiras e turistas, no decorrer dos Jogos.	**09/07/12** Reunião organizada pela DIMOB e Comitê Rio 2016 - Apresentação e organização de temas de Working Session a respeito de operações olímpicas em aeroportos.
19/07/12 Escritório da APO em Brasília com Secretaria de Aviação Civil-SAC. Reunião para tratar de operações dos aeroportos envolvidos com Olimpíadas. Apresentação das diretrizes do Plano nacional para a aviação civil.	**15/08/12** Apresentação referente a Porto e Energia. Avaliação de riscos em relação à subestações de energia que estão instaladas nas proximidades das arenas olímpicas.

23/08/12 Participação em reunião realizada pela DIOPS com o SENAC: iniciativas desta entidade para incentivar esporte e atividades esportivas em todo o país.	**24/09/12** Comando Militar do Leste- CML- Organização do Workshop do GT Segurança no dia 25/09.
02/10/12 Reunião da Diretoria com a Cônsul Britânica e Assessores, para tratar da agenda e palestrantes para o debriefing de 22 a 24/11/2012. Emissão de convites conjuntamente pela APO e Embaixada Britânica.	**29/10/12** Reunião com representantes do Consulado Britânico no Rio de Janeiro, acompanhados de integrantes do serviço de enfrentamento ao terrorismo em Londres.
	10/12/12 APO FLAG TOUR (Turnê Rio 2016) - Reunião organizada pela DIOPS, com participação do setor de cerimônias do Rio 2016, para discutir o projeto, com atividades em todas as 27 capitais brasileiras em 2013.

05/07/12 Seminário sobre da experiência dos militares no 5ª. JMM e na Rio+20 - O encontro,organizado pela DIOPS, foi realizado no Forte de São João na Urca. Participaram o Presidente da APO e autoridades militares e civis, de vários órgãos da administração pública.	**13/07 /12** Forte de Copacabana Working Session Aeroporto - Evento de transferência de conhecimento.
16 a 18/07/12 Palácio do Itamaraty/RJ - Simpósio de Segurança para Grandes Eventos – a experiência Alemã. Participação na abertura do evento, organizado pela SESGE/MJ e Subsecretaria de Eventos Esportivos da SSP/RJ.	**27/09/12** Seminário sobre a organização Jogos de Londres. Participação em evento realizado pelo Consulado Britânico e Prefeitura do Rio, no Palácio da Cidade.
07/11/12 Palácio do Governo do Estado - Participação no seminário referente ao legado documental.	**28 e 29/11/12** Comando Militar do Leste – CML- participação em Seminário sobre os Jogos Olímpicos/Paraolímpicos, organizado pelo CML e Ministério da Defesa. Tema: participação das forças militares na organização dos Jogos de Londres 2012.

16/07/12 Visita ao COR – Centro de Operações da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, organizada pela DISEG, com o objetivo de estabelecer o contato com os responsáveis pelo COR, visando futuros trabalhos durante os Jogos Olímpicos/Paraolímpicos.	**01/12/12** SÃO PAULO - FCC DRAW – Atividade de observação da segurança na organização do Sorteio para a Copa das Confederações, promovido pela FIFA. Acompanhamento da dinâmica da segurança nas áreas interna e externa, a cargo do Centro de Comando e Controle montado pela SESGE/MJ.
PARTICIPAÇÃO NO PGO – PROGRAMA GOVERNAMENTAL DE OBSERVADORES EM LONDRES	
02/08/12 Briefings a respeito do funcionamento da ILU (Unidade de Ligação de Segurança), além de informações sobre estrutura de governança dos Jogos, contra terrorismo, segurança no transporte.	**03/08/12** Visita ao Centro Nacional de Coordenação e Controle dos Jogos (NOCC), Centro de Briefings da Polícia em Battersea, e Sala Especial de Operações (SOR).
04/08/12 Visita à instalação Horse Guards Parade. Visita ao Navio HMS OCEAN, com briefings a respeito do papel dos militares nos Jogos; e observação do Live Site localizado no Hyde Park.	**05/08/12** Visita ao Centro de Controle de Transportes de Londres. Briefings a respeito do papel dos patrocinadores nos Jogos; proteção dos VIPs e criminalidade cibernética.

06/08/12 Visita ao Parque Olímpico, às instalações do Estádio Olímpico, IBC, MPC e Vila dos Atletas.	**07/08/12** Visita à arena de competição de vela em Weymouth/Portland, com o objetivo de observar o funcionamento de uma instalação olímpica aberta e todo o sistema de segurança.
08/08/12 Briefing e reunião com o Diretor do GOE, a respeito das atividades do órgão. Visita à arena do Horse Guards Parade.	**09/08/12** Briefings com especialistas do GOE a respeito de Legado, proteção de VIPs domésticos e internacionais, operações dos Jogos, atuação do Secretariado Olímpico e estrutura do Governo Nacional para as Olimpíadas.
10/08/12 Reuniões na Casa Brasil com empresários britânicos ligados às Olimpíadas. Acompanhamento do funcionamento do Estádio Olímpico em Stratford durantes as competições.	**11/08/12** Evento Brazil Business Day. Presentes o Presidente da APO, como moderador, a presidente da EOM e membro do comitê organizador da Copa do Mundo. Acompanhamento das operações de apoio à realização de eventos desportivos no Estádio de Wembley.
05/09/12 PGO –Jogos Paraolímpicos - Chegadas e partidas em Aeroportos - Agenda com visita a Upper Bank Street, onde a delegação brasileira recebeu briefings a respeito das ações desenvolvidas sobre o tema.	**06/09/12** PGO – Jogos Paraolímpicos - Visita ao Aeroporto de Heathrow

07/09/12 PGO-Paraolímpicos - Visita ao Centro de Controle do Espaço Aéreo por autoridades civis, NATS, em Southampton.	
PARTICIPAÇÃO EM DEBRIEFINGs E NA ORGANIZAÇÃO DO HANDOVER DOS JOGOS DE LONDRES	
01/10/12 Debriefing Interno na APO - Evento com apresentações a cargo dos servidores que estiveram em Londres participando do PGO.	**26/10/12** Debriefing dos Jogos de Londres Rio2016 e APO - Participação no Debriefing realizado pela APO em conjunto com a Rio 2016, referente os Jogos Olímpicos de Londres 2012.
23 e 24/11/12 Transferência da experiência (handover) dos Jogos de Londres, organizado pelo Consulado Britânico e APO. Temas: infraestrutura, transporte, segurança e governança.	

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – O expediente será publicado no Diário do Senado Federal de 5 de junho do corrente e foi autuado da seguinte forma:

– **Ofício n° 23, de 2013-CN**, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e

– **Ofício "S" nº 26, de 2013**, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação do Ofício nº 23, de 2013-CN:

Leitura: 4-6-2013

até 9/6 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 24/6 prazo para apresentação de relatório;

até 1º/7 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 8/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 3 de junho do corrente, da **Medida Provisória nº 598, de 2012,** que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que especifica*.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 3 de junho do corrente, da **Medida Provisória nº 599, de 2012**, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências*.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 3 de junho do corrente, da **Medida Provisória nº 601, de 2012**, que altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 3 de junho do corrente, da **Medida Provisória nº 604, de 2013**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R$ 361.368.057,00 (trezentos e sessenta e um milhões,*

trezentos e sessenta e oito mil e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 3 de junho do corrente, da **Medida Provisória nº 605, de 2013**, que *altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos*.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 3 de junho do corrente, para apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 587, de 2012**, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, e cujo prazo integral de vigência expirou em 21 de abril de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar**, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006* (redução da tributação do pão para microempresa).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Foram encaminhados ao Congresso Nacional os seguintes ofícios:

– **Ofício nº 10.444/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2013, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

– **Ofício nº 144/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2013, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

– **Ofício nº 262/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2013, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;

– **Ofício nº 5/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do período de maio de 2012 a abril de 2013, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

As matérias serão publicadas no Diário do Senado Federal de 5 de junho do corrente.

São as seguintes as Matérias:

Ofício nº TRF2-Of-2013/10444

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013

Assunto: Demonstrativo – Balanço

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal na 2ª Região referente ao 1º quadrimestre de 2013, publicado no **DOU-**1 em 23-5-2013, fl. 139, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 12-8-2011.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – **Sérgio Schwaitzer**, Presidente.

PORTARIA Nº TRF2-PTP-2013/381
DE 21 DE MAIO DE 2013

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, Resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da **internet**, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. **Registre-se**. **Cumpra-se**. – **Sérgio Schwaitzer**, Presidente.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO) 2

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1° E 2° GRAUS DA 2à REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) – (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	975.440,00	6.079,00	**981.519,00**
Pessoal Ativo	819.631,00	2.610,00	822.241,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	155.809,00	3.469,00	159.278,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	149.287,00	3.515,00	152.802,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-573,00	0,00	-573,00
Decorrentes de Decisão Judicial	151,00	0,00	151,00
Despesas de Exercícios Anteriores	550,00	3.491,00	4.041,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	149.159,00	24,00	149.183,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	826.153,00	2.564,00	828.717,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			676.175.602,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,122180%	0,000379%	0,122559%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,257251%		1.739.468,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,244388%		1.652.495,07
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - <%>	0,231526%		1.565.521,65

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria Geral

Assinado digitalmente por MARIA DE FATIMA GONCALVES LESSA, MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO e ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA.
Documento Nº: 964869.7786999-1617 - consulta à autenticidade em https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action

Nº 98, quinta-feira, 23 de maio de 2013 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 139

Siqueira. Aguardam os Juízes Federais Adel Oliveira, Herculano Nacif, Flores da Cunha e André Monteiro."
253. PROCESSO: 0509923-37.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA CRISTIANE TAVARES DA SILVA
PROC/ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Decisão: "Em conclusão, a Turma, por unanimidade, conheceu do incidente e, por maioria, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Juízes Flores da Cunha e João Batista Lazzari, que lhe davam provimento."
254. PROCESSO: 2008.33.00.708777-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVA VIANA DO PRADO
PROC/ADV.: EDSON FERREIRA LIMA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Decisão: "Por indicação do(a) Juiz(a) Relator(a) a Turma de Uniformização adiou o julgamento do feito."
255. PROCESSO: 2009.71.54.002568-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VINÍCIUS ALIEVI PINHEIRO
PROC/ADV.: MAURÍCIO MOSENA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
Decisão: "A Turma, por unanimidade, deu provimento aos Embargos de Declaração para anular o acórdão e sobrestar o incidente, nos termos do voto do Relator."
Antes de dar início à sessão, o Ministro Arnaldo Esteves registrou a satisfação e a honra em presidir a Turma Nacional de Uniformização. Ressaltou que fará tudo para, corresponder à confiança do Conselho e, sobretudo, dos magistrados da TNU e, mais do que isso, dos jurisdicionados. Em seguida, o Juiz Federal Janilson Siqueira, em nome do Colegiado, dos colegas da TNU e da Secretaria, deu as boas-vindas ao Presidente e falou da imensa satisfação em contar com um Ministro do STJ que, por acaso também, é juiz federal de carreira.
Ao término da sessão, em nome da TNU, o Juiz Federal Glúcio Maciel prestou homenagem ao Juiz Federal Herculano Nacif em razão do término de mandato, agradecendo pela convivência, pelas lições de vida e de Direito. O Juiz Herculano Nacif agradeceu as palavras e disse que foi uma grata satisfação estar mensalmente na TNU compondo o Colegiado. Agradeceu ainda pela maneira cordial, carinhosa com que foi tratado por todos e pelas lições que recebeu dos colegas.
Após, o Presidente declarou encerrada a sessão, da qual eu, Viviane da Costa Leite, na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Brasília, 17 de abril de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

QUESTÃO DE ORDEM 32(*)

O prazo para a interposição dos incidentes de uniformização nacional e regional é único e inicia-se com a intimação do acórdão proferido pela turma recursal, sendo incabível incidente nacional contra acórdão proferido por turma regional quando esta mantiver o acórdão de turma recursal pelos mesmos fundamentos.

Brasília, 17 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 22-04-2013, Seção 1, página 66, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 381, DE 21 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SCHWAITZER

ANEXO

OS DADOS SE REFEREM A CMA REPUBLICAÇÃO?(1 = SIM 2 = NÃO) 2
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			
DESPESA COM PESSOAL		R$ 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	975.640,00	6.079,00	981.719,00
Pessoal Ativo	819.631,00	2.810,00	822.441,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	155.809,00	3.269,00	159.278,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	149.482,00	3.512,00	152.994,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	571,00	0,00	571,00
Decorrentes de Decisão Judicial	151,00	0,00	151,00
Despesas de Exercícios Anteriores	550,00	3.491,00	4.041,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	149.159,00	21,00	149.180,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	826.158,00	2.564,00	828.717,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	676.175.602,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III x 100 / IV)*100	0,122480%	0,000170%	0,122359%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,352731%	1.739.468,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,334594%	1.652.495,07	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,231326%	1.560.541,65	

FONTE: SIAFI Gerencial

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão apresentadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIA DE FATIMA GONCALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA KAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052300139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício/PRESI/SECOI nº 144

Brasília, 27 de maio de 2013

REF: Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, referente ao 1º Quadrimestre de 2013, publicado no **DOU1** de 24-5-2013, págs. 176 e 177, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço. – Desembargador Federal **Mario César Ribeiro**, Presidente.

164 ISSN 1677-7042 **Diário Oficial da União** - Seção 1 Nº 102, quarta-feira, 29 de maio de 2013

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 22, DE 28 DE MAIO DE 2013

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º , inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2012 a abril de 2013.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 288/STN/MF, de 23 de maio de 2013 e a Decisão nº 1.999/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

1. LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - RGF - ANEXO I DO ATO NORMATIVO Nº 22/2013 — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	304.503.098,23	426.522,98	304.929.621,21
Pessoal Ativo	156.402.311,38	362.357,13	156.764.668,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	148.100.786,85	64.165,85	148.164.952,70
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	106.008.303,21	0,00	106.008.303,21
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	39.985,66	0,00	39.985,66
Despesas de Exercícios Anteriores	7.261.587,33	0,00	7.261.587,33
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	98.705.730,22	0,00	98.705.730,22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	198.494.795,02	426.522,98	198.921.318,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			621.138.340.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,031956%	0,000069%	0,032024%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080726%		501.436.695,18
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076689%		476.364.859,92
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,072652%		451.292.916,66

FONTE: SIAFI

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080726% e 0,076689 de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 26/2006.

3)Do valor de R$ 7.281.509,87, relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R$ 18.922,24 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

4) Do valor de R$ 112.080,98 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R$ 72.095,32 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

2. LRF, art. 55, inciso II.

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.

3. LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) :

Gen Ex RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO
Ministro-Presidente

LUCIANO TEÓFILO DE MELO NETO
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACIADO
Secretário de Planejamento

OSCAR HENRIQUE GRAULI VIANNA DE LIMA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.614.835,00	3.284,00	1.618.119,00
Pessoal Ativo	1.390.332,00	2.507,00	1.392.839,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	224.503,00	777,00	225.280,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	209.806,00	1.494,00	211.300,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-1.349,00	22,00	-1.327,00
Decorrentes de Decisão Judicial	599,00		599,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

176 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 99, sexta-feira, 24 de maio de 2013

fabricação de objetos e artefatos de chumbo, fabricação de acumuladores, pilhas e baterias elétricas contendo chumbo ou compostos de chumbo; fabricação de tintas, esmaltes e vernizes à base de compostos de chumbo (atividades discriminadas no código 2.5.6 do Anexo II); fundição e laminação de chumbo, zinco velho, cobre e latão; limpeza, raspagem e reparação de tanques de mistura e armazenamento de gasolina contendo chumbo tetraetila; metalurgia e refinação de chumbo; vulcanização de borracha pelo litargírio ou outros compostos de chumbo. Assim, por não ser possível o enquadramento da atividade do autor no rol dos decretos supramencionados e considerando que o laudo pericial apresentado mostra-se genérico, já que não mensura o grau/intensidade do chumbo a que o agente estava submetido, deixo de reconhecer como tendo sido desempenhado sob condições especiais o período compreendido entre 24/09/1990 e 05/01/2004. - de 05/01/2004 a 07/02/2007: GNB - Indústria de Baterias Ltda. A parte autora alega ter trabalhado, durante o período supramencionado, como porteira. Para provar o alegado, o requerente apresentou: a) PPP da empresa GNB, constando que sua atividade consistia em "efetuar controle e recepção da portaria. Rotina de Portaria com controle de veículos que entram e saem da empresa (pin manicadeiras, controle dos funcionários da empresa" e b) laudo técnico da empresa GNB, constando que a atividade do autor como porteiro consistia em "controlar e liberar entrada de veículos, visitantes, clientes e fornecedores, atendendo os mesmos aos colaboradores solicitados, entregando fichas de registros para serem vistadas pelos visitados. Segundo o referido documento o autor estava submetido ao agente nocivo chumbo metálico, mas em concentração que não caracterizava insalubridade. Valendo-me das considerações feitas no tópico anterior, deixo de reconhecer como tendo sido exercido sob condições especiais o período compreendido entre 05/02/2004 e 07/02/2007.(grifei)

6. Os acórdãos paradigmas apresentados entendem que, para os períodos anteriores à Lei nº 9528/97, não se exigia laudo para comprovação da especialidade, bem como que a documentação acostada comprova a exposição da parte autora ao agente nocivo chumbo. Porém, os referidos julgados não guardam similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido, na medida em que este, conforme consta no trecho da sentença acima transcrito, deixou de reconhecer a atividade de porteiro, exercido no período de 24/09/1990 e 05/01/2004, por não se enquadrar no rol do Decreto nº 53.831/1964, no item 1.2.4, o qual dispõe sobre as atividades desempenhadas sob a exposição do agente nocivo chumbo. Em relação ao período de 05/02/2004 a 07/02/2007, entendeu a Turma Recursal de origem não restar demonstrada a especialidade da atividade exercida, ao argumento de que a documentação apresentada pelo autor aponta a exposição ao agente nocivo chumbo metálico, mas em concentração que não caracterizava insalubridade, estabelecendo, assim, um verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante nos autos. Quanto ao referido período, resta evidente que o recorrente pretende, ainda, o reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

7. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 17 de maio de 2013.

KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009679-89.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EUGENIA FRANKIEVICZ
PROC/ADV: EDENILSON JOSÉ JARSKI
OAB: PR-47.506
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. PROVA TESTEMUNHAL QUE DESCARACTERIZA A ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA DA DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO QUE TRATA DA IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL POR MEIO DE PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA DIVERSA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1.A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Paraná, que manteve a sentença de improcedência com base na prova testemunhal que afirmava ser a atividade principal do autor o trabalho no armazém, sob o argumento de que o decisum descaracterizou a atividade rural do autora com base somente na prova testemunhal, o que estaria desacordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça - que determina que a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para a comprovação da atividade rurícola. Desta forma, segundo entende a requerente, também não seria possível a descaracterização da atividade rurícola com base unicamente em prova testemunhal.

2.O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de que a requerente não comprovou tratar o acórdão paradigma da jurisprudência dominante no STJ, bem como porque a pretensão do recorrente implicaria reexame de prova, o que é inviável neste incidente. A decisão foi objeto de agravo.

3.Conforme se depreende da leitura do acórdão recorrido, o pedido da autora foi julgado improcedente porque "a parte autora também trabalhava no armazém, conforme depoimento das testemunhas, tendo uma das testemunhas informado, inclusive, que a atividade principal da autora era no armazém", ao passo que o aresto indicado como paradigma pela recorrente (AgRg no REsp 937026/SP, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 29/10/2007) trata da impossibilidade de comprovação da atividade rural com base somente em prova testemunhal, exigindo que esta seja corroborada por razoável prova material. Desta forma, a situação fática exposta no aresto indicado como paradigma não guarda similitude com os fundamentos do acórdão recorrido.

4.A requerente alega não ser possível a descaracterização da atividade rural para fins previdenciários por conta somente da prova testemunhal a partir da inversão do raciocínio exposto no acórdão paradigma, que afirma ser impossível a comprovação da atividade rural por meio de prova exclusivamente testemunhal. Entretanto, tal raciocínio não pode ser acolhido, vez que tanto o acórdão paradigma como o feito estabelecem requisitos cumulativos para o reconhecimento da atividade rural, ou seja, é preciso que se tenha a prova testemunhal e também uma razoável prova material, não podendo ser reconhecida a atividade com a conjugação dos dois meios de provas.

5.Se o fez e o acórdão paradigma pressupõem a conjunção de dois meios de prova como requisito para a prova da atividade rural (art. 55, § 3º da Lei n. 8.213/91), a ausência ou contrariedade de qualquer deles conduz à conclusão lógica de que o requisito não foi preenchido e atividade rural não foi provada. Tese do requerente que encerra erro lógico e, em realidade, pretende subverter a exigência legal, tomando possível a comprovação da atividade rural com base em apenas um único meio de prova (documental ou testemunhal), ao contrário do que exige a lei.

6.Agravo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer e negar provimento ao agravo, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 17 de maio de 2013

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000107-60.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVONE JANETE RAMOS SANTOS
PROC/ADV: ZILA MARIA DOS SANTOS SILVEIRA
OAB: RS-42238
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NÃO IMPORTA VEDAÇÃO À ANÁLISE DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE VALORAÇÃO DA PROVA. ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE PARA CONHECIMENTO DA DIVERGÊNCIA JURÍDICA APENAS EM RELAÇÃO ÀS PROVAS REFERIDAS NO CORPO DA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO PROVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE PARA RECONHECER QUE A INTERPRETAÇÃO DADA PELA TURMA RECURSAL QUANTO À ACEITAÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL DO TEMPO DE ATIVIDADE RURAL EM NOME DE TERCEIRO QUE NÃO SEJA FAMILIAR NÃO SE COADUNA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO STJ E DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA EXAME DAS QUESTÕES NÃO APRECIADAS E QUE DEMANDAM EXAME DE FATOS.

1. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, sob o fundamento de que a decisão impugnada não valorou, de forma correta, a gama de provas materiais apresentadas pela recorrente, em dissonância com diversas decisões desta Turma Nacional de Uniformização, que aceitam como início de prova material documentos em nome de terceiros, ainda que não seja familiar.

2. Aduziu que "a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul confirmou parte da sentença de primeira instância, não reconhecendo o período de 13/11/1967 a 13/12/1977, uma vez que, não existia vínculo legal entre o Recorrente e sua tia.", e que tendo sido comprovada a relação de dependência entre o requerente e a Sra. Honodina, não seria uma questão re-análise fático-probatória.

3. O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de que a pretensão do recorrente implicava reexame de prova, o que é inviável neste incidente, decisão que foi objeto de agravo.

4. Em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, não cabe o reexame da prova analisada pelas instâncias ordinárias para verificação se determinado fato restou ou não comprovado. Isso não impede, contudo, que o juízo de uniformização analise as provas referidas expressamente no acórdão recorrido e verifique se as consequências jurídicas delas extraídas (valoração jurídica da prova) encontram-se em harmonia ou desacordo com a interpretação conferida no acórdão apontado como paradigma para a mesma situação. Entendimento sedimentado no âmbito do STJ e desta Turma de Uniformização.

5. No caso em apreço, o acórdão impugnado faz referência a diversos documentos apresentados pela requerente, afirmando que, "embora a parte autora tenha apresentado início de prova material, não há nos autos a comprovação de vínculo legal estabelecido entre ela e a Sra. Honodina, não podendo os documentos relacionados a esta último servirem como prova material a comprovar o labor da autora".

6. Sem necessidade de realizar o exame de qualquer prova que não as referidas no próprio acórdão recorrido, verifica-se que a interpretação dada pela Turma Recursal à exigência estabelecida no art. 55, § 3º da Lei n.º 8.213/91 encontra-se em divergência com a interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça, que considera tal exigência atendida pela apresentação de documentos de propriedade rural em nome de terceiros, ainda que não haja prova de vínculo de parentesco entre o requerente e o proprietário, desde que a prova testemunhal demonstre o vínculo entre a atividade rural exercida e a propriedade documentada.

7. Interpretação da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização e do STJ, com a ressalva quanto ao entendimento pessoal deste relator, que considera inaceitável para fins de comprovação do vínculo rural documentos em nome de terceiros estranhos ao grupo familiar.

8. Apesar de comprovada a divergência e a necessidade de reforma do acórdão para garantir a uniformidade jurisprudencial, impossível a conclusão do julgamento de mérito nesta instância, por impossibilidade de exame do restante das provas. Aplicação do decidido na Questão de Ordem nº 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão impuser na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acordão de Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma nacional sobre a matéria de direito" (DJ 11/09/2006).

9. Agravo conhecido e provido para admitir o pedido de uniformização, e, passando ao julgamento conjunto deste, dar-lhe parcial provimento, reconhecendo satisfeita a exigência de início de prova material, anular o acórdão impugnado para apreciação do restante da prova produzida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer e dar provimento ao agravo para conhecer o incidente de uniformização e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, anulando o acórdão proferido pela Turma Recursal e determinado o retorno dos autos para apreciação do restante da prova produzida, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 17 de maio de 2013.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 22 DE MAIO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052400176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 99, sexta-feira, 24 de maio de 2013 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 177

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.414.835,60	3.234,00	1.418.119,00
Pessoal Ativo	1.590.332,00	2.507,00	1.792.839,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	224.502,00	727,00	225.229,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	200.806,00	1.493,00	214.300,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.549,00	23,00	13.572,00
Decorrentes de Decisão Judicial	596,00		596,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.993,00	1.273,00	5.176,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	206.663,00	197,00	206.860,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.203.729,00	1.790,00	1.204.519,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			675.175.602,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a / IV a) *100	0,2017811%	0,0002667%	0,2020478%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <56>	0,4938456%		0,594.345,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <52>	0,4691533%		2.841.113,34
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <53>	0,4215451%		2.547.600,80

Fonte: Siafi Gerencial - Resolução CJF 17/2012 e Portaria STN 35/2013.
Notas: Do ano corrente, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.
3) No elemento de despesa 31.90.11.01 há uma diferença, a maior, de R$ 328.763,18 (trezentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e dezoito centavos), em relação ao valor registrado no SIAFI, visto que a compensação de férias da folha de pagamento de janeiro de 2013 da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul foi lançada no elemento de despesa 31.90.11.01 ao invés de ser lançado no elemento de despesa 31.90.11.46.
O registro contábil foi regularizado em maio de 2013, com o lançamento de anulação compensação no elemento de despesa 31.90.11.46.

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

ROBERTO ELIAS CAVALCANTE
Diretor-Geral

3ª REGIÃO
SUBSECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 473, DE 22 DE MAIO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 184, de 12/1/2012, do Conselho da Justiça Federal, resolve:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da Internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEWTON DE LUCCA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.350.910,68	1.791,84	1.352.410,51
Pessoal Ativo	1.180.491,25	1.179,90	1.181.671,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	170.428,49	113,94	170.542,36
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	158.334,94	132,48	158.467,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	217,72	0,00	217,72
Decorrentes de Decisão Judicial	351,87	0,00	351,87
Despesas de Exercícios Anteriores	2.791,03	120,98	2.912,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	154.974,32	11,50	154.985,82
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.192.575,74	1.659,36	1.193.943,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			675.175.602,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a / IV a) *100	0,1766574 %	0,0002774 %	0,1769348 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,3501840 %		2.365.064,71
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,3326748 %		2.247.060,98

FONTE: Siafi Gerencial

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.
3) No elemento de despesa 31.90.11.01 há uma diferença, a maior, de R$ 328.763,18 (trezentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e dezoito centavos), em relação ao valor registrado no SIAFI, visto que a compensação de férias da folha de pagamento de janeiro de 2013 da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul foi lançada no elemento de despesa 31.90.11.01 ao invés de ser lançado no elemento de despesa 31.90.11.46.
O registro contábil foi regularizado em maio de 2013, com o lançamento de anulação compensação no elemento de despesa 31.90.11.46.

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMELINO RABELO CUSTODIO
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052400177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício nº 262/2013-GP

Porto Velho, 29 de maio de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2013

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de maio de 2012 a abril de 2013, enviado para publicação mediante Portaria nº 1.390, publicada no *Diário Oficial da União* e no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho* da 14ª Região.

Ao ensejo, reitero votos de elevada estima e distinguida consideração. – **Ilson Alves Pequeno Junior**, Presidente do TRT da 14ª Região.

PORTARIA Nº 1.390, DE 29 DE MAIO DE 2013

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000.

Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de maio de 2012 a abril de 2013.

Publique-se.

Ilson Alves Pequeno Junior.

UNIÃO- PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	218.421,79	205,20	218.626,99
Pessoal Ativo	177.761,01	194,19	177.955,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	40.660,78	11,01	40.671,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	53.175,12	195,34	53.370,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	25.968,73	195,34	26.164,07
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.206,39	0,00	27.206,39
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	165.246,67	9,86	165.256,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			621.158.840,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,026603%	0,000002%	0,026605%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,063158%		392.311,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,060000%		372.695,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,056842%		353.080,35

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

3)Despesas com Precatório da Administração Indireta foi de R$ 3.587.103,33 e Despesas com Precatório da Administração Direta foi de R$ 108.455.263,27

4)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito(desaque): despesa liquidada R$ 3.532.478,87

5) As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R$ 19.388,40 mil relativo a despesas liquidadas, e de R$ 0,00 mil relativo a despesas executadas por inscrição de restos paga de restos pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SIAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 8934

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ROMARIO NUNES THADDEU
DIRETOR GERAL

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DE SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

CLEUVA SILVA SALES DE SOUZA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

CONSIDERANDO o trabalho desempenhado pelo Núcleo de Cálculos Judiciais de 2ª Instância junto à Central de Cálculos do Fórum Trabalhista de Rio Branco dos processos recebidos nos meses de novembro e dezembro/2012;

CONSIDERANDO o Plano de Ação desta secretaria no sentido de criar um Grupo de Apoio ao Cumprimento da Meta Nacional (Meta 13);

CONSIDERANDO que a servidora Maria de Nazaré Almeida Pena informa que dispensa o recebimento de passagens e diárias, conforme teor do Ofício nº 86/SJ, datado de 28-5-2013,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora MARIA DE NAZARÉ ALMEIDA PENA, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Classe C, Padrão 15, Secretária Judiciária – CJ-3, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para, nos dias 31-6 e 3-7-2013, realizar reunião com os servidores lotados no Setor de Tomada de Reclamação do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, advogados do escritório corporativo, magistrados e servidores envolvidos no Grupo de Apoio ao Cumprimento da Meta Nacional, bem ainda, proceder a aferição de espaço apto armazenar os processos depositados nos arquivos.

Publique-se.

(assinado digitalmente)
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

Portaria nº 1390, de 29 de maio de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.

RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de maio de 2012 a abril de 2013.

Publique-se.

(assinado digitalmente)
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

UNIÃO- PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	218.421,79	205,20	218.626,99
Pessoal Ativo	177.761,01	194,19	177.955,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	40.660,78	11,01	40.671,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	53.175,12	195,34	53.370,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	25.965,75	195,34	26.161,09
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.209,37	0,00	27.209,37
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	165.246,67	9,86	165.256,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			621.158.840,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,02660335%	0,00001574%	0,02660509%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,06315800%		392.311,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,06010000%		373.495,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,05684200%		353.080,17

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota: Durante o exercício financeiro, valores de despesas liquidadas são considerados provisórios. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas por falta de saldo a pagar são processadas e também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas = (a) + (b), sendo:

(a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

(b) Despesas empenhadas (não liquidadas, não anuladas) e inscritas em Restos a Pagar não processados, considerando a liquidação ao longo do exercício seguinte, conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

1) Despesas com Pessoal relativas à Administração Indireta foi de R$ 3.287.107,33 e Despesas com Pessoal relativas à Administração Direta foi de R$ 162.455.763,27

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de créditos destaque. Despesa liquidada R$ 5.522.478,87

3) As despesas com auxílio natalidade + auxílio funeral, no valor de R$ 1= 108,40 mil referem a despesas liquidadas, e de R$ 0,00 mil referem a despesas executadas por inscrição de restos pagar não processados, foram as únicas em atendimento ao Acórdão 669/2013 - Plenário (Relatório nº 19/GEAFAS-DIVAD-CLN/CONSTIN-MF e no Acórdão nº 898

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ROMARIO NUNES THADDEU
DIRETOR GERAL

WILANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DE SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

CLELIVA SILVA SALES DE SOUZA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por EDSON OSHIRO, em: 29/05/2013 21:50, verificador: 6DD19C7E

Nº 103, sexta-feira, 31 de maio de 2013 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 157

3) As despesas com auxílio Natalidade e auxílio funeral, no valor de R$ 37.880,16 relativo a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto n. 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF e no Acórdão nº. 894/2012-TCU- Plenário.

3) Despesas com Sentenças Judiciais oriundas da descentralização de crédito - Destaque - nos valores de: Administração Direta = R$ 1.166.738,00; Requisições de Pequeno Valor = R$ 605.927,80 e Administração indireta = R$ 782.045,00.

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR
Presidente do Tribunal

MARCELO AUGUSTO ALVES KRUCIANÁ
Diretor-Geral e Ordenador de Despesa

LIANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

JOSÉ CARLOS CUNHA DE CARVALHO
Diretor da Coordenação de Pagamento

JOSÉ DE ARIMATHÉA MATIAS FERNANDES
Diretor do Serviço de Controle Interno

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 102, de 29-5-2013, Seção 1, página 182, com incorreção no original.

14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.390, DE 29 DE MAIO DE 2013

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e parágrafo 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de maio de 2012 a abril de 2013.

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

TRT - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ Milhares			
DESPESA COM PESSOAL			
	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscr. em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c)=(a+b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.187.471,79	951,20	1.188.626,99
Pessoal Ativo	1.176.641,47	185,18	1.176.826,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.829,74	766,02	11.595,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (artigo 18 § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (conforme § 1º do art. 19 da LRF) (II)	53.175,12	195,14	53.370,26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	53.068,94	195,14	53.264,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	106,18	0,00	106,18
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.134.296,67	755,06	1.135.256,73
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			6.211.884,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III) sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,0256603%	0,0000122%	0,0256603%
LIMITE MÁXIMO (incisos I e III do art. 20 da LRF) - 54,0000%			3.323.811,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3000%			3.157.620,79
LIMITE DE ALERTA (INCISO II DO PARÁGRAFO 1º DO ART. 59 DA LRF) - 48,6000%			2.991.430,23

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta foi de R$ 3.587.103,35 e Despesas com Precatórios da Administração Direta foi de R$ 108.455.783,27.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 3.532.478,87.

4) As despesas com auxílio natalidade e auxílio-funeral, no valor de R$ 19.388,40 mil relativo a despesas liquidadas, e de R$ 0,00 mil relativo a despesas executadas por inscritos de restos a pagar não , foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/ST IN-MF e no Acórdão nº 894.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal

ROMÁRIO NUNES THADDEU
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e Auditoria

CLEUVA SILVA SALES DE SOUZA
Secretária de Orçamento e Finanças

24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de maio de 2013.

Processo nº 1272/2013

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa VIVO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.449.992/0183-73, no valor total de R$ 50.700,00, para o período de 12 meses, relativa à prestação de serviços de acesso à internet para computadores do tipo notebook e desktop, por rede de comunicação celular de terceira geração (EDGE+/3G+) ou superior, para 65 acessos.

Des. FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 98, DE 29 DE MAIO DE 2013

O Presidente do Conselho Regional de Biomedicina 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais dessa Autarquia Federal criada pela Lei Federal nº 6.684/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 88.439/1983, com sede na Rua Gervásio Pires n.º 1075 - Soledade - Recife - PE - CEP 50.050-070, em cumprimento ao disposto no Edital publicado no D.O.U n.º 38, Seção 3, pág. 132 - em 25.02.11 e, em cumprimento a decisão do processo n.º 00001951-28.2013.4.05.8300 do Juiz Federal da 2ª Vara/PE Frederico José Pinto de Azevedo, conforme fls. 150/152 e 157/158, convoca para fins de nomeação:

A Srª Amanda Guedes Linhares classificada no cargo de Biomédico Fiscal, a apresentar a documentação descrita no prazo de 30 dias a contar da publicação dessa convocação na sede dessa entidade sito a Rua Gervásio Pires n.º 1075 - Soledade, - Recife - PE - CEP 50.050-070; 01 foto 3X4, Cópia Autenticada do CPF, Cópia Autenticada da Cédula de Identidade, Cópia Autenticada do Título de Eleitor com a comprovação de votação, Cópia Autenticada do PIS, Cópia Autenticada da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B", Cópia Autenticada da Certidão de Casamento se for o caso, Cópia Autenticada do Comprovante de Residência, Cópia Autenticada da Cédula de Identidade Profissional (CRBM2), Cópia Autenticada da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013053100157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício PRE/CDCOI nº 5/2013

Brasília, 29 de maio de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a V. Exª, em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, alusivo ao período de maio/2012 a abril/2013.

Respeitosamente, – **André R. P. V. Damasceno**, Desembargador Vice-Presidente, no exercício da Presidência do TRT da 10ª Região.

Nº 102, quarta-feira, 29 de maio de 2013 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 181

6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 65, DE 28 DE MAIO DE 2013

O EXMO. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2013, na forma constante do anexo.

Des. IVANILDO DA CUNHA ANDRADE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 065/2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2012 A ABR/2013		TOTAL (c) = (a)+(b)
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	502.134,38	1.088,18	503.422,75
Pessoal Ativo	372.940,36	538,44	373.496,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	129.394,22	529,74	129.925,95
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	143.485,64	889,08	144.374,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	7,41	0	7,41
Despesas de Exercícios Anteriores	20.454,27	889,08	21.343,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	123.023,95	0	123.023,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	358.648,94	199,10	359.048,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			621.158.840,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL / TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,05777%	0,00003%	0,05780%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,14456%		948.512,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,13733%		900.611,90
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,13733%		853.211,10

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 27.06.2013, 12h e 30m.

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Foram pagos, R$ 5.897.711,89 e R$ 1.121.809,33 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na UO 71103.
3) No período foi pago o valor de R$ 951.368,69 a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).
4) No período de janeiro a abril de 2013 não houve cancelamento de Restos a Pagar não processados no Grupo de Despesa 1.
5) Não estão contidos no Demonstrativo os seguintes valores: R$ 29.684,06 referentes à Auxílio-Funeral e R$ 18.038,00 referentes à Auxílio-Natalidade.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
Presidente do Tribunal

JOÃO ANDRÉ PEGADO
Diretor-Geral
Substituto

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 13, DE 27 DE MAIO DE 2013

O Desembargador Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 2710/2013, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de maio de 2012 a abril de 2013.

ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	366.317,68	472,73	366.790,41
Pessoal Ativo	271.699,21	435,46	272.134,67
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas com Pessoal Ativo	271.699,21	435,46	272.134,67
Pessoal Inativo e Pensionista	94.818,48	37,27	94.855,74
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	94.818,48	37,27	94.855,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

182 ISSN 1677-7042 **Diário Oficial da União** - Seção 1 Nº 102, quarta-feira, 29 de maio de 2013

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		106.849,12	39.41	106.888,53
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		29.497,17	39,41	29.536,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		77.351,95	0,00	77.351,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		259.908,56	433,32	260.101,88
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				621.158.840,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a / IV) x 100		0,041804%	0,000070%	0,041874%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,104329%			648.049,81
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,099113%			615.646,32
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,093898%			583.243,83

FONTE: SIAFI GERENCIAL -NUCAN/SEORE/TRT 10ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64

2) As despesas liquidadas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R$ 46,05 mil, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto n.º 16/SIAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF e no Acórdão n.º 894/2012 - TCU - Plenário.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada no valor de R$ 3.013,23 mil.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):despesa liquidada no valor de R$ 2.426,36 mil.

5) Despesa de Precatórios da Administração indireta: despesa liquidada no valor de R$ 1.146,56 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados no valor de R$ 7.392,03 mil.

6) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R$ 39.603,34 mil correspondem a contribuição patronal para o RPPS e R$ 138,10 mil a contribuições previdenciárias ao INSS.

7) Não existe saldo na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa 1, no período de janeiro a abril/2013.

Des. ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Presidente do Tribunal
Em exercício

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Diretor-Geral

MARINA AKEMI KATU RODRIGUES
Ordenadora de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno

11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.066, DE 28 DE MAIO DE 2013

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre (maio/2012 a abril/2013).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargador do Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base no art.55, inciso I, alínea "a"da Lei Complementar 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre (maio/2012 a abril/2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	286.222,16	1.967,42	288.189,58
Pessoal Ativo	219.539,27	436,99	219.976,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.683,89	1.530,43	68.214,32
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6 9 . 374,92	1.945 ,28	71.320,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0 ,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0 ,00
Despesas de Exercícios Anteriores	15.705,30	1.945,28	1 7. 65 0,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.669,62	0	5 3 . 669,62
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2 16.847,24	22 ,14	2 16.869,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		-	6 21 . 1 58 . 840 ,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a / IV) * 100	0 0 3 49 0 5 %	0,00000 4 5%	0,0 3 49 0 4 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<a> 0,070980%			4 40 . 898 , 3 4
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) -<b> 0,067431%			4 18.853 , 62
LIMITE DE ALERTA (inciso II do art. 59 da LRF) -<c> 0,063882%			395.808,89

FONTE:SIAFI - SOF/TRT 11ª-23/maio/2013 às 10h30.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

.a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;

.b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) As despesa com auxílio Natalidade e auxílio funeral, no valor de R$ 37.880,16 relativo a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto n. 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF e no Acórdão nº. 894/2014-TCU- Plenário.

3) Despesas com Sentenças Judiciais oriundas da descentralização de crédito - Destaque - nos valores de: Administração Direta = R$ 1.166.738,00; Requisições de Pequeno Valor = R$ 605.927,80 e Administração indireta = R$ 792.045,00.

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR
Presidente do Tribunal

MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ
Diretor-Geral e Ordenador de Despesa

LUANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

JOSÉ CARLOS CUNHA DE CARVALHO
Diretor da Coordenação de Pagamento

JOSÉ DE ARIMATHÉA MATIAS FERNANDES
Diretor do Serviço de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 55, de 2013**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 55/2013/CE

Brasília, 4 de junho de 2013

Assunto: Aprovação do substitutivo

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor, Senador Vital do Rêgo, ao Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Inácio Arruda, que "Institui a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical."

2. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Com referência ao **Ofício nº 55, de 2013**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 86**, do Senador Roberto Requião, referente ao Requerimento nº 1.091, de 2012, de missão, por meio do qual relata participação de reuniões Plenária e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana – EUROLAT, em Santiago – Chile, no período de 22 a 27 de janeiro de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 86/2013

Brasília, 3 de junho de 2013

Assunto: Relatório de Viagem Santiago do Chile

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de minha participação na qualidade de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para participar da VI Sesión Plenaria Ordinaria da Asamblea Parlamentaria Euro-Latinoamericana – EUROLAT, realizada em janeiro de 2013, contendo um resumo de eventos em que participei e autoridades contatadas.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência ao documento em apreço, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião,** PMDB/PR.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Memorando nº 89**, do Senador Flexa Ribeiro, referente ao **Requerimento nº 232, de 2013**, de missão, por meio do qual relata participação na diligência para Acompanhar a Execução das Obras de Belo Monte, em Altamira e em Vitória do Xingu, no Pará, nos dias 4 e 5 de abril de 2013.

O Memorando vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o memorando:

Memo. nº 89/2013-GFLEX

Brasília, 24 de maio de 2013

Ao Presidente do Senado Federal

Assunto: Participação na Diligência da Subcomissão CMABMONTE.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que participei da diligência da Subcomissão para Acompanhar a Execução das Obras de Belo Monte nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, Estado do Pará, nos dias 4 e 5 de abril deste ano.

Atenciosamente, – Senador **Flexa Ribeiro** PSDB/PA.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 96, de 3 de junho de 2013**, do Senador Rodrigo Rollemberg, por meio do qual comunica o cancelamento da diligência com a Comissão Especial Interna – Modernização do Código de Defesa do Consumidor, que se realizaria na cidade de Vitória, Espírito Santo, no período de 9 a 11 de junho, conforme Requerimento nº 509, de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 96/2013-GSRROL

Brasília, 3 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar sem efeito o Requerimento nº 509 de 2013, aprovado na Sessão Plenária de 28 do corrente, haja vista o cancelamento da referida diligência que aconteceria nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2013 na cidade de Vitória, ES.

Atenciosamente, – **Rodrigo Rollemberg** Senador (PSB).

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 147**, do Senador Ricardo Ferraço, referente ao Requerimento nº 341, de 2013, de missão, por meio do qual relata participação em reuniões de trabalho entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasileiro e a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, em Santiago – Chile, no período de 3 a 7 de maio de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GSRFER nº147/2013

Brasília, 3 de junho de 2013

Assunto: Relatório da viagem a Santiago conforme requerimento nº 341/2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, informar que participei dos eventos em Santiago, entre os dias 3 a 7 de maio do corrente ano.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Ricardo Ferraço,** PMDB-ES.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio de Expediente, Relatório de Viagem do Senador Rodrigo Rollemberg, referente ao **Requerimento nº 266, de 2013**, de missão, no qual relata reuniões com lideranças políticas e comunitárias locais e com representantes do setor produtivo, para instruir os PLC nº 147 e 148/2010, nos dias 11 e 12 de abril de 2013.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o expediente:

RELATÓRIO DE VIAGEM

1. COORDENADOR DA MISSÃO

Nome: Senador Rodrigo Rollemberg Matrícula:

2. PARTICIPANTES DA MISSÃO

Nome: Matrícula:

Nome: Matrícula:

Nome: Matrícula:

Nome: Matrícula:

Ato da Diretoria Geral nº 4731, de 2011

Art. 2º.....

§ 1º Havendo mais de um(a) servidor(a), o relatório poderá ser coletivo, desde que seja individualizada a atuação de cada servidor(a) integrante do grupo

PROPÓSITO DA MISSÃO / INDICADOR / META:

Diligência da CMA à região da Serra da Canastra para instruir os PLC nº 147 e 148/2010.

3. ROTEIRO

3.1 - De: Brasília/DF Para: Belo Horizonte/MG

Data de saída: 11 / 04 / 2013 Data de chegada: 11 / 04 / 2013 Cia aérea: GOL Vôo: 9036

3.2 - De: São João Batista do Glória/MG Para: Brasília/DF

Data de saída: 12 / 04 / 2013 Data de chegada: 12 / 04 / 2013 Cia aérea: FAB Vôo:

4. CIDADE: São João Batista do Glória/MG 5. PERÍODO: 11 a 12/04/2013

6. AÇÕES DESENVOLVIDAS: Reuniões com a comunidade, lideranças políticas e comunitárias locais e com representantes do setor produtivo, para instruir os PLC nº 147 e 148/2010, que redefinem os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS: Reuniões realizadas.

DECLARAÇÃO:
Informo que os Tickets de viagem referente ao trecho _____ encontram-se em anexo, conforme Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2008.

6. Relatório entregue em 29 / 05 / 2013

Assinatura do(a) servidor(a) (Coordenador da Missão)

7. De acordo.

__/__/__

Assinatura da Chefia imediata /Matrícula

8. De acordo.

__/__/__

Assinatura do(a) Diretor(a) Secretaria

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição para falar no período de comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Já há um acordo entre V. Exª e o Senador Paulo Paim. V. Exª fala, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável; depois, fala o orador.

Não havendo mais nenhum inscrito, eu me inscrevo para falar como primeiro orador após a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Mário Couto.

Srs. Senadores, companheiras e companheiros, ontem nós realizamos, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, mais uma de nossas tantas audiências públicas que temos realizado na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, esta que é a segunda comissão permanente do Congresso Nacional, ou seja, o Congresso Nacional, Senador Mário Couto, tem apenas duas comissões permanentes: a Comissão de Orçamento e a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. E, neste ano, eu, que estou à frente da

Comissão, exercendo a sua Presidência, juntamente com o Deputado Zequinha Sarney, Relator da Comissão, aprovamos, com o apoio de todos os membros da Comissão, Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados, a nossa programação para o ano. E, dentro dessa programação, está a realização de, pelo menos, uma audiência pública em cada região do País, Senador Paim.

Ontem nós fomos ao Estado do Paraná, vizinho do seu querido Rio Grande do Sul, ambos na mesma região, para debater, basicamente, a questão da produção: a sustentabilidade ambiental e setor agrícola.

Foi uma reunião extremamente produtiva, de altíssimo nível. Lá estiveram conosco a Drª Josileia Zanatta, pesquisadora da Embrapa; o engenheiro coordenador da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Dr. Sílvio Krinski; o Diretor da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Dr. João Luiz Biscaia; e o Dr. Paulo Roberto Castella, Coordenador de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná. Este último, vale salientar, em representação, visto que o Secretário de Meio Ambiente não conseguiu chegar à audiência pública porque ficou retido no aeroporto de Londrina em decorrência do mau tempo naquela região.

Primeiramente, quero dizer da alegria de ouvir tantas concordâncias nas intervenções – e não apenas dos expositores. Várias entidades não governamentais também participaram da audiência pública. E todos com uma convergência muito importante em relação à preocupação com a produção agrícola aliada à preocupação ambiental.

Segundo informações do representante da Secretaria de Meio Ambiente, daqui a pouquíssimo tempo, será lançado, no Paraná, o Cadastro Ambiental Rural, realizado por eles, e, da mesma forma, o estudo que o Estado do Paraná desenvolveu acerca de emissões de gases de efeito estufa, ou seja, o inventário do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, o Estado do Paraná, de acordo com informações, é um dos que têm o maior nível de produtividade no Brasil. E os dados apresentados, que são do conhecimento de quem atua na área, são importantes, Senador Paim. O Brasil é o país que tem o maior percentual de área protegida, além, obviamente, de ser o país que tem a maior floresta tropical do Planeta. Este é um dado muito importante. Afora isso, nós temos o maior percentual de áreas protegidas: 56% do Território Nacional são áreas protegidas ambientalmente. São reservas estaduais, reservas municipais, reservas federais, terras indígenas, APPs, enfim, 56% do território brasileiro.

Outro dado muito importante, de que as pessoas têm de tomar conhecimento: 31% do território brasileiro é utilizado para a produção do setor primário. Desses, 75% – ou seja, de forma absoluta, algo em torno de 25% – são utilizados para a pecuária e somente 7% para a produção de alimentos, para a agricultura. Somente 7%!

Os dados e projeções mostram que, daqui para 2030, o Brasil deverá ter 7 milhões de habitantes.

Chega ao plenário o Senador Blairo Maggi, que foi Governador do Estado de Mato Grosso e que é um grande produtor.

Estou dizendo, Senador, que ontem realizamos uma belíssima audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas no Estado do Paraná. Ouvimos organizações não governamentais, representantes de agricultores, de cooperativas, a Federação da Agricultura. E estou mostrando que o Brasil só ocupa 7% de seu território com a produção de grãos, com a produção de alimentos, e que, daqui a 30 anos, com 7 bilhões de pessoas, a produção deverá aumentar enormemente.

Mas o Brasil está bem posicionado e caminhando de forma correta. O que foi muito destacado ontem e também deve ter sido hoje, pela manhã, durante o lançamento do Programa Safra, que aconteceu na Presidência da República, com a presença da Presidenta Dilma, do Presidente Renan Calheiros e do Ministro da Agricultura –, foi o Programa ABC.

O Programa ABC é um programa do Governo brasileiro que visa à agricultura de baixo carbono. Esse é um programa que tem dado certo. Sem dúvida nenhuma, em conversa que tive, também no dia de ontem, por telefone, com o Ministro Guido Mantega, ele me dizia que o Ministério da Fazenda está muito satisfeito com esse programa, Senador Paulo Paim, e que os recursos deverão aumentar significativamente.

Ou seja, aliar, como é a nossa preocupação, a produção agrícola, a produção de alimentos, à conservação e à preservação ambiental é possível. Não há necessidade de abertura de terras novas para que o Brasil siga produzindo. Não! O Brasil já tem muita área aberta onde pode ser desenvolvida a produção agrícola.

Então, quero cumprimentar todos os expositores e agradecer pela presença na audiência do dia de ontem, quero agradecer a dedicação do Senador Sérgio Souza, que é membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e já foi Presidente desta Comissão e que é quem, de fato, organizou a audiência pública no Estado do Paraná.

Outro assunto importante que tivemos a possibilidade de discutir é o fato de que o Estado do Paraná tem duas importantes leis. A lei estadual que estabelece a política de mudanças climáticas e a lei estadual

que estabelece o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Esta, infelizmente, ainda não existe no Brasil, Senador Paim.

Há um projeto que tramita na Câmara desde 2007. E apensado a esse projeto, do Deputado Anselmo de Jesus, está o projeto de iniciativa do Poder Executivo. Então, não há por que o Congresso continuar protelando.

Minha conversa ontem com o Ministro Guido Mantega foi exatamente para mostrar a ele a importância e a necessidade que o Brasil tem de aprovar essa legislação, porque o desenvolvimento sustentável, ou seja, a produção aliada à defesa ambiental, só será possível se tivermos mecanismos. Então, qual o incentivo que têm hoje os proprietários de terra, os Estados e os Municípios brasileiros de manterem áreas preservadas? Não há nenhum incentivo em relação a essa iniciativa.

Portanto, aprovar o projeto de lei para o pagamento dos serviços ambientais é fundamental, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já concluo minha intervenção dizendo que também é prioridade da nossa Comissão fazer com que seja agilizado o trâmite desse projeto de lei a fim de que possamos aprová-lo.

Por último, Senador Mário Couto, quero encaminhar à Mesa e pedir que V. Exª coloque em votação um requerimento onde eu apresento um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Walter Bautista Vidal.

O Dr. José Walter Bautista Vidal foi uma pessoa com quem eu tive a felicidade de conviver por algum tempo. Por várias vezes, ele esteve conosco em debates quando eu estava na Câmara dos Deputados. Ele faleceu no último dia 1º deste mês, aos 78 anos, aqui, em Brasília.

Estava internado no Hospital Santa Lúcia há dez dias, Presidente Mário Couto. Deixa quatro filhos...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ..., seis netos e dezenas de publicações que compõem um painel dos problemas brasileiros e suas soluções.

José Walter Bautista Vidal era engenheiro com pós-graduação em Física. Foi professor da Universidade Federal da Bahia, da Universidade de Brasília – UnB e da Universidade Estadual de Campinas. Ocupou várias funções de comando em governos estadual e federal; foi primeiro Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia do Brasil, nos governos Ernesto Geisel e José Sarney, na Bahia, aos 34 anos; chefiou, por três vezes, a Secretaria de Tecnologia Industrial, a partir de Severo Gomes, como Ministro, e participou de conselhos nacionais das áreas da indústria, da ciência, da tecnologia, do meio ambiente e da educação, tendo fundado mais de 30 instituições nesses setores. Foi o principal responsável, Sr. Presidente e todos que nos ouvem, pela implantação do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool. Jornalista, escritor de mais de 12 livros, autor premiado, seu livro *De Estado Servil a Nação Soberana* recebeu o prêmio Casa Grande e Senzala de Interpretação da Cultura Brasileira 1987/88. Foi consultor de vários organismos internacionais e coordenou o Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB.

Sem dúvida nenhuma, Bautista Vidal, o criador do Proálcool, deixa um grande legado à Nação brasileira, principalmente aos jovens. Um homem que, além de sua inteligência, de sua capacidade técnica, tinha um compromisso com a Nação brasileira que contagiava qualquer um que com ele conversasse ou que assistisse a uma palestra sua.

Então, aqui fica meu voto de pesar aos amigos, à família, minha gratidão e minha saudade eterna àquele que é um dos exemplos da minha conduta, José Bautista Vidal

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez, peço que seja votado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – V. Exª será atendida, na forma do Regimento Interno da Casa.

Lista de oradores. Primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente do Senado em exercício aqui no plenário da Casa, Exma Srª Vanessa Grazziotin, que participou comigo, hoje, pela manhã, de uma belíssima audiência, na Presidência da Casa, onde foi discutido o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é de nossa autoria, leva o número 7.699 e foi aprovado pelo Plenário em 2006.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, na Presidência da Casa, a Ministra Maria do Rosário, Ministra dos Direitos Humanos, entregou ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, o texto produzido pelo Grupo de Trabalho de Análise do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, aprovado em 2006.

A Deputada Federal Rosinha da Adefal entregou o texto para o Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves.

Esse grupo de trabalho, Senador Mário Couto, foi coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Sua composição estava assim formada: Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ministério Público, juízes, juristas especialistas na área, membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O texto apresentado, complementando o Estatuto por nós aprovado, é fruto de um amplo debate com todos os segmentos da sociedade. O Estatuto, aprovado no Senado em 2006, precisou incorporar novos conceitos trazidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que esta Casa já aprovou com a força de uma PEC, proposta de emenda à Constituição. Essa Convenção, que teve participação fundamental do Brasil em sua elaboração, foi ratificada pelo Estado brasileiro em 2009, o que deu ao documento internacional *status* de emenda constitucional.

O papel fundamental do GT do Estatuto foi analisar o projeto por mim apresentado e incorporar ao seu texto as contribuições trazidas pela Convenção, bem como outras sugestões apresentadas pela sociedade.

Destacamos o empenho de todos que participaram desde GT e gostaríamos de cumprimentá-los pelo excelente trabalho. Ele está muito bom, muito bem embasado, muito bem justificado pelos redatores do grupo, especialistas na área da pessoa com deficiência.

Sr. Presidente Mário Couto, na entrega do texto, estavam presentes, na sala do Presidente Renan, o Senador Renan Calheiros, naturalmente, Presidente da Casa, do Senado e do Congresso, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e a Ministra Maria do Rosário, também já citada.

Também estavam nesse evento os Senadores Wellington Dias, Romero Jucá e Vanessa Grazziotin, a Deputada Federal Rosinha da Adefal, uma militante corajosa, uma militante altiva, uma militante que tem uma deficiência, que é cadeirante, mas que enfrenta e faz o bom combate em defesa de todas as pessoas com deficiência como se não tivesse, pela sua competência, nenhuma deficiência. Inclusive, a Deputada Rosinha é Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pessoa com Deficiência. Também estava lá a Deputada Federal Mara Gabrilli, que foi indicada, pelo Presidente da Câmara, Relatora do nosso projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência. A Deputada Mara Gabrilli também é uma pessoa com deficiência, cadeirante, mas tem uma competência, eu diria, sem igual aqui na Casa.

Estava presente também o Deputado Federal Eduardo Barbosa, que me ajudou muito. Eu me lembro de Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro, um Presidente e outro Relator, quando eu apresentei o Estatuto do Idoso, que hoje é lei. Meu carinho e meu respeito ao Deputado Eduardo Barbosa e ao Deputado Silas Brasileiro. A história quase não fala, pois fala do autor, mas eu sempre haverei de me lembrar do Presidente da Comissão, Eduardo Barbosa, e do Relator, Deputado Federal Silas Brasileiro, pelo excelente trabalho que fizeram na redação final do Estatuto do Idoso, por mim apresentado.

Cumprimento também o Deputado Federal Domingos Sávio, que estava lá, como sempre, o Deputado Federal Carlos Sampaio, que estava lá ajudando com ideias, o Deputado Federal Marcio Bittar e o Deputado Federal Luiz Nishimori, todos colaborando para que o Estatuto se torne realidade.

Sr. Presidente, no último dia 10 de maio, o Grupo de Trabalho que analisava o projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência concluiu a sua tarefa.

O Grupo apresentou uma proposta de texto que alinha o documento por nós apresentado aos novos princípios e conceitos trazidos, como eu dizia, pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Mais uma etapa foi cumprida. Debruçaram-se sobre o texto do Estatuto especialistas, juristas, como eu dizia antes, Ministério Público, Conade, Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e membros do Congresso Nacional. Repito: foi uma dezena de encontros em que os participantes do GT analisaram, com profundidade, a vida dessas pessoas especiais; e ali analisaram as questões de acessibilidade, educação, saúde, trabalho, habilitação, reabilitação e, principalmente, eu diria, cidadania.

Dentro desses eixos, foram introduzidos avanços importantes, como capacidade legal de pessoas com deficiência mental e intelectual; responsabilização pela construção da acessibilidade em calçadas, prédios, ruas, ônibus, carros, enfim, pela acessibilidade a que todos devem ter direito para poder transitar. Como alguém disse, não é só arrumar onde trabalhar, mas como chegar lá.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, entre os itens analisados neste último encontro, esteve o das tipificações penais para o descumprimento da legislação pertinente, para que ninguém diga que é mais uma lei para não ser cumprida. Pelo contrário, os estatutos, todos, até o momento, estão sendo cumpridos. Claro que não na íntegra, mas avançamos muito em relação às leis esparsas que tínhamos no País antes dos Estatutos do Idoso, da Igualdade, da Pessoa com Deficiência; agora, caminhamos também com o Estatuto do Motorista, o Estatuto da Juventude, o Estatuto

da Cidade e tantos outros que o Congresso aprovou e com outros que uma Casa aprovou e que a outra está debatendo.

Também foi analisado outro item importante na reunião: o trabalho. A lei que estabelece cotas no preenchimento de vagas nas empresas por pessoas com deficiência terá modificações importantes, o que vai melhorar tanto para quem é empregado como para quem é empregador.

De acordo com o texto proposto, as empresas que têm de 50 a 100 empregados precisarão empregar pelo menos uma pessoa com deficiência. É importante determinar que as pequenas e médias empresas adotem essa postura, tendo em vista que a maioria dos empregos no País está nas empresas desse porte.

A proposta também trouxe uma alternativa para as empresas que, comprovadamente, não encontram pessoas com deficiência habilitadas e qualificadas para ocupar os cargos preenchendo a política de cotas. Essas empresas terão possibilidade de investir em habilitação, reabilitação e qualificação, até que os candidatos consigam cumprir o preenchimento das vagas previstas em lei; e, para isso, o Estado ajudará.

Mas é preciso lembrar que essa alternativa é temporária.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A autorização para que as empresas adotem essas medidas compensatórias deverá ser revista no prazo de cinco anos.

Sei que muitos empresários estão ouvindo, neste momento, a minha fala.

Estamos criando aqui uma alternativa para aquelas empresas que não têm forma de cumprir a política de cotas, porque, naquela região, inclusive, não existem deficientes correspondentes ao número de cotas. Eles terão cinco anos para se adaptar, para haver integração e para a própria formação das pessoas com deficiência, com a ajuda financeira do Estado.

A entrega da proposta do texto à Ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, ocorreu em um clima, eu diria, de emoção e de sensação do dever cumprido. Com o texto, Sr. Presidente, foi entregue à Ministra um relatório em que foram feitas justificativas...

(Interrupção de som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...de cada alteração ali proposta.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ambos os documentos também foram entregues ao Presidente do Senado e, consequentemente, aos membros do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero registrar, mais uma vez, que o GT manteve nesses encontros muitos momentos bonitos, e, ao fim de cada um deles, eu trazia para a tribuna um registro sobre o andamento dos trabalhos.

Nesses registros, ressaltei sempre a importância do grupo e agradeci, como sempre faço, novamente, o empenho de todos na produção de uma proposta ao mesmo tempo atual e que não perdeu de vista as conquistas alcançadas pelos movimentos das pessoas com deficiência ao longo das suas vidas.

Mais uma vez, meu muito obrigado a esse grupo seleto de pessoas, de profissionais que deram as mãos e colocaram...

(Interrupção de som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...na redação do estatuto, o seu conhecimento, a sua alma, o seu coração.

Agradeço sua dedicação, seu empenho, sua preocupação em ampliar direitos, promover a igualdade, dar acessibilidade aos serviços e às ações humanas.

Que bom, Sr. Presidente, que bom ver, depois de mais de uma década, o projeto que apresentei, instituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, enfim ser encaminhado para votação definitiva nas duas Casas.

Por incrível que pareça, temos, sim, que repetir, repetir quantas vezes forem necessárias, as palavras do grande Martin Luther King, que dizia: "O sonho, o sonho será realidade."

Esse cenário que nos foi brindado hoje, repito, é bom, é bom, é bom. É bom para a democracia.

(Interrupção de som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estamos vendo, Sr. Presidente, o Executivo, em parceria com o Legislativo, construindo leis para o nosso povo. Que bom poder afirmar que as leis aprovadas não foram só fruto de medidas provisórias. Iniciativas de Parlamentares também são valorizadas. Eu mesmo dou o testemunho: que bom lembrar e dizer que foi assim que surgiu a Lei do Salário Mínimo, a Lei dos Autistas, a Lei das Cotas, a Lei dos Comerciários, a Lei dos Motoristas, a Lei dos Vigilantes, a Lei dos Carteiros, a Lei do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade, do Estatuto da Juventude, a profissão de motorista, e agora o Estatuto da Pessoa com Deficiência. E eu diria sobre a importância da aprovação por esta Casa da PEC das Domésticas, a Ficha Limpa, a Lei do Aviso- Prévio Proporcional e, repito, o próprio Estatuto

da Pessoa com Deficiência, com mais de trezentos artigos, beneficiando mais de 45 milhões de pessoas.

(Interrupção de som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esperamos muito, Sr. Presidente – e aqui termino –, que, até o dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, o Estatuto seja aprovado na Câmara e no Senado. E, oxalá nesse dia, 21 de setembro, início da primavera, a Presidenta Dilma assine a sanção do mesmo.

Enfim, a você, companheira Deputada Mara Gabrilli, indicada Relatora: sei que você fará um esforço gigantesco para que, ainda este ano, possamos festejar com todos o Estatuto e dizer: agora, sim; agora, sim; agora é lei. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é real.

Agradeço, como sempre, a tolerância de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Parabenizo V. Exª pelo trabalho que realiza neste Senado Federal, principalmente para aqueles que precisam da mão de um Senador da República.

Não há nenhum Senador inscrito para uma comunicação inadiável. Não há também nenhum Senador inscrito para usar o horário de Liderança. Assim, chamo o Senador Cyro Miranda, que permutou com o Senador Cristovam Buarque.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mário Couto, que preside neste momento esta sessão.

Srªs e Srs. Senadores, Rádio e TV Senado, Agência Senado, senhoras e senhores, tenho ressaltado nesta tribuna que a Presidenta Dilma Rousseff não corresponde à imagem de boa gestora que criaram em torno dela. Se a maior preocupação da Presidente é a reeleição, ela ainda não se deu conta de que está comprometendo a estabilidade econômica do Brasil.

À medida que o quadro econômico de 2013, Sr. Presidente, compõe-se, e alcançamos a metade do segundo trimestre, a gestão econômica do Governo Dilma dá sinais claros de incapacidade para estimular o crescimento e conter a inflação. Crescimento econômico de 0,6%, no primeiro trimestre, é um banho de água fria no otimismo do Governo. E olhem que esse índice só não foi pior porque tivemos a força costumeira do agronegócio.

Quando se considera o aumento da inflação, a alta do dólar, a diminuição do superávit primário e o recuo da indústria, o quadro que se delineia para 2013 não é nada esperançoso. A reação do Governo, lamentavelmente, foi péssima.

Capitaneada pelo Ministro Mantega, mestre em previsões erradas, e com o submisso Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a equipe econômica vai perdendo controle da situação e parece ter apenas um mecanismo para tentar dominar a inflação: a alta dos juros. O fato é que, hoje, a previsão para o crescimento do PIB, com todo o otimismo possível, não deve superar 2%, a menos que haja um milagre.

Em relação à inflação, a média das projeções medida pelo IPCA continua em 5,8% para 2013 e 2014. Centro da meta, em torno de 4%, nem pensar! Ninguém no Governo fala mais disso! Ao contrário das expectativas, a inflação não cedeu ao aumento da taxa Selic do início do ano, e os 8% estabelecidos pelo Copom não devem dar o resultado esperado. Nem com o tomate fora de cena a inflação caiu. Nesse ritmo, a Selic deve ficar bem acima das previsões anteriores: 8,25% para o final de 2013. Para 2014, quem arriscaria uma previsão? Será que vamos voltar aos patamares de juros impensáveis que eram praticados no Brasil?

Ora, é evidente que há algo errado na política econômica do Governo. As medidas para conter a inflação são insuficientes. A equipe econômica está presa numa armadilha. Não consegue se mexer. A Presidenta Dilma, Senador Aloysio, vai perdendo o controle sobre a política econômica.

O efeito dessa letargia sobre os setores produtivos é nefasto. O Instituto Valor Data constatou que, entre duzentas e trinta e oito empresas não financeiras, as despesas cresceram mais que as receitas. Repito, Sr Presidente: as despesas cresceram mais que as receitas. A consequência é óbvia: o lucro desse grupo caiu em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior. É o resultado da complacência do Governo diante da inflação, que faz as despesas crescerem mais rapidamente que o eventual aumento da demanda, gerada pelos incentivos governamentais. Os lucros retidos são a fonte mais importante do investimento. Se esses lucros são corroídos pela elevada inflação, o resultado não poderia ser outro: o Brasil já caiu no círculo vicioso da inflação.

A sociedade, nesse contexto, já sentiu o impacto no orçamento doméstico. Em particular, a classe média. São cortes para todos os lados: lazer, escola, viagem e assim por diante. Se a classe média, principal força motriz da economia, coloca o pé no freio, o País como um todo diminui o ritmo e faz o PIB cair.

Mas, Sr Presidente, é fundamental dizer neste Plenário que o Governo da Presidenta Dilma está errado na condução da economia e pode destruir a estabilidade econômica construída desde o Plano Real.

Os dados da inflação de 2012 de alguns importantes países da América Latina, por exemplo, mostram que a taxa brasileira foi bem mais alta. Esses países têm em comum com o Brasil o fato de serem exportadores de *commodities*. Portanto, estão sujeitos aos humores da crise financeira internacional. Ainda assim, o México teve inflação de 3,57%; o Peru, de 2,65%; a Colômbia, de 2,4%; e o Chile, de 2,1%, bem mais baixa que a inflação brasileira. Aqui, a inflação só não foi o dobro da mexicana, mas esteve pelo menos duas vezes acima dos demais vizinhos ou parceiros sul-americanos.

Alguns economistas justificam a inflação pelo choque de oferta. Por isso, a inflação não responderia ao aumento da taxa Selic. Só esse argumento já invalida o principal instrumento de controle da inflação apresentado pelo Governo Dilma: o próprio aumento dos juros.

O problema da inflação brasileira é muito mais complexo, e o Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, tem a obrigação de exigir explicações adequadas da equipe econômica sobre o fenômeno inflacionário.

Sr. Presidente, eu não acredito que o Ministro Mantega não saiba dos verdadeiros fatores que compõem a inflação brasileira. Não acredito, muito menos, que o Presidente do Banco Central também não conheça a verdade dos números, e menos ainda que a Presidenta Dilma desconheça o quadro real da economia brasileira.

Mas por que então os Srs. Mantega e Alexandre Tombini insistem nesse costumeiro lengalenga quando comparecem ao Senado? Para mim, o Governo da Presidenta Dilma não está de fato preocupado em vencer a eleição. A única meta a tentar é a reeleição.

A Presidente sabe o que deveria ser feito, mas não tem ousadia nem audácia para fazer o que o Brasil precisa. Para controlar a inflação, seriam necessárias medidas bem mais enérgicas. O corte deve começar por essa enorme máquina pública, que onera o contribuinte e o setor produtivo, para arcar com custos de R$58 bilhões ao ano.

Em 2002, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, havia 24 ministérios ou secretarias com esse *status*. O Presidente Lula elevou o número para 37, e agora a companheira Dilma achou que era pouco e cria mais duas. Hoje são 39 ministérios ou órgãos com essas condições. Desde Fernando Henrique, houve um aumento na máquina pública da ordem de 60%. Para uma Presidente que se diz boa gestora, não é impensável? Qual é o argumento minimamente razoável para a máquina pública crescer dessa forma?

Os números são impressionantes. De acordo com matéria publicada no jornal *O Globo*, sob o título "Gigante Caro", no total, o orçamento para custeio de toda a engrenagem federal chega a R$377,6 bilhões. Aí estão incluídos, por exemplo, órgãos técnicos, empresas públicas, universidades, escolas e institutos técnicos federais. É um valor, Srªs e Srs. Senadores, que representa mais do que o PIB de países como Peru, Nova Zelândia ou Marrocos. Aí vêm o Sr. Mantega e o Sr. Tombini tentar convencer o Senado de que a inflação está sob controle, e a Presidente diz que está firme no mesmo propósito. É tudo uma grande encenação, um teatro, com um final que pode colocar em risco todo o esforço empreendido desde a implantação do Plano Real por Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil não pode se curvar diante de um projeto de governo em detrimento dos interesses maiores da Nação. O Brasil quer o crescimento sustentável, o crescimento duradouro, sem inflação, com uma educação pública de qualidade, segurança...

(Soa a campainha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ... e assistência médica e hospitalar, um país planejado, um Ministério da Fazenda, um Banco Central com planejamento a longo prazo, e não como nós estamos assistindo até agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Não há nenhum Senador inscrito para uma comunicação inadiável, que seria a ordem, nem para falar como Líder. Então, continuamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Fora do microfone*). Comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito esta janela aberta pelo Regimento Interno, para exprimir uma profunda preocupação que tenho em relação à situação que vejo se agravar a cada dia da questão indígena no nosso País.

O noticiário dá a ideia de um movimento fora de controle. Os episódios vividos recentemente no Estado do Mato Grosso do Sul, com invasões e ocupações irregulares de terras, desrespeito de ordem judicial, intervenção desastrada da Polícia Federal e reiteração de novas ocupações, agora em outros Estados, como o Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, na sequência de episódios já vividos no Estado tão bem representado por V. Exª, o Estado do Pará, me dão a ideia de um tema que escapou do controle dos órgãos governamentais e que escapou do controle da Justiça.

E, quando digo que escapou do controle dos órgãos governamentais, coloco um ponto de interrogação sobre o papel da FUNAI nesse processo. Será que esse movimento todo teria sido viável, se não tivesse alicerçado numa estrutura minimamente coordenada, uma corrente ideológica instrumentalizando nessa estrutura administrativa? Qual o real papel da FUNAI nesses episódios? Seguramente, a FUNAI é um órgão protetor e tutelar, mas pergunto, Sr. Presidente, se a FUNAI não estaria ultrapassando o seu papel de tutela para o papel de suporte de um movimento geral de contestação à ordem jurídica do nosso País.

O risco que vivemos é o fogo sair do controle do aprendiz de feiticeiro.

Vejo com enorme preocupação a possibilidade já concreta do alastramento de conflitos, do aumento das tensões no campo, do desrespeito não apenas aos direitos daqueles que são legítimos proprietários de suas terras, mas também aos direitos das comunidades indígenas de viver em paz, em territórios demarcados com o mínimo de segurança jurídica Este desejo de paz e de estabilidade não se compadece com a fúria demarcadora incessante levada a efeito pela FUNAI.

Recentemente a Presidente da República, em visita ao Estado do Paraná, anunciou que haveria novos interlocutores nesse processo. Outros órgãos governamentais, além da FUNAI, estariam sendo chamados para opinar, especialmente na questão da demarcação das terras indígenas. Faço votos de que isso ocorra, de que haja um pouco mais de sensatez e de realismo nesses processos decisórios e de que sejam afastadas correntes ideológicas que querem ver, literalmente, o circo pegar fogo.

Para expressar essa preocupação, Sr. Presidente, é que tomo a palavra neste momento...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...sabendo que teremos que levar essa questão aos órgãos competentes do Senado.

Existe, tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, projeto de lei de autoria do Senador Paulo Bauer, nosso colega de Bancada, que procura reformular todo o processo decisório da demarcação de territórios indígenas.

Digo a V. Exª e à Casa que tomarei a iniciativa, já a partir da próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, de convidar para audiência pública vários órgãos do Governo – a FUNAI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Casa Civil –, para que possamos ter um debate a profundo sobre esse tema, que é motivo de enorme preocupação não apenas minha, mas também de todos os brasileiros que querem viver em um país em ordem e em paz.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Vamos à lista de oradores.

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Está ausente.

Senador Alvaro Dias, com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Enquanto o Senador Alvaro se dirige à tribuna, eu queria endossar a manifestação do Senador Aloysio Nunes Ferreira e dizer também que quero firmar esse requerimento dessa audiência pública, porque no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o problema está se agravando, a despeito das notícias de que houve a suspensão das demarcações das terras indígenas.

Existem alguns Municípios, como o Município de Getúlio Vargas, onde um exemplar servidor público, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Rudinei Candeias, fez um estudo antropológico profundo com historiadores, com toda a área, mostrando que não haveria condição de haver.

Nós reconhecemos todo o direito dos indígenas, queremos a pacificação, queremos um país com tranquilidade para que produtores e indígenas convivam harmoniosamente.

Houve a interrupção da Rodovia 285, casualmente da minha cidade até a cidade de Passo Fundo e Mato Castelhano, e um agricultor foi atingido. E não é bom esse clima de intranquilidade. O Brasil precisa de paz para continuar dando esse salto de qualidade, sendo um protagonista mundial. E precisa mostrar ao mundo que também é pacífico nessa relação entre a comunidade indígena e os produtores rurais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Couto. Bloco/PSDB – PA) – Muito bem Senadora Ana Amélia. Está registrado o seu pronunciamento em relação à fala do Senador Aloysio.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mário Couto.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiramente a minha saudação aos paranaenses que nos honram com as suas visitas na galeria de honra do Senado Federal. São vereadores do sudoeste do Paraná, uma região extremamente politizada do nosso Estado, Senadora Ana Amélia, habitada por muitos gaú-

chos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. São vereadores que estão em Brasília em missão política, trazendo reivindicações ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para o atendimento a esta região de grande importância no Estado do Paraná, o sudoeste do nosso Estado, uma região competente, produtiva, politizada. que merece as atenções do governo Federal e do Congresso Nacional.

Dito isso, Sr. Presidente, com essa homenagem que faço aos amigos paranaenses, refiro-me ao discurso de ontem, quando protestamos aqui, em nome da oposição, em razão de um decisão do Itamaraty, ou seja, do Governo e da Presidência da República de tornar sigilosos os gastos da Presidente da República e do Vice-Presidente com viagens ao exterior.

Consideramos uma medida inusitada, que afronta a sociedade porque a desrespeita, uma vez que implica gastos com o dinheiro público que passam a ser desconhecidos da população brasileira.

Não poderíamos, de forma alguma, aceitar como algo oriundo de um governo democrático. Certamente a transparência é essencial na democracia. Sem transparência não há lisura de procedimentos, não há ética e não há respeito por quem paga impostos no País.

Pois bem, coincidentemente, ontem, recebi uma resposta ao pedido de informações referente à viagem da Presidenta Dilma a Roma, na Itália, por ocasião da entronização do Papa Francisco.

Naquela oportunidade, a imprensa internacional destacou, com impacto e surpresa, os gastos exorbitantes realizados pela comitiva presidencial à Itália. Segundo a imprensa internacional – não foi apenas a brasileira –, Dilma optou por um hotel de luxo, com uma comitiva que alugou 52 quartos e 17 carros, numa viagem de apenas três dias, para um único compromisso oficial. As despesas suplantaram a casa dos R$324 mil apenas com hospedagem. O Governo brasileiro desembolsou 324 mil com hospedagem e salas de apoio para a comitiva de Dilma Rousseff em Roma, conforme informou o Itamaraty à imprensa.

Esse requerimento de informações que encaminhamos ao Governo continha 16 perguntas. Entre elas: quais foram os custos com diárias, detalhar por pessoa? Quantas aeronaves oficiais foram utilizadas para o deslocamento? Qual foi o gasto com cada aeronave? Passagens aéreas foram utilizadas? Veículos? Quantos veículos foram utilizados? Porque a imprensa divulgou que veículos foram utilizados. Houve gastos realizados por meio de cartão corporativo? Havia previsão orçamentária para os gastos com essa viagem? Qual a origem dos recursos? E etc. São 16 perguntas.

Pois bem. Nós recebemos a resposta. Na verdade, não recebemos resposta a pergunta alguma. O que recebemos do Sr. Secretário da Presidência da República foi a justificativa para não responder.

Diz ele:

> Atenta-se para o fato de que foi conferida publicidade a alguns atos administrativos relacionados ao deslocamento da Senhora Presidente da República, da Comitiva Oficial e das equipes de apoio, como exemplifica o decreto que define a Comitiva Oficial. No entanto, as questões enumeradas pelo requerimento, itens 1 a 16, não são do conhecimento e do domínio da Secretaria-Geral da Presidência.

Eu indago: mas são de conhecimento de quem no Governo? Seria do conhecimento da Presidência da República? Mas se a Secretaria-Geral da Presidência da República, que lidera a organização de uma viagem como essa a Roma, não tem conhecimento das despesas, dos gastos, não pode responder às indagações do Senado Federal, quem poderia responder a essas indagações?

A resposta é menosprezo ao Senado. A resposta que não responde é descaso ao Senado Federal. É exatamente a ausência de respostas que justifica a decisão do Itamaraty de considerar sigilosas as informações sobre viagens passadas e futuras. E, pasmem, viagens futuras, até 2014 ou 2018, se ocorrer a reeleição da Presidenta Dilma.

Essa decisão foi veiculada pelo *site* IG, no final de semana. Uma decisão surpreendente considerar informações sigilosas aquelas que dizem respeito a viagens oficiais da Presidente da República e do Vice-Presidente da República ao exterior.

Aonde vamos parar com essa ausência de transparência? Já não bastam os cartões corporativos, com gastos sigilosos, especialmente da Presidência. Ninguém no País pode saber onde estão sendo gastos os recursos que são utilizados através dos cartões corporativos da Presidência da República. Agora também não poderemos saber dos gastos com viagens da Presidente.

Quero aproveitar o tempo que me resta, Sr. Presidente, para fazer referência a um documento muito importante, que é o parecer prévio das contas do Governo, um documento do Tribunal de Contas da União. Se eu lesse o documento, imaginariam que estaria proferindo um discurso de oposição ao Governo, um discurso crítico, oposição frontal ao Governo do PT. Se eu o lesse e não contasse tratar-se do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

Mas é o parecer prévio. Portanto, insuspeito. Retire-se o eventual vício oposicionista. Não vou ler

todo o parecer. Vou pedir a V. Exª que autorize a sua publicação.

> *Chamo a atenção, contudo, para o fato de que 2012 foi o terceiro ano consecutivo em que a inflação superou o centro da meta, fixado em 4,5%. A continuidade dessa situação pode indicar aos agentes econômicos que a autoridade monetária está sendo complacente com índices de inflação mais elevados. Isso representa um risco para a manutenção da estabilidade econômica duramente conquistada nas últimas décadas* [é a palavra]*, principalmente em razão da memória inflacionária calcada no recente histórico de hiperinflação do País.*

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Um pouco mais.

> *Por sua vez, a Dívida Líquida do Setor Público aumentou 41 bilhões de reais, atingindo o patamar de 1,5 trilhão. A despeito do aumento nominal, houve uma diminuição de um ponto percentual na relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB, que ficou em 35%.* [Com a queda do PIB verificou-se essa redução.]
> *Comportamento diverso, todavia, ocorreu com a Dívida Bruta do Governo Geral, que chegou a 2,6 trilhões de reais. Esse montante corresponde a 59% do PIB, refletindo um avanço de 4,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior.* [A gestão fiscal é claudicante.] *Com relação à gestão fiscal, buscou-se examinar a forma com que se deu o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO. Observou-se que a União obteve superávit primário de 85 bilhões de reais. Esse valor foi inferior à meta inicialmente estipulada, de 97 bilhões.*
> *Contudo, a própria LDO permitiu que a União deduzisse da referida meta o total das despesas executadas no âmbito do PAC, que somaram 39,3 bilhões de reais. Com essa dedução, a meta de superávit primário da União foi reduzida para 57,7 bilhões, e o seu cumprimento se deu com folga de 27,3 bilhões de reais.*
> *Entre os fatores que contribuíram para o alcance da meta reduzida, destacam-se: a limitação do empenho e movimentação financeira, no valor de 25 bilhões de reais; a postergação de pagamentos, via restos a pagar, de até 82 bilhões de reais; e determinadas receitas extraordinárias de 22 bilhões de reais.*

Sr. Presidente, há aqui, neste relatório, alguns pontos essenciais sobre transportes, por exemplo.

> Os investimentos do governo federal na função Transporte, incluindo o orçamento de investimentos das estatais e o gasto tributário, situam-se no percentual de 0,5% do PIB, bem inferior aos investimentos de outros países emergentes, que investem de 4 a 6% do PIB.

Aí se explica o colapso logístico existente no Brasil, um colapso que produz um prejuízo de cerca de US$83 bilhões anualmente. Há ausência de investimentos, apenas 0,5% do PIB.

Eu poderia também, Sr. Presidente, se o tempo me permitisse, falar sobre saúde. A saúde é um caos.

> Verificou-se o subfinanciamento do setor, em comparação aos gastos realizados por países com modelos públicos de atendimento universais. O Brasil possui a menor participação do Estado no financiamento dos gastos totais com saúde, da ordem de 44%. Esse percentual é pouco mais que a metade do investido pelo Reino Unido e Suécia, cujos percentuais são superiores a 80%, assim como pela França, Alemanha, Espanha e Canadá, que investem mais de 70%.
> [...]
> *No exercício de 2012, foi constatada uma baixa execução de importantes ações do setor, relativamente às metas previstas para o período de 2012–2015.*

Saneamento básico, que também diz respeito à saúde da população – estou agora concluindo, Sr. Presidente –:

> O baixo percentual de municípios brasileiros com tratamento de esgotos, identificado em pesquisa de 2008, ilustra o tamanho do desafio que o país busca superar na área de saneamento.
> *Analisando o grau de execução do PAC 2 nessa área, verifica-se que, até o 6º Balanço, das 5.320 ações previstas para o fim do período, somente cerca de 10% estavam concluídas, encontrando-se aproximadamente 70% delas nos estádios "Em obra" ou "Em execução".*

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, este parecer prévio do Tribunal de Contas da União mostra que a propaganda oficial é mentirosa, é uma propaganda enganosa. Este parecer prévio do Tribunal de Contas da União constata a incompetência administrativa que há...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... e, sobretudo, o descaso do Governo com setores essenciais para a vida dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Extratos transcritos do parecer prévio das contas do Governo

O voto do ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge, sobre o parecer prévio das contas do governo é denso e merece ser reproduzido dessa tribuna. Selecionamos alguns trechos. No tocante ao "**Desempenho da Economia Brasileira**" são reprisados fatos e índices conhecidos.

"Em 2012, o desempenho da economia nacional ficou abaixo do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO previu um crescimento do PIB de 5%. No entanto, após o encerramento do ano, o aumento na produção de bens e serviços em relação a 2011 foi de apenas 0,9%. Em decorrência do baixo crescimento, o PIB per capita permaneceu praticamente estável".

"O crescimento da economia foi inferior ao de todos os países integrantes do BRICS. No mesmo período, a China registrou um crescimento aproximado de 8%; a Índia, de 5%; a Rússia, de 3%; e a África do Sul, de 2,5%. Em comparação com os países da América Latina, o desempenho do Brasil superou apenas o do Paraguai, cujo PIB encolheu 1,2% em 2012"

Ao comentar a evolução dos índices de preços, destaco uma advertência feita pelo ministro daquela Corte:

"Chamo a atenção, contudo, para o fato de 2012 ser o terceiro ano consecutivo em que a inflação superou o centro da meta, fixado em 4,5%. A continuidade dessa situação pode indicar aos agentes econômicos que a autoridade monetária está sendo complacente com índices de inflação mais elevados. Isso representa um risco para a manutenção da estabilidade econômica duramente conquistada nas últimas décadas,

principalmente em razão da memória inflacionária calcada no recente histórico de hiperinflação do país.

Por sua vez, a Dívida Líquida do Setor Público aumentou 41 bilhões de reais, atingindo o patamar de 1,5 trilhão. A despeito do aumento nominal, houve uma diminuição de um ponto percentual na relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB, que ficou em 35%.

Comportamento diverso, todavia, ocorreu com a Dívida Bruta do Governo Geral, que chegou a 2,6 trilhões de reais. Esse montante corresponde a 59% do PIB, refletindo um avanço de 4,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior".

No tópico referente à **Gestão Fiscal**, a perda de credibilidade da política fiscal é notória. **Transcrevo a seguir**:

"Com relação à gestão fiscal, buscou-se examinar a forma com que se deu o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO. Observou-se que a União obteve superávit primário de 85 bilhões de reais. Esse valor foi inferior à meta inicialmente estipulada, de 97 bilhões.

Contudo, a própria LDO permitiu que a União deduzisse da referida meta o total das despesas executadas no âmbito do PAC, que somaram 39,3 bilhões de reais. Com essa dedução, a meta de superávit primário da União foi reduzida para 57,7 bilhões, e o seu cumprimento se deu com folga de 27,3 bilhões de reais.

Entre os fatores que contribuíram para o alcance da meta reduzida, destacam-se: a limitação de empenho e movimentação financeira, no valor 25 bilhões de reais; a postergação de pagamentos, via restos a pagar, de até 82 bilhões de reais; e determinadas receitas extraordinárias de 22 bilhões de reais.

Como se percebe, as receitas extraordinárias corresponderam a cerca de um quarto do superávit primário obtido.

Diferentemente da arrecadação usual de tributos e contribuições, fruto do efetivo esforço fiscal do governo, essas receitas extraordinárias decorreram de operações complexas, autorizadas por atos normativos editados, em sua maioria, nos dias 27 e 28 de dezembro. Tais operações, que envolveram o Tesouro Nacional, o Fundo Soberano do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES, foram articuladas por meio de aumentos de capital, aquisições de ações, concessões de empréstimos a empresas estatais, resgates de títulos da dívida pública e antecipações de dividendos.

Como resultado, nas operações com o Fundo Soberano, a União obteve receita primária de 12,4 bilhões de reais. Junto ao BNDES, foram antecipados dividendos trimestrais no valor de 2,3 bilhões de reais. Já a Caixa Econômica Federal destinou à União dividendos no valor total de 7,7 bilhões de reais.

Diante de tal situação, não posso deixar de ressaltar que o histórico recente de mudanças metodológicas e transações atípicas tem comprometido, senão fulminado, a utilidade do resultado primário como indicador oficial básico da situação econômico-financeira do governo. Os números divulgados cada vez menos representam uma real economia de recursos para pagamento dos juros da dívida pública. E o cumprimento da meta vem se reduzindo a mera formalidade.

Nesse sentido, a perda de credibilidade da política fiscal é a mais evidente das consequências, e os seus efeitos negativos sobre a confiança e as expectativas dos agentes econômicos são bem conhecidos por este país".

Análise setorial do Governo: Destacamos apenas alguns pontos:

Transportes

"Os investimentos do governo federal na função Transporte, incluindo o orçamento de investimentos das estatais e o gasto tributário, situam-se no percentual de 0,5% do PIB, bem inferior aos investimentos de outros países emergentes, que investem de 4 a 6% do PIB.

A ausência de planejamento e de capacidade de realização na infraestrutura de transporte pode ser evidenciada pela posição ocupada pelo Brasil nos índices do Relatório de Competitividade Global elaborado pelo Fórum Econômico Mundial.

Importante destacar que esses índices, construídos para um universo de 139 países em 2010 e para 144 países em 2012, são reproduzidos em programas temáticos do PPA 2012-2015, sob a denominação de ranking de qualidade. Neles, o Brasil piorou sua classificação para todos os modais de transporte. Em termos de infraestrutura geral, desceu da posição 84, em 2010, para a posição 107, em 2012.

A baixa execução orçamentária das ações previstas para o setor pode explicar em parte esse quadro. Em 2012, na função transporte, foram empenhados somente 65% dos valores e liquidados 35%. Deve-se esse desempenho basicamente à deficiência ou à desatualização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e dos projetos básicos e executivos dos empreendimentos. O atraso em concessões e na definição de marcos regulatórios também foi fator que impactou os resultados desse segmento.

Por outro lado, ainda que as obras fossem concluídas dentro do prazo previsto, outro problema, que reputo até de maior gravidade, afeta o setor de transportes. Trata-se da ausência, até 2012, de um programa de logística que vise integrar e otimizar a utilização de todos os modais, de forma que o setor possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentado do país, a partir da eliminação dos entraves existentes.

Embora o programa "Transporte Rodoviário" tenha sido contemplado com maior volume de recursos orçamentários na função transporte, sua execução foi de apenas

22%. O DNIT, autarquia responsável pela implementação das ações de transporte rodoviário, vem apresentando deficiências organizacionais e operacionais, já identificadas por esta Corte, que comprometem a gestão das obras e dos projetos, bem como o cumprimento dos investimentos e dos prazos."

Saúde

"Verificou-se o subfinanciamento do setor, em comparação aos gastos realizados por países com modelos públicos de atendimento universais. O Brasil possui a menor participação do Estado no financiamento dos gastos totais com saúde, da ordem de 44%. Esse percentual é pouco mais que a metade do investido pelo Reino Unido e Suécia, cujos percentuais são superiores a 80%, assim como pela França, Alemanha, Espanha e Canadá, que investem mais de 70%.

Além de haver menos investimentos per capita em saúde, no setor público, observou-se que, pelos critérios aplicados às transferências de recursos federais na atenção básica, os municípios que têm reduzida capacidade de oferta de ações e serviços de saúde receberão, também, menor quantidade de recursos, alimentando o círculo vicioso das desigualdades existentes.

No exercício de 2012, foi constatada uma baixa execução de importantes ações do setor, relativamente às metas previstas para o período de 2012-2015".

Saneamento

"O baixo percentual de municípios brasileiros com tratamento de esgotos, identificado em pesquisa de 2008, ilustra o tamanho do desafio que o país busca superar na área de saneamento.

Analisando o grau de execução do PAC 2 nessa área, verifica-se que, até o 6º Balanço, das 5.320 ações previstas para o fim do período, somente cerca de 10% estavam concluídas, encontrando-se aproximadamente 70% delas nos estágios "Em obra" ou "Em execução".

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição no horário de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

Vamos iniciar o revezamento. Está inscrito o Senador Roberto Requião para uma comunicação inadiável.

Com a palavra V. Exª, pelo tempo de cinco minutos, mas pela importância do seu pronunciamento...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Serão cinco minutos e a tolerância de praxe.

SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Mas como seu pronunciamento é sempre importante poderá ter mais.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava até agora preocupado com os nossos vereadores, que poderiam cair na malha fina do Alvaro Dias, já que o Senador estava querendo cobrar deles o recibo do almoço, para ver se gastam mais ou menos do que a Dilma na refeição. Mas acho que já é uma questão superada.

O Brasil perdeu neste domingo, dia dois, um de seus gigantes. Um homem que qualquer nação do mundo, qualquer povo, qualquer governo, qualquer universidade ou centro de pesquisas orgulhar-se-ia de tê-lo como seu filho, professor e cientista. No entanto, sob quase completo silêncio, morreu Bautista Vidal. Do Governo, de sua Casa Civil, que tantos lamentos manifesta com o passamento de brasileiros cuja trajetória não constitui propriamente um exemplo de vida, não ouvimos uma palavra sequer, qualquer homenagem, rigorosamente nenhum reconhecimento.

Poucos brasileiros amaram a sua terra com tanto ardor, com tanta paixão quanto Bautista Vidal.

Tive o privilégio de ser seu amigo. Impressionava-me o seu entusiasmo pelo Brasil, por nossas infinitas potencialidades tropicais, por nossas energias ilimitadamente renováveis contrapondo-se à ditadura do petróleo. Quando começava a falar sobre isso, Bautista iluminava-se, transfigurava-se, parecia levitar.

Normalmente, superficialmente, quando se faz referência a Bautista Vidal, em especial nossa inefável mídia, tende-se a resumir sua biografia à criação do Proálcool, o que não é pouco. Mas o Proálcool é resultado do pensamento de Bautista Vidal sobre energia e desenvolvimento.

E esse pensamento, essa formulação genial abrange todos os aspectos da vida nacional, não se restringe a um programa específico. É um programa para o Brasil Nação.

No entanto, nas referências a Bautista Vidal que os nossos dependentistas faziam, e fizeram agora por ocasião de sua morte, o pensador, o formulador desaparece, não existe. Talvez seja por isso que o Governo Federal silenciou diante da morte de Bautista. Nacionalista, antiprivatista, de uma brasilidade extremada, Bautista deve ser uma lembrança incômoda, embaraçosa e inoportuna a um Governo que está promovendo o maior programa de privatização e desnacionalização da história do Brasil.

De qualquer forma, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma justiça, justiça ao Jornal Nacional, da Rede Globo, que noticiou a morte de Bautista Vidal. Já a TV Brasil, do Governo Federal, nem uma notícia. As condolências ficaram para o Mesquita, do *Estadão*, de São Paulo, e o Civita, da *Veja*.

Obrigado pela oportunidade, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas para me solidarizar com a manifestação de pesar pela passagem de Bautista Vidal, baiano de nascimento, grande brasileiro, grande baiano. Gostaria, portanto, de deixar meu registro de pesar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Está registrado, Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, há três requerimentos de minha autoria sobre a mesa. O primeiro deles é o de nº 168, através do qual solicito informações ao TCU sobre remunerações dos presidentes das federações. Há também o Requerimento nº 201, de 2013, por meio do qual peço ao TCU realização de auditoria contábil e financeira nas confederações. O último requerimento, Sr. Presidente, o de nº 423, de 2013, solicita a criação de uma comissão temporária para analisar o arcabouço jurídico de criação, financiamento, fiscalização e funcionamento de serviços sociais autônomos.

Pediria a V. Exª que os colocasse em votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Já solicitei à Secretaria que os incluísse na Ordem do Dia. V. Exª, logicamente, terá oportunidade, na Ordem do Dia, de pedir a votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É necessário aguardar a Ordem do Dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Lógico, só pode ser votado na Ordem do Dia ou após a Ordem do Dia, nunca antes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Antes da Ordem do Dia não pode?

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Não pode.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – De nada. Imagine. Se pudesse, eu iria tentar fazê-lo, mas infelizmente o Regimento não permite isso.

Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Senador Mozarildo cede a vez ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer o registro, para mim de muita tristeza, do falecimento do meu amigo e Prefeito do Município de Japaratuba, no Estado de Sergipe, Padre Gerard Olivier.

Ele tinha 76 anos de idade. Faleceu ontem, no Hospital São Lucas, em decorrência de um câncer que adquiriu no ano passado e, infelizmente, não resistiu ao seu tratamento.

Padre Gerard estava no quarto mandato como Prefeito do Município localizado no leste do Estado, distante 54km da capital sergipana. Em 1988, ele se elegeu pela primeira vez pelo PMDB e, 10 anos depois, ingressou no PT. Gerard Olivier era chamado pela população de Japaratuba simplesmente de Padre Geraldo.

Nascido em 10 de outubro de 1936 em Tournai, na Bélgica, Gerard Lothaire Jules Olivier é um dos maiores políticos que já existiu na história de Japaratuba e um dos melhores homens públicos do meu Estado de Sergipe. Aprendeu ainda na infância – quando viu membros de sua família serem prisioneiros na Segunda Guerra Mundial – a persistir em seus objetivos, com garra e determinação, sem esmorecer diante das dificuldades.

Descobriu sua vocação para o sacerdócio ao se envolver em movimentos de juventude, através de uma caminhada de engajamento pelos trabalhos desenvolvidos pela Ação Católica, coordenada pelo famoso Cardeal Cardin, que aplicava o método do ver, julgar e do agir. Decidiu, então, entrar para o seminário na Bélgica, ao passo que investia nos estudos, sendo aluno livre de Medicina Tropical e Sociologia pelas Universidades de Lyon, na França, e Louvain, na Bélgica.

Ordenou-se em 19 de março de 1964, transformando-se em um dos primeiros sacerdotes da Bélgica. Depois de ordenado, passou um ano estudando a língua portuguesa na Universidade de Louvain. Foi justamente nesta época que Gerard passou a conhecer um pouco da realidade latino-americana. Parecia que o seu caminho já se direcionava para o Brasil.

Foi designado para o menor Estado do País, o Estado de Sergipe, para trabalhar na paróquia da cidade de Japaratuba.

Chegou no período do regime discricionário para desenvolver um novo trabalho na Igreja, voltado para o social. Encontrou certa resistência por parte dos habitantes nos primeiros meses, mas, com seu jeito simples, humilde e simpático, conquistou a população. O seu sorriso estampado na face era uma característica na sua convivência diária. Em pouco tempo, o Padre Geraldo já conhecia o modo de viver, pensar e até mesmo rezar de seus paroquianos. Mesmo residindo em Japaratuba desde 1965, Padre Geraldo teve ainda a oportunidade de trabalhar nos Municípios de Canhoba e Ilha das Flores, no Estado de Sergipe.

Empenhado em suas funções, ajudou a população de Japaratuba em grandes conquistas, sobretudo em posses de terras. Segundo o próprio Padre Geraldo, com o apoio do Estado, conseguiu angariar oito mil tarefas de terra para a distribuição entre os trabalhadores. Dentre as benfeitorias que realizou, Geraldo também colaborou para a fundação da Cooperativa Agrícola Mista de Colonização Jardim, foi Presidente da Associação de Caridade de Japaratuba e esteve à frente das bandas de músicas Euterpe Japaratubense e Santa Terezinha.

Por ser uma pessoa benquista pelos moradores de Japaratuba, o ingresso na política não demorou acontecer. Atendendo a um pedido do povo de Japaratuba, resolveu iniciar sua carreira.

Começou entrando em contato com todos os partidos, inclusive os de esquerda, e optou pelo PMDB, "pois naquela época era o partido que acolhia, praticamente, toda a esquerda brasileira, todos que não tinham espaço, pois só existiam no Brasil, dois partidos. Quando o PT foi formado, nosso relacionamento foi o mais válido possível", disse Padre Geraldo.

Uma vez inserido na política, continuou com a mesma proposta revolucionária, aplicada em Japaratuba no período em que fez parte da pastoral de Dom José Brandão de Castro. Em 1982, resolveu, finalmente, se lançar candidato a prefeito, mas foi cassado pelas "forças conservadoras", um mês antes da eleição.

Neste mesmo ano, após dois anos de luta, conseguiu se naturalizar brasileiro, após uma análise minuciosa das autoridades federais.

Apesar de não ter conseguido se eleger na primeira tentativa, o Padre Geraldo não desistiu. Em 1988, voltou a se candidatar e venceu a eleição para prefeito de Japaratuba, com a coligação Força Popular. Nascia naquele momento uma forma de governo diferente, voltada para a participação popular e para a democracia. Era a maneira "Gerard de governar".

Nove anos após seu primeiro mandato, padre Geraldo voltou a vencer uma disputa eleitoral no Município que o acolheu. Em janeiro de 2001, iniciava-se a gestão "Dignidade e Esperança". No ano de 2004, disputou a reeleição logrando êxito e vencendo nas urnas. Passou a dar continuidade ao seu trabalho na administração "Com Paz, Dignidade e Esperança". E no ano de 2010 foi candidato outra vez e se elegeu ao lado de Hélio Sobral, seu Vice-Prefeito, que agora comanda os destinos do Município, por determinação do destino. Ele venceu a eleição com dignidade, com força e coragem, enfrentando uma campanha já se sentindo adoentado, mas, como tinha um grande compromisso com a população de Japaratuba, não desistiu de sua candidatura e continuou a sua luta.

Eu quero neste momento, Sr. Presidente, mais uma vez, manifestar ao Padre Geraldo, aos seus amigos, à sua família, aos seus eleitores, aos seus admiradores o nosso mais sentido pesar e a nossa gratidão eterna pelo que fez pela política em Sergipe, política de renovação, de trabalho, comprometida com o social. E também pelos compromissos que cumpriu com o nosso Partido, o PSB, em todas as eleições em que fui candidato ao Senado da República. Que Deus o tenha em bom lugar!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Srª Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Solicito a V. Exª minha inscrição (*Fora do microfone.)* como Líder, no horário da Liderança, pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – V. Exª já está inscrita.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Vamos agora permutar. Vamos chamar um Líder: Senador Paulo Davim.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Brasil vive um momento de um intenso debate na sociedade sobre a possível ou eventual vinda de médicos estrangeiros para trabalhar no País, nos lugares onde existe certa dificuldade em levar médicos para atuar. Acho esse debate de extrema importância, e ele não pode jamais ser banalizado.

As entidades médicas do Brasil – Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Federação Nacional dos Médicos, Associação dos Médicos Residentes –, o conjunto de estudantes de Medicina no Brasil e os médicos em geral, os mais de 390 mil médicos do Brasil, em nenhum momento, têm uma postura xenófoba. Nós médicos não temos nenhuma posição contrária à vinda desses profissionais para atuarem no Brasil.

No entanto, existe, no Brasil, um exame, a exemplo do que existe em outros países do mundo, chamado Revalida; um exame que faz a avaliação desse profissional antes que ele receba a autorização do Governo para exercer a sua profissão em território nacional. Essa é uma forma de proteger a sociedade de eventuais profissionais que não tenham boa formação ou até mesmo de profissionais que se dizem médicos, e não o são, de fato. No Brasil, isso é muito comum. O Conselho Federal de Medicina tem inúmeros, milhares de casos de charlatanismo; pessoas que se dizem médicos e que não são médicos; que não terminaram a formação ou nem sequer tiveram, mesmo que incompleta, a formação de médico, mas que se apresentam como tal e, muitas vezes, são contratados pelo serviço público.

Esse é o exame mínimo necessário, da mesma forma que a OAB faz o seu Exame de Ordem. E a entrada no Brasil de profissionais que não sejam submetidos, minimamente, a essa avaliação coloca em risco a sociedade, porque nós não temos certeza da formação desse profissional. Não sabemos se ele está afeito às particularidades regionais, se tem conhecimento da epidemiologia do Brasil. O Brasil é um país continental que tem particularidades regionais do Nordeste, do Norte, do Sul, do Centro-Oeste. Existe a barreira da língua. Inclusive, em outros países, solicitam até mesmo a proficiência no idioma. Seria como se aceitássemos advogados sem passar pelo exame de Ordem; seria como se aceitássemos servidores públicos sem concurso público. Há o risco!

E nós, sabendo da importância de se interiorizar o atendimento à saúde. Queremos isso; não temos nenhuma postura xenófoba. Que sejam bem-vindos os bons profissionais, venham de onde vierem! Mas há a necessidade de proteger a sociedade contra profissionais mal formados.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Há o argumento de que, em outros países, o percentual de médicos estrangeiros é muito maior do que no Brasil. Por exemplo, na Inglaterra, gira em torno de 30%. Agora, precisa ser dita a versão por inteiro. Esses profissionais, todos eles, entraram mediante exame de revalidação em qualquer país do mundo. E dou sempre um exemplo: o Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Dr. Roberto D'Ávila, é de família portuguesa, os avós são portugueses, ele é casado com uma portuguesa, fez doutorado em Portugal, quer receber a carteira da Ordem dos Médicos de Portugal; entretanto, terá que se submeter ao exame da Ordem dos Médicos de Portugal.

Eles não aceitam...

(Interrupção de som.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eles não aceitam, por hipótese alguma, a entrada desses profissionais se não forem submetidos a exame de ordem.

Então, Sr. Presidente, acho que tem que ser feito um debate esclarecedor. Acho que esse diálogo com as entidades médicas precisa ser aprofundado. Não se pode fazer um debate acalorado, emocional, que seja mesclado com outros interesses que não o de oferecer à sociedade brasileira a assistência médica necessária – e é o que procuramos.

Temos opções? Claro que temos. A carreira de Estado é uma delas. E é isso que defendemos. Nunca faltarão no interior do Brasil promotores, juízes. Nenhum jovem se negará a ir para o interior ao ser aprovado num concurso de magistratura ou do Ministério Público, porque eles têm uma carreira de fato. Da mesma forma seria para os profissionais médicos e profissionais de todas as áreas.

Portanto, Sr. Presidente, esse debate que está sendo travado na sociedade é importante. Porém, não podemos jamais mudar o foco. De repente, responsabilizar ou culpabilizar o médico, a figura do médico, pelas condições da saúde no Brasil. Isso é injusto! Nós precisamos aumentar, alargar esse debate. E esse debate sobre a ausência de profissionais médicos no interior do Brasil passa, sobretudo, pelo subfinanciamento do setor público de saúde no Brasil.

É o posicionamento e a nossa preocupação, que externo aqui. Acho que, por mais justo que seja, precisamos ter cuidado, precisamos ter zelo com os profissionais que venham a atuar no Brasil.

Se acho que há saída? Sim. Vamos aprofundar o debate, vamos alargar o debate, procurar as entidades médicas. Não podemos deixar os profissionais médicos e as suas entidades à margem desta discussão.

Portanto, Sr. Presidente, externo aqui minha preocupação. E tenho confiança de que o governo será sensível a essa mobilização que os estudantes de medicina do Brasil inteiro estão fazendo, os médicos do Brasil e as entidades médicas nacionais.

Estamos prontos para auxiliar, estamos prontos para apoiar, mas defendemos o exame de revalidação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Voltamos à lista de oradores.

Senador Anibal Diniz. (*Pausa*.)

Ausente.

Senador Ricardo Ferraço.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demos um outro importante passo, um passo histórico, na regulação do comércio internacional de armas e na promoção de um mundo mais humano e menos violento.

Tenho acompanhado de perto essas negociações por conta das minhas tarefas e responsabilidades à frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Sessenta e dois países, entre os quais o Brasil, assinaram, nesta segunda-feira, ontem, o primeiro tratado que impõe limites à venda de armas convencionais.

O tratado, aprovado por maioria esmagadora na Assembleia Geral das Nações Unidas, dois meses atrás, foi aplaudido por organizações de direitos humanos e de controle de armas de todo o mundo.

Em linhas gerais, o objetivo é impedir que armamentos sejam vendidos para ditadores ou grupos rebeldes que violem a regra básica dos direitos humanos. Isso inclui desde armas leves, de pequeno porte, até mísseis, navios e tanques de guerra.

É extremamente positivo o fato de que, no primeiro dia de abertura para assinaturas, tenha sido já ultrapassado, com folga, o número mínimo de 50 países para que o tratado possa entrar em vigor, Sr. Presidente.

O passo seguinte é a ratificação do tratado pelo Legislativo também pelo mínimo de 50 países. Todos esses países terão que ver esse tratado ratificado pelos seus Congressos.

Estados Unidos, Rússia, China e outros grandes exportadores ainda não assinaram o tratado, mas a expectativa é de que o façam em breve, até mesmo pela pressão da comunidade internacional.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, vou envidar todos os esforços para que a Presidência da República encaminhe o documento ao Congresso o mais breve possível. E creio que seremos prontamente atendidos, uma vez que o Brasil vem se destacando como um dos principais protagonistas nas negociações em torno da

aprovação deste que é o primeiro tratado que limita a comercialização de armas no mundo.

O Senado da República, em articulação com a Câmara, haverá por bem de assegurar a rápida tramitação legislativa do tratado aprovado na ONU, de forma que o Brasil seja um dos primeiros países, senão o primeiro, Senador Collor, a ratificar o acordo multilateral.

Trata-se de oportunidade ímpar para reafirmarmos nossa índole pacífica e nossas melhores tradições de país que prestigia o direito e uma ordem mundial pautada por regras e limites capazes de promover a paz, a segurança e os direitos humanos.

Armamentos convencionais são responsáveis por centenas de milhares de mortes todos os anos, em guerras civis e conflitos de todo gênero, em ações terroristas e na escalada cotidiana da violência urbana.

Esperamos por tempo demasiado longo a regulação de um mercado poderoso e perigoso, que movimenta algo em torno de US$70 bilhões em todo o mundo. Um mercado que não obedece hoje a qualquer tipo de regulação internacional.

Foram necessários mais de sete anos de negociações para que o Tratado do Comércio de Armas fosse aprovado, e o Brasil, como já disse, foi um dos protagonistas mais importantes nessas articulações.

O voto favorável de 154 países, em abril passado, dá bem a dimensão da importância e da relevância desse tema para a ordem global. Só a Síria, a Coreia do Norte e o Irã votaram contra.

Vale ressaltar que países que ratificarem a medida terão um ano para se adaptar às novas regras, que proíbem a venda de armas a Estados que possam usá-las em genocídios, crimes contra a humanidade, alvos civis, crime organizado e outras violações à Convenção de Genebra, que regula as leis da guerra desde 1949.

É bem verdade que a responsabilidade pela identificação do risco de utilização das armas caberá ao próprio país exportador. Mas uma instância própria da ONU vai analisar, de forma criteriosa, todos os relatórios de exportações de armamentos e tornar públicas listagens com os eventuais violadores desse importante e histórico tratado.

Seria ingenuidade acreditar que um acordo internacional terá o poder de resolver a questão do comércio clandestino de armas. Um tipo de crime transnacional que está presente em muitas regiões e em muitos países. Ou até mesmo de reduzir de forma drástica a violência internacional. Nunca é demais considerar que, no centro do problema da violência urbana em nosso País, no centro dessa escalada, que se tornou uma verdadeira epidemia em nosso País, estão os crimes transnacionais relacionados ao tráfico de drogas e ao tráfico de armas.

Portanto, esse é um tratado que precisa ser logo deliberado pelo Congresso brasileiro; contudo, faz-se necessário que o Poder Executivo, que a Presidência da República possa encaminhá-lo ao Senado, para que nós possamos deliberar e ratificá-lo, com certeza.

Mas, também, seria ceticismo exagerado menosprezar a força do direito internacional num mundo cada vez mais integrado e globalizado. O novo tratado é, sim, um instrumento expressivo para que a sociedade, para que a opinião pública internacional se engajem ainda mais na cobrança de uma postura transparente e responsável em relação à venda de armas por parte dos governos nacionais.

É com essa certeza, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Senador Collor, a quem tenho o prazer de suceder na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que nós estamos aqui, da tribuna do Senado, solicitando ao Poder Executivo, à Presidência da República celeridade na tramitação e no encaminhamento da aprovação desse acordo. O sentido é de fazer com que o Congresso brasileiro, se não for o primeiro, possa ser um dos primeiros congressos no mundo a ratificar esse que é um tratado extremamente relevante, que vem sendo edificado, desenhado, construído há pelo menos sete anos.

Portanto, faço aqui, da tribuna do Senado, um apelo à Casa Civil, à Presidência da República, enfim, para que isso possa se dar com absoluta velocidade. E tenho certeza de que o Congresso não se furtará – nem a Câmara, nem o Senado – a oferecer uma resposta com essa intensidade e com essa dimensão.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Voltamos ao revezamento.

Senador Acir, V. Exª pode ser chamado por duas vias: pela inscrição normal ou para uma comunicação inadiável. Lógico que V. Exª vai optar pela lista de oradores, porque há mais tempo. A Senadora Lídice da Mata fala agora pela Liderança e V. Exª, depois dela, fala como orador.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, eu gostaria de fazer, da tribuna, três registros. Um deles pode traduzir os dois: a cultura baiana teve uma grande perda nesses dois dias. No domingo, num episódio extremamente triste, foi assassinado o bailarino e coreógrafo, integrante do balé do Teatro Castro Alves, Augusto Omolú, um artista renomado, com grande contribuição prestada à Bahia, um dos mais importantes artistas negros do Brasil. Seu corpo foi velado no *foyer*

do Teatro Castro Alves e seu sepultamento acontece hoje, em Salvador, mais ou menos neste horário, em clima de muito pesar, com a presença de muitos artistas.

Desta tribuna, quero expressar meus sentimentos à direção do Teatro Castro Alves, ao Corpo de Balé do Teatro, ao Projeto Axé, onde ele prestava serviços e onde eu também já trabalhei, e aos seus familiares.

Augusto era assistente de direção do balé do Teatro Castro Alves e considerado pela crítica como uma das referências na construção, difusão e popularização da dança produzida na Bahia. Integrava o balé do Teatro Castro Alves desde sua criação, em 1981, tendo sido integrante do elenco de diversas produções da companhia e atuado como solista de muitos espetáculos. Preparava-se para assumir o cargo de assessor artístico do balé do Teatro Castro Alves.

É uma grande perda, portanto, para a cultura da Bahia.

Sr. Presidente, outra grande perda para a nossa cultura popular aconteceu ontem à noite. Hoje, portanto, a Bahia amanheceu mais triste com a notícia da morte, nesta segunda-feira, do querido maestro Reginaldo, conhecido como Reginaldo de Xangô, maestro de orquestra.

Aos 63 anos, ele passou mal em sua residência e foi socorrido no Hospital Geral do Estado, mas não resistiu.

Músico trombonista, por mais de 40 anos, vinha abrilhantando o carnaval da Bahia e as principais datas cívicas e organizando o Baile das Orquestras da Praça Municipal e o carnaval no Pelourinho.

O maestro Reginaldo de Xangô fez do Baile Vermelho e Branco e do Bacalhau da Velha Guarda uma das mais belas festas da cidade, além de ter contribuído, durante décadas, para a permanência e o fortalecimento das orquestras de baile no nosso Estado.

Nossos sentimentos e solidariedade aos seus familiares.

Nós tivemos a oportunidade de contar com a presença do nosso querido maestro Reginaldo na participação política, nos momentos de resistência política na Bahia, quando o maestro nunca recusou um convite do MDB histórico, antigo, da resistência, de Rômulo Almeida, de Waldir Pires, para integrar o nosso desfile de 2 de julho conduzindo o seu grupamento, a sua pequena orquestra à frente daquele desfile. Também, por diversas vezes, participou conosco na caminhada do PSB, dos socialistas, no desfile de 2 de julho.

Finalmente, Sr. Presidente, registro, com júbilo, o aniversário de uma organização filantrópica que completa, no próximo dia 13 de junho, 40 anos de atividades. Essa é uma das entidades que mais contribuíram e contribuem, no nosso País, para a promoção e defesa dos direitos humanos, a superação da intolerância religiosa, a efetivação da paz e da justiça como direito de todos, com foco no desenvolvimento sustentável.

Tenho certeza de que me refiro a uma instituição conhecida de muitos Senadores e Deputados, em especial os dos Estados do Norte e do Nordeste, que atuam em áreas com populações rurais e urbanas mais vulneráveis, como populações de rua, indígenas e quilombolas.

Trata-se da Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, entidade sem fins lucrativos, com atuação em vários países, formada por igrejas com abrangência em todo o território nacional, marcadamente no Norte e Nordeste, duas das regiões mais carentes do nosso País.

Conforme descrito no Relatório de Atividades da instituição de 2012, dada a sua natureza ecumênica, a Cese se constitui em parceria com igrejas, organizações, movimentos e redes que atuam nesse campo em nível local, nacional e internacional, promovendo a diaconia (serviço social das igrejas) e a incidência pública do movimento ecumênico na perspectiva da defesa de direitos para a população brasileira menos favorecida.

Entre os parceiros mais constantes da Cese estão o Conselho Mundial de Igrejas, a Aliança ACT (Ação Conjunta das Igrejas para Emergência e Desenvolvimento), o Conselho Latino-Americano de Igrejas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e a Rede Ecumênica de Juventude.

Dentre muitas iniciativas da Cese no campo ecumênico, destaco a campanha, realizada anualmente, desde 2001, "Primavera para a Vida", que, nos últimos anos, tem trabalhado a temática da justiça ambiental, estimulando igrejas, organismos ecumênicos e movimentos sociais a discutir as graves mudanças climáticas do nosso Planeta, além de buscar a ampliação da rede de doadores individuais, Rede de Amigos da Cese, que colabora para a sustentabilidade financeira dos projetos daquela instituição.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que possa publicar integralmente o nosso pronunciamento em homenagem à Cese, instituição que tive como parceira, como estudante, nos nossos movimentos de resistência à ditadura militar, naquele momento, e quero saudar a sua Coordenadora Executiva, Drª Eliana Rollemberg, uma das mais ilustres e importantes personalidades em defesa dos direitos humanos no Estado da Bahia e, certamente, no Brasil.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA LÍDICE DA MATA.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Exmº Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pelos veículos de comunicação do Senado é com alegria que registro o aniversário de uma organização filantrópica que completa, no próximo dia 13 de junho, 40 anos de atividades. Esta é uma das entidades que mais contribuíram e contribuem no nosso País para a promoção e defesa dos direitos humanos, a superação da intolerância religiosa, a efetivação da Paz e Justiça como direito de todos, com foco no desenvolvimento sustentável. Tenho certeza que me refiro a uma instituição conhecida por muitos senadores e deputados, em especial dos estados do Norte e Nordeste, e que atuam em áreas com populações rurais e urbanas mais vulneráveis, como populações de rua, indígenas e quilombolas.

Trata-se da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, entidade sem fins lucrativos, com atuação em vários países do mundo, formada por igrejas com abrangência em todo o território nacional, marcadamente no Norte e Nordeste, duas das regiões mais carentes do nosso País. Conforme descrito no Relatório de Atividades da instituição de 2012, "dada à sua natureza ecumênica, a CESE se constitui em parceira com igrejas, organizações, movimentos e redes que atuam nesse campo em nível local, nacional e internacional, promovendo a diaconia (serviço social das igrejas) e a incidência pública do movimento ecumênico na perspectiva da defesa de direitos para a população brasileira menos favorecida".

Dentre os parceiros mais constantes da CESE encontram-se o Conselho Mundial de Igrejas, a Aliança ACT (Ação Conjunta das Igrejas para Emergência e Desenvolvimento), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e a Rede Ecumênica de Juventude (REJU),

Dentre muitas iniciativas da CESE no campo ecumênico, destaco a campanha realizada anualmente, desde 2001 – "Primavera para a Vida" – que, nos últimos anos, tem trabalhado a temática da Justiça Ambiental, estimulando igrejas, organismos ecumênicos e movimentos sociais a discutir as graves mudanças climáticas do nosso planeta, além de buscar a ampliação da rede de doadores individuais – Rede de Amigos da CESE – que colabora para a sustentabilidade financeira dos projetos da instituição.

De acordo com texto intitulado "40 Anos de Luta por Direitos Humanos, Desenvolvimento e Justiça", assinado por sua coordenadora executiva Dra. Eliana Rollemberg, "naquele dia 13 de junho de 1973, quando nascia a CESE, conjugavam-se duas forças, dois sentimentos que até hoje permanecem: o compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania, e o desejo – sob a inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – de construir uma organização ecumênica de serviço..."

"A CESE, ao ingressar no cenário nacional, em pleno regime militar, superava três grandes preconceitos:

> – desafiar as igrejas evangélicas históricas a voltar sua atenção e prioridade para a região mais pobre do País – o Nordeste, embora distante de suas sedes institucionais, concentradas no Sul;
> – definir-se por pequenos projetos voltados para o desenvolvimento comunitário autônomo como peça central de sua política de apoio;
> – estreitar o diálogo com a Igreja Católica para uma experiência em comum".

Orientada por estes compromissos, a CESE marcou presença em todas as principais lutas do povo brasileiro pelo fim do autoritarismo e das arbitrariedades e peia conquista da democracia. E continua firme nos seus propósitos, contribuindo para superar os fundamentalismos, os preconceitos, sejam de crença religiosa, de classe, gênero e raça/etnia principalmente, numa postura de diálogo constante e de promoção ativa da PAZ, com base na cidadania para todos.

A riqueza de iniciativas dessa entidade nesses 40 anos já apoiou mais de 10 mil projetos de organizações populares em todo o Brasil, numa média de 400 por ano, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de cerca de 9 milhões de pessoas.

Vale a pena consultar também as publicações, conhecer os programas, os editais para a seleção de projetos (são exemplares em seus critérios), relatórios e registros fotográficos, dentre outros links, inclusive um que disponibiliza ao navegador as ferramentas para a elaboração de projetos. Pode-se também constatar a transparência que orienta as ações de captação de recursos da entidade e da prestação de contas à sociedade.

Encerro esse registro, destacando algumas das muitas atividades já programadas para celebrar os 40 anos da CESE, entre elas Culto Celebrativo na Arquidiocese de São Salvador, no próximo dia 6 de junho; sessão especial na Assembléia Legislativa da Bahia, de iniciativa da deputada Neuza Cadore, no mesmo dia 6; Exposição Itinerante de Artes Visuais sobre o tema "Direitos Humanos em Imagens"; lançamento do Livro Histórico da CESE "Ecumenismo e Cidadania – A Trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviços" em quatro centros: Salvador, Belém, São Paulo e Brasília; show comemorativo com Lenine, lançamento de revista

sobre direitos humanos no Brasil, além de Feira Social de Projetos, debates e palestras em vários lugares.

Desejo muitos anos de vida à CESE e que esta continue firme e forte em sua ação ecumênica e promotora de paz, da justiça e dos direitos humanos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Vamos voltar à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

V. Exª dispõe de 10 minutos, mais a tolerância do Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje aqui para tratar de um assunto que afeta diariamente a vida de praticamente todas as famílias do nosso País, e especialmente aquelas do meu Estado de Rondônia. Este assunto é a necessidade de implantação de creches nas cidades e nas zonas rurais para que as famílias, especialmente as mulheres, possam trabalhar ou estudar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados.

Os tempos mudaram e, hoje em dia, é cada vez mais comum que as mulheres dividam com seus parceiros o sustento da família. Muito comum também é a mulher ter que assumir sozinha a chefia de sua família. Nos últimos 20 anos, cresceu mais de 40% o número de famílias chefiadas por mulheres.

Mas não é apenas a responsabilidade para com o sustento do lar que tem tirado a mulher de casa. A busca pela educação e pela qualificação vem crescendo significativamente entre as mulheres. A população com mais de 12 anos de estudo praticamente dobrou entre 1995 e 2005 e a frequência ao ensino superior quase triplicou. Esse aumentou ocorreu particularmente na população feminina, que, atualmente, é maioria nas universidades.

No entanto, sobre a mulher recai uma posição mais frágil que a do homem no mercado de trabalho. Enquanto encontram-se empregados cerca de 80% dos homens e mais de 64% das mulheres, mais de 30% das mulheres encontram-se em posições mais vulneráveis no mercado, seja como trabalhadoras domésticas ou como não remuneradas.

Diante disso, Sr. Presidente, está mais clara do que nunca a necessidade de o Estado participar efetivamente dessa batalha feminina, dando as condições para que elas, chefes de família ou não, casadas ou não, possam trabalhar e estudar. E esse auxílio passa, obrigatoriamente, pela ampliação da rede de creches públicas por todo o nosso País.

Porto Velho conta, hoje, com cerca de 70 creches, entre municipais e conveniadas, em funcionamento. Deste total, apenas três aceitam matrículas de crianças a partir de 2 anos de idade. O problema, Srªs e Srs. Senadores, ainda é maior pelo fato de que essas unidades também têm de aceitar crianças de até 5 anos, reduzindo ainda mais o número de vagas para as crianças realmente pequenas que precisam se utilizar das creches.

No entanto, a situação é também complicada para pais de crianças de 2, 3, 4 ou 5 anos. Na verdade, não há diferença entre elas, porque em nenhuma dessas idades as crianças podem ser deixadas sozinhas ou com pessoas desqualificadas para acompanhá-las. Muitas vezes, os pais são obrigados a pedir favores ou a pagar um dinheiro que eles não têm para que alguém cuide dos seus filhos. Em outros casos, simplesmente um deles deixa de trabalhar, quando poderia estar produzindo. E, na maioria das vezes, devido à fragilidade das mulheres no mercado de trabalho, são elas que acabam ficando em casa e deixando de trabalhar para ajudar no sustento da sua família.

Esse tipo de situação, minhas amigas que nos acompanham pela TV Senado neste momento, complica ainda mais a condição de dependência da mulher. Implica na qualidade do emprego que ela consegue manter, quando consegue manter, e faz com que a qualidade de vida da família deixe de crescer ou deixe de melhorar.

Por isso, estou aqui, neste plenário, solicitando mais atenção do Governo Federal para com o déficit de creches em meu Estado de Rondônia, mais especialmente na nossa capital, Porto Velho, como afirmei há pouco, uma cidade de mais de 400 mil habitantes que hoje conta com apenas três creches públicas para crianças de até 5 anos de idade, exatamente a faixa de idade que mais cuidados exige, a idade de crianças cujos pais mais necessitam desse apoio para que possam trabalhar, estudar e lutar pelas suas famílias.

O Governo Federal tem o projeto, dentro do PAC 2 de implantar 21 creches em Porto Velho até 2014. Essas creches são capazes de atender de 120 a 240 crianças por unidade. Com isso, a capital de Rondônia poderá atender mais de 2.640 crianças dentro da rede pública de creches.

Talvez esse número ainda não seja suficiente para atender as necessidades locais. Estudos apontam que será preciso que Porto Velho implante pelo menos 40 creches além dessas que estão previstas pelo PAC 2 para equilibrar a demanda da sua população, que está sempre crescendo no nosso Estado de Rondônia.

Rondônia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem crescido, Senador Collor, acima da média nacional, e nós precisamos levar a infraestrutura necessária para as nossas cidades. Nós temos problemas de

infraestrutura nas nossas estradas, mas nós também precisamos cuidar das nossas crianças para que elas possam estar bem cuidadas, sob os cuidados do Governo, seja do governo municipal, do governo do Estado ou do Governo Federal. Nós precisamos é de cuidar das nossas crianças para termos a tranquilidade de que os seus pais possam estar trabalhando com toda a segurança também no trabalho.

Eram estas as minhas colocações, Sr. Presidente, para esta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador.

Agora, está inscrito para falar, para uma comunicação inadiável, o Senador Collor de Mello.

Com a palavra, Excelência.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente desta sessão, Senador Mário Couto, Srªs e Srs. Senadores, no dia 5 de junho, amanhã, comemora-se o Dia do Meio Ambiente. É um momento especial como valor e referência, Sr. Presidente, para o debate das questões ecológicas em nosso Planeta. Além disso, neste mês de junho, completa um ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. É tempo, portanto, de refletirmos ainda mais sobre as causas, as consequências e as soluções para os graves riscos que a humanidade corre diante do desafio da preservação ambiental.

A Eco-92, que tive a honra de promover e conduzir como Presidente da República do país anfitrião, foi um divisor de águas na discussão do tema, principalmente pela consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, e que ocorreu, vale lembrar, numa época caracterizada pelo então fim da bipolarização mundial.

A Rio+20 aconteceu já num cenário de intenso multilateralismo internacional, num mundo já com maior potencial na circulação da informação e de novas tecnologias e depois de um período de amadurecimento e conscientização dos princípios traçados duas décadas antes. Nesse contexto, foi possível preparar, na Rio+20, a implantação das indicações feitas na Eco-92 e avançar em novas diretrizes para consolidar, no bojo dos Objetivos do Milênio, o desenvolvimento sustentável, que congrega uma diversidade de temas de complexa equação.

Um dos destaques consolidados na Rio+20 foi exatamente não retroceder com os compromissos assumidos em 1992 – tais como o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas – e registrar expressamente essa premissa, reconhecendo, implicitamente, que o princípio do não retrocesso inserido no direito humanitário deve, obrigatoriamente, ser observado.

O fato é, Sr. Presidente Mário Couto, Srªs e Srs. Senadores, que aqueles dois momentos de mobilização das nações serviram, acima de tudo, para nos convencer de que o tema ambiental jamais pode sair – ou sequer se esquecido – da agenda mundial. Uma agenda de governos, diga-se, que deve ser permanente, anual e, se possível, diariamente lembrada e revisada. Contudo, somente isso não basta. Passamos da hora de avançarmos, de sairmos da reflexão, do discurso e dos intermináveis estudos para a prática cotidiana das políticas ambientais. Ou seja, passou da hora de implantarmos, efetivamente, tudo aquilo que foi recomendado pelas duas megaconferências.

Para tanto, devemos ter em mente que essas medidas não se restringem à responsabilidade de um governo, muito menos adstrito ao nível federal. As esferas estaduais e municipais são concorrentes e, ao mesmo tempo, complementares com a União, para legislar, fiscalizar e implantar toda e qualquer ação em prol da preservação ambiental. Do mesmo modo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a sociedade tem um papel fundamental e até mesmo preponderante não só na cobrança dessas ações, mas, sobretudo, na conscientização da premente necessidade de adoção de novos hábitos e novos conceitos de consumo: o consumo sustentável.

Aqui mesmo, no Poder Legislativo, temos que dar seguimento a legislações fundamentais no campo ambiental. Hoje mesmo tivemos um exemplo com a audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente desta Casa, no Senado Federal, presidida por S. Exª o Senador Blairo Maggi, para debater os desdobramentos do novo Código Florestal, que, um ano depois de sua promulgação, ainda padece de regulamentação de vários de seus dispositivos.

De outro lado, sentimos a necessidade de um maior empenho dos governos estaduais e municipais no eterno combate às mazelas da falta de preservação ambiental. Exemplos simples, mas relevantes, mostram o quão ainda temos por fazer. Em meu Estado mesmo, Alagoas, presenciamos, ano a ano, a triste degradação de ecossistemas de significativa importância, até mesmo para a atividade econômica. É o caso das Lagoas Mundaú e Manguaba, que se encontram lançadas à sorte pela inoperância do Governo estadual. No mês passado, por exemplo, constatou-se a morte de milhares de peixes e crustáceos, que amanheceram boiando nas águas da Lagoa Manguaba, no trecho que compreende o Município de Marechal Deodoro, a primeira capital do nosso Estado.

Foi um fenômeno assustador para a população e para pescadores da região, e que deve colocar em alerta o governo local e o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, pois tudo indica que se trata da baixa oxigenação na água da lagoa. Por isso, é imprescindível saber o quanto antes as reais causas do desastre ecológico. Se para alguns é resultado do revolvimento do material orgânico do fundo da lagoa, provocado pelo grande volume de água da chuva e dos rios, para outros o problema vem ocorrendo desde 2009, pelo envenenamento daquelas águas por resquícios de agrotóxicos provenientes dos canaviais próximos aos rios que desembocam na Lagoa Manguaba. Soma-se a isso o notório e de todos conhecido assoreamento das lagoas, que vem há anos sendo marginalizado pelo governo. Lembro que a última dragagem na Lagoa Mundaú foi feita ainda na minha gestão como governador do Estado, há mais de duas décadas.

Em suma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um mero exemplo de ineficácia administrativa de um governo estadual inoperante que não consegue prever e muito menos agir para solucionar problemas que, na origem, poderiam ser evitados sem maior dificuldade.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Mas a falta de visão, a falta de iniciativa e, principalmente, de conscientização das autoridades do meu Estado podem acabar gerando, Sr. Presidente, um enorme e irreversível desastre ambiental, qual seja, a morte das lagoas. Se isso ocorrer, Srªs e Srs. Senadores, a situação certamente trará – como, aliás, já vem trazendo hoje – prejuízos de toda ordem para o meio ambiente, para o turismo, para a atividade econômica em geral e, em especial, para as milhares de famílias que dependem diretamente daquele ecossistema.

Faço um apelo ao Sr. Governador do Estado e às autoridades do Governo de Alagoas: vamos salvar as Lagoas Mundaú e Manguaba. Não vamos deixar que elas feneçam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Mário Couto, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer o registro da presença aqui, em plenário, do Pastor Silas Malafaia, que acaba de chegar em Brasília para o grande encontro que teremos amanhã, na Esplanada. Esperamos para esse encontro 200 mil pessoas do Brasil, 200 mil líderes, que estão deslocando-se de toda parte do País.

Vivemos como que enclausurados, esperando – deixa acontecer para ver como fica –, e temos o direito constitucional, em um País democrático, de dizer à Nação, de dizer às autoridades, de reviver o direito constitucional de que nós temos liberdade de expressão religiosa neste País, todo e qualquer cidadão, independentemente do seu credo. E, numa democracia, você pode ser a favor de algo ou contra algo. Esse é um direito que nos assiste. E nós não podemos ser criminalizados simplesmente porque fazemos defesa da vida, dos interesses da vida, dos interesses de uma maioria, da maioria da sociedade brasileira. Muito mais de 80% repudiam teses que estão sendo colocadas na sociedade, Senador Aloysio, e glamourizadas, de certa forma. Nós precisamos dizer, com mais claridade ainda do que estamos dizendo, as razões pelas quais enfrentamos o PL nº 122.

Quero fazer um registro que me assusta muito, uma declaração do Presidente Renan, na mídia, hoje, de que vai colocar o PL nº 122 para ser votado a toque de caixa, porque não há acordo nas comissões. Assunto tão polêmico, Presidente, não pode ser votado a toque de caixa! E mais de 80% da sociedade brasileira não concorda.

Dizer que a Senadora Marta tem um argumento plausível, por que o argumento plausível não é o meu? Por que o argumento plausível não é o de V. Exª, e é o da Senadora Marta? Com todo respeito, o homem é o que acredita. O homem é aquele que decide ser e aquele que defende algo em que acredita. E eu a respeito por isso, mas é preciso respeitar a posição da maioria absoluta da sociedade brasileira.

Está acontecendo uma marcha agora, comandada pela CNBB, na Esplanada, Senador Aloysio, V. Exª que é de confissão católica, reiterando a sua luta contra o aborto e em favor da vida, uma luta que nos une. E o que mais me assusta, quando falam em redução da maioridade penal – e nós sabemos se podemos discutir todos esses assuntos no País –, é que, de cada dez abortistas, oito são contra a redução da maioridade penal. Eles são a favor de que a morte se efetue, o assassinato se efetue no ninho, mas, depois que se faz 17, 18 anos, não se pode tocar nessa criança, nesse menininho. Ele pode assaltar, sequestrar, estuprar, e você não pode colocar a mão nele, porque simplesmente esse homem, travestido de criança, pode tocar o terror na sociedade brasileira. Ora, a sociedade precisa saber qual é a nossa posição, e nós vamos apresentá-la com clareza, até porque nós não somos despreparados e nem babacas.

Amanhã, nós vamos dizer à Nação que nós temos condições de discutir as fragilidades das fronteiras do Brasil, as nossas fragilidades na segurança pública. Nós conhecemos a dívida interna do Brasil, nós conhecemos a necessidade de avançarmos na nossa balança comercial, nós conhecemos o País, nós conhecemos este País, nós sabemos das suas necessidades, sabemos o que ele avançou no Governo Fernando Henrique, que nos deu as bases da economia, mas nós sabemos também o que avançou no social no Governo Lula. Sabemos também que é um País que padece por conta dessa violência, Senador Mário Couto, na qual V. Exª bate todos os dias dessa tribuna.

Por isso, amanhã, o País está conclamado, as famílias estão conclamadas, e, respeitosamente – olha, é respeitoso –, nós vamos fazer esse ato de 200 mil pessoas, que, ao deixarem a Esplanada, não vão deixar uma guimba de maconha no chão. Não vai ficar um papelote de cocaína. E vou dizer mais: não vai ficar uma lata de cerveja no chão, até porque, Senador Mário Couto, os motéis não são nossos, os alambiques também não, as editoras de matéria pornográfica não nos pertencem, e eu não sei por que nós somos tão discriminados. Nós não comercializamos armas, muito pelo contrário.

Nós vamos reafirmar o inequívoco valor da Igreja, o inequívoco valor da família, o inequívoco valor daqueles que acreditam que a vida tem valor. Àqueles que defendem os direitos humanos, como nós, nós vamos além de acreditar em direitos humanos. Nós somos aqueles que acreditam que os humanos é que têm direitos.

Por isso, faço o registro da presença do Pastor Silas Malafaia.

Amanhã, nós esperamos 200 mil líderes deste País para dizer à Nação o que pensamos sobre o sofrimento causado pelas drogas, o malefício das drogas. Aliás, vamos até revelar o nosso sentimento triste com relação a esta hipocrisia: um país de bêbados que acha que, fazendo um programa para resolver o problema do *crack*, vai resolver o problema da droga no Brasil.

Muito obrigado pela benevolência de V. Exª comigo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Imagine, Senador, eu quero é parabenizar V. Exª, parabenizar-lhe e agradecer a vinda do Pastor Malafaia ao plenário. Pena que nós não podemos dar a palavra a V. Sª.

Mas, Senador Magno Malta, nós comungamos da mesma ideia, comungamos da mesma vontade, da liberdade de expressão. Comungamos da ideia de que os jovens com menos de 18 anos se aproveitam neste País da menoridade penal para matar.

Comungo com V. Exª e parabenizo V. Exª.

Vamos dar prosseguimento à lista de oradores.

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Eduardo está ausente.

Senador Ataídes Oliveira, com a palavra. V. Exª dispõe de dez minutos regimentais.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de vários anos estudando a forma como está sendo administrado o dinheiro do povo, o dinheiro público, que é descontado compulsoriamente sobre as folha de pagamento bruta dos trabalhadores e repassado às entidades do Sistema S, que é composto pelo Sesi, Senai e outras, tantas vezes ditas por mim nesta tribuna, adotei providências. Hoje, Sr. Presidente, quero prestar contas de todo o trabalho e providências adotadas por mim ao longo de todo esse tempo.

Escrevi um livro denominado *Caixa-Preta do Sistema S*, que hoje é de conhecimento das autoridades, da imprensa e do povo brasileiro, e tomei as seguintes providências, além do livro: requeri, através de vários requerimentos, informações. Por exemplo, o Requerimento nº 15, de 2003, junto à Comissão de Meio Ambiente, solicitando informações ao TCU sobre a arrecadação das confederações (CNI, CNA, CNC, CNT). Rejeitado, Sr. Presidente.

Requerimento nº 16, de 2013, também da CNA, requerendo informações ao TCU sobre salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos dos dirigentes dessas confederações. Também negado.

Requerimento nº 90, de 2013, deste Plenário, solicitando ao Banco Central informações acerca dos depósitos bancários das contribuições sociais das entidades do Sistema S. Parado há mais de 90 dias.

Continuo prestando conta, Sr. Presidente.

Requerimento nº 91, de 2013, deste Plenário, solicitando informações ao TCU sobre a arrecadação das confederações (CNI, CNA, CNC, CNT). Também parado há mais de 90 dias.

Requerimento nº 168, de 2013, deste Plenário, requerendo informações ao TCU sobre salário fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos dos dirigentes das confederações. Parado há mais de 90 dias também.

Requerimento nº 201, de 2013, requerendo ao TCU auditoria nas confederações. Também parado há mais de 90 dias.

Requerimento nº 423, de 2013, requerendo a criação de uma comissão temporária de estudos para analisar o arcabouço jurídico dos SSA (Serviços Sociais Autônomos), o famoso Sistema S. Também parado.

Não tenho dúvida de que os requerimentos parados, todos serão rejeitados por esta Casa, como os demais.

CPI. Diante das auditorias e sobre verificadas inúmeras irregularidades, inclusive "malversação do dinheiro público" (diz o TCU) – e essa malversação é roubo mesmo –, a melhor forma de trazer à tona todas essas mazelas seria através da instalação de uma CPI. Infelizmente, em detrimento do povo brasileiro, não tive o apoio desta Casa.

Requeri também uma audiência pública para ouvir os órgãos de controle e fiscalização do sistema. Graças a Deus, fui bem sucedido, juntamente com nossa Comissão de Meio Ambiente. E, no dia 28, realizamos, então, esta audiência. Uma reunião de muita valia, em que os representantes do TCU, da CGU, foram muito contundentes em suas respostas. E, ontem, no meu discurso, declinei tudo que foi discutido nessa aludida audiência.

Mais dois pontos que queria colocar, Sr. Presidente, dito pela CGU, através do seu representante, Valdir Agapito: "O Sistema S precisa de um choque de transparência!". Olha só o que representante da Controladoria-Geral da União disse: que o Sistema S precisa de um choque de transparência. O Tribunal de Contas da União disse que não concorda com a arrecadação feita diretamente, contabilidade despadronizada, e abordaram diversas e tantas outras irregularidades.

Sr. Presidente, diante do poderio político e financeiro do Sistema S, vez que o representante da Controladoria-Geral da União disse que a arrecadação não é de R$15 bilhões, e sim R$20 bilhões/ano, é interessante uma comparação: a nossa tão competente Polícia Federal, que presta um brilhante trabalho a esta Nação, o orçamento não chega a R$1 bilhão. E o orçamento do Sistema S, segundo a CGU, bate os R$20 bilhões.

Pois bem, diante desse poderio político e econômico do Sistema S, não tive apoio do Senado Federal, da imprensa, dos Ministérios competentes e da Receita Federal. O único meio de levar informações às autoridades e ao povo brasileiro, além do livro escrito por mim, denominado *Caixa Preta*, foi através desta tribuna. E, assim sendo, proferi inúmeros discursos demonstrando as mazelas com o dinheiro público, verificadas nas auditorias elaboradas pelo TCU e CGU.

Sabendo até então que nenhum Parlamentar deste Congresso Nacional, com toda a vênia, ao longo dos 70 anos de existência do Sistema S, nunca teve audácia sequer de bulir nesta verdadeira caixa de marimbondos. Fui corajoso, destemido, determinado, incansável, persistente, resistente a tudo e a todos. Acredito que colhi bons frutos, Sr. Presidente, e consegui que o povo brasileiro tivesse informações dos seus direitos como contribuinte do Sistema S. E repito, o Sistema S não é desses poderosos gestores que estão há mais de 30 anos no cargo. O Sistema S é do povo brasileiro, Sr. Presidente. É o povo brasileiro quem paga essa contribuição denominada tributo, conforme determina o art. 149 da nossa Carta Maior.

Por derradeiro, quero fazer alguma advertência e comunicado aos Srs. Ministros de Estado: ao Sr. Ministro do Trabalho, ao Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes, da Educação. Percebo que V. Exªs estão sendo omissos e alheios à forma que os gestores do Sistema S estão administrando os 20 bilhões/ano de dinheiro público. Acredito até que V. Exªs devem ter conhecimento de que...

(Interrupção do som)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ...os bilhões repassados por essas entidades do Sistema S às suas confederações e federações não são fiscalizados. As confederações e federações não são obrigadas a prestar contas a ninguém. O art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal é muito claro: quem bota a mão em dinheiro público tem que prestar conta. As confederações botam a mão em R$1 bilhão por ano, e não prestam contas a ninguém. Isto é uma barbaridade.

Portanto, senhoras e senhores Ministros, quero adverti-los de que V. Exªs são responsáveis diretamente por essa gestão das entidades de sua categoria.

Um exemplo: o Sesi e o Senai têm que dar satisfação ao Ministério da Indústria e Comércio...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... assim como o Sest e o Senat, ao Ministério dos Transportes e sucessivamente. É o seu órgão superior.

Os Ministérios, pelo que eu percebi ao longo desse tempo, estão omissos, calados, mas é de responsabilidade dos senhores fiscalizar esse dinheiro público.

Sr. Presidente, não só demonstrei a verdadeira farra que o Sistema S faz com o dinheiro público, como também apresentei soluções.

Protocolizei nesta Casa há mais de 90 dias o PLS nº 072, que aprimora o sistema e corrige as distorções. Esse projeto até hoje está parado.

Também protocolizei um PLS de nº 153, que impõe fiscalização a essas confederações.

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Exª me permite mais dois minutos?

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Também protocolizei o PL nº 214, de 2013, que impõe fiscalização e prestação de contas para as federações dessas entidades.

E agora, por último, protocolizei o PLS 216 que, se aprovado por este Congresso, vai obrigar o Sistema S a dar cursos gratuitos a essas senhoras, a essas mulheres que são hoje vítimas de violência doméstica – da Lei Maria da Penha –, porque a grande queixa dessas senhoras... Por que elas apanham este mês e no mês seguinte voltam a apanhar? Elas dizem que não têm como se autossustentar, não têm capacitação. E esse projeto, então, faz com que o Sistema S dê a essas mulheres a...

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... oportunidade de elas se capacitarem e pararem de apanhar desses maridos.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, Sr. Presidente, estou terminando.

Irei encaminhar expediente ao TCU, à CGU e à PGR solicitando providências imediatas, cabíveis, porque os órgãos de fiscalização e controle também foram muito – eu diria – complacentes com o Sistema S. Eu peço a eles que sejam um pouco mais austeros, mais duros, porque leis existem.

E quero encerrar, Sr. Presidente, lendo o *e-mail* que um cidadão me mandou. Seu nome é Sebastião Amorim, de Fortaleza, Ceará. Recebi milhares de *e-mails*, mas este me chamou muita a atenção.

Ele diz o seguinte, no encerramento do *e-mail*:

Para encerrar, senador, pobre não pode ser informado dos seus direitos. Isso causa problemas...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – *... para o sistema. Pobre dá trabalho e trabalho é tudo que esses (...) não querem ter. Ah!, fiz uma pesquisa para descobrir o que significa o sistema "S". Sabe o que é? SILÊNCIO!.*

Ninguém mexe no Sistema S, e ele disse "Silêncio!". E hoje sou obrigado a concordar com ele que é um silêncio, aos 70 anos.

E eu percebo – estou encerrando o meu discurso sobre o Sistema S –, senhores gestores do Sistema S... Acredito que os senhores ainda vão ter mais 70 anos pela frente para brincar com o dinheiro do povo.

E encerro, aqui, agora, Sr. Presidente, com um texto de Martin Luther King: "O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos" – os corruptos que o senhor...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... sempre, aqui, desta tribuna, combate (*Fora do microfone.*). Combate veementemente os corruptos neste País.

Então, Martin Luther King disse: "O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, nem dos violentos, nem dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Agora, vamos chamar um Líder, o último Líder inscrito para falar antes da Ordem do Dia.

Senador Jayme Campos, para falar pela Liderança dos Democratas.

Com a palavra V. Exª, por dez minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador que preside esta sessão, Senador Mário Couto, Srªs e Srs. Senadores, nesse fim de semana, a revista eletrônica Fantástico, exibida pela Rede Globo de Televisão, denunciou a dificuldade que os turistas estrangeiros encontram em nossas principais cidades para localizar logradouros, roteiros, monumentos históricos e vias públicas, justamente por falta de sinalização bilingue que possa orientá-los em suas visitas.

Parece uma preocupação trivial ou uma tarefa de somenos importância, um detalhe quase desprezível diante das imensas responsabilidades dos governantes, especialmente neste momento, frente à realização de 4 eventos de magnitude planetária, agendados para os próximos três anos: a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

Mas não! Todos esses investimentos, feitos à base de muitos sacrifícios para a nossa população, buscam principalmente aparelhar a Nação para que ela se torne uma potência turística e um destino confiável e seguro para os mais exigentes viajantes de todo o mundo. Isso significa, em última análise, novos insumos para a indústria do turismo e maiores perspectivas na geração de oportunidades para nossa gente.

Não podemos nos esquecer, contudo, Srªs e Srs. Senadores, que dois desses eventos batem às nossas portas, pois acontecem agora, neste mês e em julho deste ano: a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

Retomo este tema, Sr. Presidente, porque em novembro de 2011, apresentei, nesta Casa, um projeto de lei tornando obrigatória a adoção de sinalização trilingue, ou seja, em português, inglês e espanhol, em placas informativas de rodovias federais. Nessa

época, recomendei que a mesma atitude fosse tomada em relação às informações disponíveis em metrôs, transportes urbanos e entidades de segurança, saúde e assistência social de todo o País.

O que poderia ser interpretado como mais uma medida sem relevância, mostrou-se, na verdade, uma preocupação extremamente pertinente e necessária, como revelou a reportagem da TV Globo. Segundo pesquisa realizada entre os turistas estrangeiros, a sinalização está entre os cinco piores itens no aspecto da receptividade de nossos visitantes internacionais.

O Governo, Senador Mário Couto, pretende aplicar R$55 milhões em placas informativas nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. É pouco. Na verdade, a lógica é que os turistas se locomovam, procurem conhecer melhor nosso País, visitando as belezas naturais, arqueológicas e antropológicas, que nem sempre se encontram nos Municípios que serão a base das competições.

Vale ressaltar que dos 5 milhões de visitantes internacionais contabilizados em 2010 no País, 2 milhões deles foram considerados turistas de negócios, que chegam ao nosso território para trabalhar. Portanto, estão menos interessados em passeios. Mesmo assim, ficam expostos e vulneráveis diante da falta de informações corriqueiras sobre a localização de hospitais, delegacias e centros comerciais.

Faço uma indagação às Srªs e aos Srs.Senadores: para que tanto esforço se o turista vier ao Brasil e não recomendar nosso País para seus conterrâneos?

Precisamos transformar tais eventos em enorme postal da capacidade brasileira para hospedar turistas de todo o mundo. Temos aqui belezas naturais insuperáveis, uma cultura diversificada e apaixonante, um povo belo e generoso. Só nos falta organização. Falta-nos o mínimo: sinalização para orientar os turistas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs.Senadores, na África do Sul, em 2010, os resultados econômicos do mundial de seleções foram frustrantes, com apenas 310 mil turistas naquele vasto país. Quatro anos antes, ao contrário, a Alemanha recebeu mais de 2 milhões de torcedores de todas as partes do Planeta, com um incremento de 1,7% no Produto Interno Bruto germânico.

Aguarda-se um volume entre 500 e 700 mil visitantes estrangeiros durante o período da Copa do Mundo em nosso território. Trata-se, portanto, de um negócio. Um bom negócio para o Brasil, principalmente se as autoridades tomarem os devidos cuidados, ou seja, tratarem o turismo como uma fonte revitalizadora de nossa economia.

Num período em que o PIB brasileiro apresenta sinais de retração, o turismo esportivo pode servir de alavanca para as finanças nacionais, gerando novas perspectivas econômicas e sociais para a nossa sociedade.

Mas não podemos pecar nos detalhes. Precisamos criar um cenário de modernidade e integração com a comunidade internacional. A globalização nos impõe certas obrigações...

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... como, por exemplo, adotar sinais de padrão mundial em nossos logradouros públicos.

Justamente pensando assim, apresentei o PLS 714, de 2011, acrescentando ao Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/97), dispositivo que obriga a sinalização trilingue em rodovias federais. Mais recentemente, a Senadora Lúcia Vânia, relatora da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, com enorme sabedoria, aprimorou o projeto, em seu parecer, incluindo tal modalidade de sinalização nas vias estaduais e municipais, nas áreas de fronteira e nos principais destinos turísticos do nosso País.

Mas, Sr. presidente, Srªs. e Srs. Senadores – estou concluindo, Sr. Presidente –, neste momento, com parecer favorável da Senadora Lúcia Vânia, o PLS 714...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... aguarda entrar na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Peço aos nobres colegas deste importante colegiado celeridade na apreciação dessa matéria, pois os principais eventos esportivos da história do País ocorrem em 2014, com a Copa do Mundo de Futebol, e em 2016, com as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Os brasileiros desejam que o legado desses jogos seja mais que um elenco de obras físicas; que seja, na verdade, o fortalecimento do protagonismo internacional de nossa Nação, além do reconhecimento mundial da capacidade empreendedora de nossa gente e da eficiência de nossos gestores públicos.

No dia do apito final desses dois eventos, que o grande vencedor seja o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Continuamos com a lista de oradores. O décimo primeiro é o Senador Pedro Taques.

Com a palavra V. Exª, por 10 minutos, mais a tolerância pelo seu pronunciamento sempre de grande valia à Nação brasileira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, amigos que

nos acompanham pela TV, pela Rádio e pela Agência Senado, neste mês de maio, o querido Estado de Mato Grosso completou 265 anos – 265 anos!

Para comemorar esta data, perguntamos aos amigos das redes sociais o seguinte: "Que presente Mato Grosso merece?". Essa foi a pergunta, Senador Jarbas Vasconcelos, que nós lançamos nas redes sociais.

Carlos, de Jangada, pediu saúde de qualidade; Marcos, de Confresa, pediu estradas para o escoamento da safra; Juliana, de Jaciara, também pediu estradas, mas lembrou dos inúmeros acidentes causados pela precariedade do asfalto, o chamado asfalto casca de ovo, que é comum em muitos lugares do Brasil e lá em Mato Grosso também; Vanessa, de Chapada dos Guimarães, pediu o fortalecimento do turismo, hoje carente de infraestrutura; D. Roberta, de Cuiabá, quer mais segurança, porque já não consegue mais dormir tranquila; para Élvio, de Rosário Oeste, precisamos de mais escolas e de mais professores, com a valorização do professor.

Eu recebi comunicados e mensagens de quase todos os Municípios do Estado de Mato Grosso, Senador Jayme, de Nova Bandeirante a Alto Taquari; de Aripuanã a Cocalinho; de Vila Bela da Santíssima Trindade a Vila Rica; de Guarantã do Norte, Salto do Céu, Comodoro, Cuiabá, Itaúba, Rondonópolis e Várzea Grande. Amigos de todos os cantos do Estado de Mato Grosso.

Eu também entendo que nos falta o básico. Repito: falta-nos o básico, mas, antes disso, falta algo fundamental, Senador Wellington. Falta algo fundamental, que é o respeito, respeito ao dinheiro público, ao patrimônio e, sobretudo, aos nossos direitos, aos direitos dos cidadãos mato-grossenses.

Como não vivemos apenas de sonhos, tenho de registrar que as mesmas redes que possibilitam o compartilhamento de mensagens, de esperança, também servem como canal de denúncia.

O cidadão de Mato Grosso tem se queixado da falta de informação sobre conteúdos mínimos a serem divulgados pelo Governo Estadual, como despesas, repasses e transferências de recursos financeiros, procedimentos licitatórios, contratos celebrados, dados sobre programas governamentais, ações, projetos, obras, e respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. É um silêncio tumular, um silêncio que parece o de cemitério, Senador Jayme Campos.

Nas últimas semanas, um questionamento tem ficado sem resposta. Ele diz respeito à aplicação dos recursos do Fethab. A situação é muito grave. Temos informações de representantes do setor produtivo de que os recursos do Fethab não estão sendo aplicados de forma correta na recuperação de estradas e construção de casas populares.

O Fethab, Senador Jayme Campos, como V. Exª bem sabe, é um fundo destinado a financiar o planejamento, a execução, o acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transporte e habitação em todo o território mato-grossense. Ele é arrecadado sobre operações internas, envolvendo soja – e Mato Grosso é o maior produtor de soja –, gado em pé – e Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do Brasil –, algodão – e Mato Grosso produz 55% do algodão nacional –, madeira e óleo *diesel*.

Segundo o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Governo estadual, o chamado Fiplan, a média de arrecadação anual de 2009 a 2012 foi de aproximadamente R$600 milhões, de 2009 a 2012, R$600 milhões por ano. Resta saber: onde o Governo está aplicando este montante?

Srs. Senadores, peço licença para utilizar a mesma lógica dos Deputados Estaduais do PDT na Assembleia Legislativa do nosso Estado, os Deputados Márcio Pandolfi e Zeca Viana, que iniciaram um movimento pedindo explicações do Governo sobre as aplicações envolvendo o Fethab. Basta fazermos contas básicas para vir a constatação: algo está errado, algo está cheirando muito podre, Senador Jayme Campos.

Reportagem do jornal *Diário de Cuiabá* aponta que, nos últimos quatro anos, mais de meio bilhão de reais em recursos do Fethab foram reservados no orçamento para custear projetos e ações relacionados à Copa de 2014. Ou seja, 30% do Fethab estão sendo direcionados para as obras da Copa. O montante de R$529,8 milhões está registrado nos orçamentos divulgados pela Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de Mato Grosso. Isso, desde 2009. Portanto, desde 2009, R$529 milhões foram para a Secretaria. E, hoje, por coincidência, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, num relatório do Conselheiro Antônio Joaquim, mais uma vez, está a demonstrar que as obras estão atrasadas– atrasadas! De 22 obras, 16 obras estão atrasadas, e dinheiro há.

No período de 2009 a 2012, a arrecadação do Fethab cresceu 40% – 40% de 2009 até hoje –, entretanto, a parcela destinada à infraestrutura rodoviária seguiu ritmo bem distinto. O orçamento anual repassado do Fundo para a Secretaria Estadual de Transportes – a antiga Sinfra – cresceu apenas 3,4% em 2012 em relação ao total de 2009. Isso significa dizer que recursos entraram 40% a maior, e os investimentos em transporte 3,4% apenas, Senador Jayme Campos.

Se calcularmos a média dos últimos quatro anos, teremos aproximadamente R$2,4 bilhões de arrecadação do Fethab. Se subtrairmos pelo valor repassado

à Secopa, teremos a sobra –. repito: a sobra – de R$ 1,8 bilhão. A dúvida é...

Continuo o meu discurso, mas antes prefiro ouvir o Senador Jayme Campos, ex-Governador do Estado do Mato Grosso.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Prezado Senador Pedro Taques, minha intervenção será rápida. Quero dizer que concordo, do início ao fim, com relação ao que V. Exª falou sobre o Fethab. Na verdade, esse Fundo foi criado pelo ex-Governador – falecido, saudoso e querido amigo – Dante Martins de Oliveira. Tinha a finalidade de fazer a manutenção e construção das nossas rodovias estaduais, como também era destinado, em parte, para a construção de habitações a serem doadas a pessoas deficientes, ou seja, portadoras de necessidades especiais, pessoas que não tinham condições de pagar uma mensalidade, uma prestação pela sua casa própria. Todavia, está desvirtuado. Lamentavelmente, a finalidade do Fethab não está sendo cumprida. E, como V. Exª disse, a arrecadação é razoável, chegando, neste ano, a algo acima de R$750 milhões, conforme previsão orçamentária. Esse dinheiro passou a ser quase um fluxo de caixa, ou seja, o Governo está usando esse dinheiro para custear a máquina – e hoje é uma máquina pesada. E está usando esse dinheiro para pagar fornecedores. De fato, o Fundo não está cumprindo a sua finalidade de fazer estradas, pontes, de recuperar as nossas rodovias, que estão totalmente sucateadas, como V. Exª disse aqui. É verdade, nossas rodovias – a sua maioria absoluta – estão totalmente deterioradas – e vejo isso porque estou trafegando quase que semanalmente por algumas rodovias estaduais. De maneira que, V. Exª tem toda a razão quando cobra onde está o dinheiro do Fethab. Toda a sociedade mato-grossense quer saber para aonde está indo o dinheiro do Fethab. Parte, nós sabemos, está sendo aplicada nas obras da Copa do Mundo, na grande Cuiabá. Entretanto, a sobra é razoável, mas não se vê. Infelizmente, o que se vê são reclamações de produtores, da população, porque, lamentavelmente, as rodovias estão intrafegáveis. De maneira que V. Exª, quando vem à tribuna desta Casa cobrar do Governo do Estado uma transparência para esses recursos, tem toda a razão, tem meu apoio e, certamente, o apoio de todo o povo mato-grossense, sobretudo daqueles que pagam esse imposto para o Governo estadual e que não veem a sua aplicação. Muito obrigado. Parabéns, Senador Pedro Taques!

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Jayme Campos, muito obrigado por sua colaboração.

A sobra é de R$1,8 bilhão. Parece aquela música que se canta: "O gato comeu, o gato comeu..." Nós precisamos saber onde foi parar o dinheiro.

Muito bem, se hipoteticamente, dividirmos esse valor para as duas áreas de finalidade do Fundo, teríamos R$900 milhões de investimentos para a construção e recuperação de estradas – R$900 milhões. Mais R$900 milhões para construção de casas populares. Isso sem contar com os empréstimos já autorizados de mais R$2 bilhões que o Governo deverá executar no programa chamado MT Integrado. Mais R$2 bilhões na reestruturação e manutenção de rodovias e revitalização de pontes de madeira.

Aí eu pergunto, Senadores: por que o cidadão de Mato Grosso continua reclamando da situação das várias MTs do nosso Estado?

Pois bem.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com incremento de R$900 milhões seria possível recuperar cerca de 1.800km de asfalto, por meio de parcerias com prefeituras e produtores. O valor por quilômetro, conforme tabela do DNIT, é de R$500 mil.

Já com os outros R$900 milhões, o Estado teria como construir pelo menos 15 mil casas populares, utilizando como valor base R$60 mil, conforme tabela do Ministério das Cidades; moradia que poderia ser entregue de forma gratuita ao cidadão que não tem condições de ter essa casa própria.

Mas o que vemos atualmente é o total descaso com as estradas mato-grossenses. Em outra oportunidade, já subi a esta tribuna para relatar que, no período das chuvas, aquelas que já eram precárias ficam intransitáveis, totalmente intransitáveis.

Apesar dos indicadores econômicos serem positivos e animadores para o nosso Estado, a infraestrutura…

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – … de transportes se encontra abandonada e carece de investimentos e melhorias.

E a pergunta que se faz é: cadê o dinheiro?

A situação é de calamidade. Aliás, é comum Municípios mato-grossenses declararem estado de emergência pela precariedade das estradas.

Produtores rurais também sofrem enormes prejuízos com perda de grãos e transporte de safras e animais inviabilizados.

Agora, Senador Jayme, antes de chegar à tribuna, conversei com o Vice-Prefeito de Sorriso, Xuxu Dal Molin, amigo de V. Exª, a respeito do Fethab.

É por isso que eu digo, Srs. Deputados do Estado de Mato Grosso, Deputados Estaduais: os governos passam, mas o Estado fica. O que fica é o nosso Estado e a nossa gente. O que fica é o cidadão sem estradas e sem moradias e sem dignidade.

O controle político dos atos praticados pelo Governo é talvez uma das principais contribuições do Legislativo.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Exª tem um coração "chagoso", eu peço mais dois minutos e já encerro. Coração "chagoso" é um coração grande. Muito obrigado.

O controle político dos atos praticados pelo Governo é talvez uma das principais contribuições do Legislativo ao processo político.

A fiscalização político-administrativa permite que possamos questionar os atos do Executivo, a fim de analisar a gestão da coisa pública e, de forma consequente, tomar as medidas necessárias.

O poder de investigar é inerente às práticas do Poder Legislativo, bem como elaborar leis. Nesse contexto, as Comissões Parlamentares de Inquérito são fundamentais para o exercício das atividades de fiscalização e investigação, no Poder Legislativo do Brasil.

Eu lhes peço que assinem o requerimento que já existe na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, para a criação da chamada CPI do Fethab.

Em 27 de dezembro, Senador Jayme Campos,...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ...de 2012, por exemplo, foi publicada a Lei nº 9.859, que regulamentou a possibilidade do uso de verbas do Fethab para o pagamento de pessoal, encargos sociais e demais despesas de custeio – como V. Exª fez referência –; aqui, estamos permitindo mais um desvio de finalidade dos recursos.

Então, onde está o dinheiro? Será que o gato comeu o dinheiro, Senador Jayme Campos?

Governador do Estado do Mato Grosso, o senhor precisa prestar contas à sociedade a respeito desses valores. Mato Grosso merece respeito.

Em nome da transparência e responsabilidade dos gestores públicos sobre a aplicação do nosso dinheiro, eu apoio, lá no Estado, a criação da CPI do Fethab. Precisamos saber, sim, onde foi parar o dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela parcimônia com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Senador Jayme Campos, gostaria de convidar V. Exª para assumir a Presidência. Vou preparar o meu pronunciamento da tarde de hoje, e V. Exª faz parte da Mesa Diretora, competente Senador da República, Líder no seu Estado.

O próximo orador é o Senador Benedito de Lira. V. Exª vai usar da palavra por 10 minutos, mais a tolerância já do Senador Jayme Campos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria pedir a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. Bloco/PSDB – PA) – Inscrição como Líder, agora, só após a Ordem do Dia.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago na tarde de hoje um tema já recorrente nesta Casa. Há algum tempo, diversos Senadores e, particularmente, o Senador que ocupa a tribuna... E eu queria chamar a atenção dos telespectadores da TV Senado, dos ouvintes da Rádio Senado, para esta manifestação, que é da maior importância, não particularmente para meu querido Estado de Alagoas, mas para o Nordeste e para o Brasil.

Venho, Sr. Presidente, na esteira das ações que estão sendo praticadas pela Presidenta Dilma. Hoje ela fez o lançamento do Programa Safra 2013/2014 que irá atender não apenas a agricultura familiar, mas as agriculturas de médio e grande porte. O recurso será da ordem de R$136 bilhões para atender às demandas dos produtores agrícolas do meu País. Por quê? Porque, nesse último PIB, apenas o agronegócio nacional teve resultado positivo, Sr. Presidente, crescendo cerca de 17%. Isso encorajou, nobre Senador Armando Monteiro, a Presidenta Dilma antecipar o anúncio do Programa Safra 2013/2014, inclusive com suspensão das ações que estão sendo executadas contra os pequenos e médios produtores de meu País. Uma ação emergente, uma ação imediata para atender também ao Semiárido, àqueles que estão sendo prejudicados pela grande estiagem.

Então, Sr. Presidente, aproveitando esse elenco de ações que a Presidenta está anunciando em benefício dos segmentos produtivos do Brasil e que, no próximo dia 06, lançará o Seguro Safra 2013/2014

para a agricultura familiar, eu queria trazer um tema na tarde de hoje, Sr. Presidente, que é exatamente aquilo que já temos tratado aqui, não só de Alagoas, como o Estado mais pobre do Brasil, como do mais rico, que é São Paulo. Falo sobre a dívida dos Estados.

Não faz muito tempo, em uma reunião com Governadores do Nordeste e, praticamente, todos os Governadores dos demais Estados da Federação, eles tiveram o aceno da Presidenta Dilma de que haveria a possibilidade de rever, não o perdão da dívida, mas um indexador diferente daquele que fora contratado em 1997.

Meu pequenino Estado de Alagoas, em 1997, tinha uma dívida consolidada da ordem de R$2,6 bilhões. Hoje, Sr. Presidente, esta dívida subiu para praticamente R$8 bilhões. Como se paga? Como é que o Estado que tem os piores índices sociais do Brasil, que não tem condições de ter recursos para fazer sua infraestrutura, para melhorar a qualidade da educação, da saúde, da segurança pública, pode pagar uma dívida desse tamanho?

É uma teimosia ímpar da área econômica e do Ministério da Fazenda, Sr. Presidente, que já deveria ter levado estudos para a Presidenta, porque a gente nota que ela tem boa vontade na solução dos mais graves problemas que afligem a sociedade brasileira. Porque quem sofre com isso não é o Estado, quem sofre é a população.

Chamo as dívidas de impagáveis, Sr. Presidente, sem medo de errar ou de cometer uma impropriedade, pois todos nós, Senadores e Senadoras, que aqui representamos os entes federados, sabemos como é difícil, delicada e até mesmo insustentável a situação financeira dos Estados brasileiros.

É preciso afirmar, de antemão, que a dívida pública, por si só, não deveria ser algo ruim, pernicioso. Pelo contrário, a dívida pública bem estruturada é um instrumento importantíssimo de financiamento tanto da União quanto dos Estados e Municípios. É por meio do endividamento que se conseguem recursos para os grandes investimentos, para as grandes iniciativas em prol da população.

Mas a dívida precisa ser bem estruturada, como acabo de afirmar. Não pode sufocar as finanças dos entes públicos, para não se transformar em um fardo pesado, incapaz de ser carregado. Até mesmo porque esse fardo não é suportado apenas pelo administrador, mas também, e principalmente, pela população, que se vê privada dos investimentos públicos nas áreas mais essenciais.

Infelizmente, é isso o que tem acontecido na imensa maioria dos Estados brasileiros, o que nos obriga, primeiro, a denunciar o problema e, logo após, a propor alguma maneira de solucioná-lo ou, pelo menos, equacioná-lo.

A dívida dos Estados com a União se tornou impagável depois das renegociações feitas na esteira da Lei nº 9.496, de 1997, que estabeleceu critérios para o refinanciamento da dívida.

O calcanhar de Aquiles, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da renegociação foi o estabelecimento do IGP-DI como índice de correção do saldo devedor, além de uma taxa de juros anual fixa.

O problema é que o IGP-DI, desde a renegociação das dívidas, vem sendo muito maior do que o IPCA, índice por meio do qual o Governo mede a inflação no Brasil.

Não poderia deixar de me referir ao caso do meu querido pequeno Estado de Alagoas como exemplo da situação periclitante enfrentada pelos Estados brasileiros.

Segundo dados do Tesouro Nacional, a dívida consolidada líquida de Alagoas, em 31 de dezembro de 2000, era de pouco mais de R$2,6 bilhões. Em 31 de agosto de 2012, ou seja, quase 12 anos depois, a dívida saltou para R$7,2 bilhões. Um incremento de nada menos do que 168%!

Entre os Estados nordestinos, que também enfrentam enormes dificuldades, Alagoas só deve menos do que a Bahia, o maior Estado do Nordeste, em área territorial e a principal economia da nossa região.

Além da fixação do IGP-DI como indexador das dívidas renegociadas junto ao Governo Federal, outro absurdo que atinge Alagoas na jugular é a taxa de juros anual paga pelo meu Estado, Sr. Presidente, da ordem de 7,5%!

Não é justo que um dos menores Estados do Brasil pague 7,5% de juros e comprometa 15% de sua receita para pagamento do serviço da dívida, enquanto São Paulo, o Estado mais rico da Federação, pague juros de 6% e comprometa 13% de sua receita.

Para mim, a situação de Alagoas, comparativamente a diversos outros Estados brasileiros, é a prova cabal do profundo desrespeito ao Pacto Federativo verificado na assinatura de contratos de refinanciamento da dívida entre Estados e União, ocorridos após a Lei nº 9.496.

São R$50 milhões por mês que saem de Alagoas direto para os cofres da União. O que representa isso para a União? Quase absolutamente nada. Mas representa uma sangria considerável, miserável, que traz a indigência para o Estado de Alagoas. Com o pagamento de juros nesse patamar, não é possível fazer investimentos no Estado em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e desenvolvimento econômico.

Agora, imaginem se pudéssemos repactuar e reservar metade do que é pago em juros para aplicação nas áreas social e de infraestrutura? Seriam R$25 milhões todos os meses em investimentos no Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Ora, Sr. Presidente, ao propor a repactuação, o Governo Federal reconheceu o problema do endividamento de todos os Estados. Como, então, a renegociação das dívidas foi feita por meio de contratos individuais, utilizando taxas de juros e índice de comprometimento de receita que oneram ainda mais os Estados mais pobres. Isso é inaceitável!

Srªs e Srs. Senadores, precisamos agir agora para mudar essa realidade antes que nossos Estados parem de funcionar para pagar dívidas, comprometendo mais ainda a qualidade dos serviços públicos prestados à população. Felizmente, a Comissão de Assuntos Econômicos tem-se debruçado sobre o tema. No último dia 25 de março, a questão do endividamento foi debatida em audiência pública, e o Senador Luiz Henrique, nomeado Relator de diversas proposições legislativas que...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... adentram o assunto dívida dos Estados – as propostas são (*Fora do microfone*.) variadas e contemplam a mudança do indexador do IGPI-DI para o IPCA, bem como taxas anuais de juros menores –, entre outras ideias que merecem ser debatidas.

Seja qual for a decisão do Congresso Nacional sobre o tema, Sr. Presidente, gostaria de defender veementemente a adoção de critérios diferenciados que levem em conta uma carga menor de juros de comprometimento da receita dos Estados mais pobres da Federação. Há décadas se debate neste País a questão da desigualdade regional e da necessidade de combatê-la. Eis, diante de nós, a possibilidade de sair do discurso e caminhar para a prática, fazendo com que os Estados que podem mais paguem um pouco mais, e fazendo com que os Estados mais pobres tenham uma carga menor sobre os ombros de sua população. É a proposta que gostaria de trazer ao debate...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... nesta Casa, convidando não só o eminente Senador Luiz Henrique a analisá-la com atenção, mas também todos os Parlamentares do Norte e do Nordeste, regiões historicamente menos abastadas, a defendê-la com afinco. Temos de resolver, Sr. Presidente, definitivamente, a questão do endividamentos dos Estados. Mas não é só por isso. Podemos e devemos aproveitar esta oportunidade para golpear com força e com vontade a desigualdade regional que persegue o Brasil desde o seu descobrimento.

Por isso, Sr. Presidente, esse tema deve ser objeto de tratativa do Congresso Nacional não apenas para fazer discursos, como nós temos feito aqui frequentemente, mas para encontrarmos o caminho da prática e encontrarmos a solução. Porque é inaceitável e inadmissível, Sr. Presidente, que o meu Estado, por exemplo, nobre Senador Casildo Maldaner, que o meu Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... de Alagoas, Estado mais pobre da Federação, detentor dos piores índices sociais (*Fora do microfone*.), tenha que sangrar mensalmente no seu orçamento para não atender à educação, à saúde e à segurança pública de Alagoas, para não fazerem a infraestrutura. São sangrados R$50 milhões! Para quê? Para pagar juros da dívida. Então, eu pergunto: o Governo Federal, a União é parceira dos Estados ou é um agiota profissional? Pior do que agiota, porque esse juro não existe. Isso é uma coisa absurda, não abate o principal e, sim, todos os meses. O que representa isso, nobre Senador Campos? O meu Estado de Alagoas paga R$600 milhões ao Governo Federal, à União. E o que nós faríamos com R$600 milhões? Muita coisa, Sr. Presidente. Nós trataríamos das escolas, da saúde, da educação, da segurança, da infraestrutura, da tranquilidade e do bem-estar da população do meu Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidenta Dilma, V. Exª tem esse compromisso (*Fora do microfone.*) de resgatar a dignidade dos Estados brasileiros. Ninguém está pedindo perdão de dívida, nós estamos pedindo que haja um novo indexador, que o Ministro Mantega tenha sensibilidade para tratar desse assunto, não apenas chamando governadores, fazendo reuniões e solução zero. É preciso que a prática funcione, é preciso que a gente também converse menos e aja mais, esta Casa, que tem a responsabilidade de fazer com que as coisas possam acontecer no Brasil para atender aos Estados da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me o desabafo.

Durante o discurso do Sr. Benedito de Lira, o Sr. Mário Couto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o ilustre Senador Benedito Lira pelo belo pronunciamento, que tocou em vários assuntos. Cumprimento V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabei de sair da Presidência e perguntei à secretária se haveria Ordem do Dia, porque eu queria anunciar. Infelizmente, ela ainda não tinha uma resposta para me dar. Já são 17h11. Pergunto a V. Exª, pois parece-me que não há acordo de lideranças para se votar nada hoje: nós não poderíamos abrir e encerrar a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Conforme informação da nossa Secretária-Geral, Drª Cláudia Lyra, o Presidente Renan está chegando e abrirá a Ordem do Dia. Aguarde, por favor, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente, vamos aguardar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o nosso líder, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Casa que recebemos a honrosa visita de uma delegação oficial de Deputados membros da Comissão de Assuntos Exteriores do Reino da Espanha. Aqui presentes: Deputado Josep Antoni Duran I LLeida, da UDC; Deputado Guillermo Mariscal Anaya, Líder do PP; Deputado Francisco González Cabana, Líder do PSOE; Deputado Joan Josep Nuet I Pujals, Líder do EUiA; e o Sr. Ignacio Gutierrez Cassillas, que é advogado e que os acompanha. Da mesma forma, encontram-se presentes em plenário, acompanhando a delegação de parlamentares espanhóis, o Sr. Embaixador Manuel de la Câmara Hermoso, a Ministra-Conselheira Mercedes Alonso e a Conselheira Amaya Fuentes Milani.

Eu gostaria de, em nome do nosso Partido e da Casa, dar as boas-vindas à S. Exªs que nos visitam e fizeram questão de conhecer o plenário do Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Mesa registra, com muito prazer. Queremos agradecer a visita e dizer que o Congresso brasileiro, sobretudo o Senado, sente-se honrado com a presença de V. Exªs que nos visitam na tarde de hoje. Sejam bem-vindos!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nossos parlamentares amigos da Espanha, o chefe da delegação e outros são de Barcelona, que acabam de bem receber o extraordinário Neymar, que vai jogar ao lado de Messi.

Então, esperamos que a amizade Brasil-Espanha possa ser fortalecida por esta interação com um dos nossos maiores jogadores de futebol, interagindo agora com o Barcelona, Real Madrid e todos os times espanhóis. *Bienvenidos*! (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É que talvez tão importante quanto a presença de uma estrela do futebol brasileiro no território espanhol, em Barcelona especialmente, uma cidade muito bonita, com time tão forte e expressivo, um dos melhores do mundo, é a boa notícia econômica, com repercussão social na Espanha, de que o desemprego caiu e foram criados milhares de novos empregos. Talvez essa seja a grande notícia para os parlamentares da Espanha, no momento de dificuldades que a Europa vive, e que me alegrou também, quando vi o noticiário de manhã, porque gosto muito, não só da Catalunha, mas de toda a Espanha. Então, bem-vindos os senhores parlamentares, nossos colegas. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ORDEM DO DIA

Quero indagar às Srªs e aos Srs. Senadores, às nossas Lideranças partidárias, se há acordo para a votação das matérias que se encontram à Mesa, sobretudo das autoridades, que se encontram aqui.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, há um entendimento entre Governo e Oposição de que as matérias que estão tramitando não se impõem pela urgência, e eu não diria que o quórum de hoje esteja perfeitamente qualificado para que pudéssemos fazer votação de autoridades.

Há o entendimento entre Governo e Oposição de prorrogarmos para a sessão de amanhã a Ordem do Dia que estaria prevista para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como não há acordo entre as Lideranças partidárias, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*
Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*
Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

9
REQUERIMENTO Nº 449, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 449, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 259, de 2007; e 439, de 2012, por regularem matéria correlata (proibição de sacolas plásticas no comércio).*

10
REQUERIMENTO Nº 463, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 463, de 2013, do Senador Eduardo Braga, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concessão da aposentadoria especial ao trabalhador da construção civil).*

11
REQUERIMENTO Nº 470, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 470, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (manutenção do contrato de trabalho em caso que especifica).*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voltamos à lista de inscrição.

Na lista de inscrição temos aqui...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... pela Liderança, o Senador Mário Couto.

V. Exª, pela Liderança da Maioria, está com a palavra o Senador Mário Couto, que representa o Estado do Pará nesta Casa.

Após o Senador Mário Couto, ouviremos a palavra do Senador Casildo Maldaner, que está na ordem de inscrição.

Pela liderança fala Mário Couto e, na ordem de inscrição, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, preocupa-me, e tenho certeza de que ao Brasil também, o que se chama de inflação.

O Governo da Presidenta Dilma, há muito, esconde a real inflação brasileira. O brasileiro, principalmente as donas de casa, aquelas que vão ao supermercado fazer a compra mensal, ou a compra semanal, ou a compra diária, há muito tempo sabe que o preço sobe mais do que aquilo que é anunciado pelo Governo Federal. Assim como o Governo Federal esconde a avaliação do seu próprio governo; assim como o Governo Federal esconde os principais gastos do Governo. Hoje, não se tem acesso – e é proibido – aos gastos que a Presidenta da República faz nas suas viagens.

Aonde nós chegamos, Brasil? Para onde estamos caminhando, Brasil? O que se pode fazer, meu querido povo do Estado do Pará, que eu represento, com muita honra, neste Senado, Pará de Nossa Senhora de Nazaré, a minha Padroeira? Chegamos a patamares insuportáveis.

A imprensa do Brasil começa a divulgar a realidade por que passa o País. Um País em que não se pode andar nas ruas porque a violência impera. Jovens que, pela força da lei, matam aos dezesseis, aos quinze, aos catorze anos de idade.

A corrupção neste País é generalizada. A corrupção tomou conta de norte a sul deste País.

A saúde mata. As estradas matam. O Governo esconde a estatística das mortes. O Governo não diz quantos brasileiros tombam, por dia, nas estradas federais.

O Governo brasileiro esconde as filas dos hospitais. Estamos passando, agora, a era da gripe A, e o Governo cruza os braços. O Governo não toma nenhuma atitude, e o País começa a perder os seus filhos, de norte a sul. Só no meu Estado, já tombaram dezenas e dezenas de paraenses afetados pela gripe A.

Brasileiros, a inflação chegou, infelizmente.

Há quanto tempo combatemos a inflação neste País! Lutamos. Passaram vários governos, e ela teve decretada a sua morte no governo Fernando Henrique Cardoso. Volta agora no governo da Dilma. As revistas nacionais – pego a *Época*, uma das revistas mais lidas neste País, e vem a sua capa mostrando o orçamento familiar – capa, Brasil, capa da revista: "Orçamento familiar. Restaurante: tem ouro na comida?" Quem da classe média consegue ainda levar a sua família a um restaurante? Quem? Me diga! "Hospital: pela hora da morte; carro: melhor ir de ônibus; escola: a pública não melhorou? Viagem: vamos deixar pra depois; empregada: ainda existe? Total – O salário acabou antes do mês."

Este é o País de hoje. Este é o País do PT. Este é o País dos mensaleiros. Este é o País que esconde dinheiro na cueca. Este é o País da impunidade. Este é o País que nem mensaleiros vão presos. Este é o País que a Presidenta não deixa nenhum membro importante do seu Partido ir para cadeia.

Este é o País que criou isto aqui que eu tenho na mão, meu caro Pedro Simon. Chama-se farinha de mandioca. Minha querida Senadora, meu querido Aloysio, parece ouro. Parece ouro, mas não é. É farinha de mandioca, comida que não pode faltar na mesa dos paraenses. E me perguntou o Senador: "Mas eles não comem arroz?" Comem!

Mas eles não comem feijão? Comem. Mas não pode faltar a farinha, senão eles não comem.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Paulista também gosta. Paulista também gosta de farinha de mandioca. E é caro lá também. Está tão caro...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas não é como o paraense.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Talvez não.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Paraense só come com a farinha. É o açaí, é o feijão, é o peixe com a farinha.

Senador Pedro Simon, há seis meses, o quilo desta farinha custava R$2,80. Seis meses atrás! Eu comprei hoje no supermercado. Era R$2,80 há seis meses.

Eu resolvi fazer este pronunciamento porque vinha para Brasília e eu não posso viver sem isto aqui. Eu só como com farinha, Senador. Eu sou caboclo lá do Marajó. Nasci no Marajó, me criei no Marajó. Qualquer comida que tenha na minha mesa tem que ter a farinha, senão eu não consigo comer direito. Eu entrei no supermercado para comprar um quilo de farinha e eu me lembrei de que, há seis meses, Requião, custava R$2,80 o quilo da farinha. Impressionante, Requião. Custa R$14,00 hoje. Impressionante. Está aqui o preço. Fiz questão de trazer o saquinho com o preço: R$13,69. Eu fiquei impressionado. Aí eu decidi, na viagem que eu fazia para cá...

Eu ia falar sobre corrupção hoje. Eu ia mostrar até um filme de corrupção hoje aqui. Aí eu disse: Mãe do céu, Virgem de Nazaré, eu tenho que falar sobre a inflação brasileira. Não posso deixar de falar.

Como, Senadora Lúcia Vânia, a classe média pode viver com o salário que ganha hoje? É falso.

É falsa, Senadora, essa ideia de que o Bolsa Família colabora com os brasileiros. É falsa. Nunca, nunca seremos contra o Bolsa Família, porque fomos

nós que o criamos, foi Fernando Henrique que o criou. Mas, agora, não há saúde, agora não há educação. Agora há violência, agora há inflação. E essa inflação é o câncer mais poderoso do dinheiro da família brasileira. Lutamos, mas lutamos muito contra esse câncer, lutamos décadas, décadas e décadas. Avisamos aqui. Este Senador subiu por várias vezes a esta tribuna e falei ao povo brasileiro: a inflação está voltando. Alertei várias vezes – e ela chegou –, assim como eu alerto sempre.

Tudo o que falo aqui, Pedro, tem acontecido. Tudo o que eu falo aqui tem acontecido. É só olhar as notas taquigráficas deste Senado. Eu falei que nós estamos numa ditadura política. O Governo, hoje, manda na Câmara e manda neste Senado. Faz o que quer. Aprova o que quer. Onde? Como? Em que País?

A Presidenta da República faz despesas e ninguém pode fiscalizar.

Presidente, a Presidenta Dilma pode viajar para onde ela quiser, e V. Exª, como Senador, não pode saber quanto ela gastou. É mais uma inovação. O que é isso, Presidente? O que se chama isso? Que palavra nós damos para isso? Quando o Senado Federal, quando o Congresso Nacional, Pedro, querido Pedro – sou teu fã há muito tempo –, como, Pedro, nós não podemos ter acesso às despesas que a Presidenta faz nas suas viagens? Como se chama isso, Pedro Simon?

Ditadura. Pedro, ditadura!

Que direito, que direito tem ela de esconder os seus gastos quando sai do País? Já queriam esconder os gastos da Copa do Mundo. Fizeram sem licitação. Isso é um absurdo, Pedro! Para onde nós estamos caminhando, meu lutador, meu incansável lutador pela glória deste País? Eu sei o quanto lutaste por este País; quantos lutaram aqui por este País!

Nós estamos chegando a um funil, Pedro. Eu não estou exagerando nada. Eu não estou fazendo oposição irresponsável. Eu não estou fazendo uma oposição antiética. É a minha preocupação com a minha Pátria.

No meu Estado, Pedro, temos o açaí, o tão gostoso açaí, o tão procurado açaí. Hoje, Pedro, é impossível um pobre comprar um quilo de farinha, um litro de açaí e três ovos para almoçar. É assim que o paraense pobre faz: ele vai ao quintal, junta três ovos no galinheiro ou no mato, de pato ou de galinha. Ele pega (...) pegava, quando era barato, a farinha de mandioca, ia à esquina e comprava. Existem três tipos de açaí: o fino, o médio e o grosso. Ele comprava geralmente o fino. Sabe quanto custa o litro do açaí fino hoje? R$12,00! Quanto custa um ovo, um ovo no supermercado, minha querida Senadora? Um ovo, quanto custa?

Aí a Presidenta diz que acabou com a miséria no Brasil!

Presidenta, saia um pouco do seu gabinete, Presidenta. Mas não vá fazer política no Rio Grande do Norte. Olhe outros Estados do Brasil.

Vossa Excelência está desesperada com a queda que Vossa Excelência teve agora. Não foi a queda no corredor da sua casa, não, foi a queda na sua popularidade, Presidenta! Aliás, essa queda demorou muito.

O País está à beira do abismo, Presidenta, na economia e em tudo, Presidenta! Vocês levaram o País para a anarquia.

O PT implantou a roubalheira no País. Todos os governos tiveram corrupção, todos, sem exceção de nenhum. Mas, no do PT, os caras estavam ansiosos para roubar.

Presidenta, agora não tem jeito. Não tem jeito, Presidenta. Vocês se esqueceram de fazer a infraestrutura do País e não vão conseguir fazê-la em um ano. Podem chamar quem quiser. Podem chamar qualquer economista do mundo, que agora ele não dá jeito em conter essa inflação, Presidenta.

Vocês se esqueceram da saúde, da educação, das estradas, as assassinas estradas brasileiras.

Pegue, Presidenta, pegue: quantos brasileiros morrem de acidentes nas estradas federais? Pegue, Presidenta! Olhe! Olhe quantos brasileiros morrem! Não tem uma, Presidenta! Eu tentei achar uma, não achei uma que se diga: está boa! Nenhuma estrada brasileira federal tem condição de tráfego.

Como é que a senhora quer acabar com a inflação, Presidenta? Não tem mais jeito! Não tem mais jeito!

Paraense, eu fui comprar, ó! Para comer hoje à noite, paraense. Eu tinha os R$14,00 no bolso, porque eu ganho bem como Senador da República. Mas eu tenho certeza de que muita gente na minha terra, lá no meu querido Marajó (...)

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – (...) lá no meu querido Marajó, lá no interior, não teria condições de comprar um quilo de farinha por R$14,00.

Agripino, é isso que está desequilibrando a Presidente do Brasil. Por isso ela está fazendo a campanha antes do tempo.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Quando o trem desce, não há como segurá-lo, Agripino. E o trem está descendo para o bem do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 261, de 2013**, dos Senadores Renan Calheiros, Inácio

Arruda e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a comemorar os 250 anos de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência do Brasil, a realizar-se no dia 13 de junho.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Sessão será realizada às 17 horas, excepcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 559, de 2013**, do Senador Roberto Requião, por meio do qual solicita, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 22 de junho, de 2013, para participar do XIV Encontro Internacional Virtual Educa, em Medellín, Colômbia.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência designa o Senador Wellington Dias para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do **Ofício nº 88, de 2013**, na Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 88/2013-GLDBAG

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Wellington Dias como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Wellington Dias,** Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um momento e concederei a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Renan Calheiros apresentou o **Requerimento nº 558, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 05 a 11 de junho de 2013, para representar o Senado Federal, na condição de Presidente, em visita oficial a Portugal.

Em votação o Requerimento nº 558, de 2013.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, (...)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder e queria autorizar o Senador Eduardo Suplicy a falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

V. Exª dispõe de 20 minutos para fazer uso da palavra.

Após V. Exª, falará o Senador José Agripino, como Líder do DEM.

Tem a palavra o senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, vim a esta tribuna, muito tempo atrás, com grande euforia, trazer a notícia de uma reunião com o Ministro Jorge Hage, em que o Ministro me disse que ele estava estudando, que o governo praticamente tinha terminado o estudo, que ele estava na mão da Presidência da República e que um processo ficha limpa seria adotado pelo Governo Federal.

Fiquei emocionado ao transmitir desta tribuna a notícia dessa grande decisão. O Congresso estava em véspera de aprovar, como aprovou, o Projeto de Ficha Limpa.

A essa altura, esse projeto já foi aprovado em vários Estados e até em vários Municípios do nosso País. Foi uma conquista de todo o povo brasileiro essa decisão de que, condenado em segunda instância, o cidadão fica afastado da vida pública. Ele pode voltar a concorrer limpando sua ficha na Justiça Eleitoral.

Faz tempo que fiz esse pronunciamento. Aliás, fiz e repeti, porque o ilustre Ministro Jorge Hage, mais uma vez, inclusive, reuniu a imprensa, para dar a sua explicação: o Poder Executivo vai adotar um projeto estabelecendo as determinantes para que alguém possa ser convocado para exercer cargo no Poder Executivo.

Eu não sei o que houve, mas o projeto não veio. A lei não foi apresentada. Podia ser por decreto; decreto também não apareceu. Sinceramente, não sei o que aconteceu.

Volto a repetir: a cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, já tem; Corumbá e Dourados, em Mato Grosso do Sul, também já têm; Severínia e Castilho, em São Paulo, também já têm; Natal, capital do Rio Grande do Norte, também já tem; Xanxerê, lá no interior de Santa Catarina, também já tem. E, por parte do Governo Federal, absolutamente nada. Ceará, Maranhão, Bahia e outros Estados, projetos semelhantes estão sendo analisados.

A ficha limpa já é realidade no Governo de São Paulo, já é realidade no Governo do Paraná, de Rondônia e do Piauí.

Percebemos, com essas iniciativas surgindo por todo o País, que ficha limpa é um pressuposto necessário para participar democraticamente da vida eleitoral do País.

Cansado de esperar pelo Executivo – não sei qual a decisão, o pensamento da Presidente; não ouvi falar de que ela não tenha aceitado e tenha arquivado, mas também não ouvi falar de alguma palavra positiva e incentivadora por parte de Sua Excelência –, por isso, decidi entrar com o projeto de lei que entrei hoje, no Senado Federal, para que os ditames da ficha limpa se tornem um argumento regular, ordinário para o exercício da vida pública.

Eu tenho a convicção de que esta Casa vai votar, e eu tenho a convicção de que a Presidente não vai vetar.

Reparem um número: 25.275 cargos a serem afetados diretamente no Executivo: Presidência da República, ministérios, autarquias, fundações, estatais e agências reguladoras. Esses dados eu retirei da Portaria 1.992, de 30 de novembro de 2012 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Eu vi outro dia, Sr. Presidente, quando perdeu a eleição o Presidente da França que buscava a reeleição, e quando voltava ao poder o Partido Socialista – mudança de 180 graus no comando, na ideia, na fórmula de governar –, era impressionantemente pequeno o número de cargos disponíveis para serem demitidos e escolhidos pelo novo Presidente do Partido Socialista.

Na França – como, diga-se de passagem, na maioria dos países racionalmente organizados –, não é essa bobeira geral: muda de partido, cai uma máquina governamental de milhares de cargos, e entram milhares de cargos, muitos dos quais não sabem, não entendem e não conhecem nada do que vão encontrar. Nesses países, o que muda é o comando, é o diretor-geral, são os diretores. Quem muda é o cargo que tem a responsabilidade, que dirige, que orienta, que determina, mas não a burocracia geral.

No Brasil, muda tudo. Só na cúpula lá em cima, 25.275 cargos, uma lei lá atrás – não sei hoje quantos cargos a mais para o Presidente nomear.

A história tem nos mostrado que, muitas vezes, o Presidente, o Governador do Estado termina nomeando pessoas que lhes são levadas por alguém de partido aliado ou coisa parecida sobre as quais ele, Presidente, ou ele, Governador, tem um conhecimento superficial. Nomeados, aparece a biografia, os erros, as condenações, os equívocos, fatos que determinam que alguém não tinha nenhuma condição de ocupar aquela posição. Muitas vezes, o governante, o presidente, o governador têm autoridade, têm credibilidade, têm seriedade e têm coragem de demitir imediatamente; outras vezes, isso não acontece. E vão levando, vão levando.

Por isso, Sr. Presidente, este projeto, Creio que passará pela Casa! Apesar de o Ministro e mais de uma vez chefe da Controladoria-Geral da União Jorge Hage ter se manifestado favoravelmente, dando o texto do projeto – que o *Correio Braziliense* publicou na íntegra –, dizendo que logo, logo, ele sairia, a Presidente, de acordo com o seu estilo, não respondeu nem "a", nem "b", nem "c", nem "d", nem "sim", nem "não", nem "não sei". Não se sabe nada. Por isso, o meu projeto. Está aqui, Presidente:

> Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2013
> Acrescenta artigo à Lei nº 10.683, de maio de 2003, que "Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências" para instituir condições para a assunção de cargos e funções do Poder Executivo

Aqui está. Entregarei cópia ao Líder do Governo para que ele o faça chegar às mãos da Senhora Presidente da República.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não, com todo o prazer, querido Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Acho que, quando vem V. Exª apresentar uma proposta dessas à Casa, ela, de antemão, tem uma força extraordinária não só aqui, mas no Brasil inteiro. V. Exª tem, como se diz, um *handicap*, tem a origem das caminhadas, das cruzadas. Eu me lembro, há muitos anos, das campanhas das Mãos Limpas, que V. Exª desenvolvia em função da Itália, etc., pelo País afora. E agora, encabeçando uma proposta como essa, de que no Brasil os cargos em comissão – de onde for, das agências reguladoras, disso, daquilo – têm que passar por uma… Têm que estar bem. Têm que estar em dia. Têm que ser uma vitrine. Têm que ser uma exposição. Têm que ser um livro aberto. Aliás, como uma mercadoria em exposição em uma vitrine: têm que estar abertos. Ninguém melhor que V. Exª para

trazer isso para nós começarmos uma cruzada em conjunto. Acho que isso, naturalmente, deve receber o apoio, deve receber o beneplácito da Casa. Inclusive, não será vetada essa proposta. Eu acho que haverá repercussão, haverá recepção dessa proposta aqui, principalmente junto à opinião pública nacional, que ajudará a conduzir essa proposta de V. Exª, para que culmine numa cruzada linda, cruzada boa, saneadora, moralizadora, por assim dizer. Quero cumprimentá-lo, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª pode estar feliz, porque Santa Catarina já adotou. Lá, já foi adotado.

Vamos discutir nas comissões.

Vim a esta tribuna para discutir um projeto que apareceu na Câmara dos Deputados. E o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em manchete de página inteira, na primeira página de domingo do *Correio Braziliense* – e eu noticiava aqui –, lamentava que já estivesse havendo movimento tentando esvaziar o projeto da Ficha Limpa, querendo fazer com que prefeitos que tiveram, em segunda instância, as contas rejeitadas pudessem ser candidatos. Esse é o projeto que está lá na Câmara.

Naquela matéria do Presidente do Supremo, o *Correio Braziliense* voltou a tratar da questão do Poder Executivo.

Infelizmente, nesse caso, como em alguns outros, a gente não consegue penetrar no sentimento da Presidente e saber, imaginar, prever o que ela pretende fazer. Sobre essa matéria, Sua Excelência não disse uma palavra, nem "sim", nem "não", nem "talvez", nem "pode ser". Silêncio absoluto. E não é uma matéria levantada pela oposição ou pelo Governo. É uma matéria levantada pelo seu Ministro, o Ministro Hage, especialista responsável por essa questão, que lhe entregou em mãos, e, pelo que o Ministro comunicou à imprensa, a Presidenta gostou muito. Ela gostou tanto que, até agora, não abriu a boca.

Está ali o Pedro I, meu colega do Senado, ilustre e brilhante Senador pelo Mato Grosso. Nós dois estivemos com o Ministro, e S. Exª, que comigo estava lá, lembra-se do entusiasmo com que o Ministro falou, do otimismo com que o Ministro falou e da alegria com que nós saímos do palácio ministerial.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim, estávamos juntos, Senador Pedro Simon, Pedro o Único, V. Exª. Estávamos juntos ao Ministro Hage, e vimos a alegria dele. Só que essa alegria arrefeceu, diminuiu, ninguém fala mais do tema. Espero que voltemos a tratar desse tema.

(Soa a campainha.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – E esse projeto na Câmara dos Deputados está querendo relativizar a decência, relativizar a honestidade, relativizar o espírito republicano. Imagine: milhões de pessoas assinaram o projeto de iniciativa popular; agora, estão querendo relativizá-lo. Como diria o Brizola, estão querendo costear o alambrado, estão querendo correr do espírito republicano que está na Constituição. Parabéns pela vossa fala. V. Exª é um farol aqui, para que nós possamos sempre nos pautar pelos princípios republicanos. Não o Farol de Alexandria, não aquele farol, mas um farol da decência, um farol da ética.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Que bom que V. Exª está aqui, porque V. Exª estava junto e presenciou a alegria e o otimismo do Ministro, de ter chegado a um projeto que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...diga-se de passagem, estava perfeito. (*Fora do microfone.*)

O tempo passou, o tempo passou e o tempo passou, e a Presidente não falou. E já apareceram equívocos nas nomeações feitas por S. Exª. E um dos equívocos do Tribunal de Ética – ou Comissão de Ética, sei lá o quê – chamou a atenção e, ao que sei, a pessoa até não foi nomeada.

Deve ser muito bom quando a gente é um Parlamentar e tem um diálogo maior e uma perspectiva maior de debater e analisar com o Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Pedro Simon, quero registrar aqui a presença dos alunos do curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Sejam bem-vindos. (*Palmas*.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – De onde? De onde?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Alunos do curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, do Município de Gravataí, no Rio Grande do Sul, seu Estado. (*Palmas*.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – Sejam bem-vindos! (*Palmas*.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Gravataí tem várias fábricas de desenvolvimento e tem tido um crescimento que impressiona o Brasil.

Meus cumprimentos.

Não é que eu queira ser vaidoso, mas nota-se que são gaúchos, não são? (*Palmas*.)

Vamos ver o que a Presidenta vai responder...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu ouvi o pronunciamento do companheiro Aécio. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Dois minutos para V. Exª concluir.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não sei se V. Exª assistiu a seu pronunciamento em um debate na televisão que, para mim, é dos mais difíceis, porque o que interpreta tem a competência de brincar ou falar sério como bem quer. Lá pelas tantas, ele perguntou se V. Exª teria o apoio do ex-Governador Serra, e o indagou: "V. Exª terá o apoio do Governador Serra? Deixe para responder depois do intervalo." Aí, meu amigo Aécio respondeu: "Que bom! Assim, enquanto se fizer o intervalo, telefonarei para ele e ouvir o que ele vai dizer."

Mas V. Exª tem sido muito feliz quando fala com a Presidente e pergunta a ela aquilo que a gente quer saber...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... aquilo que é importante saber.

Eu sou fã da Presidenta Dilma e tenho minhas restrições ao Presidente Lula. Mas uma coisa o Lula tem que a Dilma não tem: o Lula conversa, o Lula responde, o Lula presta atenção. A D. Dilma parece a dona da verdade.

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Falar, conversar é a coisa mais difícil que tem. E olha que nós estamos em um ano eleitoral.

V. Exª está se saindo bem. Sinceramente, a tomada foi altamente positiva.

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço, mais uma vez, a V. Exª. V. Exª sabe que o destino já nos uniu. Para muita honra minha, nos momentos mais emocionantes e...

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – ... construtivos de que participei, (*Fora do microfone.*) a presença sempre clara, firme, coerente e corajosa de V. Exª era permanente. Sobretudo nos momentos ao lado de Tancredo, de Ulysses e de tantos outros, V. Exª ajudou a que o Brasil tivesse como legado hoje a democracia, as instituições fortalecidas, a liberdade de imprensa. E sabe V. Exª, um Parlamentar experiente e um dos mais respeitados que este País já teve, que o nosso papel de oposição é estar permanentemente vigilantes. Nós sempre exercemos essa nossa oposição de forma responsável. Jamais, Senador Pedro Simon, confundimos os interesses do País com interesses de governo, por mais que setores do governo tenham dificuldade, em determinados momentos, de compreender onde termina o governo e começa o País. Poucos dias atrás, o Brasil todo foi inundado por um conjunto desencontrado de informações a partir de uma ação, nas palavras do Ministro da Justiça, coordenada; nas palavras da Presidente da República, desumana; nas palavras do Presidente do PT, já um terrorismo eleitoral, se não me foge exatamente a expressão. E nós, surpresos com as afirmativas, sempre muito velozes, muito céleres, buscamos tentar entender o que havia acontecido. Não tivemos a felicidade de obter as informações.

Mas mais uma vez, Senador Pedro Simon, a imprensa o fez. O jornal *Folha de S.Paulo* demonstrou que aquela ação descoordenada que levou à aflição, ao desespero milhares de famílias brasileiras havia ocorrido, se não na sua totalidade, em parte, por uma decisão da Caixa Econômica Federal.

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – Todos nós, como diz a Presidente da República, somos humanos e podemos errar. Mas eu considero, Sr. Presidente, que haja ainda um hiato. Há ainda algo faltando em toda essa equação. Errar é humano? É. O fato de a Caixa Econômica ter se equivocado ao liberar os pagamentos todos eles numa só data já era motivo de uma repreensão. Mas o que me pareceu mais grave foi que uma das principais instituições do País – tive o privilégio, Senador Pedro Simon, de ser diretor da Caixa Econômica Federal, me julgo hoje um economiário, é como os servidores da Caixa se intitulam, tenho um respeito enorme pela instituição –, a Caixa Econômica Federal, mentiu aos brasileiros durante toda uma semana. A questão que fica, Sr. Presidente, é que a Presidente da República, célere, rápida ao condenar aquela atitude como algo desumano, deve sim um pedido de desculpas à população brasileira. Desculpar-se não é se humilhar, ao contrário...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – Àquelas milhares de famílias de brasileiros e de brasileiras que viveram aquele momento de pavor, acho que o termo era esse, seria algo que dignificaria a Presidência da República. De forma escamoteada, um pouco envergonhada, o presidente da Caixa fez isso. Considero muito pouco. Acho, sim, que a Presidente da República deveria vir – talvez até em cadeia nacional de rádio e televisão, que ela tem usado também de forma muito permanente – se desculpar pelo descontrole do seu Governo, que não fica apenas nessa área. Eu não vou aqui, obviamente, adentrar todo o pronunciamento de

V. Exª, mas ao falar da Presidente – e falo com o respeito que tenho pela mulher, pela cidadã, pela democrata – quero dizer que falta ainda, e nós da oposição aguardamos, um pedido de desculpa, se não à oposição, que foi atacada levianamente por uma ministra de Estado, como se tivesse orquestrado aquele ato de crueldade, nas palavras da Presidente da República, que a peça às parcelas dos beneficiários do Bolsa Família que sofreram aqueles constrangimentos há duas semanas, Sr. Presidente, Sr. Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª falando, independentemente da minha vontade, eu estava com meu pensamento 25 anos atrás, me lembrando de quando o Dr. Tancredo estava organizando seu ministério, e V. Exª, um guri, secretário particular do Dr. Tancredo, ajudava a colocar os nomes nos devidos lugares, e coordenava as recepções que o Tancredo teria. Não me esqueço.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A pessoa chegou para o Dr. Tancredo e disse: "Ah, Dr. Tancredo, eu já estou quite; eu já falei com aquele rapazinho. É seu filho?" E o Dr. Tancredo chega e responde: "Quem dera fosse meu filho, infelizmente já é meu neto." "Ele me disse que eu tenho muitas probabilidades de ser o futuro ministro." E o Dr. Tancredo responde: "Se ele disse, fique otimista, porque ele entende e tem muita força."

V. Exª – eu me lembro do papel excepcional que, V. Exª, levado pelas circunstâncias, desempenhava –; e, já àquela altura, na coordenação daquela Frente enorme que reunia principalmente nós, o MDB, com os que vinham da Arena.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – Acompanhei aquela cerimônia de posse do Dr. Tancredo do lado de fora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Pedro Simon, mais um minuto para V. Exª para concluir, porque há vários oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não é nada contra o Dr. Tancredo, não é? Porque estou falando dele e V. Exª está me tirando daqui, não é por causa disso. Eu comecei a falar no Dr. Tancredo e V. Exª me avisa para sair da tribuna. Pode parecer a alguém que está assistindo que V. Exª tem alguma coisa contra. Não tem, não é? Eu sabia que não tinha.

Mas eu digo, eu me lembro do que foi, para nós todos, aquela noite e, principalmente, para o neto do Tancredo. Mas uma coisa eu garanto: V. Exª deve ter aprendido muito naqueles dois meses, porque V. Exª começou no início e terminou pronto, o governinho estava pronto. Eu tenho, porque V. Exª e o Chefe da Casa Civil me providenciaram, a minha folha onde eu era nomeado Ministro da Agricultura pelo Presidente Tancredo Neves.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Está lá na parede do meu gabinete. V. Exª já tem essa... (*Fora do microfone*.) Se ganhar, é só executar, aperfeiçoando, se for necessário, aquilo que já fez. Um abraço a V. Exª

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas. V. Exª tem 20 minutos para fazer o seu pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de mais nada.

A Presidência designa:

– como membro titular, o Senador Gim, em substituição ao Senador Antônio Carlos Rodrigues, que passa a ocupar a suplência, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 615, de 2013**, conforme o **Ofício nº 126, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal; e

– como membro suplente, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição ao Senador Alvaro Dias, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 615, de 2013**, conforme o **Ofício nº 138, de 2013**, da Liderança do PSDB do Senado Federal.

Os Ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 126/2013-BLUFOR

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Gim, como membro Titular, em substituição ao nobre Senador Antônio Carlos Rodrigues, que passará a ocupar vaga de Suplente para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 615, de 2013, que "Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana de açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação

e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força-PTB/PR/PSC.

Ofício nº 138/13-GLPSDB

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para integrar, como Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 615 de 2013, em substituição ao Senador Álvaro Dias.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, toda vez em que um Presidente da República vai ao Estado da gente há razões para registro, às vezes para agradecimento, às vezes para comentários. A Presidenta da República esteve ontem, Senador Pedro Taques, em Natal para o anúncio de obras que o meu Estado havia solicitado. Sua Excelência anunciou e esteve lá para entregar motoniveladoras, pás carregadeiras, retroescavadeiras a prefeituras municipais. Eu, como potiguar, agradeço tudo o que chega ao meu Estado.

Hoje, ao voltar para o meu gabinete, por volta de 13 horas, encontrei três prefeitos que estavam presentes à solenidade em que Sua Excelência anunciou benefícios, entregou as chaves das pás carregadeiras, das motoniveladoras e das retroescavadeiras, que me fizeram um comentário que acho importante aqui trazer – Senador Armando Monteiro, que é pernambucano, que vive o clima de seca, como o Senador Humberto Costa – pelo fato de nós, nordestinos, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, estarmos vivendo uma quadra de muita dificuldade. Sua Excelência entregou pás carregadeiras, motoniveladoras e retroescavadeiras, entregando as chaves individualmente a cada prefeito. Os prefeitos, três deles, de Municípios pequenos, todos com menos de dez mil habitantes, comentaram comigo a presença de S. Exª a Presidente da República, ontem, em Natal, e me faziam um comentário; agradecidos, sim, mas fizeram um comentário.

Diziam eles: "Os nossos Municípios estão hoje passando sede, fome, necessidade, e nós recebemos, e agradecemos, os equipamentos, que, é verdade, ativam a economia de São Paulo, onde são fabricadas as pás carregadeiras, as motoniveladores e as retroescavadeiras, e que poderão servir, eventualmente, em nossos Municípios. Mas, para a operação dessas máquinas, que são máquinas caras, vamos ter dificuldade. O salário de um secretário municipal é x reais. Para colocar uma motoniveladora para funcionar, vou ter que contratar um profissional, que não é fácil encontrar e que tem que ser bem remunerado, o que equivale quase que a um salário de secretário municipal. Para fazer funcionar a pá carregadeira, igualmente, vou ter que gastar bastante combustível, porque é uma máquina potente, e o meu Município está carente de recursos próprios até para isso. Para colocar a retroescavadeira, que pode ser útil ao meu Município, vou ter que gastar dinheiro com o operador da máquina, vou ter que gastar dinheiro com o combustível e vou ter, a exemplo do que vai acontecer com a motoniveladora, que comprar as lâminas de reposição – quanto mais escava, mais gasta a lâmina, que custa caro –, e o meu Município está carente hoje de água."

Aí, me diziam os três, me diziam os três prefeitos – nenhum deles é do meu Partido, o Democratas, nenhum dos três –, Senador Jayme Campos: "Ah, se eu pudesse vender as máquinas que foram doadas! Nós formaríamos um consórcio de nove Municípios e, com o dinheiro da venda dessas máquinas, compraríamos perfuratrizes, para perfurar poço, para buscar aquilo que nos falta neste momento, que é água, para hoje, para amanhã e para sempre."

Eu caí das nuvens, Senador Armando, eu caí das nuvens. Veja o raciocínio deles. Eles estão aqui para contar a história: "Ah, se nós pudéssemos vender! Venderíamos e, com o apurado, compraríamos, em consórcio, uma perfuratriz para perfurar aquilo que nos falta, que é água, num momento de aflição."

Aquilo me trouxe a reflexão de uma ação que é merecedora de agradecimento. É claro que, como potiguar, o que chegar lá eu agradeço, mas a prioridade do momento não era aquilo. Aí eu disse a eles, Senador Humberto, disse aos três... Senador Casildo, V. Exª estava na reunião da CAE hoje de manhã e votou; Senador Armando estava na CAE hoje de manhã e votou; Senador Pedro Taques estava na CAE hoje pela manhã e votou; a Senadora Ana Amélia estava na CAE e votou; infelizmente o Senador Humberto Costa

não estava presente nem o Senador Antonio Carlos Valadares, mas o Senador Jayme Campos estava lá e votou. E eu disse a eles...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Eu estava em outra comissão, Senador Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – E eu disse a eles: "É importante registrar, se é que vocês não puderam assistir, que acabamos de aprovar, na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto do Senador Vital do Rêgo, aprovado naquela Comissão por Senadores do PMDB, do PSDB, do Democratas, do PR, do PDT, do PP, por unanimidade." Todos os presentes votaram a favor de um projeto do Senador Vital do Rêgo que, por iniciativa legislativa, vai – este, sim – levar um lenitivo importantíssimo para aqueles que estão passando grande necessidade no Nordeste: anistia dos débitos do crédito rural.

No encaminhamento ao relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez um relato muito benfeito, substantivo, bem argumentado, coloquei um reforço de argumento, dizendo que a Presidenta Dilma havia estado na África recentemente e havia anunciado o perdão da dívida de mais de US$850 milhões para 12 países africanos, 12 países que, nos últimos cinco anos, haviam crescido a uma média de 5,5% no seu PIB, muito mais do que a média de crescimento do PIB do Brasil e muito mais do que a do Nordeste, e que mesmo assim haviam tido US$850 milhões de perdão da dívida.

Citei mais, falando de uma matéria publicada pela revista *Veja* em que era citado que, por exemplo, na Guiné Equatorial, um dos países cuja dívida havia sido perdoada, o governante colecionava carros de luxo, tinha não sei quantos Rolls-Royce, não sei quantos Bentley, não sei quantas Ferraris, não sei quantos Porsches e por aí ia e que, mesmo assim, sendo ele governante daquele país, havia sido perdoada a dívida.

Como se perdoa a dívida de países africanos e se pode negar o perdão da dívida de nordestinos, de tomadores de crédito nordestinos que não pagam porque não têm como pagar? E o Congresso havia feito a sua parte. Aquilo que era a razão de angústia de milhares de nordestinos, o Congresso, pelo Senado, havia aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos, na manhã de hoje, e haveria de mandar para a Câmara, que eu tenho certeza que votará rapidamente: o perdão das dívidas dos pequenos e médios produtores rurais até 2001.

De 2001 para frente, os pequenos e os médios terão a repactuação escalonada de suas dívidas: até R$35 mil serão perdoados; de R$35 mil até R$100 mil, rebates de mais ou menos 80%, com 20 anos para pagar. Aí, sim, dá-se a chance de as pessoas que têm alguma coisa para apurar no futuro pagarem as dívidas de 2001 para frente, sendo pequeno ou médio empresário rural. E, nos anos para trás, aqueles que não pagaram e que estão impedidos de levantar qualquer tipo de financiamento tiveram, por uma ação legislativa votada por unanimidade numa comissão do Senado por partidos de Governo e de oposição, o perdão de suas dívidas.

Se o Governo pode perdoar as dívidas de países africanos num valor assemelhado ao que devem os pequenos produtores rurais, por que o Congresso não faz o mesmo que fez com os africanos com os nordestinos inadimplentes?

E é claro que, por isso...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É claro que sim. Já ouço V. Exª.

É evidente que tem que fazer. E assim o fez, votando por unanimidade essa matéria e garantindo o perdão da dívida, que – esta, sim – é uma grande notícia para todos os prefeitos da Região Nordeste que vão levar para os seus pequenos agricultores e pecuaristas uma ação da classe política voltada para a sua sobrevivência.

Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Valadares, do valoroso Estado de Sergipe.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, eu acompanho o trabalho de V. Exª há muitos anos nesta Casa e sempre posso destacar, por um dever de justiça, que quando se trata da defesa dos interesses do Nordeste, dos seus agricultores, V. Exª sempre esteve na linha de frente, seja no governo Fernando Henrique Cardoso, seja na oposição, como agora, no Governo de Lula e no da Presidenta Dilma. Mas eu gostaria de dizer a V. Exª, também por um dever de justiça, que hoje eu compareci a uma solenidade, no Palácio do Planalto, quando a Presidenta Dilma e o Ministro da Agricultura anunciaram o novo Plano Safra 2013/2014. E, na ocasião, ela anunciou e fez questão de enfatizar que, principalmente agora, depois dessa seca clamorosa por que nós passamos, nós que somos nordestinos, algumas medidas serão direcionadas aos pequenos e médios agricultores da Região Nordeste, como: 1) suspensão das execuções das dívidas contratadas junto ao Banco do Nordeste e aos demais bancos, com a suspensão dos prazos processuais até dezembro de 2014 – isso é importante, porque o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste estão tomando terras dos agricultores que não pagaram as suas dívidas, e ela vai mandar suspender essa ação através de uma de-

cisão a ser anunciada na próxima semana –; 2) concessão de um desconto de até 85% para a liquidação de operações de crédito rural contratadas até 2006, com valor final de até R$35 mil – 85% de desconto –; 3) composição de dívidas contratadas até 2006, cujo valor original era de até R$200 mil, em até dez anos, com taxas de juros e recursos do Fundo Constitucional do Nordeste; 4) renegociação das operações contratadas a partir de 2007 e que estavam inadimplentes em 2001, em até dez anos, com três anos de carência. São medidas que ela anunciou hoje e que serão tomadas no decorrer da próxima semana. É significante dizer que vai ser um alento, sem dúvida alguma, para os nordestinos a medida provisória que ela vier a baixar nesse sentido, contrapondo-se a esse sofrimento por que passam os devedores do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil na nossa região, alguns dos quais já perderam até as suas terras, e outros estão ameaçados de perderem o lugar onde vivem, onde plantam para a sobrevivência de suas famílias. Será uma atitude, do ponto de vista econômico, essencial, porque o produtor continuará não só produzindo, trabalhando na sua terra, como também vivendo para o trabalho de sobrevivência de suas famílias. Por outro lado, acho que V. Exª tocou num ponto importante: por exemplo, a compra de máquinas perfuratrizes para a abertura de poços artesianos na nossa Região Nordeste. Isso é fundamental. Inclusive eu estive recentemente em uma solenidade em que estava presente a nossa Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba, e o Ministro da Integração. Ali foi anunciado que o Ministério da Integração daria – se não me engano – a 15 Estados da Federação três máquinas perfuratrizes: duas com capacidade para perfurar até 250 metros de profundidade e uma com capacidade de perfuração até 500 metros de profundidade. Essas três máquinas perfuratrizes custarão aos cofres públicos – já foram licitadas essas máquinas – R$10 milhões. Então, não é qualquer Município pequeno, mesmo em consórcio, que vai poder comprar essa máquina e os seus implementos, que são três caminhões para transportar a máquina perfuratriz, transportar combustível e assim sucessivamente. Quer dizer, há um complexo porque não basta apenas a máquina perfuratriz. É necessário um complexo de apoio para que essa máquina venha a se instalar num determinado Município e venha a fazer a perfuração. Seria, a meu ver, inadequado, do ponto de vista econômico, e impossível, do ponto de vista econômico-financeiro, Municípios pequenos manterem máquinas desse tipo, mas considero também que há máquinas com capacidade menor. Quem sabe um consórcio, como V. Exª disse, poderia resolver a perfuração de pequenos poços com profundidades menores. Mas, para resolver mesmo a questão da água potável, de qualidade, de potabilidade adequada e sem o perigo de contaminação, a perfuração ideal seria nesta profundidade de 200m a 250m, o que evitaria, sem dúvida alguma, contaminação e doenças infectocontagiosas para a população. Portanto, eu quero concordar, em parte, com o pronunciamento de V. Exª, mas também fazendo justiça, justiça à Presidenta, que anunciou medidas por que nós estávamos lutando há tempos. Inclusive o nosso Senador Presidente da Comissão de Justiça, Vital do Rêgo, apresentou um projeto mais ou menos voltado para essa situação a que V. Exª se refere, na defesa dos pequenos produtores, dispensando as dívidas que estão sendo motivo de preocupação há muitos anos. Agradeço a V. Exª a paciência de ter me ouvido. Acompanharei com muito interesse as palavras de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Valadares, o aparte de V. Exª talvez tenha sido mais longo do que o meu próprio discurso. (*Risos.*)

Mas eu agradeço, porque V. Exª levanta alguns pontos e diz que concorda com a minha manifestação, não por inteiro, em parte. E eu espero que os argumentos que vou colocar a V. Exª façam com que V. Exª concorde por inteiro com as minhas colocações.

Primeiro, veja a coincidência. V. Exª sabe quantas medidas provisórias tramitaram pela Câmara e pelo Senado, buscando a anistia dos débitos até 2001, e nunca, nunca, o Governo concordou com o fato, e a discussão levava sempre a indefinições? Dezesseis, dezesseis medidas provisórias!

Hoje, aprovou-se um projeto de lei do Senador Vital do Rêgo, e, coincidentemente, o Governo anuncia, não aquilo que o projeto de S. Exª propõe, que é a anistia, a Presidente da República anuncia a suspensão do sequestro. Não significa anistia, significa dizer que o nordestino, pelo menos por um tempinho, vai poder dormir sem esperar que um agente da Justiça, um estafeta, chegue à porta da casa dele com um mandado de pedido de entrega da terra dada como aval, como garantia, como penhora daquilo. Então, 16 medidas provisórias discutidas, uma a uma, sem conclusão.

Hoje, a Presidente anuncia o fim do sequestro, o fim do estafeta da Justiça na porta da casa do pequeno produtor para tomar a terra dele. Ele pode dormir. Com o projeto que nós aprovamos, ele pode mais do que dormir; ele pode ficar tranquilo, porque aquilo que foi feito para os africanos o Governo está fazendo para o pequeno proprietário rural do Nordeste.

Segundo ponto. Fico feliz da vida, Senador Valadares, felicíssimo, pelo fato de V. Exª ter relatado os fatos que relatou, porque me dão a meia convicção, Senador Vital, de que o projeto...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... de V. Exª, pela unanimidade dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, não vai ser vetado. Porque, se a Presidente anunciou uma sequência de fatos assemelhados no tempo, a negociação proposta...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, 85% de desconto já chega perto dos 100% do Vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Um instante só. O tempo todo aquilo que V. Exª propôs, rebate de 80% a 85%, é mais ou menos coincidente com aquilo que a Presidente teria anunciado.

Ótimo! Não vai haver veto. Ficamos todos felizes com a perspectiva do não veto. Agora, resolvemos com o projeto de V. Exª, Senador Vital, em definitivo. Há o perdão da dívida. Não há apenas o cancelamento da viagem do estafeta da Justiça atrás de tomar a terra dada em penhora ao pequeno produtor rural.

Finalmente o projeto de V. Exª bota um fim ao que 16 medidas provisórias nunca conseguiram: chegar a uma conclusão, a que chega, por coincidência, hoje, no anúncio da Presidente no Palácio do Planalto.

Bela coincidência! Mas antes tarde do que nunca. E nós trabalhamos para aprovar no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos o que é o certo.

Eu não troco o certo pelo duvidoso. O duvidoso é o que estava em andamento; o certo é o que nós votamos.

De modo que eu quero, com essa manifestação, dizer ao Plenário que quando os prefeitos falaram que "se pudessem vender as máquinas venderiam", não é que eu esteja esnobando a doação das máquinas feitas pela Presidente da República a prefeitos de Municípios pequenos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... de meu Estado, é que essas máquinas têm uma operação onerosa, cara, que os Municípios talvez não tenham condição de suportar. E eles, traduzindo na sua caboclice, traduzindo a vontade e o interesse, diziam: "se eu pudesse vender, eu venderia e juntava o dinheiro para nove Municípios fazerem um consórcio e comprarem uma perfuratriz ou duas para, aí sim, buscar água".

Se o Governo já fez uma licitação e prometeu aos Estados – e não me consta que tenha chegado ainda ao meu Estado nenhuma perfuratriz, e tomara que chegue –, nós nos antecipamos; nós nos antecipamos com a manifestação que trazemos ao Plenário para o conhecimento da República, do País.

Eu acho, Senador Valadares, que V. Exª, que é um bom nordestino, que é um defensor das causas da sua região, que também é a minha região, colocou alguns fatos, alguns anúncios que me trazem muita alegria porque me trazem, fundamentalmente, a mim e, tenho certeza...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... a convicção de que o projeto que foi votado hoje de manhã não vai ser vetado. Porque, não por completo, mas ele se assemelha, de certa forma, ao que nunca aconteceu, nunca tinha acontecido até agora, mas aconteceu. E, se aconteceu, se a Presidente, antes tarde do que nunca, anuncia coisas parecidas, é porque não pretende vetar o que o Senado Federal aprovou hoje de manhã.

Obrigado a V. Exª pela tolerância do tempo e pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência designa:

– como membros titulares, os Deputados Odair Cunha e Vanderlei Siraque, em substituição aos Deputados José Guimarães e Valmir Assunção e, como membros suplentes, os Deputados Fernando Marroni e Francisco Chagas, em substituição aos Deputados Sibá Machado e Luiz Couto, respectivamente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 613, de 2013**, conforme o **Ofício nº 497, de 2013**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados;

– como membros titulares, as Deputadas Dalva Figueiredo e Luciana Santos, em substituição aos Deputados José Guimarães e Valmir Assunção e, como membros suplentes, os Deputados Artur Bruno e Margarida Salomão, em substituição aos Deputados Sibá Machado e Luiz Couto, respectivamente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 614, de 2013**, conforme os **Ofícios nºs 498 e 499, de 2013**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

Os ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 497/GAB/Lid/PT

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para indicar como membros titulares os Deputados Odair Cunha (PT – MG) e Vanderlei Siraque (PT – SP) em substituição aos Deputados José Guimarães (PT – CE) e Valmir Assunção (PT – BA) e como membros suplentes os Deputados Fernando Marroni (PT – RS)

e Francisco Chagas (PT – SP) em substituição aos Deputados Sibá Machado (PT – AC) e Luiz Couto (PT – PB) respectivamente para a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 613/13, que "Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **José Guimarães**, PT/CE, Líder da Bancada na Câmara.

Of. nº 498/GAB-LidPT

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como Membro Titular a Deputada Dalva Figueiredo (PT/AP) em substituição ao Deputado José Guimarães (PT/CE) e como Membros Suplentes os (as) Deputados (as) Artur Bruno (PT/CE) e Margarida Salomão (PT/MG) em substituição aos Deputados Sibá Machado (PT/AC) e Luiz Couto (PT/PB) respectivamente, para a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 614/13, que "altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e dá outras providências."

Atenciosamente, – Deputado **José Guimarães** – PT/CE Líder da Bancada na Câmara.

Of. nº 499/GAB-LidPT

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para indicar como Membro Titular a Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE) em substituição ao Deputado Valmir Assunção (PT/BA), para a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 614/13, que "altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **José Guimarães** – PT/CE, Líder da Bancada na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa, por 20 minutos, na forma regimental.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, hoje venho a esta tribuna para falar do maior programa de redução da pobreza da história deste País. Eu me refiro ao Bolsa Família, que, nos últimos dias, voltou a ser objeto de críticas e de questionamentos, inclusive por políticos do Nordeste, uma das regiões mais beneficiadas pelo programa.

Falo aqui não somente para responder a esses críticos, mas também para me dirigir à população brasileira, inclusive aos cidadãos e cidadãs que conhecem de perto o programa, aqueles que puderam ser reintegrados à sociedade, e, com isso, tiveram ou estão tendo a oportunidade de lutar, com maior dignidade, por uma vida melhor, incomparavelmente com mais chances do que tinham quando eram marginalizados.

É lamentável que, depois de tantos dados e exemplos de sucesso, um programa reconhecido nacionalmente e internacionalmente seja atacado; e, junto com ele, muitos beneficiários, vistos como pessoas acomodadas, que desejam passar toda a vida à custa das benesses públicas. Que argumentos são esses? Ao bom político e homem público são necessárias sensibilidade social e compreensão da importância de programas de inclusão social, num país que historicamente sempre teve percentuais elevados de pobreza e de desigualdade.

Segundo o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que trata do empreendedorismo, o auxílio financeiro do Bolsa Família não desestimula os favorecidos a buscar emprego ou a se tornar empreendedores. A publicação *Radar*, do Ipea, mostrou que 38% dos chefes de família elegíveis para o Bolsa Família trabalham por conta própria. Os empreendedores que pertencem ao cadastro do programa estão concentrados na Região Nordeste (41%); depois estão mais presentes no Sudeste (32%), seguidos do Norte (10%), Sul (10%) e Centro-Oeste (8%).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que 1,69 milhão de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família deixaram espontaneamente o programa, declarando que a renda já tinha ultrapassado o limite de R$140,00 por pessoa. Isso representa 12% do total de 13,8 milhões de famílias atendidas. Esses dados abrangem o período entre outubro de 2003 e fevereiro de 2013, ou seja, todo o período do programa.

Além dessas famílias que declararam espontaneamente terem ultrapassado o limite de renda para recebimento do benefício, a fiscalização excluiu 483 mil beneficiados flagrados com renda superior àquela permitida pelo programa.

O Bolsa Família está inserido numa estratégia maior que inclui portas de saída para aqueles beneficiados que puderam prosperar, deixando a situação de miséria ou pobreza em que se encontravam.

Parte do Plano Brasil Sem Miséria, voltado para os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R$70,00 por mês, o Bolsa Família tem três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares.

A transferência de renda resgata o cidadão marginalizado da extrema pobreza, dando um alívio imediato e maiores condições de inclusão social. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. As ações e programas complementares, por sua vez, permitem que os beneficiários superem a atual situação em que se encontram e que possam prosperar.

Trata-se, portanto, de um plano articulado, com repercussão em outras áreas importantes, como na saúde e na educação, com resultados que já podem ser colhidos. Por exemplo, os estudantes das famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) que recebem o Bolsa Família têm chances 11% menores de repetir o ano do que aqueles cadastrados não contemplados pelo programa. É o que demonstram pesquisadores do Ipea, que cruzaram dados de três bases administrativas: o CadÚnico, o Projeto Frequência e o Censo Escolar.

Além dos melhores índices de aprovação, o Ministério da Educação observou que a exigência da frequência às aulas por parte do Bolsa Família faz diferença também na redução do abandono escolar, evitando a evasão dos estudantes da rede pública.

Os indicadores de abandono escolar no ensino fundamental são de 3,6% entre os beneficiários do Bolsa Família contra 4,8% da média nacional. No ensino médio, 7,2% dos contemplados do programa deixam a escola, frente a 14,3% da média nacional.

Os resultados positivos também foram verificados na saúde. Estudo publicado na conceituada revista inglesa *The Lancet* mostra que, entre 2004 e 2009, o Programa contribuiu para a queda de 17% na mortalidade infantil entre crianças menores de 5 anos.

O estudo apontou impacto ainda maior da ação do Bolsa Família quando a causa da mortalidade está relacionada à segurança alimentar. Isso porque o programa foi responsável direto pela diminuição de 65% das mortes causadas por desnutrição e 53% dos óbitos causados por diarreia.

Essa pesquisa, realizada em 2.853 Municípios brasileiros, coordenada pelo Sr. Maurício Lima Barreto, coordenador do Instituto Nacional de Ciência, Inovação e Tecnologia em Saúde da Bahia, e envolveu outros pesquisadores brasileiros.

O impacto do Bolsa Família na economia também já foi verificado e amplamente divulgado, com a melhoria de renda e de consumo da população brasileira. Nesse período de estiagem do Nordeste, foi fundamental para garantir as necessidades mínimas de sobrevivência da população, reduzindo os saques assistidos em outros períodos de seca da história do Nordeste.

A própria Organização Internacional do Trabalho declarou, em seu Informe Mundial sobre o Trabalho Infantil, a importância do Bolsa Família para a redução do trabalho infantil no nosso País. De acordo com o informe, o Bolsa Família reduziu em 8,7% a quantidade de crianças trabalhando no campo e em 2,5%, na área urbana, desde a sua criação. E não só a OIT, mas diversas outras entidades internacionais reconhecem a importância do programa. Cito aqui a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Banco Monetário Internacional.

A experiência brasileira também foi adotada no México, na Venezuela, na Bolívia, no Peru, no Equador e em outros países da América Latina. Recomendado pela ONU, o programa inspirou iniciativas na África do Sul, em Gana, no Egito, na Turquia, no Paquistão, em Bangladesh e na Indonésia.

É, portanto, caros Senadores, caras Senadoras, de se estranhar ou, pelo menos, lamentar as críticas lançadas contra o Bolsa Família. Mas os brasileiros sabem dos avanços obtidos com o programa e da importância dele para mudarmos a situação de pobreza historicamente cultivada neste País.

Por isso é que nos estranha que alguns dos próceres mais importantes da oposição ergam as suas vozes para criticar o programa e para dizerem que nós precisamos apontar saídas produtivas para os membros do Bolsa Família, quando isso já acontece. Ouvi alguns nordestinos, inclusive, dizerem que nós não queremos ter a geração, hoje, dos integrantes do Bolsa Família, dos pais do Bolsa Família e dos avós do Bolsa Família. É lógico que isso não vai acontecer. É um dado concreto da realidade que aqueles que conseguem emergir socialmente jamais vão dar um passo atrás.

Na verdade, esse é um programa que contribuiu e contribui decisivamente para que milhões de pessoas possam sair da pobreza. Lógico que não foi apenas o Bolsa Família, mas o Bolsa Família, conjugado com a geração de empregos, com o aumento da renda, com o aumento de salários, com a recuperação do valor do salário mínimo, produziu uma profunda mudança social em nosso Brasil. Por isso é que não temos e pedir desculpas a ninguém. A Presidenta Dilma não tem de pedir desculpas a ninguém e por nada relativo ao Bolsa Família, a não ser que vá pedir desculpas por ter o

Bolsa Família contribuído para tirar milhões de pessoas da condição de miséria absoluta, a não ser que vá pedir desculpas por ter dado a esses pobres do País, juntamente com o Presidente Lula, a oportunidade de acesso à educação, a políticas de assistência social, à habitação, a políticas de saúde.

Portanto, queremos aqui fazer a defesa enfática desse programa. E, de forma enfática, também, condenar aqueles que pretendem, com as suas críticas, não somente enfraquecer o programa, mas atacar o Governo. Se, de fato, são tão preocupados com o problema da pobreza, da miséria, por que é que não o implantaram nos governos em que estiveram à frente da Nação? Por que é que não consolidaram esses programas para atingir uma parcela tão importante de brasileiros e de brasileiras como o Bolsa Família atingiu e continua atingindo?

Portanto, Sr. Presidente, a melhor resposta que podemos dar àqueles que pretendem descaracterizar, desmoralizar o Bolsa Família é deixar que o povo dê essa resposta. Quem vive de forma nababesca não sabe o que significa a importância do Bolsa Família. Mas as pessoas pobres, que antigamente não tinham sequer a certeza de, no dia seguinte, poderem fazer e dar aos seus filhos três refeições, esses sabem o que o Bolsa Família representou e representa para o nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite um aparte, Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª faz aqui uma análise, um registro muito importante a respeito do principal programa de transferência de renda hoje em execução no Brasil e que tem repercussão internacional. Tanto é que, em diálogos da própria Presidenta Dilma Rousseff ou do ex-Presidente Lula com chefes de Estado, ministros de inúmeros países em desenvolvimento, seja da África, seja da própria América Latina – como nesses últimos dias o Presidente Lula tem estado na Colômbia, no Peru, no Equador, onde ele está nesta semana, como há duas semanas aconteceu aqui em Brasília com inúmeros ministros de Moçambique e de outros países da África –, todos quiseram saber mais a respeito dos programas de transferência de renda, dentre os quais, o Programa Bolsa Família. Cabe assinalar – V. Exª aqui conhece que Senadores da oposição às vezes fazem essas críticas – que houve diversos aspectos de cooperação com esses programas. Primeiro, em 1956, indo um pouco para trás, quando Josué de Castro, lá de Pernambuco, era Deputado Federal, durante o governo Juscelino Kubitschek, num pronunciamento sobre os desníveis de renda no Brasil, ressaltando a extraordinária desigualdade socioeconômica, a certa altura desse discurso, falou, com muita clareza: "Eu defendo que toda pessoa precisa ter o necessário para a sua sobrevivência como um direito de ser brasileiro". A frase foi aproximadamente essa. Então, ele pode ser considerado, com Celso Furtado, com Milton Santos e outros, como um dos precursores daquilo que vem a ser a garantia de uma renda. Aqui, no início de 1991, todos os partidos aprovaram um primeiro projeto de garantia de renda mínima, por meio de um Imposto de Renda negativo. Foi por consenso, em 16 de dezembro de 1991. Naquele mesmo ano, José Márcio Camargo, professor da PUC, numa reunião de economistas do governo paralelo de Lula, em Belo Horizonte, ponderou que a garantia de uma renda é uma coisa positiva, mas seria bom começar relacionando as oportunidades de educação. Escreveu um artigo com essa proposta. E Cristovam Buarque, então governador do PT, em 1995, concomitante a José Roberto Magalhães Teixeira, em Campinas, este do PSDB, o primeiro do PT, instituíram os primeiros programas que foram se espalhando por todo o Brasil, até que o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás, e daí o Cartão Alimentação, em 2003, foram existindo, quando a equipe interministerial de Lula resolver racionalizar e promover a unificação de todos os programas naquilo que é o Bolsa Família, que, de 3,5 milhões de famílias em dezembro de 2003, passou hoje para 13,9 milhões de famílias, aproximadamente, fazendo com que o Coeficiente de Gini de desigualdade, que estava próximo de 0,59 em 2001/2002, viesse para 0,519, e em todos os anos decrescendo, quer dizer, ao longo dos últimos 10 anos. Então, é formidável esse avanço, ainda que estejamos, Senador Humberto Costa, não mais entre os três países mais desiguais do mundo, mas ainda somos o décimo sexto mais desigual do mundo. Portanto, a Presidenta Dilma Rousseff diz bem que é um começo, mas que ainda precisamos avançar bastante.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, quero cumprimentá-lo por ter trazido hoje o diagnóstico de como o Programa Bolsa Família tem, efetivamente, diminuído a mortalidade infantil pelas mais diversas causas, inclusive a diarreia, nesse estudo tão bem feito, que V. Exª assinalou, pelos pesquisadores da Bahia e de toda a região do Nordeste, em mais de dois mil Municípios brasileiros. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador Suplicy, agradeço o aparte de V. Exª.

Digo, inclusive, que, quem sabe, o sucedâneo do Bolsa Família venha a ser o Programa de Renda

Mínima, que, sem dúvida, é parte de uma discussão muito importante que todos nós devemos travar no sentido de reduzir as desigualdades e garantir a todos o mínimo, não somente para sua sobrevivência, mas para uma vida feliz.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Exª. E obrigado a todos os Senadores e Senadoras.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Falou como orador inscrito, pelo PT de Pernambuco.

Convido, agora, para falar, como Líder do PTB, o Senador Armando Monteiro, do PTB por Pernambuco.

V. Exª tem direito ao tempo regimental.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar um evento de grande importância para o meu Estado, que foi hoje a assinatura da ordem de serviço para o início de uma grande obra lá, em Pernambuco, na área da segurança hídrica, que é a Adutora do Agreste.

Congratulo-me com o Governador Eduardo Campos e com o Governo Federal, que é um parceiro fundamental nessa obra.

A Adutora do Agreste é o maior sistema integrado de abastecimento de água da América Latina e um dos maiores do mundo, que vai tratar de distribuir quatro mil litros de água por segundo.

São mais de mil e trezentos quilômetros de tubulações, que atenderão a 68 Municípios, servindo e beneficiando mais de 80 distritos e povoados, partindo da cidade de Arcoverde, na entrada do Sertão, e chegando até o Município de Gravatá, no Agreste. Dois milhões de pessoas serão beneficiadas por esse empreendimento.

É um sistema que será executado em três etapas, com investimentos da ordem de R$2,3 bilhões, como já assinalei, fruto de uma parceria com o Governo Federal, que aportará uma parcela muito expressiva dos recursos, do Governo estadual e da própria companhia de saneamento de Pernambuco.

Graças a esse sistema, todas as cidades da região que se encontram hoje em situação de colapso ou pré-colapso no abastecimento d'água serão beneficiadas, cinco delas – Pesqueira, Belo Jardim, Tacaimbó, Águas Belas e Alagoinha – já na primeira etapa da obra. Nessa fase, serão criados 500 empregos diretos, que ajudarão a gerar renda e dinamizar a economia da região.

É fundamental avançarmos com obras dessa natureza. Em Pernambuco, precisamos concluir, ainda, o sistema adutor do Pajeú, cuja primeira etapa também já foi realizada, beneficiando a região do Sertão do Pajeú, servindo ao Município de Serra Talhada e indo até os outros Municípios da região.

Precisamos, ainda, ampliar a capacidade da Adutora do Oeste, que serve à região do Sertão do Araripe de Pernambuco, e interligar as barragens de Algodões e Tamboril ao sistema adutor da cidade de Ouricuri, no Sertão do Araripe.

Com essa rede de adutoras em operação, será possível oferecer à população daqueles Municípios permanentemente atingidos pelas estiagens a segurança hídrica de que necessita para poder atravessar os períodos de seca.

Nós já tivemos oportunidade, aqui, de destacar os graves prejuízos decorrentes desse quadro de estiagem, de severos efeitos da estiagem. Como já assinalamos, essa severa seca dizimou grande parte do rebanho bovino do Estado de Pernambuco, reduziu a nossa produção leiteira a quase um terço dos níveis normais de produção, evidentemente, desestruturando o tecido econômico de toda a região do Semiárido e, especialmente, comprometendo a renda dos pequenos produtores e pecuaristas.

Feito esse registro em relação a essa importante obra, eu trago nesta noite, à tribuna do Senado da República, uma palavra sobre a nossa preocupação com a política de comércio exterior do País.

O Brasil vem vivendo, já há algum tempo, uma relativa imobilidade no campo do comércio exterior. A falta de uma política externa mais proativa nessa área tem preocupado estudiosos, analistas e também os agentes econômicos do País, pelo reconhecimento de todos aos efeitos danosos que tem causado à nossa economia. A paralisia em que se encontra o Mercosul comprometeu o aprofundamento da relação com os nossos sócios e praticamente travou a expansão do comércio intrabloco. O Paraguai segue suspenso do Mercosul. A Argentina está cada vez mais fechada em seu protecionismo. A recém-chegada Venezuela continua envolvida em problemas internos. E o Uruguai, pela dimensão da sua economia, não tem como se transformar numa força de maior dinamismo no comércio regional.

Para fora do Mercosul, ou para além dos limites desse bloco, não tem sido possível ao Brasil fechar novos acordos econômicos, sem que haja autorização expressa de todos os demais sócios do Mercosul. Em suma, estamos engessados, presos em uma camisa de força que nos impede de crescer dentro do bloco e para além dele.

Como ressalta, de forma muito lúcida, o Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o empresário Pedro Passos, em entrevista publicada hoje, no jornal *O Estado de S.Paulo,* o Brasil ficou muito tempo parado, diferentemente de outros países. Não houve, nos últimos anos, a determinação para que o Brasil pudesse realizar novos acordos, sejam eles bilaterais, sejam eles de caráter mais amplo.

De maneira isolada, temos até tentado intensificar a corrente de comércio com nações fora do continente, como as africanas. Mas, na impossibilidade de haver um guarda-chuva normativo para a construção de uma relação econômica duradoura, essas trocas comerciais – sempre sujeitas às oscilações do mercado internacional – não têm trazido ganhos perenes para a nossa economia.

Em razão disso, é extremamente importante buscar uma saída diplomática e comercial que nos permita romper essa paralisia em que se encontra o Mercosul. Só com ajustes profundos poderemos imprimir novo vigor ao bloco e seguir um rumo coordenado de expansão econômica. Do contrário, devemos cogitar o retorno do atual estágio de união aduaneira, onde estamos submetidos a uma tarifa externa comum, para o de uma área de livre comércio, em que recobraríamos a capacidade de celebrar novos acordos com outros países sem precisar da anuência dos demais membros.

Este é hoje um grande desafio que temos, meu caro Senador Casildo Maldaner: como reinventar o Mercosul, que dá claramente sinais de esgotamento, engessando a posição dos seus sócios, especialmente do Brasil.

Há quem diga que, com a união aduaneira e com a tarifa externa comum, a indústria ganha porque se protege em relação a outros países, especialmente a indústria brasileira, que é a mais forte do bloco. Mas, por outro lado, as regras prevalecentes num acordo de união aduaneira, com essa disciplina da tarifa externa comum, nos impedem de fazer a celebração de acordos bilaterais, como vários países na América Latina vêm fazendo, com ganhos substantivos. Veja, por exemplo, o que o México acaba de fazer. Portanto, nós temos que reinventar o Mercosul.

O que não podemos é seguir assistindo ao encolhimento de nossas exportações sem reagir. De 2011 para 2012, a redução das nossas vendas para os estados-membros do Mercosul foi da ordem de 14%.

Somente com a Argentina, o nosso terceiro maior parceiro comercial no mundo, houve uma queda de 20% das exportações no mesmo período, devido às restrições, pelo país vizinho, à entrada dos nossos produtos, principalmente os manufaturados.

Com a América Latina e o Caribe, onde estão parceiros estratégicos para o Brasil, a nossa participação nos bens importados pelos países da região caiu de 26% em 2008 para 22% em 2011. Diante da inação brasileira, o continente tem sido invadido por produtos, por uma forte penetração de produtos vindos dos Estados Unidos, da União Europeia, da Índia, da China.

Nesse sentido, vejo como positiva a decisão de reabrirmos as negociações com os mexicanos visando a revisão e ampliação dos termos do Acordo de Complementação Econômica nº 53, firmado entre os dois países. Atualmente, o México não representa mais que 2% na nossa corrente de comércio. E, mesmo assim, esse pequeno percentual se deve muito mais às nossas importações, que, entre 2006 e 2012, pularam de US$1,3 bilhão para US$6 bilhões. Muito mais, portanto, pelo efeito do aumento das nossas importações do que do dinamismo das nossas exportações para o México.

Depois de muita resistência, o setor privado dos dois países parece concordar com a necessidade de aproximar mais ambas as economias. Revisar o acordo pode melhorar a nossa competitividade no mercado mexicano, principalmente em manufaturas, tendo em conta que muitos produtos importantes na nossa pauta de exportação não são beneficiados pelas preferências tarifárias hoje previstas pelo já referido acordo, o Acordo nº 53.

Essa retomada do diálogo entre Brasil e México, no entanto, não é suficiente para resolver o cenário de estagnação em que nos encontramos. É preciso que o País revigore a disposição de buscar novos parceiros no mercado internacional, sob pena de não conseguir se inserir nas cadeias globais de produção.

Um grande exemplo de que nosso modelo de integração precisa ser repensado é a bem-sucedida iniciativa da Aliança do Pacífico. México, Peru, Colômbia e Chile, quatro das economias mais dinâmicas da América Latina, selaram, em apenas um ano, uma área de livre comércio por meio da qual zeraram as tarifas de 90% dos produtos. A Costa Rica já pediu adesão e foi aceita. Outros sete países ingressaram com o *status* de observadores desse bloco, que reúne população maior do que a do Brasil, responde por 33% do comércio continental e exportou, em 2011, 10% a mais que o Mercosul.

A Aliança do Pacífico traduz a vontade de seus estados-membros, cujo PIB tem apresentado um crescimento médio de cerca de 5%, de imprimir agilidade e dinamismo às suas economias para se tornarem mais competitivas.

O entusiasmo para o novo bloco e as oportunidades abertas por ele têm inquietado estudiosos das re-

lações internacionais e os industriais brasileiros. E não é sem motivo. O Brasil poderá começar a ser trocado, como destino de investimento, tendo em conta a falta de atratividade do Mercosul. Até hoje não conseguimos concluir o acordo de livre comércio que negociamos com a União Europeia. Em contrapartida, os integrantes da Aliança do Pacífico já viabilizaram os seus tratados com o lado europeu, paralelamente a uma série de outros firmados com parceiros econômicos diversos, como Estados Unidos e China, em razão da prioridade que estão imprimindo ao processo. Somente o México conta hoje com mais de 40 acordos dessa natureza.

O Brasil precisa, repito, de uma política de comércio exterior inteligente e de uma diplomacia eficiente para sair dessa imobilidade em que se encontra. O cenário atual ameaça o próprio processo de integração latino-americana, e a liderança que o Brasil há tantos anos vem construindo com muito esforço.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Por favor, meu caro Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Armando Monteiro, coincidentemente ou não, em seguida de V. Exª eu tenho um pronunciamento a fazer mais ou menos nesse desenho, e nós não combinamos nada. V. Exª é autoridade para falar desses temas, é conhecido no Brasil de hoje, de ontem, em toda parte. V. Exª presidiu a Confederação Nacional da Indústria, que labuta nesse campo. Portanto, é autoridade para isso, repito. Queiramos ou não, é uma grande preocupação. Coincidentemente, repito, nessa madrugada, faço parte de uma comissão do Parlatino. Em Havana começa, depois de amanhã cedo, um debate sobre essas questões. Tenho a honra de participar, também o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Cyro Miranda, e vai nessa linha dessa preocupação, na linha de preocupação do Brasil. Oxalá, Senador Armando Monteiro, o Embaixador Roberto Azevedo, que foi o primeiro brasileiro escolhido para dirigir, para ser Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, a OMC, possa ajudar a empolgar a diplomacia brasileira, inclusive, e outros setores para que possamos voltar a ter um destaque nesse campo em que estamos a perder tempo, a perder espaço. Estamos perdendo espaço! O Mercosul começou há 20 anos, o lançamento da pedra fundamental do Mercosul. A Aliança do Pacífico foi agora, e já nos leva uma vantagem extraordinária. Daí a preocupação até de nós fazermos parte da América Central, da América do Sul, dos países latinos. Nós precisamos nos reintegrar. Vamos buscar isso. Por isso, quero cumprimentá-lo pela preocupação que traz, ainda mais vindo de V. Exª, que é uma autoridade no setor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu agradeço muito ao caro Senador Casildo Maldaner. Sei que nós compartilhamos dessas preocupações, que, de resto, têm estado presentes também em toda linha de atuação de V. Exª nesta Casa, que é exatamente buscarmos intensificar os fluxos de comércio, porque o Brasil precisa ter uma maior inserção no comércio internacional.

Embora sabendo que o Brasil é um país que tem um grande mercado doméstico, que tem sido a fonte de dinamismo, ainda, vamos dizer, presente na economia brasileira, mas um país como o Brasil precisa ter, e é justo que tenha, uma maior ambição em relação à sua participação no comércio internacional.

Sabe V. Exª que o Brasil responde por pouco mais de 1% do comércio internacional, em que pese (...)

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – (...) já termos uma corrente de comércio de mais de US$450 bilhões, se somarmos as nossas exportações e as nossas importações, isso ainda representa algo modestíssimo no contexto internacional.

E sabe também o nobre Senador Casildo Maldaner que as economias mais extrovertidas, as economias que têm o maior coeficiente de abertura, como dizem os economistas, são muito mais competitivas, porque, para exportar, as economias têm que ser competitivas. Portanto, é um paradoxo. É muito bom ter um mercado interno forte como o que nós temos, mas não podemos nos acomodar.

Hoje, o presidente da Natura, que é uma das mais importantes empresas brasileiras e que tem inserção internacional, (...)

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – (...) ele, de forma muito lúcida, pontua, nessa entrevista, que o Brasil se acomodou com essa posição do mercado interno.

Ficou cômodo, para muitas empresas, aproveitar esse momento, meu caro Senador Sérgio – já vou concluir –, em que o mercado interno se expandiu, com a incorporação de uma expressiva parcela da população que passou a consumir nos últimos anos e com a expansão do crédito, que foi algo extraordinário, mas não podemos nos iludir.

A economia brasileira precisa muito ter uma presença permanente no mercado externo. Não é algo que o Brasil possa fazer episodicamente. Comércio exterior não é algo que se faz apenas quando nos é mais ou menos conveniente, quando a taxa de câmbio é mais ou menos favorável, quando a conjuntura nos ajuda. A opção pelo comércio internacional (...)

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – (...) é algo que tem que ser permanente. Para isso, o Brasil precisa ter uma visão estratégica. O Brasil precisa focar a questão do acesso a mercados. E o acesso a mercados exige uma postura mais pragmática do Brasil. Embora diga muito bem V. Exª que a presença de um brasileiro nesse grande fórum multilateral, que é a OMC, seja importante, nós temos de reconhecer, com uma ponta de frustração, que os fóruns multilaterais não têm sido capazes de produzir resultados mais expressivos.

Portanto, ainda que apostemos nessa vocação que o Brasil tem para integrar os fóruns multilaterais, precisamos promover acordos bilaterais que possam produzir resultados a prazos mais curtos para ampliação dos nossos grupos de comércio. Portanto, creio que deva ser essa a preocupação que temos.

Para encerrar, Sr. Presidente, agora para encerrar mesmo, quero, ao final, registrar que os acordos econômicos comerciais são fundamentais para dinamização do comércio e recuperação da nossa economia. Se não agirmos urgentemente, a indústria brasileira perderá crescentemente competitividade, vivendo apenas nos limites do nosso mercado interno; e aí o País estará cada vez mais isolado e menos integrado aos fluxos de comércio e de investimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Senador Armando Monteiro, é um privilégio para todos nós Senadores ouvirmos V. Exª debater sobre tema de tão grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designou, como membro titular, o Deputado Eduardo Sciarra, em substituição ao Deputado Irajá Abreu, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 609, de 2013**, conforme **Ofício nº 644, de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 644/13/PSD

Brasília, 3 de junho de 2013

Assunto: Indicação de Parlamentar do PSD para compor Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição do Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), pelo Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR) para compor a Comissão Mista destinada a apreciar e oferecer parecer à Medida Provisória nº 609, de 2012, na condição de Titular.

Atenciosamente, – **Eduardo Sciarra,** Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa ainda o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como membro suplente, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 609, de 2013**, conforme o **Ofício nº 139, de 2013**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 139/13-GLPSDB

Brasília, de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aloysio Nunes Ferreira para integrar, como suplente, a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 609 de 2013.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa também o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, para integrarem a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme **Ofício nº 278, de 2013**, da Liderança do Partido Progressista na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 278

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Gladson Cameli (PP/AC) como Titular e o Deputado Luís Carlos Heinze (PP/RS) como Suplente na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em substituição aos Deputados José Otávio Gernano (PP/RS) e Rebecca Garcia (PP/AM).

Atenciosamente, – Deputado **Arthur Lira,** Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, como membro suplente, o Senador Francisco Dornelles, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 609, de 2013**, conforme o **Ofício nº 189, de 2013**, da Liderança do PMDB do Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 189/2013

Brasília, 4 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Francisco Dornelles para compor como Suplente, em vaga existente, a Comissão Mista destinada a analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira,** Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Dando sequência à lista de oradores, convido a fazer uso da palavra o Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

V. Exª detém o tempo regimental de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para pedir a informação sobre qual será o próximo orador, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª é o próximo que fala pela liderança.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e caros colegas, na próxima quinta-feira, portanto, depois de amanhã, dia 6, terá início uma reunião do Parlatino, o Parlamento Latino-Americano, que ocorrerá em Havana, capital de Cuba. Parlamentares de todos os países membros estarão reunidos para discutir segurança cidadã, combate e prevenção ao narcotráfico e ao crime organizado.

Juntamente com outros colegas, estaremos representando o Senado Federal no encontro. E tenho a honra de aqui declinar os Senadores Cyro Miranda, Antonio Carlos Valadares e Cícero Lucena, que são os que, se não estou equivocado, representarão o Senado, além de alguns parlamentares da Câmara dos Deputados.

Pretendemos, além das discussões acerca do tema proposto, apresentar igualmente a proposta brasileira de organização da defesa civil, bem como colher sugestões e impressões dos outros países membros.

Tema muito presente é a questão das catástrofes, dos sinistros que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo, e essas trocas de informações, as legislações, o que os países possuem e, como agora aconteceu em Genebra, que eu tive a honra de participar, o que há de melhor, o que os países latino-americanos propõem aplicar de acordo com as legislações.

Enfim, são temas que, sem dúvida alguma, não poderão ficar de lado.

Criado o Parlatino, em 1964, é uma organização regional permanente e unicameral, integrada pelos parlamentos nacionais da América Latina, eleitos democraticamente, mediante o sufrágio popular, tendo como objetivo maior a busca da integração, tem suas bases e os princípios gerais do direito público internacional, como a não intervenção, a autodeterminação dos povos, a igualdade jurídica dos Estados e a reprovação à ameaça e ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial de qualquer Estado, além da solução pacífica, justa e negociada das controvérsias internacionais.

Fazem parte do Parlatino, atualmente, além do Brasil, as Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

É oportuno, contudo, fazer uma análise mais ampla da situação de integração regional vivida atualmente na América Latina, não apenas em seus aspectos políticos, mas especialmente da efetiva cooperação econômica, diplomática e cultural.

Aliás, isso foi abordado há pouco pelo eminente Senador de Pernambuco, Armando Monteiro.

Instituído há mais de 20 anos, o Mercosul anda patina na consecução de seus objetivos primordiais, como a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco e até mesmo da

circulação de cidadãos, que enfrenta dificuldades burocráticas que há muito já poderiam ter sido superadas – a exemplo do que ocorre entre os membros da comunidade europeia.

Recentemente, ainda vivenciamos o polêmico ingresso da Venezuela, com a suspensão – temporária, esperamos – do Paraguai, fato sobre o qual ainda aguardamos demonstração dos seus efetivos benefícios; com a entrada da Venezuela no Mercosul. E a circulação de pessoas: até nisso há dificuldades, hoje, no próprio Mercosul. Embora a pedra fundamental tenha sido lançada há 20 anos, ainda existem hoje dificuldades na circulação de pessoas entre esses países do Mercosul. Enquanto isso, na comunidade europeia não há restrições em relação a esse campo.

Há pouco, vimos a formação de um novo bloco comercial, composto por alguns de nossos vizinhos latino-americanos, que merece nossa atenção: a Aliança do Pacífico, que reúne Chile, Colômbia, México e Peru, assunto abordado também há poucos minutos pelo eminente Senador Armando Monteiro.

Corroboro a posição proposta pelo nobre senador e amigo Pedro Simon, em artigo publicado ontem no jornal *Zero Hora*: "O Brasil não pode ficar alheio e subestimar o vistoso crescimento apresentado pelo grupo, em tão curto espaço de tempo". O Armando Monteiro falou há pouco. O Senador Pedro Simon, ainda ontem, em relação à Aliança do Pacífico, manifestou-se num artigo do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre.

Criado formalmente em 6 de junho de 2012 – portanto, há 12 meses; completará seu primeiro aniversário na próxima quinta-feira – o grupo contabilizou, no ano passado, exportações que somam US$556 bilhões, enquanto o Mercosul negociou apenas US$335 bilhões. Vale lembrar, a título de curiosidade, que o Mercosul responde por 71,8% do território da América do Sul – quase 13 milhões de quilômetros quadrados –, cerca de três vezes a área da União Europeia.

A situação do comércio exterior realizado pelo Brasil não condiz com a indiferença que tem dedicado ao tema. Em todo o ano de 2012, o superávit de nossa balança comercial somou pouco mais de US$19 bilhões, o menor saldo positivo em dez anos. Com isso, o superávit da balança registrou queda de 34% em relação ao ano de 2011, quando totalizou quase US$30 bilhões. De janeiro a maio deste ano, houve um déficit de US$5,4 bilhões, o maior da história para os primeiros cinco meses do ano – considerando a série iniciada no começo da década de 1990. São dados fortes, que mexem com a gente.

De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, desde o início da crise internacional, em 2008, até 2011, o País perdeu, em espaço de vendas, mais de US$5 bilhões para a Argentina, México, Peru, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela, Paraguai e Bolívia. As compras foram direcionadas para China, Estados Unidos, União Europeia e México. Quer dizer, nós caímos nesses valores extraordinários nesse meio tempo.

Os acordos comerciais do Chile envolvem 62 países – o Senador Armando Monteiro, há pouco, falava sobre isso –, incluindo os 27 da União Europeia; os da Colômbia, 60 países; do Peru, 52 países – são acordos bilaterais; do México, há pouco dito pelo Senador pernambucano Armando Monteiro, 50 países; enquanto os do Brasil, por sua vez – pasmem –, são apenas 22 países, a maioria de pouca expressão comercial, como Israel, Egito, Palestina e a união aduaneira do sul da África. Os três últimos, aliás, ainda nem entraram em vigor.

A economia brasileira, que já sofre uma profunda perda de competitividade internacional, especialmente em função do elevado custo Brasil, composto por infraestrutura precária e carga tributária escorchante, não pode arcar com os custos de uma política comercial externa tímida.

Por isso, é preciso que o País expanda, de forma vigorosa, sua política de relações exteriores, buscando consolidar e ampliar as parcerias no comércio internacional. Corremos o sério risco de perder espaço em nossos mercados exportadores, conquistado a duras penas. A estagnação e o acanhamento que atravessamos atualmente não condizem com o imenso potencial brasileiro no cenário econômico internacional. Por isso, não é do nosso feitio, não é do nosso jeito nós ficarmos na retaguarda. Não é por aí. Nós precisamos é ser mais agressivos no bom sentido. Eu já dizia, em uma época, que nós precisamos – inclusive a nossa diplomacia brasileira – não ser tão diplomatas. Tem que ser no comércio, tem que ser no bom sentido: nós precisamos abrir espaços. Nós precisamos lutar.

Nós precisamos realizar as trocas, como, por exemplo, em relação ao que vem de outros países, como da China. Falava-se muito sobre as quinquilharias que vinham de lá, e nós mandávamos o filé-mignon, nós mandávamos aquilo que é de primeira grandeza. Não! Se de lá vêm quinquilharias, vamos negociar aquilo que não seja de primeira. "Olha, é banana que nós temos." Banana, então, para lá.

Vamos fazer isso, mas não mandar o dinheiro quente, como se diz. Nós temos que ter essa habilidade, nós precisamos ser, como disse, mais agressivos, no bom sentido, nas relações comerciais. Então, as nossas embaixadas nesses países... Quiçá agora, com a eleição do Embaixador Roberto Azevêdo – o primeiro brasileiro que vem a presidir a Organização

Mundial do Comércio; vai tomar posse agora, em agosto –, quiçá que isso seja um lenitivo, seja uma espécie de ingrediente para nos animarmos, para fomentarmos, para buscarmos, como dizia há pouco o Senador Armando Monteiro, não só o mercado interno. Não, não podemos ficar só nisso. Nós temos de buscar lá fora. Nós temos que estar no mundo. O Brasil, pelas suas dimensões, tem de se preparar para isso. E aí ativarmos as nossas embaixadas pelo mundo, as relações. Temos de ter adidos nesses países, adidos que tratem disso, que mexam com as relações comerciais. Precisamos abrir espaços e recuperar aquilo que nós já tínhamos.

São essas as considerações.

Logo mais, nós estaremos nessa missão no Parlatino. Oxalá, por esse debate no Parlatino, entre os países que vão estar representados – e tenho a honra de participar com os colegas Cyro Miranda, Valadares, entre outros colegas do Congresso Nacional –, possamos o Brasil, o nosso País, nós latino-americanos nos reencontrarmos, nos darmos as mãos, olharmos com mais força...

Se começarmos a nos dividir: Mercosul de um lado; agora, a Aliança do Pacífico, de outro; daqui a pouco, a América Central, onde uma parte pertence ao Nafta... Se nós nos dividirmos, como é que nós vamos conversar com o Mercado Comum Europeu? Como é que nós vamos conversar com os países asiáticos?

Nós temos de nos unir! E o Brasil deve ter condições de liderar isso. O Brasil não pode parar, não pode ficar de braços cruzados. Precisamos andar nessa carruagem. Temos que ter uma arte política, uma engenharia, sem dúvida alguma. Mas, nessas relações, temos de estar de pé sempre.

São algumas considerações, Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, que neste instante preside a Mesa do Senado, que eu não poderia deixar de registrar perante a Casa, em função desses acontecimentos e dessa missão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner, Senador pelo Estado de Santa Catarina. Também sou catarinense. É uma alegria, Senador Casildo Maldaner.

O próximo inscrito pela Liderança do PT é o Senado Eduardo Suplicy, pelo tempo regimental.

Enquanto S. Exª se desloca até a tribuna, aproveitarei para ler.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Senhora Presidente da República adotou, em 31 de maio de 2013, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a **Medida Provisória nº 616, de 2013**, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$2.932.125.346,00 (Dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais) para o fim que especifica.*

A matéria será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber as emendas.

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

– Publicação no Diário Oficial da União: 31-5-2013 (Edição Extra)
– Emendas: até 6-6-2013 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
– Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
– Prazo na Câmara dos Deputados: até 27-6-2013 (até 28º dia)
– Recebimento previsto no Senado Federal: 27-6-2013
– Prazo no Senado Federal: de 28-6-2013 a 11-7-2013 (42º dia)
– Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados:
11-7-2013
– Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 12-7-2013 a 14-7-2013 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15-7-2013 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 12-8-2013

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Senhora Presidente da República adotou, em 31 de maio de 2013, e publicou no *Diário Oficial da União* do mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a

Medida Provisória nº 617, de 2013, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona*.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Kátia Abreu
Sérgio Petecão	3. Romero Jucá
Paulo Davim	4. Vital do Rêgo
Ricardo Ferraço	5.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL)

TITULARES	SUPLENTES
Wellington Dias	1. Eduardo Lopes
Acir Gurgacz	2. Randolfe Rodrigues
Rodrigo Rollemberg	3. Walter Pinheiro
Inácio Arruda	4. Zezé Perrella

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

TITULARES	SUPLENTES
Cícero Lucena	1. Flexa Ribeiro
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
Jayme Campos	3. Wilder Morais

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Amorim	1. Alfredo Nascimento
Gim	2. Armando Monteiro

DEPUTADOS

PT

TITULARES	SUPLENTES
José Guimarães	1. Sibá Machado
Valmir Assunção	2. Luiz Couto

PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Cunha	1. Darcísio Perondi
Marcelo Castro	2. Edinho Araújo

PSD

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Sciarra	1. Guilherme Campos
Eleuses Paiva	2. Heuler Cruvinel

PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Carlos Sampaio	1. João Campos

PP

TITULARES	SUPLENTES
Arthur Lira	1. Roberto Britto

DEM

TITULARES	SUPLENTES
Mendonça Filho	1. Rodrigo Maia

PR

TITULARES	SUPLENTES
Anthony Garotinho	1.

PSB

TITULARES	SUPLENTES
Beto Albuquerque	1. Leopoldo Meyer

PDT

TITULARES	SUPLENTES
André Figueiredo	1. Salvador Zimbaldi

Bloco (PV/PPS)

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Roberto	1.Arnaldo Jardim

PTB

TITULARES	SUPLENTES
Jovair Arantes	1. Antonio Brito

PSOL*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

TITULARES	SUPLENTES
TITULARES	SUPLENTES
Ivan Valente	1. Jean Wyllys

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

– Publicação no Diário Oficial da União: 31-5-2013 Ed. Extra.
– Designação da Comissão: 4-6-2013 (SF)
– Instalação da Comissão: 24 horas após designação.
– Emendas: até 6-6-2013 (6 dias após a publicação).

– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
– Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
– Prazo na Câmara dos Deputados: até 27-6-2013 (até 28º dia).
– Recebimento previsto no Senado Federal: 27-6-2013.
– Prazo no Senado Federal: de 28-6-2013 a 11-7-2013 (42º dia).
– Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 11-7-2013.
– Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 12-7-2013 a 14-7-2013 (43º ao 45º dia).
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 15-7-2013 (46º dia).
– Prazo final no Congresso: 12-8-2013.

A matéria está publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

Of. nº 30/13-GLDEM

Brasília, 3 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Sr. Senador Jayme Campos, como titular e o Senador Wilder Morais, como suplente, para integrarem a Comissão Mista incumbida do estudo sobre a Medida Provisória nº 617, de 2013.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do Democratas.

Of. nº 124/2013–BLUFOR

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como Membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Armando Monteiro, como Membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 617, de 2013, que "reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força – PTB/PR/PSC.

Ofício nº 137/13-GLPSDB

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 617 de 2013.

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Cícero Lucena	Senador Flexa Ribeiro
Senadora Lúcia Vânia	Senador Cyro Miranda

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of.B/90/13

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Beto Albuquerque (PSB – SP), como titular, e Leopoldo Meyer (PSB – PR), como suplente, da Medida Provisória nº 617, de 2013, "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona".

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Of./LID/nº 138/2013

Brasília, 4 de junho de 2013

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Indicamos a Vossa Excelência os Deputados Antônio Roberto – PV/MG e Arnaldo Jardim – PPS/SP para integrar como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 617/13, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de

serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona".

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do PPS – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Ofício nº 149 – L – Democratas/13

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 617/13, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona", em vagas existentes.

TITULARES	**SUPLENTES**
Deputado Mendonça Filho	Deputado Rodrigo Maia

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que falará pela Liderança do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ivo Cassol, fiz ontem um pronunciamento da tribuna do Senado a respeito do dilema que preocupa a população de Piedade, junto a Ibiúna, Sorocaba, Votorantin, a 130 quilômetros de São Paulo, uma vez que uma mineradora gostaria de se instalar ali, numa área considerada de mananciais, muito importante para as bacias hidrográficas dos rios que beiram, que cruzam todo o Município de Piedade. Obviamente, para os produtores de produtos agropastoris e hortifrutigranjeiros, a instalação daquela pedreira poderia – ou poderá, se vier a acontecer – causar danos que muitos ali consideram irreparáveis e preocupam imensamente as famílias de centenas de pequenos e médios agricultores, agricultores familiares.

Por ocasião de visita que fiz à região nos dias 30 e 31 de maio e 1 e 2 de junho, de quinta-feira a domingo, eu tive a oportunidade de conhecer a Prefeita Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva, que é do PSDB, como o ex-Prefeito Geremias Ribeiro Pinto, que foi o prefeito durante os últimos quatro anos, este do PT, que disputou a prefeitura com a Prefeita Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva, uma senhora que, por muitos anos, foi professora da área educacional e ganhou as eleições por apenas 16 votos, mas ambos abraçaram essa causa de defesa, juntamente com os vereadores, inclusive o Vereador do PT Geraldinho Pinto de Camargo Filho, e que, com muitos moradores, manifestaram-se em reuniões as mais diversas, como a realizada no dia 28 de maio último, organizada pela Associação Ecológica São Francisco de Assis.

E justamente eu mencionei que, no último dia 24, a Prefeita Maria Vicentina havia encaminhado um projeto de lei substitutivo de definição das áreas de cada zona de Piedade e, então, visando à alteração do zoneamento de Piedade. E a Presidenta da Câmara Municipal, Vereadora Nilza Maria dos Santos Godinho, avaliou, diante do pedido de votação extraordinária, que foi feito na noite de ontem, que seria próprio dar o tempo para que pudessem os vereadores ter o parecer adequado daquele projeto, mas, dada a sua urgência, definiram para a tarde hoje, às 18h, a sessão de apreciação do importante projeto.

Essa votação era de fundamental importância, uma vez que uma juíza da região havia tomado a decisão – a Juíza Francisca Cristina Müller de Abreu Dall'Aglio –, segundo a qual deveria a prefeita do Município de Piedade tomar as providências necessárias para permitir à mineradora MSX Minerais Ltda. ali instalar a pedreira.

Foi então que houve a mobilização de toda a população e da própria prefeita que, de maneira suprapartidária, conseguiu o apoio de nada menos de 13 vereadores, pois, por treze a zero, todos votaram a favor do projeto que define as Bacias dos Rios Pirapora e Sarapuí, que justamente incluem a área onde se pretendia instalar aquela pedreira. E toda aquela área passará a ser classificada, agora, por lei aprovada na tarde de hoje, como Zona de Conservação de Mananciais, onde poderão ser realizadas apenas atividades agropastoris de baixo impacto, mediante a preservação de recursos hídricos e corpos d'água, com a adoção de medidas de combate à erosão, ao assoreamento de mananciais e ao controle do uso de tóxicos.

Dessa maneira, pelas regras referentes ao meio ambiente de Piedade, não poderá a pedreira lá se instalar.

Assim, eu pude, ao percorrer as estradas de uma das pousadas... Numa pousada muito aconchegante e bonita onde estive por quatro dias, denominada Ronco do Bugio, porque faz lembrar o ronco dos macacos que vivem naquela área toda, caracterizada por uma mata densa da Mata Atlântica, eis que os proprietários da pousada, José Luiz e Fátima, transmitiram a mim a preocupação de toda a comunidade, o que depois eu pude observar de fato.

Aquela população vive da plantação e de atividades agropastoris e produz uma tal quantidade e variedade de hortifrutigranjeiros que faz com que Pie-

dade seja um dos maiores fornecedores de tais tipos de produtos para a CEAGESP, em São Paulo.

Então, ainda que os responsáveis pela empresa MSX alegassem que iriam criar empregos, dezenas de empregos, qual seria a consequência dessa pedreira ali funcionando, se centenas de agricultores familiares e todos que trabalham com eles viessem a perder a oportunidade de continuar a realizar aquilo que, por gerações, estão fazendo?

Aqui citei o abaixo-assinado de mais de 7,5 mil moradores de Piedade. A Associação Ecológica São Francisco de Assis coletou essas assinaturas. Esses moradores estavam muito preocupados com o risco iminente de degradação do meio ambiente, o risco local muito acentuado, com a degradação das estradas, com a poluição sonora, com a poluição do ar, com a perspectiva de decadência da saúde pública do Município, a perda líquida de algumas centenas de empregos na lavoura se comparada com as poucas dezenas de empregos na mineradora, com a segurança na região, o prejuízo para a fauna e flora locais, o êxodo dos sitiantes da região com a venda de suas propriedades, desemprego e reflexos negativos para o comércio local, o empobrecimento da população originária que não tem condições de se transferir para outras regiões do País por questões financeiras, a degradação de mananciais, com prejuízo significativo para o Rio Pirapora, único abastecedor de água para a cidade de Piedade, prejuízo significativo para a rede hoteleira local, enfim, o próprio abastecimento de verduras, legumes para cidades próximas, inclusive toda a Grande São Paulo e São Paulo.

Todas teriam repercussões negativas que agora, felizmente, tendo em conta a iniciativa da Prefeita Maria Vicentina – com o apoio do ex-Prefeito Jeremias e de todos os treze Vereadores da Câmara Municipal de Piedade, inclusive do Vereador do PT, Geraldinho –, com todo esse empenho, posso dar a boa notícia que me foi transmitida tanto pela Prefeita Maria Vicentina quanto pelo Vereador Geraldinho. Aprovada por treze a zero, essa decisão de não se permitir a instalação da pedreira naquela região ou Zona de Conservação de Mananciais certamente fará com que a Juíza Francisca Cristina Müller de Abreu Dall'Aglio possa, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, rever a sua decisão, até porque a Prefeita, agora, não pode autorizar – e nem a Justiça – que seja descumprida, nem mesmo a CETESB, uma vez que a própria CETESB havia declarado que a decisão da possibilidade de instalação da pedreira dependia, obviamente, de autorização por parte as autoridades ambientais da Prefeitura de Piedade. Ora, a lei municipal de Piedade, naquela Zona de Conservação de Mananciais, não permite que haja a instalação da pedreira, então, creio que agora a decisão está tomada de maneira definitiva.

Assim, agradeço ao Líder Wellington Dias por ter-me concedido o direito de utilizar a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Quero apenas assinalar que achei correta a decisão do Ministro da Saúde, no dia de hoje, referindo-se à questão relativa à campanha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis. A sua decisão, após melhor conhecimento dos fatos sobre a natureza da campanha, foi correta. Por isso, merece o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O próximo orador inscrito é o Senador pelo Estado do nosso grande Paraná Senador Sérgio Souza pelo tempo regimental.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, do nosso glorioso Estado de Rondônia, Srªs e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa, senhoras e senhores, tive a satisfação de participar nesta manhã, Sr. Presidente, no Palácio do Planalto, do lançamento do Plano Safra 2013/1014 feito pela Presidenta Dilma Rousseff.

O evento, que representa um marco para o agronegócio nacional, demonstrou de forma inequívoca a importância desse setor para o Brasil, para, também, o desenvolvimento regional e, sobretudo, para a economia do País.

O Brasil tem nos últimos anos demonstrado a sua pujança no setor agropecuário e o Governo brasileiro tem feito o seu papel para difundir esse vetor da economia.

Não por acaso, a Presidenta Dilma Rousseff iniciou seu discurso destacando a participação expressiva do agronegócio brasileiro na composição do crescimento anunciado do PIB no primeiro trimestre deste ano.

Segundo dados do IBGE, tendo a maior alta desde 1998, o setor puxou o crescimento de 0,6% do PIB no primeiro trimestre deste ano, expandindo 9,7% em relação ao trimestre anterior.

O agronegócio representa um quarto de todo o Produto Interno Bruto nacional e gera aproximadamente 35 milhões de empregos em toda sua cadeia produtiva.

Em dez anos, a produção de grãos passou de 123 milhões de toneladas na safra 2002/2003 para 184 milhões de toneladas na safra atual. O valor da produção agropecuária, segundo palavras do Ministro Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro, deve atingir neste ano R$488 bilhões. Esse é o valor da produção agropecuária brasileira, 18% acima do que foi registrado no ano de 2012.

O Brasil também, meus caros colegas Senadoras e Senadores, é referência na produção de aves, na produção de suínos. E as estimativas iniciais apontam para um crescimento de 6,6% na produção de carne de frango, atingindo 13 milhões de toneladas, enquanto que a de suínos deve aumentar 2,9% e alcançar 3,6 milhões de toneladas de carne suína, somente no ano de 2013.

Além de contribuir para o crescimento econômico brasileiro, o setor é fundamental para a balança comercial. Afinal, o saldo das operações, veja, Sr. Presidente Ivo Cassol, nos últimos 12 meses, bateu o recorde de US$99,5 bilhões, com superávit de US$83 bilhões. O superávit do agronegócio brasileiro dos últimos 12 meses na balança comercial – aquilo que se vende para o exterior e que se compra do exterior, importação e exportação – foi de US$83 bilhões.

O Brasil é o maior exportador mundial de café, de açúcar, de etanol, suco e carne de frango, além de ser o segundo em soja e carne bovina. Dessa forma, chegamos à extraordinária situação de que um em cada quatro produtos do agronegócio consumidos ou comercializados em todo o Planeta é brasileiro. Um em cada quatro produtos comercializados no Planeta é brasileiro.

É bom se ressaltar que, há poucas décadas, o Brasil era um importador de alimentos. Hoje, nós somos um grande exportador; não ainda o maior, mas somos hoje considerados o segundo maior produtor de alimentos e um grande exportador de alimentos para o planeta.

Felizmente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo da Presidenta Dilma tem atentado para a importância estratégica do agronegócio nacional e, mais uma vez, oferece ao País um plano agrícola e pecuário muito melhor do que aquele apresentado no ano anterior, que já era bom. Fica evidente a atenção e a importância crescente do agronegócio.

A Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA, ao discursar no evento, saúda a construção do Plano Safra 2013/2014 como sendo aquele que envolveu mais ministérios em sua elaboração, em especial, a Casa Civil, chefiada pela Ministra Gleisi Hoffmann. Também o Banco Central e o Ministério da Fazenda foram aqueles que disponibilizaram estrategicamente os recursos anunciados pela Presidenta Dilma Rousseff, nessa manhã, da ordem de R$136 bilhões, para financiar a safra 2013/2014, o maior valor da história, sendo 18% superior ao período anterior e bem superior aos R$20,2 bilhões liberados na safra 2002/2003, ou seja, quase 700% a mais em apenas dez anos foi o valor agregado ao Plano Safra brasileiro.

Sr. Presidente, na verdade, a Presidenta Dilma Rousseff foi além e disse que, se forem esgotados os recursos, assegurará o repasse do que mais for necessário. Espero que não venhamos a precisar, meu caro Líder Wellington, mas, se precisarmos, o Governo Federal já sinalizou que não faltarão recursos para financiar o agronegócio brasileiro.

Na próxima quinta-feira, nós teremos ainda o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar e o lançamento do Plano Safra do Nordeste brasileiro, colocado muito bem pela Presidenta Dilma Rousseff.

O plano, lançado hoje pela manhã, abre crédito para os agricultores de todo o País investirem na produção. O dinheiro pode ser usado para compra de equipamentos agrícolas e melhoramento de infraestrutura nas propriedades rurais. Do total de R$136 bilhões, R$97,6 bilhões vão para financiar o custeio e a comercialização, e o restante, R$38,4 bilhões, será destinado a programas de investimento. Aliás, a Presidente fez questão de ressaltar que será ampliado o atendimento ao médio produtor rural. O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural saltou de R$11,15 bilhões para R$13,2 bilhões nesta safra, um aumento de 18%.

A taxa anual média de juros foi mantida em relação ao Plano Safra anterior e ficou em 5,5%. Algumas modalidades específicas, porém, tiveram redução: 3,5% para aquisição de irrigação e estruturas de armazenagem; 4,5% para o médio produtor; e 5% para as práticas sustentáveis.

O programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que incentiva práticas de agricultura sustentável, teve os recursos elevados em 32%, comparando-se com o plano anterior, saltando de R$3,4 bilhões para R$4,5 bilhões. Isso mostra um comprometimento do Governo Federal com a sustentabilidade, com a redução da emissão de gases na camada de ozônio, principalmente pelas áreas degradadas no Brasil, que nós sabemos que existem, e muito.

O limite de financiamento de custeio por produtor foi elevado de R$800 mil para R$1 milhão, e o limite para comercialização, de R$1,6 milhão para R$2 milhões.

As cooperativas poderão acessar R$5,3 bilhões por meio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). A taxa de juros anual das cooperativas para capital de giro foi reduzida de 9% para 6,5% ao ano.

Dentre todas as boas-novas, a Presidenta Dilma destacou também três pontos fundamentais no Plano Safra, dos quais dois foram compromissos assumidos no lançamento do Plano Safra anterior.

Foi anunciado pela Presidenta Dilma um novo Plano Safra para o Semiárido, composto de quatro principais medidas, cuja finalidade é dar o tratamento mais adequado aos produtores rurais daquela região em virtude das grandes adversidades climáticas que vêm afetando o Nordeste brasileiro nos últimos anos.

O primeiro compromisso cumprido, no entanto, foi a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) – que será, Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, vinculada à Embrapa, mas atenderá aos dois Ministérios ligados ao setor: Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sua função será ampliar e difundir os conhecimentos, a tecnologia e as melhores práticas entre todos os produtores rurais do País. Trata-se de iniciativa que poderá representar um aumento expressivo na produção da produtividade e do bem-estar do produtor brasileiro.

Outro compromisso assumido e cumprido merece destaque deste Senador; merece, meus caros colegas, deste Senador uma grande saudação com entusiasmo, pois foi anunciada a disponibilização de R$25 bilhões, nos próximos cinco anos, para financiar a construção de silos com o objetivo de melhorar as condições de armazenagem e de escoamento da produção nacional.

Nós vimos, recentemente, em uma revista de circulação nacional, que o Brasil perde, por ano, R$180 bilhões pela ineficiência nos modais de transportes e na armazenagem em comparação com a Argentina e com os Estados Unidos da América, levando-se em consideração uma produção a dois mil quilômetros de um porto. Olhem a diferença que nós poderíamos agregar ao produto brasileiro: R$180 bilhões ao ano. Agora vem um programa de armazenagem que amenizará essa situação. E, com os programas já instituídos, que estão em andamento, para melhorar nossos modais de transporte, eu tenho certeza de que, em poucos anos, nós diminuiremos – e muito – essa diferença.

Essa questão da armazenagem trata, Sr. Presidente, de uma antiga batalha deste Parlamentar, que vê como um grande avanço para o País a decisão tomada pela Presidenta Dilma Rousseff. Inclusive participei de debates, em meu gabinete, junto com as entidades que representam o setor, falando com a Casa Civil e com demais integrantes do Governo, atentando para a importância do Plano de Armazenagem.

Na safra 2013/2014, serão disponibilizados R$5 bilhões para esse fim. O agricultor terá um prazo de 15 anos para o pagamento, com juros de 3,5% ao ano.

O Governo promete, ainda, Sr. Presidente, dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que receberá R$500 milhões na próxima safra.

Trata-se, enfim, de buscar solucionar o déficit que o País tem em quantidade de silos para armazenagem de grãos e, assim, evitar prejuízos causados pelos gargalos no escoamento da produção.

Com muita satisfação, concedo um aparte ao Senador Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Meu caro Senador Sérgio Souza, primeiro, quero dar aqui o meu testemunho do trabalho e do apoio de V. Exª exatamente para que o Brasil possa se consagrar cada vez mais como o grande produtor de alimentos do mundo. A gente viu hoje, naquele evento, a emoção da Presidenta e a animação do setor quando ela citava o tamanho do crescimento. Em minha opinião, tem que se olhar para a situação a que chegamos: o PIB cresceu, em um ano inteiro, 0,9%; no primeiro trimestre, 0,6%. Se for nesse ritmo, vamos pelo menos para 2,5%, aproximadamente, o que mostra, ao contrário do que pensam os pessimistas, a retomada do crescimento. Acho que o pior do impacto da crise mundial no Brasil passou. E ela citava exatamente o tamanho do crescimento do PIB específico da agricultura, na casa de 17%. Então, isso é algo realmente especial. São 5,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Eu quero aqui apenas ressaltar um ponto do que disse V. Exª. Acho que a área da armazenagem, do volume de recursos, tudo isso vai permitir que a gente atinja realmente essa meta possível de 10 milhões de hectares em produção, como o grande celeiro do mundo. Mas eu destaco aqui a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como a grande responsável para transformar o Brasil. Eu acho que tudo isso, tanto para os médios, como para a área de pesquisa, para a Embrapa, tem um grande impacto. Então eu quero aqui parabenizar V. Exª pelo pronunciamento e toda a equipe da Presidenta Dilma, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Embrapa, a Codevasf, todos os órgãos que com certeza contribuem e, é claro, aqueles de que a gente muitas vezes não fala bem: a Fazenda, o Planejamento, a Casa Civil, os que fazem com que toda essa operação seja possível dentro do nosso País. Eu espero que o Paraná continue crescendo, e, tenha certeza, o nosso Piauí vai estar lá também dando sua grande contribuição para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Já está dando, Senador Wellington. Eu conheço as regiões produtoras do Piauí. Tive oportunidade de passar por lá no início deste ano e vi que as fronteiras agrícolas do Brasil estão muito além daquilo que nós imaginávamos ser possível há pouco tempo.

Sr. Presidente, a produção de grãos da safra que se encerra chegou a 184 milhões de toneladas, enquanto a capacidade de armazenagem ficou em 145 milhões de toneladas, somados armazéns públicos e privados, o que representa um déficit de estocagem de 39 milhões de toneladas.

É importante, inclusive, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – ... destacar que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação recomenda que cada país tenha capacidade de armazenagem pelo menos 20% acima de sua produção, o que, no caso do Brasil, equivaleria, em 2013, a 220 milhões de toneladas. Com os novos armazéns que devem estar todos prontos até 2020, o País poderá chegar próximo a esse patamar.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, não poderia deixar de exaltar também o aumento de 75% em relação aos recursos disponibilizados para subvenção no ano passado no seguro rural. O montante passou de R$400 milhões para R$700 milhões em subvenções.

Enfim, Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Peço mais dois minutos para concluir. (*Fora do microfone*.)

Enfim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje é dia de grande satisfação para a produção agropecuária nacional não apenas pelas excelentes notícias anunciadas, mas sobretudo pela atenção e pela importância que dá o Governo ao setor.

Ganham com isso todos os produtores rurais do País e todos os brasileiros que, muito em breve, poderão orgulhar-se de pertencer ao maior produtor e exportador mundial de alimentos, com todos os benefícios que esta condição nos trará. Porque, a partir do momento em que nós vamos diminuir o custo interno da produção, mais recursos...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –... vão ficar no interior deste País, mais empregos vão ser gerados, porque esses recursos são consumidos pelo comércio, pela indústria, pelo setor da construção civil, pelo setor da venda de móveis, de eletrodomésticos. E nós sabemos que as cidades brasileiras, Sr. Presidente – não é diferente no Nordeste, não é diferente no vosso Estado, o Estado do Piauí, não é diferente no Estado de Rondônia, Senador Cassol –, as cidades do interior deste País vão muito bem se a agricultura for bem.

E aqui eu quero aplaudir a Presidenta Dilma que tem feito o seu papel em disponibilizar cada vez mais recursos para o financiamento das safras brasileiras e com juros cada vez menores.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Ivo Cassol deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Mais uma vez parabéns ao Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, pela Liderança do PP.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa.

Temos feito um trabalho aqui em Brasília, junto com os demais membros da Bancada federal. A exemplo disso, hoje à tarde, tivemos uma audiência pública com a Advocacia-Geral da União, em que estava presente o Ministro Adjunto e também o Ministro Luís Adams, que deu apoio para que seu adjunto continuasse o trabalho junto com a Bancada federal de Rondônia, sob o comando do nosso coordenador, Nilton Capixaba, dos demais Deputados Federais, dos três Senadores, juntamente com o presidente do SINDSEF, que é o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia, Daniel Pereira, ex-deputado estadual do nosso Estado.

E a reivindicação que o presidente do sindicato leva e levava naquele momento é sobre uma gratificação que os servidores públicos federais do Estado de Rondônia, do Amapá e de outros Estados da Região Norte tinham direito, mas foram prejudicados, no ano de 2005.

Não é a primeira vez que acontece isso, Sr. Presidente. Muitas vezes se encontra mecanismo para poder atender aos demais Estados da Federação brasileira, e muitas vezes os governantes tratam os Estados das Regiões Norte e Nordeste com indiferença, quando, na verdade, deveríamos estar aqui nesta Casa homenageando essas pessoas que tiveram a coragem de, no passado, fazer um concurso público e, juntos, ocuparem a Amazônia para não entregarem a Amazônia. Lembro que quando foi feito o concurso público não havia regras diferenciadas para professores: quem tinha o ensino fundamental ou licenciatura curta ou outra área que tivesse algo a mais.

Ao mesmo tempo, quando se cria uma gratificação – e infelizmente por um parecer único de um advogado do Ministério do Planejamento, e não é a primeira vez que ocorre isso –, sempre colocam dificuldades,

como colocaram com a transposição do Estado de Rondônia, porque o Ministério do Planejamento quer cortar gastos.

E deve cortar gastos com aquilo que não é necessário executar, fazer. Mas pagar com igualdade todos aqueles que foram contratados no mesmo regime é obrigação e dever da União; é obrigação e dever do Governo Federal.

Tanto é verdade que dos 3.500 ou 3.600 servidores federais, mais ou menos, todos eles tiveram incluída nos seus salários essa gratificação criada lá atrás pelo Governo Federal. Mas, ao mesmo tempo, não foi pago o período do começo de 2005 ao final de 2006. Essa diferença que os servidores públicos buscam é para terem o tratamento igual ao dos demais servidores, dos demais professores dos Estados brasileiros.

Além disso, disse o Ministro Adjunto que já estava apto, estava pronto, já estava definido que 1.600 servidores, praticamente, já podem fazer o planejamento, uma vez que os mesmos fizeram proposta de 10% do desconto do total, menos o trabalho que os advogados estão fazendo, a sucumbência que a União também tinha que pagar. Isso é uma economia para a União.

Portanto, o acordo administrativo é o melhor caminho para economizar os cofres federais e, ao mesmo tempo, atender a demanda desses servidores, que hoje dá mais de R$20 milhões.

Quanto a esses servidores que estão fora, ainda, por esse parecer do advogado do Ministério do Planejamento, nos próximos dias, vai ser buscado, numa audiência entre o Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União e Ministério do Planejamento, a compreensão, no entendimento da lei. Porque, se uma vez já foi incorporada essa gratificação no salário, não tem mais que discutir o mérito; na verdade, é legal. Se não fosse legal, não estariam incluídos, não teriam sido incorporados, com os salários, os vencimentos mensais que esses servidores recebem até hoje.

Portanto, não tem por que ficar enrolando, não tem por que ficar amarrando. Ao mesmo tempo, é a oportunidade que o Sindicato dos Servidores Federais tem, representado pelo ex-Deputado Estadual Daniel Pereira, que é o Presidente do SINDSEF, de buscar que seja colocado, com prioridade, ainda no Orçamento, para ser pago em 2014. Se demorar, infelizmente, só será em 2015 ou 2016. É uma luta desses servidores, como tantas outras que já aconteceram, que vêm buscar na Justiça um direito para ser contemplado no futuro.

A exemplo disso, o plano de cargos e salários, aprovado no Estado de Rondônia, dos servidores, dos professores da educação. Todo mundo sabe, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o piso salarial é, se não me engano, de R$1.431,38. É o piso nacional. No Anexo I, nas classes A, B e C, nas referências de 1 a 16, começa-se, na classe A, com o piso salarial que é de aproximadamente R$1.400,00; vai até a referência 16, com R$1.800,00, quase R$1.900,00. Quando pula para a classe B, ou referência 17, infelizmente, os professores voltam a receber o provento de um piso salarial de R$1.431,38.

É uma pegadinha! Os professores hoje estão reivindicando, cobrando o que é direito. Se o governo do Estado está falando que não tem condições de dar, então que não tivesse feito dessa maneira, enganando a todos quando dizia que na nova Rondônia haveria diálogo; quando dizia que na nova Rondônia não haveria greve.

É a mesma coisa daquela conversa do bêbado com o delegado; o bêbado querendo convencer o delegado. Não foi diferente nas eleições municipais do ano passado, em Porto Velho, quando eu ouvia o prefeito atual, ex-Deputado Federal, dizer que no governo dele haveria diálogo, que no governo dele haveria isso ou aquilo.

Quero dizer que a greve é o caminho, é a maneira legal que existe, não só ao servidor público, mas a qualquer funcionário, a qualquer servidor de qualquer empresa, de buscar o seu direito, quando não são contemplados ou por si próprios.

Então, da mesma maneira o SINDSEF busca hoje essa diferença de salário. Quero lembrar essa diferença, essa pegadinha, esse acordo que fizeram na calada da noite no plano de cargos e salários dos servidores da educação, que denunciei aqui desta tribuna: no Anexo I – Classe A, referência de 1 a 16, quando se chega a R$1.800,00, tinha que pular para R$1.900,00, numa diferença de 2% entre uma e outra referência, ele volta para a Classe B, para R$1.431,00, dando prejuízo a esses professores que estavam na expectativa, já contando com essa diferença nas suas progressões.

Mas o Estado vai ter que pagar essa conta, porque está na lei, no seu artigo 74 – se não estou enganado – que diz que a progressão de cada referência é 2%. A partir da referência 16, pula e continua dando 2%, mesmo sendo na Classe B. Portanto, está escrito na redação, não é uma pegadinha colocada num anexo que vai tirar a essência da lei, que vai tirar o direito dos professores.

Portanto, professores, servidores e pessoas que buscam, e buscam com justiça, eu sempre digo que é melhor uma verdade amarga do que uma expectativa frustrada; é muito melhor ser verdadeiro, encarar os fatos da maneira que sempre fiz como gestor, como prefeito e governador que fui. Eu dividia com os demais servidores, com o secretariado, com a população a realidade do que acontecia no Estado no dia a dia.

Ao mesmo tempo em que dizem que não podem dar aumento ou pagar a diferença para os servidores, criticaram na época da campanha dizendo que, na nova Rondônia, diminuiu-se o CDS, quando na verdade multiplicaram o CDS. Da mesma maneira que falam que não têm condições de melhorar ou pagar um salário melhor para as categorias, a exemplo da saúde, da segurança pública, de todas as outras áreas, da educação, os cargos comissionados, os CDS, infelizmente, ou felizmente para aqueles que ganham, magicamente tiveram, do dia para a noite, um aumento em torno de 300%, com uma portaria. No meu Governo era de R$4 mil; hoje, é na casa dos R$10 mil, dos R$12 mil ou dos R$13 mil. Sem contar muitos apadrinhados, muitos companheiros de partido, muitos aliados, ou melhor, puxa-saco mesmo, aqueles que não produzem nada, mas que, ao mesmo tempo, todo final de mês, sugam uma parcela do recurso do Estado em benefício próprio. Isso é ruim para o Estado, é ruim para o Brasil.

Vir dizer que a arrecadação está baixa, está ruim? Nós também enfrentamos lá atrás, em 2008 e 2009, e o Estado andava equilibrado. E é isso que a gente espera. Espera-se que o Governo consiga encontrar caminho. Mas da mesma maneira que o Governo Federal lá atrás não contemplou e não deu essa gratificação, hoje os servidores estão buscando na Justiça.

Assim vai acontecer com o plano de cargos e salários, no Anexo I, dos professores na educação que também não estão sendo contemplados e estão sendo prejudicados.

Além disso tudo, Srªs e Srs. Senadores, eu quero aqui lembrar que o novo Código Florestal (Lei nº 12.651) completa um ano de vigência. A nova legislação que em outubro passado recebeu alterações, com a aprovação da Medida Provisória nº 571 (Convertida na Lei nº 12.727, de 2012), traz entre os seus instrumentos programas de regularização ambiental (PRA), o Cadastro Ambiental Plural (CAR). Com lançamento em âmbito nacional previsto para até o mês de junho, o cadastro que busca a regularização ambiental de imóveis rurais, redução do desmatamento e recuperação das áreas degradadas.

Por ocasião desta data, foi realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com representantes dos setores ambientais e agrícolas para discutir os desdobramentos desde a promulgação desse novo ordenamento florestal.

Naquela oportunidade, o nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, lembrou que, na prática, o Código Florestal ainda não foi completamente implementado – e é verdade –, esclarecendo que os Programas de Regulamentação Ambiental (PRA) só poderão ser iniciados a partir das informações obtidas por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), já em fase de implantação pelo Ministério do Meio Ambiente. Isso já tinha que estar 100% funcionando. Já tinha que estar nos 27 Estados da Federação, nos 26 Estados mais o Distrito Federal, a todo vapor.

Como exemplo, a oferta de incentivos para agricultores que mantiveram as florestas em matas nativas em suas propriedades rurais. O novo Código Florestal reduziu a exigência de reserva legal e de áreas de preservação permanente para aqueles que desmataram ilegalmente até 2008, mas não ofereceu nada de concreto para beneficiar quem cumpriu a lei e manteve florestas e matas, ou seja, quem desmatou, recebeu o benefício de poder usar as áreas abertas. Quem não desmatou recebeu o art. 41, que, infelizmente, ainda é uma carta de boas intenções.

É o meu caso. Como proprietário, eu tenho a propriedade e tenho mais de 50% de área preservada – mais de 50% de área preservada! É exemplo o que eu fiz, enquanto nós, ao mesmo tempo, buscamos dar condições e respaldo para que pudéssemos ter, do ano passado para cá, um ajuste e, ao mesmo tempo, uma segurança jurídica para todos aqueles que querem produzir.

É justo que o proprietário que manteve a reserva legal e ficou com restrição sobre o direito de uso do seu patrimônio deva ser indenizado por gerar benefício à sociedade. Assim, é de suma importância a implementação de instrumentos de regularização das propriedades, como o Programa de Regularização Ambiental. É dar incentivo, incentivo de equipamentos, com juros subsidiados de empréstimos, para poder fomentar ainda mais aqueles que, na verdade, cumpriram e fizeram o dever de casa.

Segundo informação divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, há 5,175 milhões de propriedades a serem inscritas nos próximos dois anos no Cadastro Ambiental, sendo 4,367 milhões da agricultura familiar.

Destaco, Srªs e Srs. Senadores, no texto, a valorização de atividades preservacionistas, além de possibilitar a fomentação de novas oportunidades para produtores rurais ingressarem na legalidade ambiental. Não é preciso mais trabalhar na ilegalidade, mas, para isso, é preciso que o Ibama, que é comandado pelo Ministério do Meio Ambiente, facilite a vida de todo mundo, faça o cadastramento e comece, ao mesmo tempo, a cobrar daqueles que precisam na verdade cumprir o seu papel, fazendo a recuperação das áreas degradadas, pois, infelizmente, não respeitaram a legislação naquele momento. Trazer para a legalidade e dar oportunidade para poder executar.

Apesar de citar pontos positivos na nova legislação, pondero que o maior desafio do novo Código Florestal será a efetividade das suas normas.

Está fácil! Podemos e devemos trabalhar na legalidade, mas, para isso, é necessário que tanto as Secretarias Municipais de Meio Ambiente quanto as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e o Governo Federal trabalhem em conjunto com um só propósito: o desenvolvimento e o progresso do nosso País, produzindo grãos sem precisar fazer mais nenhum desmatamento.

Avalio com aspectos bastante positivos esse primeiro ano de vigência do novo Código Florestal brasileiro. O texto consegue valorizar atividades de preservação, incentivando até mesmo por meio de instrumentos econômico-financeiros a conservação ambiental, e, ao mesmo tempo, trazer uma sensação de tranquilidade para o setor rural, que, ao contrário da lei passada, que colocava 90% de um universo de 5,5 milhões de produtores rurais brasileiros na ilegalidade, passa a fomentar novas oportunidades para o ingresso na legalidade ambiental desses produtores. Muita coisa ainda precisa ser feita para colocar todas essas inovações legislativas em prática. Primeiro, é preciso que se entenda a abrangência dos institutos jurídicos criados como forma de oportunizar uma democratização do acesso às normas do Código Florestal para todos os seus destinatários. Em segundo lugar, é necessária uma conscientização em torno das novas regras no sentido de que elas vêm para melhorar substancialmente a vida agroambiental brasileira. E, em terceiro lugar, vontade política dos Estados em se adequarem aos princípios e institutos jurídicos inauguradores da nova lei florestal brasileira.

Muita coisa ainda precisa ser feita, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para colocar todas essas inovações legislativas em prática.

O Cadastro Ambiental Rural, além de ser obrigatório para todas os proprietários rurais, é um registro público eletrônico de âmbito nacional, que substitui as antigas e ultrapassadas averbações de reserva legal, possuindo também um nítido caráter fiscalizatório e instrumento indispensável para a regularização jurídica ambiental de todas as propriedades rurais do Brasil.

Claro que o impacto do cadastro é extremamente positivo, pois ele servirá de ponte para que o Estado ambiental desempenhe com maior eficiência as suas atividades, diminuindo a burocracia exacerbada e auxiliando no combate aos desmatamentos ilegais em torno de áreas de preservação permanente e de reserva legal. Em resumo, um mecanismo que serve para subsidiar a Administração Pública e facilitar o ingresso dos produtores na legalidade.

Não há dúvidas de que o maior desafio do Código Florestal será a efetividade das suas normas. Um grande erro do Estado brasileiro é querer modificar ou criar normas ambientais por meio de medidas provisórias, como foi feito esse recente código, sobretudo porque um dos mais importantes princípios do Direito Ambiental é o da participação democrática que incumbe a todos os cidadãos, nos mais diferentes níveis, interessados em realizar a construção de uma legislação protetora do meio ambiente.

A legislação nova consagra o compromisso com a realização de atividades que têm, no seu foco, a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais.

Recentemente, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana estiveram na Europa, como representantes desta Casa, para o ciclo de palestras sobre o Código Florestal. Os encontros foram direcionados às ONGs ambientais, empresários, diplomatas, jornalistas e autoridades políticas em Paris, Bruxelas e Londres.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ressaltou-se, naquela ocasião, como bem o Senador Luiz Henrique, que "o Novo Código Florestal deu um protagonismo internacional para o nosso País, já que o que decidimos é a lei mais avançada do mundo em matéria de meio ambiente. Em nenhum outro país, a propriedade privada é limitada", como em nossa terra.

Mais um minutinho só, ou dois minutos, para concluir, Sr. Presidente, porque está no fim.

Disse ele, naquela oportunidade:

Quando falamos que, no Brasil, o proprietário só pode utilizar 80% da sua terra, se localizar no Amazonas; e 35%, se no Cerrado, eles ficaram surpresos e admirados. Quando dissemos que, nas demais partes do País, 20% das propriedades rurais deverão ser constituídas de reserva legal coberta de vegetação, demonstraram ainda maior surpresa. Quando focalizamos o mapa da Amazônia, revelando que 76% são constituídas de terras públicas florestadas e apenas 24% de propriedades privadas, ficaram simplesmente pasmos.

E o novo código faz um compromisso severo com a reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ... no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia. O impacto ambiental fica, da melhor maneira possível, resguardado sob o manto da proteção legis-

lativa, sem critérios que incentivem a sua continuidade e, muito ao contrário, a lei, valorizando os princípios constitucionais da preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e da proteção da biodiversidade, estabelece mecanismos que propiciem a recomposição e a regeneração das florestas existentes em todo o território nacional.

À medida que a sociedade se desenvolve, inclusive o seu nível de conscientização, é natural que haja uma evolução e uma maturidade capaz de estabelecer mudanças pontuais em um ou outro ponto. É imperioso dizer que, com todos os seus aspectos positivos, este novo código está longe da perfeição, mas que, diferentemente da antiga lei florestal brasileira, analisa a preservação ambiental com os olhos voltados para a razão e proporção, capazes por equacionar interesses de "ambientalistas" e "ruralistas" – entre aspas –, nossos produtores rurais brasileiros, que possam elevar o índice da qualidade de vida do nosso Brasil.

É com alegria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, mesmo que a exposição dos nossos Senadores, tanto o Senador Luiz Henrique quanto Jorge Viana, que estiveram na Europa, quando lá apresentaram e demonstraram o nosso novo Código Florestal. Lá, demonstraram que 75% da nossa área amazônica é preservada e é reserva florestal. Ao mesmo tempo, ficaram boquiabertos, para dizer a palavra verdadeira, porque, infelizmente, eles lá fazem o contrário. Nós aqui fizemos o dever de casa.

Por isso, os nossos produtores rurais nos quatro cantos deste Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ... têm de ser tratados como verdadeiros heróis. São pessoas que tiveram a coragem de colocar a mudança em cima de um caminhão de pau-de-arara, como fizeram meus pais. Fomos juntos para a Amazônia e para Rondônia.

Não foi diferente com a família do Blairo Maggi, no Estado de Mato Grosso. Não foi diferente com tantos outros, Cassol, Maggi, Silva, que foram para o Estado do Acre, como o Senador Anibal, como outros, e ajudaram a implementar uma economia rica e forte.

É essa economia que busca sustentar o nosso povo brasileiro. O que produzirmos além...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ... deve ser levado para o mercado internacional, dando condições de gerarmos divisas.

O nosso Brasil é forte, o nosso povo é competente, sério e capaz. É por isso que, quando alguns mostram uma mania de tratar o nosso produtor como delinquente, como bandido, como criminoso, eu não aceito, porque eu também botei o cacaio nas costas, andei 40, 50, até 72 quilômetros mata adentro, em 1977, 1978, 1977, 1980, para ter um pedaço de terra, junto com a minha família. Assim há outros pioneiros, outros desbravadores da Amazônia, porque o Governo Federal dizia: "Vamos ocupar a Amazônia para não entregar a Amazônia".

Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Que Deus abençoe todos!

Até a próxima oportunidade, se Deus permitir!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Wellington Dias, que preside a sessão neste momento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna inicialmente para informar que participei hoje de uma reunião da Bancada Federal do Acre com o Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, e com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, do Partido dos Trabalhadores, para tratarmos exatamente da situação que está sendo um grande trauma para milhares de servidores públicos do Estado do Acre, que é, exatamente, uma decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de não reconhecer uma emenda constitucional à Constituição do Estado do Acre, que dava garantia e estabilidade a todos os servidores públicos após 1988 e que não fizeram concurso à época. São servidores que têm 18, 19 anos de serviço público e que agora estão sob ameaça de terem esses contratos tornados nulos.

Então, há um grande clamor dos servidores públicos do Estado do Acre. Há uma ameaça sobre aproximadamente 11 mil servidores. Esse é um momento que tem unificado a Bancada Federal do Acre ao Governador Tião, que tem tido uma postura muito corajosa em defesa dos servidores.

Hoje, estivemos reunidos justamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, para falar sobre a possibilidade de contarmos também com a solidariedade desses Líderes e dos demais Líderes partidários dentro da Câmara dos Deputados, para buscar uma saída que possa ser a menos traumática possível.

Dois *sites* do Acre fizeram uma abordagem dizendo que nem eu, nem o Senador Jorge Viana havíamos participado dessa reunião, como se não estivéssemos tratando, com a devida importância, esse drama de milhares de servidores do Estado do Acre. Essa notícia já foi desfeita, porque, inclusive, houve fotografias da reunião com o Presidente da Câmara e

essas fotografias foram publicadas já. De tal maneira que podemos afirmar, com toda tranquilidade, que a preocupação com os servidores é a mesma entre todos os integrantes da Bancada federal.

E mais: nós temos uma história de defesa desses servidores. Jorge Viana foi, por oito anos, Governador do Acre, e, durante esses oito anos, nós trabalhamos firmes com a Procuradoria-Geral do Estado para fazer a defesa desses servidores. Binho Marques foi Governador durante quatro anos, e, durante esses quatro anos, a Procuradoria-Geral do Estado também atuou com toda firmeza, fazendo a defesa dos servidores em todas as instâncias. A prova é que, durante doze anos, dos governos de Jorge Viana e Binho Marques, nenhum servidor sequer foi demitido por determinação judicial. Houve momento em que o Governador Jorge Viana afirmou que, se fosse determinação da Justiça a demissão dos servidores, ele preferia ir preso a demitir um servidor. E, assim, ele segurou, com toda firmeza, a mobilização da Procuradoria-Geral do Estado em defesa desses servidores.

A mesma coisa aconteceu durante o governo do Governador Binho Marques. E, agora, da mesma maneira, está com o Governador Tião Viana. Tenho participado de reuniões, repetidas vezes, com o Governador Tião Viana, em que ele tem tratado com a mesma seriedade a questão. Já se reuniu com os sindicatos das mais diversas categorias do Estado para reafirmar o compromisso do seu Governo com todos os servidores, e um compromisso de dar total segurança, total garantia aos servidores de que o Governo do Estado, sob a direção do Governador Tião Viana, está a serviço desses servidores e estará, solidariamente, com esses servidores na busca de uma saída.

Assim tem agido a nossa Procuradoria-Geral do Estado. Estive com a nossa Procuradoria, com os Procuradores Rodrigo das Neves e Roberto, e fomos ao Supremo Tribunal Federal, onde nos reunimos com Ministros, para tratar desse assunto. Estamos permanentemente apresentando os argumentos que podem ser apresentados, no sentido de proteger o servidor do Estado do Acre.

Onze mil servidores é o número aproximado de 25% de servidores do Estado. É só imaginar o que seria a demissão de 25% de servidores de São Paulo ou de qualquer outro Estado do Brasil para ver o tamanho do clamor social que isso resultaria, da catástrofe social, do quanto isso impactaria a economia do Estado. Exatamente por ter essa consciência é que eu me coloco completamente solidário aos servidores, juntamente com o Governador Tião Viana. Tenho certeza de que o Senador Jorge Viana, da mesma forma, como já externou e já manifestou esse seu sentimento de proteção aos servidores no passado, a mesma coisa ele está fazendo neste momento.

Não há nenhuma dúvida quanto à nossa preocupação, ao nosso comprometimento e à nossa disposição de luta em defesa dos servidores do Estado do Acre. Haveremos de encontrar uma saída que seja a menos traumática possível para a garantia da estabilidade desses servidores.

Mas, Sr. Presidente, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, tenho procurado me manifestar, repetidas vezes, aqui na tribuna, porque esse é o nosso espaço de combate e não podemos abrir mão de fazer o bom debate a respeito das coisas em que acreditamos. Já fiz vários pronunciamentos da tribuna sobre essa operação G7, que está causando uma grande injustiça a pessoas no Estado do Acre. Ontem fiz aqui referência a uma entrevista do advogado Luiz Saraiva, que é Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Acre.

Hoje, eu trago um artigo muito bem escrito pelo Prof. Leonardo de Brito, que é mestre em relações internacionais, professor da Universidade Federal do Acre e também Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores. Ele traz uma reflexão muito interessante, porque as pessoas, no senso comum, dizem assim: "Ah, a Polícia Federal fez uma operação, e quando a Polícia Federal faz uma operação é porque tem algo de muito sério." É verdade, a Polícia Federal é uma instituição séria, mas ela é passível de erro.O Governo brasileiro paga milhões de indenização, por força de operações atabalhoadas, operações não fundamentadas, operações que acabam causando grandes prejuízos pessoais à honra de pessoas.

E é exatamente por isso que o Professor Leonardo de Brito faz um artigo tão fundamentado. Dentro dos argumentos que tenho apresentado, inclusive, para as pessoas do interior do Acre que nos assistem pela TV Senado, faço, aqui, uma leitura deste artigo:

> Tão logo deflagrada a Operação da Polícia Federal, denominada G7, foi muito comum, em meio ao sentimento de dúvidas, manifestações do senso comum do tipo: "se foi a Polícia Federal, é porque tem coisa aí!". Trata-se de clara alusão à credibilidade da Polícia Federal e de seu aparato investigatório no combate ao crime. Neste momento, algumas vozes se levantam contra aqueles que ousam questionar tal operação, como se esse fosse um assunto proibido, um artifício de defesa ou de pura retórica. Questionar a Polícia Federal virou quase um ato passível de censura.
>
> O renomado escritor inglês George Orwell, em sua instigante obra "1984", apresenta-nos um

modelo de estado totalitário, chamado Oceânia, onde pensar constituía um crime gravíssimo. Espero, sinceramente, que os arautos da intocabilidade das instituições não me condenem por este artigo.

Em um Estado democrático de direito, o fortalecimento das instituições republicanas deve ser um objetivo permanente e incansável. Tais instituições devem, a priori, sempre ser respeitadas. Entretanto, justamente por ser um Estado democrático, tais instituições não são infalíveis e, portanto, insuscetíveis de questionamentos. O fato de uma instituição de Estado, por suas atribuições constitucionais, não ter cor partidária, não quer dizer necessariamente que não possa ser utilizada inescrupulosamente por alguns seus membros com claras finalidades políticas ou para atingir pessoas. Encontra-se ainda, passível de cometer erros.

Dessa forma, a fiscalização, o controle social e o constante questionamento de suas ações são fundamentais para o fortalecimento de sua credibilidade institucional. O controle das polícias é feito tanto internamente, por suas corregedorias, como externamente, pelo Ministério Público. Isso não quer dizer, obviamente, que a imprensa e a sociedade de um modo geral não possam fazê-lo. Sim, devem fazê-lo, sob o risco de regredirmos a regimes de exceção, como tivemos no Brasil, de 1964 a 1985, cujas vísceras estão hoje expostas pela Comissão da Verdade. Naquele período, as instituições policiais foram utilizadas para perseguir politicamente e violar direitos e garantias fundamentais.

Aqui não se trata obviamente de desqualificar a importante e imprescindível instituição Polícia Federal – instituição republicana – ou qualquer outra.

A Polícia Federal é e sempre será respeitada. Aliás, a atuação do PT nos governos do Acre e do Brasil primou pelo fortalecimento das instituições e da transparência na esfera pública. Nossos governos criaram e fortaleceram mecanismos importantes de controle social, tais como o orçamento participativo, conselhos, conferências, controladorias, portais de transparência, Diário Oficial on line e, mais recentemente, a Lei de Acesso a Informações públicas. Hoje, a Polícia Federal tem liberdade para investigar até o próprio Governo, e a Procuradoria Geral da República, que nos governos FHC tinha o seu "engavetador", hoje denuncia membros do Governo, como ocorreu na Ação Penal nº 470. Aqui no Acre, a Polícia Civil atua no combate à corrupção, como ocorreu, recentemente, no Detran e na Secretaria de Fazenda.

Contudo, repito, o fortalecimento de tais instituições não quer dizer que as mesmas são infalíveis. E aqui volto a dialogar com o senso comum, presente na afirmação inicial do texto, acerca da atuação da Polícia Federal. Para isso, recorro a uma matéria da Revista Consultor Jurídico, de 17 de setembro de 2011, sobre as operações da Polícia Federal no Brasil.

De acordo com a matéria, o Governo Federal tem tido inclusive prejuízos ao Erário por conta de operações espetaculosas, como é o caso da Operação G7. De acordo com a revista, 'desde 2007, o Governo Federal foi condenado a pagar pelo menos R$ 1,6 milhão em indenizações por danos morais ou materiais a pessoas que foram presas por engano, que foram presas por engano, ilegalmente, ou que foram submetidas à exposição midiática excessiva pela atuação da Polícia Federal."

Tais condenações por danos morais, em sua grande maioria, irreparáveis, são fruto de uma inversão de valores em nossa sociedade, facilitada pela natureza cada vez mais midiática da ação policial: a substituição do princípio constitucional da presunção de inocência, pela condenação midiática sumaríssima e imediata dos acusados, sem direito de defesa. Quem é acusado agora, condenado previamente pela mídia, deverá correr para provar sua inocência e, obviamente, não terá o mesmo espaço midiático e audiência se vier a ser considerado inocente.

Para os leigos, quando se fala em inquérito policial, estamos falando do período de investigações, tem caráter inquisitivo, não comportando o contraditório e a ampla defesa do acusado. Portanto, a verdade real, que é o objetivo maior do processo penal, ainda não pode ser conseguida. Assim, para que se chegue à verdade real e, portanto, à justiça, os investigados devem, além de indiciados pelo inquérito, ser denunciados pelo Ministério Público junto ao Poder Judiciário e, sendo submetidos ao devido processo legal, com direito ao contraditório e à ampla defesa, aí sim, serem condenados ou absolvidos.

Sobre esse aspecto, apresento a análise dos desdobramentos das operações. Segundo a

> publicação, "nas dez mais escandalosas operações patrocinadas pelo Governo, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal colocaram 841 pessoas no banco dos réus, mas apenas nove (1,1%) foram condenadas definitivamente. Do total, só 55 (6,5%) sofreram algum tipo de condenação. A maioria teve a pena anulada ou recorre em liberdade. Em síntese, mesmo com o grande estardalhaço criado pelas operações e pela mídia, o resultado das operações, seus elementos probatórios e a legalidade das ações, submetidas ao devido processo legal, literalmente deram em nada, demonstrando sua fragilidade.
>
> Uma das principais causas de não prosperarem foi a violação de direitos fundamentais, sobretudo com a utilização de escutas telefônicas, que foram consideradas ilegais, portanto, abusivas.

Sobre isso, também se posiciona a matéria: "diversas decisões do STJ e do Supremo Tribunal Federal já pacificaram o entendimento de que a quebra de sigilo tem de ter fortes motivos para ser decretada. Não pode ser o primeiro ato de uma investigação diante de uma denúncia anônima ou da comunicação de um fato estranho. Trocando em miúdos, sem investigações preliminares sobre um possível crime, não é legal quebrar o sigilo de investigados". Como é sabido, a Operação G7 baseia-se quase que exclusivamente em escutas telefônicas. O pior é que neste caso o conteúdo das escutas foi amplamente divulgado, expondo inclusive a intimidade das pessoas.

Nos bancos dos cursos jurídicos, aprendemos as velhas e eternas máximas de que "uma injustiça cometida contra um, equivale a uma injustiça cometida contra todos", ou que "mais vale um criminoso solto, que um inocente preso". Aliás, se há algo que emociona e ao mesmo tempo revolta, são situações em que pessoas inocentes são injustiçadas, vide os exemplos dos lavradores do caso Luziene, em Sena Madureira, e da Escola Base, em São Paulo, para não citar outros exemplos. Imaginem, então, diante de tais dados, o número de pessoas que foram injustiçadas pela "infalível" Polícia Federal, ao longo de tantos anos, e agora nesta operação?

Só lembrando, Senador Wellington Dias, o caso da Escola Base é um caso amplamente conhecido, mas o caso Luziene não é de conhecimento da maioria, porque aconteceu lá no Acre. Houve o assassinato de uma jovem, e três jovens foram presos, torturados durante meses, como sendo os responsáveis por esse assassinato. Inclusive, o pai de um deles se suicidou em função da prisão do filho. E depois se chegou à conclusão de que esses jovens eram inocentes, e não foram reparados depois de tantas atrocidades praticadas contra eles.

Hoje, a pessoa que coordenava as investigações, inclusive praticando sessões de torturas, é Deputado Estadual, pelo PSDB do Acre, que faz esse estardalhaço todo contra o nosso Governo.

As informações acima citadas poderiam nos trazer um conjunto de interrogações que, em tese, e dentre várias outras, são aplicáveis à Operação ocorrida no Acre. Senão vejamos: pessoas de bem, gestores públicos com vários anos de vida pública, sem uma mácula, e suas famílias poderiam estar sendo injustiçadas neste momento, sofrendo danos irreparáveis em suas vidas? A Polícia Federal teria utilizado escutas fora dos parâmetros estabelecidos pelos tribunais superiores? A acusação da Polícia Federal se apresentaria frágil na medida em que expõe um suposto esquema envolvendo fraudes em licitação na qual não há nenhum membro da CPL do governo indiciado? A indicação da Polícia Federal de que haveria um esquema facilitado pelo governo para empresas vencerem licitações no Programa Cidade do Povo seria frágil, porque não se trata de licitação com a participação do Governo, mas de habilitação junto às instituições financeiras? A acusação de supostos desvios no Programa Ruas do Povo, esclarecidos recentemente pelo Governo, seria inverídica? Haveria intenção da Polícia Federal em prejudicar o governo, uma vez que a operação foi atrasada para possibilitar o espetáculo e a presença da Rede Globo que, devidamente informada, chegou ao Acre às vésperas da ação?

É importante ressaltar que não são apenas estas as indagações, mas poderíamos apresentar inúmeras outras. O certo é que, por convicção, posso afirmar que a melhor resposta a tais indagações é afirmativa. Entretanto, se ao lê-las você se permite pelo menos a possibilidade da dúvida, então, parabéns! Você é um cidadão da República Federativa do Brasil, um Estado Democrático de Direito. E não poderá ser censurado por isso. Muito menos condenado por crime de pensamento como na Oceânia, de George Orwell. E viva a democracia!

Assim, Sr. Presidente, eu concluo esse meu pronunciamento, deixando mais um elemento de reflexão aqui sobre essa barbaridade jurídica que está acontecendo no Acre, e, em função disso, o Deputado Federal Sibá Machado, digno representante do Partido dos Trabalhadores no Acre, hoje, fez uma representação junto ao Conselho Nacional de Justiça contra a Desembargadora Denise Bonfim que decretou as prisões, que é a relatora desse processo e até hoje não permitiu às partes e aos advogados das partes terem acesso

a esse processo, numa demonstração inequívoca de que ela está atropelando a Constituição, atropelando as leis para fazer valer seus caprichos e suas vontades. Isso não é passível de ser aplaudido em um Estado Democrático de Direito, tem de ser questionado. Isso que está sendo feito pelo Profº Leonardo Brito, que não tem imunidade parlamentar, mas tem a coragem de questionar a atitude da Polícia Federal e também da Desembargadora Denise, eu tenho por obrigação, como Parlamentar que tem imunidade de opinião, ter que expressar aqui e fazer os cumprimentos ao Prof. Leonardo Brito, Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores e professor da Universidade Federal do Acre, Mestre em Relações Exteriores, porque ele teve a coragem de pôr a nu, de maneira consciente, didática e extremamente convincente, o quanto o Estado democrático de direito está ameaçado hoje, no Acre, por essas atitudes da Desembargadora Denise Bonfim, que não aceita a condução do processo da forma como deve ser, com amplo direito de defesa para as pessoas acusadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senador Anibal, eu já tive a oportunidade de manifestar a minha solidariedade a todos que eu sei que sofrem neste momento, ao Governador Tião Viana, que com tanta dignidade desempenhou seu mandato aqui no Senado e com certeza desempenha hoje o mandato como Governador, a V. Exª que, de forma brilhante, dinâmica, tem aqui, com muita competência, defendido os interesses maiores do povo do Acre, assim como ao Senador Jorge Viana e, na sua pessoa, os que fazem a bancada, os que fazem a equipe de governo, os filiados não só ao nosso Partido, mas a outros partidos.

Quero dar aqui o meu testemunho, porque eu sei o quanto hoje nós temos esse espetáculo, muitas vezes, por parte de instrumentos do Estado. Espetáculos que, muitas vezes, colocam em primeiro lugar a condenação. Primeiro é feita a condenação, só depois é feita a investigação.

Eu citava aqui o exemplo não do meu Partido, não do Partido de V. Exª, mas do Parlamentar Alceni Guerra, que foi Ministro da Saúde. Ele foi execrado, condenado, enfim, e conseguiu provar a sua inocência. E Ibsen Pinheiro, um dos autores da Lei dos *Royalties*, também, da mesma forma. Enfim, são inúmeros os casos. Mas eu sempre digo que a verdade sempre vence. E com certeza, tenho a convicção de que esses fatos serão apurados e a verdade virá.

Eu também me somo aqui a essa decisão. Não pode ter medo. Não há ninguém acima da lei. Nem quem é policial, nem quem é procurador, nem quem é desembargador, nem quem é do Supremo. Ninguém está acima da lei.

Em primeiro lugar, a vontade do povo, que é expressa pelos eleitos pelo povo. Em primeiro lugar a vontade do povo. E, com certeza, sei que é um momento doloroso, de sofrimento, mas eu tenho convicção de que – alguns podem até, nesse instante, ganhar com esses espetáculos – a verdade virá e é ela que vai prevalecer.

Então eu peço a Deus que abençoe cada um por esse momento doloroso. Aqui, em nome do povo do Piauí, e, tenho certeza, dos brasileiros com convicção, o que queremos é que se tenha, na forma da lei, a apuração dos fatos e que venha à tona somente a verdade.

E é isso que vai jogar por terra aquilo que é espetáculo, aquilo que é, muitas vezes, apenas um jogo político. É bom não esquecer, um jogo político que muitas vezes é jogado com amplos parceiros, com a imprensa, com pessoas da imprensa, com pessoas de outras áreas. Não tem ninguém fora da política. É uma ilusão achar que haja algum setor fora da política. Mora num lugar, tem os seus simpatizantes, essa realidade que hoje, como liderança vocês estão enfrentando no Acre, outros brasileiros já enfrentaram em outros lugares.

Mas, como noutros lugares, como disse V. Exª, para o bem da democracia, para o bem do povo brasileiro e do Acre, eu tenho convicção de que nós vamos ter a apuração dos fatos. E, pelos dados que me são passados, a certeza da convicção.

Se alguém cometeu algum crime, conhecendo V. Exª, conhecendo o Governador Tião Viana, conhecendo o presidente do Partido dos Trabalhadores no Acre, queremos a punição, na forma da lei. Mas também que seja preservada a Justiça, e, neste instante, preservado o direito de defesa, o direito de ter a verdadeira apuração e todo o processo legal, para que tenhamos a verdade após um julgamento.

Era isso que eu queria transmitir a V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Recebo com muita sensibilidade a manifestação de V. Exª, porque sei que é uma manifestação consciente de uma pessoa que já viveu o papel de governador por oito anos e que, certamente, tem a exata dimensão do quanto é importante haver o devido processo legal para investigar todas as situações. Então, é uma situação que está posta; o que nós queremos é que aconteça o devido processo legal, que a Justiça seja feita, mas que seja feita na forma da lei, que seja feita de maneira a serem observados todos os princípios constitucionais; que as leis sejam respeitadas e não

sejam atropeladas da forma como está acontecendo, com as pessoas previamente condenadas, sem terem se submetido a um processo legal.

Agradeço muito a (...)

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – (...) solidariedade de V. Exª e tenho certeza de que também o Governador Tião Viana e a sua equipe recebem com muita sensibilidade essa manifestação de V. Exª.

Muito obrigado.

E agora vou ocupar a presidência para que V. Exª possa fazer o seu pronunciamento.

O Sr. Wellington Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei da Câmara n° 37, de 2013** (n° 7.663/2010, na Casa de origem, do Deputado Osmar Terra), que *altera as Leis n°s 11.343, de 23 de agosto de 2006; 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; 8.069, de 13 de julho de 1990; 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e 9.503, de 23 de setembro de 1997; os Decretos-Lei n°s 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas*.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2013

(nº 7.663/2010, na Casa de origem, do Deputado Osmar Terra)

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

§ 1º Entende-se por Sisnad o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º O Sisnad atuará em articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS, e com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS."(NR)

"CAPÍTULO II
DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Seção I
Da Composição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Art. 6º.....

.....

Art. 7º-A Integram o Sisnad:

I – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD, órgão normativo e de deliberação coletiva do Sistema;

II – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD;

III – órgãos governamentais de políticas sobre drogas;

IV – órgãos públicos responsáveis pela repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

V – comunidades terapêuticas acolhedoras; e

VI – organizações, instituições ou entidades da sociedade que atuam nas áreas da atenção à saúde e da assistência social e atendam usuários ou dependentes de drogas e respectivos familiares.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a formulação e articulação das políticas sobre drogas, com o objetivo de potencializar e convergir esforços de toda a sociedade na prevenção, atenção e repressão ao uso de drogas no contexto do Sisnad.

§ 2º Os conselhos de políticas sobre drogas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão, mediante adesão, integrar o Sisnad.

§ 3º Comunidades terapêuticas acolhedoras são pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que realizam o acolhimento do usuário ou dependente de drogas.

.....

Seção II
Das Competências

Art. 8º-A Compete à União:

I – formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas;

II – elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade;

III – coordenar o Sisnad;

IV – estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento do Sisnad e suas normas de referência;

V – elaborar objetivos, ações estratégicas, metas, prioridades, indicadores e definir formas de financiamento e gestão das políticas sobre drogas;

VI – instituir e manter cadastro dos órgãos e entidades que compõem o Sisnad;

VII – instituir e manter sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas;

VIII – promover a integração das políticas sobre drogas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IX – financiar, com Estados, Distrito Federal e Municípios, a execução das políticas sobre drogas, observadas as obrigações dos integrantes do Sisnad;

X – estabelecer formas de colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução das políticas sobre drogas;

XI – garantir publicidade de dados e informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas sobre drogas;

XII – sistematizar e divulgar os dados estatísticos nacionais de prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e econômica e repressão ao tráfico ilícito de drogas;

XIII – adotar medidas de enfretamento aos crimes transfronteiriços; e

XIV – estabelecer uma política nacional de controle de fronteiras, visando a coibir o ingresso de drogas no País.

Art. 8º-B Compete aos Estados e ao Distrito Federal:

I – instituir e manter conselho de política sobre drogas;

II – elaborar plano de políticas sobre drogas em conformidade com o Plano Nacional e em colaboração com a sociedade;

III – fornecer dados e informações para o sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas; e

IV – instituir e manter, obrigatoriamente, programas de tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica, sem prejuízo de programas de prevenção.

Art. 8º-C Compete aos Municípios:

I – instituir e manter conselhos de políticas sobre drogas;

II – elaborar plano de políticas sobre drogas, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo plano estadual, em colaboração com a sociedade e com prioridade para a prevenção;

III – fornecer dados e informações para o sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas; e

IV – instituir e manter, obrigatoriamente, programas sobre prevenção, sem prejuízo de programas de acolhimento, tratamento e reinserção social e econômica.

CAPÍTULO II-A
DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Seção I
Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas

Art. 8º-D São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, dentre outros:

I - promover a interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas;

II - viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas;

III - priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas;

IV - ampliar as alternativas de inserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas, promovendo programas que priorizem a melhoria de sua escolarização e a qualificação profissional;

V - promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos;

VI - estabelecer diretrizes para garantir a efetividade dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas;

VII - fomentar a criação de serviço de atendimento telefônico com orientações e informações para apoio aos usuários ou dependentes de drogas;

VIII - articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho, com objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento;

IX – promover formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo, como forma de promover autonomia ao usuário ou dependente de drogas egresso de tratamento ou acolhimento, observando-se as especificidades regionais;

X – propor a formulação de políticas públicas que conduzam à efetivação das diretrizes e princípios previstos no art. 22;

XI – articular as instâncias de saúde, assistência social e de justiça no enfrentamento ao abuso de drogas; e

XII – promover estudos e avaliação dos resultados das políticas sobre drogas.

§ 1º O plano de que trata o *caput* terá duração de 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação.

§ 2º O poder público deverá dar a mais ampla divulgação ao conteúdo do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas.

Seção II
Dos Conselhos de Políticas sobre Drogas

Art. 8º-E Os conselhos de políticas sobre drogas, constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, terão os seguintes objetivos:

I – auxiliar na elaboração de políticas sobre drogas;

II – colaborar com os órgãos governamentais no planejamento e na execução das políticas sobre drogas, visando à efetividade das políticas sobre drogas;

III – propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, ações, atividades e projetos voltados à prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e econômica e repressão ao tráfico ilícito de droças;

IV – promover a realização de estudos, com o objetivo de subsidiar o planejamento das políticas sobre drogas;

V – propor políticas públicas que permitam a integração e a participação do usuário ou dependente de drogas no processo social, econômico, político e cultural no respectivo ente federado; e

VI - desenvolver outras atividades relacionadas às políticas sobre drogas em consonância com o Sisnad e com os respectivos planos.

Seção III
Dos Membros dos Conselhos de Políticas sobre Drogas

Art. 8º-F Os membros dos conselhos de políticas sobre drogas serão escolhidos para mandato de 2 (dois) anos, na forma de regulamentação específica, observados os seguintes requisitos:

I - idade superior a 18 (dezoito) anos; e

II - residência na região geográfica abrangida pelo conselho de políticas sobre drogas para o qual foi indicado.

§ 1º A posse dos membros dos conselhos de políticas sobre drogas ocorrerá no último dia útil da Semana Nacional de Enfrentamento às Drogas nos anos pares.

§ 2º Constará da lei orçamentária dos entes federados previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos conselhos de política sobre drogas."

Art. 3º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 15.....
.....

'Art. 17. Compete à União manter, no âmbito do Sisnad, sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas, com objetivo de:

I - proceder à coleta de dados e informações para auxiliar na formulação de políticas públicas sobre drogas;

II - promover o monitoramento e avaliação e acompanhar a execução dos programas, ações, atividades e projetos de políticas sobre drogas e de seus resultados;

III - assegurar ampla informação sobre os programas, ações, atividades e projetos das políticas sobre drogas e de seus resultados;

IV - promover análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromissos, finalidades e resultados das políticas sobre drogas; e

V - instrumentalizar a avaliação das políticas sobre drogas.

§ 1º A avaliação das políticas sobre drogas obedecerá às diretrizes nacionais e abrangerá a gestão e os resultados das políticas e dos programas de prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas.

§ 2º Os resultados da avaliação das políticas sobre drogas serão utilizados para:

I - planejar metas e eleger prioridades para execução e financiamento de políticas;

II - adequar os objetivos e a natureza dos programas, ações e projetos;

III - celebrar instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas levantados na avaliação; e

IV - aperfeiçoar e ampliar a capacitação dos integrantes do Sisnad.

§ 3º O processo de avaliação das políticas sobre drogas poderá, mediante convite, contar com a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública e dos conselhos de políticas sobre drogas, na forma do regulamento desta Lei.' (NR)

.....

Seção I
Das Diretrizes

Art. 18. .....

.....

Seção II
Da Semana Nacional de Políticas
Sobre Drogas

Art. 19-A. Fica instituída a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, comemorada anualmente, na quarta semana de junho.

§ 1º No período de que trata o *caput*, serão intensificadas as ações de:

I - difusão de informações sobre os problemas decorrentes do uso de drogas;

II - promoção de eventos para o debate público sobre as políticas sobre drogas;

III - difusão de boas práticas de prevenção, tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica de usuários de drogas;

IV - divulgação de iniciativas, ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas;

V - mobilização da comunidade para a participação nas ações de prevenção e enfrentamento às drogas;

VI - mobilização dos sistemas de ensino previstos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na realização de atividades de prevenção ao uso de drogas."

Art. 4º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO II
DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO, ACOLHIMENTO E DE REINSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 20. .....

.....

'Art. 22. .....

.....

VII - estímulo à capacitação técnica e profissional;

VIII - efetivação de políticas de reinserção social voltadas à educação continuada e ao trabalho;

IX - observância do plano individual de atendimento na forma do art. 23-B desta Lei;

X - orientação adequada ao usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas do uso de drogas, ainda que ocasional.' (NR)

Seção II
Da Educação na Reinserção Social e Econômica

Art. 22-A. As pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sisnad terão atendimento nos programas de educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e alfabetização.

Seção III
Do Trabalho na Reinserção Social e Econômica

Art. 22-B. As licitações de obras públicas que gerem mais de 30 postos de trabalho deverão prever, nos contratos, que 3% (três por cento) do total de vagas sejam destinadas à reinserção econômica de pessoas atendidas pelas políticas sobre drogas de acordo com o seguinte:

I - as empresas responsáveis pelas obras deverão informar ao órgão estadual de políticas sobre drogas acerca da quantidade de vagas disponíveis;

II - o postulante à vaga deverá:

a) estar cumprindo o seu plano individual de atendimento;

b) abster se do uso de drogas;

c) atender aos requisitos profissionais definidos pela empresa contratante; e

d) cumprir rigorosamente as normas da empresa contratante;

III - o programa estadual de reinserção econômica deverá garantir aos atendidos pelas políticas sobre drogas no mínimo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de acesso aos postos de trabalho de que trata este artigo.

§ 1º O cumprimento do plano individual será atestado pelo órgão de políticas sobre drogas responsável pela reinserção social e econômica por meio do qual se inicia o processo de seleção e contratação e pela empresa contratante.

§ 2º Após 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da informação de disponibilidade da vaga pelo órgão responsável pela reinserção social e econômica, a empresa fica dispensada do cumprimento do previsto no *caput*, caso não haja indicação de pessoa para a vaga disponibilizada.

Seção IV
Do Tratamento do Usuário ou Dependente de Drogas

Art. 23. .....

Art. 23-A. O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social e em etapas que permitam:

I – articular a atenção com ações preventivas que atinjam toda a população;

II – orientar-se por protocolos técnicos predefinidos, baseados em evidências científicas, oferecendo atendimento individualizado ao usuário ou dependente de drogas com abordagem preventiva e, sempre que indicado, ambulatorial;

III – preparar para a reinserção social e econômica, respeitando as habilidades e projetos individuais por meio de programas que articulem educação, capacitação para o trabalho, esporte, cultura e acompanhamento individualizado; e

IV – acompanhar os resultados pelo SUS, Suas e Sisnad, de forma articulada.

§ 1º Caberá à União dispor sobre os protocolos técnicos de tratamento, em âmbito nacional.

§ 2º A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.

§ 3º São considerados 2 (dois) tipos de internação:

I – internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas;

II - internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida.

§ 1º A internação voluntária:

I - deverá ser precedida de declaração escrita da pessoa solicitante de que optou por este regime de tratamento;

II - seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento.

§ 5º A internação involuntária:

I - deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável;

II - será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde;

III - perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

IV - a família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento.

§ 6º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 7º Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser informadas, em, no máximo, de 72 (setenta e duas) horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único, na forma do regulamento desta Lei.

§ 8º É garantido o sigilo das informações disponíveis no sistema referido no § 7º e o acesso será permitido apenas às pessoas autorizadas a conhecê-las, sob pena de responsabilidade.

§ 9º É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.

§ 10. O planejamento e a execução do projeto terapêutico individual deverão observar, no que couber, o previsto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Seção V
Do Plano Individual de Atendimento

Art. 23-B. O atendimento ao usuário ou dependente de drogas na rede de atenção à saúde dependerá de:

I – avaliação prévia por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial; e

II – elaboração de um Plano Individual de Atendimento – PIA.

§ 1º A avaliação prévia da equipe técnica subsidiará a elaboração e execução do projeto terapêutico individual a ser adotado, levantando no mínimo:

I o tipo de droga e o padrão de seu uso; e

II – o risco à saúde física e mental do usuário ou dependente de drogas ou das pessoas com as quais convive.

§ 2º É obrigatória a articulação entre as normas de referência do SUS, Suas e do Sisnad na definição da competência, da composição e da atuação da equipe técnica que avalia os usuários ou dependentes de drogas.

§ 3º O PIA deverá contemplar a participação dos familiares ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo, sendo esses, no caso de crianças e adolescentes, passíveis de responsabilização civil, administrativa e criminal, nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º O PIA será inicialmente elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do primeiro projeto terapêutico que atender o usuário ou dependente de drogas e será atualizado ao longo das diversas fases do atendimento.

§ 5º Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação multidisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo atendido;

III - a previsão de suas atividades de integração social ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;

VI - designação do projeto terapêutico mais adequado para o cumprimento do previsto no plano; e

VII - as medidas específicas de atenção à saúde do atendido.

§ 6º O PIA será elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias da data do ingresso no atendimento.

§ 7º As informações produzidas na avaliação e as registradas no plano individual de atendimento são consideradas sigilosas."

Art. 5º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção VI

Do Acolhimento em Comunidade Terapêutica Acolhedora

Art. 26-A. O acolhimento do usuário ou dependente de drogas na comunidade terapêutica acolhedora caracteriza-se por:

I - oferta de projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas que visam à abstinência;

II - adesão e permanência voluntária, formalizadas por escrito, entendida como uma etapa transitória para a reinserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas;

III - ambiente residencial, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares, atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento ao usuário ou dependente de drogas em vulnerabilidade social;

IV – avaliação médica prévia;

V – elaboração de plano individual de atendimento na forma do art. 23-B desta Lei; e

VI – vedação de isolamento físico do usuário ou dependente de drogas.

§ 1º Não são elegíveis para o acolhimento as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, caso em que deverão ser encaminhadas à rede de saúde.

§ 2º Quando houver impossibilidade de realização da avaliação médica prévia e desde que não haja risco de morte à pessoa, o acolhimento poderá ser feito de imediato, caso em que a avaliação médica deverá ser providenciada no prazo máximo de 7 (sete) dias.

§ 3º Para a realização da avaliação médica, as comunidades terapêuticas acolhedoras terão prioridade absoluta na utilização da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

§ 4º As normas de referência para o funcionamento das comunidades terapêuticas acolhedoras e de seu cadastramento serão definidas pela Senad.

§ 5º As comunidades terapêuticas acolhedoras não se caracterizam como equipamentos de saúde."

Art. 6º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 33. .....

.....

§ 4º Nos delitos definidos no *caput* e no § 1º, as penas deverão ser reduzidas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), quando:

I – o agente não for reincidente e não integrar organização criminosa; ou

II – as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta.

§ 5º Se os crimes previstos no *caput* e no § 1º forem cometidos por quem exerce o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa, a

pena é de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos e pagamento de 800 (oitocentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 6º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional." (NR)

"Art. 50. .....

.....

§ 2º Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará, no prazo de 10 (dez) dias, a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

§ 3º A destruição será executada pela autoridade de polícia judiciária competente, no prazo de 15 (quinze) dias, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

§ 4º O local será vistoriado antes e depois da destruição, sendo lavrado auto circunstanciado pela autoridade policial, certificando-se a destruição total das drogas apreendidas." (NR)

"Art. 50-A. A destruição das drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo."

"Art. 60. O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do assistente de acusação, ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias nos casos em que haja suspeita de que os bens, direitos ou valores sejam produto do crime ou constituam proveito dos crimes previstos nesta Lei, procedendo-se na forma dos arts. 125 e seguintes do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Na hipótese do art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, o juiz poderá determinar a prática de atos necessários à conservação dos bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de apreensão ou sequestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata puder comprometer as investigações." (NR)

"Art. 61. A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente.

§ 1º O juiz, no prazo de 30 (trinta) dias contado da comunicação de que trata o *caput*, determinará a alienação dos bens apreendidos, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma da legislação específica.

§ 2º A alienação será realizada em autos apartados, dos quais constará a exposição sucinta do nexo de instrumentalidade entre o delito e os bens apreendidos, a descrição e especificação dos objetos, as informações sobre quem os tiver sob custódia e o local em que se encontrem.

§ 3º O juiz determinará a avaliação dos bens apreendidos, que será realizada por oficial de justiça, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da autuação, ou, caso sejam necessários conhecimentos especializados, por avaliador nomeado pelo juiz, em prazo não superior a 10 (dez) dias.

§ 4º Feita a avaliação, o juiz intimará o órgão gestor do Funad, o Ministério Público e o interessado para se manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias e, dirimidas eventuais divergências, homologará o valor atribuído aos bens.

§ 5º Os bens não serão alienados por valor inferior a 80% (oitenta por cento) da avaliação.

§ 6º Os valores arrecadados, descontadas as despesas do leilão, serão depositados em conta judicial remunerada e, após sentença condenatória transitada em julgado, serão revertidos ao Funad.

§ 7º No caso da alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade ou ao órgão de registro e controle a expedição de certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo da cobrança de débitos fiscais, os quais permanecem sob responsabilidade do antigo proprietário.

§ 8º Nos casos em que a apreensão tiver recaído sobre dinheiro, inclusive moeda estrangeira, ou cheques emitidos como ordem de pagamento para fins ilícitos, o juiz determinará sua conversão em moeda nacional corrente, que será depositada em conta judicial remunerada, e, após sentença condenatória com trânsito em julgado, será revertida ao Funad." (NR)

"Art. 62. Comprovado o interesse público na utilização de quaisquer dos bens de que trata o art. 61, os órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária poderão deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens.

§ 1º Nos casos em que a apreensão tiver recaído sobre veículos automotores, o juiz colocará, em 30 (trinta) dias, o bem à disposição para uso e custódia dos órgãos previstos nos incisos III, IV, V e VI do art. 7º-A, desde que envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas, atividades de atenção à saúde, acolhimento e assistência social aos usuários ou dependentes de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades, ouvido o conselho estadual de políticas sobre drogas e, em caso de competência da justiça federal, o órgão gestor do Funad.

§ 2º A autorização judicial de uso de bens deverá conter a descrição do bem e a respectiva avaliação e indicar o órgão responsável por sua utilização.

§ 3º O órgão responsável pela utilização do bem deverá enviar ao juiz periodicamente, ou a qualquer momento quando por este solicitado, informações sobre seu estado de conservação.

§ 4º Quando a autorização judicial recair sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade ou ao órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão ao qual tenha deferido o uso ou custódia, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores à decisão de utilização do bem até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

§ 5º Na hipótese de levantamento, se houver indicação de que os bens utilizados na forma deste artigo sofreram depreciação superior àquela esperada em razão do transcurso do tempo e do uso, poderá o interessado requerer nova avaliação judicial.

§ 6º Constatada a depreciação de que trata o § 5º, o ente federado ou a entidade que utilizou o bem indenizará o detentor ou proprietário dos bens.

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).

§ 9º (Revogado).

§ 10. (Revogado).

§ 11. (Revogado)." (NR)

"Art. 63. Ao proferir a sentença, o juiz decidirá sobre:

I – o perdimento do produto, bem, direito ou valor apreendido ou objeto de medidas assecuratórias; e

II – o levantamento dos valores depositados em conta remunerada e a liberação dos bens utilizados nos termos do art. 62.

§ 1º Os bens, direitos ou valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei ou objeto de medidas assecuratórias, após decretado seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º O juiz remeterá ao órgão gestor do Funad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos, indicando o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

§ 3º Compete ao órgão gestor do Funad a alienação ou cessão aos órgãos previstos nos incisos III, IV, V e VI do *caput* do art. 7º-A dos bens apreendidos cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 4º O órgão gestor do Funad poderá firmar acordos de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 3º.

§ 5º Na hipótese de indicação de bens para colocação sob uso e custódia ou cessão dos bens, o órgão gestor do Funad deverá contemplar órgãos ou entidades sediadas no Estado em que se proferiu a decisão judicial de apreensão ou outras medidas assecuratórias, ou perdimento.

§ 6º Na hipótese do inciso II do *caput*, decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias do trânsito em julgado e do conhecimento da sentença pelo interessado, os bens apreendidos, os que tenham sido objeto de medidas assecuratórias ou os valores depositados que não forem reclamados serão revertidos ao Funad." (NR)

"Art. 63-A. Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores."

"Art. 63-B. O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal."

"Art. 64. A União, por intermédio do órgão gestor do Funad, poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal com vistas à liberação de 80% (oitenta por cento) dos recursos por ela arrecadados, para a implementação e execução de programas relacionados à questão das drogas." (NR)

"TÍTULO V-A
DO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 65-A. Com o objetivo de incentivar a redução no uso de drogas psicoativas ilegais, as pessoas físicas ou jurídicas poderão aplicar parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio a projetos apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas relacionados à atenção a usuários de drogas, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no regulamento desta Lei.

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido 30% (trinta por cento) das quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º deste artigo, previamente aprovados pelo conselho estadual de políticas sobre drogas, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de:

I - doações; e

II - patrocínios.

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no § 1º como despesa operacional.

§ 3º As doações e os patrocínios a que se refere o § 1º serão destinados exclusivamente à construção e à manutenção de instituições de atenção a usuários de drogas."

"Art. 67-A. Os gestores e entidades que recebam recursos públicos para execução das políticas sobre drogas deverão garantir o acesso às suas instalações, à documentação e a todos os elementos necessários à efetiva fiscalização pelos órgãos competentes."

"Art. 72. Encerrado o processo criminal ou arquivado o inquérito policial, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará a destruição das amostras guardadas para contraprova, certificando nos autos." (NR)

Art. 7º A Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os contribuintes poderão efetuar doações aos fundos de políticas sobre drogas nacional, distrital, estaduais ou municipais, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda obedecidos os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do imposto de renda devido, apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

II - 6% (seis por cento) do imposto de renda devido, apurado pelas pessoas físicas na declaração de ajuste anual.

§ 1º O valor da destinação de que trata o inciso I do *caput* deste artigo:

I - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor;

II - não poderá ser computado como despesa operacional na apuração do lucro real;

III - poderá ser deduzido também dos pagamentos mensais do imposto calculado por estimativa.

§ 2º O valor da destinação de que trata o inciso II deste artigo independe da opção quanto à forma de apuração do ajuste anual." (NR)

"Art. 3º-A As opções de doação dispostas no art. 3º desta Lei serão exercidas:

I - para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente, até a data do pagamento da 1ª (primeira) cota ou cota única, relativa ao trimestre civil encerrado;

II - para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, sem prejuízo de, no recolhimento do imposto por estimativa, exercerem a opção até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração;

III – para as pessoas físicas até a data da efetiva entrega da declaração de ajuste anual.

§ 1º As doações efetuadas pelas pessoas físicas entre 1º de janeiro e a data da efetiva entrega da declaração poderão ser deduzidas:

I – na declaração de ajuste apresentada relativa ao ano-calendário anterior; ou

II – na declaração de ajuste a ser apresentada no ano seguinte relativa ao ano calendário em curso.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas que entregarem suas declarações de ajuste anual fora do prazo não se beneficiarão da dedução das doações de que trata esta Lei."

"Art. 3º-B As doações de que trata o art. 3º desta Lei podem ser efetuadas em espécie ou em bens.

Parágrafo único. As doações efetuadas em espécie devem ser depositadas em conta específica."

"Art. 3º-C Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos fundos de políticas sobre drogas nacional, distrital, estaduais e municipais devem emitir recibo em favor do doador, assinado por pessoa competente e pelo presidente do conselho correspondente, especificando:

I – número de ordem;

II – nome, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e endereço do emitente;

III – nome, CNPJ ou número do Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF do doador;

IV – data da doação e valor efetivamente recebido; e

V – ano-calendário a que se refere a doação.

§ 1º O comprovante de que trata o *caput* deste artigo pode ser emitido anualmente, desde que discrimine os valores doados mês a mês.

§ 2º No caso de doação em bens, o comprovante deve conter a identificação dos bens, mediante descrição em campo próprio ou em relação anexa ao comprovante, informando também se houve alienação, o nome, o CPF ou o CNPJ e o endereço dos avaliadores."

"Art. 3º-D Na hipótese da doação em bens, o doador deverá:

I – comprovar a propriedade dos bens, mediante documentação hábil;

II – baixar os bens doados na declaração de bens e direitos, quando se tratar de pessoa física, e na escrituração, no caso de pessoa jurídica;

III – considerar como valor dos bens doados:

a) para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto de renda, desde que não exceda o valor de mercado;

b) para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens.

§ 1º O doador pode optar pelo valor de mercado dos bens, que será determinado mediante avaliação prévia por meio de laudo de perito ou empresa especializada de reconhecida capacidade técnica para aferição do seu valor, observada a legislação de apuração de ganho capital.

§ 2º O preço obtido em caso de leilão não será considerado na determinação do valor dos bens doados, exceto se o leilão for determinado por autoridade judiciária.

§ 3º Na hipótese do § 1º, a autoridade fiscal pode requerer nova avaliação dos bens, na forma da legislação do imposto de renda em vigor."

"Art. 3º-E Os documentos a que se referem os arts. 3º-C e 3º-D devem ser mantidos pelo contribuinte por um prazo de 5 (cinco) anos para fins de comprovação da dedução perante os órgãos de fiscalização."

"Art. 3º-F Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos fundos nacional, distrital, estaduais e municipais de políticas sobre drogas devem:

I – manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do Fundo;

II – manter controle das doações recebidas;

III – informar anualmente ao órgão competente do Poder Executivo federal as doações recebidas mês a mês, identificando os seguintes dados por doador:

a) nome, CNPJ ou CPF, conforme o caso;

b) valor doado, especificando se a doação foi em espécie ou em bens."

"Art. 3º-G Em caso de descumprimento das obrigações previstas no art. 3º-F, o órgão responsável pela fiscalização dará conhecimento do fato ao Ministério Público, na forma do regulamento desta Lei."

"Art. 3º-H Os conselhos nacional, estaduais e municipais de políticas sobre drogas divulgarão amplamente à comunidade:

I – o calendário de suas reuniões;

II – as ações prioritárias para fortalecimento das políticas sobre drogas;

III – os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos fundos nacional, estaduais ou municipais de políticas sobre drogas;

IV – a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V – o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados de sistemas de informação das políticas sobre drogas;

VI – a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos fundos nacional, estaduais e municipais de políticas sobre drogas.

Parágrafo único. Nas sessões plenárias dos conselhos nacional, estaduais e municipais de políticas sobre drogas que tratarem dos critérios de priorização de investimentos dos recursos dos respectivos fundos, bem como nas de avaliação da aplicação desses recursos, os conselhos poderão valer-se da consultoria e assessoria de entidades públicas civis, sem fins lucrativos, com reconhecida atuação nas áreas sociais, tributárias, econômicas, jurídicas e contábeis."

"Art. 3º-I O Ministério Público acompanhará, em cada Comarca, a forma de fiscalização da aplicação dos incentivos fiscais referidos no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nos arts. 3º-F e 3º-H sujeitará os infratores a responderem por ação judicial proposta pelo Ministério Público, que poderá atuar de ofício, a requerimento ou representação de qualquer cidadão."

"Art. 5º .....

§ 1º Observado o limite de 40% (quarenta por cento), e mediante convênios, serão destinados à Polícia Federal e às Polícias dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela apreensão a que se refere o art. 4º, no mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens.

§ 2º Para receber recursos do Funad, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:

I - instalar seus conselhos de políticas sobre drogas e elaborar e aprovar os respectivos planos;

II - fornecer e atualizar no Sisnad seus dados e informações, inclusive informações relativas à avaliação e gestão das políticas sobre drogas, na forma disciplinada pelo Conad; e

III - promover outras ações previstas no termo de adesão.

§ 3º Os requisitos previstos no inciso I do § 2º somente serão exigidos 2 (dois) anos após a publicação desta Lei." (NR)

Art. 8º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

I - as contribuições feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, pelos conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso e pelos conselhos municipais, estaduais e nacional de políticas sobre drogas;

.....

VIII - doações e patrocínios relacionados à atenção a usuários de drogas, desde que os projetos sejam previamente aprovados pelo respectivo conselho estadual.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV e VIII não poderá reduzir o imposto devido em mais de 6% (seis por cento).

....."(NR)

Art. 9º O art. 5º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e a de doações ou patrocínios no apoio a projetos aprovados pelo órgão competente relacionados à atenção a usuários de drogas não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a 4% (quatro por cento) do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995."(NR)

Art. 10. O § 3º do art. 37 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.....

.....

§ 3º .....

a) dos incentivos fiscais de dedução do imposto, inclusive o relativo a doações ou patrocínios no apoio a projetos aprovados pelo órgão competente relacionados à atenção a usuários de drogas, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 2º do art. 39;

....."(NR)

Art. 11. O art. 2º do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º As escolas do Senai poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senai e órgãos e entidades públicos locais responsáveis pela política de drogas."(NR)

Art. 12. O art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....

.....

§ 3º As escolas do Senac poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senac e os gestores locais responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas."(NR)

Art. 13. O art. 1º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

§ 2º Os programas de formação profissional rural do Senar poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senar e os gestores responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas."(NR)

Art. 14. O art. 3º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 3º .....

§ 1º.....

§ 2º Os programas de formação profissional do Senat poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senat e os gestores locais responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas."(NR)

Art. 15. O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 429. .....

.....

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o *caput* poderão ofertar vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores locais responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas." (NR)

Art. 16. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 53-A:

"Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas."

Art. 17. O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12. .....

.....

IX – promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas." (NR)

Art. 18. O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 306. .....

.....

§ 4º Poderá ser empregado qualquer aparelho homologado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO – para se determinar o previsto no *caput*." (NR)

Art. 19. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

I – os §§ 1º e 2º do art. 32; e

II – os §§ 1º e 2º do art. 58.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.663, DE 2010

Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.

Art. 2º O Art. 1º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º .....

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União em classificação que obedeça ao seguinte:

I – a classificação das d especificará, obrigatoriamente:

a) a sua farmacodinâmica, com ênfase nos seus mecanismos de ação;

b) a sua farmacocinética, considerando os meios conhecidos de administração da substância e as diferenças que podem representar nos efeitos; e

c) a capacidade da droga em causar dependência, apresentando, no mínimo, uma escala com três categorias: baixa, média e alta.

II – a classificação das drogas será tornada pública na Rede Mundial de Computadores (*Internet*), sendo obrigatório que:

a) sejam produzidas versões diferenciadas para os técnicos e para a população em geral; e

b) os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) tomem conhecimento do seu conteúdo." (NR)

Art. 3º Incluam-se os seguintes arts. 5º-A até 5º-C nas Seções II e III, do Capítulo I, do Título II da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, reunindo-se os arts. 4º e 5º sob a Seção I (dos Princípios e Objetivos do SISNAD):

"Seção I

Dos Princípios e Objetivos do SISNAD

Art. 4º .....

.....

Seção II

Das Diretrizes Gerais para Elaboração das Políticas sobre Drogas

Art. 5º-A Os agentes públicos ou privados envolvidos na elaboração ou na execução das políticas sobre drogas devem observar as seguintes diretrizes:

I – desenvolver programas setoriais e intersetoriais destinados ao atendimento das necessidades específicas dos usuários e dependentes de drogas, considerando os princípios e diretrizes dispostos nos arts. 19 e 22 desta Lei;

II – adotar estratégias de articulação entre órgãos públicos e entidades privadas, com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação de parcerias para a execução das políticas sobre drogas, observado o disposto no art. 65 desta Lei;

III – realizar a integração das ações dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, sexualidade, planejamento familiar, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas;

IV – viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas;

V – ampliar as alternativas de inserção social do usuário ou dependente de drogas, promovendo programas que priorizem a sua educação, e a qualificação profissional;

VI – promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos oferecidos à comunidade;

VII – proporcionar atendimento individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população visando a prevenção ao uso de drogas, atenção e reinserção do usuário ou dependente de drogas, simultaneamente nos campos educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;

VIII – garantir a efetividade dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas; e

IX – promover a avaliação das políticas sobre drogas.

Seção III

Das Diretrizes quanto à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 5º-B A ação do Poder Público na elaboração das políticas sobre drogas quanto à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla, entre outras, a adoção das seguintes medidas:

I – articulação entre os programas, as ações e os projetos de incentivo ao emprego, renda, capacitação para o trabalho, as políticas regionais de desenvolvimento econômico e as políticas sobre drogas;

II – promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo;

III – oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de:

a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo para as pessoas em tratamento;

b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular e o comparecimento aos serviços de saúde.

IV – disponibilização de vagas para capacitação profissional por meio de instrumentos internacionais de cooperação, principalmente nas regiões de fronteira;

V – estabelecimento de instrumentos de fiscalização e controle do cumprimento da legislação, com ênfase na observância do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a reserva de vagas para aprendizes, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio;

VI – priorização de programas de primeiro emprego e introdução da aprendizagem na administração pública direta;

VII – articulação entre as atividades rurais e urbanas a fim de promover a reinserção social do usuário ou dependente de drogas no meio que permita a sua melhor adaptação; e

VIII – ampliação de programas que proponham a formalização, a capacitação para a gestão e o financiamento de cooperativas e de empreendimentos de economia solidária, como forma de promover a autonomia ao egresso de tratamento.

SEÇÃO IV
Das Diretrizes quanto à Saúde Integral

Art 5º-C A política de atenção à saúde do usuário ou dependente de drogas, constituída de um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços para a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da sua saúde, de forma integral, com acesso universal a serviços humanizados e de qualidade, incluindo a atenção especial aos agravos mais prevalentes nesta população, deve ser elaborada de acordo com o seguinte:

I – desenvolver ações articuladas com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas;

II – garantir a inclusão de temas relativos a consumo de álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), planejamento familiar e saúde reprodutiva nos conteúdos curriculares dos diversos níveis de ensino;

III – incluir, no conteúdo curricular de capacitação dos profissionais de saúde, temas sobre drogas e saúde sexual e reprodutiva;

IV – capacitar os profissionais de saúde em uma perspectiva multiprofissional para lidar com o abuso de álcool e de outras drogas;

V – habilitar os professores e profissionais de saúde a identificar os sinais relativos à ingestão abusiva de álcool e à dependência de drogas e de outras drogas e seu devido encaminhamento;

VI – valorizar as parcerias com instituições religiosas, associações, organizações não-governamentais na abordagem das questões de sexualidade e uso de drogas;

VII – articular as instâncias de saúde e de justiça no enfrentamento ao abuso de drogas e esteróides anabolizantes."

Art. 4º Incluam-se os seguintes §§ 1º ao 7º ao art. 3º, no Título II (da Rede e do Sistema Nacionais de Políticas sobre Drogas), da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"TÍTULO II
DA REDE E DO SISTEMA NACIONAIS DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 3º .....

.....

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a formação e articulação da Rede Nacional de Políticas sobre Drogas, com o objetivo de potencializar e convergir esforços de toda a sociedade na prevenção, atenção e repressão ao uso de drogas.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, rede de políticas sobre drogas é entendida como um sistema organizacional, integrado por indivíduos, comunidades, instituições públicas e privadas que se articulam com o objetivo de contribuir para o cumprimento dos objetivos das Políticas sobre Drogas, e se constituem em suas unidades de rede.

§ 3º O funcionamento da Rede Nacional de Políticas sobre Drogas obedece aos seguintes princípios:

I – independência entre os participantes;

II – foco nas diretrizes das políticas sobre drogas;

III – realização conjunta e articulada dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas;

VI – interligação entre as unidades da rede pelo Sistema Nacional de Informação sobre Drogas; e

V – descentralização das iniciativas e da coordenação.

§ 4º Entende-se por Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), a estrutura formal da Rede Nacional de Políticas sobre Drogas, representada pelo conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e de recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais.

§ 5º Entende-se por unidade do SISNAD a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento dos programas, ações e projetos das políticas públicas sobre drogas;

§ 6º Integram o SISNAD:

I – os conselhos de políticas sobre drogas;

II – os órgãos governamentais de políticas sobre drogas;

III – as unidades do SISNAD;

IV – o Sistema Nacional de Avaliação e Gestão das Políticas sobre Drogas;

V – o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas; e

VI – outras entidades ou sistemas, na forma do regulamento.

§ 7º Cada órgão governamental responsável pela políticas sobre drogas constitui o pólo de coordenação da rede no respectivo ente federado." (NR)

Art. 5º O art. 7º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação, reunindo-se os arts. 6º ao 8º sob a Seção I (da Composição do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas):

"Seção I
Da Composição do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas

.....

Art. 7º O SISNAD será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos desta Lei.

....." (NR)

Art. 6º Incluam-se os seguintes arts. 8º-A até 8º-G, organizados nas Seções II a IV, do Capítulo II, do Título II, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"Seção II
Das Competências

Art. 8º-A Compete à União:

I – formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas;

II – formular, instituir, coordenar e manter o SISNAD;

III – estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento do SISNAD e suas normas de referência;

IV – elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, a comunidade internacional e a sociedade;

V – prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas;

VI – instituir e manter o Sistema Nacional de Informações sobre Drogas;

VII – contribuir para a qualificação e ação em rede dos sistemas estaduais, distrital e municipais de políticas sobre drogas;

VIII - instituir e manter o Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas sobre Drogas;

IX – financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas sobre drogas;

X – estabelecer formas de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a execução das políticas sobre drogas;

XI – garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas sobre drogas aos conselhos e gestores estaduais, distrital e municipais;

XII – prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios;

§ 1º As funções normativa, consultiva, de avaliação e de fiscalização do SISNAD competem ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), nos termos desta Lei.

§ 2º As funções executiva e de gestão do SISNAD competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo.

Art. 8º-B Compete aos Estados:

I – formular, instituir, coordenar e manter Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas, respeitadas as diretrizes fixadas pela União;

II – elaborar o Plano Estadual de Políticas sobre Drogas em conformidade com o Plano Nacional, e em colaboração com a sociedade;

III – criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas sobre drogas;

IV – editar normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de políticas sobre drogas e dos sistemas municipais;

V – estabelecer, com a União e os Municípios, formas de colaboração para a execução das políticas sobre drogas;

VI – prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios;

VII – operar o Sistema Nacional de Informações sobre drogas e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do sistema; e

VIII – co-financiar a execução de programas, ações e projetos das políticas sobre Drogas nas parcerias federativas.

§ 1º As funções consultivas, de avaliação e fiscalização do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas competem ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, nos termos previstos nesta Lei, bem como outras definidas na legislação estadual ou distrital.

§ 2º As funções normativa, executiva e de gestão do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 8º-C Compete aos Municípios:

I – formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Políticas sobre Drogas, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

II – elaborar o Plano Municipal de Políticas sobre Drogas, em conformidade com o Plano Nacional, o respectivo Plano Estadual, e em colaboração com a sociedade;

III – criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas sobre drogas;

IV – editar normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de políticas sobre drogas;

V – operar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do sistema;

VI – co-financiar a execução de programas, ações e projetos das políticas sobre drogas nas parcerias federativas; e

VII – estabelecer mecanismos de cooperação com os Estados e a União para a execução das políticas sobre drogas.

§ 1º Para garantir a articulação federativa com vistas ao efetivo cumprimento das políticas sobre drogas, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

§ 2º As funções consultivas, de avaliação e fiscalização do Sistema Municipal de Políticas sobre Drogas competem ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, nos termos previstos nesta Lei, bem como outras definidas na legislação municipal.

§ 3º As funções normativa, executiva e de gestão do Sistema Municipal de Políticas sobre Drogas competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 8º-D As competências dos Estados e Municípios cabem, cumulativamente, ao Distrito Federal.

Seção III
Dos Conselhos de Políticas sobre Drogas

Art. 8º-E Os Conselhos de Políticas sobre Drogas são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas sobre drogas com os seguintes objetivos:

I – auxiliar na elaboração de políticas sobre drogas;

II – utilizar os instrumentos dispostos no art. 8º-F desta Lei de forma a buscar que o Estado garanta efetividade às políticas sobre drogas;

III – colaborar com os órgãos da administração pública no planejamento e na execução das políticas sobre drogas;

IV – estudar, analisar, elaborar, debater e propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, projetos e ações voltados para a atenção e reinserção social de usuários ou dependentes de drogas;

V – promover a realização de estudos complementares, com o objetivo de subsidiar o planejamento das políticas sobre drogas;

VI – estudar, analisar, elaborar, debater e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do usuário ou dependente de drogas no processo social, econômico, político e cultural no respectivo ente federado;

VII – promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos nos temas de sua competência;

VIII – desenvolver outras atividades relacionadas às políticas sobre drogas.

§ 1º Em cada ente federado haverá um Conselho de Políticas sobre Drogas composto pela seguinte quantidade de membros efetivos:

I - vinte, para a União;

II - quinze para os Estados e o Distrito Federal;

III - dez, para os Municípios.

§ 2º Lei federal, estadual, distrital ou municipal disporá sobre:

I – o local, dia e horário de funcionamento do Conselho de Políticas sobre Drogas;

II – a remuneração de seus membros;

III – a composição;

IV – a sistemática de suplência das vagas.

§ 3º Constará da lei orçamentária federal, estadual, distrital ou municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho de Políticas sobre Drogas do respectivo ente federado.

Art. 8º-F São atribuições do Conselho de Políticas sobre Drogas:

I - encaminhar, ao Ministério Público, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o previsto nesta Lei;

II – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

III – expedir notificações;

IV – requisitar informações das autoridades públicas, que terão o prazo de trinta dias corridos para apresentar a resposta;

V – elaborar relatório anual sobre as políticas sobre drogas no respectivo ente federado, incluindo recomendações para sanar os problemas encontrados;

VI – assessorar os Poderes Executivo e Legislativo locais na elaboração dos planos, programas, projetos, ações e da proposta orçamentária das políticas sobre drogas.

Seção IV
Das Eleições para os Conselhos de Políticas sobre Drogas

Art. 8º-G O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho de Políticas sobre Drogas será estabelecido em Lei Estadual, Distrital ou Municipal, de acordo com o seguinte:

I – no mínimo metade do total de vagas serão destinados a representantes da sociedade;

II – as vagas destinadas a representantes da sociedade serão ocupadas por entidades que participem da Rede Nacional de Políticas sobre Drogas; e

III – o processo eleitoral será coordenado por uma comissão eleitoral aprovada pelo colegiado do respectivo conselho de políticas sobre drogas e acompanhada pelo Ministério Público.

§ 1º São impedidos de compor o mesmo Conselho os parentes de até terceiro grau.

§ 2º Depois de eleitas, as entidades deverão indicar o seu representante de acordo com os seguintes requisitos:

I – idade superior a dezesseis anos;

II – residir na região geográfica abrangida pelo conselho de políticas sobre drogas para o qual foi indicado;

§ 3º Os conselheiros de políticas sobre drogas são indicados pelas entidades para mandato de dois anos, permitida somente uma nova indicação consecutiva, independente da entidade que o indique.

§ 4º Constará da lei orçamentária estadual, distrital ou municipal a previsão dos recursos para a realização das eleições do Conselho de Políticas sobre Drogas."

Art. 7º O art. 16 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o Capítulo IV (do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas), do Título II:

"CAPÍTULO IV
DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE DROGAS

.....

Art. 16. Fica instituído o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas com as finalidades de coletar dados e produzir informações para subsidiar a tomada de decisões governamentais sobre políticas sobre drogas.

§ 1º O sistema de informação de que trata o *caput* terá um módulo específico para os órgãos gestores.

§ 2º A descontinuidade da operação do sistema pelas unidades do SISNAD enseja a suspensão dos repasses de recursos públicos.

§ 3º As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem operar o Sistema de Informação sobre Drogas de acordo com as normas de referência." (NR)

Art. 8º Incluam-se os seguintes arts. 17-A até 17-H, organizados no Capítulo V (do Acompanhamento e da Avaliação das Políticas sobre Drogas), e o Capítulo VI (Responsabilização dos Gestores, Operadores e Unidades do SISNAD), contendo os arts. 17-I e 17-J, ao Título II da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 17-A. Fica instituído o Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas sobre Drogas com os seguintes objetivos:

I – contribuir para a organização da rede de políticas sobre drogas;

II – assegurar conhecimento rigoroso sobre os programas, as ações e projetos das políticas sobre drogas e de seus resultados;

III – promover a melhora da qualidade da gestão dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas.

§ 1º A avaliação das políticas sobre Drogas abrangerá, no mínimo, a gestão, as unidades do SISNAD, e os resultados das políticas e dos programas de prevenção, atenção e de reinserção social do usuário ou dependente de drogas e será executada de acordo com o seguinte:

I – a avaliação da gestão terá por objetivos verificar:

a) se o planejamento orçamentário e sua execução se processam de forma compatível com as necessidades do respectivo sistema de políticas sobre drogas;

b) a eficácia da utilização dos recursos públicos;

c) a manutenção do fluxo financeiro, considerando as necessidades operacionais dos programas, as normas de referência e as condições previstas nos instrumentos jurídicos celebrados entre os órgãos gestores e as unidades do SISNAD;

d) a implementação de todos os demais compromissos assumidos por ocasião da celebração dos instrumentos jurídicos relativos à efetivação das políticas sobre drogas; e

e) a articulação interinstitucional e intersetorial das políticas.

II – a avaliação das unidades do SISNAD terá por objetivo identificar o perfil e o impacto de sua atuação, por meio de suas atividades, programas e projetos, considerando as diferentes dimensões institucionais e, entre elas, no mínimo e obrigatoriamente, as seguintes:

a) o plano de desenvolvimento institucional;

b) a responsabilidade social, considerada especialmente sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico das pessoas atendidas e de suas famílias;

c) a comunicação e o intercâmbio com a sociedade;

d) as políticas de pessoal quanto à qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho;

e) a sua adequação às normas de referência;

f) o planejamento e a autoavaliação quanto aos processos, resultados, eficiência e eficácia do projeto e de seus objetivos; e

g) a sustentabilidade financeira.

III – a avaliação dos resultados dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas terá por objetivo, no mínimo, verificar o cumprimento dos objetivos e os efeitos de sua execução.

Art. 17-B. Ao final da avaliação, será elaborado relatório contendo histórico e caracterização do trabalho, as recomendações e os prazos para que essas sejam cumpridas, além de outros elementos a serem definidos em regulamento.

§ 1º Os resultados da avaliação das políticas sobre drogas serão utilizados para:

I – planejar as metas, eleger as prioridades para execução e financiamento;

II – reestruturar ou ampliar a rede de políticas sobre drogas;

III – adequar os objetivos e a natureza dos programas, ações e projetos;

IV – celebrar instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas levantados na avaliação;

V – aumentar o financiamento para fortalecer a rede de políticas sobre drogas; e

VI – melhorar e ampliar a capacitação dos operadores do SISNAD.

§ 2º O relatório da avaliação deverá ser encaminhado aos respectivos conselhos de políticas sobre drogas, bem como ao Ministério Público.

Art. 17-C. Os gestores e unidades que recebem recursos públicos têm o dever de colaborar com o processo de avaliação, facilitando o acesso às suas instalações, à documentação e a todos os elementos necessários ao seu efetivo cumprimento.

Art. 17-D. O processo de avaliação das políticas sobre drogas deverá contar com a participação de representantes dos Três Poderes, do Ministério Público e dos conselhos de políticas sobre drogas, na forma do regulamento.

Art. 17-E. Cabe ao Poder Legislativo acompanhar as avaliações do respectivo ente federado.

Art. 17-F. O Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento das Políticas sobre Drogas assegurará, na metodologia a ser empregada:

I – a realização da autoavaliação dos gestores e das unidades;

II – a avaliação institucional externa, contemplando a análise global e integrada das instalações físicas, relações institucionais, compromisso social, atividades e finalidades das unidades e de seus projetos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de unidades e projetos;

IV – a participação do corpo de funcionários das unidades e dos conselhos de políticas sobre drogas da área de atuação da entidade avaliada;

V – a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromissos, finalidades e resultados das políticas sobre drogas; e

VI – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

Art. 17-G. A avaliação será coordenada por uma comissão permanente e realizada por comissões temporárias, essas compostas, no mínimo, por três especialistas com reconhecida atuação na área temática, na forma do regulamento.

§ 1º É vedado à comissão permanente designar avaliadores:

I – que sejam titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados, ou funcionários das entidades avaliadas;

II – que tenham relação de parentesco até terceiro grau com titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados ou funcionários das unidades avaliadas; e

III – que estejam respondendo a processo por crime doloso.

§ 2º Às comissões temporárias de avaliação serão acrescentados membros de forma a cumprir as condições previstas no art. 17-A desta Lei.

Art 17-H. As informações produzidas a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Drogas serão utilizadas para subsidiar a avaliação, o acompanhamento, a gestão e o financiamento dos sistemas nacional, distrital, estaduais e municipais de políticas sobre drogas.

CAPÍTULO VI
DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES, OPERADORES E UNIDADES DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 17-I. No caso do desrespeito, mesmo que parcial, ou do não cumprimento integral às diretrizes e determinações desta Lei, em todas as esferas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficam sujeitos:

I - gestores, operadores e seus prepostos e entidades governamentais:

a) advertência;

b) afastamento provisório de seus dirigentes;

d) afastamento definitivo de seus dirigentes; e

e) fechamento de unidade ou interdição de programa.

II – instituições privadas e entidades não governamentais, seus gestores, operadores e prepostos:

a) advertência;

b) suspensão total ou parcial do repasse de recursos públicos;

c) interdição de unidades ou suspensão do atendimento; e

d) cassação do registro de funcionamento.

§ 1º Entende-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades de prevenção, de atenção e de reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas.

§ 2º Em caso de infrações cometidas no atendimento, que coloquem em risco o êxito das atividades de atenção e de reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, de acordo com o previsto nos incisos I e II deste artigo.

§ 3º As pessoas jurídicas de direito público e as instituições privadas e organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem aos usuários, dependentes de drogas ou seus familiares, uma vez caracterizado o descumprimento das determinações e dos princípios previstos nos arts. 22 a 26 desta Lei.

Art. 17-J. Àqueles que, mesmo não sendo agente público, induzam ou concorram, sob qualquer forma, direta ou indireta, para o não cumprimento desta Lei aplicam-se, no que couber, as penalidades dispostas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências - Lei da Improbidade Administrativa."

Art. 9º Acrescentem-se os seguintes §§ 1º e 2º ao Art. 22 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"Art. 22. .....

.....

§ 1º A atenção ao usuário ou dependente de drogas se orienta para atingir os seguintes objetivos:

I – promover a integração social, a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano de atendimento individual;

II – responsabilizar adequadamente o usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas da utilização de drogas para si e para a sociedade; e

III – desaprovar o uso de drogas, ainda que ocasional, cooperando com a vontade dos usuários, dos familiares ou com as disposições de sentença judicial advinda do previsto no art. 28 desta Lei, no tocante à submissão ao tratamento.

§ 2º Com vistas a atingir os objetivos dispostos no § 1º deste artigo, é obrigatória a articulação de ações que promovam a adesão dos usuários ou dependentes de drogas em relação ao trabalho e renda, educação e assistência social durante o tratamento." (NR)

Art. 10 O Art. 23 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. .....

§ 1º O usuário ou dependente de drogas deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial, observado o seguinte:

I – é obrigatória a articulação entre as normas de referência dos Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social e do SISNAD na definição da competência, da composição e da atuação da equipe técnica que acolhe e avalia os usuários ou dependentes de drogas;

II – a avaliação da equipe técnica subsidiará a elaboração e execução da terapêutica a ser adotada, levantando no mínimo:

a) o padrão de uso da droga; e

b) o risco à saúde física e mental do usuário ou dependente ou das pessoas com as quais convive de forma mais aproximada.

III – é obrigatória a elaboração de um plano de atendimento individual no qual se articulem ações nas áreas dispostas no inciso III, do art. 5º-A desta Lei, incluindo ações voltadas para a família; e

IV – as informações produzidas na avaliação e as registradas no plano de atendimento individual são consideradas sigilosas.

§ 2º Na hipótese da inexistência de programa público de atendimento adequado à execução da terapêutica indicada, o Poder Judiciário poderá determinar que o tratamento seja realizado na rede privada, incluindo internação, às expensas do poder público.

§ 3º Os programas de atenção ao usuário ou dependente de drogas deverão ser organizados em etapas que permitam:

I – articulação com ações preventivas, preferencialmente que atinjam a população em suas moradias;

II – oferta de leitos para internação de acordo com a necessidade estimada pelos dados do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas;

III – brevidade no período de internação e sua evolução para uma etapa em que sejam oferecidas opções de trabalho, cultura, educação e interação social nos modelos urbano ou rural;

IV – acompanhamento pelo SUS;

V – reinserção social, respeitando as habilidades e projetos da pessoa em tratamento por meio de programas que articulem educação, capacitação para o trabalho, esporte, cultura e acompanhamento indivudualizado; e

VI – acompanhamento dos resultados em nível municipal." (NR)

Art. 11 Inclua-se o seguinte art. 23-A à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"Art. 23-A A internação de usuário ou dependente de drogas obedecerá ao seguinte:

I – será realizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação e com base na avaliação da equipe técnica;

II – ocorrerá em uma das seguintes situações:

a) internação voluntária: aquela que é consentida pela pessoa a ser internada;

b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

§ 1º A internação voluntária:

I – deve ser precedida da elaboração de documento que formalize, no momento da admissão, a vontade da pessoa que optou por esse regime de tratamento; e

II – seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento.

§ 2º A internação involuntária:

I – deve ser precedida da elaboração de documento que formalize, no momento da admissão, a vontade da pessoa que solicita a internação; e

II – seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita de familiar, ou responsável legal.

§ 3º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente.

§ 4º Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser registradas no Sistema Nacional de Informações sobre Drogas às quais terão acesso o Ministério Público, Conselhos de Políticas sobre Drogas e outros órgãos de fiscalização, na forma do regulamento.

§ 5º É garantido o sigilo das informações disponíveis no sistema e o acesso permitido apenas aos cadastrados e àqueles autorizados para o trato dessas informações, cuja inobservância fica sujeita ao disposto no art. 39-A desta Lei.

§ 6º O planejamento e execução da terapêutica deverá observar o previsto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental."(NR)

Art. 12 O art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. .....

.....

III - .....

.....

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do *caput* deste artigo serão aplicadas pelo prazo de 6 (seis) a 12 (doze) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

.....

§ 6º .....

.....

III – restrição de direitos relativos à frequência a determinados lugares ou imposição ao cumprimento de horários.

.....

§ 8º Em qualquer das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, o Poder Público está obrigado a acompanhar o desenvolvimento, registrar o cumprimento e avaliar o progresso do usuário ou dependente de drogas nas atividades atribuídas, de acordo com o seguinte:

I – a sentença judicial designará um responsável por acompanhar o desenvolvimento das atividades pelo usuário ou dependente de drogas; e

II – o juiz competente será informado pelo responsável pelo plano de atendimento individual acerca da avaliação do progresso realizado no cumprimento das atividades do programa, com sugestões sobre ações futuras, se for o caso." (NR)

Art. 13 Inclua-se o seguinte art. 39-A na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"Art. 39-A. Revelar ou permitir o acesso à informação sobre usuário ou dependente de drogas a pessoa não autorizada ou quebrar o dever de sigilo.

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa."

Art. 14 Acrescentem-se os seguintes incisos VIII e IX ao art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

"Art. 40. .....

.....

VIII – o crime envolve drogas de alto poder de causar dependência, de acordo com a classificação prevista na alínea "c" do inciso I, do parágrafo único, do art. 1º desta Lei; e

IX – o crime envolve a mistura de drogas como forma de aumentar a capacidade de causar dependência." (NR)

Art. 15 Incluam-se os seguintes arts. 5º-A e 5º-B na Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências:

"Art. 5º-A Para ter acesso aos recursos do Fundo Nacional de Políticas sobre Drogas, as unidades do SISNAD de que trata o § 5º, do art.3º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, deverão apresentar os seus projetos na forma do regulamento.

Art. 5º-B São requisitos obrigatórios para a inscrição de projetos:

I – a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas a serem utilizadas para o cumprimento dos objetivos propostos no projeto;

II – a indicação da existência de estrutura material e dos recursos humanos compatíveis com os objetivos apresentados;

III – regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais funcionários;

b) a adesão ao Sistema Nacional de Informações sobre Drogas, bem como sua efetiva operação." (NR)

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo oferecer proposta para melhorar a estrutura do atendimento aos usuários ou dependentes de drogas e suas famílias e tratar com mais rigor os crimes que envolvam drogas de alto poder de causar dependência. Para tanto, organizamos nosso texto de forma a estabelecer critérios objetivos para a articulação federativa; organização de uma Rede e do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; atendimento e internação de dependentes de drogas e a devida responsabilização dos criminosos e dos agentes públicos e privados que prestam serviços de atenção ao usuário de drogas.

Nossa proposição vem ao encontro de medidas que aprimoram a atenção ao usuário de drogas e determinam a elaboração de uma classificação das drogas que seja mais inteligível e útil sob os pontos de vista operacional e penal. Com a inclusão da determinação sobre o conteúdo da classificação das drogas que o Poder executivo deve fazer espera-se:

a) promover a difusão de informação oficial sobre os aspectos farmacológicos dinâmicos e cinéticos das drogas, quais os seus mecanismos de ação, suas vias de administração e os efeitos que vêm sendo observados nos usuários, tanto para um público técnico, quanto para a população em geral;

b) definir claramente a capacidade da droga em causar dependência, de forma a permitir que providências diferentes sejam tomadas a partir do dano estimado que cada substância pode causar.

Além disso, entendemos que é muito importante difundir essa informação oficial na Rede Mundial de Computadores (Internet), sendo que tornamos obrigatória a produção de versões diferenciadas para os técnicos e para a população em geral. Não menos importante é tornar igualmente obrigatório que os profissionais do Sistema Único de Saúde tomem conhecimento desse seu conteúdo.

O art. 3° do projeto se refere aos princípios e às normas gerais, que se aplicam a qualquer setor envolvido na política sobre drogas. Destaque deve ser feito à determinação para que a articulação entre os entes federados e a sociedade seja realizada de modo a assegurar a efetividade das ações de enfrentamento às drogas e de atenção ao usuário, o que no médio e longo prazos incidirá positivamente sobre os resultados dessas políticas públicas.

O principal objetivo desta parte do projeto de lei é criar obrigação ao gestor público em seguir parâmetros mínimos na elaboração das políticas de sobre drogas. A lógica utilizada para a elaboração dessas diretrizes se baseia no pressuposto de que devem ser implementadas, simultaneamente:

a) políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades das pessoas envolvidas com o uso de drogas;

b) políticas emergenciais que apresentem novas chances aos usuários ou dependentes em situação de maior vulnerabilidade social; e

c) políticas específicas de forma a reconhecer e promover atenção integral, multidisciplinar e intersetorial ao usuário ou dependente de droga.

Após as diretrizes gerais, construiu-se um conjunto de diretrizes setoriais nos campos da saúde, educação e trabalho como forma de indicar claramente a extrema necessidade de articulação de ações nessas áreas para aumentar a chance de êxito das políticas sobre drogas.

O art. 4° do projeto trata da criação de uma Rede e do detalhamento do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Nele estão consubstanciados, em redação legislativa, os seguintes aspectos: a instituição da Rede Nacional de Políticas sobre Drogas; medidas para o fortalecimento dos conselhos; e o estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação das políticas e de informação sobre drogas.

A Rede Nacional de Políticas sobre Drogas se caracteriza pela inclusão de todos os interessados no tema sem qualquer distinção no que diz respeito à forma de organização de seus integrantes. O Sistema Nacional de Informação sobre Drogas dará o suporte mínimo para que essa rede se estabeleça com base nos conselhos de políticas sobre drogas.

Ao se alterar o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, considerou-se fundamental que fosse garantida a liberdade de organização própria de cada ente federado. Trata-se de uma estrutura formal, com base e ênfase estatal e com os objetivos de prover as condições para a prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas no contexto de sua comunidade e família.

Para tanto, não foi possível deixar de tratar da divisão de competências entre cada ente federado de forma a delimitar o que deve ser realizado, não esquecendo da necessária co-responsabilidade pela assistência técnica e financeira. Além disso, essas atribuições estão articuladas para que os esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios convirjam para o fiel cumprimento dos princípios estabelecidos na lei, como a descentralização das políticas, o fortalecimento do controle social e a articulação entre as políticas públicas, por exemplo.

As regras gerais para organização dos conselhos de políticas sobre drogas e sua eleição foram pontuadas de forma a servir de orientação para os entes federados. De forma geral, esse tópico trata do seguinte:

a) a composição dos conselhos passa à proporção de metade de seus membros serem oriundos da sociedade e a outra metade do poder público;

b) os assentos destinados à sociedade serão definidos em assembléia eleitoral e o poder público indica os seus integrantes segundo o principio federativo;

c) orienta-se que os conselhos serão consultivos sobre as políticas públicas mas dispõem de mecanismos para exercer as atividades de fiscalização, como por exemplo, o poder para solicitar informações e peticionar.

Organizamos, ainda, um conjunto de dispositivos que estabelecem regras gerais para a avaliação e acompanhamento da gestão das políticas públicas sobre drogas. Normalmente, a inexistência de uma sistemática de avaliação dificulta o desenvolvimento dos projetos e chega a impedir o devido controle social dessas políticas. A proposta restaria incompleta se não propuséssemos a realização de avaliações periódicas sobre a implementação do próprio sistema, sua materialidade física em instalações, programas, pessoas e o seu financiamento, por exemplo. Para tanto, incluímos a obrigatoriedade da avaliação de, pelo menos, três dimensões: a gestão do sistema, as unidades do SISNAD e os resultados das políticas.

No que diz respeito à gestão, o principal foco da avaliação é na eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos, bem como na análise do fluxo de recursos e na implementação de compromissos firmados nos diversos instrumentos de cooperação que forem celebrados e sobre os quais existirem dúvidas sobre sua efetividade. A intenção é dispor de uma metodologia que avalie essa dimensão, deixando de ser assunto apenas do senso comum para se tornar um instrumento de gestão e redirecionamento de metas.

Quando propomos a avaliação das unidades do SISNAD, estamos tratando daquelas que recebem recursos públicos para o seu funcionamento e, portanto, devem se submeter a algum tipo de processo avaliativo. Nossa proposta pressupõe que os programas devem ser ofertados dentro dos mais altos padrões de qualidade profissional, não sendo aceitável que esse trabalho seja realizado de forma improvisada.

A última dimensão para a qual propomos avaliação é a dos resultados das políticas públicas, que, no final das contas é o aspecto mais importante a ser avaliado. A análise dos resultados atingidos pode, inequivocamente, indicar as alterações necessárias, nos processos, no financiamento, na articulação de políticas e instituições para que obtenha êxito. Afinal, um processo que não apresenta os resultados esperados merece ser revisto e analisado para que possa ser reorientado de forma a atingir os seus objetivos.

Além disso, nos arts. 10 e 11 do projeto, propomos diversos acréscimos na legislação com vistas à melhorar o nível de atenção ao usuário ou dependente de drogas. Incluímos os objetivos da atenção que ultrapassam o caráter meramente assistencial, caminhando na direção da responsabilização da pessoa pelo dano que produz a si próprio e aqueles que estão mais próximos. Explicitamos que é necessário mostrar desaprovação quanto ao uso de drogas como orientação do sistema e tornamos obrigatória a articulação de ações intersetoriais para atingir esses objetivos.

Propomos também diretrizes gerais para os programas, como a sua divisão em fases, o que inclui:

a) a articulação com as ações preventivas, preferencialmente levada pelo Estado às residências das pessoas;

b) um breve periodo de internação para desintoxicação; e

c) a evolução para uma fase em que trabalho, educação, esporte, cultura, entre outras dimensões, são oferecidas em modelos urbanos e rurais como forma de promover a melhor chance de sucesso para o tratamento.

Sob o ponto de vista da repressão, aspecto também presente em nossa proposta, há um desdobramento da nova sistemática de classificação das drogas, que são duas novas circunstâncias entre as qualificadoras para aumento de pena que são previstas no art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

A primeira diz respeito à necessária diferenciação entre os crimes relacionados às drogas de maior poder para causar dependência. Nos parece óbvio que a sanção seja proporcional ao dano causado. Dessa forma, a partir dessa nova redação, o traficante de *crack*, por exemplo, terá a sua pena aumentada de um sexto a dois terços, dispensando mais rigor aos delitos que envolvem drogas mais perigosas, distinção que não ocorre na legislação atual.

Incluímos, ainda, nessa mesma categoria de qualificadoras, a prática da mistura de drogas com a finalidade de aumentar o poder causar dependência. É o caso, por exemplo, da introdução do pó de *crack* em cigarros de maconha. Essa adição, realizada sem o conhecimento do consumidor de drogas, tem por objetivo acelerar o processo de aprisionamento físico e psicológico pela droga, iludindo o usuário que acredita estar utilizando uma produto de baixo poder de causar dependência. Entendemos que essa prática é brutal e deve ser reprimida de forma diferenciada e mais severa.

A responsabilização dos gestores é outro tema presente e merece ser explicado. Uma das grandes demandas atuais no sistema de atenção aos usuários e dependentes de drogas é o fiel cumprimento do previsto nos arts. 22 a 26 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. É muito comum que as leis brasileiras estabeleçam diversas obrigatoriedades, sem definir a devida consequência caso a obrigação não seja cumprida, o que se constitui em obstáculo ao trabalho dos órgãos de fiscalização interna do Poder Executivo, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que só por se tratar de tema relativo à atenção aos usuários de drogas, todos cumprirão os seus deveres. Não é isso que temos verificado na vida real! As sanções que propomos possuem uma gradação adequada, pois iniciam pela previsão de um afastamento temporário de algum agente até o encerramento do programa de atendimento, passando pela suspensão do envio de recursos públicos, se necessário. Incluímos, também, uma redação que faz remissão à legislação que trata sobre improbidade administrativa para resguardar o erário de possíveis investidas de pessoas inescrupulosas que possam ver na infelicidade dos usuários de drogas, no desespero de suas famílias e na pressa que se tem para tomar decisões administrativas uma oportunidade para enriquecimento ilícito.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2010.

DEPUTADO OSMAR TERRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Código de Processo Penal.

CAPÍTULO VI

DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

Art. 125. Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

Art. 126. Para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

Art. 127. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

Art. 128. Realizado o seqüestro, o juiz ordenará a sua inscrição no Registro de Imóveis.

Art. 129. O seqüestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos de terceiro.

Art. 130. O seqüestro poderá ainda ser embargado:

I - pelo acusado, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração;

II - pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

Parágrafo único. Não poderá ser pronunciada decisão nesses embargos antes de passar em julgado a sentença condenatória.

Art. 131. O seqüestro será levantado:

I - se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência;

II - se o terceiro, a quem tiverem sido transferidos os bens, prestar caução que assegure a aplicação do disposto no art. 74, II, *b*, segunda parte, do Código Penal;

III - se for julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado.

Art. 132. Proceder-se-á ao seqüestro dos bens móveis se, verificadas as condições previstas no art. 126, não for cabível a medida regulada no Capítulo X do Título VII deste Livro.

Art. 133. Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público.

Parágrafo único. Do dinheiro apurado, será recolhido ao Tesouro Nacional o que não couber ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Art. 134. A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

Art. 135. Pedida a especialização mediante requerimento, em que a parte estimará o valor da responsabilidade civil, e designará e estimará o imóvel ou imóveis que terão de ficar especialmente hipotecados, o juiz mandará logo proceder ao arbitramento do valor da responsabilidade e à avaliação do imóvel ou imóveis.

§ 1º A petição será instruída com as provas ou indicação das provas em que se fundar a estimação da responsabilidade, com a relação dos imóveis que o responsáve possuir, se outros tiver além dos indicados no requerimento, e com os documentos comprobatórios do domínio.

§ 2º O arbitramento do valor da responsabilidade e a avaliação dos imóveis designados far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, onde não houver avaliador judic al, sendo-lhe facultada a consulta dos autos do processo respectivo.

§ 3º O juiz, ouvidas as partes no prazo de dois dias, que correrá em cartório, poderá corrigir o arbitramento do valor da responsabilidade, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

§ 4º O juiz autorizará somente a inscrição da hipoteca do imóvel ou imóveis necessários à garantia da responsabilidade.

§ 5º O valor da responsabilidade será liquidado definitivamente após a condenação, podendo ser requerido novo arbitramento se qualquer das partes não se conformar com o arbitramento anterior à sentença condenatória.

§ 6º Se o réu oferecer caução suficiente, em dinheiro ou em títulos de dívida pública, pelo valor de sua cotação em Bolsa, o juiz poderá deixar de mandar proceder à inscrição da hipoteca legal.

~~Art. 136. O seqüestro do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 15 dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal.~~

Art. 136. O arresto do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 15 (quinze) dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal. (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006)

~~Art. 137. Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser seqüestrados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é facultada a hipoteca legal dos móveis.~~

Art. 137. Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é facultada a hipoteca legal dos imóveis. (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006).

§ 1º Se esses bens forem coisas fungíveis e facilmente deterioráveis, proceder-se-á na forma do § 5º do art. 120.

§ 2º Das rendas dos bens móveis poderão ser fornecidos recursos arbitrados pelo juiz, para a manutenção do indiciado e de sua família.

~~Art. 138. O processo de especialização da hipoteca legal e do seqüestro correrão em auto apartado.~~

Art. 138. O processo de especialização da hipoteca e do arresto correrão em auto apartado. (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006).

~~Art. 139. O depósito e a administração dos bens seqüestrados ficarão sujeitos ao regime do processo civil.~~

Art. 139. O depósito e a administração dos bens arrestados ficarão sujeitos ao regime do processo civil. (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006).

Art. 140. As garantias do ressarcimento do dano alcançarão também as despesas processuais e as penas pecuniárias, tendo preferência sobre estas a reparação do dano ao ofendido.

~~Art. 141. O seqüestro será levantado ou cancelada a hipoteca, se, por sentença irrecorrível, o réu for absolvido ou julgada extinta a punibilidade.~~

Art. 141. O arresto será levantado ou cancelada a hipoteca, se, por sentença irrecorrível, o réu for absolvido ou julgada extinta a punibilidade. (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006).

Art. 142. Caberá ao Ministério Público promover as medidas estabelecidas nos arts. 134 e 137, se houver interesse da Fazenda Pública, ou se o ofendido for pobre e o requerer.

~~Art. 143. Passando em julgado a sentença condenatória, serão os autos de hipoteca ou seqüestro remetidos ao juiz do cível (art. 63).~~

Art. 143. Passando em julgado a sentença condenatória, serão os autos de hipoteca ou arresto remetidos ao juiz do cível (art. 63). (Redação dada pela Lei nº 11.435, de 2006).

Art. 144. Os interessados ou, nos casos do art. 142, o Ministério Público poderão requerer no juízo cível, contra o responsável civil, as medidas previstas nos arts. 134, 136 e 137.

Art. 144-A. O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º O leilão far-se-á preferencialmente por meio eletrônico. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 2º Os bens deverão ser vendidos pelo valor fixado na avaliação judicial ou por valor maior. Não alcançado o valor estipulado pela administração judicial, será realizado novo leilão, em até 10 (dez) dias contados da realização do primeiro, podendo os bens ser alienados por valor não inferior a 80% (oitenta por cento) do estipulado na avaliação judicial. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 3º O produto da alienação ficará depositado em conta vinculada ao juízo até a decisão final do processo, procedendo-se à sua conversão em renda para a União, Estado ou Distrito Federal, no caso de condenação, ou, no caso de absolvição, à sua devolução ao acusado. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 4º Quando a indisponibilidade recair sobre dinheiro, inclusive moeda estrangeira, títulos, valores mobiliários ou cheques emitidos como ordem de pagamento, o juiz determinará a conversão do numerário apreendido em moeda nacional corrente e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 5º No caso da alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 6º O valor dos títulos da dívida pública, das ações das sociedades e dos títulos de crédito negociáveis em bolsa será o da cotação oficial do dia, provada por certidão ou publicação no órgão oficial. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

.....

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996)

.....

DECRETO-LEI Nº 4.048, DE 22 DE JANEIRO DE 1942.

Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)

.....

Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.

.....

§ 2º Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 3º O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriarios será organizando e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e cuinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

.....

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o **caput** ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

.....

DECRETO-LEI Nº 8.621, DE 10 DE JANEIRO DE 1946.

Dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.

.....

Art. 3º O SENAC deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com êle se relacionar diretamente, para o que promoverá os acôrdos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Govêrno Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários.

.....

§ 2º Nas localidades onde não existir estabelecimento de ensino comercial reconhecido, ou onde a capacidade dos cursos de formação em funcionamento não atender às necessidades do meio, o SENAC providenciará a satisfação das exigências regulamentares para que na sua escola, de aprendizagem funcionem os cursos de formação e aperfeiçoamento necessários, ou promoverá os meios indispensáveis a incentivar a iniciativa particular a criá-los. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 4º Para o custeio dos encargos do SENAC, os estabelecimentos comerciais cujas atividades, de acôrdo com o quadro a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, estiverem enquadradas nas Federações e Sindicatos coordenados pela Confederação Nacional do Comércio, ficam obrigados ao pagamento mensal de uma contribuição equivalente a um por cento sôbre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados.

.....

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976.

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

Art. 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento desta Lei. (Vide Decreto-Lei nº 2.397, de 1987)

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder em cada exercício financeiro, isoladamente, a 5% (cinco por cento) e cumulativamente com a dedução de que trata a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

§ 2º As despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderão ser transferidas para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

.....

LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

.....

Art. 3º As doações em favor do FUNCAB, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas declarantes do Imposto de Renda nos termos da legislação em vigor, serão dedutíveis da respectiva base de cálculo de incidência do referido imposto, desde que devidamente comprovado o recebimento pelo CONFEN.

Art. 4º Todo e qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou ainda, que haja sido adquirido com recursos provenientes do referido tráfico, e perdido em favor da União constituirá recurso do FUNCAB, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo.

Art. 5º Os recursos do Funad serão destinados: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

.....

Parágrafo único. Observado o limite de quarenta por cento, e mediante convênios, serão destinados à Polícia Federal e às Polícias dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela apreensão a que se refere o art. 4º, no mínimo vinte por cento dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens. (Redação dada pela Lei nº 9.804, de 1999).

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

.....

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.

~~Regulamento~~
Regulamento
Mensagem de veto
Texto compilado

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais: (Vide arts. 5º e 6º, Inciso II da Lei nº 9.532 de, 1997)

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (VETADO)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

.....

Art. 1º É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

Parágrafo único. Os programas de formação profissional rural do Senar poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senar e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

.....

LEI Nº 8.661, DE 2 DE JUNHO DE 1993.

Revogada pela Lei nº 11.196, de 2005

~~Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências.~~

~~Art. 4º Às empresas industriais e agropecuárias que executarem PDTI ou PDTA poderão ser concedidos os seguintes incentivos fiscais, nas condições fixadas em regulamento:~~

~~I - dedução, até o limite de oito por cento do Imposto de Renda devido, de valor equivalente à aplicação de alíquota cabível do Imposto de Renda à soma dos dispêndios, em atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, industrial e agropecuário, incorridos no período-base, classificáveis como despesa pela legislação desse tributo ou como pagamento a terceiros, na forma prevista no parágrafo único do art. 3º, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos dois períodos-base subseqüentes;~~

.....

LEI Nº 8.706, DE 14 DE SETEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

.....

Art. 3º Compete ao Senat, atuando em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, e apoiar programas voltados à aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo, notadamente nos campos de preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional.

Parágrafo único. Os programas de formação profissional do Senat poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senat e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

.....

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995.

Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.

.....

Art. 37. Sem prejuízo dos pagamentos mensais do imposto, as pessoas jurídicas obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real (art. 36) e as pessoas jurídicas que não optarem pelo regime de tributação com base no lucro presumido (art. 44) deverão, para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano-calendário ou na data da extinção.

.....

§ 3º Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

a) dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 2º do art. 39;

.....

Art. 39. O lucro real ou arbitrado da pessoa jurídica estará sujeito a um adicional do Imposto de Renda à alíquota de:

§ 2º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

.....

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

.....

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

.....

§ 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções. (Vide Lei nº 12.761, de 2012)

.....

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

.....

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; (Redação dada pela Lei nº 12.213, de 2010) (Vigência)

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV - (VETADO)

.....

VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012)

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinqüenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

~~Parágrafo único. O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.~~ (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

§ 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por: (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora. (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova. (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

.....

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....

Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 e no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

.....

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

.....

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

.....

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

.....

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º A organização do Sisnad assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta Lei.

Art. 8º (VETADO)

Art. 9º (VETADO)

CAPÍTULO III

(VETADO)

.....

CAPÍTULO IV

DA COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

SOBRE DROGAS

Art. 15. (VETADO)

.....

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Executivo.

TÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E

REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

CAPÍTULO I

DA PREVENÇÃO

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

IV - o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI - o reconhecimento do "não-uso", do "retardamento do uso" e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;

IX - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;

XII - a observância das orientações e normas emanadas do Conad;

XIII - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO E DE REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

.....

Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V - observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

.....

Art. 26. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

.....

Art. 32. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

§ 1º A destruição de drogas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.

§ 2º A incineração prevista no § 1º deste artigo será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e executada pela autoridade de polícia judiciária competente, na presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, mediante auto circunstanciado e após a perícia realizada no local da incineração.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

.....

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012)

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

.....

Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Art. 51. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

.....

Art. 58. Encerrados os debates, proferirá o juiz sentença de imediato, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos.

§ 1º Ao proferir sentença, o juiz, não tendo havido controvérsia, no curso do processo, sobre a natureza ou quantidade da substância ou do produto, ou sobre a regularidade do respectivo laudo, determinará que se proceda na forma do art. 32, § 1º, desta Lei, preservando-se, para eventual contraprova, a fração que fixar.

§ 2º Igual procedimento poderá adotar o juiz, em decisão motivada e, ouvido o Ministério Público, quando a quantidade ou valor da substância ou do produto o indicar, precedendo a medida a elaboração e juntada aos autos do laudo toxicológico.

.....

Art. 60. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos nesta Lei, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§ 1º Decretadas quaisquer das medidas previstas neste artigo, o juiz facultará ao acusado que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente ou requeira a produção de provas acerca da origem lícita do produto, bem ou valor objeto da decisão.

§ 2º Provada a origem lícita do produto, bem ou valor o juiz decidirá pela sua liberação.

§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 61. Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 desta Lei, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e cientificada a Senad, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades que atuam na prevenção do uso indevido, na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

Parágrafo único. Recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da instituição à qual tenha deferido o uso, ficando esta livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o caput deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 63. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível.

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º Compete à Senad a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 3º A Senad poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá à Senad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

Art. 64. A União, por intermédio da Senad, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção do uso indevido de drogas, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes e a atuação na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, com vistas na liberação de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas relacionados à questão das drogas.

TÍTULO V

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Art. 65. De conformidade com os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observado o espírito das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais relacionados à questão das drogas, de que o Brasil é parte, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas de:

I - intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - intercâmbio de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas e delitos conexos, em especial o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o desvio de precursores químicos;

III - intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtores e traficantes de drogas e seus precursores químicos.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. Para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam-se drogas substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Art. 67. A liberação dos recursos previstos na Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, em favor de Estados e do Distrito Federal, dependerá de sua adesão e respeito às diretrizes básicas contidas nos convênios firmados e do fornecimento de dados necessários à atualização do sistema previsto no art. 17 desta Lei, pelas respectivas polícias judiciárias.

Art. 68. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

.....

Art. 72. Sempre que conveniente ou necessário, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará que se proceda, nos limites de sua jurisdição e na forma prevista no § 1o do art. 32 desta Lei, à destruição de drogas em processos já encerrados.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O **Projeto de Lei da Câmara n° 37, de 2013**, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra, como orador inscrito, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, é com muita honra que subo à tribuna desta Casa, sob a presidência de V. Exª no final desta sessão, primeiro para trazer aqui um registro importante, e é para mim uma honra V. Exª poder testemunhar, da beleza do nosso Festival de Inverno de Pedro II. Daqui parabenizo a Prefeita Nelma Café, com toda a sua equipe, com o Sebrae, com o Governo do Estado, com o setor privado, com os patrocinadores, todos que participaram desse importante evento, os artistas. É um importante festival de jazz em Pedro II, no Estado do Piauí, assim como em Piripiri e outros Municípios das chamadas Serras do Nordeste.

Também destaco as obras inauguradas naquele Estado, obras importantes, na última quinta-feira e na última sexta-feira: a entrega de máquinas e equipamentos do Governo da Presidenta Dilma pelo MDA a 97 prefeituras; obras entregues pelo Governador do Estado do Piauí, tanto na região de Caxingó, Caraúbas, com o asfaltamento e outras obras importantes; em Parnaíba, o Governador com o Prefeito Florentino na visita à obra da Zona de Processamento para Exportação e um conjunto de outras obras realizadas pelo Prefeito Florentino Neto.

Destaco ainda, Sr. Presidente, que, na próxima semana, vamos estar nos Municípios de Santa Filomena, Gilbués, Monte Alegre, visitando outra importante obra de parceria entre o Governo da Presidenta Dilma com o Governo do Piauí para a obra de Santa Filomena, uma obra de asfaltamento. O Governador Wilson Martins vai lançar também a recuperação do trecho de Redenção para Curimatá.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é tratar de um tema que me é especial. Na próxima quinta-feira, haverá uma sessão comemorativa do Dia da Pessoa com Deficiência, no Estado do Piauí. Será na Assembleia Legislativa. É uma iniciativa da Deputada Rejane, do Partido dos Trabalhadores, apoiada pelos seus pares, pelos movimentos sociais. Eu retorno a esta tribuna para falar exatamente sobre esse tema. É um tema para o qual tenho me dedicado de forma especial, não apenas como gestor público, mas por tudo que aprendi como pai da Daniele, uma criança autista.

Com certeza, comemorei aqui um entendimento, após uma grande pactuação, de uma comissão, da qual fiz parte, juntamente com a Ministra Maria do Rosário, Senador Lindbergh e outras lideranças técnicas de vários ministérios, de vários movimentos sociais. Trata-se do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nós tínhamos aqui um projeto, que foi apresentado pelo Senador Paulo Paim, o PL nº 7.699, que tramita desde 2006 e foi a primeira iniciativa de criação de um estatuto para a pessoa com deficiência. Aprovado pelo Senado em 2006, tramita na Câmara dos Deputados desde então.

Pois bem, quando Governador do Piauí, fizemos do nosso Estado uma referência na inclusão das pessoas com deficiência, trabalho que me orgulha muito. Somos o terceiro Estado brasileiro com maior população de pessoas com deficiência, proporcionalmente – é o terceiro maior do Brasil, como eu disse –, de acordo com o Censo do ano 2000. Houve uma pequena redução, mas ainda se mantém, em 2010, na casa de 17,63% dos piauienses, que possuem uma ou mais deficiências. E é no Piauí que está localizada a cidade com maior percentual de pessoas com deficiência de todo o País: São Gonçalo do Piauí, um terço da população com alguma deficiência, destacando-se as deficiências visual e auditiva.

Como eu disse, o Piauí é hoje uma referência – foi referência inclusive para as discussões desse Estatuto. É uma referência para o Brasil, com uma das melhores redes de atendimento integral na saúde, na educação, no trabalho, enfim. São Gonçalo do Piauí, entre tantos avanços, é a cidade mais acessível do Brasil.

Depois desse projeto do Senador Paulo Paim, mais de 200 outras propostas envolvendo direitos das pessoas com deficiência foram apresentadas na Câmara, o que demonstra a necessidade de urgência na aprovação daquilo que é a consolidação de um conjunto de leis, a partir dessa proposta que chegou hoje aqui no Senado.

O Congresso se comprometeu hoje em aprovar o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda neste ano, O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, e todos que estivemos, como Parlamentares, nesse ato, recebemos o substitutivo do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, das mãos da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosário. Também estiveram ali outras lideranças vinculadas aos movimentos sociais e a diferentes áreas de governos.

A Secretaria de Direitos Humanos criou um grupo de trabalho formado por parlamentares, membros da

sociedade civil, juízes, membros do Ministério Público e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), do qual fiz parte, para estudar todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional e criar um estatuto.

Segundo a Ministra Maria do Rosário, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, após um ano de estudo, o texto foi elaborado com base principalmente no projeto do Senador Paulo Paim, à luz da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, das Nações Unidas, assinada pelo Brasil em 2008. Aliás, era uma grande dificuldade fazer um casamento dos projetos existentes com a Convenção dos Direitos Humanos das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário. Nas palavras da própria Ministra Maria do Rosário, repito, a pessoa com deficiência não deve ser percebida nos limites, mas na sua grande capacidade de superação dos limites todos os dias.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência vai beneficiar 46 milhões de brasileiros que se autodeclararam com alguma deficiência no Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portanto, mais de 24% da população brasileira. Estamos falando aqui de alguém que usa óculos; de alguém como eu, que tem uma perna menor que a outra, que usa uma compensação; e de deficiências graves: pessoas que são autistas; pessoas que são cegas, ou, como conhecemos, com deficiência visual; pessoas que são surdas e, por conta disso, são mudas; ou que têm uma deficiência física grave, são cadeirantes, etc.

O substitutivo apresentado hoje traz um novo conceito da pessoa com deficiência, adotando a avaliação médica e social, conforme orienta a Organização Mundial de Saúde. E assegura à pessoa com deficiência o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

O substitutivo traz ideias concretas sobre inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, atendimento prioritário, habilitação e reabilitação não só para o trabalho, residência inclusiva – projeto inclusive já experimentado no Piauí, no nosso complexo de reabilitação e em outras bases –, acessibilidade, acesso à Justiça, recursos tecnológicos, entre outros direitos.

O projeto estende às pessoas com deficiência, por exemplo, a isenção do IPI na aquisição de equipamentos e de veículos. Aliás, a proposta da aquisição de veículos com isenção de IPI foi aprovada hoje, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado, e agora segue para a tramitação na Câmara dos Deputados. No meu Estado, foi implantado com isenção do ICMS e com outras formas de incentivos, ainda quando eu era Governador. Além disso, incentiva a produção de novas tecnologias e facilita o acesso ao crédito para a aquisição de tecnologia assertiva, assistiva, melhor dizendo.

Entre as novidades, senhoras e senhores que nos acompanham pelo Brasil, estão: a extensão do atendimento prioritário ao acompanhante da pessoa com deficiência; a garantia de acessibilidade durante todo o processo eleitoral; incentivo à participação em organizações não governamentais e em atividades e administração de partidos políticos.

Outra importante inovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência será a equiparação dos critérios para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com os do idoso. Isso significa que os benefícios da assistência social concedidos a outra pessoa da família não contabilizam para o cálculo da renda familiar. Mais do que isso, se alguém se recuperar, se voltar à condição de trabalho, se mais tarde voltar à deficiência, tem novamente o direito ao benefício da prestação continuada.

O Estatuto também prevê a presença do cuidador na escola, como forma de preparação dela e para o aprimoramento dos sistemas educacionais a fim de garantir a inclusão de todos os alunos com deficiência,

A proposta, Sr. Presidente, também constitui um Fundo Nacional para as Pessoas com Deficiência. Certamente, nesse caso, haverá a necessidade de um entendimento com o Executivo para poder se cumprir aqui a regra legal da iniciativa na criação de fundo, nesse caso para a sustentação das políticas com pessoas com deficiência; fundo esse gerido pelo Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, destinado a financiar programas e ações relativas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, autonomia, inclusão e participação efetiva na sociedade.

Finalmente, Sr. Presidente, digo aqui que o Presidente Renan Calheiros, a pedido dos Líderes presentes na reunião de hoje, sugeriu o meu nome para a relatoria do projeto que agora tramita nesta Casa. Se me for colocada essa missão, aceitarei o desafio com muito prazer e responsabilidade.

Digo ainda, Sr. Presidente, aqui no pronunciamento que eu tinha feito hoje, apenas para não envelhecer, que trata sobre o Plano Agrícola e Pecuária 2013/2014, que é o mais abrangente e o maior em volume financeiro já lançado no Brasil.

Permita-me que possa ser considerado como lido, na íntegra, esse pronunciamento que trata de investimentos aos produtores rurais, que terão R$136 bilhões em linhas de crédito para financiar o investimento, o custeio, a comercialização, a safra agrícola. Mas também há aqui a assistência técnica, a pesquisa, um aumento de R$21 bilhões em relação à safra anterior.

Eu não poderia deixar de dizer que esse valor está dividido: R$/ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização; e R$/ 38,4 bilhões para os programas de investimento.

Eu destaco aqui a Presidenta Dilma entusiasmada com o crescimento dessa área agropecuária. E também destaco um crescimento no PIB agropecuário de 17% em relação ao primeiro trimestre de 2012. O PIB no trimestre cresceu 0,6%; em relação ao primeiro trimestre de 2012, 17%; e agora, em relação ao último trimestre do ano passado, nós tivemos 5,7%. Então, em 2013, ele terá, com certeza, um crescimento excepcional.

O mesmo aconteceu lá no meu Estado. Apesar das irregularidades de chuva, vamos ter mais um recorde na safra.

Destaco aqui, apenas para concluir, Sr. Presidente, junto com o lançamento desse plano, a aprovação hoje, na CAE, do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2011, do nosso colega Vital do Rêgo, da Paraíba, que teve o nosso apoio nas negociações e que trata de uma melhoria na lei encaminhada pela Presidenta Dilma, que dá um desconto de até 85% na dívida dos agricultores até R$35 mil, na região abrangida pelo Nordeste.

Então, eu destaco isso aqui como um momento importante para a agricultura, para os pequenos, para os da agricultura familiar, míni e pequenos produtores, para os médios e para os grandes produtores. O Brasil, então, com isso, tem condições de ser tornar, de verdade, um grande celeiro da produção de alimentos para o mundo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI – Sem apanhamento taquigráfico.) –

PLANO SAFRA 2013/2014

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014 é o mais abrangente e maior em volume financeiro já lançado no Brasil. Anunciado hoje, pela presidente Dilma, o Plano vai disponibilizar 18% mais crédito que na temporada anterior.

Os produtores rurais terão R$ 136 bilhões em linhas de crédito para financiar o investimento, o custeio e a comercialização da safra agropecuária 2013/14, um aumento de R$/ 21 bilhões.

O valor está dividido em R$/ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização, e R$/ 38,4 bilhões para os programas de investimento.

A presidenta Dilma Rousseff disse, senhoras e senhores, estar impressionada com os números do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário divulgados na semana passada e aposta em um crescimento maior ainda em 2013.

O PIB cresceu 17% em relação ao primeiro trimestre de 2012 e 5,7% frente ao último trimestre do ano passado. Em 2013, ele terá um crescimento excepcional com grande produtividade.

No Piauí, mesmo com as irregularidades das chuvas, colhemos grande safra nos cerrados.

Não temos dúvidas: temos no Brasil hoje uma das agriculturas mais produtivas, eficientes e competitivas, e a presidente Dilma destacou isso em seu discurso.

Segundo ela, a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) será responsável por transformar o Brasil em um dos países mais competitivos do mundo. E não é por menos; senhores e senhoras senadoras, o Brasil poderá se transformar no maior produtor e exportador de alimentos do mundo.

Outro compromisso firmado pela nossa Presidenta e que está sendo cumprido com o Piano anunciado hoje é a armazenagem de grãos. O Governo vai disponibilizar R$ 25 bilhões em crédito para construção de armazéns nos próximos cinco anos.

A armazenagem é crucial para o nosso País. Nós temos todas as condições de fazer armazenagem com crédito com juros de 3,5% ao ano e 15 anos de prazo para pagamento. Além disso, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai construir armazéns por meio de Parceria Público-Privada (PPP).

E ainda tem mais, senhor presidente: o Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, terá R$ 6 bilhões, e a agricultura irrigada, R$ 400 milhões.

O valor disponibilizado para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) é 18,4% superior aos R$/ 11,15 bilhões previstos na safra 2012/13, chegando a R$/ 13,2 bilhões. E os limites de empréstimo para custeio passaram de R$/ 500 mil para R$/ 600 mi!, enquanto os de investimento subiram de R$/ 300 mil para R$/ 350 mil. E o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que financia tecnologias com menor impacto ambiental, teve seus recursos aumentados de R$/ 3,4 bilhões para R$/ 4,5 bilhões.

Outros marcos do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014 são a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e o Programa Inovagro, que deve destinar R$/ 3 bilhões para o agronegócio, com R$/ 2 bilhões para pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos e R$/ 1 bilhão para que os produtores rurais incorporem novas tecnologias.

Uma das principais novidades do plano é o aumento da subvenção ao prêmio do seguro rural. O Governo elevou em 75% os valores para este ano, passando de R$/ 400-milhões para R$/ 700 milhões. Desse total, 75% serão aplicados em regiões e produtos agrícolas prioritários, com subvenção de 60% do custo da importância segurada. A expectativa é segurar uma área superior a 10 milhões de hectares e beneficiar 96 mii produtores.

É um avanço para o Brasil, para agricultura familiar e, especialmente, para a região Nordeste. E, é claro, para o meu, o nosso Piauí. Ajudei na defesa desses avanços que agora são realidade.

E comemoramos duplamente Srªs e Srs. Senadores. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta manhã o Projeto de Lei do Senado 688/2011, que autoriza desconto de até 85% de dívidas de crédito rural de até R$ 35 mil (no valor originai), contratadas por agricultores familiares na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

De autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a proposta foi aprovada com 15 votos favoráveis e nenhum contrário e beneficia mini, pequenos ou médios agricultores, suas cooperativas ou associações não só no Nordeste, mas em alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, que também fazem parte da Sudene.

Com a medida, ficam suspensas as execuções judiciais, e os beneficiados não podem ser inscritos em quaisquer sistemas de registro de inadimplência.

O perdão é válido para empréstimos contraídos até 31.de .dezembro de 2001. Aqueles,que contrataram empréstimo entre 19 de janeiro de 2002 até a data de publicação da lei, poderão liquidar sua dívida mediante a contratação de nova operação com juros de 3% ao ano, com redução de 65% do valor da operação original e prazo para sua amortização de até dez anos.

O perdão dessas dívidas é um tema ao qual dediquei especial atenção, ouvindo agricultores, dialogando com diversos ministérios, dentre eles Fazenda, Agricultura, Justiça, Casa Civil e Desenvolvimento Agrário, e trazendo aqui para o Senado, em diversos discursos e nos debates nas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Agora o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

São, portanto, importantes vitórias da agricultura familiar brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Aproveito o ensejo para agradecer a V. Exª pela oportunidade maravilhosa que tive de ter estado no Piauí no final de semana, ocasião em que pudemos participar da agenda proporcionada por V. Exª e também do Festival do Jazz, uma tradição em Município tão bonito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro suplente, o Deputado Sílvio Costa, em substituição ao Deputado Antonio Brito, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória n° 612, de 2013**, conforme o **Ofício n° 260, de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 260/2013

Brasília, 4 de junho de 2013

Sr. Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Silvio Costa (PTB/PE), na qualidade de Suplente, em substituição ao Senhor Deputado Antonio Brito (PTB/BA), e, na qualidade de Titular permanece o Senhor Deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 612/2013, que "Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO; e dá outras providências".

Aproveito o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado da Fazenda:

– **Nº 167, de 27 de maio de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 130, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

– **Nº 168, de 27 de maio de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 37, de 2013, de informações, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

– **Nº 177, de 28 de maio de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 39, de 2013, de informações, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia:

– **Nº 83, de 31 de maio de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 185, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

– **Nº 84, de 31 de maio de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 1.184, de 2012, de informações, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 461, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO. JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50 , de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que altera o art. 89 da Constituição Federal, para incluir os ex-Presidentes da República entre os os membros do Conselho da República.

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**
RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sob exame, cujo primeiro signatário é o Senador Luiz Henrique, acrescenta um inciso ao art. 89 da Constituição Federal, para estabelecer que ex-Presidentes da República passem a compor, também, o Conselho da República.

A justificação da medida descreve, primeiramente, o conteúdo do art. 89, citando sua composição, e lembra que o Presidente da República convoca e preside a instituição (art. 84), e pode ainda convocar Ministros de Estado (art. 90), quando o assunto incluso em pauta verse sobre questão relacionada com o respectivo ministério.

Em seguida, ressalta que o Conselho da República é instância consultiva do Presidente da República para situações que clamam por defesa do Estado e suas instituições democráticas, e que por isso demandam a tomada de graves iniciativas para a resolução do problema, que conduzem o Chefe da Nação a ouvir o Conselho. Daí a oportunidade de se incluir os ex-Presidentes no rol dos membros da entidade, pois eles detém grande carga de experiência e informações adquiridas durante o exercício do mandato. Situações de crise, assim, poderão contar, para a volta da estabilidade institucional, com a abalizada orientação de mais esse membro do Conselho, devido à sua especial contribuição no restabelecimento da normalidade.

Não foram apresentadas emendas à proposta.

II – ANÁLISE

A Proposta não fere nenhuma das cláusulas pétreas firmadas no § 4° do art. 60 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, julgamos a iniciativa muito oportuna, e os argumentos contidos na justificação se mostram repletos de sentido ao lembrar a grande experiência adquirida pelas referidas autoridades ao longo do cumprimento do mandato, experiência que pode resultar em grande valia para o cumprimento da missão confiada ao órgão.

A gravidade das competências confiadas à instituição e expostas no art. 90 da Lei Maior requer decisões sábias e acertadas, para as quais a experiência constitui um dos maiores atributos. Nesse passo, impossível é deixar de reconhecer o grande auxílio que pode advir de ex-Presidentes da República para o trato de tão sérias questões. Aquele que já foi Chefe da Nação certamente poderá, com galhardia, contribuir para a estabilidade do País, caso se afigure eventualmente alguma situação de crise.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2013.

Senador Vital do Rêgo, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC **Nº** 50 **DE** 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/06/2013, **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. PAULO PAIM
EDUARDO SUPLICY	9. VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
VAGO	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

.....

PARECER Nº 462, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 7, de 2013, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador José Sarney, insere novo artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para vincular a duração dos benefícios concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Legal à vigência da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A Justificação ao pedido pauta-se pela lógica de que, se os benefícios fiscais em questão têm todos o mesmo propósito de desenvolver a Região Norte e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos segundo a política constitucionalmente prevista de integração latino-americana, todos devem ter a mesma duração.

II – ANÁLISE

A competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para a análise da matéria advém do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Assinada por vinte e nove senadores, a PEC nº 7, de 2013, tem a sua iniciativa amparada pelo art. 60, I, da Constituição Federal (CF). O seu conteúdo não atenta contra as cláusulas pétreas expressas no § 4º do mesmo art. 60 da CF.

A Proposição em análise atende a todos os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa.

No mérito, a existência das ALCs e dos benefícios fiscais relacionados à Amazônia Ocidental expressos nos Decretos-Lei nºs 356, de 1968, e 1.435, de 1975, tem como suporte constitucional o art. 3º, III, da CF, que adota a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A melhor forma de entender a PEC nº 7, de 2013, é mediante uma breve retrospectiva histórica sobre a vigência, ao longo dos anos, dos benefícios fiscais de que trata.

Por meio da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, foi criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial. Essa área foi estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Apesar de não haver previsão expressa na Lei nº 8.387, de 1991, da vigência dos benefícios fiscais criados, havia remissão para que se aplicasse à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), no que coubesse, o disposto na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 (§ 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 1991). Conforme previsto na redação original do art. 14 da Lei nº 8.256, de 1991, as isenções e benefícios das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) seriam mantidos durante 25 anos. Esse artigo teve redação alterada pela Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, de forma que passou a constar a referência à Área de Livre Comércio de Boa Vista - ALCBV, cujos benefícios seriam mantidos durante 25 anos.

Com isso, interpretou-se que o prazo de vigência da ALCMS também seria de 25 anos. Por esse motivo, o art. 17 do Decreto nº 517, de 8 de maio de 1992, que regulamentou a Área de Livre Comércio, dispunha que as isenções vigorariam por esse prazo.

Como visto, esse dispositivo não regulou de forma autônoma a vigência da isenção fiscal, e nem poderia fazê-lo, uma vez que a regulação de prazo de concessão de isenção por meio de ato infralegal é incompatível com o art. 176 do Código Tributário Nacional (CTN), que exige lei

específica para a concessão de isenção, que especifique as condições e requisitos necessários, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. E incompatível também é com o § 6º do art. 150 da Constituição Federal, em sua redação atual, na forma da Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, embora não o fosse em relação à versão em vigor em 1992, época da publicação do Decreto.

Assim, o período de vigência dos benefícios fiscais estava fundamentado na Lei nº 8.256, de 1991 (art. 14).

Em 2010, foi publicado o Decreto nº 7.212, que regulamenta de forma específica o Imposto Sobre Produtos Industrializados (RIPI). Conforme previsto no art. 118 desse ato normativo, ficarão extintos, a partir de 1º de janeiro de 2014, os incentivos previstos nos arts. 116 e 117, que tratam dos benefícios fiscais relacionados ao IPI (suspensão e isenção do imposto) na ALCMS.

Destaca-se que essa previsão de término do benefício fiscal em 1º de janeiro de 2014 já constava no art. 95 do Decreto nº 2.637, de 25 de junho de 1998, que regulamentava a arrecadação, a cobrança e a fiscalização do IPI.

No entanto, os Decretos mencionados (nºs 2.637, de 1998, e 7.212, de 2010) não regularam o prazo de vigência dos incentivos fiscais de forma autônoma. O amparo para publicação desses atos normativos foi o art. 77, § 2º, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. De acordo com esse dispositivo legal, ficarão extintos, a partir de 1º de janeiro de 2014, os benefícios fiscais a que se referem as leis mencionadas no *caput* do art. 77. Entre essas, há referência expressa à Lei nº 8.387, de 1991.

Portanto, a redução do prazo de vigência da isenção para a ALCMS, que orginalmente era de 25 anos (art. 11,§ 2º, da Lei nº 8.387, de 1991, combinado com o art. 14 da Lei nº 8.256, de 1991) e que findaria em 31 de dezembro de 2016, ocorreu por meio da Lei nº 9.532, de 1997.

Poderia justificar-se a redução do prazo previsto na Lei nº 9.532, de 1997, pela relação entre a Lei nº 8.387, de 1991, e a Zona Franca de Manaus, na medida em que esta lei, além de criar a ALCMS (art. 11), previu incentivos para a produção de determinados bens na ZFM (arts. 1º ao 8º). Quando da aprovação da Lei nº 9.532, de 1997, o prazo da ZFM, de acordo com o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

(ADCT), vigente à época, encerrar-se-ia no final de 2013. Por uma questão de lógica, os benefícios fiscais criados em função da existência da ZFM, bem como os a eles correlacionados, deveriam ser encerrados na mesma época.

Uma vez que o § 2º do art. 77 da Lei nº 9.532, de 1997, prevê, genericamente, a extinção dos "benefícios fiscais a que se referem os dispositivos legais mencionados no *caput* deste artigo", e, entre eles, está a Lei nº 8.387, de 1991, considerou-se que o prazo de existência da ALCMS também findaria em 1º de janeiro de 2014.

Em sentido diverso, poderia ser interpretado que apenas os benefícios previstos na Lei nº 8.387, de 1991, relacionados à ZFM seriam extintos, não havendo interferência na Área de Livre Comércio. Corrobora esse entendimento o fato de a Lei nº 9.532, de 1997, não ter feito referência às demais áreas de livre comércio.

Além do mais, é questionável a possibilidade de redução do prazo de vigência dos benefícios que se encontrava em curso. De acordo com o art. 178 do CTN, é vedada a supressão de isenções tributárias concedidas por prazo certo e em função de determinadas condições. No mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme o verbete de Súmula nº 544: "Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas".

Entretanto, diante da redação dúbia do art. 77, § 2º, da Lei nº 9.532, de 1997, e considerando que a isenção se interpreta literalmente (art. 111 do CTN), tornou-se necessária a aprovação de dispositivo legal que discipline o prazo de duração dos incentivos fiscais relacionados à ALCMS.

É importante destacar que a Lei nº 9.532, de 1997, afeta não somente a ALCMS, mas também os benefícios fiscais relacionados à Amazônia Ocidental previstos nos Decretos-Lei nºs 356, de 1968, e 1.435, de 1975. De acordo com o disposto no art. 98 do RIPI, esses incentivos serão extintos, igualmente, a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Amazônia Ocidental, que compreende os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, está contemplada, desde a década de sessenta do século passado, com benefícios fiscais que objetivam favorecer o desenvolvimento regional.

Conforme disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 356, de 1968, os benefícios fiscais à Amazônia Ocidental foram concebidos como extensão dos incentivos previstos para a ZFM, e, **como não havia previsão de término, entendia-se que estariam em vigor enquanto vigentes os benefícios destinados à Zona Franca**. Contudo, o art. 77, § 2º, da Lei nº 9.532, de 1997, fixou o prazo de extinção em 1º de janeiro de 2014, porque na época (antes da Emenda à Constituição – EC – nº 42, de 2003) estava vigente o art. 40 do ADCT, que previa esse prazo para encerramento da ZFM.

A EC nº 42, de 2003, entretanto, prorrogou o prazo de vigência para a Zona Franca de Manaus. Assim, se não houvesse sido publicada a Lei nº 9.532, de 1997, não restaria dúvida de que os benefícios fiscais destinados à Amazônia Ocidental vigorariam até 2023, prazo previsto na EC nº 42, de 2003.

Conhecidos esses antecendentes, percebe-se facilmente a importância da PEC nº 7, de 2013. A sua aprovação terá a grande virtude de clarear, de uma vez por todas, a questão da vigência dos benefícios fiscais às ALC e à Amazônia Legal, conferindo mais racionalidade e segurança à sua permanência, por meio da inclusão da matéria no texto constitucional.

III – VOTO

Ante as razões expostas, opinamos pela regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2013.

SENADOR VITAL DO RÊGO, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 7 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/06/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÊGO	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. PAULO PAIM
EDUARDO SUPLICY	9. VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
VAGO	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

TÍTULO X
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....

Art. 40. É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

.....

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

Denominado Código Tributário Nacional	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

.....

Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

.....

Art. 178 - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104. (Redação dada pela Lei Complementar nº 24, de 7.1.1975)

.....

LEI Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

.....

Art. 11. É criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. (Regulamento)

.....

§ 2º Aplica-se à área de livre comércio, no que couber, o disposto na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

.....

LEI Nº 8.256, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1991.

~~Cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.~~
Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

.....

Art. 14. As isenções e os benefícios das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista - ALCBV e Bonfim - ALCB serão mantidos durante 25 (vinte e cinco) anos, a partir da publicação desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

.....

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....

Art. 77. A aprovação de novos projetos, inclusive de expansão, beneficiados com qualquer dos incentivos fiscais a que se referem o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com as posteriores alterações, o Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, o Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975 e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, fica condicionada à vigência de:

.....

§ 2º Ficam extintos, a partir de 1º de janeiro de 2014, os benefícios fiscais a que se referem os dispositivos legais mencionados no *caput* deste artigo. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010) (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

.....

LEI Nº 11.732, DE 30 DE JUNHO DE 2008.

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências.

.....

DECRETO-LEI Nº 356, DE 15 DE AGOSTO DE 1968.

Estende Benefícios do Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras Providências.

.....

DECRETO-LEI Nº 1.435, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975.

Altera a redação dos artigos 7º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 2º do Decreto-lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 82/2013

Brasília, 3 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Esclareço a Vossa Excelência que estive presente à sessão deliberativa ordinária da última terça-feira, 28-5-2013, inclusive, tendo proferido discurso na tribuna.

Porém, em razão de viagem ao Estado do Paraná na noite daquele dia (vôo com saída às 19h30), visto que participaria de audiência na Justiça de Curitiba no dia seguinte (licença autorizada pela Casa, através do Requerimento nº 256/2013-M), tive que se retirar do plenário para dirigir-me ao aeroporto. Assim, não foi possível a minha participação na votação nominal referente ao PLV nº 10/2013.

Diante do exposto, requeiro que seja considerada minha presença na referida sessão, sem quaisquer prejuízos de natureza financeira.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião,** PMDB/PR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 573, DE 2013

Requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações organizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referentes às tarifas de energia elétrica praticadas pelo Grupo ENERGISA S.A. no Estado da Paraíba (PB).

Com base nos art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações e respostas às questões abaixo formuladas, com base nos dados colhidos e organizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referentes às tarifas de energia elétrica praticadas pelo Grupo ENERGISA S.A no Estado da Paraíba (PB):

1) Para o consumidor paraibano, especialmente o residencial, qual o impacto, inclusive com os valores monetários detalhados, da redução tarifária de energia elétrica decorrente da Medida Provisória (MPV) nº 579, de 2012?

2) Ainda se tendo por objeto as tarifas finais de energia elétrica na Paraíba, quais seriam os valores que deveriam ser pagos caso houvesse sido mantida a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS aplicada até o ano de 2012, quando da edição da referida MPV?

3) Comparar os valores das tarifas de energia elétrica resultantes *(a)* da aplicação da MPV e *(b)* os que forem informados na resposta ao quesito 2), acima, com *(c)* as tarifas efetivamente cobradas atualmente, em decorrência da nova alíquota de ICMS.

4) Como conclusão dessas comparações e análises dos dados, identificar se a nova alíquota de ICMS anulou os benefícios provenientes da legislação federal (MPV nº 579, de 2012) e, em decorrência, quais os efeitos reais dessas alterações jurídicas (MPV e aumento do ICMS) na conta de luz do cidadão paraibano, particularmente na conta das residências.

JUSTIFICAÇÃO

Pretendemos, com essas informações, avaliar se o consumidor final de energia elétrica do Estado da Paraíba, principalmente nas residências, foi beneficiado com a redução tarifária decorrente da Medida Provisória (MPV) nº 579, de 2012.

Para tanto, é essencial, identificar e comparar *(1)* as tarifas decorrentes das reduções propiciadas pela referida MPV, bem como *(2)* os valores que seriam cobrados na hipótese de manutenção da alíquota de ICMS adotada até o final de 2012 e *(3)* aquelas efetivamente aplicadas por força de lei estadual aprovada ao final do ano passado, que aumentou a alíquota de ICMS.

Justificamos essa solicitação porque pretendemos mostrar aos cidadãos paraibanos – com a isenção e transparência de dados fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia e pela ANEEL – os valores que eles deveriam pagar em decorrência da redução tarifária que lhes permitiu a MPV em questão e aqueles praticados atualmente por força da iniciativa estadual de elevar a alíquota do ICMS.

De posse desses dados será possível verificar se os consumidores, especialmente os residenciais, estão sendo beneficiados pela iniciativa federal e/ou se a iniciativa estadual anulou os benefícios pretendidos com a edição da Medida Provisória.

Essas informações são um direito dos cidadãos paraibanos e, na condição de seu representante no Senado Federal, adotamos essa providência para garantir que o direito de acesso às informações seja efetivamente exercido. Com essa providência, cumprimos assim nossas funções políticas e constitucionais de trabalhar em defesa dos interesses da comunidade que representamos.

Sala da Comissão,

Senador **VITAL DO RÊGO**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2013

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o terceiro aniversário de lançamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, requeiro que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, as seguintes informações:

1. Quantos municípios, discriminados por unidade da Federação, contam hoje com as ofertas de varejo estabelecidas no âmbito do PNBL, que possibilitam o acesso a uma conexão à internet com taxa de transmissão de até 1 megabit por segundo (1 Mbps) a um preço de R$ 35,00 mensais?

2. Quantos usuários, discriminados por unidade da Federação, contrataram conexões do PNBL ao valor de R$ 35,00 mensais (ou R$ 29,90, nos estados com isenção tributária)?

3. Quantos usuários, discriminados por operadora de serviços de telecomunicações, contrataram conexões do PNBL ao valor de R$ 35,00 mensais (ou R$ 29,90, nos estados com isenção tributária)?

4. Qual o percentual de municípios já atendidos com as ofertas de varejo previstas no PNBL em relação às metas originais do Plano?

5. Qual o percentual de usuários que já contrataram conexões do PNBL em relação às metas originais do Plano?

6. A Telebrás, reativada para prover infraestrutura e redes de suporte para conexões em banda larga ao PNBL, está presente em quantos municípios? Quais (por unidade da Federação)?

7. A Telebrás está cumprindo as metas de provimento de infraestrutura e redes de suporte para conexões em banda larga no âmbito do PNBL?

8. Qual o montante de recursos previsto e efetivamente utilizado pela Telebrás para cumprir os objetivos traçados na execução do PNBL?

9. Qual o *status* da remodelagem do PNBL, prevista na Mensagem ao Congresso Nacional – 2013 encaminhada pela Presidente da República na abertura da presente sessão legislativa?

Sala das Sessões,

Senador **VITAL DO RÊGO**

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO
Nº 575, DE 2013

REQUEIRO, nos termos do Artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Dr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, informações sobre a 19ª Superintendência Regional da Policia Rodoviária Federal do Pará submetida a intenso processo de esvaziamento desde o início de 2012, em total contradição ante os fatos do noticiário local e nacional que nos dá conta do aumento da violência nas rodovias federais com o aumento da violência, furtos e roubos de veículos de passageiros, de bens e de cargas.

Inicialmente, registro o acentuado decréscimo do efetivo operacional na 19ª SRPRF/PA, de 2009 até o corrente mês de maio, segundo o SINPRF- PA/AP e FENAPRF, em documento que me foi encaminhado pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários nos Estados do Pará e Amapá, anexo a este Requerimento de Informações:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA PRF DO ESTADO DO PARÁ

DEZ 2009	DEZ 2010	DEZ 2011	DEZ 2012	03 ABR13	23/04/13	03/05/13
472	422	488	408	376	347	336

A consequência destes fatos é que já foram fechados os postos de Benevides na BR 316, de Bragança na BR 308, 1ª Delegacia, de Rio Maria e Xinguara na BR 155, de Novo Repartimento na BR 230 da 3ª delegacia, e está sendo prevista o encerramento de mais 3 postos, que seriam: de Mãe do Rio na BR 010, 2ª Delegacia, de Itaituba na BR 230 da 5ª Delegacia e de Redenção na BR 155, da 3ª Delegacia.

Oportunamente, informo-lhe que na 4ª Delegacia de Altamira, onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte, constam apenas 11 servidores, e que com as obras do PAC, executadas na BR 163 Santarém/Cuiabá, com quase 300 Km de estrada já pavimentada, não existe efetivo para cobrir a demanda gerada pela obra.

O quadro a seguir que mostra a circunscrição das Rodovias Federais no Estado do Pará, se comparado com o efetivo operacional acima apontado, mostra claramente a absoluta impossibilidade do Departamento da Policia Rodoviária Federal efetivar, no Estado do Pará, suas atribuições e competências constitucionais dentre elas a fiscalização, o patrulhamento ostensivo no combate ao roubo e furto de veículos e cargas, tráfico de pessoas, realização de perícias, levantamentos de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagens alcoólicas, além de procedimentos voltados a educação de transito, atendimento de acidentes e salvamento de vitimas nas Rodovias Federais.

CIRCUNSCRIÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS DO ESTADO DO PARÁ

BR	KM	ASFALTO	P. PRIMÁRIA
10	355,7	355,7	0
153	152,1	152,1	0
155	343,9	343,9	0
158	299,1	299,1	0
163	1.002,7	227	775,7
222	227,7	227,7	0
230	1.456,8	224,8	1.232
235	90,5	90,5	0
308	168,2	52,8	115,4
316	274,0	274	0
422	336,0	336	0
TOTAL	4.706,7	2.583,6	2123,1

Senhor Ministro, como o Departamento de Policia Rodoviária Federal é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e tem as suas competências definidas pela Constituição Federal e pelo Código de Transito Brasileiro, requeiro a Vossa Excelência as seguintes informações:

Quais as providências efetivas para que a Policia Rodoviária no Pará possa exercer sua missão constitucional de responsável pelo patrulhamento ostensivo da malha Rodoviária Federal?

1. Qual a previsão para o aumento dos quadros profissionais de forma a atender a demanda operacional do Estado?
2. Quais as causas do fechamento e as providencias que estão sendo procedidas para reativação dos postos de Benevides na BR 316, Bragança na BR 308, Rio Maria e Xinguara na BR 155, Novo Repartimento na BR 230?
3. Que medidas esse Ministério tomará para evitar o fechamento dos postos de Mãe do Rio na BR 010, de Itaituba na BR 230 e Redenção na BR 155 e para ampliar sua atuação em Altamira e na BR 163 Santarém/Cuiabá?
4. Quais os recursos financeiros, sob a forma de investimento, que foram efetivamente aplicados na DRPRF/PA, nos últimos 12 meses?

SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ - SINPRF-PA/AP

FILIADO A FENAPRF

Oficio nº 42/2013 Belém, 13 de Maio de 2013

Ao Sr Inspetor Rômulo Fabricio Leite
MD: Coord. Geral de Recursos Humanos Substituto.
Encaminhamento de documentos.

Inspetor Rômulo, vimos até V.Sa. Com o intuito de encaminhar documentos referentes ao efetivo da 19ª SR PRF-PA, onde a regional já está apresentando problemas de operacionalidade, pois devido a este fato, já foram fechados os postos de Benevides na Br 316, Bragança na Br 308, Rio Maria e Xinguara na Br 155, Novo repartimento na Br 230, e estamos com a promessa de fechamento de mais dois postos, o de MÃE DO Rio na Br 010 e o de Itaituba na Br 230.

Como somos sabedores de que esta administração ainda não tem conhecimento da real situação de nossa regional, e que prezam pela imagem e reputação de nossa gloriosa Policia Rodoviária Federal, acreditamos que providencias urgente serão tomadas para sanar estes problemas.

Atenciosamente,

Antônio Carlos Correia de Lima
Vice-presidente do SINPRF PA-AP

Oficio nº 43/2013 Belém, 13 de Maio de 2013.

Ao Sr Pedro da Silva Cavalcanti
MD: Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
Assunto: Encaminhamento de documentos.

Senhor Presidente Pedro da Silva Cavalcanti, o SINPRF PA-AP vem até V.Sa. Com o intuito de encaminhar documentos referentes ao efetivo da 19ª SR PRF-PA, pois a dificuldade de fixação do efetivo já está causando problemas de operacionalidade, onde temos PRFs entrando na justiça para pleitearem suas remoções para seus estados de origem, causando com isso o esvaziamento de todas as Delegacias regionais do estado, e devido a este fato, já foram fechados os postos de Benevides na Br 316 e Bragança na Br 308, da 1ª Delegacia, Rio Maria e Xinguara na Br 155, Novo repartimento na Br 230, da 3ª Delegacia, e estamos com a promessa de fechamento de mais dois postos, o de MÃE DO Rio na Br 010, 2ª Delegacia, Itaituba na Br 230, da 5ª Delegacia, e informando que o efetivo da 4ª Delegacia é de apenas 11 Prfs contando com o Chefe da Delegacia e o NPF.

Com base no acima exposto, e os documentos anexos, solicitamos seus bons ofícios no sentido de encaminhar aos órgãos competentes, assim como fazer gestão no sentido de amenizar o referido problema.

Certos de contarmos com o apoio desta Federação, enviamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Antônio Carlos Correia de Lima
Vice-presidente do SINPRF PA-AP

Ofício nº 46/2013 Belém, 20 de Maio de 2013.

Ao Sr JADER FONTENELE BARBALHO
MD. SENADOR DA REPUBLICA BRASILEIRA
Assunto: Solicitação de encaminhamento de documentos

Senhor Senador, JADER FONTENELE BARBALHO, o SINPRF PA-AP vem ate V.Sa. Com o intuito de encaminhar documentos referentes a evolução do efetivo da 1ª SR PRF-PA, uma vez que a saída de Policiais lotados em nosso estado já esta causando problemas de operacionalidade, informamos que desde o inicio de 2012 iniciamos tratativas informais com a direção do DPRF, contudo não conseguimos lograr êxito, e o fato está tomando proporções inaceitáveis, e em consequência destes fatos já foram fechados os postos de Benevides na BR316 e Bragança na BR308, da 1ª Delegacia, Rio Maria e Xinguara na BR155, Novo repartimento na BR230, da 3ª Delegacia, e estamos com a promessa de fechamento de mais tres postos, o de MARDO Rio na BR010, 2ª Delegacia, Itaituba na BR230, da 5ª Delegacia, e Redenção na BR 155, da 7ª Delegacia, e informamos que o efetivo da 4ª Delegacia-Altamira/Pa, é de apenas 11 Prfs contando com o Chefe da Delegacia e o NPF.

Aproveitamos para informar que as obras do PAC, executadas na BR 163 Santarem/Cuiabá, encontram-se adiantadas, com próximo de 300 Km de estrada já pavimentada, sem no entanto existir efetivo para cobrir a demanda gerada pela obra

Com base no acima exposto, e os documentos anexos, solicitamos seus bons ofícios no sentido de encaminhar aos órgãos competentes, assim como fazer gestão no sentido de amenizar o referido problema junto ao Ministério da Justiça

Certos de contarmos com seu apoio neste pleito, enviamos votos de estima e elevada consideração

Atenciosamente,

Antônio Carlos Correia de Lima
Vice-presidente do SINPRF PA-AP

Delegacia de Ipixuna	Rio						
	P02 - Posto Ipixuna	010	114,1	258,1	144,0		229
	P03 - Posto Dom Eliseu	040	0,0	114,0	114,0		19
		222	18,0	148,2	130,2		
DEL. 03 Delegacia de Marabá	P01 - Posto Marabá	155	278,2	343,9	65,7	1709,8	323
		222	148,2	245,7	97,5		
		230	0,0	390,7	390,7		
		153	0,0	152,1	152,1		
		422	0,0	336,0	336,0		
	P03 Posto de Redenção	155	0,0	278,2	278,2		5
		158	590,5	889,6	299,1		
		235	0,0	90,5	90,5		
DEL. 04 Del de Altamira	P01 - Posto Altamira	230	390,7	850,8	460,1	460,1	625
DEL.05 Delegacia de Santarém	P01 - Posto Santarém	163	789,5	1002.8	213,3	1608,8	991
		230	850,8	983,8	133,0		
	Ponto de Apoio Itaituba	163	0,0	789,5	789,5		
		230	1096,5	1569.5	473,0		1130
Total Geral					4.706,7		

PRINCIPAIS DEMANDAS DA 19ª SRPRF/PA

1) Construção da nova Sede na área situada atrás do 2º UNIT, cedida pela SPU – Secretaria com acesso pela Av. João Paulo II, para abrigar as diversas seções e núcleos desta Regional Necessidade de aporte de recursos na ordem de R$-15.000.000,00 a R$-20.000.000,00;

2) Reforma e ampliação dos 13 Postos PRF: R$-3.900.000,00;

3) Implantação dos Postos de Campos Verdes (entroncamento da BR 163 com a BR 230), Novo Progresso, Rurópolis, Belo Monte, Novo Repartimento, Tucuruí e Cametá;

4) Reativação dos Postos de Bragança e Xinguara;

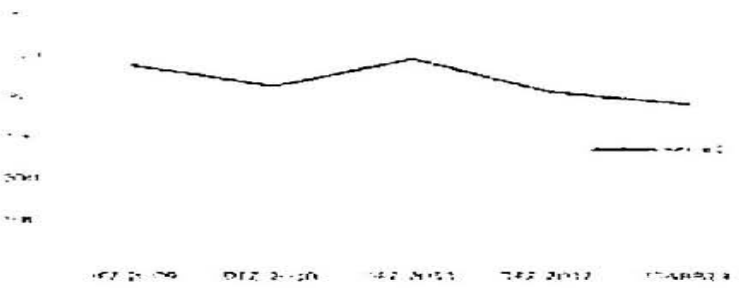
5) Reforço de pelo menos 480 policiais para atender a demanda operacional do Estado.

Belém, 15 de Abril de 2013.

Antônio Carlos Correia de Lima
Vice-Presidente Sinprf PA-Ap

HISTÓRICO DA REGIONAL PARÁ

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DO ESTADO DO PARÁ



CIRCUNSCRIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

BR	KM	asfalto	p. primár.
10	355,7	355,7	0
153	152,1	152,1	0
155	345,9	345,9	0
158	299,1	299,1	0
163	1.002,7	227	775,7
222	223,7	223,7	0
230	1.456,8	224,8	1232
235	90,5	90,5	0
308	168,2	52,8	115,4
316	274,0	274	0
422	336,0	336	0
TOTAL	4.706,7	2583,6	2123,1

Circunscrição 19ªSRPRF Atualizada pelo PNV 2012							
Delegacia	Denominação Posto	BR	Início	Fim	Total	Km/Del	Localização do Posto
DEL.01 Delegacia de Benevides	P01 - Posto Ananindeua	316	0,0	18,0	18,0	490	9
	Posto de Apoio Benevides	316	18,0	36,1	18,1		20
	P03 - Posto Castanhal	316	36,1	80,0	43,9		65
	P04 - Posto Santa Maria	010	307,9	355,7	47,8		104
		316	80,0	128,0	48,0		
	P05 - Posto Capanema	308	150,7	318,9	168,2		
		316	128,0	225,2	97,2		156
	P06 - Posto Curupi	316	225,2	274,0	48,8		272
DEL.02	P01 - Posto Mãe Do	010	258,3	307,9	49,8	438	284

Plenário do Senado Federal, em 23 de Maio de 2013.

JADER BARBALHO
Senador da República
PMDB/PARÁ

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2013

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata do Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual **Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti**, bem como a apresentação de condolências à família. Waldir Bezerra, pai da desembargadora Fátima Bezerra, presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, esposa do ex-senador José Maranhão, faleceu nesta tarde de hoje, terça-feira (4), no Hospital da Unimed, em João Pessoa, aonde estava internado há alguns dias.

O ex-deputado estadual Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti, em sua carreira política, foi vereador por vários mandatos em João Pessoa e foi detentor de quatro mandatos de deputado estadual paraibano. Foi um dos integrantes da Assembleia Constituinte Estadual, que elaborou e promulgou a Constituição do Estado em 1989.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2013.

Senador **CÍCERO LUCENA**
(PSDB/PB)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 577, DE 2013

Requeiro, com fulcro no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, aqui aplicável por analogia, que os Projetos de Lei do Senado nºs 157, 285 e 687, de 2007; e 215, de 2008, que ora tramitam em conjunto, sejam desapensados para seguir tramitação em separado, por tratar, cada qual, de matéria diversa daquela tratada pelos demais.

Sala das Sessões,

Senador **CLÉSIO ANDRADE**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 578, DE 2013

Nos termos do art. 255, II, "c", nº 12, do Regimento Interno, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, que "Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências" seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de maio 2013.

Senador a **ANA RITA**

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 264, de 2012; e do PLS nº 308, de 2012, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de maio de 2013.

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2013

Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 244-B**. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando ou induzindo-o a praticar infração penal cuja pena privativa de liberdade mínima seja de até quatro anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Se a pena privativa de liberdade mínima cominada à infração cometida ou induzida for superior a quatro anos e inferior ou igual a oito anos:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 2º Se a pena privativa de liberdade mínima cominada à infração cometida ou induzida for superior a oito anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 3º Incorre nas penas previstas no *caput* e nos §§ 1º e 2º deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet.

§ 4º Não de aplicam ao agente as reduções de prazos prescricionais previstas no art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." (NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) passa a viger com a seguinte redação:

"**Art. 1º** .....

.....

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado, e a corrupção de menores prevista no art. 244-B, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A utilização de menores para a prática de crimes vem sendo incrementada como forma de evitar a punição dos delinquentes que verdadeiramente planejam as ações criminosas. Entendemos que se a atuação de adolescentes como agentes diretos do crime é uma realidade inquestionável, também o é a circunstância de que esses menores não integram a cúpula das organizações criminosas, responsáveis pela maioria dos crimes envolvendo violência física.

Nesse contexto, do nosso ponto de vista, antes de se discutir a responsabilidade penal do adolescente, deve-se reforçar a prevenção geral e específica do crime de corrupção de menores.

Segundo a redação vigente do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o agente que corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la, sujeita-se a pena de reclusão, de um a quatro anos.

Como se vê, o dispositivo não leva em conta a gravidade do crime praticado ou induzido.

Ora, a nosso sentir, a corrupção do menor que visa ao cometimento de homicídio ou de extorsão mediante sequestro é indiscutivelmente mais grave e repugnante do que a que tem por objetivo o furto. Diante disso, nossa intenção é aprimorar a redação do art. 244-B do ECA, para prever uma gradação da reprimenda conforme a gravidade do crime praticado ou induzido mediante a corrupção do menor.

Nosso projeto estabelece que, se o crime praticado ou induzido é punido com privação de liberdade mínima de até quatro anos, a pena imposta ao corruptor será de reclusão, de dois a quatro anos; se é punido com privação de liberdade mínima de quatro a oito anos, o corruptor sujeita-se a reclusão, de quatro a oito anos; finalmente, se o crime praticado ou induzido é punido no mínimo com privação de liberdade de oito anos ou mais, a pena para o corruptor será de reclusão, de oito a doze anos.

Além disso, cuidamos de incluir a corrupção de menores no rol dos crimes hediondos, para tornar mais severa a reprimenda estatal, tornando esse crime insuscetível de anistia, graça, indulto e fiança, e fazendo com que seja mais rigoroso cumprimento da pena efetivamente aplicada, segundo a regra de progressão de regime estabelecida no § 2º do art. 2º da

Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei de Crimes Hediondos.

Os adolescentes brasileiros merecem essa proteção antes que se pense em sua imputabilidade penal.

É imbuído desse espírito protetor da nossa juventude, que peço aos ilustres Senadoras e Senadores a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2013. – Senador **Aécio Neves.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

"Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no **caput** deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no **caput** deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)"

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Redução dos prazos de prescrição

Art. 115 – São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

"Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994) (Vide Lei nº 7.210, de 1984) (...)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)"

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011**, do Senador Paulo Paim, que *regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 604, de 2011**, do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo*.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 67 e 604, de 2011, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº S/25, de 2013** (nº 380/2013, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto do art. 103-B da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO "S"
Nº 25, DE 2013
(nº 380/2013, na origem)

OF.TST.GP nº 380/2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

Assunto: **Indicação do Desembargador Flávio Portinho Sirângelo e do Juiz Rubens Curado Silveira para integrarem o Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, indicar o Desembargador do Trabalho **Flávio Portinho Sirângelo** e o Juiz do Trabalho **Rubens Curado Silveira** para integrarem o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal.

Ante o exposto, submeto a indicação em referência à apreciação dessa Casa, a teor do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal.

Atenciosamente.

Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1616, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Elege os membros do Conselho Nacional de Justiça indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho para o biênio 2013-2015.

O **EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Ministros Antônio José de Barros Levenhagen, Vice-Presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, João Oreste Dalazen, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Maurício Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte e o Ex.mo Sr. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luis Antônio Camargo de Melo,

Considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República,

R E S O L V E

Eleger o Ex.mo Desembargador **Flávio Portinho Sirângelo**, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e o Ex.mo Juiz do Trabalho **Rubens Curado Silveira**, Titular da Vara do Trabalho de Guaraí – TO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2013-2015, nas vagas destinadas à indicação do Tribunal Superior do Trabalho.

Brasília, 22 de maio de 2013.

Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

Currículo

- Natural de Porto Alegre – RS (1954).
- Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - em 1977.
- Advogado em Porto Alegre (1977-1985).
- Membro concursado do Ministério Público do Trabalho (posse em março/1985).
- Assessor Jurídico do Ministro de Estado da Justiça, Brasília (1986-1987).
- DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. Posse em 04/09/1987, em vaga do quinto constitucional do Ministério Público do Trabalho.
- Desembargador Presidente da 7ª Turma e da 2ª Seção de Dissídios Individuais do TRT/4ª Região.
- Vice-Presidente e PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, respectivamente, nos biênios 1996/1997 e 1998/1999.
- Membro das bancas de concursos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 4ª Região – 1990, 1991, 1995 e 1997.
- Bolsista da Fundação Fulbright junto à *American University*, Washington, DC – EUA, 2001-2002.
- Especialista em Direito Público e Administração Judiciária - *American University*, The School of International Service - Washington, DC, 2002.
- Pesquisador convidado do CENTRO FEDERAL DA JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS *(FEDERAL JUDICIAL CENTER)* em Washington, EUA - (*Visiting Foreign Judicial Fellow* – ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA - 2002).
- MESTRE EM DIREITO pelo *Washington College of Law – LL.M. Program on Law and Government*, Washington, DC – EUA, 2003.
- Membro da Comissão pela Efetividade da Justiça da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros – Brasília, 2004).
- Coorganizador e palestrante do FÓRUM DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA da AMB (Brasília, 2004).
- Coordenador dos trabalhos de fundação e primeiro DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO – TRT-RS (2006/2010).

- Desembargador Convocado para atuar junto ao TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST, Brasília, nos períodos fevereiro/2010 a março/2011 e de fevereiro/2012 a junho/2012.

- Agraciado com a ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO, pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST, nos graus, respectivamente, de Grande Oficial (1999) e de Comendador (1994).

- Agraciado com a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO, pela ENAMAT - (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho), TST, 2010.

- Professor instrutor da disciplina de ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA da ENAMAT , junto ao TST, nos seguintes cursos:

  - 3º Curso de Formação Inicial de Magistrados-2007;

  - 1º Curso de Formação de Formadores em Administração Judiciária de Vara do Trabalho-2009;

  - 2º, 3º, 4º e 5º Cursos de Formação Continuada em ADMINISTRAÇÃO DE TRTs – edições dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

- Professor de Direito do Trabalho – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – 1988-1989.

- Publicações:

  - *"Os precedentes judiciais nos Estados Unidos"* – tradução. Autor: TUSHNET, Mark; SIRANGELO, Flavio Portinho (Trad.), *in* REVISTA DE PROCESSO, Editora RT, São Paulo, v. 38, nº. 218, p. 99-110, abril 2013.

  - *"Aprendendo a fazer o futuro: breves notas de um percurso dos tribunais brasileiros no caminho da modernização."* SIRANGELO, Flavio Portinho. *In*: "Estudos de Administração Judiciária: Reflexões de Magistrados sobre a Gestão do Poder Judiciário. Cadernos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região., v. 1, n. 02, p. 7-16, Porto Alegre, HS Editora, 2009. Registro Bibliográfico: 78923

  - *"A Escola Judicial do TRT da 4º Região: fundamentos e princípios de sua criação."* SIRANGELO, Flavio Portinho. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: HS Editora, Porto Alegre, n. 35, 2007.

- *"Managing appeals in overloaded courts: a tale of two systems."* (Gerenciando processos de apelação em tribunais sobrecarregados: um conto de dois sistemas). SIRANGELO, Flavio Portinho. Análise comparativa dos sistemas dos tribunais recursais intermediários do Brasil e dos Estados Unidos e das formas de gerenciamento judiciário dos problemas decorrentes da sobrecarga de movimento processual. Registro Bibliográfico: 76727. Localização: M 340.5(73:81):347.956 S619m 2002. Biblioteca do TRT da 4ª Região (www.siabi.com.br).

- *Perspectives of judicial performance in Brazil: a study and suggestions for institutional improvement. Washington, DC: [s.n.], 2002. 29 p.* (Perspectivas sobre o Desempenho da Justiça no Brasil: Estudo e Sugestões para o Melhoramento Institucional) - American University, Washington, Maio de 2002). SIRANGELO, Flavio Portinho. Registro Bibliográfico: 76728. Localização: M 347.97.001.7(81) S619p 2002. Biblioteca do TRT da 4ª Região (www.siabi.com.br).

- *The selection process for the U.S. judges : reconciling politics and judicial effectiveness.* (O processo de seleção dos juízes dos EUA: o equilíbrio entre a política e a efetividade judicial.) SIRANGELO, Flavio Portinho. Registro Bibliográfico: 76729. Localização: M 347.962.2(73) S619s 2002. Biblioteca do TRT da 4ª Região (www.siabi.com.br).

- *Labor law and the crisis of the "total employment" model : making the case for re-regulation.* (O direito do trabalho e a crise do modelo único de emprego: defendendo a re-regulação.) SIRANGELO, Flavio Portinho. Registro Bibliográfico: 76730. Localização: M 347.97.001.7(81) S619p 2002. Biblioteca do TRT da 4ª Região (www.siabi.com.br).

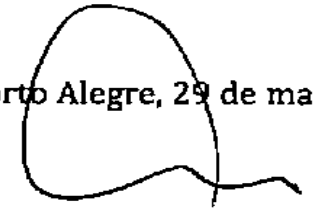
- *The role of the justice sector for the realization of social and economic rights.* (O papel do sistema de justiça na concretização dos direitos econômicos e sociais.). SIRANGELO, Flavio Portinho. Washington, DC: [s.n.], 2002. 14 p. Registro Bibliográfico: 76732. Localização: M 342.734:347.99 S619r 2002. Biblioteca do TRT da 4ª Região (www.siabi.com.br).

❖ Artigos publicados na imprensa:

- "Os juízes e o teto." Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 05/03/2000.
- "A Modernização do Judiciário". Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, 04/04/2005, p.9.

- "O judiciário trabalhista e a sua finalidade." Jornal O Sul – Porto Alegre, 03/07/2005, Caderno Colunistas – p.2.
- "O Judiciário e o abuso dos direitos processuais." Jornal O Sul – Porto Alegre, 01/05/2005, Caderno Colunistas – p.2.
- "A função da jurisprudência." Jornal O Sul – Porto Alegre, 10/04/2005, Caderno Colunistas – p.2.
- "A fotografia da Justiça." Jornal O Sul – Porto Alegre, 03/04/2005, Caderno Colunistas – p.2.
- "Justiça e Bacharelismo." Jornal O Sul – Porto Alegre, 27/11/2005, Caderno Colunistas – p.2.
- "INDICAÇÃO AO SUPREMO: É melhor fazer sistema de escolha para STF funcionar do que mudar". Revista Consultor Jurídico - (www.conjur.com.br) 25 de janeiro de 2006.
- "Os juízes e a comunicação." Jornal O Sul – Porto Alegre, 09/07/2006, Caderno Colunistas – p.2.
- "O tempo da Justiça." Jornal O Sul – Porto Alegre, 15/10/2006, Caderno Colunistas – p.2.
- "O poder da conciliação." Jornal ZERO HORA, Porto Alegre, 04/09/2006. P. 18.
- "Os valores de uma nova Justiça." Jornal ZERO HORA, Porto Alegre, 08/12/2006. P. 26.
- "O saber da justiça." ." Jornal O Sul – Porto Alegre, 11/02/2007, Caderno Colunistas – p.5.
- "Caso da Ortopé mostra que capacidade de inovar aproxima Justiça da população." Jornal O Sul – Porto Alegre, 29/07/2007, Caderno Colunistas – p.5.
- "Judiciário e OAB andam juntos ao investir no ensino e exigir qualidade." Jornal O Sul – Porto Alegre, 18/11/2007, Caderno Colunistas – p.8.
- "A Justiça e a Sociedade." Jornal ZERO HORA, Porto Alegre, 08/12/2009. P. 18.
- "O Judiciário e o processo legislativo." Jornal O Sul – Porto Alegre, 26/07/2009, Caderno Colunistas – p.3.

Porto Alegre, 29 de maio de 2013.



FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

OF. nº 001/2013

Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça - Encaminha declarações pessoais do magistrado indicado.**

Senhor Presidente,

Tendo presente que fui indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, conforme o inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, e dando cumprimento aos regramentos contidos na **Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, e no **Ato nº 01, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Casa, dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para apresentar as informações e declarações previstas naqueles atos normativos do Poder Legislativo, tudo conforme os termos contidos no documento que segue anexado ao presente ofício e que vai por mim devidamente firmado.

Na oportunidade, transmito a Vossa Excelência os votos de estima e consideração.

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

DECLARAÇÃO

Magistrado de TRT indicado para integrar o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Nos termos e para os efeitos do que dispõem a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, e o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, declaro:

a) Que não tenho cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, que seja membro ou servidor do Tribunal Superior do Trabalho, instituição responsável por minha indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça;

b) Que não tenho cônjuge, companheira ou parentes em linha reta ou colateral, ate terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde ocupo o cargo de Desembargador do Trabalho desde 04 de setembro de 1987;

c) Que tenho um irmão, de nome Silvio Portinho Sirangelo, que é servidor público concursado do quadro do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4, onde ocupa o cargo efetivo de técnico judiciário e a função comissionada (FC) de supervisão de seção;

d) Que nunca recebi sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não tenho conhecimento acerca da existência de procedimentos dessa natureza contra mim instaurados (art. 5º, III, da Resolução Senado nº 7/2005);

e) Que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou de qualquer Município, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes (art. 5º, IV, da Resolução Senado nº 7/2005);

f) Que não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais (art. 1º, II, "b", do Ato nº 1/2007, da CCJ/Senado Federal).

g) Que estou em situação fiscal regular no âmbito federal, estadual e municipal, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes (art. 1º, II, "c", do Ato nº 1/2007, da CCJ/Senado Federal - certidões negativas em anexo, conforme exigidas pelo § 2º do mesmo ato normativo).

h) Que, na presente data, não figuro como parte (autor ou réu) em nenhuma ação judicial (art. 1º, II, "d", do Ato nº 1/2007, da CCJ/Senado Federal);

i) Que, nos últimos cinco anos, atuei (e ainda atuo) como Desembargador Federal do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e que atuei também como desembargador convocado junto ao Tribunal Superior do Trabalho nos períodos de fevereiro/2010 a março/2011 e de fevereiro/2012 a junho/2012, respectivamente (art. 1º, II, "e", do Ato nº 1/2007, da CCJ/Senado Federal);

Porto Alegre, 27 de maio de 2013.



FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

Desembargador do TRT da 4ª Região

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
CPF: 184.916.850-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 15:36:02 do dia 24/05/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/11/2013.
Código de controle da certidão: **A9E7.D9BC.3525.C4B4**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Receita Federal PGFN CERTIDÃO CONJUNTA

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 184.916.850-49
Data da Emissão : 24/05/2013
Hora da Emissão : 15:36:02
Código de Controle da Certidão : A9E7.D9BC.3525.C4B4
Tipo da Certidão : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 24/05/2013, com validade até 20/11/2013.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda
Receita Estadual

Certidão de Situação Fiscal Nº: 05993364

Identificação do titular da certidão
Nome: FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
CPF: 184.916.850-49

Certificamos que, aos 24 dias do mês de maio do ano de 2013, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:
Certidão negativa

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).
No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 22/07/2013.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 14058474

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em http://www.sefaz.rs.gov.br.

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Esta certidão é válida até: **22/08/2013**

Nome: FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

CPF: 184.916.850-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos tributários que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos referentes a tributos municipais, lançados até 17 de maio de 2013.

Certidão emitida em 24/05/2013 às 16:06:11, com base no Decreto 14.560 e na IN nº 3 SMF/GS de 27/05/2004.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf), informando **CPF: 184.916.850-49** e o código de autenticidade **F56A175F2680**

Comprovante de Autenticidade de Certidão Geral Negativa de Débitos de Tributos Municipais

Nome: FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

CPF: 184.916.850-49

Código de Autenticidade: F56A175F2680

Certidão emitida em 24/05/2013 às 16:06:11, válida até 22/08/2013

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS

CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processu Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados forn pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Feder verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pe fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Correg Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

OU

contra o CPF:
184.916.850/49

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECU CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitac julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARI CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 12:51**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 15:30**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 12:53**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/05/2012 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/05/2012 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/05/2012 às 20:00**

Certidão emitida em: 24/05/2013 às 16:19 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, atrav endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informar Número de Controle **1a56276f00eb16f89c06b78431cff5dd**

Verifica Autenticidade de Certidão

*** Certidão Válida ***
Negativa

A simples impressão desta página **não garante** a autenticidade da certidão. O TRF garante apenas a veri diretamente **pela autoridade recebedora competente**, na página www.trf4.gov.br, não sendo, portant impressas em papel.

Número de Controle:	**1a56276f00eb16f89c06b78431cff5dc**
Nome:	**FLAVIO PORTINHO SIRANGELO**
CPF/CNPJ:	**184.916.850/49**
Data de Emissão:	**24/05/2013**
Localidade de Emissão:	**Internet/Quiosque**
Tipo de Certidão:	**Fins Gerais - Civel e Criminal**

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegr

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO, Brasileiro, Casado, RG 5009123463 / SSP - RS, CPF 18491685049, filho de SYLVIO REMO SIRANGELO e NILDA PORTINHO SIRANGELO, nascido em 19/07/1954, Endereço - RUA EUDORO BERLINK, 77/401, PORTO ALEGRE, RS.

24 de Maio de 2013, às 16:49:18

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço http://www.tjrs.jus.br, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **153b0fd87527a19d01974ba66097f424**

OF. nº 002/2013

Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

Assunto: **Encaminha argumentação escrita de magistrado indicado para o Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, III, do Ato nº 01, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal, e tendo em vista a minha indicação, pelo Eg. Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para apresentar a argumentação escrita acerca da minha experiência profissional, formação técnica e afinidade para o exercício da respectiva atividade.

Na oportunidade, transmito a Vossa Excelência os votos de estima e consideração.

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Magistrado de TRT indicado para integrar o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO INDICADO

Em cumprimento ao disposto no artigo 1°, inciso III, do Ato n° 1, de 17.10.2007, dessa Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e tendo em vista a indicação do meu nome, por parte do Eg. Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a juiz de Tribunal Regional do Trabalho (art. 103-B, VIII, da Constituição Federal), submeto à elevada consideração desse insigne colegiado as seguintes considerações acerca da minha experiência profissional, formação técnica e afinidade pessoal para o exercício da referida função, conforme segue:

I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Exerço o cargo de desembargador junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região desde 04/09/1987, quando tomei posse em vaga destinada ao quinto constitucional do Ministério Público do Trabalho.

Obtive o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em 1977. Fui advogado em Porto Alegre desde a colação de grau, atuando nos foros das Justiças Estadual, Federal e Trabalhista. No ano de 1985, ingressei na carreira do Ministério Público do Trabalho após aprovação no 1° Concurso Público para o cargo de Procurador da União junto à Justiça do Trabalho. Quando atuava na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, fui requisitado para trabalhar na

Assessoria Jurídica do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça, onde atuei nos anos de 1986 e 1987.

Em 2012, completei 25 anos como magistrado integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ao longo desses anos, adquiri substancial experiência profissional nas atividades do Poder Judiciário, pois, além das funções judicantes, participei ativamente em tarefas de administração judiciária. Essa atuação constante em ações de gestão do funcionamento dos serviços judiciários contribuiu para a compreensão dos problemas e das necessidades ligadas à Administração da Justiça, permitindo-me assumir maiores responsabilidades nesse campo de atuação pública. Exerci ações administrativas no Judiciário que compreenderam, por exemplo: a direção dos trabalhos da Comissão de Informatização do TRT da 4ª Região, criada no início dos anos 1990, quando os órgãos do Poder Judiciário começavam a implantar os seus sistemas informacionais; a presidência da Comissão de Regimento Interno da Corte; os mandatos de Vice-Presidente e de Presidente do Tribunal; além da direção das ações de implantação dos programas de modernização e de qualidade e produtividade, tendo presidido a elaboração de uma primeira etapa de seu planejamento estratégico. Participei também das atividades relacionadas à seleção de magistrados, atuando em bancas de concursos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto nos anos de 1990, 1991, 1995 e 1997.

Participei também ativamente das ações institucionais destinadas à criação do sistema nacional de formação judicial previsto na chamada reforma do Poder Judiciário, instituída pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Coordenei a comissão instituída para implantar a Escola Judicial do TRT da 4ª Região e definir o seu planejamento estratégico-pedagógico. Participei da fundação dessa

escola judicial e fui o primeiro magistrado eleito para desempenhar o cargo de diretor desse órgão interno do TRT.

A atuação nessas diversas ações de administração judiciária permitiu-me participar de inúmeras atividades de caráter nacional, interagindo com outros tribunais regionais e com os tribunais superiores. Adquiri experiência profissional também com uma visão da Justiça do Trabalho, na sua dimensão nacional. Por igual, participei de diversas ações de mudança institucional em que houve a integração dos órgãos judiciários de diferentes segmentos da Justiça no Brasil, o que propiciou adquirir conhecimento sobre a sua totalidade. Considero essencial trabalhar a partir da premissa da unidade do sistema judiciário brasileiro e julgo indispensável a troca de experiências para o atendimento eficiente das necessidades da população jurisdicionada.

Penso ser relevante mencionar a experiência profissional obtida ao longo de dois expressivos períodos de tempo em atuei como juiz convocado no Tribunal Superior do Trabalho. Essa experiência contribuiu sobremaneira para o meu crescimento profissional, especialmente ao propiciar o contato, através do exame de recursos judiciais oriundos de todos os estados do país, com jurisdições que atuam nas mais diversas condições e que enfrentam realidades totalmente diferentes entre si.

II – FORMAÇÃO TÉCNICA:

Nos períodos em que exerci os encargos de Vice-Presidente e Presidente do TRT-RS convenci-me da necessidade de buscar aperfeiçoamento pessoal, enquanto magistrado, para melhor contribuir, na sequência da minha carreira, com o processo de mudança que se anunciava, na época, em relação ao Poder Judiciário do Brasil.

Seguindo esse propósito, habilitei-me e fui admitido a participar, no ano de 2001, de programa internacional de intercâmbio profissional implementado pelo governo dos Estados Unidos da América através da *Fundação Fulbright* (*Hubert H. Humphrey Fellowship Program*), por meio do qual pude frequentar órgãos judiciários daquele país, durante certo período de tempo, para o fim de conhecer e pesquisar os sistemas de governança judicial e as medidas de aperfeiçoamento institucional do sistema judicial daquele país.

Ainda buscando o objetivo de especialização em Administração Judiciária, logrei ser admitido como pesquisador convidado junto ao Centro Federal de Justiça dos EUA, em Washington, DC, com o título de "*Visiting Judicial Fellow*". Nessa atividade, acompanhei a experiência da utilização, pelos tribunais federais norte-americanos, de métodos alternativos de resolução de conflitos, além de estudar e conhecer os sistemas de gestão judiciária desenvolvidos naquele centro federal de pesquisa para administrar o movimento processual e combater a morosidade nos tribunais federais de apelação.

Em conclusão do programa de intercâmbio profissional nos EUA, recebi o grau de "Especialista em Direito Público e Administração Judiciária" pela *American University – School of International Service* (Washington, 2002). Na mesma época, pude frequentar o programa de mestrado da faculdade de direito da mesma *American University*, logrando obter, em 2003, o título de Mestre em Direito Público pela *AU - Washington College of Law (Program on Law and Government)*. Acredito que essa formação, voltada para as questões de administração pública e, particularmente, de administração judiciária, me habilita tecnicamente a integrar o Conselho Nacional de Justiça. Minha dissertação de mestrado foi realizada sob a orientação do professor da disciplina de *Administração Judiciária* do referido curso, que exercia

também, na época, o cargo de diretor adjunto do Centro Federal de Justiça dos EUA. Esse estudo envolveu a análise comparativa dos sistemas dos tribunais recursais do Brasil e dos Estados Unidos, sob a ótica dos respectivos modelos de gestão em momentos históricos de crescente movimento judiciário da instância recursal. Também efetuei, no mesmo estudo, a análise comparativa dos processos judiciários e das formas de gerenciamento dos problemas ligados à sobrecarga de movimento processual.

Por fim, penso ser importante, para efeito de habilitação técnica, a minha participação no movimento que ajudou a criar um sistema de formação judicial na estrutura do judiciário brasileiro. Realizei estudos e publiquei artigos sobre esse tema. Trabalhei na elaboração de programas de formação inicial e continuada de juízes, bem como na concepção de um planejamento estratégico-pedagógico, visando à consolidação de políticas públicas de formação de magistrados.

III - AFINIDADE INTELECTUAL E MORAL:

Ao buscar conhecimento especializado em Administração Judiciária desde, pelo menos, o ano de 2000, defini o foco da minha atuação institucional na função de magistrado. Estou entre aqueles que sustentam que o juiz contemporâneo não exaure a sua missão, como agente público, apenas na condução correta dos processos judiciais que lhe são atribuídos e na prolação das decisões dessas causas. Afino-me com a ideia de um Judiciário que compreende a importância social e política da sua tarefa; que age com visão consequencialista, ao atuar para que juízes e juízas sejam reconhecidos pela população como autoridades capazes dar resolução justa e equilibrada aos conflitos nascidos no seio da sociedade; que a jurisdição seja entregue em tempo razoável; e que a magistratura seja capaz de produzir o sentimento de que o Estado trata as pessoas sem desigualdade e conduz, enfim, à pacificação das relações sociais.

Há muitos anos defendo a ideia de que as ações administrativas tendentes a normalizar o movimento forense e conter o volume anormal de processos judiciais são bem-vindas e devem ser privilegiadas. No passado, ao defender a adoção de programas de conciliação no âmbito dos tribunais, afirmei desconhecer quem goste verdadeiramente de litigar em juízo. Repugna-me a ideia de uma sociedade consumida em permanente crise de litigiosidade. Dentre os deveres éticos da magistratura, incluo a necessidade de trabalhar para evitar o risco da instalação de uma estrutura judiciária que acabe por trabalhar para si mesma e venha a consagrar uma deformação da burocracia no lugar da simples e efetiva realização da justiça. Para os que se utilizam de forma abusiva dos formalismos do processo judiciário, visando obter ganhos em detrimento de adversários mais fracos, a melhor resposta está no avanço da administração judiciária e na boa formação dos seus juízes.

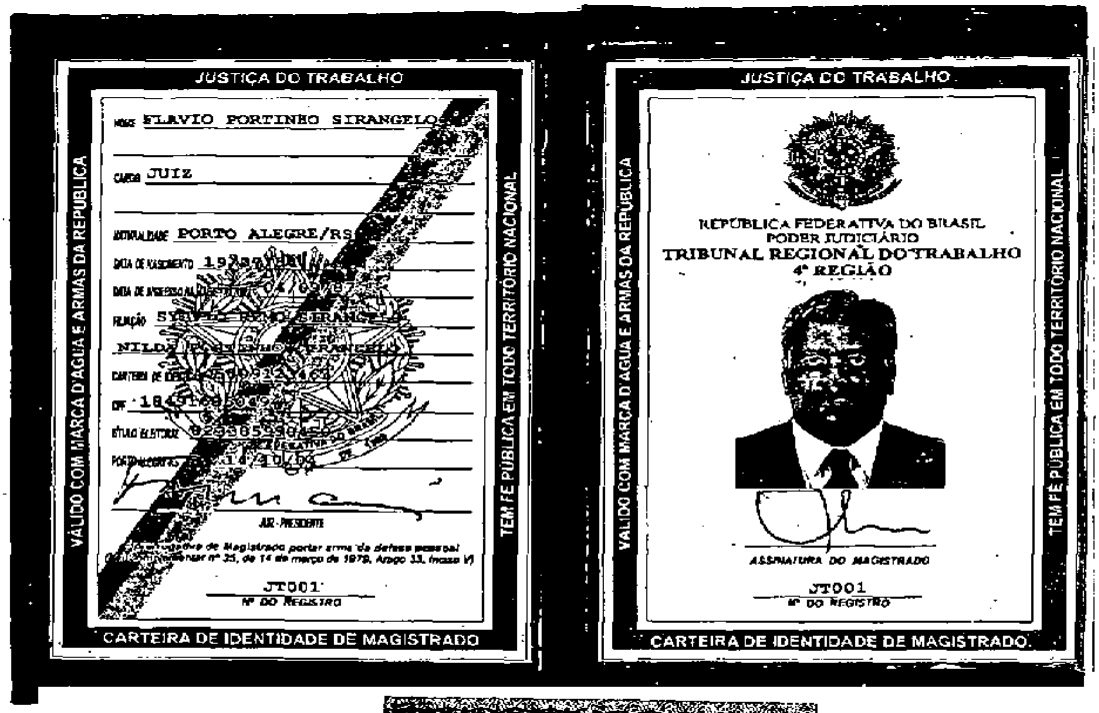
Em conclusão, sinto-me plenamente afinado, seja no aspecto moral quanto na perspectiva intelectual, com as altas responsabilidades da função de conselheiro do CNJ porque sempre defendi uma visão inovadora para as funções do Poder Judiciário e sempre procurei praticar e difundir esse ideal na atividade cotidiana. Os juízes e juízas dos tempos de hoje são as autoridades públicas que devem ter compromisso com outras obrigações, além da atuação como prolatores de sentenças. Conduzi a minha trajetória nos últimos anos em harmonia com esse pensamento, segundo o qual, ao juiz são indispensáveis a capacidade argumentativa e operacional; o equilíbrio psicológico; a compreensão do seu dever gerencial, do qual dependem a credibilidade e a independência da função judicial; e por fim, o dever ético.

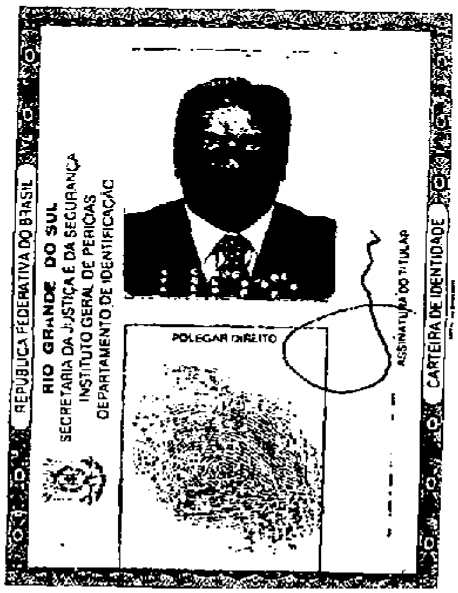
Esses valores me inspiram na atuação de administração judiciária e me autorizam afirmar que ostento as condições de afinidade moral e intelectual em relação às atribuições do Conselho Nacional de Justiça.

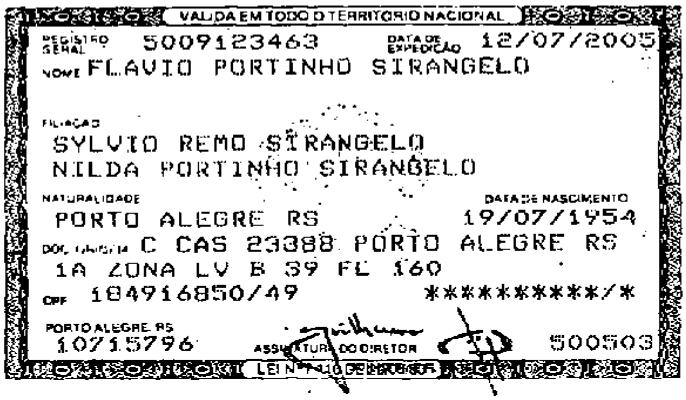
Porto Alegre, 29 de maio de 2013.



FLAVIO PORTINHO SIRANGELO


JUSTIÇA DO TRABALHO
VÁLIDO COM MARCA D'ÁGUA E ARMAS DA REPÚBLICA
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
NOME FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
CARGO JUIZ
NATURALIDADE PORTO ALEGRE/RS
DATA DE NASCIMENTO 19/07/1954
FILIAÇÃO SYLVIO REMO SIRANGELO
NILDA PORTINHO SIRANGELO
CPF 184916850/49
TÍTULO ELEITORAL 023885/30/0160
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5009123463
EXPEDIDA EM 12/07/2005
DIR.-PRESIDENTE
JT001
Nº DO REGISTRO
CARTEIRA DE IDENTIDADE DE MAGISTRADO
JUSTIÇA DO TRABALHO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
4ª REGIÃO
ASSINATURA DO MAGISTRADO
JT001
Nº DO REGISTRO
CARTEIRA DE IDENTIDADE DE MAGISTRADO


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
POLEGAR DIREITO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 5009123463
DATA DE EXPEDIÇÃO 12/07/2005
NOME FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
FILIAÇÃO
SYLVIO REMO SIRANGELO
NILDA PORTINHO SIRANGELO
NATURALIDADE
PORTO ALEGRE RS
DATA DE NASCIMENTO
19/07/1954
DOC. ORIGEM C CAS 23388 PORTO ALEGRE RS
1A ZONA LV B 39 FL 160
CPF 184916850/49
**********/*
PORTO ALEGRE RS
10715796
ASSINATURA DO DIRETOR
500503
LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares e Cícero Lucena enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, desde 2009, a China tem sido o principal parceiro comercial do Brasil. As relações sino-brasileiras, de um modo geral, seguem em bom ritmo, como pode ser comprovado pela assinatura do "Plano de Ação Conjunta Brasil-China", para o período de 2010 a 2014, que define objetivos, metas e orientações para a cooperação bilateral em diversos campos.

As mútuas visitas dos dirigentes máximos dos países constituem, também, uma forte evidência dos elos que nos aproximam, bem como a criação do chamado "Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China", o qual objetiva estimular e acelerar a implementação dos próximos acordos a serem celebrados entre os dois países.

Brasil e China, no mês de março, por meio de seus bancos centrais, assinaram acordo de troca de divisas (*swap*) de moeda local no montante de 60 bilhões de reais, válido por três anos e com possibilidade de renovação. O objetivo é proteger as operações comerciais e os investimentos entre os dois países das oscilações do dólar.

O gigante chinês é o maior comprador de commodities brasileiras, entre elas a soja. A China compra 70% da soja brasileira. No último ano, ela importou 27 milhões de toneladas de soja do Brasil e, em 2013, deve passar de 30 milhões de toneladas.

Entre os dias 15 e 25 de abril, tive a oportunidade de desenvolver uma intensa agenda na China. No exercício da diplomacia parlamentar, nos reunimos com representantes do setor privado e governamental chinês para discutir quais as tendências de futuro do mercado chinês.

Em reunião com a COFCO, uma empresa Estatal muito importante na China e que compra muita soja do Brasil, seu executivo, Cheng Muping, nos informou que nesta safra tiveram um impacto muito grande nos carregamentos brasileiros e isto os deixa muito preocupados. Pediu-nos claramente para que fossem feitos investimentos urgentes nos portos brasileiros e completou dizendo que a partir de março a fila nos portos brasileiros cresceu muito, com relatos de espera de mais de 60 dias o que causou a paralisação da fabrica de esmagamento da COFCO na China.

Cheng Muping nos disse que a demanda chinesa seguirá crescendo e que a demanda por ração esta fortemente aquecida e a China deve importar mais de 64 milhões de toneladas de soja no próximo ano.

Segundo ele, a demanda por milho também cresce fortemente, e a China pode já no curto prazo importar 15 milhões de toneladas de milho.Colaborando com essa informação, as projeções do USD A apontam que em 10 anos a China superará o Japão e o México e se tornará a maior importadora mundial de milho, demandando 20 milhões de toneladas do cereal.

Srªs e Srs. Senadores, em todas as reuniões de que participei pude constatar que há um grande interesse em intensificar a compra da soja e do milho brasileiros. Todavia, ficou evidente que os chineses temem que as nossas conhecidas dificuldades logísticas inviabilizem o cumprimento desses contratos.

O cancelamento de encomendas representa não apenas prejuízo material imediato, mas impacta negativamente nossa credibilidade e afugenta novos negócios, o que nos faz perder fatias de mercado que custamos muitíssimo para conquistar.

O "apagão" logístico é uma dura realidade. O custo do frete em relação ao valor da carga é elevado para os padrões internacionais. O frete brasileiro responde, hoje, por algo entre 15% e 18% do valor da carga. Para efeito de comparação, esse mesmo frete custa, nos Estados Unidos, 6% ou 6,5%.

No caso da soja, deparamos com uma situação inusitada: Na fazenda, a soja brasileira é mais competitiva que a norte-americana. Mas a partir do momento em que ela é embarcada em um caminhão e chega ao porto, ela passa a custar mais caro por causa das deficiências da infraestrutura.

Além da falta de investimentos no setor de transporte de cargas, lidamos com a ausência de competição real, o que encarece o custo do frete. De acordo com a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (APROSOJA), o custo para escoar soja pelo terminal ferroviário da América Latina Logística (ALL) em Alto Taquari, no sul do Mato Grosso, cresceu 30% neste ano.

Quanto ao transporte rodoviário, basta citar um dado: na safra passada, cada tonelada transportada entre a cidade de Sorriso e o Porto de Santos custou 195 reais. Este ano, o preço está em 320 reais!

A situação dos portos brasileiros ilustra bem o quadro dramático da infraestrutura em nosso País. O caos no porto de Santos gerou atrasos de 30 a 60 dias nos embarques, o que acarretou severas perdas.

O Governo Federal constituiu um grupo de trabalho interministerial para tratar emergencialmente do tema. Tomara que os Ministros dos Transportes, César Borges, e da Secretaria Especial de Portos, José Leônidas de Menezes Cristino, estejam atentos e empenhados em resolver a questão.

No médio prazo, faço votos que as medidas anunciadas pela Presidenta Dilma Rousseff para promover a redução do Custo Brasil, medidas como o Programa de Investimentos em Logística -Rodovias e Ferrovias, surtam efeito.

O Programa prevê a concessão à iniciativa privada de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias federais — entre modais antigos e outros ainda a ser construídos. São previstos, ainda, investimentos de 133 bilhões de reais ao longo de 25 anos, sendo 79,5 bilhões de reais apenas nos primeiros cinco anos.

Sr. Presidente, o setor portuário está a merecer uma profunda modernização. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinará, até 2014, R$ 5 bilhões e 200 milhões em 66 obras. As estimativas são de que a iniciativa privada invista entre 20 e 25 bilhões de reais no mesmo período.

Essa parceria é fundamental para assegurar os recursos necessários para modernizar os portos brasileiros, sem esquecer a implantação de um programa de inteligência logística, além de inovações abrangentes na regulação.

Srªs e Srs. Senadores, na tentativa de estreitar o canal de comercialização com empresários do gigante asiático e sanar a celeuma dos portos foram feitas visitas ao presidente da Câmara de Comércio de Importação e Exportação de Produtos Alimentares, Bian Zhenhu, ao diretor da Associação Nacional da Indústria Pecuária, Alimentação e Serviço da China, He Xintian, e a escritórios de negócios.

Além da agenda de Governo junto ao Vice-Ministro da Agricultura Niu Dun, que nos disse que existe uma forte preocupação da China com relação à segurança alimentar e que o país tem grande respeito pelo Brasil como parceiro.

O Vice-Ministro compartilhou um dado que nos chamou muita atenção. O Governo chinês estaria disponibilizando 100 bilhões de dólares para investimentos em agricultura fora da China.

Podemos vislumbrar que países com grande potencial de expansão agrícola e que tem grande carência de recursos, como Moçambique, por exemplo, seriam beneficiados com esses investimentos, como uma política de longo prazo de garantia de suprimentos de comida para os chineses.

Entretanto, o que nestas reuniões me deixou mais surpreso foi a mudança nos discursos dos chineses. Todos colocam a preocupação da China com relação à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental, e por isso nos foi questionado muito sobre o potencial brasileiro de crescimento da produção, mas que de forma alguma eles esperam que o Brasil desmate novas áreas.

E é claro que relatamos que essa não é uma intenção brasileira, e que temos muitas áreas abertas de pastagens onde à agricultura pode se expandir sem desmatar.

Nessas reuniões, buscamos atenuar algumas regras para uso de novas tecnologias agrícolas que têm prejudicado o setor exportador brasileiro.

Precisamos, Brasil e China, alinhar nossa perspectiva quanto à produção e ao uso de novas tecnologias agrícolas. Creio que, nesse sentido, avançaremos significativamente.

A viagem à China mostrou que a demanda chinesa por produtos alimentícios irá perdurar. No entanto, foi revelador constatar que há, no mercado chinês, abertura para a importação de grãos não-modificados geneticamente.

Para o produtor brasileiro, a notícia é boa, pois não temos problema em lidar com os dois segmentos: o da soja transgênica e o da soja convencional.

Srªs e Srs. Senadores, a China tornou-se o vetor do desenvolvimento econômico mundial. Estreitar as relações bilaterais com esse país é uma das chaves para o progresso brasileiro.

Por esse raciocínio, precisamos aperfeiçoar o sistema de transportes de cargas de modo a garantir a competitividade de nossos produtos.

Os investimentos em logística são vitais para que não percamos o passo rumo ao futuro.

Da China seguimos para a índia, onde fiquei surpreso com o contraste entre os dois países mais populosos do mundo, China extremamente organizada e a índia uma experiência intensa, que não consegue ser descrita, apenas vivida. Fiquei impressionado como os indianos conseguem conviver entre si com tantas religiões, dialetos e diferenças de classe.

Na embaixada brasileira tivemos uma reunião com a Pricewaterhouse discutindo sobre o mercado de carnes na índia.

Parece estranho a discussão do tema porque se pensa que a índia é vegetariana, ela já foi mais, uma mudança do habito alimentar indiano tem ocorrido em uma população de 1,2 bilhões de indianos que estão melhorando financeiramente e com isso passam a comer mais, e buscam por proteínas.

O indiano Mudit Agrarwal da Pricewaterhouse (PwC) nos fez um relato detalhado sobre a evolução do mercado de carnes na índia o que nos interessou muito principalmente pela perspectiva da índia se tornar um grande importador de alimentos, e isto se mostrou factível, afinal processo semelhante observamos na China que em dez anos se tomou um grande importador de alimentos, e a índia inicia o mesmo processo.

Na índia as redes de supermercado começam a ser implantadas, e isto é muito positivo uma vez que a falta de infraestrutura de comercialização de carne prejudica seu consumo, a maioria da carne ainda é comercializada em pequenos açougues.

É importante salientar que 32% da população indiana é vegetariana e apenas 30% da população que não é vegetariana consome carne regularmente, sem falar que nenhum indiano da religião Hindu que é 80% da população consome carne na terça feira. Carne de vaca, nunca!

A indústria aviaria tem crescido muito na índia, eles possuem um lobby muito forte, o que faz com que o mercado de aves seja fechado, com taxas muito altas para importação, mas é claro que isto deve mudar assim que eles não forem autossuficientes.

Esta proteção faz com que a indústria nacional de aves tenha uma margem alta. Para termos uma idéia a carne de frango fresca custa U$/ 4,00 o Kg e a processada U$/ 12,0.

Quando olhamos para o mercado atual não vemos nenhum mercado para soja na índia, afinal eles produzem anualmente algo em torno de 11 milhões de toneladas. O que é suficiente e sobra ainda para exportar. 60 % do farelo de soja produzido na índia é exportada.

E importante olharmos os números, a área agrícola da Índia não tem como crescer, a população está mudando seu habito alimentar e com isto o consumo de soja tem crescido em 6% ao ano, como a produção não cresce, em breve teremos ai um potencial importador.

A índia é a população que mais cresce no mundo. Já são 1,22 bilhões de habitantes, com uma renda per capita de U$/ 1.200. A renda é baixa, mas dobrou nos últimos 5 anos, com um Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu de 11% em 2012.

Com isso o setor aviário cresce 15% ao ano e de ovos cresce 7% a.a. Somado a isto, temos ainda o mercado de leite que cresce 8% ao ano. A índia produz 13% do leite do mundo e o consome. Apenas 20% do rebanho leiteiro indiano recebe ração.

A média anual de consumo de carne por indiano é de 3,3 kg, e a de ovos, é de 57 unidades. O Instituto Nacional de Nutrição da índia recomenda a média de 11 kg de carne a.a. e de 180 ovos. Vale ressaltar que em 2003 o consumo de carne era de 1,4 kg/habitante. Nota-se então, um crescimento de 135%. Com base nisso, os institutos projetam que nos próximos 10 anos a media de consumo de carne por Indiano supere os 11 kg.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PR – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, participei nesta manhã, no Palácio do Planalto, da cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/14. A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, anunciaram que serão disponibilizados R$/ 136 bilhões para a safra 2013/14, um aumento de 18% em relação ao crédito disponibilizado no último plano, O valor está dividido em R$/ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização, e R$/ 38,4 bilhões para os programas de investimento.

O plano foca em investimentos para melhorar a logística e a infraestrutura, com a disponibilização de R$ 25 bilhões para construções de armazéns privados nos próximos cinco anos, com prazo de pagamento de 15 anos. Outros R$/ 500 milhões serão gastos para modernizar e dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, terá R$/ 6 bilhões, e a agricultura irrigada, R$ 400 milhões.

O valor disponibilizado para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) é 18,4% superior aos R$/ 11,15 bilhões previstos na safra 2012/13, chegando a R$ /13,2 bilhões. E os limites de empréstimo para custeio passaram de R$/ 500 mil para R$/ 600 mil, enquanto os de investimento subiram de R$/ 300 mil para R$/ 350 mil. E o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que financia tecnologias com menor impacto ambiental, teve seus recursos aumentados de R$/ 3,4 bilhões para R$/ 4,5 bilhões.

Outros marcos do plano são a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e o Programa Inovagro, que deve destinar R$/ 3 bilhões para o agronegócio, com R$/ 2 bilhões para pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos e R$/ 1 bilhão para que os produtores rurais incorporem novas tecnologias.

Com esses investimentos a agricultura brasileira terá um crescimento excepcional e continuará colaborando significativamente para o PIB brasileiro, como já registrado no primeiro trimestre do ano. De acordo com dados do IBGE, a agropecuária cresceu 17% em

relação ao primeiro trimestre de 2012 e 9,7% frente ao quarto trimestre do ano passado. O agronegócio brasileiro é responsável pela geração de 35 milhões de empregos.

Durante a cerimônia, a Presidenta Dilma antecipou que fará o lançamento, na próxima semana, do Plano Safra do Semiárido Brasileiro, que tem características específicas ligadas à questão da seca, Com relação à dívida dos produtores rurais do Semiárido, serão formalizadas quatro medidas principais, em parceria com o Congresso Nacional:

> (1) suspensão das execuções das dívidas contratadas junto ao Banco do Nordeste e aos demais bancos, com a suspensão dos prazos processuais até dezembro de 2014;
> (2) concessão de um desconto de até 85% para liquidação de operações de crédito rural contratadas até 2006, com valor final de até R$ 35 mil reais;
> (3) composição de dívidas contratadas até 2006, cujo valor original era de até R$ 200 mil reais, em até 10 anos, com taxas de juros e recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE);
> (4) renegociação das operações contratadas a partir de 2007 e que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, em até 10 anos, com 3 anos de carência.

Eu gostaria de destacar, também, a aprovação, na manhã de hoje, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em caráter terminativo, do projeto do Senador Vital do Rego (PLS 688, de 2011) que perdoa a dívida de crédito rural de agricultores familiares e pequenos produtores da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Serão perdoadas as dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2001, no valor original de até R$ 35 mil, e serão suspensas as execuções judiciais relativas a essas operações de crédito. Essa medida beneficiará cerca de 50 mil pequenos produtores nordestinos que residem em áreas atingidas pela seca prolongada na região. O perdão da dívida tem como objetivo garantir a retomada das atividades agrícolas na região.

A convivência com a seca na região do Semiárido depende, conforme as palavras da Presidenta Dilma, na solenidade de hoje, com as quais estamos de acordo, de ações de promoção da segurança hídrica associadas a ações de promoção da segurança produtiva. Nesse sentido, é fundamental que o Plano Safra do Semiárido esteja associado às medidas que assegurem água em caráter sistemático para a região, como a construção de canais, adutoras, barragens, cisternas etc. Ambas as linhas vêm sendo desenvolvidas pelo Governo, através das ações dos diversos ministérios, notadamente o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional.

A Presidenta Dilma demonstra, com isso, que seu compromisso com os produtores do Nordeste é irrestrito, que compreende a situação grave que afeta a região e faz todos os esforços para superar esse quadro e minorar os impactos da seca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, irei apresentar uma emenda à Medida Provisória n° 617, de 2013, que zera o pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de empresas de transporte coletivo urbano.

Os problemas de trânsito constituem um dos indicadores mais expressivos do custo Brasil, denominação conferida, como é de conhecimento de todos, a efeitos negativos das dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas sobre os investimentos e produção no País.

Talvez nenhum outro componente da cesta de indicadores do custo Brasil seja tão intensamente sentido no cotidiano do habitante das grandes metrópoles quanto os problemas de congestionamento do trânsito.

Nas grandes cidades, a perda de mobilidade urbana tem sido precificada. Segundo dados de estudo da FGV, atualizados em 2013, o custo do trânsito representa aproximadamente 8% do PIB da cidade, totalizando algo em tomo de 40 bilhões de reais por ano. O cálculo cobriu os gastos com combustível, tratamentos de saúde e comprometimento de tempo de trabalho.

Considerando as altas cargas de impostos a que o povo brasileiro tem sido submetido, qualquer atitude de desoneração de impostos será bem recebida, não tenho dúvidas, no Parlamento brasileiro.

Pensando nisto, apresentei o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 242, de 2012, que instituía o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (RETRANSP).

Com efeito, o escopo da minha proposta era bem mais abrangente do que a MP em comento. Mas constava dela, Senhoras e Senhores Senadores, a mesma sugestão apresentada pelo Governo nesta MP, ou seja, a desoneração de impostos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a recei-

ta decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros.

Faço o registro para fundamentar a apresentação de minha emenda à MP n° 617, de 2013, nos mesmos termos da proposta que ofereci no ano passado, pois o RETRANSP contempla de forma mais efetiva a solução do problema, apresentando a qualidade adicional de ser mais completo e abrangente.

Aproveito para relembrar o argumento da justificação de minha proposta. Instituir o RETRANSP, esse regime especial de tributação, constitui um primeiro passo em direção à racionalização e modernização das modalidades rodoviária e ferroviária do transporte coletivo de passageiros, incluindo nesta última o importante setor metroviário, por meio da desoneração tributária da cadeia produtiva de ônibus, vagões, peças, equipamentos e mesmo combustíveis, de forma que os empreendedores do setor se vejam estimulados a renovar e ampliar a frota disponível, oferecendo transporte de massa com qualidade e a preços convidativos.

Considerem, Srªs e Srs. Senadores, como os representantes do PSDB têm oferecido propostas conseqüentes para a solução dos grandes problemas nacionais.

O Governo da Presidenta Dilma, passados mais de dois anos de gestão, carente de soluções criativas para a estagnação econômica acompanhada do fantasma da inflação – alguns já falam, inclusive, de estagflação – apropria-se das idéias da oposição, sem, contudo, reconhecer o seu mérito, pois recusa-se a debater, no Parlamento, por meio da tramitação natural das proposições legislativas.

O Governo apropria-se, descaradamente, das propostas da oposição. Não reconhece, com isso, o crédito das propostas. E legisla por meio de MPs, não propiciando que as mesmas propostas fossem aperfeiçoadas e melhoradas, com a colaboração de seus respectivos autores, por meio da tramitação de projetos de lei, segundo o rito o legislativo natural. Se são reconhecidas a relevância e a urgência do tema, que solicite a tramitação do projeto já existente nos regimes previstos no Regimento da Casa.

Finalizo com este protesto para convidar o Governo a debater as soluções para os grandes problemas nacionais na arena mais adequada, o Parlamento, por meio de ritos processuais que evitem os atropelos desnecessários das MPs. Parece certo que este é um caminho para que as relações entre os poderes Executivo e Legislativo, bastante estremecidas pela falta de habilidade política e excessivo centralismo do Governo atual, sejam mais produtivas para que alcancemos as soluções que o Brasil precisa para atravessar a crise, que, a cada dia que passa, assume aspecto mais ameaçador.

Como segundo assunto, gostaria de registrar que a segurança pública implica sérios riscos aos agentes responsáveis por proporcioná-la, podendo ocorrer que alguns percam aquilo que o homem pode considerar como o bem mais valioso, inestimável mesmo: a própria vida. São os policiais civis e militares que se empenham em garantir segurança e tranqüilidade que acabam por transformar-se em vítimas, em muitos casos, em razão dos perigos decorrentes de suas atividades.

O mesmo ocorre com os bombeiros militares, os soldados do fogo, que, no afã de salvar vidas de pessoas que se encontram em perigo, ou mesmo de evitar grandes danos patrimoniais públicos ou privados, acabam por expor-se e sucumbir justamente na atividade que exercem como um dever.

Nossa Carta Magna, visando garantir a segurança do cidadão, assim estabeleceu:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I – polícia federal;
> II – polícia rodoviária federal;
> III – polícia ferroviária federal;
> IV – polícias civis;
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Os profissionais dessas áreas, portanto, estão a serviço do Estado. Assim, entendo que, quando perdem suas vidas para proteger ou salvar cidadãos, exercendo atividades por si perigosas, cabe ao poder público retribuir, de alguma forma, as famílias, das quais foi retirada, geralmente de forma abrupta, a convivência de seus entes queridos que se encontravam no exercício do dever de Estado de proteger as pessoas.

Foi pensando nas famílias desses profissionais aos quais cabe garantir o bem-estar e a tranqüilidade dos cidadãos que tomei a iniciativa de apresentar uma proposição, certamente com o apoio de um terço dos nobres Colegas, cuja ementa está assim redigida: "Altera a Constituição Federal para prever o pagamento de indenização à família de policiais e bombeiros mortos em decorrência de sua atividade profissional."

Essa proposição foi registrada para tramitar no Congresso Nacional com a denominação de Proposta de Emenda à Constituição n° 27, de 2013.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como as polícias militares e os corpos de bombeiros estão vinculados ao poder público estadual, enquanto os demais órgãos são federais, o texto da PEC n° 27, de 2013, prevê que "leis da União e dos Estados instituirão indeni-

zação à família dos policiais civis e militares mortos em decorrência de sua atividade profissional, cujo valor não será inferior a dezoito vezes a respectiva remuneração".

Certamente não se pretende, com esse dispositivo, estabelecer um valor para a vida desses profissionais. Já afirmei, logo de início, que o valor da vida humana é inestimável. As pessoas que exercem essas atividades também conhecem de antemão os riscos inerentes.

Trata-se, isto sim, de permitir que os policiais e bombeiros possam exercer as suas funções com maior tranqüilidade, sabendo que suas famílias terão condições de conduzir a sua vida, na hipótese de serem mortos em serviço. Creio que isso se justifica ainda mais quando se observa que dificilmente alguma seguradora se prestará a contratar seguros de vida para esses profissionais, pelo fato de considerarem os riscos extremamente elevados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Alguns Estados já estão se antecipando à norma pretendida com a PEC n° 27, de 2013. Em São Paulo, em conseqüência de ataques repetidos a policiais, com 84 mortes até aquele momento, o governador declarou, em outubro do ano passado, que os familiares de policiais assassinados deverão receber seguro de 100 mil reais.

Não existem estatísticas confiáveis sobre o tema, mas, conforme o que se pôde apurar, morre um policial a cada 32 horas aproximadamente no Brasil. Esse é o resultado de levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, com informações das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em matéria publicada em 31 de outubro de 2012. Até essa data, já haviam perdido suas vidas 229 policiais, apenas no ano corrente. Nesse levantamento não estão computadas as ocorrências dos órgãos federais, o que, certamente, contribuiria para engrossar essa estatística.

Srªs e Srs. Senadores, não é justo que aqueles que oferecem suas vidas para proporcionar segurança aos semelhantes deixem suas famílias em dificuldades de sobrevivência quando perecem em serviço. Já não basta a falta que farão? A convivência de que privarão a família?

O que está proposto na PEC não substitui e não compensa a vida humana que se foi. É uma indenização que não pode ser inferior ao valor de 18 remunerações. O Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 43% por cento das vítimas fatais, definiu o valor do seguro por morte em 100 mil reais, mas o Governador declarou que, mediante um novo projeto a ser encaminhado, esse valor poderá alcançar 200 mil reais.

Creio que nenhum dos nobres Colegas será contrário à aprovação dessa PEC, que considero um grande avanço para o aperfeiçoamento da segurança pública e um estímulo para que mais pessoas participem das corporações de combate a incêndios e de salvamentos.

Quem arrisca suas vidas em defesa dos interesses de outros certamente não imagina deixar sua família ao desamparo. E ao poder público cabe o reconhecimento de que quem exerce uma atividade de risco certamente pode ter sua vida interrompida num instante, de forma imprevisível.

Assim, espero contar com a anuência dos nobres Colegas para a aprovação da PEC n° 27, de 2013, que está aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas bra-*

sileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*
Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

9
REQUERIMENTO Nº 449, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 449, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 259, de 2007; e 439, de 2012, por regularem matéria correlata (proibição de sacolas plásticas no comércio).*

10
REQUERIMENTO Nº 463, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 463, de 2013, do Senador Eduardo Braga, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concessão da aposentadoria especial ao trabalhador da construção civil).*

11
REQUERIMENTO Nº 470, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 470, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (manutenção do contrato de trabalho em caso que especifica).*

12
REQUERIMENTO Nº 471, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 471, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 467, de 2003; 300, de 2004; 74, 94, 105, 147, 292, 365, 447, 470, 681, de 2007; 135, 138, 364, 465, de 2008; 46, 242, 568, de 2009; 18, 81, 158, de 2010; 76, 98, 354, 569, de 2011; e 128 de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução da base de cálculo do Imposto de Renda com medicamentos).*

13
REQUERIMENTO Nº 472, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 472, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 12 e 523, de 2011, por regularem matéria correlata (dedução da base de cálculo do Imposto de Renda com medicamentos).*

14
REQUERIMENTO Nº 478, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 479, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp e Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (renúncia à aposentadoria).*

15
REQUERIMENTO Nº 479, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 479, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp e Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos, respectivamente (renúncia à aposentadoria).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012, ADOTADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, COM O OBJETIVO DE COMPENSAR PERDAS DE ARRECADAÇÃO DECORRENTES DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - ICMS, INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2013, ÀS 15H, NO PLENÁRIO Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quarenta minutos do dia sete de maio de dois mil e treze, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Cunha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 599, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Walter Pinheiro, José Pimentel, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Eduardo Amorim, Casildo Maldaner, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro; e dos Deputados Josias Gomes, Lelo Coimbra, César Halum, Hugo Napoleão, Vaz de Lima, Esperidião Amin, Ronaldo Caiado, Milton Monti, Paulo Foletto, Dr. Jorge Silva, Osmar Júnior, Henrique Fontana, Colbert Martins, Sandro Mabel, Onofre Santo Agostini e Glauber Braga. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião da Comissão Mista. Colocada em votação, a ata é aprovada. Em seguida, é apresentado o Requerimento nº 2, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, que nos termos do art. 235, inciso III, e, combinado com o art. 252, inciso IV, do Regimento Interno, combinado com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso, requer a retirada de pauta da Medida Provisória 599, de 2012. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado e ao Senador Eduardo Braga para encaminhamento, respectivamente, a favor e contrariamente ao requerimento. Colocado em votação, o requerimento é rejeitado. Em seguida, o Deputado Ronaldo Caiado solicita a verificação de votação nominal do requerimento. Realizada a votação nominal e apurado o resultado pela Presidência, o requerimento é rejeitado por onze votos contrários e cinco votos favoráveis. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Walter Pinheiro, que procede à leitura do Relatório. Às dezesseis horas e vinte minutos, assume a Presidência o Senador Romero Jucá, Vice-Presidente da Comissão Mista. Após a leitura do relatório do Senador Walter Pinheiro, a Presidência declara que concederá vista coletiva da matéria e suspenderá a reunião. Em seguida, às dezesseis horas e trinta e três minutos, o Deputado Ronaldo Caiado apresenta questão de ordem contra a suspensão da sessão. Faz uso da palavra ainda, o Senador Randolfe Rodrigues. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, a Presidência suspende a reunião, remarcando a reabertura desta para o dia nove de maio, às dez horas. Às dez horas e vinte e sete minutos do dia nove de maio de dois mil e treze, sob a

Presidência do Senhor Senador Romero Jucá, é reaberta a reunião. O Relator, Senador Walter Pinheiro, apresenta complementação do voto proferido no dia sete de maio. Fica concedida vista coletiva, nos termos dos §§ 1° e 4° do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta os Requerimentos de Destaque nºs 19 a 25. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e o Deputado Ronaldo Caiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Eduardo Cunha, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado EDUARDO CUNHA
Presidente
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para proceder à leitura do relatório.

Antes, há sobre a mesa, um requerimento. Como não podemos ainda apreciar o requerimento, pois não há quórum regimental para apreciação de requerimento, a discussão da matéria pode ser feita.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente, para o requerimento já há quórum regimental para apreciação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, já há quórum regimental para a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Há quórum para abrir, mas não há quórum para apreciar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já há quórum para apreciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Flexa, não há quórum para apreciação, tanto que nem estou submetendo à apreciação da ata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, não são 8 Srs. Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O Caiado assinou?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Completou o quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Completou o quórum?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Completou, podemos apreciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, atingido o quórum para deliberação, em primeiro lugar, submeto, antes de qualquer requerimento, a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e irá à publicação.
A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.
Há sobre a mesa um requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2

Nos termos do art. 235, inciso III, e, combinado com o 252, inciso IV, do Regimento Interno, combinado com o 151 do Regimento Comum do Congresso, requeiro a V. Exª a retirada de pauta da Medida Provisória 599, de 2012.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Com a palavra o Deputado para encaminhamento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a solicitação de retirada de pauta é devida a esse impasse que está criado hoje. Todos nós temos de reconhecer que essa Medida Provisória que dá sustentação, condições para que a Resolução nº 1 do Senado seja aplicada, é uma situação totalmente desastrosa. Quero, Sr. Presidente, chamar a atenção dos Colegas, porque muitos, realmente, não estavam atentos para o quanto essa Medida Provisória e essa resolução vão desestabilizar a economia dos Estados e vieram com a tese dos Fundos, do Fundo de Compensação e do Fundo de Investimento.

Quero deixar mais claro: eu quero perguntar a todos sobre as consequências sociais; esse é um ponto que não está sendo discutido. Qual é a consequência hoje de implantarmos a Resolução nº1, de 2013, diante dessa fragilidade completa dos Estados, principalmente daqueles que têm um PIB menor? É exatamente isso que pondero ao Relator. Não podemos admitir essa alteração de 12% para 7%, porque não temos como sobreviver. Não é diferente Goiás do Ceará, da Bahia, do Pará; não é diferente de todos esses outros Estados. O que estamos vendo, Senador, é que estamos aqui sendo iludidos. Isso não é uma reforma tributária, isso é muito mais uma estratégia política. A estratégia é de concentrar nas mãos da Presidente da República o total controle do país. Hoje, como é política do atual Governo dizer que o BNDES vai fazer com que tantas empresas sejam guindadas à condição de empresas vencedoras, campeãs, aquela tem todo o aporte do BNDES; o restante vai, infelizmente, para o sacrifício.

O que é que o Governo está criando com essa Medida Provisória e a Resolução nº 1? Está criando uma situação em que todos os demais Estados, com exceção de São Paulo e de alguns Estados do Sul, estarão 100% inviabilizados de fazer uma política estadual e de terem ali as indústrias implantadas para haver qualidade de vida naqueles Estados. Ora, com isso o Estado vai ficar dependente de um repasse do Governo Federal. Ele não terá mais

autonomia de lutar por um PIB, de resgatar cidadania, de fazer investimento social; nada disso vai acontecer com ele. E ele vai ficar na mão de quem? Ele vai ficar na mão exatamente da Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Concluindo, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A Presidente, como no BNDES, ela vai escolher quais são os Estados que vão sobreviver e os que não vão. Ele vai declarar apoio ao projeto político do Governo Federal? Vai. Então dê a ele umas migalhas para que possa sobreviver. Não, ele não apoiou politicamente o Governo; então retire dele todos os benefícios. Ele está nas mãos da União!

Então a pergunta que eu faço aos Senadores e aos Deputados é a seguinte: como é que nós vamos aceitar fazer uma reforma tributária por Medida Provisória, assistindo ao que nós estamos assistindo hoje? E eu pergunto qual é a empresa – não é só de Goiás –; por exemplo, a Alpargatas, lá do Ceará: são 25 mil empregos que serão colocados na rua, porque eles vão para a China.

Eu assisti, Presidente, no meu Estado... Senador, a Unilever inaugurou uma empresa em Rio Verde, toda sofisticada; o que havia de mais moderno foi implantado lá na cidade de Rio Verde. Ora, por questão de custos, simplesmente deixaram aquele imóvel lá e foram fazer o esmagamento da cidade de Goiânia.

A Perdigão, em Rio Verde, ela vai continuar lá por quê? A pesquisa que foi feita para a Perdigão mostrou que, em todas as pesquisas – e trouxeram analistas de fora –, ela tinha que ser implantada em Campinas, São Paulo. Por que a Perdigão foi implantada em Rio Verde? Porque havia um incentivo fiscal. Agora, não havendo o incentivo fiscal... É lógico que a Perdigão não vai dizer isso hoje; ela não vai deprimir ali todos os funcionários que estão trabalhando. Mas no momento em que retirar de 12% para 7%...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Concluindo, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) –... a Perdigão imediatamente se transfere para Campinas, São Paulo, porque ela não vai ficar em um local onde não será competitiva e não terá como vender em um mercado consumidor como São Paulo e Sul.

Então essa posição, Presidente... Eu sei da responsabilidade de V. Exª como Presidente da Comissão Especial, mas é um tema extremamente relevante; é uma matéria que não dá para ser tocada da maneira como está sendo tocada: o Governo quer, os Parlamentares dizem amém.

Agora, só no meu Estado são 396 mil desempregados – 396 mil desempregados –; no Ceará, na Bahia, no Espírito Santo, no Tocantins, quantos mais nós teremos? Por que é que vai ficar no Tocantins uma empresa hoje, qual é o motivo de ficar no Tocantins?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, vamos para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Então, para concluir, Presidente, a solicitação para a qual eu peço o apoio de todos é para a aprovação do requerimento de retirada de pauta, para que possamos, aí, sim, baseado em um projeto bem estruturado, mostrar que incentivo fiscal não é crime, não é guerra. Guerra é a União que está promovendo entre os entes federados. O que nós queremos aqui é elaborar um raciocínio, um projeto que seja capaz de dizer aquilo que a OMC diz e o que a União Europeia diz: temos que desenvolver as regiões mais pobres do País. Não é concentrar sobre o eixo mais rico do Brasil, inviabilizando uma política que deu certo até hoje.

Por isso, Presidente, peço apoio para retirarmos de pauta a Medida Provisória e trazermos aqui um projeto de lei que seja capaz de se adequar ao desenvolvimento do País e à sobrevivência dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, antes de eu levar à votação o requerimento, eu queria ponderar a V. Exª que o mais prudente seria que a gente lesse o relatório e não o apreciasse hoje, até para que houvesse conhecimento oficial, pois a resolução foi votada hoje, na CAE. Então, a gente não pode descolar tanto dos princípios, sob pena de o instrumento de defesa, que é o Fundo de Compensação, ficar descolado da prática. A prática da mudança do ICMS não está sendo feita aqui, não, está sendo feita na resolução no âmbito do Senado. Logo, eu diria que, por mais nobre que seja o objetivo de V. Exª, está, de certa forma, jogando contra o que V. Exª mesmo defendendo. Eu queria fazer-lhe essa ponderação de quem está buscando um equilíbrio, mas, se V. Exª insistir, eu vou levar à votação. Mas eu entendo que V. Exª está jogando contra seu interesse.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para complementar, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Só para poder contraditar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Nós estamos debatendo como amigos, como companheiros.

O SR. – RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, é fundamental que as pessoas tomem conhecimento do que diz a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Mas essa resolução está sendo apreciada aqui. Este é outro foro.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não, eu estou sabendo. Calma, Presidente. Nós estamos com tempo hoje. Calma! Isso é muito importante. Não precisa haver votação de afogadilho.

O que diz o art. 4º? O art. 4º da Resolução – vejam bem... O Presidente pode dizer: "Olhe, Deputado, você precisa ler, porque se não... Nós

não estamos discutindo este assunto. Não é este assunto que está em jogo". Não, Presidente, pelo contrário. Eu sou uma pessoa estudiosa. Eu gosto de estudar.

Art. 4º...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – De quê? Da Resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Projeto de Lei nº 238:

> *Art. 4º A produção de efeitos desta Resolução fica condicionada [sabe a palavra condicionada?], cumulativamente, à aprovação de lei complementar que:*
> *I - disponha sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS e institua o Fundo de Desenvolvimento Regional, que serão considerados transferências obrigatórias a cada exercício, pelo período mínimo de vinte anos;*
> *II - defina em três quintos o quórum necessário para fins de celebração, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), de convênio entre os Estados e o Distrito Federal por meio do qual sejam disciplinados os efeitos de todos os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos, em todas as Unidades Federadas, sem aprovação daquele colegiado.*

Então, Presidente, quando nós estamos falando da Medida Provisória, nós estamos falando exatamente da condição de isto aqui poder ser aplicado. Se esta Medida Provisória não for aprovada, não adianta vir com essa ameaça que a Resolução nº 1 será aplicada, porque não o será.

É isto que estou dizendo claramente a todos os pares que aqui estão. Esse terrorismo foi feito: "Não há solução. Solução está dada. O Senado já decidiu. Acabou. Nós temos que dizer amém". Não, senhor. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O.k., Deputado. V. Exª já expressou seu posicionamento.

Alguém quer encaminhar contrário ao requerimento?

Senador Eduardo Braga, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é exatamente usando o argumento que V. Exª ainda há pouco apresentou e que, no nosso modo de entender, a leitura do Deputado Caiado vem exatamente reforçar. Veja, exatamente porque queremos assegurar que não haverá nenhuma perda na aprovação desta resolução é que nós estamos

condicionando a validade e a entrada em vigor desta resolução à aprovação dos Fundos de Compensação, que estão previstos exatamente nesta Medida Provisória. Ou seja, com relação à segunda parte do artigo lido pelo Deputado Caiado, ele foi emendado hoje pela Emenda nº 42 em um destaque de votação do Senador Dornelles e sofreu uma alteração, Mas, no que diz respeito à exigência da contrapartida do Fundo de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação aos Estados isso está efetivamente aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo ao nosso nobre Deputado Caiado, desta Comissão, porque entendo que a guerra fiscal tem sido, a meu juízo, um grande problema para a economia dos entes federados.

Veja, a convalidação dos benefícios concedidos, reivindicação de vários Estados, até por questão de segurança jurídica – e sei que o Estado de Goiás é um dos Estados que têm essa postulação – vem sendo também viabilizada. E, ao estabelecer essa condicionante também com relação ao Confaz, para que se resolva a convalidação, nós estamos resolvendo um problema de segurança jurídica de vários Estados, entre eles o Estado de Goiás, que tem vários benefícios fiscais concedidos e sobre o julgamento no Supremo Tribunal Federal, cuja súmula vinculante pode trazer graves e sérios problemas aos entes federados.

Portanto, estamos tratando aqui de uma matéria que é importante para a Federação, é importante para todos os entes federados e, não tenham dúvida alguma, de que permitir hoje a leitura do relatório pelo Senador Walter Pinheiro é dar um passo.

Nós não vamos votar hoje o relatório, Líder Caiado. Nós vamos ler o relatório, ouvir o relatório do Senador Walter Pinheiro, para que possamos dar prosseguimento a algo que, creio, está sendo extremamente discutido em ambas as Casas, sem nenhuma pressa. Nós não estamos aqui querendo atropelar, mas sabemos, a não ser que queiramos que a MP caia e que o Fundo de Desenvolvimento Regional não seja aprovado, que o Fundo de Compensação não seja aprovado.

Nós do Governo queremos ver aprovado o Fundo de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Compensação. Estamos dispostos a fazer a discussão nesta Comissão, no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado com relação aos percentuais, inclusive.

Agora, se nós não lermos o relatório, se nós inviabilizarmos, se nós ficarmos em obstrução e não permitirmos o avanço, quero entender e dizer aqui aos Srs. Parlamentares que, lamentavelmente, inviabilizaremos um passo importante, Deputado Caiado, porque creio que esta solução, a da convalidação dos benefícios, a questão de vincular a validade da resolução à MP é essencial para que nós possamos equilibrar as vantagens de uma resolução que visa

acabar com a guerra fiscal e trazer uma consolidação às questões tanto dos Estados quanto da economia brasileira.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não. Já encerrou o encaminhamento...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM/GO) – Tenho o tempo de Líder (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Pois não

O SR. RONALDO CAIADO (DEM/GO) – Obrigado.

Senador e Líder Eduardo Braga, V. Exª sabe que o Estado de V. Exª só sobreviveu e sobrevive hoje graças exatamente a uma condição de ICMS de 12%. Há uma renúncia fiscal na Zona Franca de Manaus de R$22 bilhões, enquanto a renúncia fiscal nas outras três regiões do País Norte, Nordeste e Centro-Oeste, chega apenas a 6,8 bilhões. Então, é lógico que, se eu estivesse na posição de V. Exª, garantindo os 12% para Manaus, Senador e Líder, eu estaria o mais tranquilo do mundo, calmo, querendo que essa medida provisória caminhasse tranquilamente aqui.

Agora, o que estou dizendo, em primeiro lugar, é que o Governo diz que vai me recompensar. Quem acredita nessa recompensa hoje, se já passamos por um fundo Kandir. Quem cai nessa história da Carochinha de achar que haverá repasse dessa verba? Isso é um engodo, é concentração de poder na mão da União. O que nós precisamos entender nesta hora é: isso aqui jamais foi guerra fiscal, isso é sobrevivência dos estados pobres da federação. Isso não tem nada de guerra fiscal. Isso é uma política de subsídio, de incentivo fiscal que é aceita pela OMC, que é aceita pela união europeia. Isso aqui não tem nada de ilegal. Baseiam-se em uma decisão unânime de um Confaz, uma decisão de 1984. Hoje se muda uma Constituição brasileira com três quintos, mas aqui tem que ser 100%.

Não há nenhuma base esse tipo de colocação, porque não haverá nenhuma insegurança jurídica. Por que nós não podemos identificar os Estados pelo seu PIB nominal? E aí o Estado do Amazonas vai poder dar subsídios de acordo com o PIB nominal. Por que não Goiás, que hoje tem um PIB maior do que o Amazonas, poderá maior subsídio? E assim gradativamente. Mas por que querer matar isso aqui, que foi exatamente a sobrevivência dos Estados?

Senador Eduardo Braga, se nós tirássemos hoje o subsídio de Manaus, aquela cidade iria ser, sem dúvida nenhuma, um dos maiores bolsões de pobreza do Brasil. Senador Eduardo Braga, analise o que vai ser da minha cidade, do Rio Verde. O que vai ser da minha cidade de Anápolis, o que vai ser na minha cidade de Catalão, de Itumbiara, que com muito esforço levaram essas empresas para lá. E se cair essa política de incentivo fiscal por ICMS, por que eles vão ficar lá? Não há nenhuma...

Vamos dizer que o Estado recebeu um incentivo ou senão até um repasse daquilo que deixou de ganhar, mas e o bolsão de miséria que foi instalado com essas indústrias, indo todos para São Paulo e para o eixo Sul? É essa a pergunta que tem que ser feita. Não podemos aceitar essa tese que isso é guerra fiscal não! Isso é incentivo fiscal.

E esta Casa deveria fazer o quê? Deveria legislar e poder dizer as condições de poder ser feito o incentivo fiscal por ICMS, inversamente proporcional ao PIB nominal. Essa sim seria uma postura da Casa. Agora não é transferir para a União o poder de resolver os problemas de todos os entes federados. Esse é o bom senso. Nós temos que legislar para a independência dos entes federados. Não é uma República única. Não é uma República em que amanhã, aqui de Brasília, resolverá se o cidadão pode pintar ou não a sua sala de cirurgia, a sua escola ou comprar uma cadeira para a sala de aula. O que nós precisamos é dar força aos municípios.

E isso que está acontecendo aqui, Sr. Presidente, é uma truculência com o meu Estado de Goiás, com o Ceará, com a Bahia, com a Paraiba, com todos os estados em desenvolvimento, como Pará de V. Exª, Senador.

Eu sei que o Rio de Janeiro isso aqui não afeta, e a São Paulo muito menos. Agora, para os Estados que estão crescendo hoje, eu pergunto: Qual é a política que poderá ser dada para uma empresa como a Perdigão vingar lá em Goiás? Para a Mitsubishi continuar em Catalão, para que as indústrias de fármacos continuem na Cidade de Anápolis?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Completar Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO – Então, para concluir Presidente é essa ponderação que quero fazer. Essa Medida Provisória não pode progredir na Casa. Nós não podemos admitir uma reforma tributária por medida provisória! O que nós temos é que criar uma legislação clara para dizer como os incentivos de ICMS podem dados no Brasil. Isso não é guerra fiscal, isso é soberania dos entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Concluindo.

O SR. RONALDO CAIADO – E é isso que eu pondero com cada um dos senhores aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eram essas as colocações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Muito obrigado, Deputado.

Em votação o requerimento do Deputado Ronaldo Caiado.

Os que forem favoráveis ao requerimento e a sua retirada de pauta permaneçam como se encontram; os que forem contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O.k. Nós vamos atender à solicitação do Deputado Ronaldo Caiado aplicando o Regimento Comum, o que vai implicar, se não houver quórum para deliberar, a suspensão do requerimento e continuidade da discussão.

Senado.

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – "Não".

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Suplentes:

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Ouvir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não.

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Jarbas Vasconcellos. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)
Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)
Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)
Vamos chamar os Deputados e, depois, eu faço a segunda chamada.
Senador Armando Monteiro, como vota?
O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Não".
Atingiu o quórum.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – "Não".
Deputado Josias Gomes.
O SR. JOSIAS GOMES (PT – BA) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Gabriel Guimarães. (*Pausa.*)
Eduardo Cunha, "não".
Lelo Coimbra. (*Pausa.*)
"Não".
César Halum. (*Pausa.*)
Deputado Hugo Napoleão. (*Pausa.*)
Deputado Vaz de Lima.
O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – "Sim".
Deputado Esperidião Amim. (*Pausa.*)
Deputado Ronaldo Caiado.
O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – "Sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Milton Monti. (*Pausa.*)
Deputado Paulo Foletto. (*Pausa.*)
Deputado Jorge Silva. (*Pausa.*)
Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)
Deputado Jorge Corte Real. (*Pausa.*)
Deputado Osmar Júnior. (*Pausa.*)
Deputado Henrique Fontana.
O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O PMDB está completo.
Deputado Armando Vergílio. (*Pausa.*)
Deputado Onofre Santo Agostini. (*Pausa.*)

Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)
Deputado João Dado. (*Pausa.*)
Deputado Sarney Filho. (*Pausa.*)
Deputada Luciana Santos. (*Pausa.*)
Segunda chamada:
Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)
Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)
Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)
Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)
Senador Jarbas Vasconcellos. (*Pausa.*)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)
Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)
Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)
Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)
Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Gim Argello. (*Pausa.*)
Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)
Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)
Câmara:
Deputado César Halum.
O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – A favor do requerimento.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – A favor do requerimento.
Deputado Hugo Napoleão. (*Pausa.*)
Deputado Armando Vergílio. (*Pausa.*)
Deputado Onofre Santo Agostini. (*Pausa.*)
Deputado João Dado, como vota?
O SR. JOÃO DADO (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Sim.
Deputado Esperidião Amin. (*Pausa.*)
Deputado Milton Monti. (*Pausa.*)
Deputado Paulo Foletto. (*Pausa.*)
Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)
Deputado Arnaldo Jardim. (Pausa.)
Deputado Sarney Filho. (*Pausa.*)
Deputado Jorge Corte Real. (*Pausa.*)
Deputado Osmar Júnior. (*Pausa.*)

Deputada Luciana Santos. (*Pausa.*)

Deputada Luciana Santos.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Não.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Exª já leu a lista três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não, duas vezes e vou proclamar o resultado.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Sim.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB – ES) – Eu quero fazer a inversão do meu voto, votando "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – "Sim", sem problema.

Deputado Lelo Coimbra altera o voto para o voto "sim".

Senadora Vanessa, como vota. (*Pausa.*)

O Bloco já fechou.

Está encerrada a votação.

Votaram nove Srs. Senadores – atingindo o quórum no Senado – e oito Srs. Deputados – atingindo o quórum na Câmara.

Votaram NÃO 13 e SIM, 5.

O Requerimento foi rejeitado.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo a fazer a leitura do Parecer da Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão Mista, para fins do previsto no art. 62, § 9º, da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.

A MPV nº 599, de 2012, com 24 artigos, contempla a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios que perderem arrecadação por conta da redução da alíquota interestadual do ICMS (arts. 1º a 8º e Anexo I). A MPV também cria o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para substituir o uso da alíquota interestadual do ICMS como instrumento de desenvolvimento regional (arts. 9º a 23 e Anexos II e III). O 24º artigo dispõe sobre a vigência da MPV.

A compensação e a criação do Fundo estão condicionadas à aprovação de Projeto de Resolução que reduza a alíquota interestadual do ICMS. Ao mesmo tempo em que enviou a MPV ao Congresso Nacional, o Poder Executivo Federal enviou também o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, contendo cronograma de redução gradual da alíquota interestadual para 4%, com as exceções lá especificadas. O texto do PRS é exatamente o mesmo reproduzido nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 8º da MPV. Ocorre que o Senado Federal aprovou Substitutivo ao PRS com modificações, razão pela qual o texto da MPV terá que ser adaptado, como se verá.

A MPV estabelece que a compensação pelas perdas de arrecadação, decorrentes da redução da alíquota interestadual do ICMS, será feita por meio de auxílio financeiro prestado pela União aos Estados (art. 1º). As regras que regem o auxílio estão detalhadas nos arts. 2º a 8º deste Relatório. Entre as regras estão as seguintes: a) o auxílio será concedido aos Estados, apenas na medida da perda de receita efetivamente constatada (*caput* do art. 2º); b) vigorará por vinte anos, com natureza de despesa obrigatória (§1º do art. 2º); c) estará limitado a R$ 8 bilhões ao ano para o conjunto dos Estados, incluindo a cota-parte destinada aos Municípios (§6º do art. 3º); d) a União entregará diretamente aos respectivos Municípios 25% do que couber a cada Estado, com base nas regras de rateio do ICMS do respectivo Estado (art. 5º).

As compensações obedecerão ao seguinte procedimento: as transferências feitas ano "T" serão apuradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em junho de "T-1", com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas ao longo de "T-2" (inc. II do art. 2º). O montante será transferido em 12 parcelas mensais e iguais, corrigidas pela variação média do PIB no quadriênio "T-5" a "T-2" (inc. III do art. 2º). O uso do quadriênio parece pretender evitar as oscilações anuais da economia. Como o PIB definitivo de "T-2" ainda não estará disponível em junho de "T-1", ano da apuração, os efeitos sobre as transferências da diferença entre a estimativa e o valor efetivo do PIB de "T-2" serão corrigidos no exercício "T+1" (§3º do art. 2º).

A variável mais importante...

Sr. Presidente, só para fazer uma ressalva importante, sobre algo que o Senador Eduardo Braga falou. A uma das reclamações que muito foi colocada até aqui sobre a Lei Kandir, a gente faz exatamente a correção nesta

peça. Um dos defeitos, Senador Ronaldo Caiado, da Lei Kandir, que tinha os seu tempo de expiração em 2006, era não conter – e mesmo a lei complementar – base de cálculo. Portanto, ficava o Governo desobrigado a apresentar os números a partir de uma base de cálculo. Portanto, era pura estimativa do Governo Federal. Nesse particular, nós estamos estipulando qual deve ser a base de cálculo e o período, inclusive determinando o período da entrega dessa base de cálculo, para que ela possa constar adiante da peça orçamentária. Por que a exigência de junho? A peça orçamentária era enviada para cá em agosto, então é fundamental que essa base de cálculo, Senador Henrique Fontana, chegue ao Governo com tempo suficiente para que possa conter a peça orçamentária essa compensação exatamente a partir dos cálculos trabalhados enquanto perda verificada, agora não só a partir de estimativa, meu caro Vaz, mas inclusive utilizando as notas fiscais eletrônicas. Portanto, a apuração da perda dar-se-á a partir de instrumentos concretos, instrumentos precisos. Consequente, há obrigatoriedade para que o Governo possa cumprir isso na peça orçamentária.

Continuando a leitura.

A variável mais importante a ser utilizada no cálculo das perdas e, consequentemente, da compensação, é a balança interestadual de operações e prestações destinadas a contribuintes do ICMS de cada Estado (inc. I do art. 2º). Incumbirá ao Ministério da Fazenda divulgar anualmente os resultados da balança interestadual apurada, bem como os valores a serem transferidos a cada unidade federada no exercício subsequente (art. 4º).

Além da balança interestadual, o cálculo do auxílio levará em conta a concessão de incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relacionados direta ou indiretamente ao ICMS. As perdas de arrecadação de um determinado Estado decorrentes dos benefícios por ele concedidos não serão compensadas (inciso I do art. 3º). A não disponibilização de informações em relação a esses benefícios resultará em suspensão ou redução do auxílio ao Estado inadimplente (§§1º a 3º do art. 3º).

A MPV autoriza a União a adotar metodologia simplificada de apuração dos valores a serem transferidos, considerando-se a balança interestadual apurada e as informações disponíveis acerca dos incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos (§5º do art. 3º).

Também não serão compensadas as perdas de arrecadação de ICMS decorrentes da alteração de critérios constitucionais de tributação das operações e prestações interestaduais destinadas a não contribuintes do imposto, inciso II, do art. 3º, o que parece antecipar as atuais discussões sobre a tributação do comércio não presencial, bem como as perdas derivadas da redução para 4% da alíquota incidente nas operações interestaduais, com bens e mercadorias importadas do exterior, de que trata a Resolução nº 13 do Senado, de 2012, no seu inciso III, art. 3º, meu caro Senador Romero Jucá, resolução essa já aprovada, que trata do ICMS importação.

Outro fator que poderá afetar os valores transferidos é a dedução dos encargos vencidos e não pagos das dívidas da respectiva Unidade Federada junto à União e sua administração indireta, inclusive a dívida garantida (art. 6º). Após a dedução correspondente aos encargos vencidos, a União fará o depósito em moeda corrente na conta bancária do Estado e do Município (art. 7º).

O auxílio financeiro ficará condicionado à apresentação de relação com a identificação dos atos relativos a incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros não submetidos à apreciação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), conforme o inciso I do art. 8º. Esses atos deverão ser registrados e depositados junto à Secretaria Executiva do Confaz (§1º do art. 8º). Ademais, será necessária a celebração de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, até o final de 2013, disciplinando os efeitos desses incentivos e benefícios e dos créditos tributários a eles relativos (inciso II do art. 8º). Após o convênio, ficará vedado o auxílio, caso constatada a concessão, prorrogação ou manutenção de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro em desacordo com a legislação (§2º do art. 8º).

Por fim, conforme visto, os §§ 3º, 4º e 5º do art. 8º estabelecem o cronograma de redução da alíquota interestadual de ICMS e as exceções previstas, reproduzindo literalmente o conteúdo do PRS nº 1, de 2013, na versão enviada pelo Poder Executivo Federal. Tanto a compensação como o Fundo de Desenvolvimento Regional estão condicionados à aprovação desse PRS.

Atualmente, por força da Resolução do Senado nº 22, de 1989, as alíquotas estão fixadas em 12%, como regra geral. Existem exceções, em especial as transações originadas das regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo, que sofrem incidência de 7%. A MPV (incisos I, II e III do §3º do art. 8º) e o PRS nº 1, de 2013, na sua versão original, detalham o cronograma de redução das alíquotas dos atuais 12% e 7% para 4%, ainda que com distintos cronogramas, conforme a região de origem e de destino da transação interestadual.

Há ainda três ressalvas à redução da alíquota interestadual do ICMS para 4% (§§4º e 5º do art. 8º): 1) as operações e prestações originadas da Zona Franca de Manaus permanecerão com alíquota de 12%; 2) as operações interestaduais com gás natural também permanecerão taxadas em 12%; e 3) as operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior continuarão regidas pela já citada Resolução do Senado nº 13, de 2012.

Os arts. 9º a 23 tratam da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e do repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal.

O art. 9º da MPV prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). De acordo com o art. 10, o FDR terá como agente operador instituição financeira oficial federal definida em ato do Poder Executivo. Os recursos, definidos no art. 11, virão principalmente de dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias. De acordo com o Anexo I da MPV,

renumerado para Anexo II no Projeto de Lei de Conversão (PLV) em função da introdução do Anexo I, os aportes de recursos totalizarão R$222 bilhões, distribuídos ao longo de 20 anos, por meio de empréstimos da União ao FDR com remuneração compatível ao da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (art. 14). O art. 13 estabelece que "o montante dos recursos do FDR a serem disponibilizados ao agente operador, ali contida a respectiva dotação orçamentária e a emissão de títulos de que trata o art. 14, estarão limitados aos valores dispostos no Anexo I a esta Medida Provisória" (R$222 bilhões, segundo a redação original da MPV, relembrando que o Anexo I será renumerado para Anexo II no PLV que será apresentado).

Já o art. 12 estabelece que "os riscos resultantes das operações realizadas com recursos do FDR serão suportados integralmente pelo agente operador, na forma que dispuser o Conselho Monetário Nacional".

A distribuição dos recursos do FDR entre os Estados está definida no art. 15 da MPV. A participação de cada Estado variará inversamente ao seu PIB per capita. O art. 16 da MPV estabelece que o Ministério da Fazenda será o responsável por calcular os coeficientes para a distribuição dos recursos, a partir da divulgação dos indicadores pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE). De acordo com o art. 17, as condições financeiras dos empréstimos com recursos do FDR serão reguladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O art. 18 da MPV institui o Comitê Gestor do FDR (CGFDR), vinculado ao Ministério da Fazenda, cuja principal função será articular os Comitês de Planejamento e Investimento estaduais e avaliar os investimentos feitos. A composição e o funcionamento do CGFDR serão definidos em Ato do Poder Executivo, conforme o art. 19 da MPV.

Prevê-se no art. 20 a transferência aos Estados e ao Distrito Federal de R$ 74 bilhões, ao longo de vinte anos (Anexo II do texto original, remunerado para Anexo III no PLV que será apresentado), com o objetivo "de custear programas dos governos estaduais destinados a incentivar investimentos com potencial efeito multiplicador sobre a região e dinamização da atividade econômica local". Os critérios para distribuição desses recursos são os mesmos estabelecidos no art. 15 da MPV.

De acordo com o art. 21 da MPV, será vedada a disponibilização dos recursos do FDR e dos recursos de que trata o art. 20 aos Estados que concederem, prorrogarem ou mantiverem benefícios fiscais ilegais. O art. 22 da MPV estabelece que os Estados e o Distrito Federal deverão demonstrar a efetiva utilização dos recursos de que trata o art. 20, de acordo com as diretrizes previstas na MPV. O art. 23 estabelece que os arts. 9º a 22 gerarão efeitos somente a partir da data de vigência da Resolução do Senado Federal proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

O art. 24 contém a cláusula de vigência.

Nesta Comissão, no prazo regimental, foram apresentadas 218 emendas à MPV nº 599, de 2012. Na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão Mista foram realizadas várias audiências públicas, com a presença de especialistas, Secretários de Fazenda e Governadores de Estado, com vistas a instruir a matéria. Foi publicado, no Diário do Senado Federal do dia 22 de março, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 14, de 2013, que prorrogou por mais sessenta dias a vigência da MPV.

Sr. Presidente, da Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 62, § 9º, da Constituição Federal, emitir parecer sobre a MPV nº 599, de 2012, antes de sua apreciação, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. Para isso, primeiro serão analisados a admissibilidade, a juridicidade e o impacto orçamentário e financeiro da MPV. A seguir será tratado o mérito das medidas propostas. Por último, serão analisadas as 218 emendas apresentadas.

Da Admissibilidade, Constitucionalidade, Juridicidade e Impacto Orçamentário-Financeiro da MPV nº 599, de 2012.

De acordo com o art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 8 de maio de 2002, a Comissão Mista deve se pronunciar sobre: De acordo com o art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, a Comissão Mista deve se pronunciar sobre: (I) a constitucionalidade da MPV, inclusive quanto ao atendimento aos pressupostos de relevância e urgência; (II) a adequação financeira e orçamentária da medida; (III) o atendimento da exigência do § 1º do art. 2º daquela Resolução, segundo o qual o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, no dia da publicação da MPV no Diário Oficial da União, seu texto, acompanhado da respectiva Mensagem e Exposição de Motivos; e (iv) o mérito da MPV.

Quanto aos aspectos de ordem constitucional, nada há que impeça a regular tramitação da MPV, pois a matéria tratada é de competência da União, portanto, passível de iniciativa da Presidente da República, e não incorreu em quaisquer das limitações formais e materiais previstas no art. 62 da Constituição Federal.

Ademais, a matéria em exame não figura entre aquelas cujo tratamento via medida provisória é interditado nos termos do art. 62, §1º, da Carta Magna.

Registre-se que a proposição cumpriu a exigência prevista no §1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, que assim determina:

> *§1º No dia da publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, seu texto será enviado ao Congresso Nacional acompanhado da respectiva mensagem e documentos expondo a motivação do ato.*

Em atenção à norma, a MPV foi publicada no *Diário Oficial da União* em 28 de fevereiro de 2012, encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 615, de 2012, acompanhada, ainda, de Exposição de Motivos.

Em relação à técnica legislativa, a MPV trata de dois temas conexos relacionados à mudança das alíquotas interestaduais do ICMS, à compensação aos entes da Federação pelas perdas de receitas decorrentes da mudança e criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir as alíquotas como instrumento de política de desenvolvimento regional.

Assim, apesar da presença de dois temas bem demarcados, não há desrespeito ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O *caput* do art. 62 da Constituição Federal estabelece que:

> *Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.*

Não restam dúvidas sobre a relevância da matéria. A chamada guerra fiscal gera importantes distorções, como se verá adiante.

No que concerne à urgência, deve-se considerar que os benefícios fiscais concedidos sem anuência unânime do Confaz foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Há, inclusive, o risco de que os recursos recebidos por meio desses incentivos tenham que ser ressarcidos aos cofres estaduais. Em ocorrendo essa hipótese, as empresas ficariam em situação difícil, podendo chegar à falência. Isso gera enorme insegurança jurídica às empresas e, em consequência, aos seus trabalhadores.

Em obediência ao disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2002, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), elaborou, em 17 de janeiro de 2013, Nota Técnica sobre a adequação financeira e orçamentária da MPV nº 599, de 2012. Essa Nota Técnica, após análise dos dispositivos da MPV, concluiu o seguinte:

> *Quanto ao cumprimento do art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Anexos I e II da MPV trazem a estimativa de impacto orçamentário e financeiro de 2014 a 2033, o que atende ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Assim, Sr. Presidente, a MPV nº 599, de 2012, não apresenta problemas de compatibilidade, adequação orçamentária e financeira.

Dessa forma, as disposições da norma encontram-se de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas, em especial com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Sr. Presidente, essa é a leitura que da medida provisória.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Peço vista, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, deixe-me só concluir, antes de diversos Srs. e Srªs Senadoras pedirem vista, já que o relatório já foi apresentado.

Essa é a leitura.

Apresento também as alterações patrocinadas por emendas à Medida Provisória, consequentemente permitindo assim o processo de entrega do texto, para que todos possam formular, inclusive, não só no pedido de vista, mas, ao mesmo tempo, para que, numa reunião posterior, tenhamos oportunidade de apresentar aqui – e apreciar – as emendas e os referidos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Sr. relator, antes de conceder vista, já solicitada pelo Deputado Caiado...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – E Chico Alencar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) –... e pelo Senador José Pimentel, eu gostaria apenas de retirar o Anexo 1, tendo em vista que o Anexo 1 está com a resolução anterior à que foi aprovada hoje. Portanto, estamos retirando, porque não tem nada a ver com a medida provisória, o Anexo 1, que foi ajustado, do material.

Portanto, vai ser dada vista coletiva para essa matéria.

Eu estou suspendendo a reunião para a retomada às 10 horas da próxima quinta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Questão de ordem ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Após o Deputado Caiado, Presidente, por gentileza.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu o faço com base no art. 24, do Regimento Comum do Congresso Nacional, c/c o art. 18, I, f, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o art. 5º da Constituição Federal.

Ocorre que, com base nos Regimentos Internos, tanto do Congresso quanto do Senado, a suspensão da sessão só deve ocorrer em situação de

tumulto ou ocorrência grave que atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, o que não foi o caso da reunião iniciada e suspensa no dia de hoje.

A suspensão das reuniões nas comissões mistas ocorre de forma indiscriminada – tem ocorrido ultimamente –, desrespeitando as normas do Regimento. Além disso, não é razoável suspender uma reunião de um dia para o outro sem que seja também respeitado o tempo do pedido de vista. Que consta em ata 16 horas e 33 minutos.

Então, como tal, V. Exª deve encerrar a reunião e jamais suspender a reunião, porque não houve nenhum ato que realmente provocasse aqui nenhuma turbulência para que a reunião fosse suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Ouço o Senador Randolfe Rodrigues.

Depois, tomarei a decisão, como Presidente da reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator, Senador Walter Pinheiro, e dialogar com ele, tendo em vista que, com o pedido de vista, teremos tempo para o debate dessa matéria até a sua votação, na semana que vem.

O eminente relator incluiu na medida provisória o art. 24, criando as áreas de livre comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará; no Município de Barcarena, também no Estado do Pará, do Nobre Senador Flexa Ribeiro, e criando as áreas de livre comércio de Estreito e Grajaú, no Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, ocorre que nós temos hoje, na Amazônia, oito áreas de livre comércio. Na verdade, temos áreas de livre comércio localizadas no Estado do Amazonas, em Tabatinga; em Rondônia, Guajará-Mirim; em Boa Vista, o seu Estado; em Macapá e Santana; no Amapá; em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre.

Ocorre, Sr. Presidente, que essas áreas de livre comércio estão sob questionamento de um decreto presidencial, que é o Decreto nº 7.212, de 2010, que estabelece, como prazo final de vigência dessas áreas de livre comércio, 31 de dezembro deste ano. Ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2014, essas áreas de livre comércio não vigeriam mais.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu queria sugerir, já que, na proposta do Senador Walter Pinheiro, nós estamos criando novas áreas de livre comércio, nós iríamos ter um conflito na criação de novas áreas de livre comércio e – veja – um decreto que estabelece a vigência das já existentes até 31 de dezembro próximo.

Então, me permita, Sr. Presidente, apresentar uma ideia. Eu sei que V. Exª resolverá isso; já dialoguei com V. Exª e acho que poderia ser inclusive objeto de emenda de V. Exª, que relata já uma matéria nesse sentido. A ideia seria: já que estamos criando duas novas áreas de livre comércio nesta medida provisória, então incluamos mais um dispositivo – pode ser de autoria mesmo

desta Comissão – prorrogando a vigência, vinculando a prorrogação da vigência do funcionamento das áreas de livre comércio à mesma vigência de duração da Zona Franca de Manaus. Nada mais adequado em virtude, inclusive, do debate vitorioso, Senador Eduardo Braga, que tivemos na manhã de hoje, aqui, sobre a necessidade de incentivarmos mecanismos de desenvolvimento regional.

Então, queria somente, Sr. Presidente – eu sei que já é preocupação de V. Exª, eu já tinha dialogado com o Relator Walter Pinheiro –, ouvir uma manifestação dele, se possível, em relação a esse tema, de acrescentar a este último artigo da medida provisória mais um, resolvendo esse problema da vigência...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Senador Randolfe Rodrigues, a matéria já está com vista concedida.

Quero registrar que sou Relator dessa mesma matéria que V. Exª levanta em um projeto do Senador José Sarney. Encaminharei em forma de emenda ao Senador Walter Pinheiro, para que ele possa analisar e dar o parecer na próxima quinta-feira.

E, apesar de respeitar a posição do Deputado Caiado, estou suspendendo a reunião, reabrindo....

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Estou encerrando a reunião, de acordo com os arts. 24 e 89... Estou suspendendo a reunião...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Estou suspendendo a reunião e remarcando a sua abertura para quinta-feira às 10 horas.

A reunião está suspensa.

(*Iniciada às 15 horas e 40 minutos, suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 07/05/ 2013, a reunião é reaberta às 10 horas e 28 minutos do dia 09/05/2013.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Declaro reaberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599.

A Presidência comunica que, em 07/05, foi lido o relatório do Senador Walter Pinheiro e concedido vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de iniciarmos a discussão da matéria, pergunto se o Relator deseja se manifestar.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, só para uma manifestação...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – ...em relação ao relatório que foi apresentado...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – De maneira que...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Só concluir, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Só concluir. Estou com a palavra, e V. Exª, logo em seguida...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Mas...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu estou com a palavra, Deputado...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Desculpa, Relator, é questão de ordem...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Mas eu estou falando. No meio da minha fala, por uma questão de ordem, V. Exª interromper...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu quero propor. V. Exª... Não.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Aí também já é...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Deputado Caiado, a palavra está com o Relator. Logo em seguida, darei a palavra pela ordem a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Deixe-me acabar de falar. Logo em seguida, V. Exª fala.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – A palavra será dada a V. Exª logo em seguida.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Deputado, V. Exª vai ter tempo para falar.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Mas V. Exª pode fazer...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A questão de ordem antes de V. Exª fazer a leitura. É prerrogativa minha.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu estou com a palavra. É prerrogativa também...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não, V. Exª não está com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Lógico que estava. Estava falando...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Ele não iniciou e eu fiz a questão de ordem. Meu microfone estava desligado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Iniciei... Deputado Caiado...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Não, não, não. Quando o senhor pediu para falar, Deputado Caiado, eu já estava falando.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O meu...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Deputado Caiado, a palavra está assegurada ao Relator Walter Pinheiro. V. Exª fará a questão de ordem logo após.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª, Presidente, já atropelou o final da reunião passada, desrespeitou o Regimento Interno, e eu quero colocar a minha questão de ordem neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – A palavra está com o Relator Walter Pinheiro.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A palavra está comigo, Presidente. Eu vou fazer a questão de ordem agora.

Faço a questão de ordem aqui. Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu solicito desligamento do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Tenho a prerrogativa sim de garantir a palavra e conduzir os trabalhos.

A palavra está com o Senador Walter Pinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Deputado, eu estava com a palavra quando V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu estava com a palavra. Eu estava falando quando V. Exª pediu pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Lógico que eu estava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu estava com a palavra quando V. Exª pediu. Então, deixe-me encerrar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Até por uma questão de respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Tenho a prerrogativa e a palavra está garantida ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Até por uma questão de respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu convido o Governador Simão Jatene para sentar à mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Olha a expressão! Olha a expressão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – V. Exª vai admitir o comando da Presidência da forma do Regimento. E a palavra está garantida ao Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – ...eu fiz a leitura na semana passada, fiz a leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – ...fiz a leitura e continuo, Senador Flexa Ribeiro, fazendo aqui o complemento daquilo que foi apresentado na reunião passada, que é o relatório emitido por nós, que tem a ver, Sr. Presidente, com o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 599.

Então, estou apresentando à Mesa, Senador Flexa, a complementação fazendo os ajustes da redação, portanto, o complemento, ao mesmo tempo em que proponho ao Presidente desta Comissão, que, com base nisso, o complemento de voto seja aceito e que nós possamos encerrar esta reunião e chamar uma outra para a próxima terça-feira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Esse é o voto que apresento e que está à disposição para que os Srs. Parlamentares possam pedir vista para a próxima reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Está apresentado o complemento de voto, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – O Senador Walter Pinheiro, entregou complemento do voto iniciado na reunião do dia 07/05. Portanto, está distribuido sobre a mesa o complemento de voto do Senador Walter Pinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Será dado vista à complementação de voto. Eu agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu agora concedo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu agora concedo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu agora concedo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – A questão de ordem de V. Exª já foi respondida na abertura desta mesma reunião, no dia 7.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Registro a entrega do complemento do Senador Walter Pinheiro, registro também o pedido de vista do Senador José Pimentel a esse complemento e dou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Está concedido vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Concedo a palavra, também para uma questão de ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, Senador Renan, Relator, Senador Walter Pinheiro, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o adendo que o Relator encaminha agora à Mesa traz algumas alterações que podemos votar ainda na reunião de hoje o parecer do Relator Walter Pinheiro à Medida Provisória nº 599. Mas, como houve pedido de vista por parte do Senador José Pimentel e do Deputado Caiado, portanto vista coletiva, eu pediria a V. Exª que suspendesse a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...não encerrá-la, mas que a reunião fosse suspensa, para que nós pudéssemos dar continuidade, com a votação do parecer do Senador Walter Pinheiro, na próxima terça-feira, às 9 horas... (*Pausa.*)

Perdão, às 11 horas.

Eu quero aqui registrar, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu quero registrar que, dado vista coletiva, vou conceder a palavra ao Deputado Caiado, mas é visível a ausência de quórum. Tendo em vista a ausência de quórum, logo após essa manifestação, nós vamos encerrar esta reunião e convocar outra reunião para terça-feira, às 11 horas, sendo, antes, dado vista coletiva à complementação feita pelo Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda, Senador, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para complementar, Senador Jucá, quero registrar e agradecer a presença do Governador do Pará, Simão Jatene, do Vice-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Já foi devidamente registrada, com todas as homenagens.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...Helenilson Pontes, de lideranças empresariais, dos trabalhadores e de Secretários de Estado, tal a importância dessa Medida Provisória e do parecer do Senador Walter Pinheiro.

Quero agradecer, Senador Walter Pinheiro, em nome de todos os paraenses a atenção que V. Exª deu ao pleito do Pará.

O Pará, lamentavelmente, no Projeto de Resolução do Senado nº 1, ficou totalmente isolado, perdendo competitividade em relação aos Estados da Região Amazônica.

Nós sempre contribuímos e vamos continuar contribuindo com o Brasil, mas não podemos aceitar, em hipótese alguma, permanecer discriminados não só em relação à Amazônia, mas também em relação ao Nordeste e ao Centro-Oeste.

O Senador Walter Pinheiro faz justiça, no seu parecer, contemplando o Pará com duas áreas de livre comércio, nas cidades de Santarém e Barcarena. Poderia, Senador Walter Pinheiro, completar a atenção de V. Exª com o Pará incluindo também Marabá como área de livre comércio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Deputado Caiado, V. Exª está inscrito para discutir. Como foi dado vista e foi anunciado que não há quórum, pergunto se V. Exª quer discutir a matéria, se quer usar da palavra, ou se a reunião pode ser encerrada.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não havendo quórum, Sr. Presidente, não vou discutir a matéria. Eu só gostaria de solicitar a V. Exª, em relação a essa matéria, hoje, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan, que está aqui na Agência Senado.

Aqui diz: "O Governo também não ficou satisfeito com o texto e ameaçou não colocar os recursos para garantir a compensação de eventuais perdas dos Estados com a redução da alíquota de ICMS".

Aí diz ele: "Ficamos de conversar um pouco mais sobre o ICMS, mas a coisa está complicada, e isso vai dificultar a tramitação. Chega um momento em que o mais conveniente é parar um pouco para discutir melhor". É exatamente isso que nós estamos propondo. É exatamente isso. Se não há esse acordo e se o próprio Presidente do Congresso dá entrevista relatando essa dificuldade, o que estamos propondo é que não há motivo para nós atropelarmos a MP nº 599, sendo que ainda não há entendimento em torno da Resolução nº 1.

Esse é o fato, isso é o que solicito a V. Exª, como V. Exª encerrou a reunião e já está propondo outra para terça-feira. Assim, tomaremos o ritmo correto, e será dada oportunidade para cada um colocar suas posições.

Agradeço a oportunidade da fala que me foi dada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Não havendo mais nada a tratar...

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu saí da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que deliberou sobre o projeto de resolução que tratava das alíquotas interestaduais do ICMS, com uma impressão muito ruim, não porque as posições que defendi tenham sido derrotadas no plenário, mas porque eu vi como é que as coisas foram sendo costuradas. Houve um acordo político com base em se dar um pedacinho para um, um pedacinho para outro, um docinho para um, um brinquedinho para outro, para se concluir por algo que não fica de pé.

Então, para que a Zona Franca tivesse a solidariedade de vários Estados onde há Zonas de Livre Comércio, a solidariedade de seus Senadores, deu-se a essas Zonas de Livre Comércio o mesmo tratamento dado à Zona Franca. Aí já se garantem alguns votos. Aí há uma negociação sobre o gás com uma alíquota de 12%, que o Relator apoia, mas, em troca, apoia os 12% para a

Zona Franca, o que, evidentemente, prejudica os demais Estados da própria Região Norte. Aí, então, para agradar os Estados da Região Norte, criam-se mais duas ou três Zonas de Livre Comércio. E, como a coisa não fechava, incluem-se na alíquota de 7% as operações comerciais, o que, no meu entender, vai facilitar o passeio de nota.

Então, isto é o que está acontecendo: dá-se um pouquinho aqui e um pouquinho ali, sem um projeto norteador. O projeto do Governo foi inteiramente abandonado. O projeto de simplificação do nosso sistema tributário no que diz respeito às alíquotas de ICMS tornou-se mais complexo e vai ficar inaplicável, como é inaplicável hoje a resolução que visava a acabar com a guerra dos portos, porque se incluíram ali tantas condicionantes, que nem as empresas conseguem cumprir, nem a fiscalização consegue fiscalizar, e vai cair tudo na Justiça!

Estou de acordo com a visão expressa pelo nosso ilustre Líder do Democratas: temos de dar uma paradinha para ver tudo isso, para botar um mínimo de coerência nisso que está acontecendo. Evidentemente, os blocos de sustentação política do Governo estão desmoronando, como se viu ontem na votação da MP dos Portos.

Quero dizer também que, na oposição, existem divergências em função de interesses regionais, que foram, hoje, "hiperbolizados", digamos assim, em função das restrições financeiras, cada vez mais prementes, que condicionam as atividades dos Estados.

Aqui, está o Governador Jatene, que não consegue mais administrar o seu Estado, ou melhor, consegue administrá-lo, sim, porque é muito competente, muito correto. Mas vejam a sangria que o não ressarcimento das perdas da Lei Kandir provoca ao Tesouro do Pará!

Então, na falta disso, inventa-se um expediente, tenta-se "quebrar o ganho". Não dá mais, Senador Romero Jucá! Nós precisamos parar um pouco e retomar o rumo de uma discussão saudável, que promova efetivamente uma reforma do ICMS na linha daquilo que é necessário, que garanta aos Estados que, eventualmente, percam receita recursos que não sejam mera conversa. E aí não adianta ser lei complementar, porque a lei complementar tem a mesma eficácia da lei ordinária. Ela apenas é aprovada por um quórum diferente. Precisamos votar de maneira tranquila, sem guerrearmos entre nós.

Fica aqui este desabafo, que me permito fazer na presença de V. Exª, que é um Senador experiente, com enorme capacidade de compreensão das dificuldades políticas e das formas de resolvê-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Agradeço as palavras de V. Exª, Senador Aloysio Nunes.

Nada mais havendo para tratar, convoco para a próxima terça-feira, às 11h, neste plenário, uma reunião, para tratarmos da Medida Provisória nº 599, exatamente para apreciarmos o relatório com o adendo do Senador Walter Pinheiro.

A reunião está encerrada.

Está convocada uma nova reunião para a próxima terça-feira.

(Iniciada às 15 horas e 40 minutos, suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 07/05/ 2013, reaberta às 10 horas e 28 minutos do dia 09/05/2013, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

04/06/2013
Terça-feira

10h30	**Ato de entrega da proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.699, de 2006 – que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pela ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** Sala de Audiências
11h	**Cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014** Salão Nobre, 2º andar do Palácio do Planalto
12h30	**Recebe a Senhora Lúcia Beltrão, presidente do Sindicato do Fisco de Alagoas - Sindifisco e o Senhor Manoel Isidro dos Santos, presidente da Fenafisco** Sala de Audiências
15h30	**Recebe o Deputado Luiz Argôlo** Sala de Audiências
16h	**Ordem do Dia** Plenário
19h	**Recebe o Doutor Roberto D'Avila, presidente do Conselho Federal de Medicina, Doutor Salomão Rodrigues, presidente da Comissão do Ato Médico e o Doutor João Medeiros** Sala de Audiências

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 599**, adotada em 27 de dezembro de 2012, que "*Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências*" para o dia 29 do mês de maio do ano de dois mil e treze, quarta-feira, às 15 horas e 30 minutos, sala nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, com a presença do Senador José Pimentel, a reunião não foi realizada por falta de quórum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 599, de 2012.

Sala das Comissões Mistas, 29 de maio de 2013.

Eduardo Cunha
Presidente da Comissão Mista

TERMO DE REUNIÃO

Convocada a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 612**, que "*Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO; e dá outras providências.*" para o dia 4 de junho de 2013, terça-feira, às 15h, na sala nº 06, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Francisco Dornelles, Luiz Henrique, José Pimentel, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Angela Portela e Ana Rita; e dos Deputados Geraldo Simões, Vicente Candido, , Alfredo Kaefer, João Dado e Ilário Marques, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 612, de 2013.

Sala das Comissões Mistas, 4 de junho de 2013.

Senador RICARDO FERRAÇO
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . PT/ES
Angela Portela. . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . PSB/AP
João Durval. . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . PT/AC
José Pimentel. . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . DEM/MT
José Agripino. . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . PTB/AL
Gim. . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. n° 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (10,11,13,6)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
******. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
*******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Prazo final: 12/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (6,5)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1° a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS
Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013
Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Adacir Reis

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:
1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PSD)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (10,9)	3. Anibal Diniz (PT) (42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,37,36,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,30)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,78,67,75)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. Vicentinho Alves (PR) (67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,37,35)	2. Pedro Simon (PMDB) (30,23,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (30,23,35)
Ana Amélia (PP) (14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) (25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (11,13,9,34)
José Agripino (DEM) (7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,47,48,39,41)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,90,88)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (79,8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (16,4,27,20,39,2,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (16,53,63,39,64,13,50,52,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (77,74,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PSD) (77,74,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,86,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (45,65,81,82,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,85,84,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,80,82,10)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,82,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
Pedro Simon (PMDB) (17,41,60)	5. VAGO (44,41)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (44,41,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (42,43,8,62,61,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
VAGO (66,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,58,24)	4. VAGO (49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*******. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (21,19,10,9,55)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,50)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. VAGO (45,23)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. VAGO (39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF n° 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of n° 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n°. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (37,38,10)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,32,25,58)
Pedro Simon (PMDB) (27,11,28,29,2,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (30,16,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (34,7,15,44,3,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. VAGO (53,45,65)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. n° 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (30,10,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. VAGO (47,37,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

**********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

**********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) (9,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,19)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PSD) (53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (7,4,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Jayme Campos (DEM) (37,28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (45,35,60,57)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (11,7)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,16,18,9)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (36,29)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,52,51,55,50)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (54,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7,8,4,3,5)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício n° 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (21,19,12,13,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (62,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) (41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,10)
João Capiberibe (PSB) (17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,16,3)	2. VAGO (29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.n° 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento n° 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) [8]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE)[7]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha[3]
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 21.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 536 páginas

(OS: 12808/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL